UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

THOMAS JACQUES CORTADO



À BEIRA DA CIDADE

Política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, "loteamento proletário" da Zona Oeste carioca

Rio de Janeiro
2018

THOMAS JACQUES CORTADO

À BEIRA DA CIDADE: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, “loteamento proletário” da Zona Oeste carioca

Tese de Doutorado em Antropologia social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Federico Neiburg

Rio de Janeiro

2018

THOMAS JACQUES CORTADO

À BEIRA DA CIDADE: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, "loteamento proletário" da Zona Oeste carioca

Tese de Doutorado em Antropologia social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. Aprovada em:

Prof. Dr. Federico Neiburg (orientador)
PPGAS/MN/UFRJ

Prof.ª Dr.ª Mariana Cavalcanti
IESP/UERJ

Prof. Dr. John Comerford
PPGAS/MN/UFRJ

Prof.ª Dr.ª Luciana Correa do Lago
IPPUR/UFRJ

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
PPGAS/MN/UFRJ

Prof.ª Dr.ª Maria Elvira Díaz-Benítez (Suplente)
PPGAS/MN/UFRJ

Dr.ª Eugênia Motta (Suplente)
IESP/UERJ

À mon grand-père, Jacques Dumas

AGRADECIMENTOS

Como bom materialista, os meus primeiros agradecimentos vão à CAPES que financiou por quatro anos a minha pesquisa de doutorado e à minha companheira Jullyeth, que me deu um inestimável apoio moral ao longo desses cinco anos, além de permitir que eu prosseguisse mais um ano com a tese, mesmo sem mais recursos. Agradeço também aos meus sogros, Eliete e João, que não só me fizeram conhecer o Jardim Maravilha como me hospedaram durante as minhas estadias no campo, perguntando muitas vezes se tinha realmente tantas coisas para se falar a respeito do Jardim Maravilha...

"Nós somos o que eles crescem além. Esse é o verdadeiro fardo de todos os mestres", contava Mestre Yoda ao seu antigo discípulo, Luke Skywalker. Espero, portanto, que a sensação agora seja de alívio para o meu orientador, Federico Neiburg, que me proporcionou tudo que um discípulo pode esperar de seu mestre: uma orientação segura quando a nave balançava, liberal quando a pesquisa seguia seu ritmo; um olhar benévolo, extremamente atento e desafiador sobre os diversos textos que eu produzi nesses cinco anos; contatos com uma ampla rede de pesquisadores que facilitaram a minha inserção no *mundo dos antropólogos*, além de me proporcionar intensas *trocas de ideias*.

Quero, de fato, sublinhar toda a minha gratidão aos vários participantes do NuCEC com os quais sempre tivemos discussões ricas, profundas e honestas, indo diretamente ao ponto. Em particular: a André Guedes, cuja sensibilidade às "metafísicas intensivas" das classes populares brasileiras exerceu uma influência inegável sobre o meu trabalho, e a Eugênia Motta, com a qual procuramos desbravar as várias potencialidades empíricas e teóricas da *casa*. Ao lado do NuCEC, o projeto CAPES-COFECUB "Formas de governo e práticas econômicas ordinárias", coordenador por Federico do lado brasileiro e Benoît de l'Estoile do lado francês, foi para mim uma verdadeira fonte de ideias novas, de trocas intelectuais e humanas longe da imagem estereotipada colada aos falatórios universitários. Destacaram-se aqui dois seminários memoráveis: o Oikos Seminar que aconteceu na Universidade de Princeton, em maio de 2014, e as jornadas de Foljuif em outubro de 2016. Durante esses eventos, não só pude testar as minhas primeiras hipóteses como aprendi muito dos demais participantes, de Clémence Léobal e Consuelo Araos em particular, Seja pelos materiais etno-

gráficos que apresentaram, pelas dicas de leituras que me deram ou pelas novas hipóteses que sugeriram, elas tiveram um papel importante na formulação desta tese. Eu não posso esquecer de mencionar também o recém-criado Grupo CASA, coordenado por Eugênia e Mariana Cavalcanti, cujo estilo inovador em matéria de antropologia urbana – eu falo aqui tanto do grupo quanto da própria Mariana – serviu de constante inspiração à elaboração desta tese. Ligada ao Grupo CASA, quero também agradecer a Marcella Carvalho as várias e ricas conversas que tivemos na saída do IESP. Afinal, são muitas as instituições que possibilitaram esses diversos diálogos. Contudo quero destacar a minha, o Museu Nacional, pois neste contexto tão atormentado, que ameaçou até a reprodução das condições mais básicas da vida acadêmica (e da vida dos acadêmicos), todas as equipes envolvidas na vida do Museu, da direção do programa ao laboratório de fotocopia passando pelo restaurante, fizeram de tudo para assegurar o funcionamento da instituição e propiciar aos alunos toda a ajuda que pediam.

Convém agradecer também àqueles que os antropólogos até hoje não sabem bem nomear: Informantes? Nativos? Colaboradores? Aliados? Eles foram sem dúvida os meus "interlocutores", sempre dispostos a conversar comigo, a discutir algumas hipóteses de pesquisa ou a me indicar mais pessoas com as quais conversar. Em vários casos, abriram suas portas, literalmente quando eles me deixavam penetrar na intimidade de suas casas, metaforicamente quando me contavam todos os detalhes de suas histórias de vidas. Eu preciso agradecer aqui aos meus sogros, mais uma vez, pois não só me acolheram na casa deles como me acompanharam em várias das minhas peregrinações pelo Jardim Maravilha, compartilhando comigo a história deles, me apresentando uma gente oriunda dos demais recantos do loteamento. Este trabalho deve muito também a Renato "Pipoca", um *morador antigo* do Jardim Maravilha que compartilhou comigo sua vasta rede de amizades, suas lembranças da vida no início do loteamento, sua paixão e seus receios pelo bairro de hoje. Leonardo e Jefferson também me ofereceram uma ajuda preciosa, confirmando ou criticando as hipóteses que eu lhes submetia com base nas minhas primeiras análises. Aproveito para agradecer igualmente a Celso "Boquinha", Fernando, Leandro, Leide, Renato, Sílvia, Suêd, "Tião", Fátima do CRISAN, Wires, entre tantos moradores do Jardim Maravilha que, em algum momento, me ofereceram a *ajuda* deles. Aprendi muito com todos eles, um tipo de aprendizagem que não só ampliou o meu conhecimento como

transformou, *aos poucos*, o meu olhar sobre o Rio de Janeiro, essa urbe pelo qual, anos atrás, eu tive a ingenuidade de me apaixonar.

Já do lado da *cidade*, expresso todo o meu reconhecimento à equipe do Núcleo de Regularização de Loteamentos, que me deixou consultar os vários arquivos da SMH sobre os loteamentos irregulares, em geral, e o Jardim Maravilha, em particular, e também às funcionárias do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que me auxiliaram com muita dedicação na minha pesquisa documentar. Eu sou também grato a Isabel Toste, graças à qual consegui entrar em contato com vários setores da administração municipal, e a Antônio Veríssimo, um dos maiores especialistas dos loteamentos irregulares no Rio de Janeiro, cuja conversa que tivemos no início do doutorado serviu de ponto de partida a muitas reflexões desenvolvidas nesta tese.

Enfim, há inúmeras outras pessoas que mereceram entrar nestes agradecimentos, como meu pai, Francis Cortado, pelo apoio moral e financeiro que ele me providenciou ao longo dos meus "intermináveis" estudos, desde que ingressei na classe preparatória B/L do Lycée Lakanal de Sceaux, no final de 2004, até a minha seleção pelo PPGAS em 2013, passando pelo concurso da École Normale Supérieure de Ulm em 2007 e pelos anos de mestrado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, entre 2008 e 2012. Agora que estou preste a receber o último grau, espero que ele se sinta aliviado de ver essa jornada chegar ao fim. Também não tenho como não reconhecer aqui a imensa e corajosa contribuição de Alexandra Elbakyan para a divulgação do conhecimento científico, principalmente em países onde o preço de um artigo numa revista qualquer equivale a um quarto de salário mínimo. Por fim, quero dedicar esta tese aos meus avós, Jacques e Christiane Dumas, dois modelos de honestidade e disciplina na minha vida, que repetidamente me ensinaram o valor do trabalho, algo sem o qual nada disto teria visto a luz. Se as produções textuais são como a oficina do antropólogo, espero ter mostrado na redação desta tese o mesmo escrúpulo que eu observava no meu avô quando esse trabalhava na sua oficina de marceneiro.

Je connais gens de toutes sortes
Ils n'égalent pas leurs destins
Indécis comme feuilles mortes
Leurs yeux sont des feux mal éteints
Leurs cœurs bougent comme leurs portes.

Guillaume Apollinaire.

RESUMO

Com base em uma pesquisa sobre o “loteamento proletário” do Jardim Maravilha na Zona Oeste do Rio de Janeiro, “o maior loteamento da América latina” segundo uma lenda popular, esta tese pretende elucidar a forma original que reveste a produção do espaço urbano na “periferia”. A partir de uma discussão aprofundada da literatura sobre o tema das periferias urbanas no Brasil, propomos o conceito de “urbanização diferida” como meio de dar consistência empírica e teórica ao constante atraso da urbanização em um “loteamento irregular” como o Jardim Maravilha, atraso acompanhado de uma diferenciação dos espaços internos ao loteamento. Ao examinar as normas e técnicas jurídico-administrativas relacionadas ao arruamento e ao parcelamento do solo no Rio de Janeiro, assim como os discursos das elites se esforçando para problematizar a produção do espaço urbano, chegamos a estabelecer uma “genealogia” do “loteamento proletário”, tecnologia política que por décadas sustentou o modelo de “urbanização diferida”. Através de uma etnografia conduzida entre os moradores do Jardim Maravilha de 2014 até 2016, analisamos como eles vivenciam esse processo, em particular a maneira como ele reflete na sua percepção do tempo e do espaço, ressaltando uma ambiguidade profunda no olhar desses moradores, que, mesmo aplaudindo a chegada do *progresso*, temem pela sua *tranquilidade*. Enfim, graças a materiais coletados na prefeitura a respeito da “regularização de loteamentos”, e a outros dados etnográficos acerca do movimento de moradores no Jardim Maravilha, descrevemos os agenciamentos políticos que sustentam as políticas de urbanização, para além de antinomias tradicionais como “participação popular” versus “clientelismo”. Ademais, longe de desfazer o caráter diferido da urbanização nos “loteamentos periféricos”, essas políticas acabam contribuindo para seu caráter descontínuo, tanto no tempo quanto no espaço. Afinal, a urbanização diferida de um loteamento como o Jardim Maravilha oferece uma oportunidade rara de questionar as várias categorias, em torno das quais, o entendimento moderno construiu sua concepção da cidade.

Palavras-Chaves: planejamento urbano, periferia, loteamento, governamentalidade, *continuum* rural-urbano, autoconstrução, mobilidade, violência urbana, movimentos sociais urbanos, clientelismo

RÉSUMÉ

À partir d'une recherche sur le « lotissement prolétaire » du Jardim Maravilha dans la Zone Ouest de Rio de Janeiro, « le plus grand lotissement d'Amérique latine » selon la légende, notre thèse prétend élucider la forme originale que revêt la production de l'espace en « périphérie » d'une grande métropole. À travers une discussion critique de la littérature sur le thème des périphéries urbaines au Brésil, nous proposons le concept « d'urbanisation différée » comme moyen de donner une consistance empirique et théorique au retard constant de l'urbanisation dans un « lotissement irrégulier » comme le Jardim Maravilha – retard qui va avec une intense différenciation des espaces internes au lotissement. En examinant les normes et techniques juridico-administratives relatives à la création de voirie et à la division du sol à Rio de Janeiro, ainsi que les discours où les élites se sont efforcées de problématiser la production de l'espace urbain, nous en sommes venus à établir une « généalogie » du lotissement prolétaire, technologie politique qui pendant des décennies a servi de support au modèle de l'urbanisation différée. Sur la base d'une enquête ethnographique conduite auprès des habitants du Jardim Maravilha entre 2014 et 2016, nous avons étudié comment ceux-ci vivaient et vivent encore ce processus, la façon dont il se reflète dans leur perception du temps et de l'espace, et mis en évidence une ambiguïté profonde dans le regard de ces habitants, qui applaudissent l'arrivée du *progrès* mais craignent pour leur *tranquillité*. Enfin, grâce aux matériaux concernant la « régularisation de lotissement » collectés auprès des services municipaux et de données ethnographiques portant sur les associations de résidents du Jardim Maravilha, nous avons décrit les agencements politiques que présupposent les politiques d'urbanisation, par-delà la traditionnelle antinomie opposant « participation populaire » et « clientélisme ». Qui plus est, loin d'annuler le caractère différé de l'urbanisation dans les « lotissements périphériques », ces politiques contribuent à son caractère discontinu dans le temps et l'espace. Finalement, l'urbanisation différée d'un lotissement comme le Jardim Maravilha nous offre la rare opportunité de questionner les différentes catégories autour desquelles l'entendement moderne a construit sa perception de la ville.

Mots-clés : aménagement urbain, périphérie, lotissement, gouvernementalité, rural-urbain, autoconstruction, mobilité, violence urbaine, mouvements sociaux, clientélisme.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Figura 1 – A favela e o loteamento, Vidigal e o Jardim Maravilha. 37
Figura 2 – O modelo centro-periferia de Santos. 57
Figura 3 – A Rua Pedro Osório, antiga Avenida 2, vista do Asfalto e das Casinhas. 97
Figura 4 – Planta de remodelação da Baixada lisboeta de 1758. 115
Figura 5 – "Prospecto" de uma casa aprovada pelo Marquês de Pombal em 1772. 116
Figura 6 – Exemplo de um *plan d'allignement* para a cidade francesa de Nîmes de 1801. 117
Figura 7 – Exemplo de gelosia. 121
Figura 8 – Plano de arruamento em um arrabalde do rio de Janeiro de 1796. 132
Figura 9 – A paisagem bucólica dos subúrbios em meados do século XVIII: São Cristóvão e o palácio imperial em 1835-1840. 138
Figura 10 – Terrenos à venda em Vila Isabel. 140
Figura 11 – Trecho da planta anexada ao primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos de 1876. 144
Figura 12 – Planta aprovada em 16 de fevereiro de 1881 de uma casa a ser construída na Rua do Catete. 149
Figura 13 – Planta relacionada a um projeto de arruamento na região central do Rio (Morro do Pinto), em 1875. 151
Figura 14 – Planta de um acréscimo a prédio na Rua do Pinheiro, aprovada em 1898. 153
Figura 15 – Planta dos melhoramentos projetados por Pereira Passos, confeccionada pela comissão da carta cadastral em 1903. 162
Figura 16 – Exemplo de um PAA antigo: o projeto de alargamento da Rua Camerino em 1903. 163
Figura 17 – Exemplo de um PAA antigo, referente a um projeto de loteamento de 1914 no atual bairro do Grajau. 164
Figura 18 – Exemplo de um PAA recente: um projeto de alinhamento próximo à Avenida Brasil em 2015. 165
Figura 19 – Exemplo de uma "planta de colônia agrícola" de 1900. 171

Figura 20 – “Planta e catálogo de terrenos”, “arruados e divididos em lotes prontos a edificar”, no atual bairro do Engenho de Dentro, de 1880. 173
Figura 21 – Exemplo de PAL antigo (1936), no atual bairro de Madureira (Rua Nilo Romeiro).....183
Figura 22 – A Tabela Price e o sistema da venda à prestação. 186
Figura 23 – “A construção é livre”.....195
Figura 24 – Chamado para a subscrição de ações para a incorporação da companhia de saneamento do Rio De Janeiro, de 1889. 201
Figura 25 – Projeto vencedor do primeiro concurso da casa econômica de 1925, da revista *a casa.* 206
Figura 26 – Exemplo de uma vila construída pelo IAP dos Empregados em Transporte e Cargas (Ex-Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns), em 1941. 212
Figura 27 – A associação “Lar Proletário” na imprensa de 1941. 225
Figura 28 – A política da “casa proletária”: as “pequenas construções” contra as favelas e os cortiços. 232
Figura 29 - Planta de casa proletária (tipo C). 237
Figura 30 – Licenças proletárias e “paternalismo social”. 240
Figura 31 – “Um homem feliz não faz revolução!” 242
Figura 32 – A nomenclatura oficial dos lotes nos anos 1950: “residencial”, “comercial” e “proletário” (PAL 18.597). 245
Figura 33 – Vila proletária da Legião Brasileira de assistência (PAL 12.504), no subúrbio de Guadalupe. 249
Figura 34 – Comercial do Parque Anchieta de 1959. 250
Figura 35 – Comercial Imobiliária Mara de 1954. 252
Figura 36 – Comercial de Vila mar de Guaratiba de 1951. 254
Figura 37 – O Jardim Maravilha, “um jardim de fachada”. 259
Figura 38 – O *abandono* do Jardim Maravilha. 273
Figura 39 – Exemplos de rua a aterrar e de rua aterrada na localidade das Casinhas. 280
Figura 40 – Esgoto “bricolado” nas Casinhas: manilhando valas negras. 283
Figura 41 – Exemplo de bricolagem urbanística: o emplacamento das ruas. 285
Figura 42 – *Rua* ou *mato*? As vias de circulação nas frentes de expansão do loteamento.....286

Figura 43 – O *brejo* e a *lama* nas frentes de expansão do loteamento. 289
Figura 44 – Comemorando a chegada das obras na rua dela em 2011.....291
Figura 45 – *Barracão* e *alvenaria* nas fronteiras de expansão. 312
Figura 46 – Exemplo de *cômodo*.....313
Figura 47 – Exemplos de meia-água no Asfalto. 314
Figura 48 – Tipos de telhado. 316
Figura 49 – Casas de quatro águas, símbolos de opulência. 317
Figura 50 – *Meia-água* ampliada. 320
Figura 51 – *Meia-água* derrubada. 321
Figura 52 – Exemplo de *casa bonita* no Asfalto. 325
Figura 53 – Planta inicial da casa de seu Walter. 327
Figura 54 – Os novos usos da antiga Zona Rural. 373
Figura 55 – O mapa da lavoura no Rio de Janeiro em 1917. 376
Figura 56 – O bonde de Santa Clara em 1948. 379
Figura 57 – A ponte construída pelos moradores da Avenida São José dos Campos em 2014. 384
Figura 58 – Trânsito humano, trânsito animal na Baixada. 385
Figura 59 – Criações e plantações de seu Inácio, na margem do Rio Cabuçú-Piraquê. 386
Figura 60 – Os usos do quintal: criação e plantação. 387
Figura 61 – Lebret e a invenção da periferia. 398
Figura 62 – A guerra aos loteamentos clandestinos.....402
Figura 63 – A “meia-favela” da Zona Rural.....403
Figura 64 – A “cartilha” do NRL. 418
Figura 65 – A “favela loteada” da Morada Magarça. 423
Figura 66 – O espaço da reciprocidade.....480
Figura 67 – PAL 16.810, PAA 5.815.....535
Figura 68 – Justaposição das oito folhas do PAL 16.810. 543
Figura 69 – Jardim Maravilha em 2004. 579
Figura 70 – Jardim Maravilha em 2011. 579
Figura 71 – Jardim Maravilha em 2017. 579
Figura 72 – Regras para pré-inscrição ao NRL. 585
Figura 73 – Procedimento para deferimento do pedido de pré-inscrição ao NRL. .586

Figura 74 – Etapas do processo de regularização urbanística e fundiária dos loteamentos. 587
Figura 75 – Panfleto de campanha de Elaine Moura. 589
Figura 76 – Panfleto de Alexandre sobre as obras do Jardim Maravilha. 591

Mapa 1 – Toponímia e topografia do bairro de Guaratiba. 533
Mapa 2 – Divisões administrativas da Área de Planejamento n. 5 549
Mapa 3 – Distribuição dos loteamentos irregulares e clandestinos no Rio de Janeiro. 551
Mapa 4 – Distribuição das favelas no Rio de Janeiro. 552
Mapa 5 – As localidades do Jardim Maravilha em 2017. 577
Mapa 6 – Mapa das ruas do Jardim Maravilha. 581
Mapa 7 – Áreas atingidas pelo programa Bairro-Maravilha Oeste na Área de Planejamento n. 5. 583
Mapa 8 – Áreas atingidas pelo programa Bairro-Maravilha Oeste nos arredores do Jardim Maravilha. 584

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1– Movimento anual das licenças para construções proletárias (1935/1948). 237
Quadro 2 – Alguns sócios das companhias loteadoras do Jardim Maravilha. 257
Quadro 3 – Lista das pessoas entrevistadas, com data e duração de cada entrevista. 509
Quadro 4 – Características demográficas, ocupacionais e residenciais da população entrevistada. 510
Quadro 5 – Divisões administrativas da Área de Planejamento n. 5. 550
Quadro 6 – Projetos de loteamentos proletários no Rio de Janeiro. 553

Tabela 1 – Perfil socioeconômico, demográfico e urbanístico comparado do Jardim Maravilha e da favela do Vidigal. 40
Tabela 2 – Características sócio-demográficas por setor censitário (II). 545
Tabela 3 – Características sócio-demográficas por setor censitário (II). 546
Tabela 4 – Características urbanísticas por setor censitário. 547
Tabela 5 – Características sócio-demográficas e urbanísticas por localidade. 548

Gráfico 1 – Distribuição dos entrevistados por localidade de residência. 514
Gráfico 2 – Distribuição dos entrevistados por origem geográfica. 515
Gráfico 3 – Lotes proletários projetados por ano no Rio de Janeiro. 571
Gráfico 4 – Lotes proletários projetados por Região Administrativa no Rio de Janeiro. 572
Gráfico 5 – Cobertura da área urbana* pelos projetos de loteamento proletário no Rio de Janeiro em 2014. 573
Gráfico 6 – A transformação dos loteamentos proletários em loteamentos irregulares no Rio de Janeiro, por bairro, de acordo com o Cadastro de Loteamentos de 2017. 575
Gráfico 7 – Tamanho médio dos loteamentos proletários projetados, segundo Região Administrativa do Rio de Janeiro. 576

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB – Ação Católica Brasileira
AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AEIS – Área de Especial Interesse Social
AMAJAM – Associação de Moradores e Amigos do Jardim Maravilha
AP – Área de Planejamento
APROJAM – Associação Pró-Melhoramento do Jardim Maravilha
AN – Arquivo Nacional
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BN – Biblioteca Nacional
BNH – Banco Nacional de Habitação
CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEBRAP – Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina
CM – Comissão de Melhoramentos
CML – Conselho de Moradores de Loteamentos
CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidade
CUB – Conselho de Uniões de Bairros
DCP – Departamento de Construções Proletárias
FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCP – Fundação da Casa Popular
GAC – Grupo de Apoio Comunitário
GEAP – Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IPLANRIO – Instituto de Planejamento Municipal do Rio de Janeiro
IPP – Instituto Pereira Passos
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

ML – Movimento de Loteamentos

MLC – Movimento de Loteamentos Clandestinos

MTIC – Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio

NRL – Núcleo de Regularização de Loteamentos

PAA – Projeto Aprovado de Alinhamento

PAL – Projeto Aprovado de Loteamento

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PDF – Prefeitura do Distrito Federal

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PGE – Procuradoria Geral do Estado (Rio de Janeiro)

PGM – Procuradoria Geral do Município (Rio de Janeiro)

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Rio de Janeiro)

PROAP – Programa de Urbanização de Assentamentos Populares

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RA – Região Administrativa

RGI – Registro Geral de Imóveis

SAB – Sociedade de Amigos de Bairro

SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda

SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SENAM – Serviço Nacional dos Municípios

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SGVO – Secretaria Geral de Viação e Obras

SHBM – Société des Habitations à Bon Marché

SIEPES – Société Internationale des Études Pratiques d'Économie Sociale

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Rio de Janeiro)

SMH – Secretaria Municipal de Habitação (Rio de Janeiro)

SMO – Secretaria Municipal de Obras (Rio de Janeiro)

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo (Rio de Janeiro)

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

CONVENÇÕES GRÁFICAS

1. Anonimizei o nome de todos os meus interlocutores no campo. Em alguns casos, usei nomes fictícios até para certas figuras públicas, quando as informações apresentadas tinham como lhes trazer algum prejuízo.

2. Eu procurei minimizar ao máximo os cortes na transcrição das conversas, formais e informais, que eu tive com os meus interlocutores, recorrendo aos parênteses (...) quando o corte abrangia apenas algumas palavras, e aos colchetes [...] para as omissões de tamanho maior, envolvendo várias linhas de diálogo. Inclusive nos poucos casos onde fiz uso dos colchetes, procurei não deformar o racíocino dos meus interlocutores. Os parênteses também servem meio que de didascália, enquanto os colchetes definem ou substituem termos usados pelos meus interlocutores.

3. Coloquei em itálico expressões e palavras do vocabulário nativo, compartilhados por um número expressivo de interlocutores (*meia-água*, *ajuda*). Acrescentei aspas quando provêm de conversas ou entrevistas específicas. Títulos de obras e algumas palavras de línguas estrangeiras aparecem em itálico também.

4. Citações a documentos e à literatura antropológica constam entre aspas, sem uso do itálico. Conceitos que eu proponho, como “urbanização diferida”, “urbanização especulativa” ou “bricolagem urbanística”, ficam entre aspas na primeira ocorrência, sem aspas depois.

5. Modernizamos a ortografia das citações antigas, entretanto, mantivemos a grafia original nas referências.

6. Todas as traduções de trechos em língua estrangeira são da nossa autoria. Optamos por traduções literais, em detrimento às vezes do estilo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UM ESPAÇO E TEMPO PERDIDOS 33

DA FAVELA (“CONSOLIDADA”) AO LOTEAMENTO (“IRREGULAR”) 33

O morro, o asfalto e o loteamento.....33

Um “loteamento irregular”.....43

REVISITANDO A LITERATURA SOBRE A PERIFERIA 49

As interpretações clássicas.....49

Variação carioca: o empirismo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos 55

A periferia dos antropólogos.....61

A “periferia revisitada”.....69

A URBANIZAÇÃO DIFERIDA 75

Desconstruindo o processo de urbanização.....75

Para uma antropologia da urbanização 79

Política e poética da urbanização diferida.....83

Genealogia e etnografia de documentos 83

Hermenêutica e observação participante 88

Etnografia do Estado, etnografia da política 99

1 GENEALOGIA DE UMA TECNOLOGIA POLÍTICA: O LOTEAMENTO PROLETÁRIO.....107

1.1 “EM PROL DO BEM COMUM”.....108

1.2 EMBELEZAR, CIVILIZAR, SANEAR.....113

1.2.1 Embelezamento: uma cidade ao gosto da elite.....113

1.2.2 A polícia urbana e sanitária 119

1.2.2.1 A cidade vigiada 119

1.2.2.2 O problema da habitação higiênica 125

1.2.3 Genealogia do planejamento urbano 131

1.2.3.1 A era dos engenheiros 131

1.2.3.2 A Comissão de Melhoramentos 136

1.2.3.3 Desenhando casas e ruas 146

1.2.3.4 O ciclo haussmanniano 157

1.3 PLANEJAR OU EXCEPCIONAR? AMBIGUIDADES DA CIDADE PLANEJADA 165

1.3.1 A codificação do loteamento 165

1.3.1.1 O parcelamento do solo urbano na história do Brasil 166

1.3.1.2 O modelo da cidade-jardim, um remédio à "febre do minifúndio" ... 174

1.3.1.3 A tecnologia gráfica do PAL 182

1.3.1.4 A "produção legal da ilegalidade" urbana 187

1.3.2 A invenção do zoneamento: exceção e segregação 191

1.3.3 O problema da "habitação econômica" 198

1.4 A POLÍTICA DA "CASA PROLETÁRIA" 210

1.4.1 A problematização paternalista da questão social 210

1.4.1.1 Era Vargas: a casa como modelo de governo 211

1.4.1.2 Casa, pessoa e autoridade 217

1.4.1.2.1 O ideal doméstico do catolicismo social 217

1.4.1.2.2 A política da "casa própria" na Era Vargas 221

1.4.2 "Casa" e "lote proletários": entre a "legalização do ilegal" e a "produção legal da ilegalidade" 231

1.4.2.1 O Departamento de Construções Proletárias (DCP) 231

1.4.2.2 O "lote proletário", suporte da "casa proletária" ou da "urbanização especulativa"? 241

1.5 À BEIRA DO PLANEJAMENTO 262

2 *TRANQUILIDADE* E *PROGRESSO* – HERMENÊUTICA NATIVA DA URBANIZAÇÃO DIFERIDA 271

2.1 À ESPERA DO *PROGRESSO* 274

2.1.1 A urbanização do mundo 275

2.1.1.1 *Quando não tinha nada* ... fazendo bricolagem de infraestruturas . 275

2.1.1.2 Cinética do *progresso* 294

2.1.1.3 Crescer ou evoluir? 304

2.1.2 A evolução da casa e da pessoa 309

2.1.2.1 *Cômodo* e *meia-água*: o espaço das possibilidades arquitetônicas 310

2.1.2.2 Trocar, ampliar, projetar 318

2.1.2.3 Aos poucos, no sofrimento 329

2.2 EM BUSCA DA TRANQUILIDADE 341

2.2.1 Fugir da violência 342

2.2.1.1 A “ordem tranquila” 342

2.2.1.2 Traumas urbanos 349

2.2.1.3 A tranquilidade ameaçada 355

2.2.2 A ruralização da urbanização 362

2.2.2.1 O segundo significado da roça 362

2.2.2.2 História e memória da Zona Rural 369

2.2.2.3 Os usos rurais do espaço loteado 381

2.3 À BEIRA DO URBANO 389

3 COMO *TRAZER O PROGRESSO*? ENTRE “REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA” E “CLIENTELISMO” 395

3.1 TECNOLOGIAS POLÍTICAS DA “REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA” 396

3.1.1 O reconhecimento do loteamento “irregularmente executado” 396

3.1.1.1 O crescimento periférico como problema de “coordenação” 396

3.1.1.2 “Guerra aos loteamentos clandestinos!” 401

3.1.1.3 A Lei “Lehman” 6.766, de 19 de dezembro de 1979.....405

3.1.2 Ensaios de governamentalidade cívica 410

3.1.2.1 O Movimento de Loteamentos (ML) 410

3.1.2.2 O Núcleo de Regularização de Loteamento (NRL).....413

3.1.3 As políticas de urbanização: do Plano Decenal ao Bairro Maravilha 419

3.1.3.1 A invenção do “loteamento irregular”: incluir criando exceções.....419

3.1.3.2 O “Favela-Bairro” e o significado da urbanização.....425

3.2 A “UTOPIA DA COMUNIDADE”.....433

3.2.1 A comunidade partida 434

3.2.1.1 As brigas.....434

3.2.1.2 O significado da *política*.....438

3.2.2 A comunidade impedida.....443

3.2.2.1 O declínio das associações de moradores 443

3.2.2.2 O perigo moral do *dinheiro público* 445

3.2.2.3 Alternativas às associações de moradores 449

3.2.3 Quem paga e quem não paga 452

3.3 A POLÍTICA NO LOTEAMENTO 457

3.3.1 “Trabalhar com político” 457

3.3.1.1 Os políticos-administradores 458

3.3.1.2 O político *daqui* versus de fora 459

3.3.1.3 Os “cabos eleitorais fortes”.....465

3.3.2 Clientelismo ou ajuda?.....468

3.3.2.1 Os dois paradigmas do clientelismo 468

3.3.2.2 O espaço da reciprocidade 474

3.3.2.3 O político que *ajuda* 481

3.3.3 O dono da obra 484

3.3.3.1 A busca por *visibilidade* 484

3.3.3.2 Autoria e retorno 485

3.3.3.3 Em época de eleição 488

3.4 À BEIRA DA POLÍTICA 490

CONCLUSÃO: O TEMPO E O ESPAÇO REENCONTRADOS 495

APÊNDICE A – PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS PARA A PESQUISA DOCUMENTAR 507

APÊNDICE B – PERFIL DOS ENTREVISTADOS 509

APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA 517

APÊNDICE D – LISTA DOS PROGRAMAS E APLICATIVOS USADOS 521

APÊNDICE E – REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES 523

ANEXO A – TOPONÍMIA DE GUARATIBA 533

ANEXO B – O PAL DO JARDIM MARAVILHA 535

ANEXO C – ESTATÍSTICAS CENSITÁRIAS A RESPEITO DO JARDIM MARAVILHA 545

ANEXO D – A ÁREA DE PLANEJAMENTO N. 5 549

ANEXO E – DISTRIBUIÇÃO DOS LOTEAMENTOS IRREGULARES E CLANDESTINOS NO RIO DE JANEIRO 551

ANEXO F – CENSO DOS LOTEAMENTOS PROLETÁRIOS.....553

ANEXO G – AS LOCALIDADES DO JARDIM MARAVILHA.....577

ANEXO H – JARDIM MARAVILHA, UMA FRENTE DE EXPANSÃO URBANA ...579

ANEXO I – MAPA DAS RUAS DO JARDIM MARAVILHA.....581

ANEXO J – O PROGRAMA BAIRRO-MARAVILHA OESTE.....583

ANEXO K – ÉTAPAS DOS PROCESSOS DE PRÉ-INSCRIÇÃO, INSCRIÇÃO AO NRL E DE REGULARIZAÇÃO 585

ANEXO L – PANFLETOS DE CAMPANHA DE ELAINE MOURA (2016) 589

ANEXO M – PANFLETO DE ALEXANDRE: "A VERDADE SOBRE AS OBRAS" 591

REFERÊNCIAS.....593

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UM ESPAÇO E TEMPO PERDIDOS

> *Apoiado em um saber não-crítico (positivo), sustentado por uma aterrorizante capacidade de violência, mantido por uma burocracia que se apossa dos resultados do capitalismo ascendente e os desvia para si, será que esse espaço abstrato vai durar para sempre? Se fosse assim, precisaria ver nele o lugar e o meio da última abjeção, a estabilidade final prevista por Hegel, o resultado da entropia social. […] O terreno baldio seria o último recurso da vitalidade irredutível.*
>
> (Henri Lefebvre)

DA FAVELA (“CONSOLIDADA”) AO LOTEAMENTO (“IRREGULAR”)

O morro, o asfalto e o loteamento

Encostados num parapeito, em meio à favela do Vidigal[1], Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, deparamo-nos com um panorama deslumbrante. Atrás, encoberto por nuvens ameaçadoras, o Penhasco Dois Irmãos, com suas excrescências rochosas e uma natureza vicejante, projeta sua sombra. À nossa frente, um imenso mar de casinhas desalinhadas, feitas de tijolo incandescente e fachadas coloridas, atravessado por um labirinto de vias estreitas e curvas – ali não se sabe onde começa e acaba a casa de quem, a quem pertence o pedaço de chão. Expostas ao olhar do transeunte, as vergonhas da cidade: os cabos elétricos, emaranhados nos postes de luz; os canos d’água, trepando pelas paredes, enredando as casas; as galerias de água pluvial, que procuram um caminho entre os múltiplos obstáculos colocados pelo relevo. Em vários lugares, até parece que deixamos a cidade para o campo. O concreto rachado das ruas está sempre a ponto de explodir sob a força da vegetação ambiente; uma coleção de bichos, como pássaros, cobras e galinhas, encontrou ali seu abrigo; nos limites da favela, é como se o tijolo saísse diretamente da terra, acasalando-se com a natureza. Há também, disseminados pelos becos e vielas da favela, inúmeros comércios, com suas televisões ligadas o tempo todo, onde se vendem os produtos do dia-a-dia. À medida em que afastamo-nos do pé do morro, a vida lá segue mais devagar, assim como o movimento nas ruas. Pelo menos até a *hora do rush*,

[1] Todas as descrições acerca do Vidigal procedem da minha pesquisa de mestrado, que tinha por objeto a morfologia social desta favela (CORTADO, 2012). O percurso a seguir, do Vidigal até Guaratiba, corresponde à trajetória das minhas pesquisas ao longo dos últimos sete anos, desde que cheguei, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, em 2009-2010. Assim como Guaratiba, Vidigal não foi somente um lugar de pesquisa, mas, igualmente, por um tempo, um lugar de moradia.

quando começa o balé das vans e dos mototaxis, subindo e descendo o morro no ritmo das buzinas, o fluxo dos trabalhadores afunilando-se pelos interstícios das construções.

Lá para baixo, a uns dois quilômetros, perfilam-se, de frente para o Atlântico, os altos e luxuosos prédios do Leblon e Ipanema. Junto à praia, da qual os separam as seis vias da Avenida Vieira Souto, eles compõem um dos mais famosos cartões postais da cidade. Lá, as vergonhas da cidade ficam de baixo da terra, mas todas as marcas pelas quais costumamos reconhecer um ambiente urbano estão presentes: calçadas, sarjetas e meios-fios, semáforos e placas de trânsito, faixas de pedestres e nomes de rua. A urbanidade lá não é apenas aparente, ela se dá em espetáculo: as calçadas são de pedra portuguesa, disposta de modo a formar curvas pretas e brancas, que lembram o movimento do mar; no canteiro central da avenida se sucedem, a intervalos regulares, exemplares de árvores tropicais; a fachada dos prédios ostenta os nomes de condomínios e hotéis cinco estrelas, vários deles em inglês, cercados pelas bandeiras dos mais diferentes países; relógios públicos indicam horários e temperatura, além de exibir propaganda. A poucos metros da beira-mar, butiques, bancos e shopping centers disputam a clientela que circula pelas ruas impecavelmente alinhadas. Se quem mora no Vidigal muitas vezes sofre com o estigma associado à condição de favelado, o habitante do Leblon ou Ipanema pode se orgulhar de morar em um *bairro nobre*, intensamente frequentado por *gringos* e *famosos*.

Em um dos primeiros estudos acadêmicos sobre a favela do Vidigal, o sociólogo norte-americano Robert Gay sugeria que “talvez mais do que qualquer outra favela na Zona Sul, Vidigal é a testemunha das desigualdades do desenvolvimento capitalista do século XX no Brasil” (GAY, 1994, p. 65). De fato, são inúmeros os indicadores socioeconômicos que comprovam o tamanho desta desigualdade. Em 2010, mais da metade dos domicílios no Vidigal ganhava menos de 1.100 reais por mês, enquanto, nos bairros adjacentes[2], mais da metade ganhava mais de 7.700 reais[3] por mês. Em 2000, o tempo que as pessoas responsáveis por domicílios no Vidigal tinham passado nos estudos não chegava nem à metade da média encontrada nos *bairros*

[2] Constam aqui todos os bairros da VIª Região Administrativa (RA) da cidade do Rio de Janeiro, salvo o próprio Vidigal: Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado.

[3] Dados do Censo 2010, IBGE. Os resultados para a favela do Vidigal foram obtidos compilando os dados de cada setor censitário incluso nos limites da favela, de acordo com a demarcação efeituada pelo Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura responsável pelo Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREN), ao qual pertence o Cadastro de Favelas.

nobres: um pouco abaixo de seis anos[4]. Se, em 2010, 60% da população residente no Vidigal se declararam negras ou pardas, nos bairros vizinhos, esta proporção era de apenas 14%. Além disso, até 2011, quando ocorreu uma operação conjunta do exército e da polícia militar, para preparar a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), uma facção criminosa dominava o Vidigal, provocando conflitos violentos com a própria polícia ou facções rivais – fato que, por um tempo, deu a péssima fama do lugar, fama esta que recaía sobre seus moradores. Aliás, a crise nas UPP e as disputas armadas entre traficantes na Rocinha levaram, em 2017, a novos enfrentamentos entre policiais e remanescentes do tráfico no Vidigal. Como, nestas condições, não acreditar na tese da "cidade partida" (VENTURA, 1994) ou na sua versão anglo-saxã da *Dual City* (MOLLENKOP & CASTELLS, 1991)?

Como não acreditar em um *grand partage* entre, por um lado, uma cidade rica, branca e cosmopolita, florão da civilização urbana, que tem à disposição tudo que o mundo de hoje oferece em matéria de consumo; e, por outro lado, uma cidade pobre, negra e segregada, exemplo de marginalidade urbana? Ao olhar do Vidigal para os *bairros nobres* da Zona Sul, como não reconhecer à oposição entre o *morro* e o *asfalto*, entre a *favela* e o *bairro*, a relevância que, no Rio de Janeiro, o senso comum lhe dá?

Vamos agora descer a ladeira do morro e tentar chegar até Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro, um bairro que certamente não possui a fama do Leblon, nem do Vidigal, apesar de abranger, com seus 13.950 hectares, a maior área territorial do município. Não há mais linha de ônibus direta da Zona Sul para Guaratiba, portanto vamos ter que parar antes na Alvorada, o grande *hub* da Barra da Tijuca, para pegar uma condução biarticulada do BRT (Bus Rapid Transit) Transoeste que vai nos levar até Guaratiba. Percorremos assim toda a Avenida da América, podendo então contemplar a paisagem norte-americanizada da chamada Miami carioca, com suas torres de apartamentos em condomínios fechados, suas lojas especializadas em marcas estrangeiras (*Outback*, *Citibank*, *Carrefour*, *Harley Davidson*, etc.), seus *drive-thru*, seus colégios particulares, sem esquecer obviamente os inúmeros shopping centers que proliferaram na beira da Avenida, muitos deles com nomes inglês – *Downtown*, *Barra Garden*, *VillageMall*, *Barra World*, etc. Aos poucos, depois de deixar a Alvorada rumo

[4] Dados do Censo 2000, IBGE. O questionário do censo não incluiu, em 2010, o item relativo ao tempo de estudo do responsável por domicilio, presente no questionário de 2000. É o único caso, ao longo do nosso texto, no qual usaremos dados que não são do último censo.

ao Recreio, começamos a perceber mudanças graduais, porém significativas, na paisagem, que passa a contar com vastas extensões de terrenos colocadas à venda, canteiros de obras, por ambos os lados da Avenida, imensas armações de concreto, tijolo e cimento, brotando da terra feito cogumelos gigantes. Butiques e shopping centers não sumiram, mas eles se tornam mais raros à medida em que nós nos aproximamos da Serra Geral de Guaratiba, enquanto, ao contrário, sítios e chácaras começam a surgir. Passado o Túnel Vice-Presidente José de Alencar, mais conhecido como Túnel da Grota Funda, chegamos na Ilha de Guaratiba, entrada do bairro de Guaratiba. Aqui, nenhuma torre para esconder as serras verdejantes, nenhum shopping center beirando a Avenida das Américas, que, aliás, não se chama mais Avenida das Américas mas Avenida Dom João VI. Casas baixas, que dificilmente alcançam os três andares, poucas com acabamento, se distribuem irregularmente no meio de uma vegetação rasteira, brejos de água salgada e manguezais. Próximo à Estação Mato Alto centenas de cabeças de gado pastam na fazenda de mesmo nome, uma das maiores da região, se não for a maior do Rio de Janeiro inteiro.

Chegamos à Estação do Magarça, no cruzamento da Avenida das Américas (que continuarei chamando assim pois ninguém sabe do nome de Avenida Dom João VI) com a Estrada do Magarça. Essa toponímia (Anexo A), vale ressaltar, já contrasta com o resto da cidade, da Zona Sul até a Zona Norte: em Guaratiba, as principais vias de circulação não se chamam de avenidas, salvo o caso da Avenida das Américas, antiga Estrada Rio-Santos, mas sim de estradas, cujos nomes muitas vezes remetem às várias localidades do bairro – Estrada do Mato Alto, da Ilha, da Pedra, do Piai, etc. Ao Sul da estação, a Estrada da Capoeira Grande circunda o Morro Redondo, com suas várias casas de sítio. Ao Norte, estende-se sobre uma vasta planície o Jardim Maravilha, “o maior loteamento da América latina” segundo os moradores da região[5].

[5] O que certamente ele não é. O Jardim Catarina, um bairro de São Gonçalo que conta com mais de 70.000 habitantes, de acordo com o censo de 2010, e possui em torno de 25.000 lotes, aparece um melhor candidato ao título de maior loteamento da América latina, que lhe é frequentemente atribuído pelos moradores de lá (MEDINA, 2015) – embora a malha viária sugira que fosse o resultado de vários lançamentos diferentes. A gente não pode esquecer o conjunto habitacional Los Héroes de Tecámac, do grupo Sadasi no México, lançado em várias frações desde o início dos anos 2000, e que no papel já deve apresentar algo em torno de 15.000 lotes, com a previsão de crescer ainda mais nos próximos anos (SÁNCHEZ, 2013). Faltando normas e estatísticas internacionais (e até municipais, como no caso do Rio de Janeiro) a respeito do tamanho (área, número de lotes), ou até da quantidade de loteamentos lançados cada ano ao redor do mundo, comparações dessas fazem pouco sentido. Contudo, o Jardim Maravilha, conforme veremos no primeiro capítulo, se destaca, sem dúvida, como um loteamento de grande porte.

Da estrada, a paisagem do Jardim Maravilha pode até lembrar a favela do Vidigal, com suas casas de tijolo nu, sempre em construção; suas lajes de concreto, onde de vez em quando familiares e amigos se reúnem em torno de um churrasco, e seus emaranhados de cabos elétricos e canos d'água. Mas a comparação para aqui: ao adentrar o *loteamento*, vamos logo perceber que a malha viária segue o traçado de uma quadrícula (Figura 1). As ruas, retas, formam ângulos retos ao se cruzarem; elas estão a equidistância umas das outras, tanto vertical quanto horizontalmente, com

Figura 1 – A favela e o loteamento, Vidigal e o Jardim Maravilha.



Fonte: Thomas Cortado (2010 & 2014).

algumas alterações causadas pela presença de obstáculos naturais, como valas, rios ou morros. Longe de poder crescer em todas as direções, as construções no Jardim Maravilha seguem divisões em *quadras* e *lotes*: o lote é um *terreno* retangular, de *frente* para a rua, e uma quadra é um conjunto de lotes, de forma também retangular, delimitado horizontal e verticalmente pelo traçado das ruas. Cada quadra possui um número exclusivo, e cada lote dentro de uma quadra também. É comum esta numeração estar indicada nos muros dos lotes ou nas fachadas das casas, inclusive nas ruas que já possuem uma nomenclatura oficial.

A organização geométrica do Jardim Maravilha remete a um fato primordial: trata-se de um assentamento projetado. Antes de virar uma realidade física, o Jardim Maravilha existiu no papel, em um documento oficial chamado Projeto Aprovado de Loteamento (PAL), registrado na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), sob o número 16.810 (Anexo B). Ali constam: a largura das ruas, segundo sua posição na hierarquia viária (seis metros para as ruas propriamente ditas, doze para as avenidas, três metros de passeio em ambos os casos); o tamanho das quadras (duzentos por cinquenta metros) e o dimensionamento dos lotes (nove metros de frente por vinte-e-cinco de fundos, para os “lotes residenciais”). Há “dados estatísticos” quanto ao número total de lotes (11.756), de quadras (285) e de praças (10), e outras informações sobre o comprimento total das ruas, o percentual de áreas reservadas à construção de escolas, os afastamentos que as edificações eram obrigadas a seguir com relação aos limites do lote, etc. Este documento indica também o nome do loteador, a Companhia Santa Clara de Obras e Indústria S.A., e do proprietário da área loteada, Eivind Reinert, além de nos revelar que a aprovação do projeto de loteamento ocorreu no dia 31 de dezembro de 1951, com a assinatura do então secretário de Viação e Obras, Alim Pedro. Os PAL não são o privilégio de empreendimentos como o Jardim Maravilha. Qualquer loteamento lançado hoje em dia, na forma de um conjunto habitacional ou de um condomínio fechado, por exemplo, qualquer operação de divisão fundiária precisa de um PAL. Com efeito, embora autoconstruíssem suas casas, exatamente como os moradores do Vidigal, jamais os moradores do Jardim Maravilha irão assemelhar o *bairro* deles, segundo a categoria que eles mais usam para se referir ao loteamento, a uma *favela*. Afinal, “*é terreno de companhia*”, “*é loteamento*”, e não favela. E realmente, a gênese de um lugar como o Vidigal tem pouco a ver com o Jardim Maravilha: foi de uma *invasão*, iniciada nos anos 1940 na beira da Avenida Niemeyer, que a favela do Vidigal

nasceu. Lá então, a malha viária seguiu o modo como os moradores foram povoando o morro, em uma concorrência desleal com a atividade construtiva, sem obedecer a um padrão preestabelecido. Em vez de “planejado”, o crescimento da favela foi, à imagem das velhas cidades medievais, “orgânico”. Sobretudo, os moradores do Vidigal tiveram que *lutar* para poder continuar morando, lutar contra os “donos da terra” que queriam expulsá-los ou, pelos menos, proibi-los de construir a casa deles ou reformar seus barracões; lutar também contra o próprio governo que, nos anos 1970, tentou removê-los para o conjunto habitacional de Antares, na Zona Oeste do Rio, com a intenção de construir um complexo hoteleiro no lugar da favela.

Aparentemente, nada aqui justifica reconsiderar a oposição que cabe tão bem à Zona Sul entre o *morro* e o *asfalto*: o Jardim Maravilha se diferenciaria do Vidigal como a “cidade legal” se diferencia da “cidade ilegal”. A não ser pela ausência do asfalto justamente, de pavimentação em inúmeras ruas do loteamento, considerando que, desde as obras do Favela-Bairro no final dos anos 1990, dificilmente se encontra uma rua ou uma viela na favela que não tenha sido recebido concreto, mesmo de qualidade às vezes duvidosa. São os moradores do Jardim Maravilha hoje que *pisam na lama* quando vão ao trabalho, são eles que pedem asfalto. Em vários recantos do loteamento, a vegetação já se apropriou da rua inteira, dificultando até o reconhecimento do limite com os terrenos adjacentes, muitos deles vazios – abandonados, para ser correto, pois muitos proprietários desistiram de seu terreno devido às enchentes, que assolam regularmente o loteamento. Em outros, a companhia loteadora sequer abriu as ruas, o traçado delas se perdendo no meio do mato. A confusão das paisagens rural e urbana, que no Vidigal só aparecia nos pontos mais remotos da favela, longe das principais vias de circulação, no Jardim Maravilha se torna uma constante, um marco característico. É o vai e vem dos cavalos puxando as carretas que transportam o material de construção, o rebanho de cabras se arrastando pela calçada, as pequenas plantações e criações de galinhas, porcos e até vacas no quintal dos moradores ou em alguns dos inúmeros terrenos baldios do loteamento. De fato, a disseminação dos terrenos baldios, que tanto contrasta com o ambiente da favela, onde se aproveita o mínimo pedaço de terra[6], deixa o observador confuso: é o campo que está sendo conquistado pela cidade ou a cidade que está sendo retomada pelo campo?

[6] À semelhança da cidade medieval, a favela tem “horror do vazio”. Essa diferença se reflete na densidade demográfica de cada assentamento: de 32.838 hab./km² no Vidigal, ela é de 4.051 hab./km² no Jardim Maravilha.

Ademais, o perfil socioeconômico da população que mora no Jardim Maravilha não difere tanto daquela que mora na favela do Vidigal (Tabela 1). Em 2010, o rendimento mediano mensal dentro do loteamento estava em torno de 358 reais per capita, ou seja, por pouco idêntico à mediana observada na favela do Vidigal, de 386 reais per capita (por comparação, no Rio de Janeiro inteiro, a mediana era de 679 reais per capita). Já em matéria educacional, a população do Jardim Maravilha se sai um pouco melhor, porém a diferença continua mínima: em 2000, os responsáveis por domicílios haviam, em média, dedicado quase seis anos aos estudos, enquanto na favela do

Tabela 1 – Perfil socioeconômico, demográfico e urbanístico comparado do Jardim Maravilha e da favela do Vidigal.

Censo 2010	Jardim Maravilha	Favela do Vidigal	Rio de Janeiro
Rendimento mediano mensal per capita	358	387	679
Tempo médio de estudo dos responsáveis em 2000*	5,9	5,1	8,5
População	18.605	9.678	6.320.446
Domicílios	5.654	3.157	2.144.445
Densidade habitacional	3,29	2,99	2,93
Densidade demográfica (/km²)	4.051	32.838	5.266
População de raça ou cor preta ou parda	63,9%	59,7%	48,2%
População com menos de 15 anos	26,2%	24,5%	19,5%
Domicílios sem pavimentação no entorno	46,5%	2,6%	6,0%
Domicílios com ligação à rede geral esgoto	58%	99,3%	90,9%
Domicílios com esgoto a céu aberto no entorno	24,0%	3,5%	5,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).
Nota: (*) Dados do censo de 2000, pois essa variável não foi levada em consideração pelo censo de 2010. Em geral, os resultados relativos ao Jardim Maravilha foram obtidos seguindo o mesmo procedimento adotado para a favela do Vidigal, ou seja, compilando os dados de cada setor censitário incluso nos limites do loteamento (Anexo C). Os resultados sobre rendimento mediano per capita foram calculados por interpolação linear, a partir das informações sobre classes de rendimento nominal mensal per capita.

Vidigal essa média estava mais perto dos cinco anos (contra 8,5 no Rio de Janeiro). As duas populações também compartilham as mesmas características sócio-demográficas. Em 2010, encontravam-se as mesmas proporções de negros e de jovens com menos de quinze anos nos dois assentamentos: cerca de 60% para os negros e pardos e de 25% para os jovens, enquanto, no conjunto da cidade, somavam-se 48% de negros e pardos e 19% de jovens com menos de quinze anos. Do ponto de vista da densidade habitacional, o Jardim Maravilha aparece até em uma posição menos invejável, com uma média de 3,29 habitantes por domicilio, contra 2,99 para a favela do Vidigal, e 2,93 no Rio de Janeiro em geral.

Já quando se considera o acesso às infraestruturas básicas, a comparação, de acordo com as nossas primeiras impressões, não joga a favor do Jardim Maravilha: mais da metade dos domicílios ali não tem acesso a ruas pavimentadas, uma proporção que não chega a 3% na favela do Vidigal. Em matéria de esgotamento sanitário, cerca de um quarto dos domicílios recorria a soluções precárias[7] em 2010, enquanto, na favela do Vidigal, a quase totalidade deles tinha acesso à rede geral de esgoto. De fato, é só andar pelas ruas não asfaltadas do Jardim Maravilha para ter uma noção do problema: em muitas delas encontram-se *valas negras,* sulcos cavados direto na calçada e por onde as águas sujas escorrem superficialmente, causando um cheiro desagradável, quando não transbordam pelas ruas em tempos de chuva. Ainda em 2010, um quarto dos domicílios tinha que conviver com esgoto a céu aberto, um problema quase inexistente no Vidigal. Em termos de equipamentos coletivos, a comparação também joga contra o Jardim Maravilha. Até o final de 2016, sequer havia uma creche pública no loteamento, que conta com quase 20.000 moradores, enquanto na favela, que tem a metade da população do Jardim Maravilha, funcionam duas creches desde os anos 1990 – desde então, a prefeitura inaugurou dois Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI). O Jardim Maravilha sofre também com a falta de equipamentos culturais e esportivos: se no topo da favela a “vila olímpica”, construída pelo governo do prefeito César Maia, coloca à disposição dos moradores um campo de basquete e outro de futebol, brinquedos para crianças e uma academia da terceira idade, no loteamento, só existem alguns campos improvisados pelos próprios moradores, às vezes com a ajuda de algum político, e um muito pequeno arrumado pela prefeitura logo atrás da Clínica da Família. Sequer há uma praça no Jardim Maravilha, obrigando

[7] Dentro da categoria de esgotamento sanitário precário, incluímos o uso de fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco, etc.), o uso de vala negra e a rejeição diretamente para o rio.

os moradores a fecharem ruas para as festas do bairro. Cinema, teatro ou museu, nem se fala. Já no Vidigal tem a Praça dos Direitos Humanos, situada no pé do morro, onde acontecem as reuniões políticas e os ensaios da escola de samba, e um teatro, ligado à ONG Nós do Morro.

Será que, quando olhamos para o Rio de Janeiro não da Zona Sul mas da Zona Oeste, a oposição do *morro* com o *asfalto* guarda a mesma relevância? Afinal, loteamentos como o Jardim Maravilha revelam a presença de assentamentos legalmente constituídos, que pouco acesso à infraestrutura urbana têm, enquanto em algumas favelas, essa infraestrutura já existe. Se a gente deixar o critério da legalidade de lado, o Jardim Maravilha preenche assim os vários critérios adotados pelo Observatório de Favelas em 2009 para definir "o que é a favela": trata-se de um território "de expressiva presença de negros (pardos e pretos)", onde "os baixos indicadores econômicos [...] são acompanhados pelos indicadores de educação"; um território "de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões normativos do Estado"; um território que sofre com graves carências urbanísticas; um território "marcado por alto grau de vulnerabilidade ambiental"; um território "onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes"; um território "onde os investimentos do mercado formal são precários" (SILVA et al., 2009, p. 96-97). Entretanto, deixar de lado o critério da legalidade pode parecer uma artimanha, já que, no Brasil, a legalidade sempre desempenhou um papel central na construção das clivagens sócio-espacial[8] (LAGO, 2003, p. 120). Por ser antes uma área ocupada ilegalmente, em desacordo com o direito de propriedade, a favela também é o paradigma da "cidade ilegal", daquela cidade que se construiu nas costas do poder público, daquela cidade que desafia a ordem urbana, tanto estética quanto legalmente. Acontece que, mesmo do ponto de vista da legalidade, não podemos prejulgar muito da distância que separa um loteamento como o Jardim Maravilha de uma favela como o Vidigal. Em primeiro lugar, se a prefeitura aprovou o projeto de loteamento, a companhia nunca acatou o compromisso firmado com a municipalidade e os adquirentes de lotes de realizar as obras de urbanização. Com efeito, as primeiras

[8] Ademais, a ilegalidade ainda é um dos principais critérios usados nas definições oficiais da favela. Para o Cadastro de Favelas do Instituto Pereira Passos (IPP), é considerada favela toda "área predominantemente habitacional, caracterizada por *ocupação clandestina* e de baixa renda, precariedade de infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e *vínculos de propriedade* e construções *não licenciadas*, em desacordo com os padrões legais vigentes" [grifo meu]. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>. Acesso em: 29 de mar. 2016.

gerações de moradores nem conseguiam, quando queriam, legalizar a casa deles, visto que só se podia construir em um logradouro oficialmente reconhecido pela prefeitura, reconhecimento esse que só ocorria após a conclusão das obras de urbanização pela companhia loteadora. Ou seja, a imensa maioria das casas construídas no Jardim Maravilha, e que continuam sendo construídas lá, o foram clandestinamente, à revelia do poder público. Em segundo lugar, se a companhia loteadora respeitou o direito de propriedade, o mesmo nem sempre vale para os moradores. Algumas áreas dentro do loteamento, como o Morro Careca, foram assim *invadidas* e ocupadas em total discordância com o projeto aprovado pela prefeitura, a ponto de dar luz a… favelas, reconhecidas como tais pela prefeitura[9] – contudo, é como *invasões* que os moradores do loteamento se referem a essas áreas, e não como favelas. A verdade é que, conforme apontaremos ao longo da tese, os vínculos de propriedade no Jardim Maravilha podem revestir inúmeras formas, que vão desde a mais escrupulosa conformidade com a lei, o que implica o registro da transação imobiliária no cartório e a inscrição do imóvel no RGI, até a sequestração violenta de uma propriedade alheia. Finalmente, o Jardim Maravilha parece apontar para o caso de uma população que, sem morar no *morro*, também não mora no *asfalto*.

Um "loteamento irregular"

Do ponto de vista das "linguagens organizadoras do social" (DEPAULE & TOPALOV, 1996), assentamentos como o Jardim Maravilha tem um nome, o de "loteamentos irregulares". O último plano diretor da cidade, o Plano de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 111, do 1º de fevereiro de 2011), definiu como "parcelamento[10] irregulares" os "loteamentos e desmembramentos legalmente aprovados e não executados, ou executados em discordância com o projeto aprovado" (art. 234 § 1º). Os "loteamentos irregulares", neste

[9] A área do Morro Careca consta, desde 2003, como favela "Novo Jardim Maravilha" no Cadastro de Favelas da prefeitura, um topônimo aparentemente desconhecido dos moradores. Informações a respeito do "Novo Jardim Maravilha" disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

[10] Ao lado do "loteamento", a produção de lote ou o "parcelamento do solo" pode ocorrer por meio de "desmembramento", ou seja, pela subdivisão de uma gleba, com "aproveitamento do sistema viário existente", sem abertura de novas vias. A respeito da distinção entre loteamento e desmembramento, e de suas respetivas definições, conferir o art. 2º da Lei federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, vigente até hoje.

sentido, se distinguem não só das favelas como dos “loteamentos clandestinos”, “executados sem aprovação do Poder Executivo Municipal e que não atendam às normas federais, estaduais ou municipais em vigor relativas ao parcelamento da terra” (§ 2º). Ao invés da categoria de favela por exemplo, cuja difusão antecede sua apropriação pela administração pública (VALLADARES, 2005, p. 39), a categoria de “loteamento irregular” funciona principalmente como categoria operacional, servindo para nortear a política urbana e habitacional do município: com base no princípio das “funções sociais da Cidade e da propriedade”, o plano diretor de 2011 prevê assim a

> urbanização das favelas, dos loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, com a implantação de infraestrutura, saneamento básico, equipamentos públicos, áreas de lazer e reflorestamento, aproveitando de todo o potencial turístico, visando à sua integração às áreas formais da Cidade (art. 3º).

Assim como a favela do Vidigal, o Jardim Maravilha possui um registro no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), sistema de informações históricas, estatísticas e cartográficas sobre as favelas e os loteamentos irregulares e clandestinos da cidade, monitorado pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Contudo, o fenômeno dos “loteamentos irregulares” possui proporção ainda mal conhecida. Segundo Antônio Augusto Veríssimo, que já foi coordenador do Núcleo de Regularização de Loteamentos (NRL), órgão da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), encarregado de implementar a política de regularização dos parcelamentos irregulares e clandestinos, “o Cadastro de Loteamentos do SABREN nunca [tem] logrado obter a mesma atenção e qualidade de execução e manutenção que o Cadastro de Favelas, que sempre mereceu mais cuidados e investimentos por parte da administração municipal” (VERÍSSIMO, 2005, p. 153). É que em vez de estar a cargo de um órgão único, como é o caso com o Cadastro de Favelas, o Cadastro de Loteamentos “foi sendo montado a partir das informações necessárias ao processo de regularização dos loteamentos que se filiavam ao Núcleo de Regularização”, “informações oriundas de fontes diversas (uma vez que os loteamentos irregulares e clandestinos não são tratados como “setor especial” pelo Censo do IBGE)” (Idem). De fato, o IBGE caracteriza como “aglomerados subnormais” os setores censitários onde se encontram favelas, sendo a definição do “aglomerado subnormal” relativamente congruente com as definições adotadas para identificar as favelas[11]. Já os loteamentos irregulares, por respeitarem o

[11] É considerado pelo IBGE como “aglomerado subnormal” o “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e

direito de propriedade, não cabem nesta definição, e por isso, nas operações de recenseamento, os setores que abrangem parcelamentos irregulares e clandestinos não são contabilizados como “aglomerados subnormais” e sim como setores normais, dificultando assim a coleta rápida e sistematizada de informações sobre eles. Esta é mais uma diferença importante nas práticas de classificação às quais favelas e loteamentos são submetidos, e uma prefiguração da complexidade que “o problema do loteamento irregular” tem para os órgãos públicos.

Ainda assim, em 2013, o SABREN contabilizava 938 parcelamentos irregulares e clandestinos, abrangendo uma população estimada a 600.000 habitantes, aproximadamente 10% da população carioca. Com base em dados a respeito dos 400 parcelamentos irregulares e clandestinos inscritos ou pré-inscritos no NRL em 2005, Veríssimo trouxe algumas informações que ajudam a entender o fenômeno e, por conseguinte, o lugar de um assentamento como o Jardim Maravilha na cidade. Em primeiro lugar, esses dados mostram que a grande maioria dos parcelamentos cadastrados no NRL, quase 60%, pertencem à Área de Planejamento 5 (AP-5, Anexo D), que abrange as Regiões Administrativas (RA) de Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, ou seja, toda a Zona Oeste, exceto as (RA) de Jacarepaguá e Barra da Tijuca (ibid., p. 112) – uma área que planejadores e urbanistas costumam chamar de “periferia do Rio de Janeiro”. Em número de lotes, ainda mais avassaladora é a dominação da Zona Oeste: 85% dos lotes irregulares ou clandestinos ficam na AP-5. Por outro lado, não há sequer um registro de loteamento irregular em vários outros recantos do município, como no Centro e na Zona Sul (Anexo E). Além do mais, quando se olha para a data de lançamento dos parcelamentos hoje considerados irregulares ou clandestinos, nota-se, para cada década, a mesma preponderância da AP-5. Dentro da Zona Oeste, destaca-se a XVIII RA de Campo Grande de onde saíram, a cada década, o maior número de parcelamentos e de lotes irregulares e clandestinos, a não ser nos anos 1950, à época da criação do Jardim Maravilha, quando Guaratiba superou Campo Grande, e de longe, em número de lotes lançados: com seus 11.754 lotes, o Jardim Maravilha consta como o maior loteamento cadastrado no NRL (ibid., p. 98: daí, talvez, sua fama de “maior loteamento da América latina…), pouco à frente do Vila Mar de Guaratiba, que tem 11.699 lotes (porém ocupa uma

densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais”. Definição do aglomerado subnormal disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html. Acesso em: 16 de março de 2016.

área maior, de 5.777.012 m², contra 4.000.000 m² para o Jardim Maravilha) e foi lançado dois anos depois. Os dados do NRL indicam então que o Jardim Maravilha surgiu em um momento bem específico de intenso parcelamento do solo na Zona Oeste em geral, e em Guaratiba em particular – fora dos anos 1950, jamais a RA de Guaratiba desempenhou um papel tão grande na produção de parcelamentos irregulares ou clandestinos. Em um momento também onde a superfície dos lotes era maior do que é hoje: em média, era de 290,73 m² (a superfície de um lote padrão no Jardim Maravilha é de 225 m²), muito acima do tamanho encontrado entre os parcelamentos produzidos nos anos 1980 por exemplo, quando a superfície média dos lotes era de apenas 143,95 m², menos da metade (ibid., p. 86-87).

Entre o *morro* e o *asfalto*, qual é o lugar do "loteamento irregular"? Chama atenção a caracterização negativa do assentamento: loteamentos como o Jardim Maravilha na verdade não passariam de uma exceção, de uma "quebra de regra". Tratar-se-ia então para o governo de retificar a situação, de corrigir as irregularidades, de adequar o loteamento ao padrão que vigora no resto da cidade, e assim loteamentos irregulares como o Jardim Maravilha deixariam simplesmente de existir, se tornando parte da cidade, assim como qualquer outra. Essa, de fato, é a grande diferença entre favelas como o Vidigal e loteamentos como o Jardim Maravilha, do ponto de vista das práticas de classificação. Em 2010, a favela do Vidigal se tornou assim uma "comunidade urbanizada", em decorrência de uma mudança na sistemática dos "assentamentos precários" adotada pela prefeitura, mudança ligada à implementação do programa Morar Carioca, novo carro-chefe da política habitacional da municipalidade depois do Favela-Bairro (CAVALLIERI & VIDAL, 2010, p. 2). O Decreto n. 36.388, de 29 de Outubro de 2012, que instituiu oficialmente o programa Morar Legal, definiu no art. 3º a "comunidade urbanizada" como:

> aquela que tenha sido objeto de programas de urbanização integrada, tais como Favela-Bairro (PROAP), Bairrinho, PAC e outros similares, cujo projeto tenha garantido a implantação de infraestrutura básica, equipamentos públicos e níveis de acessibilidade satisfatórios; ou que, por esforço próprio de seus moradores e ações públicas diversas, ao longo do tempo, conseguiu alcançar uma situação satisfatória de urbanização.

A categoria de "comunidade urbanizada" lembra a de "favela consolidada", usada por estudiosos e técnicos da prefeitura desde os anos 1990 (CAVALCANTI, 2009, p. 70) para distinguir as favelas mais antigas e com melhores condições urbanísticas, das favelas mais recentes que se encontram em condições mais precárias.

Mas por que chamar as favelas urbanizadas de “favelas consolidadas” ou de “comunidades urbanizadas” se elas apresentam agora “uma situação satisfatória de urbanização”? Por que manter uma terminologia específica? Já que o objetivo das políticas de urbanização era a “integração às áreas formais da cidade”, “oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”, para retomar o mote do programa Favela-Bairro, por que discriminar as favelas que foram alvo dessas políticas? Por que não chama-las de bairro?

> Comunidade urbanizada representa, portanto, um tipo de assentamento habitacional que, tendo se originado como uma favela, galgou um novo e melhor patamar, dentro do contínuo processo de urbanização e reurbanização a que estão submetidos, em maior ou menor grau, todos os espaços da cidade. Contudo, tal tipo de habitat continua mantendo especificidades na sua estruturação socioespacial, nos padrões construtivos de suas edificações e nas formas de organização da vida cotidiana, o que justifica mantê-los numa classificação própria (CAVALLIERI & VIDAL, 2010, p. 4).

Ou seja, os dois autores, que contribuíram para as discussões sobre a nova sistemática municipal dos “assentamentos precários”, admitem de certo modo que nunca a favela, mesmo consolidada, deixará de ser uma favela. A expressão “comunidade urbanizada” faz assim todo sentido: o vocábulo *comunidade* costuma servir de substitutivo menos ofensivo a *favela*, uma palavra carregada de conotações pejorativas, nos linguajares oficiais e até nas falas dos próprios moradores, mesmo todos sabendo que *comunidade* quer dizer *favela*[12]. Já o “loteamento irregular”, quando urbanizado, deixa definitivamente de ser “irregular” e some do mapa dos “assentamentos precários”. Loteamentos como o Jardim Maravilha não são nada mais do que loteamentos “ainda não regularizados”, loteamentos que “ainda não realizaram sua essência”, para falar a língua clássica dos filósofos. É que, “mesmo não seguindo os requisitos legais para serem postos à venda, os loteamentos clandestinos não deixam, todavia, de seguir a *forma* tradicional do traçado da cidade” (MAUTNER,1999/2010, p. 253, grifo da autora). Assim, se mostra o “loteamento irregular” “pronto para ser incorporado à cidade” (ibid., p. 252).

Contudo, esse “ainda não” traz muito mais perguntas do que respostas. O que acontece com os moradores, como eles habitam o loteamento enquanto esse “ainda não” foi regularizado? O que acontece com o loteamento do ponto de vista de sua morfologia, como diria Durkheim, da maneira como os indivíduos “estão dispostos no

[12] A imprensa local não quis muito saber dessas sutilezas semânticas, preferindo o apelido irônico de “ex-favelas” para falar de “comunidades urbanizadas” como o Vidigal. De fato, esta operação de requalificação levantou vários debates nas mídias a respeito dos critérios usados (naquela época, o tráfico ainda dominava o Vidigal inteiro) ou da necessidade de tirar o nome de favela.

solo, a natureza e a configuração das coisas de todo tipo que afetam as relações coletivas" (DURKEIM, 1898, p. 520)? Se "as formas espaciais da vida coletiva" são "como as condições necessárias de um conformismo, de uma uniformidade no tempo e no espaço" (HALBWACHS, 1938/2001, p. 33), o que dizer de uma "sociedade" assentada em algo que "ainda não" é? A menos que o loteamento seja justamente outra coisa do aquilo que ele "ainda não" é… Tudo isso obviamente não passaria de um mero exercício de retórica se, no caso do Jardim Maravilha, como de vários outros "loteamentos irregulares", esse "ainda não" não estivesse se estendendo por mais de 60 anos. Os moradores que já morreram nunca conheceram o Jardim Maravilha fora daquilo que ele nunca foi, se o leitor puder me perdoar essa verdade de La Palice. Afinal de contas, o que significa morar em uma parte da cidade que ainda não faz parte da cidade? Ademais, até que ponto esse "ainda não" deve ser compreendido como uma anomalia dentro da ordem urbana? Qual é na verdade o significado de uma anomalia que dura há mais de sessenta anos? Esses meios-fios perdidos no meio do mangue, eles não só imploram pelo asfalto, eles também contam uma história.

Talvez nada melhor do que a figura do *terreno baldio*, tão comum nessas áreas de "loteamentos irregulares", para exemplificar a ambivalência desses territórios que "ainda não são". Por um lado, o *terreno baldio* chama atenção pelo vazio dele, por estar desprovido de utilidade direta, por outro lado, não haveria *terreno baldio* se não fosse a existência do loteamento. Quando estamos diante de um pedaço de mato qualquer, não enxergamos um *terreno baldio* e sim um pedaço da *natureza*. Agora, basta o mesmo pedaço da *natureza* estar dentro de (um projeto de) loteamento para se tornar um *terreno baldio*. Esse pedaço de mato se torna algo com a característica de "ainda não ser" aquilo que ele deveria ser. Ao mesmo tempo, o *terreno baldio* existe fora daquilo também; ele possui uma vida própria, no sentido em que Appadurai e Kopytoff falam em "história de vida" a respeito das coisas (APPADURAI, 1986), sendo aproveitado de inúmeras maneiras diferentes, para estacionar carros, plantar e criar animais, jogar futebol ou matar os inimigos. A figura do *terreno baldio* ilustra assim a relação complexa com o espaço e o tempo que se cria dentro do loteamento, uma relação sempre mutável, que qualquer tipologia de assentamentos dificilmente consegue capturar. Categorias como "favela consolidada" ou "comunidade urbanizada" também evidenciam os limites do raciocínio tipológico, pois, conforme Cavalcanti demostrou admiravelmente, quando falamos de "consolidação" estamos lidando antes com

um “processo espaço-temporal, atravessado por relações de poder que se (re)produzem em diversas escalas” (2009, p. 71). Finalmente, à semelhança daquilo que a etnógrafa procurou fazer com uma favela da Zona Norte do Rio, o nosso projeto aqui é “explorar plenamente a dimensão histórica” de um “loteamento irregular” como o Jardim Maravilha, “enquanto formação social e espacial” (idem, 2007, p. 10).

REVISITANDO A LITERATURA SOBRE A PERIFERIA

As interpretações clássicas

Esse projeto não é absolutamente novo: nos anos 1970, ele até ocupou o topo da agenda dos estudos urbanos no Brasil, pois era dessa “dimensão histórica” que o recém-criado conceito de “periferia” procurava dar conta[13]. Economistas, sociólogos e antropólogos dos anos 1970, quando escutavam falar de “periferia”, entendiam um fenômeno muito preciso, que remetia a uma série de discussões teóricas sobre as particularidades da urbanização brasileira. Vale lembrar que, desde os anos 1950, a forma como se dava a urbanização da América latina se tornara um problema da maior importância para as novíssimas agências especializadas no “desenvolvimento”, como a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), criada em 1848. Em particular, cientistas sociais do mundo inteiro buscavam entender o suposto “inchaço urbano” das sociedades latino-americanas, que se manifestava nos fenômenos de macrocefalia urbana (*urban primacy*)[14] e na proliferação de favelas, *barriadas* e outras *poblaciones,* alimentada pelos intensos fluxos de migração rural-urbano. Todos concordavam então para dizer que essa *overurbanization* resultava de um desequilíbrio profundo na estrutura do emprego urbano, marcado pela prevalência excessiva de um setor terciário pouco produtivo (que hoje chamaríamos de “setor informal”), do qual os trabalhadores oriundos das áreas rurais dependiam para sua sobrevivência. As explicações desse desequilíbrio variam bastante, mas tinham em comum uma mesma visão dualista da sociedade e da economia. De acordo com as teorias da modernização

[13] A contextualização que propomos na nossa resenha dos estudos sobre periferia deve muito às sínteses bibliográficas de VALLADARES, 1981; 2002; 2005; SILVA, 2002; ARANTES, 2009.

[14] Concentração da população urbana em poucas metrópoles, o que acaba esvaziando o tecido das cidades pequenas e médias. Os casos de Buenos Aires na Argentina e, sobretudo, de Montevidéu no Uruguai, são os mais emblemáticos deste fenômeno, tendo, esta última uma população dez vezes maior do que a segunda maior cidade do país, Salto.

defendida por Julius Herman Boeck ou Arthur Lewis[15], ele não era nada mais do que o efeito passageiro da transição de uma economia agrária para uma economia capitalista; aos poucos, este "setor tradicional" (tradicional devido à sua baixa capitalização) ia ser absorvido pelo "setor moderno". Já para os economistas próximos à CEPAL como Raul Prebisch e Celso Furtado, as relações de dependência entre o "centro" da economia mundial, o Ocidente, e sua "periferia", o Sul, atuavam no sentido de manter os países latino-americanos no subdesenvolvimento, ou seja, impedia a absorção do setor tradicional, favorecendo então a expansão desordenada das cidades. Logo, esta reflexão sobre a "urbanização dependente" deu lugar às "teorias da marginalidade", formuladas inicialmente por Aníbal Quijano e José Nun[16], segundo as quais os trabalhadores migrantes formavam um "polo marginal" dentro da estrutura social, uma "massa marginal" pouco integrada, que nem como "exército industrial de reserva" servia; apoiada em mecanismos políticos (como o "populismo") e culturais (como a "cultura da pobreza"), esta massa apresentava uma surpreendente inercia diante das transformações que podiam afetar a economia do país**.**

Essa abordagem dualista levou muitas críticas no início dos anos 1970 de economistas e sociólogos de tendência marxista, vinculados ao recém-criado Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (CEBRAP), como Fernando Henrique Cardoso ou Paul Singer, mas antes de Francisco de Oliveira, também integrante do CEBRAP, autor de uma clássica *Crítica à razão dualista* em 1972. Segundo o autor, a oposição entre o setor moderno e o setor "tradicional" ou "marginal" ocultava a função que o setor supostamente tradicional desempenhava no processo da acumulação capitalista; ou seja, o "moderno" e o "tradicional", na verdade, eram "integrados":

> No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular constituída polarmente em torno de uma oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno" não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 1972/1987, p. 12).

É que o setor chamado "tradicional" servia para comprimir os custos ligados à reprodução da força de trabalho: o comércio "informal", o autoconsumo doméstico e a

[15] Arthur Lewis, "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour", *The Manchester School of Economic and Social Studies*, 1954.
[16] Aníbal Quijano, *Notas sobre el concepto de marginalidade social*, Santiago, CEPAL, 1966. José Nun, "Sobrepoblación relativa, ejercito industrial de reserva y massa marginal", *Revista Latinoamericana de Sociologia*, v. 5, n. 2, 1969.

realização de mutirão para construção de equipamentos coletivos constituíam tantas soluções às necessidades das classes trabalhadoras, sem que o Estado precisasse investir em infraestruturas, o que exigiria a libertação de um grande volume de recursos. Através do "setor tradicional", era como se os capitalistas conseguissem extrair um "super-trabalho" do proletariado, um trabalho não pago, embora beneficiasse diretamente os capitalistas, ao contribuir para a reprodução da força de trabalho. O chamado "setor tradicional" era, portanto, a serviço de uma "super-acumulação", o que levou o autor, dentro de uma reflexão sobre as formas históricas de exploração, a reformular o conceito de periferia:

> O escravismo constituía-se em óbice à industrialização na medida em que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção; a industrialização significará, desde então, a tentativa de "expulsar" o custo de reprodução do escravo do custo de produção. Em outras palavras, ao contrário do modelo "clássico", que necessitava absorver sua "periferia" de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua "periferia" (ibid., p. 41).

Francisco de Oliveira operava assim um duplo deslocamento: por um lado, ele utilizava o modelo centro-periferia para interpretar relações internas à sociedade brasileira, e não somente relações internacionais; por outro, afirmava que a periferia, longe de ser uma anomalia na ordem do desenvolvimento, era a forma que o desenvolvimento econômico tomava no Brasil – uma desigualdade funcional, para um "capitalismo [que] *cresce por elaboração de periferias*" (p. 21).

Se a reflexão sobre a funcionalidade da periferia colocava-se antes no plano da economia política, Oliveira estendia a crítica a vários fenômenos que interessavam as abordagens dualistas, especialmente as teorias da marginalidade, como o populismo e o modo de urbanização. A respeito da urbanização, o encadeamento lógico aparece relativamente óbvio: se o "setor tradicional" é funcional para a acumulação capitalista, faz sentido "um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimo coeficiente de capitalização" (OLIVEIRA, 1972/1987, p. 32), um tipo de crescimento "cuja forma aparente é o caos das cidades" (ibid., p. 35). Ou seja, a incorporação de glebas rurais pelo loteamento urbano, por ser o meio mais barato de prover moradia para as classes trabalhadoras, embora não o mais racional, sustentava também a acumulação capitalista – a construção de conjuntos urbanizados, ao contrário, acarretaria uma transferência maciça de investimentos capitalísticos da indústria para a construção civil, atrapalhando o processo de acumulação. O que levava o autor a destacar a importância da autoconstrução:

> Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construídas pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribuiu para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente de custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bom com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (ibid., p. 36).

Ao aplicar o conceito de periferia, oriundo da economia política, à realidade urbana, dois fatos sobressaíam: o loteamento e a autoconstrução. O loteamento, como meio mais barato de incorporar novas áreas à cidade, e possibilitar assim a instalação do trabalhador migrante, e a autoconstrução, por resolver o problema da moradia sem mobilizar outros recursos do que aqueles que foram aplicados na operação do loteamento. Loteamento e autoconstrução ganhavam assim peso na compreensão da urbanização à brasileira.

Dentro de uma conjuntura intelectual marcada pela forte influência da sociologia marxista[17], as teses de Chico de Oliveira articulavam engenhosamente o fenômeno da urbanização com a lógica do sistema capitalista, porém de modo essencialmente teórico. Todavia, do programa de pós-graduação instituído em 1972 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo surgiram nos anos 1970, marcados pela politização da questão dos "loteamentos clandestinos" (cf. Capítulo 3), diversas pesquisas empíricas procurando dialogar com as teses do economista e sociólogo pernambucano. Essas se encontraram resumidas na clássica coletânea organizada pela professora Ermínia Maricato no final da década, *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, e prefaciada por Chico de Oliveira. Em particular, os vários pesquisadores que contribuíram para a coletânea tentaram esclarecer o sentido do conceito de "autoconstrução". Para Maricato, tanto "a autoconstrução" quanto "o mutirão" designavam "um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, dife-

[17] Para uma resenha completa dessa tradição, cf. TOPALOV, 1988. Entre outras, destacaram-se as contribuições de Manuel Castells (*La question urbaine*, Paris, Maspero, 1972), Christian Topalov (*Les promoteurs immobiliers*, Paris, La Haye-Mouton, 1974), Jordi Borja (*Movimientos sociales urbanos*, Madrid, Ed. SIglo XXI, 1977) e Jean Lojkine (*Marxisme,l'État et la question urbaine*, Paris, PUF, 1977).

renciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho" (MARICATO, 1979, p. 71). Esta distinção convergia explicitamente com a tese de Oliveira segundo a qual a autoconstrução era a "sobrevivência de práticas de economia natural": em vez de obedecer à racionalidade capitalista, a autoconstrução decorria da necessidade, devido aos parcos recursos dos moradores e ao acesso limitado à tecnologia (ibid., p. 88-89). Portanto, a arquitetura que resultava da autoconstrução, longe de expressar alguma estética popular, era antes uma "arquitetura do possível". Já os estudantes Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, com base em uma pesquisa conduzida entre cinco "loteamentos periféricos" no município de Osasco, marcaram sua diferença, principalmente na interpretação da autoconstrução:

> Alguns autores consideram a autoconstrução como "trabalho não pago, isto é, "supertrabalho". No entanto, ao produzir sozinho sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento. [...] Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter um valor de troca quando é mercantilizada, através de venda ou locação, muito frequentes (BONDUKI & ROLNIK, 1979, p. 129).

Ou seja, a tese da "superexploração" não esgotava todos os significados da autoconstrução: através da autoconstrução, o trabalhador se tornava proprietário de um bem que podia ser vendido, dividido ou alugado depois, caso o proprietário precisasse ou quisesse incrementar sua renda. A casa autoconstruída não tinha só valor de uso, ela podia ganhar valor de troca; ela acabava sendo, portanto, patrimônio:

> O trabalhador, ao optar pela casa própria, não visa apenas eliminar o gasto mensal com a habitação, mas objetiva também a formação de um patrimônio — uma garantia frente à instabilidade no emprego e à ineficiência da previdência social, características das condições de trabalho prevalecentes (ibid., p. 138).

Entretanto, a tese da mercantilização da casa autoconstruída não contradizia completamente a tese da "superexploração", já que a possibilidade de mercantilizar a casa "permitia] a manutenção de salários deprimidos e a ineficiência da previdência social" (ibid., p. 151).

A contribuição de Bonduki e Rolnik se destacou também pela importância que deu ao "processo de formação de loteamentos" na reflexão sobre a "reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho". Distinguiram assim o papel dos vários atores envolvidos na produção de "loteamentos para baixa rendas", como o proprietário fundiário, o loteador, o corretor, os compradores de lotes e o Estado, ressaltando a existência de um mecanismo muito comum, o da concessão, pela qual um proprietário se associa com um loteador e divide o lucro das vendas com ele

(ibid., p. 120). Explicaram a utilidade da venda em prestações como meio de justamente atrair a clientela popular, que não tem como pagar um terreno de uma vez só. Contra certas teorias que privilegiavam a explicação pela especulação imobiliária, mostraram que "o processo de implantação de infraestrutura ocorre descontinuamente, aos saltos (...) e isto porque os investimentos feitos pelo poder público em bairros de população de baixa renda dependem muito mais de conjunturas políticas do que de um processo de planejamento" (p. 124). Do ponto de vista do loteador, Bonduki e Rolnik explicaram a ausência de investimentos privados no equipamento do loteamento pela necessidade de manter uma demanda solvente, visto que tais investimentos teriam que ser repercutidos no preço final do lote (p. 125). "Eu boto guias, sarjeta, asfalto, eu boto os canos nas ruas, eu pago o poste, a luminária e a luz elétrica na rua durante um ano!", reclamou um empreendedor de loteamentos de alto padrão entrevistado pelos dois estudantes, "porem quem pagou tudo isso? Eu digo nós, mas esse nós esta diluído no preço dos lotes" (pp. 125-126). Também inovaram muito ao enfatizar a heterogeneidade dos "loteamentos periféricos": "a diferença entre o preço de um lote num bairro já relativamente ocupado e equipado e outro situado num loteamento recém-aberto, desocupado e carente de qualquer serviço, é enorme" (p. 144), por conseguinte, "não existe uma única periferia uniforme, mas muitas" (p. 148). Por fim, os dois autores sublinharam a função do loteamento periférico como instrumento de difusão da ideologia da casa, pedra angular da política habitacional adotada pelo regime militar (p. 150). Essas análises de Bonduki e Rolnik não contradiziam em nada o arcabouço teórico herdado de Oliveira. Emprestando a Lúcio Kowarik (1979), cientista político autor de estudos clássicos sobre a periferia em fase com o argumento de Oliveira, o conceito de "espoliação urbana", concluíram os dois estudantes que:

> Mas a "superexploração" na atividade produtiva se junta a chamada "espoliação urbana", conjunto de condições precárias a que os trabalhadores têm que se sujeitar para vender sua forca de trabalho numa cidade onde prioridade nenhuma e dada as suas necessidades. E neste quadro de "espoliação urbana" que devemos inserir a habitação de baixa renda em loteamentos periféricos (p. 149).

Na medida em que essa "espoliação" requeria o controle político e moral dos trabalhadores de baixa renda, controle que tomou a forma de uma repressão violenta depois do Golpe de 1964, a única saída para melhorar a situação dessas massas que vinham construindo a periferia passava pela mobilização coletiva deles em torno de

lutas. Portanto, não é por acaso que esses pioneiros da periferia apareceram ao lado de partidos de esquerda nos anos seguintes[18].

Variação carioca: o empirismo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos

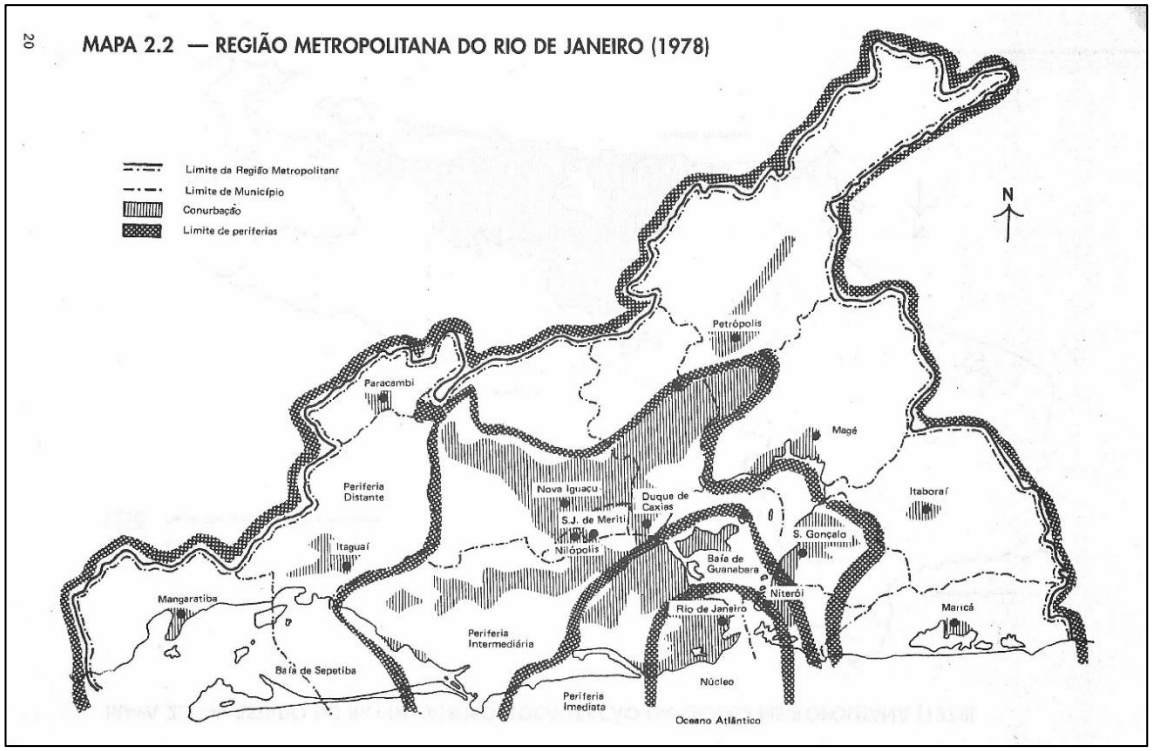
Se a literatura clássica sobre "periferia" procurou realmente entender a forma como se dava a ocupação do espaço na margem das grandes metrópoles, principalmente de São Paulo, questionando de forma muito instigante a transformação da terra em uma mercadoria acessível aos mais pobres e o modo como os moradores se apropriavam o espaço, sempre prevaleciam nas discussões dela as categorias analíticas da economia política clássica. De fato, menos do que a observação atenta e prolongada da urbanização na "periferia", o ponto de partida dessas discussões tinha sido as categorias da economia política (marxista), como as de "exploração", "acumulação" ou, mais perniciosa ainda, de "economia natural", na medida em que elas ofereciam uma alternativa ao desenvolvimentismo do "pensamento cepalino", como dizia Chico de Oliveira. Com efeito, a dinâmica histórica dos "loteamentos periféricos" antes refletia a dinâmica da própria acumulação capitalista. O próprio Castells já falava: "uma problemática sociológica da urbanização deve considerá-la enquanto processo de organização e de desenvolvimento, e, por conseguinte, partir das relações entre forças produtivas, classes sociais e formas culturais (o espaço incluído)" (CASTELLS, 1972, p. 19). "Em vez de falar de *urbanização*", Castells preferia falar da "*produção social das formações espaciais*" (ibid., p. 32, grifo do autor). O próprio Francisco de Oliveira, no prefácio à coletânea organizada por Maricato, explicitou que "o que se pensa como urbano não é outra coisa senão o produto típico das contradições do modo capitalista de produção *na localização* urbana" (OLIVEIRA, 1979, p. 14, grifo do autor). Já no Rio de Janeiro, o autor que provavelmente mais dialogou com a literatura clássica sobre

[18] Raquel Rolnik e Nabil Bonduki têm participação ativa na formulação das políticas urbanas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT): vereador pelo PT desde 2012, Nabil Bonduki atuou como coordenador do programa de desenvolvimento urbano do candidato à prefeitura de São Paulo Fernando Haddad; Raquel Rolnik assumiu os cargos de Diretora do Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992) na gestão de Luiza Erundina e de Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Já Ermínia Maricato, autora de documentários militantes sobre a periferia nos anos 1970, ocupou os cargos de Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992), também na gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, e de Secretária Executiva do recém-criado Ministério das Cidades (2003-2005), também durante o primeiro mandato de Lula. A literatura clássica sobre periferia surgiu então na interseção de um "campo científico", o dos estudos urbanos no Brasil, e de um "campo político" ou "ideológico" particular (PALMEIRA, 1971, p. VIII), o da esquerda brasileira e latino-americana dos anos setenta e oitenta.

periferia, o arquiteto, urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, adotou uma abordagem de cunho mais empírico. Em um conhecido artigo de 1977, “Volviendo a pensar en favelas a causa de las periferias” (1977), Santos procurou identificar a “novidade” que a periferia representava do ponto de vista “da urbanização brasileira”, em comparação com as favelas, condenadas a se tornar, “no futuro (...) como um dos elementos ‘arqueológicos’”. Segundo ele, o Rio de Janeiro estava se tornando uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos, cercado por estratos urbanos periféricos, cada vez mais carentes de serviços e infraestruturas”, ou seja, a urbanização aqui tomava a forma de uma metropolização, daí o surgimento da periferia. Por ser um fenômeno de natureza metropolitana, não se podia analisar a periferia da mesma maneira que as favelas, devido ao alto grau de complexidade da metrópole, decorrente da escala à qual ela se situa (“a melhor caracterização da metrópole é sua escala”): enquanto as favelas compunham ilhas isoladas dentro do tecido urbano, a periferia aglomerava “bairros, distritos e municípios inteiros”. Ela constituía também um ambiente altamente diferenciado: “nela cabe tudo”, comentava Santos, “centros urbanos densos com edifícios altos e comércios ativos; muitos parcelamentos de diversos níveis e com padrões urbanísticos e habitacionais variados. Inclusive, existem favelas lá dentro.” Essa diferenciação se manifestava até dentro dos loteamentos, já que “cada um busca provar que é um pouco menos pobre, e isso se demostra através da fachada da casa ou da muralha que a cerca”. A mesma complexidade afetava as relações fundiárias: “lá se encontram todas as formas consagradas da propriedade, mais algumas outras semioficiais ou não-oficiais, mais aluguéis, mais ocupações ilegais do gênero das favelas”. Até onde as relações são contratuais “o nível de legalidade das escrituras vai dependendo de muitas variáveis, entre elas: a época em que foram vendidos os sítios, quem os vendeu; a maneira como foi feito; o nível de organização administrativa do município onde acontece o negócio, etc.”

Com base nas observações do arquiteto e urbanista norte-americano Michael David Vetter (1975) sobre a distribuição de rendas no Grande Rio, Santos elaborou um modelo distinguindo entre três tipos de periferia (Figura 2), que até hoje constitui uma referência nos estudos sobre a estrutura socioespacial do Rio de Janeiro: a “periferia imediata”, que abrangia o *subúrbio,* a Barra da Tijuca e a Zona Norte de Niterói

Figura 2 – O modelo centro-periferia de Santos.



Fonte: Abreu (1987).

(a Zona Sul de Niterói, assim como o Centro e a Zona Sul do Rio, fazia parte do "centro"); a "periferia intermediária", que abarcava a parte da Zona Oeste do Rio equivalente a atual AP-5, as regiões de Anchieta e Pavuna, vários municípios da Baixada fluminense, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, e o município de São Gonçalo; a "periferia distante", que remetia aos centros urbanos ainda sob influência do Rio de Janeiro, como Petrópolis, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá e Paracambi. Destas três periferias, a mais dinâmica era a intermediária, registrando um crescimento populacional muito alto, embora a densidade da ocupação fosse irregular e as infraestruturas, inexistentes. O modelo de Santos estabelecia assim um vasto contínuo sociológico, indo de São Gonçalo até Santa Cruz e Guaratiba. Aproveitamos esse ponto para propor um pequeno aparte. Ao invés de São Paulo, não existe no Rio de Janeiro uma categoria nativa de "periferia", que abranja esse contínuo. Também sabemos que, de modo geral, o processo de periferização no Rio de Janeiro, cujas primeiras evidências empíricas remetem ao início dos anos 1960[19],

[19] Em 1962, a geógrafa Maria Terezinha Segadas publicou na *Revista Brasileira de Geografia* um longo artigo, "Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro", cujo título resume bem o teor das transformações pelas quais passava o território desse município, que naquela época

nunca despertou o mesmo interesse que em São Paulo, a ponto de existir uma verdadeira divisão do trabalho acadêmico entre ambas as cidades, cabendo à primeira o estudo das favelas e à segunda o da periferia (VALLADARES & FREIRE-MEDEIROS, 2002, p. 66). Arriscaremos aqui uma hipótese: já que as áreas mais afetadas pelo processo de metropolização/periferização pertenceram da "Baixada fluminense", território carregado de uma poderosa "identidade regional" (BOURDIEU, 1980) bem distinta da cidade do Rio de Janeiro[20], o processo de periferização foi visto antes como "típico" daquela região. A estatística populacional não deixa dúvida quanto à preponderância da Baixada nesse processo. Em 1950, os vários municípios da Baixada inclusos dentro da "periferia intermediária" contabilizavam 488.252 habitantes, cifra bem próxima daquela encontrada na AP-5 (Zona Oeste, menos Jacarepaguá e Barra da Tijuca) e nas XXII e XXV RA da capital (Anchieta e Pavuna), de 436.738 habitantes[21]. Já em 1980, esses municípios abrangiam uma população de 2.836.374 habitantes (aumento de + 481%), enquanto a AP-5 e as XXII e XXV RAs contavam com "apenas" 1.310.856 habitantes (+ 200%); ou seja, entre 1950 e 1980, período de maior crescimento da população urbana em toda a história brasileira, os municípios periféricos da Baixada fluminense cresceram duas vezes mais rápido do que os bairros periféricos do Rio de Janeiro – no caso de Guaratiba, a diferença com a Baixada ficou maior ainda, já que o bairro nem dobrou de tamanho nesse mesmo intervalo, passando de 23.609 moradores em 1950, para somente 45.817 em 1980[22], uma taxa de crescimento populacional (+94%), abaixo até das taxas nacionais (+133%) ou municipais (+118%).

abrangia os distritos de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita (Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis foram emancipados na década de quarenta). Em 1956, os geógrafos Pedro Geiger e Myriam Mequita, em seus clássicos *Estudos rurais da Baixada Fluminense,* já apontavam para o espraiamento dos loteamentos urbanos pelas glebas rurais da Baixada.

[20] Se não temos aqui como discutir a categoria de "Baixada fluminense", suas origens históricas e a evolução das representações que lhe foram associadas, só lembraremos que ela tem por base um critério natural, geográfico – a presença de baixios no entorno da Baia da Guanabara – e que ela acabou sendo incorporada ao linguajar administrativo – nos anos 1930 foi criada pelo governo federal uma Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Acrescentaremos ainda que, devido à violência rural (conflitos fundiários) e depois urbana (grupos de extermínio), a Baixada, nos anos 1970, já era vista como "mundo à parte", "fronteira mítica" da civilização, segundo a expressão forjada pelo então jornalista Fernando Gabeira, o que inegavelmente reforçou o peso simbólico da categoria nas representações populares e científicas (SOUZA, 1992).

[21] Todos os dados provêm do Censo de 1950 e do Censo 1980, sendo disponibilizados em ABREU, 1986/2003 e VERÍSSIMO, 2005.

[22] O próprio Jardim Maravilha, assim como os outros loteamentos de grande porte lançados nos anos 1950, permaneceu anos relativamente desocupados (VERÍSSIMO, 2005, p. 125).

É nossa hipótese que estamos diante de um caso “onde as divisões artificiais do objeto, muitas vezes de acordo com recortes realistas, impostos pelas fronteiras administrativas ou políticas, são o maior obstáculo à compreensão científica” (BOURDIEU, 1980, p. 35): devido ao peso simbólico da “Baixada fluminense” enquanto “categoria regional”, a preponderância da Baixada no processo de periferização/metropolização acabou ocultando esse contínuo sociológico que vai da Zona Oeste ao interior do Estado. Assim, quando algum historiador ou antropólogo faz trabalho de campo em um loteamento periférico da Baixada fluminense, é antes com a literatura “baixadense”, para retomar a expressão usada pelo historiador Linderval Augusto Monteiro (2007), autor de uma tese ambientada em vários loteamentos da Baixada, que ele dialoga. E reciprocamente, quando sociólogos ou antropólogos resolvem estudar a periferia do Rio de Janeiro, é antes para a Baixada que eles se dirigem: até os anos 1990, não encontramos nenhuma monografia de história, sociologia ou antropologia urbana sobre loteamentos ou bairros periféricos no Rio de Janeiro (na Zona Oeste, mais as regiões administrativas de Anchieta e Pavuna), enquanto pelo menos quatro dissertações de mestrado (COSTA, 1979; BELOCH, 1980; CAVALCANTI, 1980; SANTOS, 1980)[23], além das duas contribuições à coletânea de Valladares sobre *Habitação no Brasil* (CHINELLI, 1980; LIMA, 1980), trataram de loteamentos periféricos na Baixada fluminense. Essa organização do campo acadêmico certamente prejudica a pesquisa, pois há uma série de fenômenos, como justamente a transformação das terras outrora ocupadas pela citricultura em “loteamentos irregulares” para as classes de baixa renda, que ocorreram simultaneamente na Zona Oeste e nos municípios periféricos da Baixada, e mereceriam, portanto, uma abordagem comparativa.

Voltando ao trabalho de Santos, podemos ver que o autor procurava enfatizar sistematicamente a complexidade da periferia, em particular a profunda heterogeneidade entre e dentro das periferias. Esse cuidado com a complexidade empírica do

[23] As quatro dissertações, situadas dentro do marco teórico inaugurado pela literatura clássica sobre periferia, foram defendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR) da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), programa criado em 1971 e que em 1987 deu luz ao Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), até hoje o principal polo da produção acadêmica sobre a periferia do Rio de Janeiro. Destacaremos a dissertação de Zilda Maria dos Santos sobre a tipologia habitacional própria às populações de baixa renda, orientada por Luiz Antônio Machado da Silva, até hoje um dos únicos estudos comparativos sobre favela, loteamento periférico e conjunto habitacional.

fenômeno o levou, em 1980, a formular o que pode ser lido como uma crítica ao modo como estavam sendo conduzidos alguns estudos acerca da periferia[24]:

> Reduzir a enorme complexidade de articulações em todos os níveis (sociais, econômicos, físicos), que resulta na localização das pessoas no espaço urbano e nas suas formas de habitat a determinações abrangentes e um tanto abstratas do poderio do Estado e do Capital equivale a cair em dois equívocos: 1) imaginar que o conjunto de ações que se designam por MORAR em uma cidade, um bairro e uma casa sejam redutíveis a um instante fixo no tempo e correspondente a um mero espaço material (o da edificação), tendo-se apenas a determinação do ator mais privilegiado naquela conjuntura; 2) aceitar que os programas e projetos impostos ou até concertados têm um significado único e só podem seguir o vetor intencional do contratante mais forte que sempre se conservará em uma posição hierárquica superior, em uma situação que se manterá estática (SANTOS, 1980, p. 18).

Ou seja, não bastava jogar com as categorias da economia política para explicar a forma concreta da periferia. Santos começava então por distinguir entre três níveis de análise: o sistema capitalista, com sua lógica de exploração econômica ("espoliação urbana"); o sistema metropolitano, com o seu modo de repartir as populações no espaço urbano ("periferização"); o sistema do habitat, que determina a forma da habitação ("loteamento"). A articulação entre cada nível, na realidade empírica, não era tão simples quanto supunha o modelo de Oliveira e como já tinham sugerido os estudos de Bonduki e Rolnik:

> O morar em Periferias obedece a uma série de articulações de diversos atores e de seus processos que viabilizaram a produção, a comercialização, o acesso e o consumo da moradia em qualquer das instâncias representativas (econômica, jurídica, financeira, política, sociocultural, tecnológica, etc.), através de solução dos LOTEAMENTOS (ibid., p. 28).

[24] Assim como os autores da literatura clássica sobre periferia, a trajetória de Carlos Nelson Ferreira dos Santos se situa na interface do "campo cientifico" com o "campo político", ainda que não seja exatamente o mesmo "campo político" dos sociólogos e urbanistas paulistas. Depois de uma graduação em arquitetura pela UFRJ em 1966, começou a carreira dele trabalhando como assessor urbanístico e habitacional da Federação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Junto com outros colegas fundou o grupo Quadra, escritório de arquitetura contratado logo depois pela recém-criada Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), para projetar a urbanização da favela Brás de Pina, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Tratava-se de um projeto pioneiro de urbanização participativa, a contratempo das remoções promovidas pelos governos estadual e federal. Essa experiência convenceu então Santos do papel essencial que as relações sociais e os significados culturais desempenhavam nos hábitos de morar dos favelados, papel despercebido pelos arquitetos e planejadores urbanos, que privilegiavam uma abordagem vertical e funcionalista do habitat. Santos almejava aproximar arquitetura erudita e planejamento urbano das práticas vernáculas, seguindo uma corrente hostil ao modernismo, que vinha crescendo no campo da arquitetura e do planejamento mundiais. Com essa intenção, ingressou no mestrado do PPGAS, no final dos anos 1970, e defendeu uma dissertação sobre os movimentos sociais urbanos. O compromisso político de Santos passou assim pelo exercício da profissão de arquitetos, ligado a movimentos sociais e administrações pública, antes de resultar em uma série de trabalhos de cunho mais acadêmico, influenciado pela perspectiva da antropologia. O próprio Santos resumiu a trajetória dele em uma contribuição para a coletânea organizada por Gilberto Velho, *O desafio da cidade* (SANTOS, 1980).

Pelo mesmo motivo, Santos esboçou uma crítica ao conceito de autoconstrução, que seria baseada em relações supostamente pessoais e não contratuais:

> As casas são construídas com recursos dos moradores, mas não há indícios de que sejam o que se convencionou chamar de "autoconstrução". Há vários tipos de contratos parciais e totais de mão-de-obra de diversas qualificações. Existem mesmo pequenas empresas que parecem atuar com muita eficácia em loteamentos onde há um mercado amplo para as atividades de construção. [...] Parece haver mitificações a respeito das possibilidades de autoconstrução de pessoas sem treinamento e que têm de vender sua força de trabalho em atividades que lhes exigem outros tipos de habilitação (ibid., p. 31).

Ainda assim, Santos não discordava de Oliveira quanto ao papel do loteamento e da autoconstrução na reprodução do sistema capitalista, só que em vez de articular os dois níveis pela noção de "superexploração", Santos situava na informalidade, que chamava de "antiburocracia" essa articulação: para os trabalhadores pobres, era muito mais fácil solucionar os problemas de moradia deles recorrendo através de relações de face-à-face ou de contratos informais do que passando pelas instituições oficiais tipo BNH (ibid., p. 32). Ao mesmo tempo, esta antiburocracia fomentava verdadeiras "estratégias antihegemônicas" por parte os trabalhadores autoconstrutores, que podiam através dela se reapropriarem de suas vidas.

A periferia dos antropólogos

Santos introduzia assim várias indeterminações nos esquemas marxistas visando dar conta da periferização, indeterminações que, em seguida, abriram um vasto campo para a pesquisa empírica, especialmente para uma pesquisa empírica de cunho etnográfico: Através de quais mediações o Estado e o Capital conseguiam transformar as franjas do espaço urbano em periferias? Quais atores intervinham no sistema de habitação chamado "loteamento"? Como a diferenciação socioespacial da periferia repercutia no modo de morar e, reciprocamente, qual era a contribuição dos moradores para a diferenciação socioespacial da periferia? Como explicar a coexistência de vários graus diferentes de legalidade na periferia, e qual efeito isso tinha no modo de morar? Como se davam concretamente as relações entre os moradores da periferia e o Estado? Quais desdobramentos essas várias questões recebiam no decorrer do tempo?

Esse campo, contudo, foi pouco explorado pelos antropólogos. É que, para eles, a periferia representava, antes, muito mais um contexto do que um verdadeiro objeto. As duas pioneiras da antropologia urbana no Brasil, Eunice Durham e Ruth

Cardoso, que também integraram o CEBRAP, estudaram assim, nos anos 1960, grupos de migrantes que, oriundos do campo, vinham ocupando a periferia de São Paulo (respetivamente, os Italianos e os Japoneses). Sob a orientação de Egon Schaden, o grande especialista do contato intercultural, procuraram analisar as transformações que a urbanização ocasionava nos "modos de vida" daqueles migrantes, não só na situação econômica deles, como em aspectos da vida familiar e religiosa. Aliás, foi a grande contribuição das duas antropólogas ter revelado o quanto a família "resistia" à urbanização, contrariando a narrativa dominante da modernização (narrativa compartilhada tanto pela direita liberal, quanto pela esquerda marxista), segundo a qual a família, como instituição, estava irremediavelmente condenada a desaparecer. Entretanto, o enfoque dessas pesquisas nunca foi a periferia em si, mas sim o que estava acontecendo lá. Como bem comentou Durham em uma entrevista com Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha: "Eu nunca na verdade me dediquei ao fenômeno urbano. Eu, para mim, o urbano sempre foi *o contexto* no qual eu estudava outros problemas. [...] Eu fiz mais uma *antropologia na cidade* do que uma antropologia da cidade." (DURHAM, 2007 apud ECKERT & ROCHA, 2009, grifo meu). E para especificar o seu verdadeiro objeto: "Era a sociedade brasileira que me interessava. [...] Era o desenvolvimento de uma sociedade urbano industrial. Mas esse urbano industrial também é uma transformação do campo e é uma destruição da economia tradicional" (ibid.). É que naqueles anos existia, segundo a antropóloga paulista, uma clara divisão do trabalho acadêmico entre antropólogos e sociólogos, que frequentavam dentro da USP o mesmo departamento, divisão que refletia na abordagem dos objetos:

> Para nós da antropologia estava muito claro que nós tínhamos uma divisão muito razoável, os sociólogos ficam estudando *o processo de urbanização* e a gente ficava estudando as pessoas. Fazia um estudo de base antropológico de *modo de vida*, de transformação de modo de vida. E assim eu trabalhei com as periferias urbanas muito tempo (ibid., grifo meu).

Foi então pelo caminho da migração rural-urbano e de suas consequências sobre o modo de vida e a organização familiar que, dentro de uma crítica às teorias da modernização, a antropologia abordou a periferia.

Sob a orientação de Ruth e Durham, os jovens antropólogos (ou melhor, as jovens antropólogas) que visitaram a periferia nos anos 1970 olharam antes para os comportamentos familiares, em particular para o modo com as famílias obtinham e aplicavam a renda delas, aquilo que a literatura sobre as "famílias" (*households*) pobres da América latina chamava de "estratégias de sobrevivência" (LOMNITZ,

1975/1993; para uma resenha dessa literatura, cf. SCHMINK, 1984, p. 88). Essas "estratégias", conforme mostraram alguns estudos clássicos (BILAC, 1978; MACEDO, 1979; CALDEIRA, 1984), mudavam bastante de uma família para outra, mas afinal, como os rendimentos das classes populares permaneciam em um patamar baixo, prevaleciam mais ou menos os mesmos padrões de consumo e apropriação da cidade – o próprio fato de morar na periferia fazia parte desses padrões comuns. Conforme resumiu Durham,

> a uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho deve promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer, padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade que lhe são própria (DURHAM, 1987).

Fiel às origens da antropologia urbana (WIRTH, 1938), essa antropologia "na" periferia se interessava antes pelo "modo de vida" dos moradores, a pobreza sendo vista como um fator de homogeneização cultural desses moradores. Sem ir de encontro à literatura clássica sobre periferia, para essas antropólogas, não era a classe social mas a família o verdadeiro sujeito das práticas observadas. Já o estudo de José Guilherme Cantor Magnani, orientando de Cardoso, sobre o lazer na periferia se distanciou mais claramente da literatura clássica, ao apontar para uma vida social e cultural que não se resumia ao trabalho. Como bem lembrou Ruth Cardoso em seu prefácio em *Festa no pedaço*, adaptação da tese de doutorado de Magnani:

> Empenhados em analisar a exploração exercida sobre este contingente da mão-de-obra urbana, [*os estudos sobre bairros periféricos*] pareciam descrever indivíduos programados apenas para o trabalho e incapacitados para o prazer. Com frequência, o gosto popular pelo futebol, pelos melodramas históricos ou mesmo pela televisão era interpretado como uma das dimensões da alienação dos dominados (CARDOSO, 1982, p. 15).

Os "fins de semanas" caros às interpretações sociológicas marxistas não eram só de "supertrabalho", de "desgaste físico" na autoconstrução da casa, eram também de lazeres, e de lazeres que não se podia reduzir a meros reflexos de uma ideologia dominante, pois desempenhavam um papel crucial na formação das identidades coletivas, conforme mostrou a tese de Magnani.

Vale ressaltar que, nesse mesmo período, a antropologia produzida no Rio de Janeiro pouco se interessou pelo tema da periferia. Além dos estudos realizados pelo "antropoteto" Carlos Nelson Ferreira dos Santos, houve, é verdade, as contribuições de Filippina Chinelli e de Maria Helena Beozzo de Lima, ambas formadas em antropologia pelo PPGAS, para a coletânea *Habitação no Brasil*. Chinelli explorou assim as

relações entre loteadores e Estado de um lado, loteadores e compradores de lotes do outro, confirmando as sugestões de Santos acerca da “antiburocracia”, pois, para o comprador, “dada a familiaridade que existe entre loteador e comprador, [havia] maior possibilidade de barganha quanto ao pagamento do lote” (CHINELLI, 1980, p. 66). Já Lima sublinhou o quanto o processo de autoconstrução interferia na existência dos trabalhadores, concluindo que “a autoconstrução é um processo que marca um modo de vida por permear quase todas as esferas do cotidiano dos trabalhadores empenhados nela.” (LIMA, 1980, p. 88). Entretanto, nenhuma das duas antropólogas deu prosseguimento à pesquisa sobre periferias.

Esse baixo interesse pela periferia do Rio se deve provavelmente ao fato de que a discussão envolvendo as teorias da modernização e da marginalidade se deu a partir das favelas (LEEDS & LEEDS, 1978 [1970]; PERLMAN, 1977), e não a partir da Zona Oeste ou da Baixada por exemplo, como poderia ter sido o caso. A ponto de que, quando as discussões da antropologia paulista chegaram ao Rio de Janeiro, foram ensejadas no contexto das favelas, exclusivamente, reproduzindo assim a divisão do campo científico entre São Paulo e Rio de Janeiro. Orientanda de Durham, Alba Zaluar realizou, no início dos anos 1980, uma importante pesquisa sobre a favela de Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio, abordando os temas tradicionais da antropologia paulista, como a família pobre e suas “estratégias de sobrevivência”, o associativismo popular e suas relações com a política, ou a produção das identidades locais (ZALUAR, 1985/2000). O que não quer dizer que a periferia do Rio de Janeiro, Zona Oeste e Baixada fluminense em primeiro lugar, não interessava os antropólogos: desde os anos 1970, multiplicaram-se no PPGAS pesquisas ambientadas na Baixada fluminense, porém com outro recorte temático: tratava-se antes de uma antropologia rural (BASTOS, 1977; GRYNZPAN, 1987; SOUZA, 1992; CASTRO, 2005), e as questões colocadas tinham a ver, sobretudo, com produção camponesa, conflitos fundiários e crise do mundo rural. A dissertação de Sonali Maria de Souza defendida em 1992 fez, entretanto, exceção: orientada por Afrânio Garcia, especialista em antropologia rural, inovou ao simultaneamente colocar estas questões e aquelas típicas da sociologia ou da antropologia urbana, analisando, por exemplo, a memória do mundo rural junto com o mercado de loteamento. Além do “modo de vida”, a dissertação de Souza procurava pensar a “historicidade” dos loteamentos (SOUZA, 1992, p. 2) e, portanto, o significado do processo de urbanização naquela região.

A partir dos anos 1980, a periferia, ou melhor, o tríptico periferia-loteamento-autoconstrução, começou a perder espaço na agenda dos estudos urbanos, tanto do lado da sociologia quanto da antropologia, mais ainda no caso dos estudos voltados para o Rio de Janeiro – Luiz César de Queiroz Ribeiro, professor no IPPUR, chegou a comentar que, "durante a década de 1980, a dimensão metropolitana", consubstancial à reflexão sobre a produção do espaço periférico, "foi praticamente abandonada na pesquisa urbana sobre o Rio de Janeiro" (RIBEIRO, 2000, p. 69). Isso não quer dizer que a periferia como lugar de pesquisa sumiu, mas que quem olhava para a periferia agora se dedicava ao estudo de outros objetos, como os movimentos de moradores da periferia por exemplo (KRISCHKE, 1984a, 1984b), o que no Rio de Janeiro deu lugar à pesquisa de Luciana Correa do Lago sobre o Movimento de Loteamentos (LAGO, 1990). Essa mudança no campo dos estudos urbanos estava em sintonia com a conjuntura política e intelectual do momento: por um lado, os movimentos sociais tinham se tornado atores fundamentais da transição democrática; por outro, a moda não era mais o estudo das macroestruturas sociais, mas o "retorno do sujeito" (VALLADARES & MEDEIROS, 2002, p. 60). Já pelo fim dos anos 1990, até como lugar de pesquisa a periferia perdeu espaço. O trabalho de Valladares e Freire-Medeiros sobre a base de dados bibliográficos UrbanData-Brasil evidencia uma importante ruptura no final do século passado, com o declínio acelerado dos temas mais tradicionais da pesquisa urbana, e a ascensão de novos, até então, pouco presentes (ibid., p. 73). Em particular, caíram no ranking dos principais temas abordados pela sociologia urbana aqueles comumente vinculados à periferia, como o "processo de urbanização", o 'sistema urbano e metropolitano", a "dinâmica populacional e migração", o "planejamento urbano" e o "solo urbano". Ao mesmo tempo, subiram temas como o "setor informal", a "violência urbana", a "infância e juventude", o "poder local" e as "ONG", temas que a mídia, a administração pública e o meio acadêmico acabaram associando muito mais à favela do que à periferia (ibid.). Afinal, a periferia parece ter sido vítima daquilo que tinha feito seu sucesso: a interface entre o "campo científico" e o "campo político" (PALMEIRA, 1972, p. VIII). É que nos anos 1970, a periferia incontestavelmente ocupava lugar de destaque na agenda política. Comentando as mobilizações de moradores na periferia de São Paulo, que passaram desde o início dos anos 1970 a cobravam dos poderes locais maiores investimentos no transporte, em serviços urbanos e na segurança pública, Caldeira estima que elas contribuíram para dar visibilidade àqueles lugares distantes do centro. "A 'periferia' tornou-se objeto de interesse acadêmico em

função do debate político" (CALDEIRA, 1984, p. 8). Já com o fim das remoções e o crescimento da violência associada ao tráfico de drogas, a partir dos anos 1980, as favelas passaram a ocupar o topo da agenda política, se tornando alvo de inúmeras políticas públicas de urbanização, de saúde (prevenção das drogas e planejamento familiar), de educação (capacitação profissional e luta contra o abandono escolar), de segurança pública (combate ao tráfico de drogas), etc. (VALLADARES, 2005).

Ao mesmo tempo em que o tríptico periferia-loteamento-autoconstrução desapareceu da agenda, o conceito de periferia, no discurso das ciências sociais, passou por um verdadeiro "deslizamento semântico", semelhante àquele descrito por Durham no caso do conceito de ideologia (DURHAM, 1986/2004). Especialmente nos anos 2000, a palavra "periferia" esteve no centro de várias etnografias a respeito da região metropolitana de São Paulo, no contexto de pesquisas sobre arte e cultura (NASCIMENTO, 2011), mas principalmente sobre ilegalismos populares (FELTRAN, 2008; HIRATA, 2010). A coletânea *Sobre periferias*, organizada por Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran e publicada em 2013, reflete muito bem o estado atual da produção acadêmica acerca da periferia: das 12 contribuições reunidas, oito têm a ver com violência, quatro com ação social, três com religião, duas com associativismo popular e uma com criação artística. Se existem referências ao tema da moradia, é sempre a partir da violência ou do associativismo que ele é abordado; de modo geral, não é mais o processo de urbanização que serve, hoje, como ponto de partida para refletir sobre a periferia. São antes os comportamentos afastados dos padrões comumente encontrados no resto da cidade – daí a centralidade dos trabalhos sobre ilegalismos nesta nova abordagem antropológica da periferia, já que eles se situam à distância máxima do que a sociedade considera seu núcleo moral. Patrícia Birman, na introdução da coletânea, reivindica explicitamente essa abordagem que identifica "periferia" com as "margens" da sociedade abrangente, relegando o significado propriamente espacial da palavra ao segundo plano:

> Os textos reunidos nesta coletânea revelam a elaboração rica de um campo analítico, cuja complexidade se deve ao reconhecimento de que as fronteiras das periferias estão longe de se constituírem por coordenadas somente ou primordialmente *espaciais*. Afinal, as *margens*, como muitos trabalhos publicados demonstram, podem ser políticas, religiosas, sociais, administrativas, culturais – sem que se recubram de forma a criar espaços fixos, homogêneos, unificados e submetidos às mesmas clivagens (BIRMAN, 2013, p. 7, grifo meu).

Em outras palavras, a palavra de “periferia”, na prática antropológica, tende a se tornar sinônima de marginalidade sociocultural, seguindo assim um movimento geral de retorno à temática da marginalidade no campo da sociologia e da antropologia urbana (DAS & POOLE, 2004; PERLMAN, 2005; WACQUANT, 2006). Entretanto, é preciso ressaltar que não se trata da mesma marginalidade, não se trata de uma marginalidade conceituada como defeito de integração, dentro de uma perspectiva funcionalista: trata-se de uma marginalidade que se constrói na dinâmica das interações entre camadas pobres da população, vítimas da segregação, e o resto da sociedade – uma dinâmica de natureza eminentemente conflitiva.

Consequentemente, a categoria de periferia ganhou uma extensão considerável no discurso atual dos antropólogos ou sociólogos urbanos, a ponto de subsumir outras categorias que antes eram pensadas em uma relação de contraste com a periferia, especialmente a de favela. Assim, na coletânea *Sobre periferias*, duas contribuições falam de favelas situadas dentro do Estado do Rio de Janeiro, ambas com foco em assuntos relacionado ao tema da criminalidade; outra contribuição está ambientada nas cracolândias de São Paulo, e outra em um centro de hospedagem para moradores de rua. Essa maior “transversalidade” da categoria não remete a alguma teoria nova acerca da periferia ou da marginalidade, ela é fruto de uma sensibilização aos diversos usos da palavra, o que inclui os usos nativos, como bem ressaltam os organizadores da coletânea em introdução:

> Os empregos da categoria periferia, como das palavras-chaves usualmente utilizadas em sua análise, oscilam entre o estatuto de conceito analítico, quando não teórico, e o de palavra corriqueira, de uso cotidiano, utilizada para fazer menção aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradia autoconstruída, conjuntos e mutirões habitacionais, mas também morros, favelas e subúrbios. [...] Este livro se funda, portanto, na admissão da polissemia dessa noção, que além de ser aqui empregada no plural, atende a sentidos e estatutos distintos em cada situação social na qual se nos revela, de modo invariavelmente conflitivo (CUNHA & FELTRAN, 2013, p. 9-10).

Esse uso mais brando da categoria de periferia de fato ressoa com os usos nativos: a banda de rap Racionais MC’s trouxe nos anos 1990, com seu famoso rap *Periferia é periferia*, uma visão da periferia ligada muito mais à pobreza, à violência e à discriminação[25], do que à autoconstrução e ao loteamento. Desde 2012 no Rio de Janeiro acontece anualmente a Festa Literária das Periferias (FLUPP), a qual ocorre

[25] As palavras da canção se encontram em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/72468/>. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

em alguma favela da cidade. A antropologia busca então entrar em sintonia com os vários usos da categoria. A palavra de ordem, portanto, é o empirismo:

> Sim, "periferias" pode significar muitas coisas, sem dúvida. Mas, afinal, de que "coisas" aqui se trata? De casos. Casos abordados com a minúcia necessária às boas análises, essas que, felizmente, não se recusam a valorizar as circunstâncias, os lugares, as pessoas, as escolhas, os dispositivos e os conflitos que estão em jogo (BIRMAN, 2013, p. 7).

Com isso, estudar "periferia" hoje pode levar o antropólogo tanto para um loteamento periférico, uma favela, um cortiço, um conjunto habitacional, um subúrbio, uma ocupação, etc.

Por que então falar em "deslizamento semântico"? Ao fazer um balanço da antropologia urbana brasileira na primeira metade dos anos 1980, Durham apontava para vários supostos equívocos no modo como os antropólogos empregavam alguns conceitos estranhos à antropologia, principalmente os conceitos da sociologia marxista: muitas vezes, tratava-se de um uso extremamente superficial, sendo os conceitos usados de modo completamente *ad hoc*, sem conexão com as problemáticas históricas e políticas que lhes haviam dado luz (DURHAM, 1986/2004, p. 32). O maior caso de "deslizamento semântico" tinha, segundo a própria autora, acontecido com o conceito de "ideologia", que, longe de todo o aparelho teórico-analítico marxista, virou "simples sinônimo de sistemas de ideias e valores" na antropologia urbana (ibid., p. 29). Entretanto, os antropólogos não conseguiam desistir daqueles conceitos, pois apontavam para problemas de uma grande relevância na conjuntura fortemente politizada daquele momento. Ou seja, os antropólogos operavam "os conceitos de tal modo que, evitando tratar direto da problemática social e política que neles está contida, preserva[avam] uma *alusão* a essa problemática que, afinal de contas, [era] essencial para a compreensão da realidade brasileira" (ibid., grifo da autora). Durham denunciou então o excesso de empirismo dos antropólogos, vítimas de uma "armadilha positivista (sic)" embutida no "próprio método do trabalho de campo" e que os faria permanecer na "descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam" em vez de investigar "o modo pelo qual são produzidos" (p. 33). Se não compartilhamos a crítica de Durham a respeito do método etnográfico, parece que o modo como muitas vezes os antropólogos recorrem ao conceito de periferia mantem o tipo de alusão mencionado por ela, como se o tríptico periferia-autoconstrução-loteamento, como se a problemática da urbanização estivesse sempre presente, embora não fosse tematizada. Os organizadores de *Sobre periferia* levantam assim o caráter polissémico da palavra "periferia" e a necessidade de prestar atenção aos diversos usos da palavra,

incluindo ali o uso como conceito teórico-analítico, mas será que o caráter polissémico de uma palavra basta para compor um objeto ou, pelo menos, um tema de pesquisa? Ademais, se a palavra “periferia” pode designar lugares tão diferentes quanto o “loteamento periférico”, o cortiço da região central e o albergue para morador de rua, lugares onde, às vezes, nem os nativos se consideram como pertencendo à “periferia”, por que ainda falar em “periferia” e não preferir o conceito de “margem”, por exemplo? A manutenção da palavra, ao nosso ver, serve para aludir à problemática clássica da periferia, mas a referência aqui não vai muito além da alusão. Ao justificar o uso que fez da categoria na tese, Feltran, assim como vários outros autores da nova literatura antropológica sobre periferias, não especifica as “coordenadas espaciais” dessa periferia, ao mesmo tempo em que sugere a existência de tais “coordenadas”:

> Optei por seguir utilizando o termo “periferias”, mesmo reconhecendo seus problemas (sobretudo o de remeter por vezes à divisão estanque entre “centro” e “periferia” e, a depender do contexto, a uma série de estigmas sociais). Fiz esta opção, sobretudo, porque esta me parece ser a categoria mais inteligível para destacar o conjunto de dinâmicas sociais às quais me refiro no texto. [...] Quando falo das “periferias” de São Paulo, portanto, refiro-me a ambientes situados no tempo e no espaço, em que pessoas de carne e osso se relacionam entre si e com outras esferas do mundo social, de modo plural e heterogêneo. De outro lado, e simultaneamente, o termo “periferias” ajuda a reconhecer as regularidades que se desenham nestas regiões da cidade e que demandam investimento analítico comparativo (FELTRAN, 2008, p. 27).

As periferias como “ambientes situados no tempo e no espaço” – mas de que “espaço” e de que “tempo” estamos exatamente tratando aqui? Afinal, em qualquer lugar da cidade “pessoas de carne e osso se relacionam entre si e com outras esferas do mundo social, de modo plural e heterogêneo” – essa ideia de um relacionamento plural e heterogêneo se encontra até nas mais antigas definições sociológicas do fenômeno urbano (SIMMEL,1903/2005; WIRTH, 1938). Seria preciso na verdade especificar o “tempo” e o “espaço” dessa “periferia”, com relação a outras geografias da cidade.

A “periferia revisitada”

Se houve deslizamento, talvez seja porque o solo é escorregadiço. Afinal, encontra-se no campo da sociologia urbana a mesma dificuldade em lidar com o conceito de periferia. Analisando as mudanças na estrutura socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro desde os anos 80, com base no perfil socioocupacional das várias áreas que compõem o espaço metropolitano, Lago estabeleceu, no final dos anos 90, “a

necessidade de se rever o modelo dual [núcleo-periferia] como expressão da realidade metropolitana" (LAGO, 2000, p. 2007). Em consonância com os estudos questionando os espaços periféricos na Baixada fluminense, Lago apontou para uma heterogeneização da periferia, com "os deslocamentos da classe média para áreas localizadas na periferia" (ibid., p. 220). Atribuiu esses deslocamentos à:

> estagnação e a elitização da produção empresarial nos últimos dez anos, afetando diretamente os segmentos sociais médios, que passaram a buscar alternativas habitacionais nas áreas mais distantes do centro metropolitano, onde o preço da terra ainda permitia o acesso à casa própria (p. 212).

É que, frente à elitização da produção empresarial nas áreas mais centrais, devido à derrocada do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que financiava parcialmente o acesso das camadas médias à casa própria, emergiu uma nova produção empresarial em áreas periféricas como na Zona Oeste do Rio, dando lugar a "novos espaços nas periferias, que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso, mas, especialmente, pelos muros e sistemas de controle e segurança" (ibid.). Ao mesmo tempo, a crise econômica, ao causar "inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra", teria ocasionado uma "retração do 'padrão periférico' de crescimento metropolitano, caracterizado pela produção extensiva de lotes populares" (p. 214), retratação contrabalançada pela "crescente informalização da produção de moradia para os setores de baixa renda", manifestada pela periferização e densificação das favelas (ibid.). Frente à disseminação das classes médias pelo espaço metropolitano, Ribeiro, na mesma coletânea onde Lago publicou o trabalho dela, propôs de substituir ou, pelo menos, acrescentar ao "modelo dual" um modelo "fractal".

> Tem-se observado que os espaços das cidades que estão no centro da globalização e da reestruturação produtiva tornam-se na verdade globalmente mais homogêneos, quando o examinamos na escala macro, e simultaneamente mais fraturados, quando o fazemos na escala micro. As macrodiferenças que caracterizavam o território da cidade fordista, por exemplo, núcleo x periferia, são substituídas por micros e contrastantes diferenças que estão em todas as partes, transformando-o em espaço fractal (RIBEIRO, 2000, p. 68).

Observa-se aqui uma tensão entre os dois sentidos da "periferia": o sentido geográfico, daquele ponto no espaço que se constituiu à distância física (dependência e afastamento) de outro ponto; e o sentido sociológico, daquele grupo que se constituiu à distância social (dependência e afastado) de outro grupo[26]. A literatura clássica

[26] Com base em Simmel, Edward Shils foi provavelmente o autor que mais aprofundou o sentido sociológico da periferia (SHILS, 1961).

sobre periferia pressupunha a convergência desses dois significados, encontrando em seguida na realidade empírica provas dessa convergência. Já as análises de Lago e Ribeiro, acerca da região metropolitana do Rio de Janeiro, começavam por dissociar esses dois sentidos, para avaliar se existia alguma correlação de fato entre distância social e distância espacial, reservando a palavra periferia para a noção de distância espacial: ao questionar o modelo centro-periferia, os dois autores não questionavam a existência de distâncias sociais entre grupos, mas sim a relevância sociológica das distâncias espaciais.

Assim como a nova literatura antropológica sobre periferia que, recorrendo ao método etnográfico, desvinculou o conceito de "periferia" do tríptico periferia-auto-construção-loteamento para lhe dar um sentido antes sociológico (periferia como margem sociocultural), a nova literatura sociológica sobre periferia, ao usar de novos métodos quantitativos como a análise fatorial, também desvinculou esse conceito de seu tríptico primitivo, mas para lhe dar neste caso um sentido antes geográfico (periferia como lugar distante). Com efeito, essa nova literatura deixou aberta a questão de saber o que estava acontecendo com os "loteamentos periféricos": em ligação com a inovadora política de "regularização" de loteamentos, surgiu no Rio de Janeiro toda uma literatura, a meio-caminho entre a universidade e a administração pública, tratando dos problemas técnicos e jurídicos colocados pelos "loteamentos irregulares"[27]. Chama atenção o fato de que a mesma tensão entre os sentidos espaciais e sociológicos perpassa a literatura sobre a periferia de São Paulo, porém de uma forma diferente, através de noções pouco usadas no contexto do Rio de Janeiro, como "periferia consolidada" e "hiperperiferia". Em 2001, a revista *Espaço & Debates*, um importante veículo para a discussão das teses marxistas em sociologia urbana no Brasil, ligado ao Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU) da FAU-USP, consagrou um número inteiro à "resgat[ar] a problemática da periferia do plano secundário a que foi relegada nos anos 90", com o título "Periferia revisitada". Entre entrevistas com autores clássicos da literatura sobre periferia e outros artigos, o número trouxe a contribuição de Eduardo Marques e Renata Bichir, – "Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo" (2001) – a qual teve o amplo mérito de

[27] Para um resumo dessa literatura, conferir a dissertação de Antônio Augusto Veríssimo (2009), ex-coordenador da política de regularização de loteamentos no Rio de Janeiro, e cujo próprio trabalho, apresentado no IPPUR, exemplifica bem essa literatura situada na junção das preocupações técnicas e universitárias.

apontar para uma realidade até então pouco referida: a “periferia consolidada”. Fruto de uma pesquisa conduzida no CEBRAP com base também na análise fatorial de dados quantitativos, o artigo evidenciou uma separação nítida na estrutura socioespacial da metrópole paulista entre os bairros pobres consolidados, isto é, mais antigos e mais bem equipados, e as “unidades de ocupação mais recente e de população jovem e em crescimento” (ibid., p. 16). Contrariando “a lógica do Estado capturado pelos interesses do capital, elemento destacado especialmente pela literatura marxista de corte estruturalista” (p. 26), os autores sublinharam a variedade dos fatores explicando os investimentos públicos (municipais) nos espaços periféricos, como “a inclinação ideológica do prefeito” (“governos de direita investem sistematicamente mais em áreas das classes altas e menos nas áreas das classes baixas que governos de esquerda”, p. 21) e a “maior presença do ‘mundo das empreiteiras’ junto ao núcleo decisório do poder municipal” (p. 15). A heterogeneidade da periferia se tornou de fato o tema de um importante artigo escrito por Haroldo da Gama Torres, Eduardo Marques, Maria Paula Ferreira e Sandra Bitar, “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”, publicado em 2003. Lançando mão de análises fatoriais com base em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), os autores chegaram à conclusão de que “a pobreza e os espaços em que os pobres residem são muito mais heterogêneos do que geralmente considera a literatura” (TORRES et al., 2003, p. 98). Ou seja, “a geometria radial-concêntrica” do modelo núcleo-periferia não dava conta de toda a estrutura socioespacial da região metropolitana de São Paulo. Assim como no caso do Rio de Janeiro, a multiplicação dos condomínios fechados nas áreas distantes do centro (CALDEIRA, 2003), o crescimento das favelas e os investimentos públicos nas áreas periféricas tinham alterado a forma como se dava a oposição entre núcleo e periferia. Ao lado da “periferia consolidada”, com melhor inserção na malha urbana e maior acesso às infraestruturas urbanas, ocupada por uma população pobre porém com acesso à sociedade de consumo (TORRES, BICHIR & CARPIM, 2006), existia uma verdadeira “hiperperiferia”, conceito forjado por Torres e Marques em 2001 para caracterizar “aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais – pior acesso à infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc. –, apresentam condições adicionais de exclusão urbana”, como uma maior vulnerabilidade ambiental (TORRES & MARQUES, 2001, p. 52). Os dois pesquisadores do CEBRAP apontaram assim para a crescente concentração de uma população jovem, muito pobre, imigrante e com baixíssimo nível educacional, em

favelas situadas nas áreas de alta declividade da periferia. Essa “periferia da periferia” (ibid., p. 66) sofria também com dificuldades crônicas de acesso à água. Presa em um “círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida”, a situação dessa periferia seria “talvez ainda mais grave que as descritas nas ‘periferias da espoliação urbana’” (ibid.).

À semelhança da literatura carioca, a nova literatura sociológica sobre a periferia de São Paulo distingue declaradamente entre o sentido geográfico e o sentido sociológico da categoria, desvinculada do tríptico periferia-autoconstrução-loteamento, sendo que a correlação entre distância espacial e distância social se tornou o verdadeiro objeto da análise. A “periferia consolidada” indicaria assim um enfraquecimento dessa correlação e a “hiperperiferia” o fortalecimento dela, o que, em ambos os casos, pressupõe a manutenção da correlação positiva como norma. Entretanto, enquanto a inserção da população no processo produtivo estava à base das análises conduzidas por Lago e Ribeiro, a literatura paulista parece focar muito mais na “pobreza” como fenômeno multidimensional: a “hiperperifera”, afinal de contas, seria nada mais do que uma periferia mais pobre, e a “periferia consolidada”, uma periferia mais rica, sob a condição de não reduzir a pobreza à dimensão da renda. A literatura clássica sobre periferia aparece, retrospectivamente, como uma reflexão sobre “pobreza” e “segregação” urbana (TORRES et al. 2003, p. 98)… só que não era bem assim: a literatura clássica tinha por objeto não exatamente a “pobreza” mas sim a “exploração” e a “espoliação” dos proletários expulsos do campo. O que interessava Chico de Oliveira, por exemplo, era “o crescimento por expansão de periferia”, a função da periferia como forma de explorar o proletariado migrante, e boa parte da literatura naquela época discutia, conforme vimos na secção anterior, o papel da autoconstrução e do loteamento clandestino na exploração do proletariado recém-chegado à cidade. Ou seja, a “periferia”, para a literatura clássica, funcionava antes como uma categoria dinâmica, indexada em um processo histórico, a exploração do proletariado pelo modo de produção capitalista. Já na nova literatura sociológica, a “periferia” serve como categoria tipológica, indexada na distância geográfica. Só que nunca está muito claro na nova literatura sociológica até que ponto a categoria de periferia continua, ou não, indexada no processo histórico da exploração capitalista – por exemplo, quando se fala de “periferia consolidada”, o estado de consolidação remete a um grau menor de pobreza entre assentamentos situados em uma mesma distância espacial do centro metropo-

litano ou a uma inflexão no processo histórico de “crescimento por expansão de periferia”? Essa incerteza entre indexação histórica e indexação tipológica transparece nas opiniões de alguns autores clássicos a respeito da categoria de “periferia consolidada”. Para Lúcio Kowarick, de acordo com o depoimento prestado à Camila Pereira Saraiva, autora de uma dissertação, defendida no IPPUR em 2008, sobre o tema da “periferia consolidada”, não faz muito sentido inventar uma categoria nova já que a consolidação sempre esteve na dinâmica socioespacial da periferia, com seu jogo de empurra-empurra (“você tem sempre uma situação mais periférica, mais longínqua, sem serviços, com problema de conflito de terra e altos índices de homicídio”, KOWARICK apud. SARAIVA, 2008, p. 78); já para Raquel Rolnik, a determinação de uma periferia como consolidada é “muito impressionista mesmo”, sendo preferível pensar a “produção do espaço urbano” a partir das lógicas do mercado, do Estado e da autoprodução (ROLNIK apud. ibid., p. 79).

Ao revisitar a literatura sobre a periferia revisitada, Saraiva chegou a uma conclusão próxima da nossa: “a categoria de periferia consolidada resulta, na maioria das vezes, do desenvolvimento de tipologias utilizadas em modelos espaciais de análise da metrópole” (ibid., p. 136). Acrescentaríamos que, de modo geral, toda a nova literatura sociológica sobre periferia trata essa categoria como uma categoria tipológica, parcialmente desindexada dos processos históricos aos quais ela inicialmente remetia. Saraiva propôs então uma solução de cunho quase etnográfico, próxima daquela formulada por Cavalcante a respeito da “favela consolidada”: além da tipologia, “pensar a periferia consolidada implica [...] levar em consideração sua historicidade como forma socioespacial”, historicidade que remete à “transformação de seu ambiente construído” mas também ao “aumento do consumo das classes de baixa renda” (p. 88). Através de um trabalho de campo no bairro de Itaquera, Zona Leste de São Paulo, Saraiva mostrou então neste espaço consolidado a coexistência de diferentes habitats e de diferentes narrativas. Ali, o subúrbio consolidado, com seu novo shopping center, seus supermercados, suas franquias de comida rápida e suas antenas administrativas, coexiste com os conjuntos habitacionais da época do BNH, com as favelas, com os loteamentos recém-abertos e com os cotados condomínios horizontais (p. 100) – daí a pergunta profundamente estimulante que a autora deixa voluntariamente aberta: “Será, afinal, a periferia consolidada o lugar da articulação entre pobre e consumidor emergente?” (p. 109). Destas transformações, resultaram várias narrativas diferentes sobre o bairro, dependendo do tempo que a pessoa passou, portanto, é importante

enxergar “a consolidação das periferias como uma experiência intergeracional” (p. 116).

A URBANIZAÇÃO DIFERIDA

Desconstruindo o processo de urbanização

Estamos de volta então ao nosso ponto de partida: os limites do raciocínio tipológico aplicado à cidade. De um conceito indexado em um conjunto de processos históricos (ligando o parcelamento do solo rural nos arredores das grandes cidades às migrações rural-urbano, o subequipamento desses novos assentamentos e a prática da autoconstrução à desigual distribuição do poder econômico e político dentro da sociedade, as ilegalidades fundiárias e edilícias às falhas na coordenação formal dos atores), chegamos a um conceito tipológico, indexado principalmente na distância geográfica com o centro da região metropolitana, e declinado de acordo com as variações na correlação dessa distância espacial com as distâncias sociológicas. Vale destacar que essa versão tipológica do conceito de periferia se mostra congruente com as modalidades da ação pública, pois, conforme os próprios autores da nova literatura sociológica sugerem (TORRES et al., 2003, p. 117), ela ajuda na identificação de um “território”, de uma área bem delimitada, dotada de atributos morfológicos característicos e, portanto, suscetível a se tornar um “espaço de equivalência associado a uma ação institucional suscetível de ser recortada” (DESROSIÈRES, 1994, p. 46-47) – portanto, ao “deslizamento semântico” que ocorreu com a categoria de “periferia” talvez tenha correspondido um igual “deslizamento político”, uma mudança no padrão de relacionamento dos cientistas sociais com os aparelhos de Estado. A esta altura do argumento, pode ser que o leitor ache que a nossa intenção é de reabilitar a literatura clássica sobre periferia diante da nova, mas não é esse nosso objetivo: gostaríamos aqui de reabilitar o raciocínio histórico, tão presente na literatura clássica, contra a hegemonia atual do raciocínio tipológico, porém, não pretendemos reproduzir o mesmo raciocínio histórico da literatura clássica. Afinal, as críticas tanto de sociólogos quanto de antropólogos ao conceito de periferia continuam válidas. Em particular, não se pode negar o fato de que a literatura clássica, salvo os estudos de Santos (1977), trabalhava antes com as categorias da economia política (marxista) para em seguida interpretar ou até deduzir as características da periferia. A conversão da “periferia” em

categoria tipológica, sob este aspecto, serviu para abrir o caminho ao estudo da periferia concreta. Afinal, tanto a literatura clássica quanto a nova literatura sobre periferia têm em comum o fato de silenciar o próprio processo de urbanização, as formas concretas que a produção do espaço urbano assume: a literatura clássica por subordinar esse processo a "determinações abrangentes e um tanto abstratas do poderio do Estado e do Capital", a nova literatura por reduzir esse processo à distribuição de tipos socioespaciais em um determinado "território" – representação, eu confesso, um tanto injusta dessas duas literaturas, que não passa de uma "ficção persuasiva" (STRATHERN, 1987).

O que chamamos aqui de "processo de urbanização" não se confunde com a expansão da cidade e/ou com a adaptação das pessoas ao "modo de vida" urbano, esses dois polos em torno dos quais a Escola de Chicago (PARK, BURGESS & MCKENZIE, 1925/1984) fixou, por anos e talvez até hoje, a agenda dos estudos urbanos. A geografia crítica da cidade contribuiu recentemente para expandir consideravelmente a nossa compreensão da urbanização, além da expansão da cidade. Em uma série de artigos recentes, Neil Brenner propôs uma revisão radical do conceito de urbano, reivindicando que "o interesse pelas tipologias de assentamentos (essências nominais) deve ser superado pela análise dos processos socioespaciais (essências constitutivas)" (BRENNER, 2013, p. 98). Indo contra o legado teórico de Chicago na antropologia, em particular o contraste entre "a sociedade (urbana) moderna" e "a sociedade tradicional" (*folk society*, in REDFIELD, 1947), destacou a necessidade de analisar o urbano fora da distinção com os espaços supostamente não-urbanos: "hoje, a diferença espacial não assume mais a forma de uma divisão urbano/rural, mas está se articulando através de uma explosão de padrões e possibilidades de desenvolvimento, dentro do tecido da urbanização mundial, um tecido a cada vez mais grosso, quando não é irregularmente trançado" (ibid., p. 99). Em um artigo publicado em 2015, Brenner e o sociólogo Christian Schmid formularam sete teses de acordo com essa "nova epistemologia do urbano". A segunda tese em particular defende que "localizações urbanas aparentemente estabilizadas, na verdade, são meras materializações temporárias de transformações socioespacial em curso" (BRENNER & SCHMID, 2015, p. 165) – assim, mais do que características morfológicas, o que deve atrair o interesse do analista são os "campos de forças da reestruturação socioespacial, campos dinâmicos e evoluindo de forma relacional" (ibid.). Já a terceira tese, inspirada nos

trabalhos de Lefebvre e Harvey, propõe uma alternativa a *the growth of the city*, distinguindo três momentos constitutivos no processo de urbanização: “a urbanização concentrada, a urbanização estendida e a urbanização diferencial” (p. 166). A concentração de populações, atividades e infraestruturas (“urbanização concentrada”), à qual se reduz frequentemente o processo de urbanização, representaria um momento só da urbanização. A urbanização estendida corresponde aqui à “operacionalização de lugares, territórios e paisagens, muitas vezes localizados longe dos densos centros de população, para sustentar as atividades diárias e as dinâmicas socioeconômicas da vida urbana” (p. 167), enquanto a urbanização diferencial remete ao processo “no qual configurações socioespaciais herdadas são continuamente e criativamente destruídas frente às tendências do capitalismo moderno às crises e a sua dinâmica de desenvolvimento mais abrangente” (p. 168). Essa tese nos leva a um olhar diferente sobre o “loteamento periférico”, que não se restringe a constatar a “transformação do solo rural em solo urbano”, mas considera as tecnologias políticas através das quais os centros do poder urbano atuaram nesses territórios remotos, assim como as interações entre essas tecnologias e as outras modalidades de apropriação do espaço. Essa perspectiva já se encontra na dissertação de Souza, que procurava “mostrar os loteamentos sob o ponto de vista das transformações locais que estes implicaram” (SOUZA, 1992, p. 10). A antropóloga ressaltou assim “a oposição entre a cidade dos laranjais e a cidade dos loteamentos” na memória dos moradores mais antigos de Nova Iguaçu, sendo a “cidade das laranjas” associada a um passado bucólico, idealizado, enquanto a “cidade dos loteamentos” remetia à violência e ao crescimento urbano desordenado (ibid., p. 17). Também mostrou que “o processo em que se deram os loteamentos não esteve desvinculado de condições encontradas na própria citricultura” (p. 87), pois a crise da laranja nos anos 1940 foi responsável por tornar a indústria do loteamento comparativamente mais lucrativa, e, mais ainda, o processo de parcelamento do solo tendeu a seguir as divisões em chácara. Ao descrever as transformações na estrutura fundiária da região, apontou para as interações, às vezes violentas, entre chacareiros, corretores e loteadores (p. 78). Como exemplo característico da mudança no campo social local, citou o caso dos terrenos baldios:

> Os *terrenos baldios* ganham sentido, dado pela população local no contexto do tipo peculiar de cidade que se construiu através dos loteamentos. São espaço para a brincadeira de crianças, jogos de futebol, pasto para gado e porcos, roçados, despejo de lixo e de mortos pelos grupos de extermínio (p. 95, grifo da autora).

Concluía a autora que “os loteamentos criaram uma imagem própria de cidade. Além de inúmeras casas *em construção*, é possível ver, por exemplo, as extensões de terreno sem cultivo, onde o capim cresce alto, esperando alguma construção” (p. 139). Assim, Souza propunha uma compreensão do loteamento periférico que já reconhecesse, de certo modo, o caráter “multidimensional” da urbanização (BRENNER & SCHMID, 2015, p. 169), isto é, que enxergasse a urbanização do ponto de vista das “práticas espaciais” (os investimentos públicos e privados na transformação do solo), das “regulações territoriais” (regimes legais de uso do solo) e da “vida cotidiana”.

Começamos a dispor então de instrumentos intelectuais para abordar aquilo que sublinhamos na primeira secção da introdução, esse intervalo durante o qual um loteamento periférico[28] como o Jardim Maravilha ainda “carece” de infraestruturas (colocamos o verbo com aspas, pois ele pressupõe uma visão restrita da urbanização, assemelhada à “urbanização concentrada”). Trata-se de pensar esse intervalo como processo de “reestruturação socioespacial” e de “destruição criativa”, para retomar as fórmulas de Brenner, exatamente como a regularização de loteamentos não consiste em uma simples correção do rumo tomado pelo processo de urbanização, na adaptação de determinados territórios aos padrões de urbanismo em vigor no resto da cidade, mas sim em outro processo de “reestruturação socioespacial” e de “destruição criativa”, com suas características próprias. Ou seja, essa discrepância entre a ocupação efetiva e o equipamento em infraestruturas urbanas do espaço, tão característica de loteamentos periféricos como o Jardim Maravilha, não se reduz a uma “irregularidade” no processo de urbanização, ela é um processo de urbanização, de caráter “multidimensional”, com significativo impacto na “vida cotidiana” das pessoas. Chamaremos aqui de “urbanização diferida” esse processo. O uso da expressão de “urbanização diferida” em vez de “urbanização diferenciada”, por exemplo, tem um motivo, ligado aos vários significados que podem revestir o conceito de “diferença”. Em uma famosa conferência proferida em janeiro de 1967 na, Société Française de Philosophie, publicada depois em *Marges*, Jacques Derrida discorreu longamente o conceito de diferença, por meio de uma invenção terminológica de sua autoria, a *différance*[29].

[28] Categoria que a partir de agora usaremos no lugar de “loteamento irregular”, pois, além de não depender das práticas governamentais de classificação, remete a toda a literatura que ressaltou a dimensão histórica desses loteamentos, sugerindo comparações com outros casos de loteamentos, na periferia do Rio de Janeiro e alhures.

[29] A *différance*, neologismo praticamente intraduzível em português, pois brinca, ao mesmo tempo, com a gramática (indecisão entre as vozes ativa e passiva) e a fonética da palavra (em francês, *différence* e *différance* tem a mesma pronuncia, fazendo com a diferença entre as duas palavras seja aparente

Em particular, ressaltou que o verbo “diferir” (*différer*) não remetia somente à “diferenciação”, derivada do verbo “diferenciar” (*différencier*), ele incluía também um movimento de “temporização”, o qual não se reduzia a “uma simples complicação do presente vivo como síntese originária e incessante” (DERRIDA, 1972, p. 22).

> Diferir, neste sentido, é temporizar, é recorrer, conscientemente ou inconscientemente, à mediação temporal e temporizadora de um desvio que suspende o cumprimento ou o preenchimento do “desejo” ou da “vontade”, efetuando-o de um modo que lhe anula ou modera o efeito (ibid, p. 8).

Enquanto o verbo “diferenciar” remetia “a alguma unidade orgânica, originária e homogênea, chegando eventualmente a ser dividida, a receber a diferença como evento”, o verbo “diferir” admitia “o significado econômico do desvio, da demora temporizadora” (p. 14). A vantagem do verbo “diferir” sobre o verbo “diferenciar” para Derrida estava, na verdade, na coexistência dos significados espaciais e temporais: “o diferir como discernibilidade, distinção, lapso, diastema, *espaçamento*, e o diferir como desvio, demora, reserva, *temporização*” (19). É nesse sentido que falamos em “urbanização diferida”: um processo de urbanização, por um lado, atrasado, intervalado, arrastado, temporizado, e, por outro, transtornado, espraiado, distendido, espacejado – poderíamos falar igualmente de “urbanização espaçada”, devido às várias conotações do verbo “espaçar”. Parafraseando Derrida, diríamos que o nosso objetivo aqui é explorar essa “mediação temporal e temporizadora de um transtorno suspendendo o processo de urbanização”, no sentido da urbanização concentrada – o que um caso como o Jardim Maravilha revela, no nosso entender, é a introdução de uma *différance* tanto no próprio processo de urbanização, quanto nas representações comuns acerca do urbano, uma *différance* naquilo tido como o espaço e o tempo urbano.

Para uma antropologia da urbanização

A nossa proposta é, portanto, explorar o loteamento periférico do Jardim Maravilha sob o ângulo da temporização e do espacejamento, da dilatação do espaço-tempo urbano. A antropologia nos parece proporcionar uma série de ferramentas analíticas para ajudar nessa exploração. É verdade que, por muitos anos, a antropologia urbana se apresentou como uma antropologia “na” cidade, ou, quando falava “da” cidade, falava sobretudo do “modo de vida” urbano. A Escola de Chicago, por exemplo,

---

apenas na escrita). Ainda assim, os dois significados do verbo “diferir” com os quais Derrida trabalha também existem em português, podendo esse verbo ser sinônimo tanto de “divergir” quanto de “adiar”.

produziu inúmeras monografias de cunho etnográfico a respeito das populações (moradores de rua, gangues criminosas, imigrantes, etc.) e de áreas (o gueto, a favela ou *slum*) tidas como típicas da cidade, o que no final dos anos 30 desembocou no famoso artigo de Wirth, “Urbanism as a way of life”. Aí o cientista social alemão definiu claramente a urbanização como um processo

> A urbanização não significa mais o mero processo pelo qual pessoas são atraídas para um lugar chamado de cidade e incorporadas ao seu Sistema de vida. Ela também remete a essa ênfase cumulativa nas características distintivas do modo de vida que é associado ao crescimento das cidades, e finalmente às mudanças que vão no sentido de modos de vida reconhecidos como urbanos (WIRTH, 1938, p. 5).

Essa definição ressoava com a concepção da cidade segundo Park:

> A cidade, do ponto de vista desse documento, é mais do que um amontoado de indivíduos e de conveniências sociais – ruas, prédios, luz elétrica, bondes e telefones, etc.; mais do que uma mera constelação de instituições e de máquinas administrativas – tribunais, hospitais, escolas, polícias; e servidores públicos de qualquer tipo. A cidade é, antes, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e das atitudes e sentimentos organizados que pertencem a esses costumes e são transmitidos com essa tradição (PARK, 1925/1984, p. 1).

É verdade que a Escola de Chicago também defendia uma compreensão global da cidade, dentro daquilo que chamava de “ecologia humana”, recorrendo à cartografia para modelizar as transformações na organização socioespacial da cidade, porém esse esforço de compreensão global pouco dialogava com a investigação etnográfica (HANNERZ, 1983, p. 78). O estudo das subculturas urbanas se tornou, de fato, o principal campo da antropologia urbana nos anos seguintes, muitas vezes dentro do marco teórico do interacionismo (Becker, Goffman). Já a geração da Escola de Manchester se dedicou à questão da urbanização no continente africano, porém focando igualmente no modo de vida das populações recém-chegadas à cidade, principalmente na suposta transição de uma organização tribal para uma organização em classe (*detribalization*). A partir dos anos 1980, conforme mostrou Low em um conhecido estado da arte (1996), o discurso antropológico a respeito da cidade passou a circular cada vez mais entre o registro da descrição etnográfica e a produção de imagens acerca “da cidade”, como as da *Global City* (FRIEDMANN 1986), *Fortress City* (DAVIS, 1990/2006, CALDEIRA, 2003), *Divided City* (CASTELLS & MOLLENKOPF, 1991; MARCUSE, 1987, WACQUANT, 2006). Destacam-se aqui os estudos acerca da *Modernist City* (HOLSTON, 1989; MITCHELL, 1991; RABINOW, 1995), aqueles que têm talvez mais adentrado na fábricação da cidade, examinando “de perto” as

técnicas de planejamento urbano, analisando, com base nos discursos e nas políticas implementadas pelos planejadores, as várias racionalidades que as sustentam.

Entretanto, persiste a tendência em distinguir entre os aspectos físicos e simbólicos do espaço urbano, entre, para retomar uma distinção formulada por Low, "a *produção social* enquanto processo responsável pela criação material do espaço na medida em que combina fatores sociais, econômicos, ideológicos e tecnológicos", e "a *construção social* do espaço", "a experiência do espaço através da qual 'as trocas sociais das pessoas, memórias, imagens e usos diários do ambiente material transformam o espaço e lhe dão seu sentido'" (LOW & LAWRENCE-ZÚÑIGA, 2003, p. 20, grifo das autoras). Ainda assim, a literatura sobre infraestruturas[30], em pleno desenvolvimento desde o final dos anos 1990, nos parece apontar para uma possível superação dessa antinomia. Os primeiros estudos, ao darem ênfase aos *Large Technical System*, já mostraram a riqueza etnográfica daquilo que Park chamava de "conveniências sociais", tais como a rede elétrica, o sistema de rádio, a comunicação telefónica, o controle aéreo, a internet, a ferrovia etc. (para uma resenha detalhada, cf. EDWARDS, 2003). Se esses estudos serviram para "retirar o foco da tecnologia e oferecer uma perspectiva mais sintética", levantando em particular a dimensão "política" dessas tecnologias, os estudos conduzidos a partir dos anos 2000 ressaltaram também sua dimensão "poética". Foi Larkin que, ao resenhar as várias vertentes dos estudos recentes sobre infraestrutura, propôs essa distinção entre a "política" e a "poética das infraestruturas". Enquanto a "política das infraestruturas" se interessa pelas "formas de racionalidade política que estão por trás dos projetos tecnológicos e dão luz a um 'dispositivo de governamentalidade'", a "poética das infraestruturas" exige "estar atento às dimensões formais das infraestruturas, entender qual tipo de objetos semióticos elas são e determinar como elas interpelam e constituem sujeitos, assim como suas operações técnicas" (LARKIN, pp. 328-329). Comentando a literatura recente sobre estradas (DALAKOGLOU, 2010), Larkin sublinhou assim que "estradas e

[30] Existem duas versões do conceito de infraestrutura na literatura. A primeira, a mais próxima do senso comum, restringe o uso da palavra às bases materiais da vida coletiva, em particular ao "conjunto de instalações, equipamento e serviços, geralmente públicos (redes de esgotos, de água, de eletricidade, de gás, de telefone, etc.), que garantem o funcionamento de uma cidade", para retomar a definição do *Dicionário Priberam* (Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/infraestrutura>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018). A segunda versão estende o uso da palavra a qualquer conjunto de bens materiais ou imateriais sobre os quais estão assentadas as relações constitutivas da *praxis* cotidiana – neste sentido, o conceito de infraestrutura inclui também os sistemas de classificação, padrões de medição, categorias jurídicas, etc. (PARDO-GUERRA, 2016). Aqui e no decorrer do texto, usaremos o conceito de infraestrutura no primeiro sentido, o dos equipamentos materiais que estão à base da vida coletiva, em particular da vida dita urbana.

ferrovias não são apenas objetos técnicos, eles também atuam no nível das fantasias e dos desejos" (2013, p. 333). Isso não quer dizer que política e poética andam separadas, pelo contrário, "a relação profundamente afetiva que as pessoas têm com as infraestruturas – o espanto e a fascinação que elas estimulam – é uma parte importante de seu efeito político" (ibid., p. 334). Há, contudo, variações de escalas aqui que não podemos ocultar. Conforme dizia Edwards, as infraestruturas operam "ligando macro, meso e micro escalas de tempo, espaço e organização social" (2003, p. 186). A poética das infraestruturas remete assim à escala do indivíduo e se insere dentro de um *temps court*, como diria Braudel, um tempo "à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas conscientizações, – o tempo por excelência do cronista, do jornalista", e, acrescentaremos, do etnógrafo (BRAUDEL, 1958, p. 728). Já a política das infraestruturas situa-se na escala das instituições e da *longue durée* – não que não haja uma política do "tempo curto" envolvendo a produção de infraestruturas, o tempo das obras por exemplo, mas o ciclo de desenvolvimento de uma infraestrutura em geral só se torna visível "na escala do tempo histórico" (EDWARDS, 2003, p. 199). Como se mover no espaço-tempo das instituições, sobretudo a partir de um caso concreto, como o Jardim Maravilha? Como não reproduzir a separação entre a "produção" e a "construção" do espaço? "Basta", responderia Latour, "estabelecer quais são as conexões contínuas que levam de uma interação local até os lugares, momentos e actantes pelo intermediário dos quais determinado local foi *acionado*" (LATOUR, 2007, p. 253, grifo do autor). Pesquisas etnográficas, como a de Hull sobre a administração urbana de Islamabad, evidenciaram recentemente o potencial analítico dos documentos na reconstituição das redes sobre as quais as instituições do poder urbano estão assentadas, e também das racionalidades que as sustentam – e não só dos documentos que mais costumam atrair a atenção dos estudos urbanos como os planos diretores (REZENDE, 1982; ANDREATTA, 2006), mas também das "prosaicas práticas documentares através das quais a cidade é construída, regulada e habitada" (HULL, 2012b). Acontece que a existência do Jardim Maravilha, conforme vimos na primeira seção, está justamente atrelada a um documento em particular, documento que faz parte dessas "práticas documentares" que condicionam a produção cotidiana da cidade: o PAL 16.810. Sem surpresa, foi dele que partiu todo o nosso esforço para entender o processo de urbanização no Jardim Maravilha.

Política e poética da urbanização diferida

Genealogia e etnografia de documentos

O primeiro capítulo desta tese trata, justamente, da urbanização diferida vista a partir das técnicas administrativas e das racionalidades políticas que determinaram o surgimento do Jardim Maravilha – uma política da urbanização diferida “a montante”, digamos assim. Em particular, buscaremos fazer uma “genealogia” do “loteamento proletário”, etiqueta que consta no cabeçalho do PAL 16.810, e de outras centenas de projetos (Anexo F), mas ao qual sequer encontrei uma referência em toda a literatura urbana, histórica, sociológica ou antropológica. “Genealogia” aqui deve ser entendido no sentido de Foucault, isto é, uma maneira de fazer a história de um fenômeno a partir das instituições, técnicas e saberes que o sustentam. Além do mais, a genealogia se distingue de um certo estilo historiográfico, pois, em vez de “voltar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão e do esquecimento” (FOUCAULT, 1971, p. 152), a genealogia se debruça no “filão complexo da proveniência”, tentando “manter o que ocorreu na dispersão que lhe é própria” (ibid.). Ou seja, o genealogista não procura pela origem do fenômeno que ele estuda, mas tenta recolocá-lo nas configurações de saberes e poderes que o circundaram, “no campo mais geral dos outros procedimentos de poder” (idem, 1975, p. 28). Assim, são muito mais os objetivos e as estratégias políticas que interessam o genealogista (ibid., 2004, p. 38). De fato, uma história do “loteamento proletário” poderia se resumir, por exemplo, a uma história das ideologias que levaram à produção de espaços residenciais minimamente planejados para as classes populares na periferia das grandes cidades, destacando a influência dos socialistas utópicos no início do século XIX (BELOCH, 1980, p. 27), da “ideologia do habitat”, no final do mesmo século (LEFEBVRE, 1968/2009, p. 14), da “ideologia da casa própria”, a partir dos anos 1930 (BONDUKI & ROLNIK, 1979, p. 150). A história do “loteamento proletário” poderia tomar a forma também de uma investigação sobre a transformação da terra em mercadoria, em contexto de transição de um modo de produção agrário e escravocrata para um modo de produção industrial e capitalista (PECHMAN, 1988; RIBEIRO, 1997). Enfim, uma história do “loteamento proletário” poderia se confundir com uma arqueologia do plano quadriculado (STANISLAWSKI, 1946; ROSE-REDWOOD, 2008). Em inglês, vale ressaltar, não há uma tradução exata para “loteamento”, sendo que a reflexão sobre

aquilo que chamamos nas línguas latinas de “loteamento” (*lotissement* em francês, *lottizzazione* em italiano) se dá através da palavra *grid* (“quadrícula”). De uso muito comum nos Estados-Unidos, essa palavra remete muito mais à forma geométrica da malha viária do que a uma operação de divisão do solo.

Para realizar esse trabalho genealógico, começamos por desmontar as várias peças das quais o “loteamento proletário” resultou e procuramos entender dentro de quais configurações de saberes e poderes elas emergiram, as problemáticas políticas que as sustentaram. O próprio PAL 16.810 nos serviu como ponto de partida para a identificação dessas peças, pois graças às nomenclaturas, informações estatísticas, anotações manuscritas, carimbos que constavam nele pudemos “traçar” (LATOUR, 2006) vínculos com leis e documentos jurídicos, práticas comerciais e administrativas, instituições públicas e agentes privados, e assim “seguir o filão complexo da proveniência”. Em particular nós nos demos conta de toda a montagem jurídico-administrativa que estava em jogo na produção de “loteamentos proletário”, pois esses envolviam quatro operações diferentes: a abertura de novas vias públicas, o parcelamento do solo (de acordo com as normas regendo a formação de “lotes proletários”), o zoneamento (somente na Zona Rural e em parte do subúrbio o parcelamento do solo podia seguir as normas do “lote proletário”) e a padronização das casas populares (“lotes proletários” só podiam servir para “construções proletárias”). As duas primeiras operações, que, de modo geral, definem a prática do “loteamento”, por séculos obedeceram a regulamentações distintas, com as atenções do governo urbano voltadas exclusivamente para a abertura de ruas, aquilo que se chamava naquela época de “arruamento” ou “arruação”. A partir de pesquisas online e ao vivo no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), na Biblioteca Nacional (BN) e no acervo da Secretaria Municipal de Urbanismo, procuramos por editais, atos jurídicos e planos urbanísticos que tivessem contribuído para a regulamentação dessas quatro operações, tendo a dissertação de Veríssimo (2005) nos ajudado muito. Para reconstituir a legislação e o campo administrativo envolvidos na normatização do arruamento, aproveitamos também os trabalhos de Sandra Pinto, sobre a urbanística portuguesa moderna e pré-moderna (2012; 2015; 2016), e de historiadores do urbanismo no Rio de Janeiro (REIS, 1977; BENCHIMOL, 1992; CAVALCANTI, 2004; ANDREATTA, 2006; SILVA, 2003; 2012). Já para entender por que o parcelamento do solo urbano se tornou um problema político, a partir do final do século XIX, tivemos que mergulhar na literatura sobre a história das dinâmicas imobiliárias no Rio de Janeiro (ABREU, 1986/2003;

PECHMAN, 1988; RIBEIRO, 1997). Quanto à padronização das casas populares, existe uma vasta literatura sobre o assunto (RAGO, 1985/2014; CARPINTÉRO, 1997; ROLNIK, 1997/2005; BONDUKI, 1999), da qual se destacam, para as necessidades desta tese, as pesquisas de Flávia Brito do Nascimento acerca do Departamento de Construções Proletárias (DCP) (2003; 2004; 2008).

A fim de analisar as estratégias políticas que determinaram a elaboração dessas regulações, recorremos a uma diversidade de fontes, de acordo com as épocas. Os próprios estudos de Foucault e seus discípulos sobre a governamentalidade (FOUCAULT, 1988; 1997; 2004a; 2004b; RABINOW, 1995; 1996) nos serviram para identificar as várias racionalidades que atravessaram a história das regulações urbanísticas no Rio de Janeiro. Os historiadores da medicina social e do higienismo no Brasil (MACHADO et al., 1978; COSTA, 1979; CHALHOUB, 1996) nos ajudaram a analisar melhor o momento em que a racionalidade médica passou a orientar as intervenções do poder público sobre o espaço urbano, levando a novas regulamentações sobre a abertura de ruas e as construções. Já os trabalhos de historiadores do chamado período populista (CONNIF, 1981/2006; GOMES, 1988/2005), além das obras já mencionadas de Rolnik e Bonduki, nos permitiram problematizar aquilo que estava em jogo na padronização da moradia popular nos anos 1920 e trinta, momento decisivo pois deu luz à prática do loteamento proletário. Contudo, guiados por essas referências, procuramos sempre consultar fontes originais, discursos e relatórios publicados ou arquivados, pois neles estão explícitas as estratégias que encomendaram as novas intervenções no espaço urbano. Ou seja, mais do que nas grandes declarações ideológicas, quisemos analisar a racionalidade das intervenções públicas nas falas daqueles que Rabinow chama de “técnicos das ideias gerais” (RABINOW, 1995, p. 9): médicos e engenheiros convidados pelas autoridades, no século XIX, para redigir algum relatório sobre os “problemas da cidade” e propor possíveis “melhoramentos”; arquitetos e urbanistas do século seguinte, trabalhando na administração pública e escrevendo sobre as dificuldades que encontravam. Toda a nossa genealogia da regulamentação sobre o parcelamento do solo, por exemplo, tem como principal fonte os escritos de Armando Augusto Godoy (1932; 1932; 1935; 1943), influente engenheiro na administração carioca dos anos 1920, típico “técnico das ideias gerais” cuja obra, hoje esquecida, nos diz muito sobre a gênese do “loteamento”. Consultamos também anais de congresso, revistas especializadas e artigos de jornais na perspectiva de identificar, nas falas das elites, determinadas estratégias políticas.

Se chamamos o “loteamento proletário” de “tecnologia política”, em uma outra alusão a Foucault (FOUCAULT, 2004a, p. 10), é porque justamente ela surge não como entidade discreta, mas como montagem, *assemblage* ou agenciamento, para retomar uma palavra hoje à moda (MOURA, 2010), ou seja, como sistema de correlações, historicamente situadas, entre técnicas jurídico-administrativas e estratégias de governo. Ao examinar essa tecnologia, várias vezes nos debruçaremos sobre aquilo que Hull chama de “artefatos gráficos”, documentos urbanísticos como mapas e planos, sendo que a palavra “artefato” aqui serve “para restaurar a visibilidade dos documentos, para *olhar para* (*look at*) eles em vez de *olhar através* (*look through*) deles” (HULL, 2012b), enquanto o epiteto “gráfico” remete à natureza especificamente gráfica das operações semióticas que esses documentos permitem. De fato, um documento como o PAL possui uma série de qualidades gráficas, como a diferenciação do traçado pelo uso das cores preta e vermelha, que, de longe, parecem convenções genéricas. Do ponto de vista genealógico, porém, elas ganham outro significado, pois apontam, dentro da tecnologia do loteamento, para o exercício de uma racionalidade específica, a “razão gráfica” à qual Goody fazia referência nas análises da escrita (GOODY, 1979; 1986). Para além da dimensão semiótica, esses documentos funcionam, também, como mecanismos concretos de coordenação e controle das ações efeituadas por agentes públicos e privados. “Um mapa é uma representação mais fidedigna de um processo burocrático, mais um organograma do que a fotografia de um ambiente construído”, dizia Hull, e realmente, o PAL 16.810 representa muito menos o loteamento tal como ele se encontra hoje, do que todo o processo de coordenação (não somente burocrático, pois envolveu atores privados como a companhia loteadora e o proprietário da terra loteada) responsável pela sua existência[31]. A sofisticação contínua das tecnologias gráficas contidas nos documentos urbanísticos diz

[31] Faremos aqui uma nova digressão teórica. Se o uso de conceitos como “produção do espaço” e “apropriação do espaço”, em vários lugares na tese, sugere certa afinidade com o aparelho teórico de Lefebvre e de Certeau (e dos estudiosos que os seguiram), a nossa abordagem das práticas burocráticas, do Estado em geral, marca nosso ponto de divergência com eles. Assim, não acreditamos, à maneira do Lefebvre, que seja possível separar, inclusive teoricamente, a “prática espacial”, ou seja, a produção do espaço *stricto sensu*, das “representações do espaço” (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 42-43): a confecção de planos, mapas e plantas já é em si uma “prática espacial”, já está inserida na produção do espaço, porque, justamente, ela não tem como propósito exclusivo “representar o espaço”, mas, sim, coordenar o conjunto de atores envolvidos nesta produção. Também não acreditamos, à maneira de de Certeau, que ela seja mera expressão de uma “pulsão escópica” (DE CERTEAU, 1980/1990, p. 140), que ela possa ser resumida à “lógica do visual”, embora tal lógica tenha sua importância. Como bem colocou Hull, “retratar o Estado como um observador, olhando de uma perspectiva singular, pode nos levar a assumir a unidade das representações produzidas pelo estado, em vez de demostrar como tal unidade foi ou não conseguida através de uma coordenação efetiva” (HULL, 2012b).

então muito a respeito do modo como o poder ou o governo, aos poucos, aperta o controle sobre os atores envolvidos na fábrica da cidade. Portanto, as várias ilustrações que acompanham o primeiro capítulo não só servem para ilustrar os nossos argumentos: elas são índices de formas peculiares de governo, ao mesmo tempo em que exibem o tipo de racionalidade em jogo na genealogia do loteamento.

Vale enfim ressaltar o segundo sentido que demos à palavra de “tecnologia”: ao contrário, por exemplo, do SFH no período militar ou do programa “Minha Casa, Minha Vida” mais recentemente, o “loteamento proletário” nunca se configurou como uma “política pública”, no sentido que se dá habitualmente a essa palavra, ou seja, um programa de ações governamentais subordinado à resolução de um “problema” particular, cujo andamento depende de órgãos especializados dentro da administração pública, dotado de instrumentos permitindo uma intervenção direta sobre o problema, e sendo eventualmente submetido a avaliação. Aqui não há intervenção direta do Estado sobre a produção de moradia popular, por exemplo, mas sim um mecanismo de coordenação concebido para estimular a produção de determinado tipo de moradia popular – ou seja, à semelhança das tecnologias ditas liberais ou neoliberais (MILLER & ROSE, 1990), a do “loteamento proletário” visa antes orientar as condutas dos indivíduos. Isso provavelmente explica porque ela passou totalmente despercebida: por não se apresentar como uma “política pública”, mas sim como uma tecnologia visando coordenar indiretamente os atores privados, o “loteamento proletário” nunca conquistou muita visibilidade, embora tivesse um impacto enorme sobre o uso do solo no Rio de Janeiro, principalmente nos subúrbios, e o acesso das classes populares à terra. Entretanto, assim como qualquer política pública, uma tecnologia política nem sempre alcança os fins pelos quais foi criada. A transformação de vários loteamentos proletários, e não só do Jardim Maravilha, embora seja um dos casos mais exemplares, em loteamentos irregulares sugere que algo não ocorreu conforme o governo urbano queria. A menos que essa transformação encontre no funcionamento concreto dessa tecnologia política uma potencial explicação… E se, na verdade, a urbanização diferida não resultasse de uma falta de “planejamento urbano”, mas do modo como o governo procurou coordenar os atores (companhias, proprietários, administração urbana, pobres, etc.) envolvidos na fábrica da cidade? E se a dilatação do espaço-tempo urbano tivesse sido, de certo modo, planejada?

Hermenêutica e observação participante

Já o segundo capítulo trata da urbanização diferida do ponto de vista dos moradores. A literatura antropológica dos anos 1970 e oitenta abordou um pouco o modo como os moradores recém-chegados na periferia enxergavam o processo de urbanização. Em seu famoso artigo sobre a "sociedade vista da periferia", Durham mostrou que, entre esses moradores, trabalhadores migrantes, existia uma "visão global da cidade", articulada "através da percepção de um eixo que é dado pelo *continuum* rural-urbano" (DURHAM, 1987). A "tranquilidade" e a "falta de recursos" da "cidade pequena", enraizada na ruralidade, opunha-se então à "violência" e às "oportunidades" da "cidade grande". Portanto, a visão que os moradores tinham da sociedade sobrepunha "três planos: espacial, social e moral". Além do mais, a antropóloga observava que essas representações acerca da cidade ganhavam em precisão quando traduzidas na experiência do bairro e da casa. Ali, as narrativas acerca tanto do bairro e da cidade quanto da casa e da vida pessoal convergiam em torno de uma mesma "experiência": o *progresso*.

> A experiência das transformações por que está passando a sociedade brasileira é vista, em geral, de modo positivo, implicando numa abertura das possibilidades de melhoria de vida da população que pode aproveitar-se delas através do esforço. Essa experiência do progresso é a experiência urbanização, pensada como um processo, concretizado na história de vida, de acesso crescente a recursos urbanos: morar em casa própria, em local asfaltado, iluminado, com água, esgoto e condução, perto de escolas e postos de saúde (ibid.).

Daí uma importante constatação da autora, com profundas implicações para qualquer "poética" (LARKIN, 2013) da urbanização diferida:

> A periferia, vista como *processo* pelos seus próprios habitantes, implica portanto numa *visão diferencial e histórica* dos bairros da cidade e a localização dos habitantes nesse espaço é *correlacionada com sua posição* na sociedade e com sua perspectiva de melhoria progressiva dessa posição (ibid., grifo meu).

Caldeira confirmou essa "crença no progresso" entre os moradores do loteamento São Miguel, na periferia de São Paulo, "crença" absolutamente crucial na cultura deles, que se opunha diretamente à imagem usada para descrever a situação ao chegar no loteamento: "morar no mato" (CALDEIRA, 1984, p. 70).

As conversas que tivemos com moradores do Jardim Maravilha, no decorrer de toda a pesquisa, foram ao encontro dessas análises, especialmente no tocante à importância do *progresso* na percepção do tempo e do espaço. Ao estudar a trajetória dos moradores, nos demos rapidamente conta de que muitos, entre os *moradores*

antigos do loteamento mas não só, tinham nascido e sido criados *na roça*, segundo a categoria deles, inclusive na *roça* do próprio Rio de Janeiro, no *interior* do estado ou na antiga Zona Rural da capital. Encontrei nas falas o mesmo esforço para articular a experiência rural da *roça*, com a experiência do loteamento e da *cidade*; às vezes, quando eu passava as minhas férias no Jardim Maravilha, os *moradores antigos* exclamavam-se, em tom jocoso: "*veio passear na roça, né?*". Também era comum esses moradores me contarem que, ao chegar pela primeira vez ao Jardim Maravilha, tinham "*gostado muito do lugar*" porque lhes lembrava *o interior*: no loteamento era tudo *tranquilo*, nada comparável com aquela *agitação* e *violência* típica da cidade. Aliás, a *cidade* designava uma realidade distante do loteamento: a gente "*ia pra cidade*" para contratar um empréstimo no banco, registrar documentos no cartório, mover uma ação na justiça, conseguir algum benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), consultar em algum hospital de referência, etc., serviços que nem dentro nem nos arredores do loteamento existem. Assim, para retomar um tema recente na poética das infraestruturas (HARVEY & KNOX, 2012; DALAKOGLOU & HARVEY, 2012), a condição do morador submetido a um processo de urbanização diferida seria de viver em um estado de perpétuo "encantamento" diante dessa urbanização que nunca chega ou chega sempre atrasada, diante das promessas de *melhoria*, de *progresso* que a urbanização carregaria consigo. De certo modo, e retomando desta vez o tema bem clássico da (suposta) invisibilidade das infraestruturas[32], os moradores do Jardim Maravilha, ao invés dos "modernos", ainda não teriam naturalizado a presença das infraestruturas na vida cotidiana, e a receberiam como algo estranho e inesperado. Essa, contudo, não será nossa abordagem: uma categoria como a de *progresso* remete antes ao compromisso prático, afetivo e sensual das pessoas com o mundo que as circunda; ela refere à produção do mundo ambiente, o qual não faz sentido fora do

[32] Em um artigo seminal dos estudos sobre infraestruturas, Star e Ruhleder consideram o fato de se tornar "visível em caso de falha" (*visible upon breakdown*) a oitava propriedade característica de qualquer infraestrutura. "O caráter normalmente invisível de uma infraestrutura em funcionamento se torna visível quando ela quebra; o sistema caiu, a ponte desabou, teve um apagão" (STAR & RUEHLEDER, 1996). Alguns autores sugeriram que essa caracterização não valia para os países em desenvolvimento, onde as falhas nas infraestruturas são mais a regra do que a exceção (GRAHAM & SIMON, 2002). Já Larkin contesta a tese da invisibilidade como propriedade das infraestruturas, independentemente do país ser desenvolvido ou não: "muitos estudos que começam afirmando que as infraestruturas são invisíveis até falhar são fundamentalmente inexatos. As infraestruturas são objetos metapragmáticos, signos deles mesmo mobilizados em determinados regimes circulatórios, para criar um conjunto de efeitos." Ou seja, "a invisibilidade é certamente um aspecto da infraestrutura, mas é apenas um, colocado na extremidade de uma faixa de visibilidades (*range of visibilities*) que vai do despercebido até os grandes espetáculos e tudo que tem entre" (LARKIN, 2013, p. 336). Pretendemos no segundo capítulo explorar justamente essa "faixa de visibilidades".

vínculo prático que as pessoas têm com ele. Pegando inspiração na psicologia ecológica de Gibson e na fenomenologia de Heidegger e Merleau-Ponty, Ingold nos convida a rejeitar as abordagens que recorrem a conceitos como “crença” ou “representação social”, para no lugar delas adotar um conceito da percepção e cognição enquanto envolvimento concreto com o mundo ambiente. “A atividade perceptiva não consiste na operação do espírito sobre os dados corporais dos sentidos, mas no movimento intencional do ser inteiro (indissoluvelmente corpo e espírito) dentro de seu ambiente” (2000, p. 166). Com efeito, “os significados não são atribuídos pelo espírito aos objetos no mundo, esses objetos antes adquirem sua significação (...) por força de sua incorporação em um padrão característico de atividades cotidianas” (p. 168). Sob esse ângulo, uma poética da urbanização diferida deve interrogar simultaneamente as categorias que os moradores mobilizam quando descrevem o processo de urbanização e aquilo que Ingold (2000, p. 189 et seq.) chama de *taskscape*, o conjunto das tarefas práticas que definem a maneira como as pessoas habitam o mundo. Longe de uma “crença”, o *progresso* assim como sua contrapartida, a *tranquilidade*, surgem como índices de uma certa maneira de ser ao mundo, de habitar o mundo.

Por isso falamos de “hermenêutica nativa” ao lidar com essas categorias. A escolha dessa palavra pode surpreender. Designando inicialmente a arte de interpretar os textos, com vieses frequentemente psicologistas, a “hermenêutica” entrou no vocabulário das ciências sociais no final do século 19, para caracterizar uma reflexão metodológica sobre o estatuto dessas ciências (Dilthey). A partir dos anos 1960, ficou associada com as posições epistemológicas da chamada “antropologia simbólica”, representada por Clifford Geertz e David Schneider, posições que foram justamente acusadas de autonomizarem o funcionamento das categorias culturais, de dissociarem-no da prática, de pecarem, afinal de contas, por excesso de idealismo (ORTNER, 1984, p. 134). O contrário daquilo que propomos aqui. Se escolhemos a palavra “hermenêutica”, foi pensando na “hermenêutica da existência” proposta por Heidegger, mais do que no culturalismo de Geertz e Schneider: para o filósofo de Friburgo, a hermenêutica, à semelhança da fenomenologia, trabalha no sentido de explicitar a nossa constituição existencial (HEIDEGGER, 1927/1985, p. 37), em particular o nosso modo de habitar o mundo, de “estar aí no mundo”, *Dasein*. Só que não habitamos o mundo como filósofos nem como fenomenólogos, teoricamente ou contemplativamente, habitamos o mundo através das utilidades que estão ao nosso alcance, através de uma familiaridade concreta e prática, física com aquilo que está ao nosso redor

(ibid., p. 79). Ao falar de “hermenêutica nativa”, pretendemos então resgatar a capacidade que os próprios moradores têm de interpretar o modo como eles habitam o mundo, de explicitar a familiaridade prática que tem com ele – categorias como *progresso* e *tranquilidade*, e muitas outras que detalharemos ao longo do segundo capítulo, são o resultado dessa atividade interpretativa, que não raramente reveste toda uma dimensão sensorial. Estaremos assim atentos ao modo como os moradores do Jardim Maravilha interpretam o diferimento da urbanização, a temporização e o espacejamento do processo de urbanização, quais são as categorias e tarefas práticas através das quais percebem a passagem do tempo e o ordenamento do espaço. É preciso também radicalizar o “perspectivismo” sugerido por Durham, ao ressaltar a “visão diferencial e histórica”, não dos habitantes em geral, mas de cada morador em particular, por conta justamente de variações na posição e na trajetória de cada um. Em outras palavras, o modo como os moradores habitam o Jardim Maravilha e, consequentemente, o interpretam, depende muito de como eles chegaram ao Jardim Maravilha (se foi por gostar do lugar ou fugindo de alguma coisa, como o aluguel ou a violência), de como eles estão morando agora (se a casa já está pronta, se a rua já foi asfaltada) e de como eles moravam antes (se já tinham uma casa, se já moraram em um bairro urbanizado), dimensões que resumiremos sob a etiqueta de “carreira residencial”.

As falas que coletamos ao longo da nossa pesquisa serão aqui o nosso principal material empírico. Embora eu já estivesse no Jardim Maravilha antes e continuasse a ir lá depois, todo o trabalho de interlocução com os moradores, de envolvimento na vida cotidiana deles, aconteceu principalmente entre o final de 2014 e o início de 2016. A inserção no campo aconteceu por meio dos pais da minha companheira, que moram no Jardim Maravilha desde o início dos anos 2000. Fiquei então na casa deles boa parte desse tempo, conseguindo contatos com outros moradores. Por terem chegado há menos de 15 anos e não conhecerem ninguém do Jardim Maravilha antes, os meus sogros não estão inseridos dentro de uma rede de parentesco própria ao loteamento. A participação deles na sociabilidade local se deu em outros “planos de organização social” (GEERTZ, 1959; ALVITO, 2006). Em primeiro lugar, o plano da *vizinhança*. As *vizinhanças* são redes de *ajuda*, baseadas na proximidade dos espaços residenciais, sendo as áreas cobertas por essas redes chamadas, às vezes, de *pedaço* ou até de *rua*, embora essa *rua* não se confunda com a totalidade da rua onde a pessoa mora, ainda mais em um loteamento tão vasto quanto o Jardim Maravilha,

onde algumas ruas têm mais de dois quilômetros de comprimento. Os mercadinhos, as padarias e os botequins costumam funcionar como pontos de referência para essas *vizinhanças*: a frequentação dos botequins na companhia do meu sogro facilitou a minha aproximação com os homens da *vizinhança*. O princípio da proximidade residencial funciona também em uma escala maior do que o *pedaço* ou a *rua*, porém com uma intensidade menor, sem induzir as mesmas formas de *ajuda*, mas facilitando a criação de *amizades*: em uma clara alusão a Leeds (1978), chamaremos de "localidades" essas "macro-áreas de vizinhança". Elas costumam possuir um nome, que todos moradores do loteamento conhecem, e fronteiras mais ou menos estabelecidas. Se, dentro de uma mesma localidade, identifica-se uma pessoa pela rua onde mora, fora da localidade, é o nome da localidade que importa. São basicamente cinco as localidades dentro do Jardim Maravilha (Anexo G) – seis incluindo a Chácara, uma localidade situada fora do PAL 16.810, mas que muitos moradores consideram como fazendo parte do Jardim Maravilha: a "Padaria dos Velhinhos", que fica no Leste da Avenida São José dos Campos, cujo nome vem de um dos primeiros comércios a atuar naquela área; as "Casinhas", delimitadas pela Avenida Campo Mourão no Norte e a Avenida São José dos Campos no Oeste, chamadas assim por causa de um conjunto de casas pequenas construído no final dos anos 1970; o "Morro Careca", que fica no morro epônimo; toda a área urbanizada que fica no Norte da Avenida Campo Mourão, que na verdade não possui um topônimo específico igual as outras localidades, mas que alguns moradores designam como o "Asfalto", em contraste com as outras localidades. Consideramos como localidade também a área situada no final da Avenida Campo Mourão, que muitos incluem dentro das Casinhas ou da Baixada, mas que outros chamam de "Favelinha" ou de "Beira-Rio", este sendo o topônimo que escutei das pessoas vivendo lá. Portanto, por morarem no Asfalto, os meus sogros me abriram também o leque de *amizades* que tinham lá. Em particular, o meu sogro me fez conhecer o pedreiro Júlio, que trabalhou na obra dele, e se tornou logo um dos meus principais "aliados" (WEBER, 2009, p. 36) no campo, ao lado dos meus sogros. Sendo ele mesmo *morador antigo* do Jardim Maravilha, por ter nascido lá no início dos anos 1950, Júlio me levou então para conhecer outros *moradores antigos* do loteamento. A antiguidade desses moradores nos permitiu dar uma profundidade histórica à urbanização diferida, entender o quanto o caráter temporizado da urbanização repercutia no tempo das pessoas, além de nos dar acesso a maneiras de se apropriar do espaço que hoje já não existem mais.

Com o objetivo de ficar o mais próximo possível das falas nativas, realizamos um pouco menos de quarenta entrevistas gravadas com moradores do Jardim Maravilha (Apêndice B). De modo geral, seguimos um padrão a meio-caminho entre a entrevista semi-estruturada e uma conversa mais livre. Construímos um guia de entrevista (Apêndice C), dividido em temáticas como a carreira residencial e familiar das pessoas, os usos do espaço, o mercado de lotes, a configuração do espaço residencial e o modo de lidar com a falta de infraestruturas, porém serviu mais como lembrete do que como grade de perguntas. As nossas intervenções visavam, sobretudo, a estimular os nossos interlocutores a falar sobre certos temas, enquanto os deixavam à vontade para contar suas histórias de vida. A facilidade com a qual muitos moradores, alguns dos quais nunca tinha visto e pouco vi depois, abriram suas histórias para mim costumava me causar surpresa no início e no decorrer da pesquisa. Fui entender então que essa aparente facilidade dizia muito sobre a minha inserção no campo. Assim, conversar comigo, para muitos dos meus interlocutores, foi uma forma sobretudo de me *ajudar*, de *ajudar* alguém que, sem morar no bairro, tinha algum vínculo com ele: afinal, eu era "*o genro de João*" e "*o genro de Eliete*". Ademais, se na época em que fiz o meu trabalho de campo eu morava no Engenho de Dentro, típico bairro suburbano do Rio de Janeiro, antes mesmo de ingressar no doutorado morei algumas semanas no Jardim Maravilha, época em que a minha esposa deu luz à nossa filha, e depois da mudança, continuei trazendo regularmente a minha filha para a casa de seus avós. Com efeito, eu era não só o genro de alguém conhecido, mas *pai de família*, categoria altamente valorizada no universo moral das classes populares brasileiras (WOORTMANN, 1982); me *ajudar* significava *ajudar* um *pai de família* também – regularmente os moradores me pediam notícias da minha filha ou, no decorrer da entrevista, faziam referência à minha filha e à minha esposa, que também morou alguns anos no Jardim Maravilha. Ao falar comigo, a pessoa podia querer *ajudar* os meus sogros também: ao longo da entrevista, Bernard expressou várias vezes sua gratidão por João, que o tinha contratado para rebaixar o teto da casa em um momento em que Bernard se encontrava desempregado, à espera do auxílio-invalidez. O mesmo aconteceu com José, que João pagava para limpar o quintal de sua casa, mesmo que não precisasse tanto, apenas para *ajudar* José que tinha acabado de se tornar pai: ao me *ajudar*, José também agradecia a João pela *ajuda* recebida. Além disso tudo, a simples *consideração* podia explicar o empenho das pessoas em me *ajudar* na pesquisa: a *consideração* remete ao valor que se dá a uma pessoa e, consequentemente, às pessoas às quais

essa pessoa dá valor. Assim, ao me *ajudar*, as pessoas expressavam sua *consideração* por mim e/ou pelos meus sogros, atestavam o princípio de transitividade à base da *consideração*[33]. Quando não eram os meus sogros, era a *consideração* pelos meus aliados no campo que podia justificar a *ajuda* que as pessoas se mostravam prestes a me dar. De modo geral, eu não hesitava em mencionar alguém que o meu interlocutor conhecia, como forma de conquistar a *consideração* dele.

Entretanto, as pessoas não falavam comigo só para me *ajudar* ou pela *consideração* que elas tinham por mim ou pelo meu aliado. Temos que mencionar aqui a dificuldade que os meus interlocutores no campo, muitas vezes, tinham em classificar a minha atividade. Se eu sempre dizia que eu estava fazendo "um trabalho para minha faculdade", isso dizia pouco para eles. O uso de um gravador me aproximava de um *jornalista*, e o meu sogro frequentemente repetia, brincando, que "*a Rádio Globo está chegando*" quando eu tinha marcado entrevista com alguém. Para vários, se eu pesquisava o Jardim Maravilha era para algum tipo de *trabalho social*. Me *ajudar*, portanto, significava *ajudar* à *comunidade* também, *ajudar* os moradores em geral. Vale ressaltar aqui uma característica importante da urbanização diferida: na medida em que, para os moradores, cabe ao governo prover a infraestrutura do bairro, eles interpretam o atraso no processo de urbanização como um abandono por parte do poder público, como uma "falta de sincronia entre o momento de suas vidas e a intervenção governamental" (BORGES, 2003, p. 110), como se o poder público não estivesse cuidando deles conforme eles merecem. A pesquisa aparece então como um meio de dar visibilidade ao bairro e aos *problemas* dele, de talvez chamar a atenção do poder público, assim como as reportagens televisuais do "RJ Móvel", que passam no jornal de meio-dia e relatam os problemas de urbanismo na periferia do Rio de Janeiro. Ademais, existia por parte de algumas pessoas, não de todas, certa curiosidade em ver um *gringo* como eu, um *gringo* com todos os atributos fenotípicos mais característicos do *gringo* (branco, loiro e de olhos claros[34]), se interessar por um bairro da Zona Oeste

[33] A consideração da qual tratamos aqui difere da interpretação dada por Alvito, na pesquisa sobre a favela de Acari: "*Ser considerado* é uma expressão que sintetiza a qualidade daquele que sabe ser amigo, companheiro e igual, que não busca elevar-se acima dos outros, mas tampouco permite qualquer arranhão ou desafio à sua reputação, que não 'baixa a cabeça' por nada" (ALVITO, 2006, p. 195, grifo do autor). Se, realmente, a palavra parece ser de uso muito mais comum entre os homens, não enxergamos na consideração os mesmos valores da honra masculina destacados por Alvito.

[34] "Todos os não-brasileiros são gringos, mas alguns gringos são mais gringos do que os outros. O termo é especialmente aplicado a certos estrangeiros com determinada fisionomia: americanos, australianos, neozelandeses, canadenses e pessoas da Europa setentrional atraem mais para si a palavra, especialmente se forem brancos, de olhos e cabelos claros" (BLANCHETTE, 2001, p. 27).

como o Jardim Maravilha, quando o lugar do *gringo* teoricamente fica na Zona Sul. Sob esse aspecto, a minha inserção no campo contrasta muito com aquela que eu vivenciei na favela do Vidigal, hoje talvez uma das mais turísticas favelas do Brasil, onde as pessoas me classificavam, espontaneamente, como mais um "gringo na laje" (FREIRE-MEDEIROS, 2009). Se o leitor me permitir este pequeno exercício reflexivo, talvez essa variação nas práticas de "classificação do investigador (*enquêteur*) pelos investigados (*enquêtés*)" (MAUGER, 1991, p. 133) seja um dos motivos por eu ter escolhido o Jardim Maravilha como campo de pesquisa: afinal de contas, entre "estrangeiros locais" como eu, destaca-se quem não mais aparece como *gringo* (BLANCHETTE, 2001, p. 105).

Como qualquer investigação que, partindo de interações situadas (conversas e entrevistas com moradores), pretende desvendar processos que abrangem um espaço-tempo maior (a urbanização diferida, nas suas dimensões poéticas), a nossa pesquisa de campo acabou provavelmente "silenciando" várias vozes relevantes (BURAWOY, 2009, p. 63). Se ela não se resumiu à realização de entrevistas gravadas, pois a convivência com os meus sogros, a frequentação dos botequins e as inúmeras conversas informais que eu tive com os meus aliados trouxeram materiais, muitas vezes complementando entrevistas anteriores, o perfil dos entrevistados dá uma ideia das pessoas com as quais tivemos uma interlocução privilegiada. Assim, a maioria foram homens (58,5%), perto dos sessenta anos (59 anos de idade média, com baixo desvio-padrão de 14, o que significa certa homogeneidade na idade dos entrevistados), proprietários (92,7%) e moradores do Jardim Maravilha há mais de 30 (36 anos de tempo médio no loteamento, com desvio-padrão relativamente alto de 19): ou seja, as nossas conversas ocorreram principalmente, embora não exclusivamente, com moradores antigos, do sexo masculino. Isso por conta ao mesmo tempo de uma escolha inicial, a de privilegiar os moradores cujas narrativas pudessem revelar os efeitos da urbanização diferida, principalmente da temporização, e da minha inserção no campo, através dos meus sogros. Que a "amostra espontânea" (MAUGER, 1991, p. 136) não seja congruente com o perfil geral da população residente no Jardim Maravilha não traz problema, pois nem todas as características dessa população tem alguma relevância para o nosso objeto. Entretanto, algumas características, sim, podiam ter sido relevantes e não foram exploradas devido, justamente, ao modo como circulamos dentro do Jardim Maravilha – abrindo, portanto, caminhos para futuras in-

vestigações. Em particular, relegamos no segundo plano a voz dos jovens, cujos pontos de vista sobre temas como *agitação* e *tranquilidade* certamente diferem um pouco dos moradores mais velhos[35]. Também silenciamos a voz dos locatários, das pessoas que moram em prédios de quitinetes, por exemplo, prédios esses que se multiplicaram nos últimos anos; alguns, em estado muito precário, são até chamados de *cabeças de porco* pelos moradores do Jardim Maravilha. Há de apostar que o *progresso* não significa a mesma coisa para os moradores antigos e esses que alugam quitinetes. De qualquer modo, se tratando de uma população que costuma trocar regularmente de casa, esses moradores estão menos inseridos nas redes de interconhecimento, por exemplo nas *vizinhanças*, o que dificulta o contato. A menor representação de moradores mais recentes talvez seja menos problemática à primeira vista, devido à exigência de profundidade histórica que impõe a natureza do nosso objeto, se ela não estivesse ligada à menor representação dos moradores situados nas "frentes de expansão" (MARTINS, 1972) também, nas áreas de ocupação mais recente que coincidem com as áreas menos urbanizadas. De fato, nem todas as localidades crescem da mesma forma e no mesmo ritmo: há pouco mais de dez anos, o Beira-Rio, por exemplo sequer existia (Anexo H).

Estamos de volta então à questão das localidades, um problema eminente para a poética da urbanização. À semelhança daquilo que acontece nas favelas no Rio de Janeiro (ALVITO, 2006; BURGOS, 2002; LEITÃO, 2009; CORTADO, 2012), as condições de vida e até o perfil dos moradores variam muito de uma localidade para outra (do Anexo C). Os meus sogros, por exemplo, moram na localidade mais antiga e mais consolidada do loteamento – que por isso não é exatamente vista como localidade, só em contraste com outras – próximo às principais vias de acesso, ligada às redes gerais de luz, água e esgoto, sem falar do asfalto que chegou no final dos anos 1990. Ao contrário, nas Casinhas e, até pouco tempo atrás, na Padaria dos Velhinhos também, onde ficam duas importantes frentes de expansão, muitos são os domicílios que convivem com esgoto a céu aberto (44,6% e 44,9% resp.), ruas sem pavimentação (80,7% e 67,1% resp.) e até ausência de nomenclatura oficial (30,7% e 38% resp.) (Figura 3). Já quando se considera o perfil dos moradores, existe uma diferença gritante entre o Morro Careca, área favelizada dentro do loteamento, parecida com aquilo

[35] Sobre as relações entre ciclo de vida e "agitação", em outro contexto popular, cf. GUEDES, 2012; 2015.

que os novos sociólogos da periferia chamam de “hiperperiferia”, e as outras localidades: lá, a renda mediana das pessoas responsáveis por domicílio fica mais de 30% abaixo da renda mediana observada no loteamento; em comparação com a renda mediana de quem mora no Asfalto, isto é, do lado do morro, a diferença sobe para quase 40%. Há de suspeitar, e esta foi uma das nossas primeiras hipóteses, derivadas da nossa pesquisa anterior no Vidigal, que cada localidade, na verdade, tem sua própria “visão diferencial e histórica” da urbanização, para retomar a bela expressão de

Figura 3 – A Rua Pedro Osório, antiga Avenida 2, vista do Asfalto e das Casinhas.



Fonte: Thomas Cortado (2014).
Notas: A primeira foto mostra o início da Rua Pedro Osório, no cruzamento com a Rua Passa Quatro, no Asfalto. A segunda foto mostra o final da Rua Pedro Osório, no cruzamento com a Rua Pedro de Almeida, nas Casinhas. O traçado da Rua Pedro Osório, na verdade, prossegue por mais meio quilômetro a partir daí, mas não há mais marcação. Dois quilômetros separam aproximadamente esses dois pontos.

Durham. Afinal, a urbanização diferida significa ao mesmo tempo temporização e espacejamento da urbanização, na medida em que as obras nunca chegam ao conjunto do loteamento de uma só vez. Como lidamos então com esta dimensão? O maior problema é que, se os moradores circulam bastante dentro de uma mesma macro-área de vizinhança, isto não ocorre entre essas macro-áreas. Permitimos citar aqui a palavra do nosso aliado Júlio, morador antigo do Asfalto, que, além de pedreiro, trabalha também como vendedor de pipoca:

> JÚLIO: Inclusive na área que quase não ando, naquela área eu [não] ando, lá eu não sou conhecido.
> THOMAS: Qual área?
> JÚLIO: Área da... da Padaria dos Velhinhos. Da… daquele valão ali pra lá, ali é a São José dos Campos. Ali é o quê, São José dos Campos?
> THOMAS: É, São José dos Campos.
> JÚLIO: Pra lá. Eu quase não ando pra lá, então eu conheço pouco as pessoas. Pra lá. E as pessoas de lá praticamente não me conhecem. Pode ter alguém que já me viu por aí pela rua, por causa da carroça [de pipoca]. Mas pra andar de madrugada por lá, não é bom, não é adequado. Agora aqui eu ando! Eu não vou me meter três horas da manhã nos bequinho lá. Não sei.
> WALTER: Também tu não tem o que fazer.
> JÚLIO: Não tenho o que fazer lá.

Trabalhar a partir do "meio de interconhecimento" dos aliados como recomendam os manuais de metodologia (BEAUD & WEBER, 2003) pode levar o pesquisador a permanecer com moradores de uma só localidade. De fato, por serem nossos aliados moradores do Asfalto, acabamos conhecendo e entrevistando moradores do Asfalto principalmente (Gráfico do Apêndice B). Entretanto, graças à minha sogra pudemos diversificar os nossos contatos dentro do loteamento, via outro "plano de organização social", constituído pela filiação ao catolicismo. Esse plano apresenta propriedades diferentes da *vizinhança*, embora os dois se recortem. Em primeiro lugar, ele segue a organização hierárquica da Igreja Católica, o que, para a população do Jardim Maravilha, tem consequências concretas. Nos fins de semana ou durante festividades ou comemorações religiosas, os católicos costumam se encontrar na matriz paroquial, a Igreja Santa Clara, que fica a uns dois quilômetros do loteamento, na beira da Estrada do Magarça. Lá, pessoas de todo o loteamento e também da região têm a oportunidade de se conhecerem. Já durante a semana, os fiéis se reúnem nas capelas, que pertencem a uma *comunidade* – como a paróquia abrange uma área maior que o Jardim Maravilha, há várias *comunidades* dentro mas também fora do loteamento, espalhadas pela Estrada do Magarça. Dentro do loteamento, cada localidade em geral abriga uma *comunidade*: a *comunidade* São Sebastião nas Casinhas, a *comunidade*

Divino Espírito Santo no Morro Careca, a *comunidade* São José na Padaria dos Velhinhos. De todas as *comunidades* existentes no Jardim Maravilha, destaca-se a *comunidade* da Igreja Nossa Senhora de Fátima, a maior e mais antiga do loteamento, que fica na *rua principal*, a Rua Letícia. Se os moradores se reivindicam tradicionalmente da *comunidade* ligada à localidade onde moram, eles circulam bastante de uma capela para outra, em função das missas ministradas pelo padre da paróquia. Ao lhe perguntar se ela conhecia moradores de outras localidades no Jardim Maravilha, a minha sogra, católica assídua, me levou então para encontrar os fiéis que ela conheceu de outras *comunidades*. Conseguimos assim alterar um pouco o caráter "espontâneo" da nossa "amostra" e melhorar sua representatividade "qualitativa" (STRAUSS & CORBIN, 2003 [1990], p. 368) do ponto de vista do nosso objeto. Portanto, na nossa poética da urbanização diferida, procuraremos também restituir as variações na hermenêutica das pessoas, provocadas pela localidade onde elas moram. Vale ressaltar também que a entrada no campo, pelo intermediário da minha sogra, contribuiu para diversificar o recrutamento dos interlocutores do ponto de vista do gênero: se há um inegável viés masculino na minha pesquisa, viés que também remete à importância das fronteiras de gênero na organização da sociabilidade local[36], vários dos fiéis que a minha sogra apresentou eram moradoras do Jardim Maravilha. Ademais, entre os contatos que consegui por meio de aliados masculinos, como Júlio ou Rafael, houve vários *casais*, ou seja, eu fui apresentado simultaneamente ao *marido* e à *esposa*, o que impediu uma preponderância maior ainda da gente masculina na nossa "amostra". Se tocaremos no assunto em certos momentos, estudos posteriores deverão servir para problematizar melhor as relações entre gênero e o espaço-tempo da urbanização diferida.

Etnografia do Estado, etnografia da política

O terceiro capítulo trata dos esforços políticos para urbanizar o Jardim Maravilha, os quais tomam basicamente duas formas diferentes: por um lado, as políticas de "regularização de loteamentos", oriundas dos setores da prefeitura envolvidos com a

[36] Só para dar um exemplo, entre vários outros: embora Dona Ruth me conhecesse há bastante tempo, pelo intermediário de Dona Elisabete e seu Walter, desmarcamos a primeira entrevista porque Dona Elisabete não pude me acompanhar. Inicialmente, Dona Elisabete quis que eu fosse junto com seu Walter até a casa de Dona Ruth, mas, como o *marido* de Dona Ruth não estava presente, ela preferiu remarcar a entrevista para outro dia: sem explicitar o motivo, deixou claro o *constrangimento* que a presença de dois *homens* na casa dela, sem o *marido*, provocaria.

questão dos “loteamentos irregulares”; por outro lado, as *obras*, negociadas por moradores diretamente com a prefeitura ou através de algum político. As políticas de “regularização” visam legalizar os loteamentos clandestinos e aproximar os loteamentos que a prefeitura reconhece como “irregulares” dos padrões urbanísticos vigentes no resto da cidade. Já a categoria de *obras* abrange tudo e qualquer tipo de infraestrutura construída pelo governo, seja ele municipal, estadual ou federal. Se aparentemente as políticas de “regularização” e as *obras* remetem a “policy worlds” (SHORE & WRIGHT, 2011) bem distintos, na prática ambas põem em relevo dois problemas interligados: o do Estado e o da “participação popular”. Impulsionadas pelas burocracias públicas, as políticas de “regularização”, na forma como existem no Rio de Janeiro, implicam a participação da “comunidade”, através de instâncias representativas dos moradores de loteamentos, como o Conselho de Moradores de Loteamento (CML). Já as *obras* resultam de negociações sobre as quais as burocracias não têm controle, mas que acabam as envolvendo. Trata-se de um campo minado: tanto o Estado quanto a “participação popular” configuram temáticas abundantemente comentadas pelas ciências sociais, em torno das quais gravitam categorias com teor altamente normativo. Talvez uma boa entrada para mapear esse campo seja a literatura sobre “movimentos sociais urbanos” dos anos 1970 e oitenta, particularmente da literatura sobre o Movimento de Loteamentos Clandestinos (MLC), que teve um papel importante na formulação das primeiras políticas de “regularização de loteamento”. Assim, frente à multiplicação de movimentos nas grandes cidades, cujas reivindicações extrapolavam o âmbito tradicional do militantismo sindical e partidário, como o movimento de mulheres por creche na periferia de São Paulo, os conselhos de saúde e o próprio MLC, surgiu uma literatura especializada sobre o tema dos “movimentos sociais urbanos”, dentro do marco teórico criado pela sociologia marxista europeia. Considerando o Estado uma “figura monolítica e relativamente opaca” (JACOBI, 1987, p. 21), “a participação popular passa a ser valorizada como um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos, com um estilo de participação alternativa aos padrões institucionais existentes” (ibid., p. 22). Segundo Ruth Cardoso, os cientistas sociais abraçaram os “movimentos sociais urbanos”, não só pela oposição que eles representavam ao Estado autoritário pós-1964, mas também porque se contrapunham ao “populismo” do período anterior, acusado de ter precipitado a experiência autoritária e antipopular nos anos seguintes.

> A crise da democracia populista aparece como uma crise estrutural, e sua superação só pode ocorrer através de mudanças profundas do sistema produtivo. As classes populares não terão lugar na política e serão manipuladas enquanto não puderem expressar seus interesses autonomamente. Se a classe operária e os demais trabalhadores foram o sustentáculo de populismos traidores, e se os sistemas eleitorais estavam baseados na manipulação, a participação ficou deslegitimada como forma de ação política. Entretanto, a década de 70 trará surpresas (CARDOSO, 1983, p. 322).

Para os estudiosos ligados ao então principal polo de pesquisa sobre "movimentos sociais urbanos", o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), como Roberto Jacobi e Paulo Krischke, esses movimentos configuraram "um rompimento com os esquemas populistas do passado, criando formas comunitárias de participação direta das bases". Ao condenar "as relações elitistas e hierarquizadas", os "movimentos sociais urbanos" valorizavam "a solidariedade na busca da formação de uma consciência coletiva" (JACOBI, 1987, pp. 23-24).

Se há um espectro que assombrou os estudos sobre movimentos sociais no Brasil e, de modo geral, sobre a participação política das classes populares, foi sem dúvida o do "populismo". Isso vale mais ainda no caso das análises acerca do MLC, típico movimento de moradores da periferia[37]. Assim, tanto para Krischke quanto para Jacobi, o "estilo" do MLC se contrapunha às Sociedades de Amigos de Bairro (SAB), associações de moradores cuja criação nos anos 1950 tinha sido "estimulada pelo esquema político do populismo, sustentado numa participação controlada das classes populares" (JACOBI, 1983, p. 148), conforme demostrava a ligação das SAB com a figura de Jânio Quadros. "As tradicionais sociedades de amigos de bairro da periferia de São Paulo", segundo Krischke, "realizaram no passado uma função institucional e ideológica notória, de dependência e atrelamento dos movimentos de bairro ao Estado, constituindo verdadeiros 'currais eleitorais' manipulados por políticos populistas e clientelistas" (78) – conforme ressaltou Machado em um balanço crítico (SILVA, 1986, p. 3), não há uma distinção clara entre "populismo" e "clientelismo" nesses es-

[37] Ainda que dialogassem uma com a outra, a literatura clássica sobre periferia e a literatura sobre movimentos de moradores na periferia não falavam exatamente a mesma língua, pois, na primeira, os loteamentos da periferia aparecem antes como "loteamentos periféricos" e, na segunda, como "loteamentos clandestinos". Isso se deve à centralidade da problemática jurídica na literatura sobre os movimentos de moradores, pois a titulação definitiva dos lotes e a regularização das construções faziam parte de suas principais reivindicações, mas também à conjuntura daquela época, sendo a categoria de "loteamento clandestino" amplamente difundida nas mídias. Tal variação semântica indica, portanto, uma variação na maneira como esses dois campos de estudos se articulavam com o campo político, sendo um traço característico dos estudos sobre movimentos sociais urbanos a maior dependência à conjuntura política (SILVA, 1986, pp. 1-3).

tudos, que passam a significar a mesma coisa. Já o MLC, “através de métodos e objetivos democráticos”, apresentava “um marcante contraste com o sectarismo, o clientelismo e o autoritarismo” que tinham caracterizado o “sistema político” brasileiro (1984, p. 87), mostrando “os caminhos a seguir para uma futura reforma política, que incentive a participação do povo na solução de suas necessidades vitais” (ibid., p. 88). Jacobi contudo defendia um otimismo mais moderado, pois “a revivescência do populismo e das práticas clientelísticas são formas de dominação que, apesar do desgaste das estruturas tradicionais, vêm sendo redefinidas” (1983, p. 179). A respeito do MLC por exemplo, Jacobi ressaltava que as regularizações e urbanizações parciais de loteamentos pelo Estado tinham “dividido o movimento e criado condições para o fortalecimento de uma prática populista, transformando muitos bairros da periferia em potenciais áreas de clientelismo político do poder público e de políticos do PDS [Partido Democrático Social]” (ibid., p. 168).

A literatura sobre “movimentos sociais urbanos” evidencia na verdade a dificuldade, quando se trata das relações entre o Estado e as classes populares, ao não cair na alternativa infernal entre “autonomia” e “dependência”, entre, por um lado, a “participação democrática” das classes populares na definição das políticas públicas, a única forma autêntica de “participação popular” e, por outro, o “clientelismo”, categoria antes acusatória, sinônima de práticas “‘atrasadas’, ‘tradicionais’ e/ou ‘oligárquicas’” (BEZERRA, 1999, p. 17). Também sublinha os limites de “uma concepção restrita e formal do Estado” (SILVA, 1986, p. 10), seja enquanto instrumento de dominação de classe (concepção marxista), seja enquanto sistema político (concepção sociológica clássica). Contudo, alguns autores dessa literatura já apontavam possíveis saídas. As pesquisas de Santos sobre movimentos de moradores no Rio de Janeiro mostraram assim um “Estado [que] perdia o caráter perverso de inimigo ontológico, metamorfoseando-se em agentes e ações visíveis e palpáveis” (KOWARICK, 1987), o que requeria do cientista que olhasse para “as mudanças qualitativas ocorridas no interior das burocracias públicas e seus reflexos no processo de integração com as crescentes demandas sociais” (JACOBI, 1987, p. 25). Cardoso sugeria até que a “formulação destas políticas e a criação dos mecanismos para implementá-las [tinham] um efeito indutor de reivindicações” (1983, pp. 334-335), embora “todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares lev[assem] à sua fragmentação e separação” (ibid., p. 341). Convém, portanto, “especializar o Estado”, para reutilizar a conhecida metáfora de Gupta e Ferguson (2002), ou seja, remeter o

Estado aos vários “agentes e ações visíveis e palpáveis” que o compõem. Se a gente pode argumentar que, tanto no Brasil quanto na Índia, o Estado consiste em “instituições amplamente dispersas, com pouca ou nenhuma coordenação entre elas; em múltiplos níveis de autoridade, nenhum deles tendo que dar satisfação às pessoas comuns” (GUPTA, 1995, p. 388), a política de “regularização de loteamentos”, conforme veremos no terceiro capítulo, se mostra um caso muito interessante de tecnologia política que visa, simultaneamente, coordenar as “instituições locais” através das quais uma “instituição translocal” como o Estado existe e envolver as pessoas comuns na elaboração da ação pública. Dando continuidade à reflexão sobre as formas do governo urbano, iniciada no primeiro capítulo, faremos no terceiro capítulo uma genealogia das políticas de “regularização” como tecnologia política, aproveitando para isso a tese de Leonelli sobre *a construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766*, que estabeleceu o marco jurídico de todas as políticas voltadas para o “loteamento irregular” desde então, e o trabalho de Lago sobre o Movimento de Loteamento (ML) no Rio de Janeiro. Ademais, por ter frequentado várias vezes, embora esporadicamente, o NRL da prefeitura em 2014 e 2015, recorremos a entrevistas gravadas e conversas informais que tivemos com integrantes e ex-integrantes do NRL, responsável pelas políticas de “regularização de loteamentos” na prefeitura. Analisaremos também as normas jurídicas relativas a essa “regularização” no Rio. A esse material mais geral sobre a “regularização de loteamentos”, acrescentaremos o material mais específico sobre a “regularização” do Jardim Maravilha que encontramos no acervo do NRL. Confrontando esse material com a palavra nativa, discutiremos o impacto dessa “regularização” sobre a dinâmica da urbanização diferida – ao contrário daquilo que pode se pressupor, a “regularização” não acaba com os efeitos da urbanização diferida, podendo contribuir tanto para o espacejamento quanto para a temporização da urbanização.

Embora de aparência menos complexa, talvez seja ainda mais difícil lidar com o assunto das *obras*, pois raramente o cientista social consegue escapar da alternativa infernal entre “autonomia popular” e “clientelismo”, na análise das relações entre classes populares urbanas, políticos e Estado. Porém, aqui também existem escapatórias. Voltando novamente ao balanço da literatura sobre “movimentos sociais” feito por Machado em meados da década de oitenta, esse sugeria um olhar “antropológico” sobre “a política” ou “o universo da política” para resgatar “o significado político” de “atividades sociais e mobilizações que ficavam totalmente fora de consideração” (SILVA,

1986, p. 9). É possível, ao nosso ver, radicalizar a proposta de Machado e lançar mão da etnografia, não só explorar novas atualizações possíveis da palavra "política", mas também para rever o significado de conceitos clássicos como o de "clientelismo" – e não só de "clientelismo", como de outros conceitos ou metáforas que circulam em torno dele, em primeiro lugar a de "mercado político"[38]. Afinal, qual significado os próprios moradores dão às práticas que os cientistas sociais (e as mídias, e também políticos situados mais à esquerda) classificam como "clientelistas"? Será, sobretudo, que faz sentido do ponto de vista dos moradores colocar em um mesmo plano todas essas práticas? A nossa *démarche* se aproxima, portanto, daquela seguida pela "antropologia da política[39]", cujo "foco da análise está centrado nas intersecções entre o que, *do ponto de vista nativo*, é conceptualizado como 'política', e o que é tido como da ordem de outros domínios da vida social e cultural" (PEIRANO, 1998, p. 6, grifo da autora). Trata-se de "interrogar *a* política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros", "além das definições legais ou modelares" (PALMEIRA, 2004, p. 9, grifo do autor), assim como o próprio Palmeira propôs, ao ressaltar a centralidade, no universo cultural das populações interioranas, da categoria do "tempo da política" (idem, 1996). Com efeito, voltaremos nesse capítulo às falas de moradores que coletamos ao longo do nosso trabalho de campo, destacando desta vez os discursos daqueles que se consideram, ou são considerados pelos outros moradores, como tendo envolvimento na *política*. Em particular, faremos um mapeamento histórico das principais associações de moradores que já existiram no Jardim Maravilha e dos conflitos que surgiram entre elas, muitos deles vinculados ao esforço para *trazer o progresso*, para trazer *obras* dentro do loteamento. Com base nesse mapeamento, teremos como problematizar os efeitos da urbanização diferida sobre a dinâmica do associativismo urbano no Jardim Maravilha, e reavaliar o significado de uma noção complexa como a de "comunidade", empregada tanto pelas políticas de "regularização", pelos cientistas sociais e pelos políticos quanto pelos próprios

[38] "Tanto a bolsa-escola como a categoria obras (e dentro desta, o lote ou o asfalto, por exemplo) operam a partir de uma lógica comum, própria desse *mercado político*, em que o sujeito beneficiário deve obrigatoriamente expressar sua dívida através da defesa aguerrida do bem (ou seja, do objeto-relação) recebido" (BORGES, 2003, p. 105, grifo meu).

[39] Que, aliás, não se confunde com a tradicional "antropologia política". "Uma 'antropologia *da* política' distingue-se, pois, da 'antropologia política' na medida em que consagra a abordagem etnográfica, refina a comparação como enfoque metodológico, reforça o interesse em determinado domínio empírico sem susbtantivá-lo, e acentua a legitimidade das categorias nativas" (PEIRANO, 1998, p. 8, grifo da autora).

moradores – noção que muitas vezes acompanha o ideal da “autonomia” ou “participação popular” (DURHAM, 1984).

Esperamos que o nosso leitor enxergue assim as causas e os efeitos desse regime peculiar de produção do espaço e do tempo que chamamos de urbanização diferida, regime a partir do qual se ordena o cotidiano dos moradores do Jardim Maravilha, como provavelmente de muitos outros loteamentos periféricos. À guisa de conclusão, a análise da urbanização diferida nos oferecerá a oportunidade de rever algumas antinomias fundadoras da percepção moderna da cidade (como a oposição entre o “planejado” e o “improvisado”) e também do discurso antropológico sobre a cidade (como a oposição entre a “produção” e a “construção do espaço” ou entre a “produção do espaço” e o “espaço vivido”).

1 GENEALOGIA DE UMA TECNOLOGIA POLÍTICA: O LOTEAMENTO PROLETÁRIO

> *Por que casas de operários? Então operário não é gente? Então há um modelo de casa único, um padrão espacial, uma técnica de encomenda para as casas destinadas aos trabalhadores? Há falta de casas? Então façam moradias, construam o maior número delas, grandes e pequenas, caras e baratas, para todos os gostos e para todas as posses e não bairros especiais, monótonos e uniformes, onde o operariado fica isolado, bloqueado, segregado da convivência das outras classes da sociedade.*
>
> (*A Plebe*, 21 de set. 1923)[40]

Porque o que interessa o genealogista são problemas, ou seja, entrelaçamentos de discursos, portadores de racionalidades políticas, com práticas jurídico-administrativas, a nossa exploração do "loteamento proletário", enquanto tecnologia política, não tem como seguir o fluxo cronológico dos acontecimentos: cada esforço de problematização possui, na verdade, uma temporalidade própria, um ritmo próprio na produção de discursos e de inovações jurídico-administrativas. Conforme veremos no decorrer deste capítulo, a tecnologia do "loteamento proletário" surgiu na confluência de várias problematizações diferentes: uma teve a ver com a abertura de ruas, o arruamento, e deu lugar à técnica do alinhamento; outra teve como o objeto as divisões fundiárias, o que resultou na regulação do parcelamento do solo; a última tratou da moradia das classes populares na cidade, o que gerou uma série de medidas promovendo a construção de "casas proletárias". Esses três exercícios de problematização não ocorreram simultaneamente. A problematização das divisões fundiárias em contexto urbano, por exemplo, remete a um período muito mais recente (os anos 1930) do que a problematização do arruamento (século XV), embora o conceito de loteamento juntasse essas duas problemáticas. Com efeito, vamos seguir, neste capítulo, os desdobramentos de cada problematização, o que vai nos obrigar a dar ida e volta na cronologia. Por outro lado, é possível identificar "momentos" históricos, muitas vezes reconhecíveis por "palavras de ordem" (DELEUZE & GUATTARI, 1980, p. 95 et seq.), como "embelezar", "planejar", "econômico", etc. Esses momentos dão certa ho-

[40] Citado em RAGO, 1985/2014, p. 260. *A Plebe* era um jornal anarquista e anticlerical, lançado na cidade de São Paulo em 1917 e extinto em 1951.

mogeneidade a campos diferentes de discursos e práticas: a palavra de ordem “sanear”, no século XIX, agenciou a problematização tanto do arruamento quanto das construções residenciais; já a palavra “econômico”, nos anos 1920, agenciou dois campos diferentes, o sobre o parcelamento do solo urbano e o sobre a moradia do pobre (“habitação econômica”). A nossa argumentação, portanto, navegará entre problematizações diferentes, dentro de momentos históricos diferentes. Vale já destacar uma tensão recorrente na trajetória das várias problematizações, uma tensão que atravessa vários momentos histórico: a tensão entre “planejar” e “criar exceção”. Tal tensão, conforme veremos, desempenhou um papel central na tecnologia do “loteamento proletário”, e permite explicar a institucionalização da urbanização diferida, enquanto modalidade de inserção das classes populares na cidade.

1.1 “EM PROL DO BEM COMUM”

“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza [...]. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’.” (HOLLANDA, 1936/1997, p. 110). Faz parte do senso comum a tese de que as cidades brasileiras sempre careceram de planejamento, desde os tempos da colônia. O atavismo do português, que prefere “semear” em vez de “ladrilhar”, para retomar a célebre metáfora de Sérgio Buarque de Hollanda, se oporia diretamente ao do espanhol, que sempre procurou “vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste”, impondo aos centros urbanos do Novo Mundo “o acento voluntário da linha reta” (ibid., p. 96). De fato, nunca houve no Brasil algo parecido com as *Ordenanzas de descubrimiento, poblaciones y pacificaciones* do rei Felipe II para garantir a regularidade geométrica da malha viária; mesmo assim, nem sempre o desenvolvimento dos centros urbanos procedeu aleatoriamente, a ponto de viajantes estrangeiros elogiarem a retidão de certas ruas brasileiras. O francês François Froger, na relação de uma viajem feita ao Rio de Janeiro entre 1695 e 1697, retratava uma cidade não só bela como regular: “a Cidade de S. Sebastão [...] é grande, bem construída, e *suas ruas são retas* (*les rues en sont droites*); as casas magníficas dos Jesuítas e dos Beneditinos, que a limitam de ambos os lados, cada uma em cima de um pequeno relevo, tornam a vista muito agradável” (FROGER, 1698, pp. 71-72, grifo meu). Em seu importante *Tratado da Ruação*, o arquiteto português José de Figueiredo Seixas

enaltecia o Rio de Janeiro, por considerar “seus arruamentos, edifícios, e praças suficientemente regulares” (SEIXAS, 1760 apud PINTO, 2012, p. 393). Até o início do século XIX, encontram-se evidências de que as ruas da capital fluminense possuíam certa *regularidade*, embora não seguissem um padrão rigorosamente quadricular, devido também à topografia acidentada do local[41].

Em Portugal e colônias, duas instituições objetivaram a ordenação da cidade moderna: a almotaçaria e o auto de arruação. Herança da colonização islâmica, o almotacé (*al-muhtasib* em árabe) era um funcionário eleito pela câmara municipal, que tinha como atribuição “o controle dos produtos e das transações que se faziam nos mercados, bem como, dos pesos e medidas, da limpeza das ruas e da conservação de estruturas construídas, do que se podia ou não fazer na construção corrente” (PINTO, 2012, p. 110). Segundo as *Ordenações Afonsinas* de 1446, ficava o trabalho do almotacé registrado em um livro. Ao lado do mercado e da limpeza, incumbia ao almotacé controlar a atividade construtiva com base no direito de “servidão”, ou seja, nos encargos impostos aos prédios (chamados de “servientes”), em proveito de outros pertencentes de dono diferente (chamados de “dominantes”): de acordo com as *Ordenações Manuelinas*[42], não se podia construir nas paredes exteriores do vizinho sem indenizá-lo pela metade do valor da parede, também não se podia tampar a vista do vizinho, nem abrir janelas que deitassem sobre os edifícios ou quintais do vizinho[43]. Esse controle da atividade construtiva se estendia ao domínio público (ou dos “bens comuns”, como se dizia naquela época), conforme indicado nas *Ordenações Manuelinas*: “não se poderá fazer na rua escada, nem ramada, nem alpendre, nem outra coisa alguma, que faça impedimento à serventia da dita rua. E se o fizerem, não lhe será consentido: e os Almotacés lhe mandarão derrubar”[44]. Ou seja, caso alguma

[41] Descrevendo o Rio após uma viagem em 1846, o norte-americano Thomas Ewbank disse: “as ruas geralmente são retas, mas a Rua Direita é torta”. “Dispostas na sua maior parte em ângulo reto, algumas ruas encontram-se indo em todas as direções do compasso – uma circunstância devida as montanhas que elas insulam, e ao litoral angular e recuado da baía” (EWBANK, 1856/1971, pp. 84-85).

[42] As *Ordenações Afonsinas*, seguidas depois das *Ordenações Manuelinas* (1521 pela terceira edição, a mais importante) e das *Ordenações Filipinas* (1603) serviram de base à administração cotidiana dos territórios sob dominação portuguesa, inclusive nas possessões ultramarinas, até a promulgação dos primeiros códigos civis (1916 para o Brasil) – ainda assim, logo no início do Império, o decreto de 26 de agosto de 1830, depois do Regimento das Câmaras Municipais (primeiro de outubro de 1828), devolve ao município a prerrogativa legislativa em matéria de urbanismo (MACEDO, 2014, p. 20). A respeito das normas edilícias, as *Ordenações Filipinas* pouco acrescentaram em comparação com as *Ordenações Manuelinas*.

[43] O.M. (Ordenações Manuelinas), Liv I, Tit. 49, § 26: “não poderá fazer frestas, nem janelas, nem eirado com peitoril, sobre casa, ou quintal alheio, para que o descubra”.

[44] Lembramos que, até o século XIX, não existia recuo obrigatório entre os prédios e a rua: a arquitetura se caracterizava por “residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais

construção obstruísse o espaço da rua, dificultando seu uso comum, o almotacé tinha o poder de mandar derrubá-la. Assim como no caso da propriedade privada, preocupava a almotaçaria um uso do espaço que prejudicasse a harmonia dos interesses particulares. Em outras palavras, a almotaçaria operava como instituição mediadora dos conflitos entre as partes constitutivas da cidade[45]; porém essa mediação só ocorria *ex post*, uma vez que os moradores tinham que solicitar o almotacé para que autuasse (PEREIRA, 2001, p. 379).

Já o auto de arruação tem outra procedência. A partir do século XV, a administração portuguesa passou a coibir vigorosamente as usurpações do espaço público nas cidades, isto é, as construções que não só prejudicavam a circulação como sequestravam ilegalmente porções do domínio público (PINTO, 2016, p. 155)[46]. Empecilho ao trânsito e, portanto, ao comércio, a estreiteza das vias medievais se tornou outro mal a combater – do final do século XV datam as primeiras grandes operações de alargamento (ibid., p. 158). Além do mais, e conforme os valores estéticos daquele tempo, o poder régio se preocupava cada vez mais com a aparência das ruas, quer seja na forma do traçado, quer seja na uniformidade das fachadas (HAROUEL, 2004, pp. 49-50). Tomou então várias medidas para defender a serventia pública e para melhorar o aspecto das ruas; uma em particular desempenhou um papel fundamental para a urbanística moderna: a instauração pela Câmara de Lisboa, em 29 de janeiro de 1504, de uma autorização administrativa para obras de construção ou reconstrução. Estabelecia a Câmara que ninguém "seja tão ousado que derribe nenhuma parede, que haja de mandar fazer daliçe [sic] sem o primeiro fazer saber na câmara aos vereadores para mandarem ver e medir por onde vão os ditos alicerces", e isso para "quando se refundarem as paredes não poderem ocupar mais das ruas e serventias nem tomar delas senão aquilo que antes tinham" (PINTO, 2016, p. 160). Pela primeira

sobre os limites dos terrenos" (REIS FILHOS, 1970/2000, p. 22). Com efeito, "as ruas eram definidas pelas casas" (ibid., p. 27), ou seja, "não seria possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações, definidas por cercas, eram as estradas" (ibid., p. 22). A continuidade das fachadas materializava o limite entre o domínio privado e o domínio público.

[45] O controle dos preços, outra função a cargo do almotacé, obedecia ao mesmo objetivo de harmonizar os interesses particulares (PEREIRA, 2001; ENES, 2010).

[46] Temos que reconhecer nossa dívida junto à tese de doutorado em arquitetura de Sandra Maria Pinto, defendida em 2012 na Universidade de Coimbra: *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de oitocentos*. São extremamente ricos os materiais apresentados pela autora, desmentindo os preconceitos acerca do urbanismo medieval e colonial português. Por sua vez, tal revalorização da urbanística portuguesa deve muito ao trabalho pioneiro do arquiteto Walter Rossa (2002).

vez, o poder público condicionava a atividade construtiva e, ao mesmo tempo, a abertura de ruas a um procedimento de licenciamento prévio, que requeria vistoria e medição da fronteira entre o espaço público da rua e o espaço privado do prédio[47] – no mesmo período, surgem as primeiras palavras portuguesas para designar o que a gente chama hoje de fachada: *frontal* e *frontaria*, duas palavras que já expressam o conceito de confronto entre a casa e a rua (ibid., p. 159). Conta Pinto que, na Lisboa do final do século XVI, cumpria o papel de medidor o mestre pedreiro ou carpinteiro da cidade, que usava cordas ou cordéis como instrumentos de medição, daí o nome de *cordeamento* dado aos livros servindo para registrar os autos (PINTO, 2012, pp. 299-301). Tal procedimento chegou também ao Rio de Janeiro, mas sob o nome de *arruação* (ou *arruamento*), palavra que diz o ato (e o resultado do ato) não somente de abrir ruas como de distribuir fisicamente os imóveis por ambos os lados de uma rua: mais uma vez sobressai a solidariedade profunda, embora conflituosa, entre casa e rua no pensamento urbano daquele tempo.

Tudo indica que, no caso do Rio de Janeiro, se trata de uma instituição antiga, presente desde os primórdios da colonização: em um "auto de medição" do dia 4 janeiro de 1596, consta o proprietário Fernão Baldes ter vindo acompanhado do "escrivão da Provedoria" Baltazar da Costa e do "arruador" Francisco Gomes, mestre das obras, para demarcar terrenos onde "queria fazer casas", e "deix[ar] à rua o que se costuma" (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 1962, p. 251). O arruador determinou então que à rua principal fossem atribuídos 35 palmos de largura (7,7 m). Já numa correição do dia 16 de abril de 1624, o desembargador João de Souza de Cardena, após consultar vereadores e oficiais da Câmara, resolveu tomar providências relativas ao "bem comum". Entre elas,

> proveu, que ninguém faça casa de pedra nem taipa, sem se arruar pela Câmara assistindo a isso ao menos dois Vereadores e um juiz, ou em lugar de um Vereador, o Procurador do Concelho, com o Escrivão da Câmara, e o Arruador para verem se entortam, ou tiram alguma coisa da Rua, sob a pena que quem o contrário fizer, perderá toda a obra e se lhe-derrubaram as casas nos termos em que estiverem, e perderam seis mil reis para as obras do Concelho, e os Vereadores que o consentirem, e o Procurador do Concelho incorrerá cada um na mesma pena; e declara que as ruas se fação direitas, sem fazerem fim em paredes nenhuma tendo de largura trinta palmos (id., 1894, p. 399).

[47] Em todo rigor, já existiam procedimentos de licenciamento prévio em Portugal, mas em casos específicos como a construção de sacadas e outras saliências que pudessem prejudicar a serventia pública (PINTO, 2016, p. 155). A decisão da Câmara municipal de Lisboa inovou ao introduzir um procedimento geral, onde não é o tipo de construção que importa mas o fato de construir.

"Arruava-se" então em áreas ainda não "arruadas", mas destinadas a receber casas, e que por isso necessitavam da abertura de uma via, assim como em ruas já abertas, para impedir que novas construções avançassem ou entortassem os caminhos, impondo até uma largura mínima de 30 palmos (6,6 m) para combater a estreiteza das vias. Em ambos os casos, constatamos que o auto de arruação no Rio de Janeiro permitia uma fiscalização das construções *ex ante*, assim como o ato de "cordeamento" em Lisboa. Qualquer um que quisesse abrir rua ou edificar seu terreno, chamado naquela época de "chão", devia solicitar licença à Câmara dos vereadores, que então mandava o arruador, nomeado por ela própria, para que o "chão" fosse "arruado"[48]. Os autos de arruação, executados pelo arruador na presença do escrivão e um vereador, também chamado "Juiz de Arruação", passaram a ser registrados em livros desde, pelo menos, o final do século XVIII, no caso do Rio de Janeiro (ibid., pp. 171-177). Vale ressaltar que não havia nenhum padrão para o tamanho dos arruamentos (ou seja, não havia padrão para a largura das casas ou das parcelas): entre 1790 e 1792, arruava-se "chãos" de duas até sete braças (resp. 3,7 e 12,8 m), maiores ainda quando era para construir várias casas.

O auto de arruação traduz, por parte da administração pública, um interesse precoce pelo problema da circulação: a rua não era somente uma "via ladeada de prédios", aparentava-se a "um canal alinhado, quer verticalmente, potenciado pelas fachadas direitas sem corpos salientes, quer horizontalmente, onde umas casas não avançavam mais do que as outras" (PINTO, 2013, p. 161). O licenciamento administrativo prévio submetia o controle do espaço urbano a uma nova forma de racionalidade: não se tratava mais de coibir abusos (obstrução das ruas, usurpação do domínio público), mas de previr sua ocorrência; não se tratava somente de punir infratores, mas de orientar a atividade construtiva. Longe de ser um fenômeno exclusivamente lusitano, nota-se a mesma evolução jurídico-administrativa em outros países europeus, como na França. Em Paris, desde o século treze, quem quisesses construir saliências como bancos, tabuleiros, degraus ou alpendres precisava pedir permissão ao *voyer*, oficial nomeado pelo rei para administrar as vias públicas da capital (HAROUEL, 2004, p. 42). Já no final do século XV, uma ordenação da Polícia proibiu, na mesma cidade, qualquer construção nas vias públicas, "sem ter previamente buscado

[48] Em caso de abertura de rua, "exigia-se do proprietário que demarcasse a caixa do logradouro e nivelasse o seu leito, pois dele não eram cobrados o meio-fio, a calçada, a pavimentação ou rede de esgoto e de águas pluviais" (CAVALCANTI, 2004, p. 500).

autorização, permissão e alinhamento do *Voyer* do Rei ou de seu Comissário"[49] – *alignement* (alinhamento) era sinônimo de "cordeamento" ou arruação, com a "linha" referendo à demarcação entre a rua e os imóveis. Logo em seguida, a regra foi estendida ao resto do reino: depois de criar o cargo de *Grand-Voyer,* para atuar como superintendente das ruas e estradas, Henri IV baixou o edital de 16 de dezembro de 1607, obrigando qualquer construtor no reino a *prendre alignement* ("pegar alinhamento") com o *Grand-Voyer*. Aí também a liberdade de transitar e a comodidade dos moradores (ou seja, a serventia pública) serviram de argumentos. Percebe-se que este momento coincide, de modo geral, com o surgimento de uma nova tecnologia política no Ocidente, a polícia, a qual visa "manipular, manter, distribuir, restabelecer as relações de força, relações de força situadas dentro de um espaço de concorrência que envolve crescimentos competitivos" (FOUCAULT, 2004a, p. 319). De fato, o auto de arruação se apresenta como uma técnica policial exemplar, pois "faz crescer as forças do Estado, mantendo a ordem deste Estado", estabelece "uma relação móvel, porém estável e controlável, entre a ordem interior do Estado e o crescimento de suas forças" (ibid., p. 321), na medida em que orienta a atividade construtiva de modo que as ruas formassem canais adequados ao tráfego das pessoas e das mercadorias.

1.2 EMBELEZAR, CIVILIZAR, SANEAR

1.2.1 Embelezamento: uma cidade ao gosto da elite

Da proteção ao "bem comum", a atuação do poder público, a partir do século XVII, mas principalmente no século XVIII, se voltou para o "embelezamento" ou "aformoseamento" da cidade, o que se expressou antes no endireitamento das ruas (PINTO, 216, p. 161) e na uniformização das fachadas. O artigo "Ville" na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert exemplificava admiravelmente o conceito de "embelezamento" compartilhado pelas elites modernas:

> Para que uma cidade seja bela, é preciso que as ruas principais levem até as portas; que elas sejam *perpendiculares umas com as outras*, o máximo possível, para que os cantos das casas formem *ângulos retos*; que elas tenham oito toesas de largura [aprox. 15,6 m], e quatro para as pequenas ruas [aprox. 7,8 m]. [...] No concurso das ruas, a gente pratica *praças* cuja principal é aquela onde as grandes ruas acabam; e a gente decora essas praças, mantendo *uma uniformidade na fachada dos hosteis ou das casas* que as cercam,

[49] Ordenação de Polícia de 12 de setembro de 1795. Cf. LE CLER DU BRILLET, 1738, p. 327.

> e com as estatutas a os chafarizes. Se, com isso, as casas forem bem construídas, e suas *fachadas decoradas*, terá pouco a desejar[50].

Tanto a preferência pela quadrícula quanto a padronização das fachadas decorriam da primazia concedida à visão, constante no Ocidente desde o período gótico (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 299), pois só fazem sentido esteticamente para um olhar capaz de reduzir a aparência das ruas a um jogo de linhas e superfícies. Fica evidente tal primazia no caso da praça, cujo valor estético deriva não só dos objetos ali expostos (estátuas, chafarizes), como também do efeito produzido pela convergência das ruas, pois assim a praça se transforma no elemento central de uma perspectiva[51]. O historiador francês Jean-Louis Harouel ressaltou esta preocupação da urbanística moderna com a aparência visual da cidade ao explicar que ela é uma urbanística "de decoração externa, guiada certamente por uma preocupação de qualidade de vida, mas antes de tudo da vida pública, social e mesmo mundana [...]. A cidade é como uma decoração de teatro. O essencial é a aparência, a fachada." (ibid., p. 68). Entretanto, tal preocupação não se opunha ao "policiamento" da cidade, pelo contrário: as buscas pelo "embelezamento" e pela "utilidade pública", para retomar o linguajar da época, andavam frequentemente juntos[52]. O endireitamento das ruas, por exemplo, não só melhorava a aparência da cidade como aliviava o trânsito.

De fato, várias medidas foram tomadas para retificar os alinhamentos. A municipalidade de Lisboa, já no século XVI, chegou a exigir dos proprietários que avançassem seus prédios (PINTO, 2016, p. 162). Entretanto, a retificação dos alinhamentos era, de modo geral, uma tarefa dispendiosa para os cofres públicos, pois em caso de recuo, o governo tinha que indenizar os proprietários atingidos. Já o controle sobre as fachadas se restringia aos corpos salientes. O terremoto de 1755 acabou criando uma conjuntura favorável para uma ampla regularização da malha viária e para a imposição

---

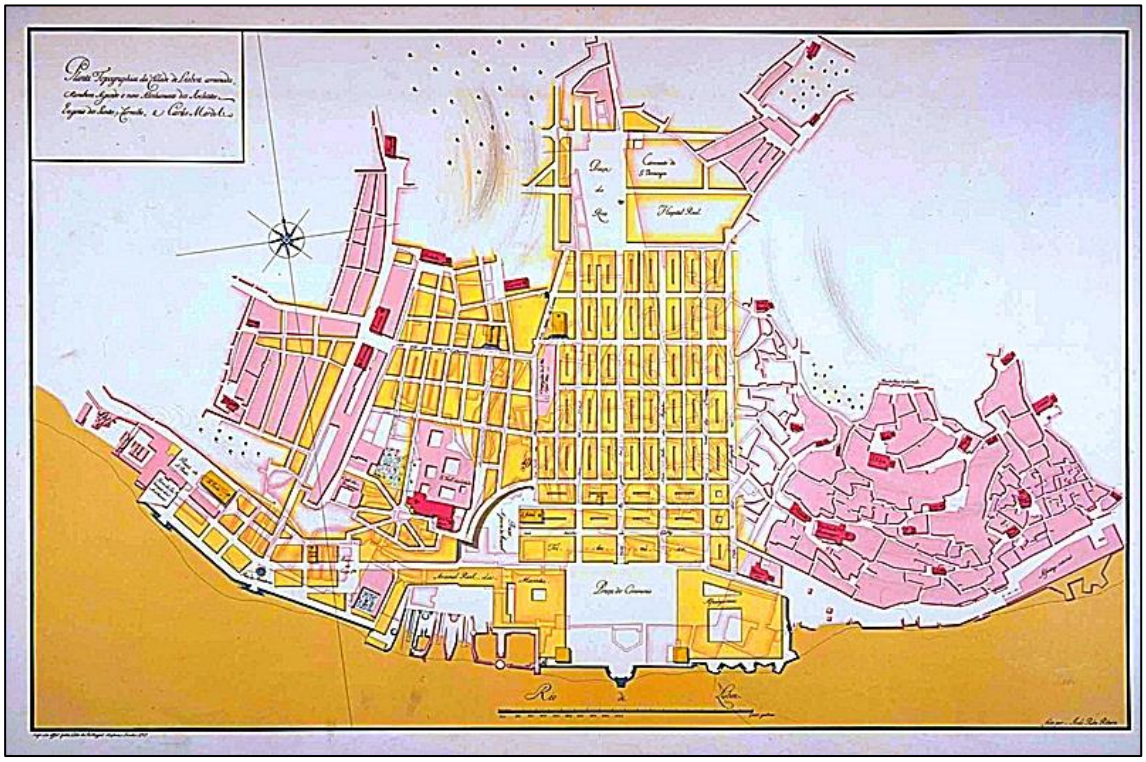
[50] Artigo "Ville" da *Encyclopédie*, redigido pelo cavaleiro Louis de Jaucourt (vol. 17, p. 277). Disponível em: <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.16:442.encyclopedie0513>. Acesso em: 9 de maio de 2017.

[51] Lefebvre enfatizou a solidariedade entre fachada e perspectiva no ensaio de história urbana que é o quarto capítulo de *La production de l'espace*: "a fachada e a perspectiva vão junto. A perspectiva alinha as fachadas e ordena, nas superfícies 'fachadadas' (*façadées*), as decorações, desenhos e molduras; ela compõe horizontes, 'fugas' com as linhas das fachadas. [...] Nessa perspectiva (*mis en perspective*), *tudo é fachada*. De fato, a perspectiva comanda o ordenamento dos elementos, das casas, dos edifícios. Ao invés, esses se alinham, se agrupam, de modo a formar uma perspectiva" (1974/1999, p. 315, grifo do autor). Vale lembra que, em várias línguas, como em russo ou em francês, a palavra "perspectiva" pode significar uma avenida ampla, reta, abrindo sobre um monumento ou uma praça (a "Perspectiva Nevsky" em Moscou por exemplo).

[52] "A beleza, segundo os autores administrativos do século XVIII, se parece curiosamente com um julgamento de valor, formulado dentro de uma ótica muito concreta, sobre a organização material das cidades e a distribuição adequada dos equipamentos urbanos" (HAROUEL, 1977, p. 146).

de um programa arquitetônico aos prédios da capital portuguesa. Através do *Plano para se regular o alinhamento das ruas e, reedificações das casas*, delineado pela equipe do engenheiro-mor Manuel da Maia em 1758, aprovado no mesmo ano pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o governo teve como alcançar ambos os objetivos: a retificação dos alinhamentos e a padronização das fachadas[53]. Conforme se vê na planta desenhada pelos engenheiros militares Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel (Figura 4) – em 1756, o futuro Marquês de Pombal fundara a Casa do Risco das Reais Obras Públicas, para trabalhar sobre as plantas que iam servir à reconstrução de Lisboa – os engenheiros optaram por uma quadrícula baseada em largas avenidas, em oposição direta às vielas estreitas e sinuosas da cidade antiga; estabeleceram uma hierarquia entre as ruas principais, que podiam chegar a 60 palmos (13,20 m), e as ruas secundárias, que iam até 40 palmos (8,8 m). Também obrigaram os proprietários afetados a executar as obras de reconstrução dentro de um

Figura 4 – Planta de remodelação da Baixada lisboeta de 1758.

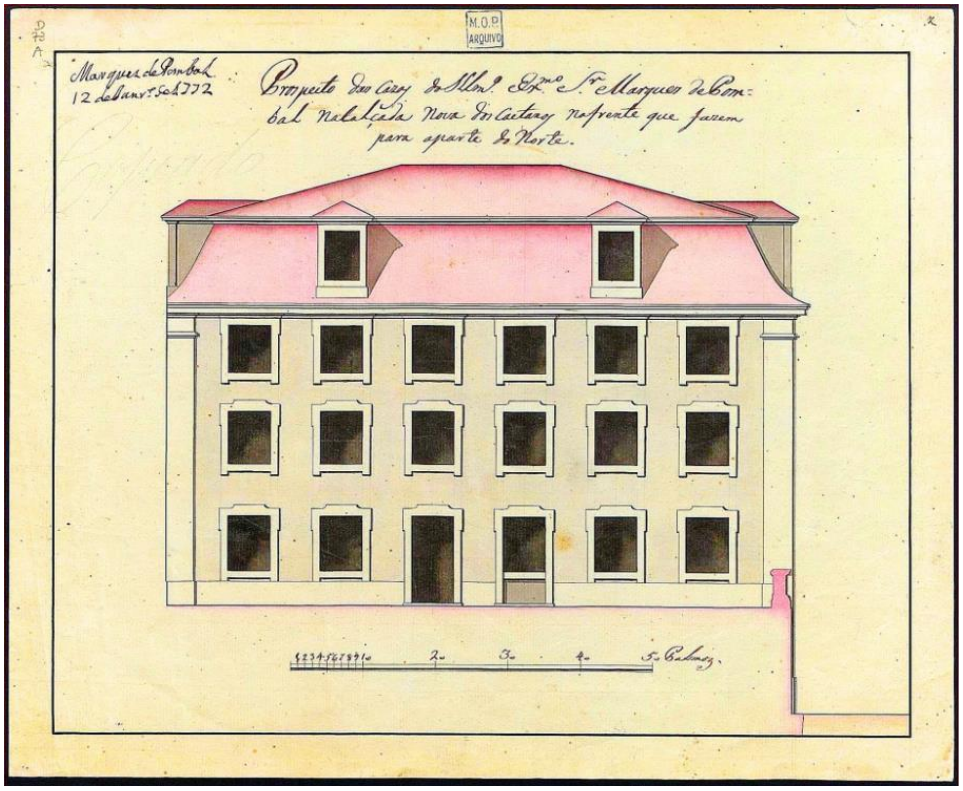


Fonte: Museu de Lisboa (2017).
Nota: Em vermelho, ruas e quadras da cidade velha; em amarelo, ruas e quadras projetadas. A Praça do Comércio, mais conhecida hoje como Terreiro do Paço, tinha a aparência de um quadrado quase perfeito, para o qual se dirigiam as principais ruas da cidade projetada.

[53] Estavam inclusas no *Plano* diversas obras de urbanismo também, no que diz respeito ao esgotamento das águas servidas (FRANÇA, 1989, p. 19) e à salubridade pública de modo geral (ibid., p. 64).

prazo de cinco anos, em conformidade com o *Plano*, “que não definiu apenas os alinhamentos e dimensões dos lotes, mas também a própria estrutura construtiva dos edifícios, a altura dos pés-direitos e o desenho da fachada, de acordo com os prospectos delineados pela Casa do Risco” (id., 2012, p. 204). Com o plano de reconstrução, a atividade construtiva acabou sendo sujeitada, de modo sistemático, não só a um conjunto de normas novas como a uma variedade de “artefatos gráficos”, pois só era permitido construir de acordo com o que constava em determinadas plantas, sancionadas oficialmente – o próprio Marquês de Pombal assinava os prospectos dos novos prédios (Figura 5).

Figura 5 – “Prospecto” de uma casa aprovada pelo Marquês de Pombal em 1772.



Fonte: Fundação Casa Rui Barbosa (2017).
Nota: O próprio Marquês de Pombal assinou a planta no canto superior esquerdo.

A reorganização generalizada da atividade construtiva, no caso da Lisboa pós-terremoto, dependeu do “estado de exceção” criado pelo terremoto[54]. Contudo, ob-

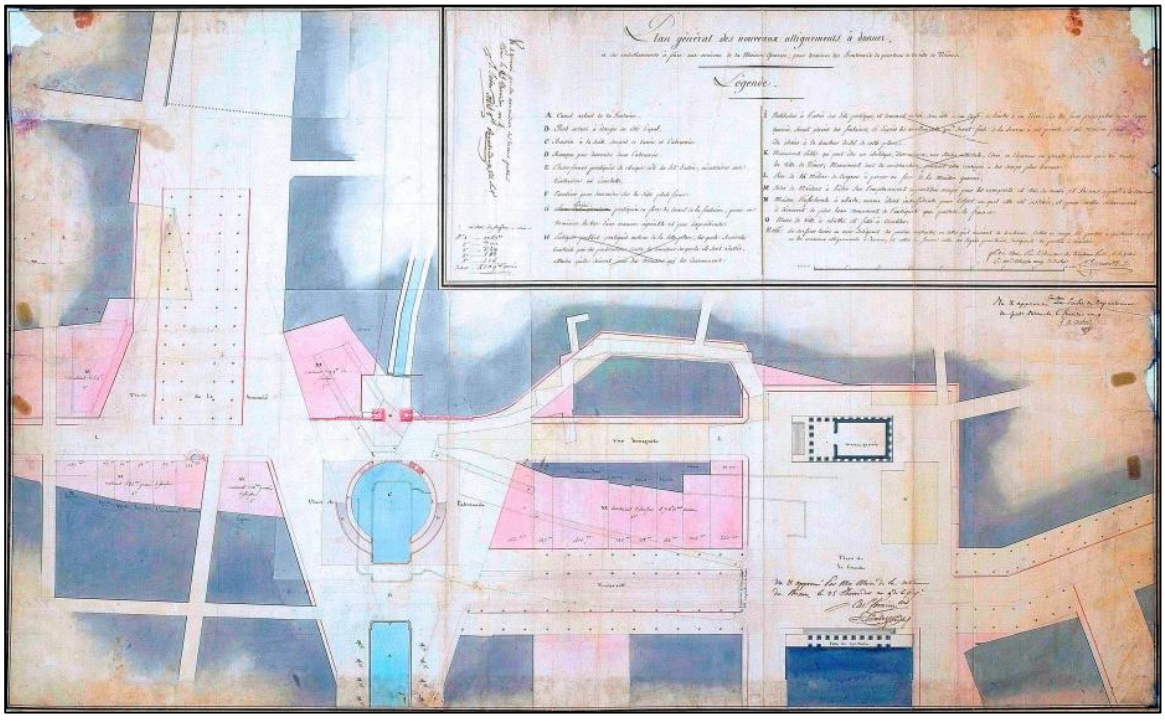
[54] De modo geral, as elites oitocentistas aproveitaram as catástrofes naturais para executar as tão desejadas reformas urbanas: na cidade francesa de Rennes, após o incêndio de 1720, o governo tentou impor um programa arquitetônico ao conjunto da cidade (HAROUEL, 2004, p. 68).

serva-se alhures a mesma multiplicação de “artefatos gráficos” para controlar a atividade construtiva. Em 1765, uma portaria do Conselho de Estado, a mais alta jurisdição administrativa da França, determinou que

> Os alinhamentos para construções e reconstruções de casas, edifícios ou prédios (...) não poderão, em nenhum caso, ser dados por alguém que não seja tesoureiro da França, comissária de Sua Majestade para as pontes e calçadas, em cada província (...), e se conformarão por eles aos planos levantados e estabelecidos por ordem de Sua Majestade (ISAMBERT, DECRUSY E TAILANDIER, 1830, p. 429)[55].

A Lei de 16 de setembro de 1807 e o Decreto Imperial de 27 de julho de 1808 reafirmaram que os alinhamentos só podiam ser dados com base nos “planos gerais de alinhamento” (Figura 6) decididos pelo Conselho de Estado, acrescentando regras específicas para a desapropriação e a indenização dos proprietários afetados pelos novos alinhamentos (FLEURIGEON, 1809, p. 123). Ao mesmo tempo em que o sistema dos planos de alinhamento se generalizou, o governo regulamentou a retórica gráfica desses artefatos, sugerindo que a própria prática documentar se tornou um objeto eminentemente político. Em uma Carta de 18 de agosto de 1806, constou assim

Figura 6 – Exemplo de um *plan d’allignement* para a cidade francesa de Nîmes de 1801.



Fonte: nemausensis.com (2017)
Nota: Em vermelho, os novos alinhamentos e as novas quadras previstos no plano, no lugar das torres e muralhas; em amarelo, as construções a serem demolidas; em preto, as partes não tocadas pelo plano. Embaixo da planta, à esquerda, constam a assinatura do prefeito e do chefe de polícia (*préfet*).

[55] Semelhante decisão já tinha sido tomada pela administração parisiense em março de 1754.

que as ruas iam ser “apresentadas em planos gerais. Indicará-se, por uma escala métrica, sua largura atual, a que convém dar-lhes, e o alinhamento a regular. Designará-se as ruas a abrir, sua direção, sua largura e os prédios que seria preciso destruir” (ibid.).

Esta centralidade dos artefatos gráficos nos parece remeter a uma solidariedade profunda entre “razão gráfica” e estratégias de “embelezamento”. Como já vimos, o endireitamento das vias e a uniformização das fachadas envolvem uma simplificação, uma redução da rua a alguns elementos geométricos básicos: linhas e superfícies. Acontece que tal “reducionismo” é justamente uma propriedade geral do grafismo (GOODY, 1979, p.155). Em nosso caso, a planta, através de uma projeção horizontal (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência o encontrada.**) ou vertical (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), “descontextualiza” a rua e a “recodifica” dentro de um elemento geométrico, de um espaço bidimensional, regido por um sistema de coordenadas cartesianas à base ortonormada[56]. A rua assim recodificada se apresenta como superfície delimitada por duas curvas, que correspondem aos alinhamentos da rua, já o cruzamento das ruas nada é mais do que o ângulo formado pela intersecção de duas curvas de alinhamento. Quanto às fachadas, elas surgem como combinação de figuras geométricas, de quadrados, retângulos e triângulos, entre as quais podem ser definidas relações de inversão ou simetria – o “ritmo” da fachada pode ser assim calculado e simulado. Operações como a de retificar alinhamentos passam a ter outro significado, pois consistem antes numa simples “manipulação” geométrica (LATOUR, 2015, p. 54): substituição de uma curva poligonal por uma reta afim. A planta possibilita também verificar visualmente se o agenciamento das ruas e fachadas obedece a um motivo geométrico explicito: o olhar humano, mergulhado no complexo universo sensorial da rua, dificilmente avaliará se o conjunto das ruas segue exatamente um plano em xadrez ou se determinada praça tem a forma de um quadrado perfeito. O uso de outros recursos gráficos, como a escolha de cores contrastadas, facilita por sua vez a visualização das diferenças entre a forma das ruas já existentes e forma das ruas projetadas (**Erro!**

[56] Este ponto já tinha sido ressaltado por Lefebvre, em *La production de l’espace*. Esse já chamava atenção para o papel da “folha branca” no trabalho do arquiteto, que “a utiliza para seus *planos*, palavra que deve ser levada com toda sua força: superfície chata, acima da qual um lápis mais ou menos ágil e hábil deixa marcas que o autor considera como a re-produção das coisas, do mundo sensível, enquanto, na verdade, esta superfície impõe uma descodificação-recodificação do ‘real’” (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 15, grifo do autor).

Fonte de referência não encontrada., o amarelo serve para indicar o limite das novas quadras, enquanto o vermelho remete às construções antigas). A razão gráfica aparece então intricada nas estratégias de “embelezamento”, pautadas na “lógica da visualização” (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 299).

1.2.2 A polícia urbana e sanitária

1.2.2.1 A cidade vigiada

Aos poucos a urbanística oitocentista chegou ao Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, vale lembrar que, desde o início do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou impor uma ordem geométrica às novas cidades brasileiras: as Cartas Régias que regulamentavam a fundação das novas vilas continham instruções precisas quanto à disposição das ruas, demostrando uma preferência marcada pela quadrícula, como se vê na carta de fundação de Vila Bela da Santíssima Trinidade, em março de 1752, primeira capital do Mato Grosso (OLIVEIRA, 2010). Até no próprio Rio de Janeiro, o “Tempo dos Vice-Reis” se caracterizou pela intervenção recorrente do poder público sobre o espaço urbano, com obras de calçamento e abertura de novos eixos viários para ligar o centro da cidade às áreas de ocupação mais recentes (MACHADO, 1978, p. 153), a exemplo da Rua do Lavradio, aberta pelo marquês de mesmo nome em 1771[57]. Sobretudo na gestão de Luís de Vasconcelos de Souza, o governo da colônia executou diversas obras de embelezamento, como a construção do famoso Passeio Público em 1783. A importação da urbanística oitocentista acelerou-se com a chegada da Corte em 1808 (CALVACANTI, 2004, p. 426), levando à criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil em 10 de maio de 1808, moldada naquela existente em Lisboa desde 1760. De fato, o papel desta Intendência, sob o comando do bacharel em direito Paulo Fernandes Viana, ia muito além de garantir a tranquilidade pública: mandava desentulhar valas e bueiros para dar esgoto às águas usadas; efetuava reparos em pontes e estradas; nivelava e pavimentava ruas; instalava lampiões; organizava o encanamento das águas do Rio Maracanã (GAGLIARDO,

[57] A respeito das obras empreendidas pelo marquês de Lavradio, disse o historiador Monsenhor José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro que “foram calçadas as ruas da cidade velha, e seus lados cobertos de lajedo, à imitação das ruas da nova cidade de Lisboa” (ARAÚJO 1820 apud. CALVACANTI, 2004, p. 426). As obras de arruamento impulsionadas pelo governo às vezes entravam em conflito com os interesses dos proprietários particulares (ibid., p. 504).

2014, p. 383-390). Ou seja, a Intendência de Polícia se comportava como uma verdadeira diretoria de obras públicas. Procurou também combater "a irregularidade e arbitrária edificação que se vai fazendo nas ruas novas" da capital, conforme a Decisão régia de 8 de Outubro de 1810:

> É servido, que o Senado da Câmara procure quanto for possível emendar este erro, fazendo que as ruas, que de novo se abrirem, sejam mais largas e conformes ao novo plano, para nelas se edificarem edifícios regulares e, de uma só e igual simetria para cada uma das ruas novas, deixando-se no arruamento, que se projetar, algumas praças, o que não só embeleza a Cidade, mas contribui muito para a saúde da população (BRASIL, 1890, p. 26-27).

A Intendência Geral de Polícia servia então para "embelezar" a cidade, que tinha alcançado o estatuto de capital europeia, e aumentar a "utilidade pública", graças a um conjunto de obras e regulamentos voltado para o "cômodo dos moradores". A proibição das construções térreas no centro da cidade decorreu assim de considerações estéticas, pois prédios maiores contribuíam para o "enobrecimento" e o "aformoseamento" da cidade, e sanitárias, visto que a umidade dos solos atuava como vetor de doença (GAGLIARDO, 2014, p. 391).

Ao lado da segurança e das obras públicas, cuidou a polícia de "civilizar[58]" o Rio de Janeiro, adequando o comportamento de seus moradores às normas da sociabilidade cortesã (ibid., p. 378). Esta ação civilizatória passava pela repressão aos "crimes contra a ordem pública", como jogos de azar, vadiagem e capoeira (GONÇALVES, 2013, p. 15), mas também por meios mais refinados: a polícia assumiu assim a construção do Teatro de São João, inaugurado em 1813, onde se ridicularizavam os costumes coloniais (ibid., p. 11). A aparência das ruas também precisava de uma reforma, pois, estreitas e tomadas pelos negros, ela evocava antes a imagem de uma cidade árabe ou africana, nada parecido com uma capital europeia. A respeito da Rua do Rosário, dizia Thomas Ewbank que ela era "uma antiga rua genuinamente moura, com doze pés as casas de ambos os lados. O caminho de carruagem é de somente seis pés. A sarjeta, como sempre, fica no meio, e dois pés completos abaixo das demarcações laterais, se bem que, em ambos os lados, a superfície cai de dois a três pés" (EWBANK, 1856/1971, p. 85). O comerciante John Luccock, que permaneceu no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, se sentia na África ao presenciar o vai e vem nas ruas de manhã:

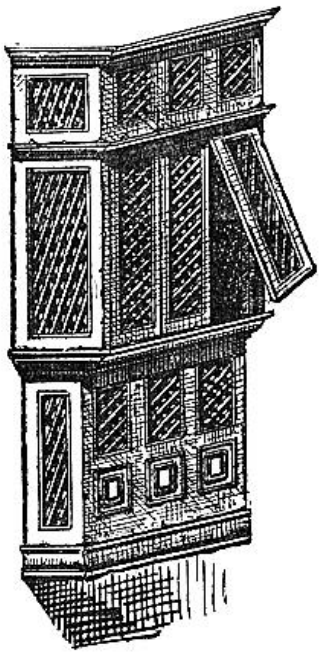
[58] Lembramos que, no século XVIII, as palavras civilização, urbanidade e polícia participavam de um mesmo universo semântico: a urbanidade era sinônima de cortesia, de gente civilizada, de moralidade policiada, em oposição direta à rusticidade e grosseira associadas à vida no campo.

> Antes de dez horas da manhã, quando o sol começava a subir alto, e que as casas conseguiam pouca sombra, os homens brancos se tornavam raros nas ruas, e os escravos eram vistos descansando à vontade, ou sentados, no chão, na frente das portas, tecendo ou costurando, ou forjando um tipo de bandeira, da qual eles faziam cestas e chapéus. (…) Todos eram negros, homens e mulheres; e um estrangeiro, que teria passado pela cidade no meio do dia, podia se achar transportado na África (LUCCOCK, 1820, p. 110).

Entre os costumes que mais abalavam a sensibilidade cortesã, por ser justamente vinculada à imagem de uma cidade oriental, portanto "bárbara", destacou-se o uso das gelosias (também chamadas de "rótulas" e "muxarabis"), tipos de janela de madeira gradeada, atrás das quais as mulheres brancas, que viviam reclusas, se escondiam (**Figura 7**) – pelo menos essa era a interpretação mais comum[59]. Com efeito, o Intendente Paulo Fernandes Viana decidiu logo pela proibição das gelosias, em nome da "civilização":

> não pode nem deve continuar a conservar bisonhos e antigos costumes que apenas podiam tolerar-se quando era reputada como uma colônia e que,

Figura 7 – Exemplo de gelosia.



Fonte: wikipedia (2017).

[59] Comentando a aparência das casas, Ewbank adotava o mesmo ponto de vista: "Sacadas nas janelas de cima são muito comuns. Antigamente, elas se estendiam pela frente de cada casa, e eram fechadas com madeira entrelaçada (*latticework*). Dentro dessas 'gelosias', as mulheres de uma família eram confinadas, *como na Turquia ou na Grécia antiga*, onde as mulheres não eram autorizadas a sair, salvo circunstâncias peculiares, nem podiam aparecer nas janelas. Algumas sacadas permaneceram, mas sem sua frente. Cada porta de baixo e janela tinham madeira entrelaçada, e uma maioria ainda fica assim" (EWBANK, 1856/1971, p. 86, grifo meu). Contudo, outras interpretações surgiram recentemente, em particular em MARINS, 1997.

> desde muito tempo, não se sofrem em povoações cultas e de perfeita civilização; e sendo um destes costumes que afeia o prospecto da cidade e a faz menos decorosa às felizes circunstâncias, o de terem as janelas de suas propriedades rótulas ou gelosias de madeira que nenhuma comodidade trazem e que estão mostrando a falta de civilização de seus moradores" (VIANA, 1809 apud. 393).

Assim, no Rio de Janeiro, o controle sobre a atividade construtiva e a disposição das ruas logo se identificou com o projeto de adequar o ambiente material da cidade à subjetividade de uma aristocracia europeia. Em outras palavras, embelezamento e policiamento participavam da dominação colonial e racial[60], reconfigurando a cidade de acordo com a sensibilidade da elite colonizadora.

A questão da saúde pública desempenhou outro papel fundamental na consolidação do controle policial sobre as ruas. Desde o final do século XVIII, veio crescendo a influência do poder médico: em 1798, a Câmara do Rio organizou uma consulta a quatro médicos notáveis sobre as causas da insalubridade (MACHADO, 1978, pp. 143-144). Com a chegada da Corte, foram criados, em 7 de fevereiro de 1808, os cargos de Físico-mor do Reino, Estado e Domínios Ultramarinos, para fiscalizar a atividade farmacêutica, e de Cirurgião-mor para controlar o exercício da medicina; já a Provedoria-mor de Saúde da Corte e Estado do Brasil, instituída em 28 de julho de 1808, tinha por missão combater as epidemias, gerenciar as quarentas e fiscalizar o abastecimento de alimento. Ao mesmo tempo, o governo organizou o ensino médico com a fundação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1808. Estendeu-se então ao Rio uma "*rede* de medicalização a cada vez mais densa e importante, que deixa escapar a cada vez menos" (FOUCAULT, 1988, p. 14, grifo meu), exercendo um poder de natureza policial – não é à toa se a Junta da Instituição Vacínica da Corte, criada em 4 de abril de 1811, ficou sob a dependência tanto da Fisicatura-mor quanto da Intendência Geral de Polícia (MACHADO, 1979, p. 170). Embora acabasse com os cargos de Físico-mor, Cirurgião-mor e Provedor-mor, sendo as prerrogativas em matéria de saúde pública transferidas para o município, a reforma administrativa de 1828, consecutiva à Independência, não pôs fim à polícia médica, pelo contrário. Em 30 de junho de 1829 surgiu a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a influência francesa[61], que advogava justamente maior intervenção do

[60] Viana chegou a cogitar um verdadeiro projeto de "embranquecimento" da população carioca, que passaria pelo estímulo à imigração europeia, para contrabalançar a preponderância do elemento negro (MACHADO, 1978, p. 169).

[61] A fundação desta sociedade contou com a presença do médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles e do médico José Martins da Cruz Jobim, ambos doutores pela Faculté de Médecine de Paris, e de José Francisco Xavier Sigaud, doutor pela Faculté de Médecine de Montpellier, além do médico francês

governo no campo da saúde pública, desde que apoiada em profissionais da área. Esta exerceu uma influência decisiva na redação do primeiro Código de Posturas do Município do Rio de Janeiro, promulgado em 1832 e parcialmente reformulado em 1838 (ibid. p. 189), o qual orientou a ação da polícia urbana durante boa parte do século XIX.

A junção da polícia médica com a polícia urbana procedeu também do modo como o saber médico do século XVIII problematizou o espaço urbano. Foucault detalhou admiravelmente o surgimento, em pleno Iluminismo, de uma nova medicina, de cunho francês, que enxergava na cidade um *milieu* capaz de influir nas condições de existência (FOUCAULT, 1988, p. 25). Esta medicina urbana se propunha assim para "estudar os lugares da acumulação e do amontoamento, no espaço urbano, dos lixos que poderiam provocar doenças" e para controlar a circulação, "não a circulação dos indivíduos, mas das coisas e dos elementos, principalmente da água e do ar" (ibid., p. 23). A sua atuação pautava-se no princípio de salubridade:

> A salubridade não significa a mesma coisa que a saúde, mas remete ao estado de um ambiente e a seus elementos constitutivos, que permitem justamente melhorar a saúde. A salubridade é a base material e social capaz de garantir a melhor saúde possível aos indivíduos. Ligado a isso, surge o conceito de higiene pública como técnica de controle e de modificação dos elementos do meio que podem favorecer essa saúde ou, pelo contrário, prejudica-la (ibid., p. 25).

As teorias médicas daquele tempo justificavam a preocupação dos doutores com o ambiente material da cidade, pois elas atribuíam à ação dos miasmas, dos vapores emanando das matérias orgânicas em decomposição, a causa das doenças (CORBIN, 1982/2016, p. 21). Ao aproximar grandes contingentes populacionais de focos miasmáticos, tais como cemitérios e matadouros, a organização material da cidade trazia riscos para a saúde pública. Importava então regulamentar a prática dos enterros[62] e a atividade dos açougues; quando se podia remover esses focos para fora da cidade, como aconteceu no caso do matadouro público, transferido para São Cristóvão em 1853 e para Santa Cruz em 1881, melhor ainda. Já que fluidos como o ar e a água contribuíam para a propagação dos miasmas, pois carregavam partículas

---

Jean Maurice Faivre. Os estatutos da sociedade foram elaborados de acordo com os regulamentos da Academia de Medicina de Paris. Cf. o verbete "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro" no *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil* (1832-1930), elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz.
Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm>. Acesso em: 18 de jan. de 2017.

[62] Logo no § 1º, o Código de Posturas de 1838 proibiu o enterro dos corpos dentro das igrejas enquanto o segundo impunha a individualização das covas.

orgânicas em decomposição, era preciso olhar também para o modo como esses fluidos circulavam pela cidade, ou seja, para a topografia da cidade. E o Rio de Janeiro estava nesse aspecto em uma situação péssima. Em seus *Prolegômenos* de 1820, o cirurgião-mor Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, futuro diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, disse sobre as ruas das cidades que,

> Desde um a outro extremo, mostram na sua continuidade muitos pontos de elevação, e de abatimento, ao que contribui não estarem bem calçadas: conseguintemente a cidade é toda ela pantanosa, as águas de chuvas que recebe, não podendo ter saída para o mar, por falta de escoante, e de aquedutos suficientes, aí se demoram e são evaporadas pelo calor do sol (PEIXOTO, 1820, p. 99).

Acrescentava que "as ruas, geralmente falando, são estreitas, e essa condição faz com que o giro dos ventos seja pouco favorecido e se sinta, *in maximum*, o calor do sol" (ibid.). Ou seja, as ruas do Rio, estreitas, irregulares e sinuosas, apresentavam o duplo defeito de facilitar a permanência das águas, que, sob a ação do sol, evaporavam, "corrompendo" então a atmosfera da cidade, e de dificultar a renovação do ar, carregado desses "gases mefíticos", pelo vento.

As preocupações da medicina social convergiam então com as da polícia urbana, no que dizia respeito à disposição das ruas – e não só nesse assunto: em 4 de abril de 1811 o governo criou a Junta da Instituição Vacínica da Corte, a qual ficava sob a inspeção tanto da Fisicatura-mor quanto da Intendência-Geral da Polícia, sabendo que, por um tempo, as vacinações ocorriam na própria casa de Paulo Fernandes Viana (CABRAL, 2011). Com isso, não é surpreendente o fato do Código de Posturas de 1838 conter vários artigos relativos à disposição das ruas. Era precisamente o objeto do primeiro título ("sobre o alinhamento das ruas e edificações") da segunda secção, dedicada às matérias de "policia[63]". Logo no § 1º[64], indicava esta secção que "a Câmara fará levantar planos, segundo os quais serão formados as ruas, praças e edifícios, na cidade e seu termo. Estes planos existirão patentes na casa da Câmara, e deles se dão cópias exatas aos fiscais e arruadores dos distritos em que não se

[63] De acordo com o art. 66 da Lei de primeiro de outubro de 1828, que regulamentava as atribuições das câmaras municipais, estas tinham a seu cargo "tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos". Entre os objetos que entravam no perímetro das posturas policiais, tinha, em primeiro lugar, "alinhamento, limpeza, iluminação, e desempachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações" (§ 1º).

[64] Todas as citações do Código de Posturas de 1838 provêm do exemplar digitalizado pelo Senado Federal. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224185>. Acesso em: 18 de jan. de 2017

edifica sem licença, arruamento e alinhamento.” Já o § 2º previa que “ao arruador compete alinhar e perfilar o edifício, e regular sua frente, conforme o plano adotado pela Câmara”, visto que “ninguém poderá fazer obra alguma na frente dos prédios sem licença da Câmara, e armamento, quando for necessário” (§ 4º). O § 5º garantia progressiva adequação da malha viária aos novos alinhamentos, ao exigir dos prédios, quando reedificado, que recuassem ou avançassem, dependendo de sua posição frente aos novos alinhamentos. Além disso, o § 3º impunha às novas ruas uma largura mínima de 60 palmos (13,20 m), exatamente a largura das ruas principais na Baixa pombalina. O Código atacava também a aparência das casas, retomando disposições do período joanino, tais como a obrigação de construir casas assobradas na cidade, “ao menos na frente” (§ 8º), ou a proibição das rótulas (§ 14º). Tratava-se de um controle estrito: as casas novas não podiam ter menos de 20 palmos (4,4 m) de altura, “seguindo-se em tudo o mais o prospecto que se acha patente no paço da Câmara Municipal” (§ 9º). O Código reafirmava então o objetivo de mudar a fisionomia das ruas e casas, dotando o município de uma tecnologia baseada na confecção de plantas para controlar a produção do espaço urbano.

1.2.2.2 O problema da habitação higiênica

Ainda assim, o interesse da medicina social logo se deslocou para outro objeto: a casa. Ao mesmo tempo edifício e lar da família, a casa, no período colonial, ficava protegida do olhar alheio pela “servidão de privacidade”[65]. Os médicos aos poucos romperam essa tradição, focando inicialmente num dispositivo característico da arquitetura colonial: a alcova. “Situada no centro da residência”, a alcova era o “local do sono e devia estar protegida contra agressões físicas (sol, sereno, correntes de ar, maus cheiros da rua) ou assaltos morais do ambiente (marinheiros bêbados, ladrões, ciganos e possíveis tentativas de namoros não consentidos entre as mulheres e seus eventuais pretendentes)” (COSTA, 1979, p. 100), por isso não possuía janela e não disponha, portanto, de aeração, iluminação ou qualquer outra comunicação com o exterior. Consequentemente, nunca o ar se renovava, embora a respiração e transpiração dos corpos durante o sono e a atividade sexual o viciassem constantemente – alguns médicos falavam até de “miasmas fisiológicos” (ibid., p. 124) para descrever

[65] Cf. nota 43, p. 2. A expressão “servidão de privacidade” não existia naquele tempo, mas é nesses termos que alguns hoje interpretam essa proibição.

os efeitos deletérios dessas exalações corporais. Já a falta de iluminação, em ambientes de extrema humidade, favorecia o mofo, outra fonte de miasmas, e amolecia os corpos, que ficavam pálidos, flácidos e doentes. Daí a crença dos médicos em uma verdadeira "síndrome de alcova", responsável pelos vários males que atormentavam as mulheres e crianças, que mais tempo passavam naqueles redutos escuros e úmidos (ibid., p. 115). Importava então acabar com a alcova e, de modo geral, multiplicar as aberturas nas paredes da casa, para deixar o ar e o sol entrarem; importava também aumentar a altura dos pés-direitos para que os moradores da casa gozassem de um maior volume de ar, sobretudo nos ambientes onde costumava ficar um maior número de pessoas.

De modo geral, a medicina preconizava mudanças drásticas na "máquina de morar brasileira". Essa, conforme o cruel retrato de Lúcia Costa,

> Ao tempo da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o escravo. (...) Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos, sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador (COSTA, 1962 apud MELLO, 2012).

A presença do escravo incomodava a medicina por pelo menos dois motivos. Por um lado, o negro era acusado de corromper moral e fisicamente os senhores. Em sua tese sobre o aleitamento natural e mercenário apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1869, comentava Murilo Mendes Vianna que as escravas "além de serem em geral estúpidas, grosseiras e o seu moral extremamente viciado, o seu organismo é, de ordinário, a sede de grande cópia de moléstias, bem como a sífilis e a diátese escrofulosa, o linfatismo" (VIANNA, 1896 apud. COSTA, 1979, p. 122). Por outro lado, o escravo contribuía para o excesso de pessoas dentro de casa, majorando a quantidade de "miasmas fisiológicos" presentes no ar – o descongestionamento dos espaços fechados em geral foi a obsessão dos higienistas (CORBIN, 1982/2006, p. 152). Com isso, os médicos contribuíam para expulsar o negro da família branca, mas também para aumentar a demanda por equipamentos considerados modernos, como instalações sanitárias à moda inglesa, encanamento de água, galerias de esgotos (equipamentos muitas vezes importados da Inglaterra), já que os serviços correspondentes costumavam ser realizados por negros (BENCHIMOL, 1992, p. 145). Há de se notar que a medicina social perseguia objetivos simultaneamente morais e materiais: em introdução a um projeto de lei sobre a proibição dos cortiços e

o embelezamento da cidade, apresentado em 1866 à Câmara, o médico vereador José Pereira Rago dizia que “o aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo que o habita: é o espelho onde se refletem as conquistas que tem ele alcançado no caminho da civilização” (apud ibid., p. 132). A transformação da casa colonial, com a expulsão do negro, obedecia aos dois objetivos.

Já pelos meados do século XIX, é a moradia dos pobres que chamou atenção da medicina social. A epidemia de febre amarela de 1849-1850, que infetou um terço dos 266 mil habitantes do Rio e matou entre 5.000 e 15.000 pessoas (CHALHOUB, 1996, p. 61), tinha levado o município a tomar medidas extremas, autorizando, por exemplo, os fiscais a inspecionarem o domicílio dos moradores, mesmo na ausência do “dono da casa” (postura de 13 de fevereiro de 1850). Em setembro de 1850, para combater a epidemia, o governo central criou a Junta de Higiene Pública, reassumindo assim uma prerrogativa, a polícia médica, que tinha sido transferida para o município com a extinção dos cargos de Físico-mor, Cirurgião-mor e Provedor-mor. Logo os médicos higienistas acusaram as habitações coletivas pela propagação da doença, e também pelo perigo moral que representavam para a sociedade (ibid., p. 30): essas habitações, chamadas de “cortiços” ou “estalagens”, eram compostas por pequenos aposentos enfileirados, ocupando frequentemente, no sentido da profundidade, ambos os lados de um mesmo terreno[66]. As instalações sanitárias eram compartilhadas e, portanto, muitas tarefas domésticas ocorriam nos espaços comuns. Em primeiro de agosto de 1855, a Câmera Municipal editou assim uma postura estipulando que “não fosse permitida a construção de novos cortiços sem licença da mesma Ilustríssima Câmara, guardando-se nessas construções todas as condições higiênicas; e que não seriam habitáveis sem aprovação da Junta de Higiene Pública”. Fiscalizar as habitações populares se tornava então uma função essencial da polícia médica, e não só médica: em 24 de agosto de 1867, a Câmara Municipal baixou um edital obrigando os donos de “hospedarias, estalagens e de quaisquer casas públicas de aposento” a remeter, todo dia de manhã, um boletim à polícia contendo a lista dos inquilinos. De

[66] Embora essa seja a descrição paradigmática do cortiço, havia vários tipos de cortiços, com graus de precariedade diferentes (a palavra “estalagem” por exemplo se aplicava a habitações coletivas em melhor estado). Toda uma ambiguidade semântica rodeava a categoria de cortiço, que servia mais para acusar do que descrever. A respeito disso, cf. CHALOUB, 1996, pp. 38-39 e VAZ, 1994, passim.

acordo com o art. 3º do edital, “se o hospede se tornar suspeito durante a sua estada no estabelecimento, o dono ou administrador imediatamente dará parte à polícia”.

É que o cortiço representava o que havia de pior em termo de habitat congestionado e, portanto, de promiscuidade. Em seu parecer a respeito das “providências a tomar para melhorar as péssimas condições das habitações destinadas às classes pobres da nossa sociedade, substituindo as atuais estalagens denominadas ‘cortiços’ por habitações salubres”, apresentado em 1886 ao recém-criado Conselho Superior de Saúde Pública, o engenheiro civil Luiz Raphael Vieira Souto fazia um retrato desolador das condições sanitárias que imperavam dentro dos cortiços:

> É aforismo de higiene que *onde não penetra o ar e a luz, penetra a morte*; mas aos cortiços não faltam unicamente ar e luz: a escassez de espaço; a ausência de distribuição racional e arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência d'água, latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração de indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, transformam esses tristes abrigos das classes proletárias da capital do Império, em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação (SOUTO, 1886, p. 23, grifo do autor).

Aos lixos orgânicos e aos “miasmas fisiológicos” produzidos não só pelo grande aglomerado de moradores, mas também pelos animais aí criados, se somavam os miasmas gerados pela umidade dos solos e das paredes, os quais permaneciam fixados no ar, devido à falta de arejamento e iluminação. Os efeitos morais da promiscuidade não se faziam menos sentir. Em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877, intitulada *Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?*, o futuro prefeito Cândido Barata Ribeiro não poupava suas críticas contra os cortiços.

> Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudorosa, ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes! No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios até [...] o representante do trabalho [...]. Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais (apud COSTA, 1979, p. 51).

Em meio a esse clima de inquisição contra a habitação coletiva, a Câmara, em 5 de dezembro de 1873, proibiu definitivamente a construção de cortiços na região central do Rio.

Ao lado dos efeitos fisiológicos e morais, a elite higienista temia também as consequências políticas da convivência nos cortiços. Constava no parecer de Vieira Souto um longo trecho do álbum *Les habitations ouvrières en tous pays*, concebido pelos engenheiros franceses Émile Muller[67] e Émile Cacheux na ocasião da Exposição Universal de 1878 em Paris, e no qual os autores denunciavam os efeitos das habitações coletivas sobre o operariado:

> Aglomerados nesses ambientes detestáveis, o homem se corrompe, a mulher decai; *todos se ligam contra os senhores e se mantêm com sentimentos de malevolência contra as classes superiores*. O congestionamento (*encombrement*) não é menos funesto do ponto de vista moral do que do ponto de vista higiênico. É impossível exagerar o mal feito à sociedade pelo péssimo estado das habitações operárias. É a origem da dissolução de todo laço de família e de muitas das desordens que são consequência dela (SOUTO, 1886, p. 27, grifo meu, em francês no texto).

Daí Vieira Souto concluía que:

> Como todos os problemas que afetam o bem estar das classes inferiores da população, o que ora estudamos tem ao mesmo tempo *alcance físico e moral, social e político*. Isto significa que a substituição dos cortiços por habitações aperfeiçoadas para operários forçosamente eliminará muitas causas de enfermidades, de miséria, de vícios, desordens e crimes, conforme se tem notado em outros países onde idêntica reforma foi realizada (ibid., p. 25).

Já o médico José Maria Teixeira, autor do terceiro parecer, criticava o cortiço por possibilitar a subversão da hierarquia entre senhores e criados.

> Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem aglomeradas as centenas de vagabundos, capoeiras, etc., que *empestam moralmente* esta cidade; também a criadagem fluminense, para gozar de *um excesso prejudicial de liberdade*, prefere ter seu cubículo imundo em qualquer cortiço para aí passar a noite, do que dormir em melhores condições higiênicas nas casas dos amos. Encarregue-se, pois, a polícia auxiliar a higiene, e afastará do número de moradores das habitações para classes pobres essa parte que a ela não pertence (TEIXEIRA, 1886, pp. 20-21, grifo meu).

O combate ao cortiço remetia então a uma estratégia de "descongestionamento" ou de "desodorização[68]" do habitat popular (RAGO, 1985/2014, pp. 216 et

---

[67] Émile Muller foi um caso exemplar desses engenheiros que, no século XIX, se voltaram para o problema da moradia popular: professor na École Centrale, presidiu a Société des Ingénieurs Civils, participou da Exposição Universal de 1878, na secção de economia social, e, sobretudo, arquitetou as vilas operárias de Mulhouse, no Leste da França, inventando um sistema de casas geminadas cercadas de jardins, chamado de *carré mulhousien*. Émile Cacheux, engenheiro formado na École Centrale, edificou várias vilas operárias na França, sendo recompensado com a medalha de ouro na Exposição de higiene de Londres e na Exposição Universal de 1878. Voltaremos a esses protagonistas do "paternalismo social" na última secção deste capítulo (p. 92 et seq.).

[68] O fedor foi um tema recorrente nas descrições de cortiços. Em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o cronista Luís Edmundo contava nas seguintes palavras suas peregrinações pelos cortiços da cidade:

seq.) mas também de controle político e moral – portanto, quando se tratava de lidar com os pobres, a biopolítica não se distinguia do poder disciplinar.

Ao lado da opção policial pelo controle da população pobre, surgiram propostas para oferecer aos pobres uma alternativa ao cortiço. Em primeiro lugar, da crítica à aglomeração excessiva de pessoas dentro das habitações coletivas resultou naturalmente a proposta de espalhar a população pobre pelos vários recantos do município, de modo que a densidade diminuísse. Assim, no início de seu parecer, o Doutor Teixeira, apoiando-se na autoridade de um médico francês, dizia:

> A diminuição da densidade da população em certos pontos da cidade, fazendo com que essa população ocupe maior superfície, é uma medida de grande alcance em higiene pública. Diz Arnould: '*Parece que a mortalidade diminui em uma proporção semelhante àquela com a qual os moradores se espalham na superfície*' (TEIXEIRA, 1886, p. 17, grifo do autor, citação em francês).

Com efeito, o médico sugeria facilitar os deslocamentos da população pobre para os subúrbios, multiplicando as linhas de bonde e trem, e diminuindo o preço das passagens.

> No número pois das providências que urge pôr em execução nos parece ser uma de grande alcance, facilitar a condução dos proletários para os arrabaldes[69] desta metrópole. Assim, se a diminuição do preço das passagens de 2ª classe para alguns subúrbios servidos pela estrada de ferro D. Pedro II concorreu muito para que aí se estabelecesse em melhores condições higiênicas uma parte da nossa população pobre, esse fato nos mostra a conveniência de estabelecer iguais regalias para todos os outros (ibid.).

Esse era também a opinião do conselheiro Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, autor do segundo parecer, para quem as casas operárias deviam ser construídas

> Fora do centro da cidade, em pontos por onde passam os trens de ferro, ou bondes, ou no alto dos morros de Santo Antônio, Castelo, Senado, Paula Matos ou outros; que para maior comodidade do pobre, deve o governo im-

---

"penetramos o cortiço que se esparrama diante de nós, sujo, feio e miserável, com a sua tosca linha de casinholos sem luz, sem ar, sem conforto, lembrando minúsculos oratórios, *com o seu agressivo cheiro de sabão a sua morrinha estonteante de suor*. Aí, centenas de infelizes *apodrecem* às pilhas, aos montões, numa promiscuidade criminosa" (EDMUNDO, 1938/2003, p. 222, grifo meu). Tal discurso não raramente deslizava para o tema do fedor moral, de um fedor que funcionava como indício de comportamentos imorais ("empestam moralmente"), infeccionando as pessoas que até então não apresentavam distúrbios morais.

[69] "Arrabalde" é uma palavra oriunda do árabe *ar-rabad*, que remete às povoações fora dos muros da cidade ou da vila. No Rio de Janeiro, "todo agrupamento que se situasse fora dos limites dos morros do Castelo, S. Bento, Santo Antônio e Conceição, até metade do século XIX, era considerado arrabalde, quando não o fosse, sertão. Assim, Rio Comprido e Tijuca de um lado, Botafogo e Gávea de outro, são arrabaldes, enquanto que Jacarepaguá, toda a atual região suburbana, a Baixada fluminense e a Zona Oeste, são o próprio sertão" (PECHMAN, 1988, p. 13). Sinônimo de subúrbio, palavra oriunda do latim *suburbium*, caiu em desuso no século XX, a favor do segundo.

> por, por menor preço, as passagens de ida e volta no trem de ferro, ou bondes, quando o operário for para o trabalho ou dele regressar (AZEVEDO, 1886, p. 15).

Assim, no discurso dos higienistas, o subúrbio, com suas paisagens bucólicas, seu ar puro e suas águas cristalinas, que antes era o lugar onde a aristocracia, dentro de suas chácaras, descansava durante o verão e nos fins-de-semana[70], se tornava o destino do proletariado, expulso do centro por conta da atividade policial – deslizamento semântico que um geógrafo recente chamou de "rapto ideológico da categoria de subúrbio" (FERNANDES, 2011), pois levou ao "conceito carioca de subúrbio" tal como o conhecemos hoje, que identifica o subúrbio a um bairro proletário e ferroviário, acrescentando muitas vezes uma conotação pejorativa.

1.2.3 Genealogia do planejamento urbano

1.2.3.1 A era dos engenheiros

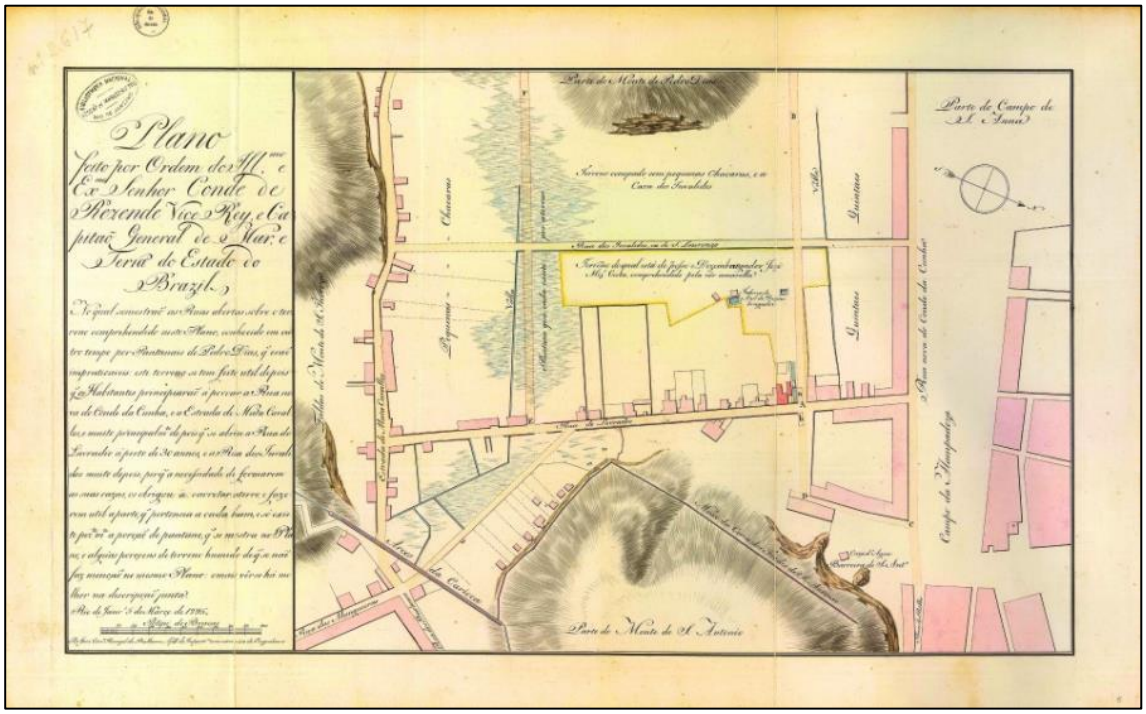
A partir do século XIX, as transformações na regulação do espaço urbano deveram muito ao poder crescente dos engenheiros dentro da administração urbana e ao desenvolvimento de uma engenharia voltada especificamente para os problemas urbanos[71]. Já se praticava a engenharia na época do Brasil colônia, para proteger o país das incursões estrangeiras e corsárias, mas também para construir prédios e equipamentos coletivos como estradas e pontes ou executar obras de aterramento, indispensáveis em uma região cheia de manguezais como o centro do Rio de Janeiro. Contudo, tratava antes de uma engenharia militar. O ensino se formalizou no Rio de Janeiro no final do século XVII, quando Portugal mandou o engenheiro militar Gregório Gomes Henriques de Matos educar os militares brasileiros à arte das fortificações (CAVALCANTI, 2004, p. 427) e se consolidou com a criação, em 1738, da Aula do Regimento de Artilharia, antecessor da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792. Embora de origem militar, esse ensino abarcava matérias como alvenaria e carpintaria, medição de obras, nivelamento e traçado de caminhos

[70] Cf. na secção seguinte, p. 28 et seq.

[71] "Não é fácil separar a transformação técnica das cidades ocorrida no século XIX, que deu origem à disciplina da urbanística, do processo de formação de uma nova engenharia, de caráter civil, forjada na tradição da engenharia militar dos séculos XVII e XVIII, e que se consolidou, em grande medida, na invenção e aplicação dos serviços urbanos que irão, pouco a pouco, configurando o suporte infra-estrutural da cidade moderna" (ANDREATTA, 2006, p. 113).

e calçadas, engenharia hidráulica, construção de pontes, canais, diques e comportas[72], ignorando a distinção entre as engenharias civil e militar[73], tal como a admitimos hoje. Com efeito, dedicavam-se à arquitetura civil tanto arquitetos quanto engenheiros militares (ibid., p. 413). Em 1796, o engenheiro militar José Correia Rangel de Bulhões, formado na cidade do Rio, projetou assim o arruamento das ruas do Lavradio e adjacências, a pedido do Conde Rezende, Vice-Rei do Brasil (Figura 8). De acordo com o historiador Nireu Cavalcanti, especialista do Rio setecentista, "no século XVII foram os engenheiros militares os responsáveis pelos projetos de edificações, arruamentos, cais, fortificações, pontes, estradas, chafarizes e aquedutos mais significativos realizados na cidade do Rio de Janeiro" (ibid., p. 431). Além de competências em cálculo, pilar da formação, os engenheiros militares traziam para o campo das obras públicas

Figura 8 – Plano de arruamento em um arrabalde do rio de Janeiro de 1796.



Fonte: BN (2017).
Nota: A região faz hoje parte do bairro da Lapa.

[72] Cf. a página do Instituto Militar de Engenharia sobre a história da engenharia de fortificação e construção. Disponível em: < http://www.ime.eb.br/eng-fortificacao-e-construcao.html>. Acesso em: 24 de jan. de 2017.
[73] As obras do engenheiro militar francês Bernard Forest de Bélidor, autor querido dos professores nas Aulas Militares, tratavam tanto de fortificação quanto de arquitetura civil ou de engenharia hidráulica (ver, por exemplo, *La science des ingénieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*, de 1729).

competências especificamente gráficas, pois treinavam também em cartografia ou topografia e, de modo geral, na confecção de plantas militares e civis, apoiando-se em elementos de óptica, para “a extração dos prospectos” (OLIVEIRA & TONERA, 2015).

A demanda por profissionais nas áreas da engenharia civil não parou de crescer ao longo do século seguinte. Os problemas recorrentes no abastecimento de água do município mobilizaram assim várias gerações de especialistas em arquitetura ou engenharia hidráulica, até serem resolvidos no final dos anos 1880, com a intervenção do jovem engenheiro André Gustavo Paulo de Frontim, durante o episódio conhecido como a “Água em Seis Dias” (SILVA, 2012, pp. 11-130). A modernização das infraestruturas urbanas, nos campos da iluminação pública, com a passagem do lampião a óleo de peixe para a iluminação a gás, e do esgotamento sanitário, com a contratação da companhia inglesa The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited em 1863, também requereu um número cada vez maior de engenheiros. Já na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por profundas mudanças econômicas, impulsionadas pela “febre tão intensa de reformas” dos anos 1851-1855 (HOLLANDA, 1997, p. 74): edição do primeiro Código Comercial em 1850, criação do primeiro protótipo de sociedade anônima no Brasil com o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil pelo comerciante gaúcho Irineu Evangelista de Souza, em 1851; inauguração da primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro, em 1852; construção em 1854 da primeira estrada de ferro na América latina pelo mesmo Evangelista de Souza, o que lhe valeu o título de Barão de Mauá. O sistema escravocrata estava então entrando em decadência, enfraquecido pela adoção da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que proibiu o tráfico negreiro. O novo sistema econômico, capitalista e industrial, que estava nascendo, exigia profissionais competentes nas várias áreas da engenharia. De fato, vários grandes nomes da engenharia brasileira na segunda metade do século XIX, como o fluminense Pereira Passos e o paulista Antônio Francisco de Paula Souza, foram ligados à indústria ferroviária, paradigma do novo modelo econômico, por exigir muitos capitais e conhecimentos técnicos.

Isso acabou refletindo na proposta de um ensino específico em engenharia civil, separado do militar, e na organização de uma corporação civil. O decreto de 9 de março de 1832, que criou a Academia Militar e de Marinha da Corte do Império do Brasil, estabelecia assim um “curso de pontes e estradas”, o primeiro curso de engenharia no Rio de Janeiro desligado da engenharia militar. A despeito de inúmeros

avanços e regressos (CABRAL & ALVES, 2014), o ensino da engenharia civil continuou ganhando em autonomia com o Decreto n. 2.116, de primeiro de março de 1858, que transformou a Escola Militar da Corte em Escola Central e instituiu um "curso suplementar de engenharia civil". Já a Lei n. 2.261 de 24 de maio de 1873, que desvinculou a Escola Central da Secretaria da Guerra e a colocou na pasta do Império (art. 3º), consagrou a autonomia da engenharia civil, bem simbolizada pela mudança, um ano depois, da Escola Central em Escola Politécnica[74]. Ao mesmo tempo, o governo central procurou organizar a profissão: se existia, desde a chegada da Corte em 1808, um Real Corpo de Engenheiros (CABRAL, 2011), chamado depois da Independência de Imperial Corpo de Engenheiros, o Decreto n. 2.922 de 10 de maio de 1862 instituiu o Corpo de Engenheiros Civis, a serviço da recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Por iniciativa dos próprios engenheiros civis, surgiu também o Clube de Engenharia em 1880, associação que lutava "pelo reconhecimento do espaço que a administração técnica deveria ter na sociedade, na aceitação de que algumas funções somente poderiam ser exercidas por engenheiros e não por outros profissionais" (AZEVEDO, 2013, p. 281) e cuja peculiaridade era de juntar engenheiros, muitos deles formados pela Escola Politécnica, com políticos e empresários. De fato, multiplicaram-se, pelo final do século XIX, os engenheiros com atuação variada, à semelhança de Paulo de Frontin: pertencendo à primeira geração formada pela Escola Politécnica nos anos 1870, ele se tornou Inspetor Geral de Águas e Obras Públicas entre 1880 e 1884, fundou a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil em 1890, permaneceu presidente do Clube de Engenharia por três décadas (1903-1933), elegeu-se senador pela Aliança Republicana e chegou a assumir a Prefeitura do Distrito Federal em 1919. Ampliava-se então a influência dos engenheiros na vida econômica e política do país.

Da direção de obras, públicas ou privadas, a participação dos engenheiros na produção do espaço urbano estendeu-se então para a administração geral da atividade construtiva. Em 15 de outubro de 1842 a Câmara Municipal do Rio promulgou o "regulamento para a administração das obras municipais da corte do Rio de Janeiro", o qual organizou a primeira comissão de obras do município. Esta incluía "um diretor,

[74] Em todas essas denominações transparece novamente a influência francesa: a primeira escola de engenharia a dispensar um ensino voltado especificamente para assuntos civis foi a École Royale des Ponts et Chaussées, criada em 1747. Já "école polytechnique" foi o nome dado pelos revolucionários de 1789 à escola instituída em 1794 para centralizar o ensino das obras públicas. A primeira escola de engenharia civil na França foi a École Centrale des arts e manufactures, fundada em 1829.

um administrador, um amanuense, um fiel, um arruador e um ajudante[75]" (art. 1º). A direção cabia a "um engenheiro civil ou militar" (art. 2º), o qual recebia ordem diretamente da Câmara ou do vereador encarregado da superintendência das obras (art. 3º). O engenheiro tinha por missão, além de inspetar e dirigir todas as obras, de fazer "o levantamento de plantas, assim como dar planos para a execução de qualquer obra que lhe for determinada pela câmara" (art. 4º). De acordo com o art. 12º, o arruador e seu ajudante tinham que cumprir as determinações do diretor, visto que, segundo o art. 4º, ao diretor de obras incumbia também "dar o competente nivelamento para as calçadas e assentamentos dos lajedos, e determinar as arruações": o arruamento ficava então na dependência administrativa de um engenheiro nomeado pelo poder público. Com o crescimento contínuo da comissão, que passou a dividir o município em dois "distritos de obras", cada um dependendo de um engenheiro diferente, a Câmara determinou, pela postura de 29 de abril de 1854, que o arruamento nas freguesias situadas na fronteira de expansão da cidade[76] acontecesse na presença do engenheiro do distrito, "o verdadeiro responsável pelos defeitos [do arruamento]", o qual assinava os autos de arruação junto ao arruador (disposição 4ª)[77]. Seis anos depois, generalizou a postura ao conjunto da cidade (edital de 20 de novembro de 1860), condicionando, porém, a obtenção do alvará ao parecer do vereador "a cargo de quem estiver a comissão de alinhamento" (art. 2º). Já do lado do governo central, a decisão n. 253 de 28 de abril de 1836 criou a Administração das Obras Públicas do Município da Corte, sucessora da Intendência-Geral de Polícia, renomeada Inspeção-Geral das Obras do Município da Corte em 1840, ficando sob a jurisdição da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (CAMARGO, 2015). De acordo com o art. 2º do Decreto de primeiro de dezembro de 1836, que regulamentou essa Administração, o Governo

[75] Anteriormente os cargos de arruador e de engenheiro diretor das obras estavam vinculados à Tesouraria da Câmara Municipal. Dois arruadores atuavam dentro da cidade, um deles incumbido dos arruamentos na freguesia do Engenho Velho, antiga freguesia que, naquela época, abrangia as atuais regiões da Grande Tijuca, de São Cristóvão e de Engenho Novo e adjacências (ALMANACK LAEMMERT, 1844, p. 168).

[76] Freguesias de Santana (Cidade Nova), Engenho Velho (Grande Tijuca), Glória e Lagoa (Zona Sul). Cf. p. 28 et seq.

[77] A presença do engenheiro se explicava também pela responsabilidade que lhe incumbia de calcular as indenizações às quais a Câmara Municipal tinha direito, caso o proprietário tivesse que ganhar terreno para "entrar no alinhamento" (disposição 2ª) – o Código de Posturas não previa tal indenização a favor da municipalidade. O edital previa também, na sexta disposição, que os fiscais da prefeitura assistissem aos arruamentos, "assinando-os conjuntamente com os arruadores, a fim de poderem ficar ao fato das condições do mesmo arruamento, e assim poderem velar na sua execução durante o tempo que durar a construção da obra". Adensava-se então a rede dos controles exercidos sobre a produção do espaço urbano, apertavam-se as malhas do poder policial.

escolhia o Inspetor Geral entre os oficiais do Corpo de Engenheiros. Entre outras atribuições, competia ao Inspetor Geral "apresentar ao Governo as plantas, desenhos e riscos das obras públicas que se houverem de fazer, interpor o seu parecer sobre as plantas, desenhos e riscos que por outrem forem delineados para as mesmas obras". Em 1860, com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a inspeção acabou transferida para a nova pasta.

1.2.3.2 A Comissão de Melhoramentos

É dentro dessas secretarias que um grupo de engenheiros cogitou um dos primeiros planos urbanísticos[78] para o Rio de Janeiro, de uma importância capital para a história do urbanismo carioca. Em maio de 1874, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império no gabinete do Visconde do Rio Branco, João Alfredo Correa de Oliveira, chamou os engenheiros Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim, ajudante e depois chefe da Inspeção-Geral de Obras Públicas, Marcelino Ramos da Silva, engenheiro da Estrada de Ferro de D. Pedro II, e Francisco Pereira Passos, o futuro "Haussmann Tropical", então engenheiro do Ministério do Império do Brasil[79], para formar a Comissão de Melhoramentos (CM) da Cidade do Rio de Janeiro. Esta tinha por missão de

> Organizar um plano geral para o alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às suas construções (CM, 1875, p. 1).

Acomodar, embelezar e higienizar. Com esse fim, produziu dois relatórios, um em janeiro de 1875, listando as obras sugeridas para o subúrbio do Rio de Janeiro (que correspondia às atuais regiões da Grande Tijuca e de São Cristóvão), outro em fevereiro de 1876, em resposta às críticas formuladas contra o primeiro relatório e para detalhar as obras previstas na área central da cidade. Em primeiro lugar, os relatores criticavam o modo como a cidade vinha se estendendo,

> Prolongando-se as antigas ruas até onde estas podiam chegar e formando-se outras sem subordinação alguma a um plano previamente estudado. No

[78] Costuma ser considerado como primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro o relatório que o engenheiro Henrique Beaurepaire Rohan, primeiro diretor das obras municipais, apresentou à Câmara Municipal em 1843. Esse listava as obras que interessavam a "salubridade pública", "o aformoseamento do município" e o "cômodo dos seus habitantes". Entre outras coisas, o relatório insistia na necessidade de adensar a rede de vias públicas, para melhorar o transito entre a cidade e o seu hinterland, notadamente a região de Guaratiba. Cf. ANDREATTA, 2006, p. 82 et seq.

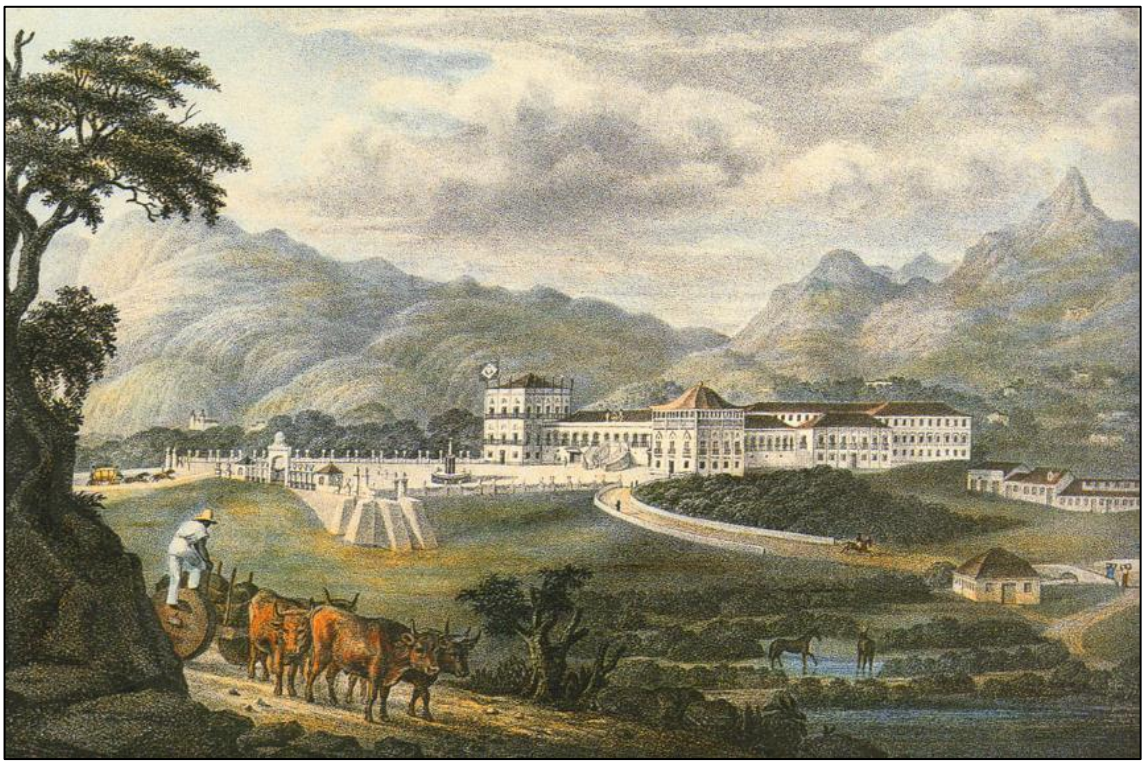
[79] Para um breve relatório da trajetória de Pereira Passo, cf. nota 87, p. 48.

> maior número de casos os alinhamentos têm seguido a sinuosidade dos vales, acompanhando as fraldas dos morros. Em outros, e estes são os mais recentes, a única lei que preside à direção dos alinhamentos são o capricho e a conveniência dos proprietários dos terrenos em que se abrem as ruas. Não citaremos exemplos: eles aí estão espalhados por diversos bairros da cidade, onde quase todas as semanas se fazem leilões de terrenos para edificações em novas ruas alinhadas e abertas por qualquer agrimensor, sem sujeição alguma aos preceitos que deveriam ser impostos nestes casos" (id., 1876, p. 7).

Lamentava a Comissão que "nesses [novos bairros] a única regra observada é a de dar às ruas a largura mínima de 60 palmos marcada pela câmara municipal, sem ter respeito a tantas outras condições, que cumpria fossem observadas" (ibid., p. 13). Ao mesmo tempo, o subúrbio próximo apresentava grandes qualidades ambientais, favoráveis à salubridade pública: "sua grande extensão em planície [...] proporciona à população da cidade amplo espaço para edificação de casas rodeadas de jardins, que tanto convém à salubridade das habitações em nosso país", sem esquecer da vegetação natural e dos rios, que podiam contribuir "para a purificação do ar por tantas causas viciado em uma grande cidade" (id., 1875, pp. 5-6). Além do mais, a terra lá era muito mais barata, reduzindo o custo da urbanização. Como se vê, já havia, bem antes da própria expressão existir, um "problema dos loteamentos", um problema na forma como os agentes privados retalhavam terras para vendê-las, que requeria a atenção do poder público.

É bom lembrar que, "até meados da década de 1880, o processo de retalhamento de terras nos subúrbios era comandado principalmente pelo pequeno proprietário de terra, que retalhava a sua 'chácara' em lotes, vendendo-os em leilão" (ABREU, 1986/2003, p. 226). Já no final do século XVIII, graças às aberturas de ruas e estradas empreendidas pelos governos dos vice-reis, começou um processo de retalhamento de glebas nos arrabaldes da cidade, em direção ao sul (atual região do Catete e da Glória) e ao norte (atual região da Grande Tijuca), para beneficiar uma população com alto poder aquisitivo, capaz de se deslocar até o centro (ANDREATTA, 2006, p. 37). Após a chegada da Corte em 1808, parte da aristocracia, à imagem da própria rainha Carlota, veio assim para Botafogo, na antiga freguesia da Lagoa, enquanto outra escolhia São Cristóvão (Figura 9), na antiga freguesia do Engenho Velho, onde ficava o palácio da família real. (ABREU, 1987/2013, p. 45). Se inicialmente esses lugares serviam para veranear ou passar os fins-de-semana, aos poucos eles se transformaram em local de residência permanente. Enquanto isso, as classes mais pobres "adensavam cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e

Figura 9 – A paisagem bucólica dos subúrbios em meados do século XVIII: São Cristóvão e o palácio imperial em 1835-1840.



Fonte: BN (2017).

Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa" (ibid., p. 37). A freguesia de Santana em particular correspondia ao que se chamava naquela época de "Cidade Nova", em oposição ao centro histórico, a "Cidade Velha". Com as obras de aterramento no Saco de São Diogo e a construção de um canal de escoamento, o canal do Mangue, nos meados do século XIX, viabilizou-se a ocupação da Cidade Nova, cuja população aumentou de 202% entre 1821 e 1870, perdendo apenas para a freguesia da Lagoa, que registrou uma taxa de +241% (ibid., p. 39). Já entre 1870 e 1890, iniciou-se "a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana" (ibid., p. 43), estimulada pelo desenvolvimento da rede ferroviária e das linhas de bondes – quadruplicou nesse período o número de logradouros públicos presentes na cidade, passando de 503 para 1943 (RIBEIRO, 1997, p. 166). Em 1858, inaugurou-se o primeiro trecho da estrada de ferro D. Pedro II, ligando a freguesia de Santana a Queimados[80]. Entre 1860 e 1890, surgiram as principais estações que deram sua ge-

[80] A Comissão de Melhoramento sabia do impacto que a expansão da rede ferroviária tinha sobre a cidade: "a expansão natural da população e a facilidade de transporte que oferecem a estrada de ferro D. Pedro II e os trilhos urbanos têm feito de dia em dia alargar os limites da cidade, fazendo-a recuar

ografia ao subúrbio carioca, como Cascadura (1861), São Cristóvão (1862), Mangueira (1869), Engenho de Dentro (1873), Méier (1889), e Madureira (1890), além de novas linhas, como a Linha Leopoldina (1886), ligando São Francisco Xavier ao atual município de Duque de Caxias (ibid.). A primeira linha de bonde, da futura Companhia Jardim Botânico, entrou em serviço em 1868. Em seguinte, outros ramais foram inaugurados, como o de São Cristóvão (1870) ou da Gávea (1872).

Consequentemente, o retalhamento de glebas rurais ganhou em intensidade, e, sobretudo, novos atores interviram neste negócio, como bancos e companhias imobiliárias, nacionais ou estrangeiros, atores detentores de capitais em busca de investimentos lucrativos. Com eles, esse processo acontecia então “de forma totalmente nova: não mais abriam uma ou duas ruas; criavam bairros inteiros e vendiam os lotes a prazo” (id., 1986/2003, p. 226). O caso talvez mais emblemático desta mudança nos padrões de divisão fundiária foi a criação de Vila Isabel, no início dos anos 1970. Após adquirir da família real as terras da Imperial Quinta do Macaco, o Barão de Drummond montou em 1872 a Companhia Arquitetônica de Vila Isabel para urbanizar a área; ao mesmo tempo, constituiu a Companhia Ferro-Carril Vila Isabel, para garantir a ligação do bairro ao resto da cidade. Pouco tempo depois, surgiu próximo uma fábrica de tecidos, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial. Agregava-se assim muito valor aos terrenos: “Isto torna extremamente viável o empreendimento, pois a Cia Arquitetônica pode comprar as terras a um baixo preço, em razão do uso agrícola estagnado, e vendê-las a outro bem superior, pois incorpora um novo valor de uso criado: o acesso ao centro da cidade” (RIBEIRO, 1997, p. 221). Vale ressaltar que esses novos “loteamentos” – a palavra ainda não existia, embora já existisse expressões como “lote de terreno” ou “venda em lote” – estavam voltados para uma clientela de classe média e até popular, cujo poder aquisitivo não se comparava com aquele dos grupos que tinham se mudado para o sul do Rio de Janeiro no início do século (Figura 10). Com efeito, as taxas de crescimento populacional das freguesias situadas nos arrabaldes da cidade contaram entre as maiores do período: +135% para o Engenho Velho, +122% para Irajá e +135% para Inhaúma, sabendo que, no mesmo período 1870-1890, a população total quase duplicou, passando de 274.972 para 522.651 habitantes (ABREU, 1987/2013, p. 54). Data também daquela época a transformação de São Cristóvão de bairro nobre em bairro popular (ibid., p. 47).

---

de todos os lados, e criando assim novos bairros, onde a irregularidade das edificações é igualmente muito sensível” (CM, 1876, p. 12).

Figura 10 – Terrenos à venda em Vila Isabel.



TERRENOS Á VENDA

EM VILLA ISABEL

A Companhia Architectonica continúa a vender os terrenos que possue neste aprazivel bairro, sem contestação, um dos mais salubres da capital.

As vendas são feitas em lotes ou fracções; á dinheiro ou a prazo e por prestações mensaes para maior facilidade daquelles que dispõe de poucos recursos.

Para estes, especialmente, é um meio seguro de garantir economias e de ir suavemente adquirindo o terreno em que mais tarde poderá construir a sua habitação.

Trata-se no escriptorio da Companhia Ferro-Carril da Villa Isabel.

Fonte: *O Globo* (1882)
Nota: Classificado publicado na edição de 27 de maio de 1882 do jornal *O Globo*. Já se praticava naquela época a venda em prestação, para atender uma clientela com menos recursos. Percebe-se também que a palavra "lote" ainda se referia ao modo como os terrenos eram comercializados ("as vendas são feitas em lotes ou fracções"), e não aos terrenos em se, como é o caso hoje.

Aos problemas colocados pela rápida expansão da cidade somavam-se as conhecidas dificuldades do centro, com suas ruas estreitas e irregulares, que prejudicavam o trânsito das pessoas e das mercadorias (principalmente no redor da zona portuária, totalmente congestionada), a salubridade pública, o aformoseamento da cidade e também a instalação de modernas infraestruturas como galerias de esgoto e encanamentos d'água e de gás (devido à falta de espaço no subsolo das ruas). O perfil das ruas estava então em relação direta com o grau de modernidade alcançado pela sociedade:

> Nas cidades antigas, que as conveniências de defesa obrigavam a encerrar em limitado perímetro, as ruas eram geralmente muito estreitas e pouca extensa. Entre os povos bárbaros, e entre outros pouco adiantados em civilização, as ruas são igualmente acanhadas e mal dispostas (...). É que os nossos antepassados não sentiam as necessidades que tem criado a civilização moderna, para satisfazer às quais é necessário aumentar a largura das ruas (CM, 1876, p. 15).

Daí que o alargamento das ruas velhas e a regularização da malha viária compunham verdadeira obra de civilização, tirando o Rio de Janeiro do tropismo bárbaro herdado da colonização. A elite brasileira compartilhava esse julgamento: em seu discurso de recepção de Luís Edmundo à Academia Brasileira de Letras, dizia o jornalista e deputado maranhense Viriato Correia que, ainda "nos primeiros dias do século [vinte], o Rio era uma cidade de cunho colonial, feia, velha, suja (...). Cidade, ainda tinha muito de aldeia. Ruas estreitas como caminhos de roça, casas acaçapadas como moradias de fazenda" (CORREIA, 1944). Em outro discurso, do engenheiro carioca Augusto Liberalli, publicado na Revista do Clube de Engenharia em 1901, até

chegou a se estabelecer uma correlação entre a irregularidade das ruas e a psicologia do povo:

> Se pelo dedo se conhece o gigante, pela rua se conhece a importância da cidade e a grandeza da nação de que ela faz parte. [...] a estreiteza da rua, a tortuosidade da rua, o ambiente corrosivo da rua, podem concorrer no homem, desde a infância, para a estreiteza de vistas e até mesmo para a tortuosidade de caráter (apud AZEVEDO, 2013, p. 289).

Consequentemente, na perspectiva do engenheiro,

> A única saída para o desenvolvimento moral, ético, intelectual e mesmo físico do cidadão carioca seria uma grande reforma urbana, que, ao retificar e ampliar as ruas, retificaria e ampliaria a capacidade moral, ética, física e intelectual do habitante do Rio de Janeiro (ibid.).

Se o relatório da Comissão de Melhoramentos não se destacava pela originalidade de seus objetivos, já não era o caso dos meios propostos para alcançá-los: de acordo com os relatores, a solução aos problemas viários do centro e do subúrbio passava pela adoção de um "plano geral de obras", de um instrumento administrativo que regulasse a atividade construtiva sempre tendo em vista o conjunto da cidade, assim como suas perspectivas de crescimento. É que problemas de trânsito, higiene e infraestrutura não podiam ser resolvidos na escala de uma rua só, pois as ruas não existem independentemente uma das outras: o congestionamento em um ponto dado afeta o resto da cidade. A retificação dos alinhamentos na zona portuária, o coração econômico da cidade, para onde convergiam os fluxos de pessoas e mercadorias, traria assim alívio para o trânsito da cidade em geral, porém tinha que vir junto com a regularização dos cais também e com a construção de uma nova estação ferroviária (CM, 1875, p. 15): as diferentes vias da cidade formavam um verdadeiro sistema – "se todas as modificações que ficam descritas pudessem ser executadas *conjuntamente*, muito ganharia aquela parte da cidade, onde mais fáceis se tornariam as comunicações entre seus diversos pontos" (id, 1876, p. 18, grifo meu). Isso justificava também a hierarquização das vias: o "plano geral" pretendia "subordin[ar] os futuros arruamentos, servindo as novas ruas e avenidas projetadas de artérias principais, entre as quais poderão os proprietários de terrenos abrir outras ruas secundárias, sujeitando-as à aprovação da municipalidade" (id, p. 33). Ou seja, o plano fixava a abertura dos eixos principais, à semelhança da vasta avenida de 40m de largura e 4,8km de comprimento projetada para ligar o Campo de Santana à recém-aberta Vila Isabel, para ligar a Cidade Velha à sua frente de expansão, e deixava à iniciativa privada o cuidado de arruar, de acordo com suas necessidades. Além de coordenar a atividade construtiva no espaço, o plano a coordenava no tempo:

> Na organização deste plano geral não se deve ter unicamente em vista satisfazer às conveniências do presente sem atender ao progressivo aumento da *população, comércio, e riqueza* desta capital. Cumpre assentá-lo sobre as largas bases do futuro a que está destinada esta grande cidade, ainda que a sua execução tenha lugar lentamente, *acompanhando* pari passu o *desenvolvimento* da população[81] (id, p. 10, grifo meu).

Com a proposta de "plano geral", a Comissão não queria impor uma ordem pré-estabelecida à cidade, mas sim orientar o crescimento dela, levando em consideração não só as interações entre as partes atuais da cidade como as interações entre as partes atuais e futuras da cidade[82].

A proposta de um "plano geral" supunha então uma problematização específica da cidade como *milieu*, ao mesmo tempo histórico e natural (RABINOW, 2003, p. 357). "O meio, o que é isso?", perguntava Foucault, "é o que é necessário para dar conta da ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema da circulação e da causalidade que está em questão nessa noção de meio" (FOUCAULT, 2004a, p. 22). Já vimos como a medicina social problematizou a cidade como *milieu* natural, uma rede de canais por onde escorregavam fluídos como o ar e a água. A Comissão de Melhoramentos compartilhava a concepção dos higienistas: "não basta calcar as ruas, iluminá-las a gás, dar agua e esgoto às casas [...]. É preciso remover os pântanos e outros focos de infeções permanentes, rasgar novas ruas, que sejam outros tantos canais para a circulação do ar puro e benéfico" (1876, p. 5). A diferença é que, para a comissão, as interações que compunham o *milieu* urbano não se restringiam a interações biológicas ou climáticas; tinha que levar em consideração a totalidade do ambiente sócio-técnico.

---

[81] A palavra "população" neste trecho coincide com o conceito de população formulado por Foucault em sua genealogia da biopolítica: "uma multiplicidade de indivíduos que são e só existem profundamente, essencialmente, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual eles existem" (FOUCAULT, 2004a, p. 23).

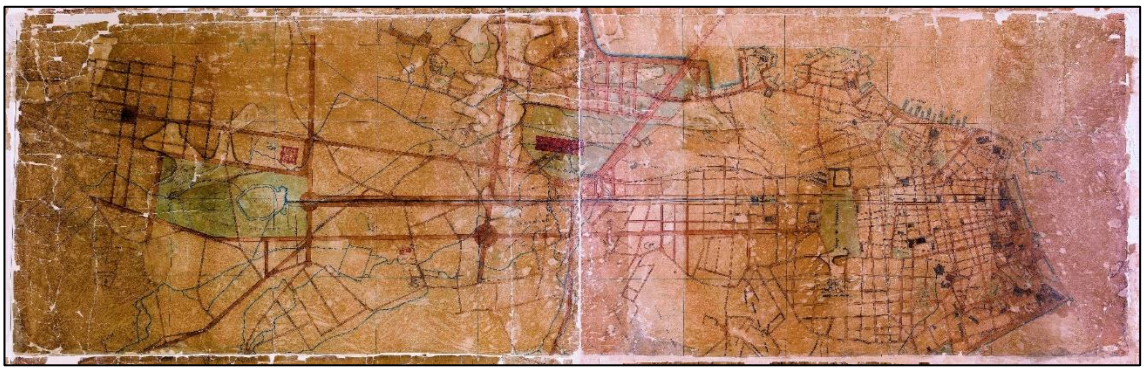
[82] Isso distingue o modernismo da Comissão de Melhoramentos do "alto modernismo" (*high modernism*, SCOTT, 1998), característico da arquitetura moderna no século seguinte (Le Corbusier, Oscar Niemeyer, Frank Lloyd Wright...): essa sonhava em uma cidade inteiramente planejada, que surgiria do vazio, à semelhança de Brasília. Paul Rabinow fala em "tecno-cosmopolitismo" (*techno-cosmopolitanism*) para se referir ao tipo de planejamento urbano que opera em cima de "práticas históricas e culturais sedimentadas de uma sociedade peculiar, que ele procura trazer para a modernidade", em oposição ao "modernismo médio" (*middling modernism*), cujo "projeto era mais audacioso, procurando criar um Homem Novo liberto, purificado e livre de adotar novas formas de sociabilidade, que surgirão inevitavelmente de espaços e formas corretamente concebidas" (RABINOW, 1996, p. 60). O modernismo da Comissão de Melhoramentos (e depois do próprio Pereira Passos, quando se tornou prefeito do Rio) mais se aproxima do que Rabinow chama de "tecno-cosmopolitismo", rejeitando até a primazia dos motivos geométricos, como a quadrícula, tão comum no período do "alto modernismo": "o espírito preocupado com a ideia de uma forma geométrica preconcebida será necessariamente arrastado a desprezar vantagens reais que se prendem ao estado de cousas existentes, provocando despesas enormes e inúteis, e perturbando completamente a ordem estabelecida segundo as necessidades e conviv

O caso da zona portuária é dos mais interessantes: aí, o perfil e a disposição das ruas interagiam com o percurso das vias férreas e o contorno dos cais, além de interagir com o resto da malha viária; esse conjunto de interações entre equipamentos urbanos influía em seguinte sobre a circulação de pessoas e mercadorias, do ar, da água e dos raios do sol, determinando a saúde e a riqueza da população – e era possível aprofundar mais ainda a análise dessas interações, pois, por exemplo, as receitas oriundas de uma nova estação ferroviária ou de uma zona portuária mais dinâmica podiam financiar os melhoramentos realizados em outros pontos da cidade (id., 1875, p. 15). Enquanto visava esse *milieu*, o objetivo do governo não era mais de impor sua autoridade sobre o território da cidade ou de determinar a forma exata que o espaço urbano devia revestir, mas de "regular" os fluxos que o atravessavam (RABINOW, 2003, p. 361), de avaliar as possibilidades de desenvolvimento de modo que se maximizasse os elementos positivos. Esse máximo desejável, o próprio plano, se tornava a norma a partir da qual o governo regulava os fluxos. Isso, obviamente, necessitava do governo um conhecimento fino do *milieu* urbano.

Aí, mais uma vez, destaca-se o papel dos artefatos gráficos. Logo no início do primeiro relatório, a comissão contou que "o primeiro cuidado" dela foi "de organizar uma planta geral, compreendendo toda a área da cidade em que [tinha] de projetar os referidos melhoramentos", planta que serviu assim de base ao estudo dos melhoramentos (CM, 1875, p. 4). O relatório da comissão veio assim acompanhado de uma planta (Figura 11), "em duas folhas de desenho na escala de 1:100 (sic), distinguindo-se com tinta preta as construções existentes e com tinta carmim as que projetamos" (ibid., p. 5). Em vários trechos, o segundo relatório pede para o leitor dar "um golpe de vista sobre a planta da cidade", para assim ter uma ideia do "complexo de todos os melhoramentos". Às vezes, a própria palavra "plano" remete tanto à organização das obras no tempo, quanto à planta que as representa ("os planos que acompanham esse relatório mostram com clareza o complexo das obras que a comissão propõe", id., p. 18). Em *La production de l'espace*, Lefebvre já apontava para igual "confusão":

> O arquiteto não pode, como facilmente acredita, *localizar* seu pensamento e suas percepções na prancheta de desenho, nela *visualizar* as coisas (necessidades, funções, objetos), *projetando*-as. Ele confunde *projeção* e *projeto* em uma mesma idealidade confusa, que ele acha 'real' e até rigorosamente concebida, porque os procedimentos de codificação-descodificação pelo desenho são habituais e tradicionais […]. Quanto ao plano, ele não permanece inocentemente no papel. No campo, a escavadeira realiza os 'planos'. [...] O desenho comporta obviamente um risco, o de uma substituição dos objetos e, sobretudo, das pessoas, dos corpos, de seus gestos e atos, por grafismos (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 15-17, grifo do autor).

Figura 11 – Trecho da planta anexada ao primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos de 1876.



Fonte: BN (2017).
Nota: A planta está na escala 1:5000, com orientação norte-sul. Ao leste, o centro da cidade e a zona portuária. Ao oeste, o novo bairro de Vila Isabel. Ao norte, os novos cais projetados para a região de São Cristóvão.

Entretanto, acreditamos que tal “confusão” sinaliza antes para a produtividade intelectual específica às plantas. As plantas, na verdade, são sempre mais do que “projeções”: pela sua consistência ótica (LATOUR, 2015, p. 25), pelo modo como organizam visualmente um sistema de relações, aproveitando o que Goody chamava de “lateralidade” do grafismo (em contraposição à “linearidade” da palavra), elas possuem uma eficácia própria. À diferença de uma descrição escrita, uma planta permite abranger imediatamente uma vasta superfície do espaço físico, e de perceber sincronicamente as relações que compõem este espaço – é na planta que o complexo das obras se manifesta como “complexo”, justamente. Com efeito, a planta não só serve para controlar os efeitos que operações de abertura, alargamento, prolongamento e retificação de logradouros terão no espaço da cidade, graças ao contraste entre o traçado da obra projetada e o traçado da malha viária existente, ela sugere essas operações. Podemos razoavelmente supor que a inspiração para a avenida ligando o Campo de Santana à Vila Isabel veio da própria observação cartográfica, que ressaltou o isolamento da frente de expansão com relação ao centro da cidade. De fato, na planta, tal projeto ganha toda uma força simbólica, como se o passado e o futuro da cidade fossem ligados por uma linha reta, literalmente. A planta é, portanto, o eminente suporte de uma racionalidade que concebe o espaço como *milieu* de interações – o que nos dá mais uma explicação à participação dos engenheiros, treinados em geometrizar interações mecânicas, na institucionalização do planejamento urbano.

Essa abordagem sistemática que vigorava na análise do fenômeno urbano informava também as observações acerca dos domicílios. Em vários trechos de ambos

os relatórios, os integrantes da Comissão criticavam o foco exclusivo do poder municipal nas fachadas.

> Seria, sobretudo, muito conveniente que a Ilustríssima câmara municipal fosse menos severa em suas posturas relativas às fachadas e tomasse sobre si a tarefa de velar no sistema de construção e na distribuição interna das habitações para impedir que o espírito de ganancia continue a atentar contra a saúde pública na edificação de casas para alugar (CM, 1876, p. 9).

A obsessão com a uniformidade das fachadas, característica da arquitetura moderna, desviava a atenção da fiscalização, que precisava cuidar muito mais do "sistema de distribuição interna", principal responsável pela insalubridade das habitações. Importava que a fiscalização adentrasse as casas, observando o efeito das construções sobre a saúde dos moradores.

> Quanto às regras essenciais que devem ser observadas nas construções de edifícios particulares, entende a comissão que deve limitar-se a indicar as que interessam à salubridade das habitações, e a designar os limites de altura que convém dar aos pés direitos dos prédios. (id., 1875, p. 18).

O "sistema de distribuição interna" remetia à "divisão das casas" e à circulação dos fluidos (ar, água, vapores) dentro delas. Assim como os higienistas, dos quais retomavam os argumentos, a comissão condenava categoricamente a construção de alcovas, escrevendo que "cada uma dessas alcovas húmidas e escuras, onde dormem várias pessoas, guarda-se a roupa suada, ajuntam-se águas sujas e outras imundices, é uma fonte perene de febre amarela, tifo, e outras moléstias, cujas causas se procuram alhures" (id., p. 1876, p. 9). Além disso, ela deplorava a gestão das águas domésticas, repugnando, por exemplo, os sumidouros: "em tais reservatórios de materiais orgânicas em constante fermentação formam-se gases mefíticos de pior espécie, que infecionam o ar e invadem sem cessas as habitações" (id., 1875, p. 25). Os banheiros também eram palco de "interações maléficas":

> Um erro grave que se comete em muitas casas é o de se ter um só deposito d'água para todos os usos domésticos e para suprimento dos closets. Desta disposição resulta que o tubo condutor d'água do depósito para o closet torna-se um aspirador de gases impuros que vão contaminar a água do depósito, o qual facilmente absorve impurezas. O meio mais simples de evitar esse mal consiste em se ter um depósito especial para cada closet (ibid., p. 24).

Compartilhando a inquietação higienista pela circulação dos fluidos, o discurso da comissão avançava uma concepção da casa como sistema de interações, como *milieu* também, onde todas as partes comunicam entre si, onde, por exemplo, a localização dos cômodos em relação uns aos outros e a disposição dos canos interagem com a constituição física das pessoas.

Já que a comissão lamentava o levantamento, “todos os dias”, de “novos prédios sem observância das regras que em todo país civilizado devem presidir às construções”, ela pedia mudanças na fiscalização: “é necessário que haja em cada um dos distritos em que for dividida a cidade um engenheiro ou arquiteto nomeado pelo governo ou pela municipalidade, ao qual devem ser submetidos todos os planos de construções particulares, dentro de um mesmo distrito” (ibid., p. 31). Ou seja, a fiscalização do poder público não tinha que parar na fachada das casas, na linha divisora entre a casa e a rua, mas abranger a casa inteira. É a casa inteira que precisava ser licenciada. Os relatores da comissão iam até desconsiderar a imposição de uma mesma norma para um conjunto contíguo de fachadas.

> Em sua opinião não convém marcar para os edifícios de cada rua um tipo de fachada. Neste ponto é preciso deixar a cada um a liberdade de construir segundo seus gostos, seus hábitos e suas conveniências pessoais; o aspecto exterior de cada casa deve denunciar o fim a que é destinada ou a posição social dos que a habitam (ibid., p. 18).

Tratava-se, portanto, de uma mudança drástica no paradigma da urbanística carioca, desde, pelo menos, o século XVI: os controles se estendiam agora ao que não pertencia do domínio público – a casa. Ao invés, os construtores tinham liberdade de mexer nas fachadas, desde que respeitassem princípios de simetria e harmonia, e não prejudicassem o arejamento e a insolação da casa, com uma má distribuição das aberturas (janelas). Coletivizava-se agora o ambiente interno das casas enquanto individualizava-se a aparência externa das casas, em nome da “salubridade pública”, em nome da vida. É essa lenta inversão que a evolução da tecnologia documentar na base do planejamento urbano nos ajuda em entender.

1.2.3.3 Desenhando casas e ruas

As propostas da comissão não chegaram a serem adotadas, pelo menos não imediatamente. Pesou em particular o custo das obras projetadas, que não condizia com as capacidades financeiras do município. Só a abertura de ruas e a retificação dos alinhamentos obrigavam o município a desembolsar verbas importantes para indenizar os proprietários atingidos. Os relatores sabiam do empecilho, e por isso criticavam a lei de “desapropriação por utilidade pública”, de 12 de julho de 1845, que, na opinião deles, dificultava muito os processos e os tornava caro (id., 1876, p. 39). Entretanto, na segunda metade do século XIX, a câmara municipal introduziu várias novidades no corpo da legislação urbana, novidades que os trabalhos da Comissão de

Melhoramentos nos ajudam em interpretar. Em 1856, a Câmara proibiu, “dentro dos limites da cidade sujeitos ao imposto da décima urbana[83]”, qualquer obra de edificação ou reedificação “sem que primeiro tenha apresentado e submetido à aprovação da Câmara Municipal o desenho da fachada do edifício” (art. 1º da postura de 6 de maio de 1856). Se o controle da atividade construtiva com base em artefatos gráficos lembrava a urbanística iluminista (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), a administração pública desta vez não fornecia a planta à qual o construtor precisava se conformar, era o próprio construtor que submetia uma planta, aguardando aprovação. De um controle prescritivo sobre a atividade construtiva, restrito a algumas localidades como no caso de Baixa lisboeta, passava-se então a um controle “proscritivo”, estendido à cidade inteira: em vez de obrigar o construtor a construir do modo que ela queria onde queria, a administração o impedia de construir do modo que ela não queria, em qualquer lugar da cidade[84]. O poder público não pretendia substituir a atividade construtiva de seus sujeitos, mas gerenciá-la, de modo que contribuísse para o “aformoseamento da cidade”; em outras palavras, o governo se intrometia nas decisões dos indivíduos, porém sem negar os interesses de cada um, ou dissolver esses interesses em um interesse coletivo superior. Essa racionalidade política é típica do que Foucault chamou de “arte liberal de governar” (FOUCAULT, 2004b, p. 65), a qual se define como “uma relação problemática sempre diferente, sempre móvel entre a produção da liberdade e isso mesmo que, produzindo-a, ameaça limitá-la e destruí-la” (ibid.). O procedimento de submeter plantas à aprovação da administração pública serve então como “mecanismo de segurança” (*mécanisme de sécurité*), ou seja, como mecanismo visando justamente a reduzir os riscos que a atividade construtiva poderia trazer para o embelezamento da cidade e, portanto, para a soma das utilidades individuais. Longe

[83] A décima urbana é o primeiro imposto sobre o patrimônio imobiliário cobrado no Rio de Janeiro – o antepassado, portanto, do nosso atual IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana). Embora o Estado português já cobrasse o imposto nas cidades metropolitanas desde o século XVII, foi preciso aguardar o período joanino para que tal obrigação se estendesse à capital do Brasil (alvará de 27 de junho de 1808). Como a cobrança se restringia inicialmente aos prédios urbanos, passou a ser chamada de Décima Urbana (CAVALCANTI, 2004, p. 379). Desse modo, a criação da Décima Urbana correspondeu também à primeira operação conhecida de zoneamento urbano no Rio, pois distinguiu entre as freguesias “dentro” e “fora da cidade”. Voltaremos ao assunto na última secção deste capítulo.

[84] Quando já existiam “planos de edificação” aprovados para as ruas ou praças onde ocorriam as construções, as fachadas tinham que lhes obedecer. Caso contrário, elas precisavam seguir as normas do Código de Postura: 20 palmos de altura mínima (aprox. 4,6 m), 13 palmos de comprimento por 5 e meio de largura para as portas (resp. 3 e 1,3 m, aprox.), 8 e meio de comprimento por 5 e meio de largura para as janelas (resp. 1,9 e 1,3 m, aprox.) (Sec. 2ª, Tit. 1º, § 9º).

de constituir uma anomalia[85], a extensão do controle sobre a produção do espaço urbano, aparece como indispensável ao exercício de uma governamentalidade liberal, de uma governamentalidade que tem por objeto a "república fenomenal dos interesses" (ibid., p. 48).

O regulamento de 1869 acrescentou a obrigação para os proprietários e construtores de assinarem os prospectos (Figura 12), juntando ao pedido de licença o termo de arruação (assinado pelo arruador e pelo fiscal do distrito, de acordo com a postura de 20 de novembro de 1860) e a aprovação, motivada por escrito, do mesmo prospeto pelo engenheiro do distrito (instruções aprovadas na sessão de 11 de novembro de 1869). A documentação chegava então à contadoria da Câmara Municipal para cobrança dos emolumentos e depois à secretaria da Câmara, onde incumbia ao vereador comissionado liberar o alvará definitivo. O termo de arruação tinha de ser em três exemplários, um para o arquivo do município e outro para o fiscal do distrito. Caso a obra, por ser de pouco impacto (conserto, tapamento de janela, reboco, etc.), não precisasse de prospecto, bastava solicitar a licença diretamente à Diretoria de Obras, que depois a enviava ao fiscal da Câmara para que pusesse o visto. Tais acréscimos não são nada anódinos. Conforme sinalizou Hull, "a agência burocrática é ao mesmo tempo individualizada através de escritos autográficos e coletivizada através da construção discursiva dialógica e circulatória desses escritos" (HULL, 2012b, "Chapter III: Files and the Political Economy of Paper"). Pela "ideologia gráfica" das burocracias, a autoria autográfica é identificada com a agência, já que a assinatura estabelece uma "conexão biomecânica" entre o ato administrativo e a pessoa; com efeito, ao multiplicarem as assinaturas, as burocracias simultaneamente controlam os indivíduos e produzem uma agência coletiva (ibid.). Esse tipo de controle que ao

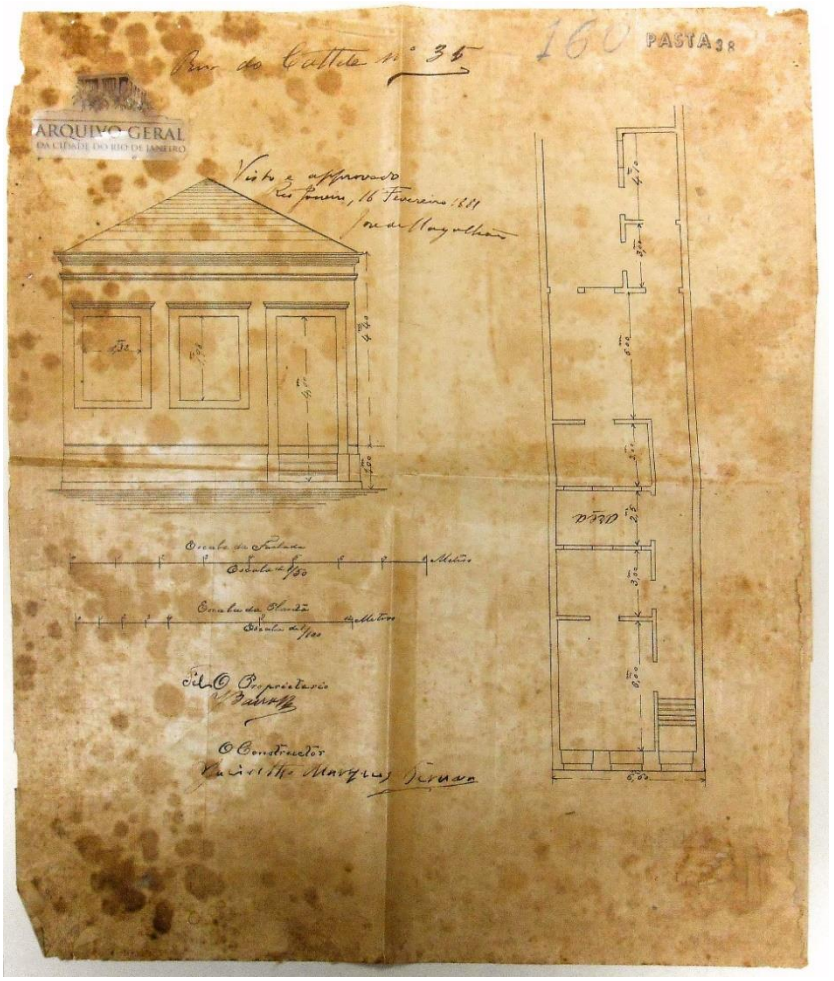
[85] A historiografia do planejamento urbano costuma estranhar a multiplicação dos procedimentos que acabam constrangendo a "liberdade de construir" pela segunda metade do século XIX, uma época marcada pela ascensão ideológica do liberalismo burguês (cf., por exemplo, BONDUKI, 1999, p. 27 e ANDREATTA, 2006, p. 167). De fato, vários nomes importantes da engenharia nacional se identificaram com as causas liberais de seu tempo, como o abolicionismo (foi o caso de André Pinto Rebouças, por exemplo, engenheiro formado pela Escola Militar, responsável por várias obras ligadas ao abastecimento de água no município do Rio e membro fundador da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão) e o republicanismo (à semelhança de Antônio Francisco de Paula Souza, engenheiro ferroviário, membro fundador do Partido Republicano Paulista em 1873 e idealizador da Escola Politécnica de São Paulo). Às dúvidas da historiografia responderemos pela palavra de Foucault, segundo qual a liberdade, "não é nada mais – mas já é muito – do que uma relação atual entre governantes e governados, uma relação onde a medida do "pouco demais" de liberdade que existe é dada pelo "ainda mais" de liberdade que é pedido" (FOUCAULT, 2004b, 64).

mesmo tempo individualiza e coletiviza é justamente o que caracteriza, na perspectiva de Foucault, as sociedades modernas:

> A característica maior da nossa racionalidade política tem a ver, no meu entendimento, com o fato seguinte: essa integração dos indivíduos em uma comunidade ou uma totalidade resulta da correlação permanente entre uma individualização a cada vez mais profunda e a consolidação dessa totalidade (FOUCAULT, 1982/1994).

É que nas sociedades modernas o poder visa uma população, ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que nunca se assemelha a um coletivo transcendente, nem se reduz a uma soma de particulares, mas pressupõe uma “correlação” entre o individual e o múltiplo. Em nosso caso, esta correlação se manifesta em dois níveis:

Figura 12 – Planta aprovada em 16 de fevereiro de 1881 de uma casa a ser construída na Rua do Catete.



Fonte: AGCRJ (2016).
Notas: Tal planta respeitou escrupulosamente as normas impostas pelo código de obras quanto ao dimensionamento das portas e janelas. Constam na planta as assinaturas do proprietário e do construtor, assim como o visto da prefeitura. Embora nenhuma disposição legal, pelo que sei, exigisse uma planta descrevendo o interior da construção, nada impedia à administração de pedir ao construtor que produzisse uma. Observa-se a ausência de indicação quanto à função dos diferentes cômodos.

nas relações internas à burocracia, pela circulação dos documentos e a aposição de vistos (o que Hull chama de “economia política do papel”), e nas relações entre a burocracia e o público, pois ao obrigar burocratas e usuários a assinarem um mesmo documento, a lei dissemina o controle dentro da sociedade, constrói “configurações” (ELIAS, 1970/2008) das quais os documentos se tornam o suporte eminente. Assim, o poder se intromete na racionalidade dos atores sem substituí-la.

Já a postura de 5 de maio de 1886, adotada pela Câmara Municipal e aprovada pelo governo imperial, seguindo sugestões formuladas nos relatórios da Comissão de Melhoramentos, estendeu a obrigação de licenciamento prévio a “qualquer construção no interior de terrenos, ainda que esses terrenos tenham alguma edificação em sua frente” e a “qualquer conserto ou obra no interior de prédios, desde que essas obras atinjam a mais da metade da área ocupada pelo prédio”. A fiscalização agora ultrapassava a entrada da casa. Com efeito, diferenciava-se a fiscalização sobre casas da fiscalização sobre arruamento, pois mesmo que uma obra de construção ou reconstrução não afeitasse o alinhamento, ela requeria uma licença. Esta diferenciação expressava a preocupação da administração municipal com a salubridade das habitações, especialmente com a formação de cortiços: os mais representativos deles costumavam ficar atrás do prédio onde morava o dono do estabelecimento (à semelhança daquele descrito em *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo), até nos fundos às vezes; de modo geral, as diversas formas de moradia precária que a palavra “cortiço” buscava capturar resultavam de subdivisões operadas dentro de um prédio existente, de tal modo que outro apelido popular para “cortiço” era “casa-de-cômodos” (no último terço do século XIX, após a mudança das elites sociais para os subúrbios, vários sobrados do centro ficaram abandonados e se converteram em cortiços: RIBEIRO, 1997, p. 173). Esta diferenciação traduzia também uma evolução profunda da arquitetura residencial: se antes se construía sempre no alinhamento e nas divisas laterais da parcela, na segunda metade do século XIX se multiplicaram os jardins e passeios laterais, deslocando a casa dos limites do lote (REIS FILHO, 1970/2000, p. 48). Aos poucos, novas formas de ocupar o lote surgiam, tais como as edículas, construídas nos fundos para servir de garagens, canis, depósitos ou para acomodar escravos e criados (ibid., p. 78). Em outras palavras, a construção de uma casa não interferia sempre com as fronteiras do espaço público, não resultava automaticamente em uma operação de arruamento. E reciprocamente: conforme vimos nas primeiras operações de lotea-

mento como Vila Isabel, abria-se ruas sem necessariamente construir casas, pelo menos sem construir casas ao mesmo tempo em que se abriam ruas. A rua, portanto, não se definia mais pelas casas – o que definia então a rua? O próprio projeto de arruamento, o qual muitas vezes incluía uma planta (Figura 13). Antes de se tornar uma via para os moradores da cidade, a rua era projetada, implicando concretamente que ela existia na forma de uma projeção mental ou, mais comum, de uma projeção sobre um desenho. Essa existência gráfica da rua importava mais ainda do que o futuro vínculo dos moradores com a rua (com a prática do loteamento, todas as ruas se toram estradas); é a projeção gráfica que determinava a direção, o comprimento e a largura da rua.

Figura 13 – Planta relacionada a um projeto de arruamento na região central do Rio (Morro do Pinto), em 1875



Fonte: AGCRJ (2016)
Nota: Trata-se de uma das primeiras plantas vinculadas a um processo por abertura de ruas e retalhamento de terras, guardadas no AGCRJ. Assim como no caso da Figura 12, nada obrigava legalmente, pelo que sei, os proprietários a produzir uma planta, a não ser uma exigência da própria prefeitura, muito provável para um projeto deste tamanho (outras ruas eram para serem abertas nos arredores do morro, por iniciativa do mesmo Antonio Pinto Fereira morada, junto com a uma linha de bondes) na região central do rio (a Rua de Bethencourt da Silva corresponde hoje à Rua Nabuco de Freitas, no bairro de santo cristo). Destaca-se na planta o morro, cheio de cores e detalhes, cuja estética se aproxima mais da pintura que de uma projeção geométrica.

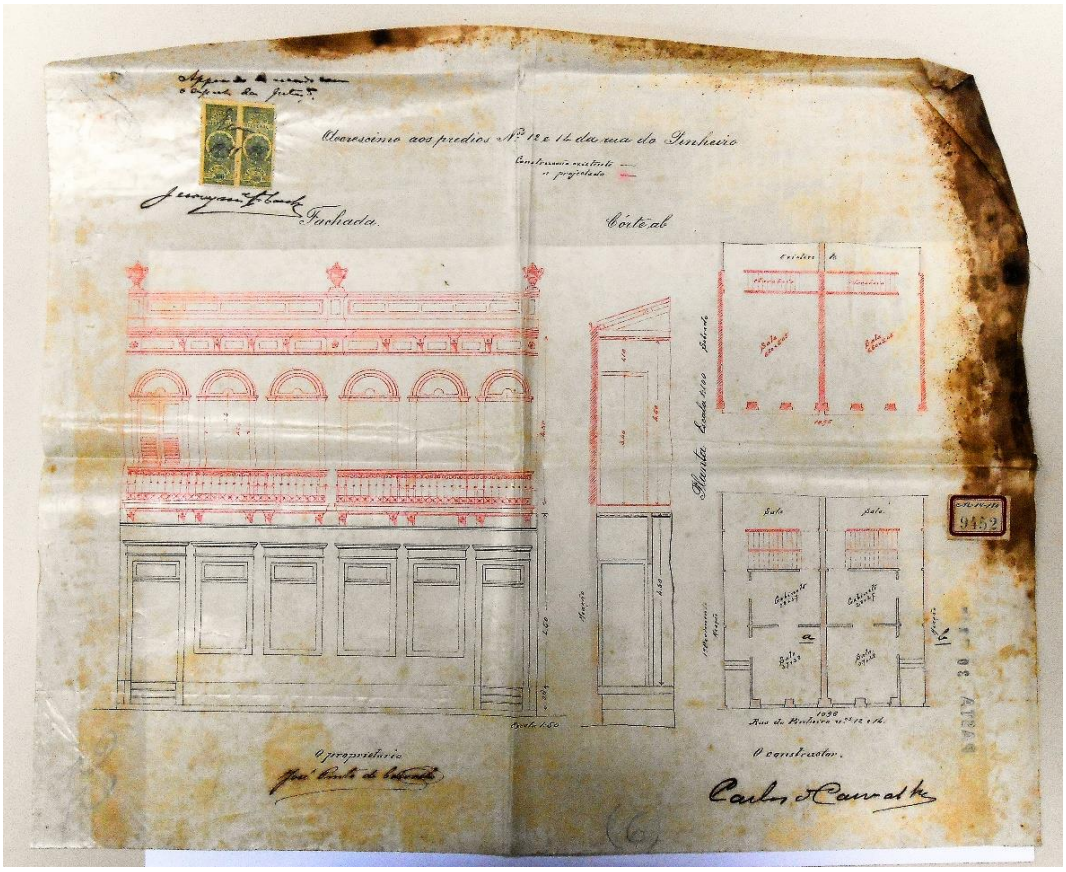
A postura de 15 de setembro de 1892, “sobre construção e reconstrução de prédios”, com seus 21 artigos, sistematizou muitas das inovações ocorridas no passado, porém ampliando consideravelmente o leque de normas às quais a atividade construtiva tinha de se submeter. Foi promulgada logo no início do período republicano pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores (cargo que sucedeu ao de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império), o mineiro e bacharel em direito Fernando Lobo Leite Pereira. Por ter sido “inesperadamente” posta em execução três dias depois da promulgação, pelo então Presidente do Conselho de Intendência Municipal, o médico baiano Cândido Barata Ribeiro, “sem o devido conhecimento do conselho e sem o prazo dos editais[86]”, a postura sofreu críticas pela parte do Conselho de Intendência Municipal (sucessor da Câmara Municipal). A gênese da postura estava nos trabalhos de uma comissão de engenheiros e arquitetos presidida pelo arquiteto de obras municipais Francisco Joaquim Betencourt da Silva, catedrático de desenho na Escola Politécnica e fundador do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro em 1856, onde dava uma importância central à prática do desenho em seus aspetos artísticos e industriais. Já o grande advogado da postura frente ao Conselho Municipal, Barata Ribeiro, ficou conhecido por intensificar a repressão aos cortiços, organizando, em janeiro de 1893, a demolição do famoso Cabeça de Porco, cortiço construído clandestinamente ao pé do Morro da Providência, convocando para assistir os representantes de tudo que simbolizava a polícia urbana (o chefe de polícia da capital, o secretário da Inspetoria Geral de Higiene, antiga Junta Central da Higiene Pública, o fiscal da freguesia, oficiais do exército, bombeiros, médicos e engenheiros municipais, e até engenheiros-empresários como Carlos Sampaio e Vieira Souto) (CHALHOUB, 1996, p. 16). De fato, a postura de setembro de 1892 estava imbuída do mesmo ânimo policial que presidiu à celebração da demolição do Cabeça de Porco. Em primeiro lugar, ela legislava sobre o licenciamento prévio de obras, multiplicando os artefatos gráficos que o proprietário e o construtor tinham de apresentar: a concessão da licença requeria desta vez uma planta do terreno, um plano completo da obra, o que incluía uma planta de cada pavimento e a elevação geométrica das fachadas principais, as secções longitudinais e transversais dos edifícios, o plano das eventuais dependências (§ 2º). Regras precisas se aplicavam às qualidades gráficas dos documentos, que deviam ser produzidos em duplicata, respeitar determinada escala (1/100

[86] “As novas posturas sobre construcções”, *Jornal do Commercio*, 23/09/1892, p. 1.

para as plantas, 1/50 para as elevações e secções), ser cotados e assinados pelo proprietário e por um construtor registrado. A casa inteira (fachada, interior e dependências) ficava então sujeita a um procedimento de licenciamento prévio com base em plantas, o que exigia obviamente um verdadeiro esforço de planejamento da obra por parte dos proprietários e dos construtores (Figura 14).

Ao mesmo tempo em que a tecnologia gráfica se sofisticava, aumentava o número de normas às quais as novas construções estavam sujeitadas – normas cuja aplicação as plantas permitiam fiscalizar. Assim, de acordo com o art. 4º, § 1º, casas particulares não podiam ocupar mais de dois terços da área do terreno, "sendo o restante da propriedade destinado as áreas, pátios, jardins, hortas ou qualquer espécie de logradouro descoberto": o edital introduzia assim no direito urbano o conceito de "coeficiente de ocupação" (razão entre a área construída e a área total do terreno) como instrumento para descongestionar a moradia. A altura mínima do pé direito subia

Figura 14 – Planta de um acréscimo a prédio na Rua do Pinheiro, aprovada em 1898.



Fonte: AGCRJ (2016)
Nota: Exemplo de um plano que satisfaz a todas as normas de construção, de fiscalização e de composição gráfica previstas no edital de 1892.

para cinco metros. Proibia a construção de cômodo como menos de sete metros quadrados, a não ser latrina, banheiro, dispensa ou passagem (o que dava, portanto, uma cubagem mínima de 35 m³ para os quartos) e impunha a presença de uma abertura para areação e iluminação em cada um dos cômodos, condenando assim as alcovas. O reservatório para distribuição de água potável tinha de ser distinto do reservatório para as latrinas, as quais precisavam ficar fora do edifício principal (nos subúrbios ainda não alcançados pela rede geral de esgotos, os proprietários precisavam cavar dois sumidouros, um para as águas servidas e outro para as águas fecais, a pelo menos seis metros de distância de qualquer residência). A obsessão pelos miasmas fez também os autores do edital proibirem a instalação de canalizações d'água potável a menos de 50 cm dos canos de esgoto. Para garantir a impermeabilização do chão, problema recorrente em uma cidade onde as águas freáticas estão muito próximas da superfície, uma camada de 25 cm de areia e moinho de carvão vegetal precisava ser interposta entre o solo e o pavimento. Denunciava também o art. 4º, § 1º o uso de materiais pouco nobres como estuque e madeira nas fachadas e linhas divisórias (mas não nas paredes internas); só se podia construir muros de madeira "em casas completamente isoladas e afastadas de 10 m pelo menos de qualquer construção" – ou seja, em ambientes essencialmente rurais, onde não havia uma densidade elevada de construção. Do mesmo modo, não era permitido, em qualquer construção, o uso do barro, "ou qualquer argila de coloração vermelha, nem tampouco o de areia proveniente das praias do mar" (art. 15). Sempre os frontispícios dos pavimentos térreos tinham que ser "de granito, mármore ou outro material pedregoso. Igualmente nenhuma casa no alinhamento de logradouro público poderá ter em seu pavimento térreo rótulas". A postura procurava assim adequar a paisagem urbana aos valores estéticos da elite burguesa: as fachadas expressavam o grau de civilização, de urbanidade ao qual a sociedade brasileira tinha chegado.

Enfim, a postura inovou ao exigir uma fiscalização a posterior das construções, feita por visita do engenheiro do distrito e do arquiteto municipal, uma vez as obras concluídas. "Só após esta visita, será aceito o prédio construído, ou reconstruído, como estando de acordo com a postura municipal, o que o engenheiro arquiteto atestará" (art. 16): o edital inventava o que se chama hoje de "Habite-se", procedimento pelo qual a municipalidade atesta que o imóvel respeitou o projeto aprovado e as normas contidas no Código de Obras, sendo então pronto para ser habitado. Assim, o controle do poder municipal sobre a atividade construtiva se estendia do início até o

fim das obras (a postura previa também que os planos aprovados pela prefeitura estivessem sempre à disposição das autoridades no local da obra, caso algum fiscal quisesse verificar sua legalidade), o que ao mesmo tempo impunha às obras de justamente ter um fim: a única racionalidade aceita pelo poder municipal, a única forma de distribuir a atividade construtiva no tempo e no espaço oficialmente reconhecida pelo governo da cidade, era aquela que partia de um projeto, ou melhor, de uma projeção gráfica, de um conjunto de escrituras e artefatos gráficos, concebida de acordo com as regras fixadas pelas autoridades públicas. Adensava-se então a rede dos controles exercidos sobre a atividade construtiva, apertavam-se suas malhas de modo que essa agência encontrasse nos artefatos gráficos elaborados junto ao governo seu centro de gravidade.

Em terceiro lugar, o edital de setembro de 1892 reformulou a regulamentação sobre abertura de ruas. Assim, como no Código de Posturas de 1838, ele fixava o limite inferior de 13,20 m (60 palmos) para as novas ruas (art. 6º). Para impedir o surgimento de vias menores, o edital não permitia que "particular algum deixe aberto, para logradouro público, sem muro, gradil ou cerca, qualquer terreno com largura inferior àquela" (§ 4º). De modo geral, para que os alinhamentos entrassem imediatamente em vigor, a postura obrigava os proprietários de terrenos laterais aos logradouros públicos a "fechá-los perfeitamente por muro ou gradil de ferro, e colocar o passeio de lajeamento correspondente" (§ 5º) – se a municipalidade se encarregava "de prover à limpeza, irrigação, calçamento, arborização e iluminação dos logradouros públicos" (§ 6º), incumbia aos proprietários particulares o lajeamento dos passeios laterais. A reformulação da regulamentação sobre arruamento introduzia também uma reforma da tecnologia gráfica à base da regulamentação. Constava assim no art. 7º que

> Não será permitida a divisão de terrenos em praças e ruas, sem que previamente sejam apresentados a planta e os perfis longitudinal e transversal, cotados à municipalidade, requisitada a necessária licença, a qual, embora gratuita, será recusada, se as ruas e praças apresentarem ângulos em seus alinhamentos, ou não estiverem nas condições deste e do artigo antecedente, ou se opuserem ao plano geral da cidade, organizado pela municipalidade. A divisão dos terrenos procurará sempre aproximar-se da forma de quadrados nos retângulos pouco alongados.

O art. 7º repetia, portanto, o mesmo tipo de deslizamento observado com os desenhos de fachada: enquanto nas posturas do início do século, as ruas tinham que ser abertas conforme os planos adotados pela municipalidade, na de 1892 os agentes que pretendiam abrir ruas apresentavam seus próprios planos à prefeitura, que os aprovava ou não. Entre as regras que condicionavam a aprovação do plano, constava

a concordância, que tanto pedia a Comissão de Melhoramentos, com o “plano geral da cidade, organizado pela municipalidade”, o que criava uma conexão entre dois artefatos gráficos, embora o segundo ainda estivesse em preparação. De modo geral, a postura multiplicava as plantas (perfis longitudinal e transversal) para assim poder controlar não só a largura e a forma das ruas (retas, de preferência), mas também a regularidade delas, já que as “irregularidades” eram acusadas de dificultar o transito e de favorecer a estagnação das águas (de acordo com o art. 6º, § 4º incumbia ao proprietário nivelar o terreno e colocar sarjetas laterais).

Em último lugar, pela primeira vez, uma postura municipal interferia com o parcelamento do solo, já que as parcelas deviam apresentar a forma de um retângulo pouco alongado; de acordo com art. 7º, § 1º, “nenhum lote de terreno com largura inferior a sete metros de frente poderá receber construção alguma” – pelo que sei, trata-se da primeira postura municipal onde aparece a palavra “lote” (na expressão “lote de terreno”, ou seja, a palavra “lote” ainda não pertencia plenamente do vocabulário fundiário). Esta intromissão da legislação no parcelamento do solo aumentou mais ainda com o decreto n. 43 de dois de agosto de 1893, promulgado pelo Conselho Municipal e dedicado especificamente “à abertura de novas ruas e o prolongamento das já existentes”: além de arredondar para 14 m a largura das ruas, com três metros de passeios laterais, o decreto determinou que um vigésimo dos terrenos maior de 30.000 m² pertencesse à Prefeitura para edificação de uma praça, no meio do novo arruamento (art. 2º). Estipulou também o decreto que as ruas, retas, se cruzassem sempre em ângulo reto, “equidistantes” umas das outras, com uma largura nunca inferior a 100 m, o que significava impor uma quadrícula rigorosa à cidade, pelo menos nas áreas a serem arruadas, e certa dimensão às quadras residenciais, pois agora não podiam possuir uma área inferior a 10.000 m² (art. 1º). Instituía enfim um procedimento para a oficialização dos logradouros, ou seja, uma fiscalização a posteriori das operações de arruamento, semelhante ao que acontecia desde então com as construções residenciais: para “entregar” uma rua “ao gozo público”, o interessado precisava requerê-lo à Prefeitura, juntando à solicitação “a planta onde venham consignadas graficamente todas as determinações que ao caso conferem” (art. 3º). Tal fiscalização acabava desempenhando um papel central no governo da cidade, visto que, por causa do decreto baixado pelo Prefeito do Distrito Federal em 6 de abril de 1893, só podiam ser concedidas licenças para obras em ruas e praças que tivessem sido aceitas pela municipalidade. Com efeito, a legislação de 1892 e 1893 criava a

figura da “cidade legal” ou “oficial”, ou seja, de uma cidade não somente planejada de acordo com a vontade do governo, mas de uma cidade reconhecida pelo governo, de uma cidade onde as casas são consideradas oficialmente como sendo habitáveis e as ruas transitáveis. Em contrapartida, criava também a figura da “cidade ilegal”, da “cidade clandestina”, feita de casas inabitáveis e de ruas intransitáveis, por carecer do precioso sésamo através do qual, aos olhos do governo, uma rua se torna definitivamente uma rua, e uma casa, uma casa. Entretanto, e pela primeira vez no direito municipal, o decreto previa, além das tradicionais multas, “a obrigação de fechar as ruas” (art. 5º), caso o proprietário não respeitasse as normas presentes no decreto, o que dava justamente ao governo um instrumento jurídico para combater a existência da “cidade clandestina”.

1.2.3.4 O ciclo haussmanniano

Com a nomeação pelo então Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves Francisco do engenheiro Francisco Pereira Passos ao comando da Prefeitura do Distrito Federal em 30 de dezembro de 1902, iniciou-se um “ciclo haussmanniano” no Rio de Janeiro, que se encerrou com a administração de Carlos César de Oliveira Sampaio e o famoso desmonte do Morro do Castelo[87]. Esse ciclo teve várias características: a sucessão de engenheiros ao comendo da prefeitura, que administraram diretamente as obras, desde Pereira Passos (1902-1906) até Carlos Sampaio (1920-1922) passando por Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (1906-1909) e Paulo de Frontin (1919); a aplicação de uma racionalidade empresarial à gestão das

[87] O Barão Eugène Georges Haussmann, prefeito do departamento do Sena de 1853 a 1870, esteve à frente da grande reforma pela qual a capital francesa passou sob o reino do Imperador Napoleão III (1852-1870). A imagem de Pereira Passos em “Haussmann tropical” não se deve somente à atuação dele na prefeitura do distrito federal: a própria trajetória profissional do engenheiro fluminense justifica tal aproximação. Formado em matemática pela Escola Central em 1856, ingressou na carreira diplomática e permaneceu em Paris por três anos (1857-1860), aproveitando para frequentar os cursos de engenharia da École des Ponts et Chaussées, então vinculada à École Polytechnique. Por isso, acompanhou obras como a construção da estrada de ferro entre Paris e Lyon ou as obras no porto de Marselha. Presenciou também as obras do Barão Haussmann – vale lembrar que, para a direção das obras, Haussmann rodeava-se de engenheiros formados na École des Ponts et Chaussées. Ao regressar ao Brasil, e antes de assumir a prefeitura, dedicou-se à construção ferroviária, atuando como diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II de 1876 a 1880 e como presidente da Companhia de Carris de São Cristóvão a partir de 1882 (BENCHIMOL, 1992, pp. 193-197). Ou seja, com seu perfil de engenheiro cosmopolita, ligado tanto ao funcionalismo público quanto ao setor empresarial, Pereira Passos acabou testemunhando a reforma de Paris, e se inserindo nos círculos de professionais onde se discutia essa reforma.

obras públicas (os prefeitos engenheiros eram também empresários), graças à possibilidade recentemente oferta à prefeitura de contratar empréstimo e às mudanças na lei de desapropriação por utilidade pública[88] (ANDREATTA, 2006, passim); intervenções, como a remodelação do porto ou o arrasamento dos morros localizados na região central (Senado e Castelo), executadas em parceria com empresas capitalistas (como a Empresa Industrial de Melhoramento do Brasil ou a firma multinacional Rio de Janeiro Light and Power Company, carregada de modernizar o sistema de iluminação pública); a "regularização" da malha viária através de alargamentos e da abertura de grandes avenidas, à semelhança das avenidas Central (1904), Atlântica (1906), Niemeyer (1919) ou Maracanã (1922); o gosto pela monumentalidade (Teatro Municipal, Palácio Monroe, Biblioteca Nacional); a concentração dos investimentos públicos nas áreas mais valorizadas (enquanto, na Zona Sul, usava-se pela primeira vez calçamento asfáltico, em São Cristóvão e no Engenho Velho, o calçamento continuava sendo feito com macadame betuminoso: ABREU, 1987/2013, p. 61) a erradicação das habitações coletivas voltadas para as classes pobres nas regiões centrais da cidade (política conhecida como o "bota-abaixo"), efeito também da valorização imobiliária, e a consequente expulsão dessas classes para a frente de expansão. Entre outras coisas, os atores do ciclo haussmanniano buscaram transformar a cidade em uma vitrine, "de definir a cidade como espaço a ser transformado, como objeto a ser exposto, exibido aos outros" (KESSEL, 2001, p. 6) – uma vitrine europeia branca, diga-se de passagem: na ocasião das cerimônias para a visita do Rei Alberto I da Bélgica em 1920, o prefeito Carlos Sampaio foi acusado de mandar as escolas que participavam retirar das classes as crianças de cor (ibid., p. 52).

A esse respeito, as testemunhas literárias daquele tempo são esclarecedoras do olhar que a elite social trazia sobre a cidade antes da reforma. Em uma apóstrofe alegórica ao próprio Rio de Janeiro, publicada na Gazeta de Notícias de 18 de novembro de 1900, o poeta Olavo Bilac expressava o que bem deveria ser a opinião comum de uma elite burguesa cosmopolita:

[88] O decreto n. 4.959 de 9 de setembro de 1903 generalizou as regras de desapropriação por utilidade pública que tinham sido estabelecidas na época do Império para agilizar a construção das estradas de ferro (decreto n. 1.664 de 20 de outubro de 1855): em particular, o valor da indenização, equivalente a vinte anos de aluguel no decreto de 1855 e dez ou quinze anos no de 1903, tinha de ser calculado com base no valor declarado do imposto predial, o que acabava incentivando os proprietários a regularizarem seus imóveis. Além do mais, o decreto de 1903 restringia as possibilidades de contestar as decisões de desapropriações, pois, de acordo com o art. 10, "nenhuma autoridade judiciaria, ou administrativa, poderá, admitir reclamação ou contestação contra a desapropriação resultante da aprovação dos planos e plantas por decreto".

> Quando um carioca volta da Europa, e pisa de novo o teu calçamento remendado, e mira de novo os teus prédios sujos e a tua gente em mangas de camisa e de pés no chão, – a revolta não é grande: o viajante reconhece a inferioridade da sua terra, mas lembra-se de que o conforto e a elegância da Europa são o produto de séculos de civilização e de trabalho. [...] Mas reconhecer a gente que ali assim, a quatro dias de viagem, há uma cidade como Buenos Aires[89], – e que nós, filhos da mesma raça e do mesmo momento histórico, [...] temos por capital da República, em 1900, a mesma capital de D. João VI em 1808 (BILAC, 1900, p. 1).

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 1944, Luís Edmundo retratou a ação da reforma urbana nos termos de uma oposição entre os "velhos tempos coloniais" e o "progresso":

> O Rio de Janeiro, pela aurora do século que corre, antes da picareta salvadora de Pereira Passos e dos desvelos profiláticos do grande Oswaldo Cruz[90], ainda conserva a sordidez e o mofo dos *velhos tempos coloniais*. [...] Tempo em que *o progresso* ronda a entrada da barra, mas não entra, da casa feia e sem conforto, da rua estreita ou desarborizada, do bonde de tração anima com o seu cocheiro de chapéu de palha, vestindo, às vezes fraque, dos tíliburis de capota mal encerada, com chicotes fincados nas boleias, sujos e farrapentos, sem tabela, e, por isso mesmo, sem fregueses (EDMUNDO, 1944, grifo meu).

Esta narrativa do progresso ficou mais óbvia ainda no discurso de recepção de Viriato Correia:

> Não havia a Avenida Central. Não havia luz elétrica. Não havia cinemas. Não havia automóveis. [...] Mas o destino havia determinado acordar a capital do Brasil do seu *longo sono colonial*. E para isso reuniu, num só momento, no governo, cinco homens excepcionais, cinco titãs capazes de pôr nos ombros o peso e a responsabilidade do grande momento histórico: Pereira Passos, Paulo de Frontin, Lauro Müller, Osvaldo Cruz e Rodrigues Alves. Frontin, abrindo a clareira da Avenida Central, preparava aquilo que os jornais da época denominaram *a "sala de visita" do país*. Osvaldo Cruz, com a novidade do seu exército de mata-mosquitos, criava a defesa higiênica da cidade, apagando-lhe a fama assustadora de terra inabitável. Pereira Passos remoçava-a destruindo-lhe as rugas da *velhice*, atacando-lhe os reumatismos da rotina e *o gogo do atraso colonial*. Era *revolução do progresso*, a marcha para a frente, o avanço para a conquista do que era *novo*, do que era *limpo*, do que era *higiênico*, do que era *bom*, do que era *confortável*, do que era *civilizado*. Era a guerra contra o mofo, contra o bolor, contra a letargia, contra a decrepitude e contra a sujeira (CORREIA, 1977).

Ao rasgar a malha viária da antiga cidade colonial, a reforma urbana preparava assim o acesso a uma modernidade que, com a República, tinha se tornado o moto do país.

---

[89] Sob a gestão de Torcuato de Alvear (1883-1887), Buenos Aires já tinha experimentado o início de um ciclo haussmanniano, cuja realização mais impactante foi a abertura da Avenida de Maio, inaugurada em 1894. A concorrência com Buenos Aires aparece, portanto, como mais um motivo, que não deve ser negligenciado, para a reforma urbana do Rio.

[90] A reforma urbana, orquestrada por Rodrigues Alves e o seu Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas Lauro Müller, não foi a cargo somente de Passos: o médico Osvaldo Cruz, Diretor-Geral da Saúde Pública, liderava as campanhas sanitaristas; os engenheiros Paulo de Frontin e Francisco Bicalho presidiam, respetivamente, a Comissão Construtora da Avenida Central e a Comissão de Obras do Porto.

O regulamento sobre “construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios”, promulgado no início da administração Passos (Decreto n. 391 de 10 de fevereiro de 1903), retomou muitas das disposições da postura de setembro 1892, com algumas pequenas alterações. Fixada antes a cinco metros, a altura do pé direito caía para quatro (art. 14, § 24), entretanto, a distância mínima entre os canos de água potável e de esgotos passava para um metro (art. 14, § 27). Encontrava-se no regulamento a mesma rejeição aos materiais que contradiziam o projeto de transformar o Rio de Janeiro em uma vitrine da modernidade, em uma cidade cosmopolita, projeção tropical da civilização europeia, porém em palavras mais explícitas ainda:

> a forma de chalé ou de *qualquer construção rural* é banida da cidade na área compreendida pelas ruas da Prainha, Camerino, Marechal Floriano, Praça da República, nas quatro faces, Inválidos, Riachuelo, Visconde de Maranguape e largo da Lapa até o mar, bem assim nas ruas da Lapa, Glória, Catete, Marquês de Abrantes e Senador Vergueiro e nas Praias da Lapa, Russell, Flamengo e Botafogo, salvo quando as construções forem recuadas mais de dez metros do alinhamento da rua ou quando *não forem vistas dos logradouros públicos* (art. 14, § 17, grifo meu).

Já o decreto n. 480 de 18 de abril de 1904, que regulamentava “a abertura de ruas, praças e outras vias destinadas ao trânsito público”, ao mesmo tempo em que modificou novamente o dimensionamento das ruas (a largura mínima subia de 14 para 15 m, com passeios variando entre 1,50 e 3 m, enquanto a distância mínima entre as ruas aumentava para 150 m, deixando mais espaço, portanto, à área de construção), introduziu uma verdadeira ruptura na prática do arruamento: de acordo com o art. 1º, § 1º, uma via pública só podia ser aceita pela prefeitura “depois de convenientemente calçada e construídas as obras de arte e assentar as respetivas canalizações de água, gás e esgoto”. Ou seja, a aceitação de um logradouro ficava condicionada à colocação de infraestruturas urbanas. Tal disposição ia ao encontro da concepção moderna que as elites tinham da rua: não somente um canal assegurando a circulação entre as diversas partes da cidade, mas também um conjunto de equipamentos dando acesso à “civilização” (iluminação pública, canalizações de água e gás, rede de esgoto, e árvores). Entretanto, na tradição administrativa que vigorava até então, incumbia à prefeitura “prover à limpeza, irrigação, calçamento, arborização e iluminação dos logradouros públicos”, conforme indicava o art. 6º da postura de setembro de 1892, e não ao particular que abrisse ruas[91]. Assim, a prefeitura transferia para o loteador e,

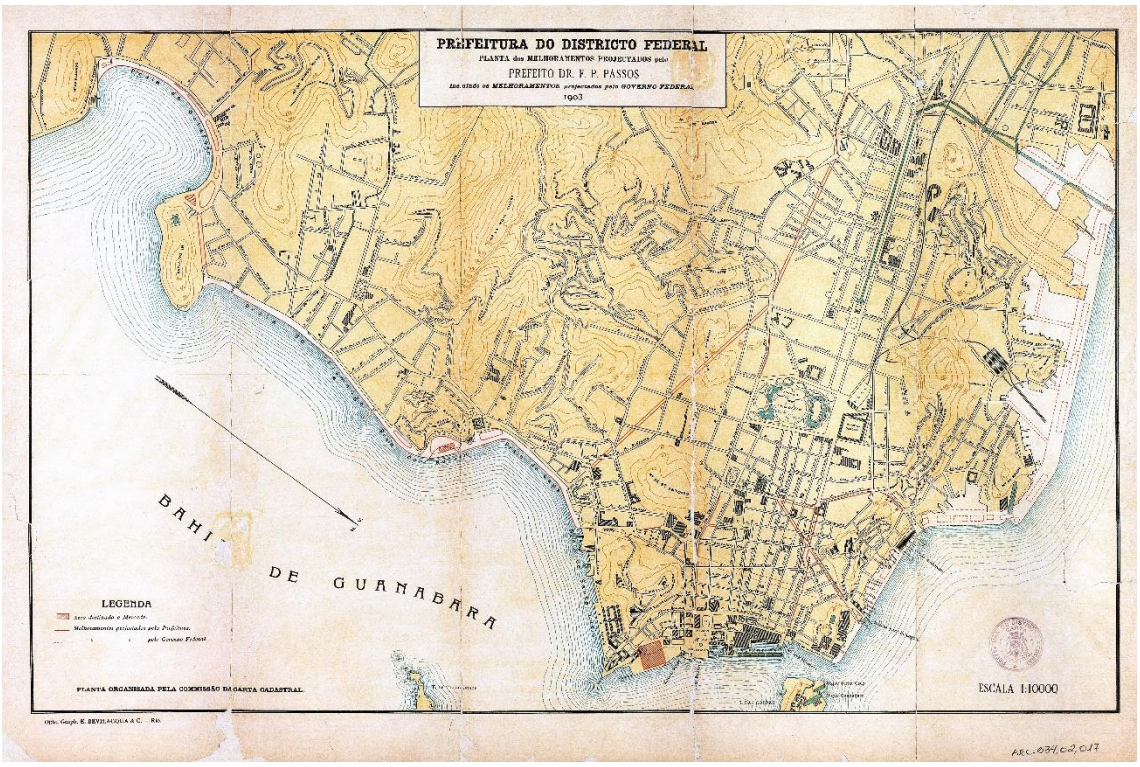
[91] Ainda que, no período colonial, o financiamento das obras pudesse ocorrer por organização de subscrição pública junto aos moradores dos logradouros atingidos: em 1718, os vereadores aprovaram um vasto plano de pavimentação dos logradouros da cidade que exigia de cada proprietário o pagamento do valor referente às melhorias realizadas frente à testada de seus imóveis (CAVALCANTI, p. 507).

consequentemente, para o comprador do terreno o custo da urbanização, pois repercutia diretamente no preço de venda do terreno. Tal disposição, portanto, estava de acordo com o estilo elitista do urbanismo haussmanniano, ao mesmo tempo em que aliviava os cofres públicos, liberando recursos para outros projetos urbanos.

Sobretudo, na gestão de Pereira Passos, ocorreram profundas mudanças na organização administrativa do município. Assim, antes mesmo de ser entronizado novo Prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos reorganizou os serviços que cuidavam do que hoje a gente chamaria de urbanismo, cercando-se de médicos e engenheiros, como o médico Alexandrino Freire do Amaral na Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, o engenheiro Carlos Augusto Nascimento na Diretoria Geral de Obras e Viação e o engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel na Subcomissão da Carta Cadastral. A Diretoria Geral de Obras e Viação, antes Diretoria de Obras, Indústria e Viação tinha sido criada pelo decreto n. 44 de cinco de agosto de 1893, que reorganizara “as repartições da Prefeitura Municipal”. Já o levantamento da carta cadastral tinha sido iniciado sob a gestão de Barata Ribeiro (mais uma vez!) com a contratação de Manoel Pereira Reis, professor de astronomia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (REIS, 1977, p. 8). Depois de o levantamento concluído, o decreto de 20 de dezembro de 1897, determinara que, “para as concessões e contratos a celebrar com a Prefeitura, que versarem sobre viação, só serão aceitos traçados projetados em plantas que procederem da Planta Cadastral”. Com efeito, a Comissão, sob a direção do engenheiro Américo de Sousa Rangel, tinha elaborado vários planos de melhoramentos, que Pereira Passos logo procurou aproveitar (ibid., p. 17). Colocou então a Comissão no centro dos órgãos que iam cuidar da reforma urbana, fazendo dela, que antes estava vinculada ao gabinete do Prefeito, uma subdivisão da Diretoria Geral de Obras e Viação. Foi assim a própria Comissão da Carta Cadastral que, no início de 1903, confeccionou o plano dos melhoramentos projetados para a cidade do Rio de Janeiro (Figura 15).

Sobretudo, a administração Pereira Passos introduziu “a uniformização dos projetos de alinhamento, também chamados de melhoramentos, em folhas de tela imperial transparente, de 30 X 50 cm. Os projetos eram visados pelos engenheiros, pelo Engenheiro Chefe e Diretor de Obras, e depois aprovados pelo prefeito” (ibid., p. 18). Se já existiam planos de alinhamento, não havia um padrão explícito para a sua confecção, ao contrário do que acontecia com os planos de obras desde, pelo menos, a postura de setembro de 1893. Além do mais, os planos passaram a receber um

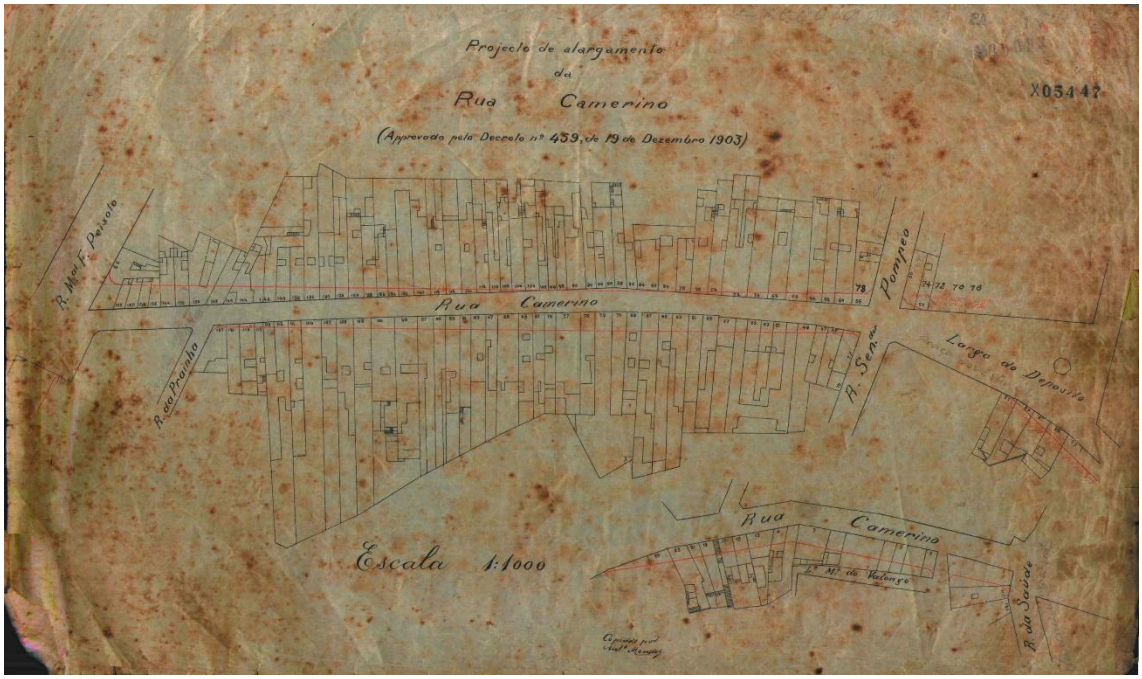
Figura 15 – Planta dos melhoramentos projetados por Pereira Passos, confeccionada pela comissão da carta cadastral em 1903.



Fonte: BN (2017).

número, em tinta vermelha, cercado também de vermelho, no canto superior direito. Conforme uma praxe antiga já, usava-se tinta preta para o traçado das ruas e parcelas existentes e tinta vermelha para o traçado das obras projetadas – o vermelho, tanto para os planos de construção e reconstrução quanto para os planos de alinhamento, sempre designava o projetado (Figura 16). Com a uniformização dos planos, surgiu então a série de artefatos gráficos conhecida hoje sob a sigla PAA ou “Projeto Aprovado de Alinhamento”. Os dois primeiros PAA, disponíveis para consulta na atual Secretaria de Urbanismo, descrevem assim a abertura da Avenida Salvador de Sá um empreendimento do próprio governo. Já todos os planos do quarto ao sétimo referem à abertura da Avenida Mem de Sá, outro empreendimento do governo: de modo geral, os 196 planos aprovados na gestão Pereira Passos remetem a obras da própria Prefeitura, como a abertura da Avenida Beira-Mar, exposta nos PAA 17 a 25. Ou seja, os PAA serviam inicialmente para orientar a ação do próprio governo sobre a malha viária da cidade; eles generalizavam um determinado tipo de racionalidade, enraizada na prática dos engenheiros militares e depois civis, dentro da administração urbana, uma racionalidade planejadora, em ambos os sentidos da palavra plano (organização de

Figura 16 – Exemplo de um PAA antigo: o projeto de alargamento da Rua Camerino em 1903.

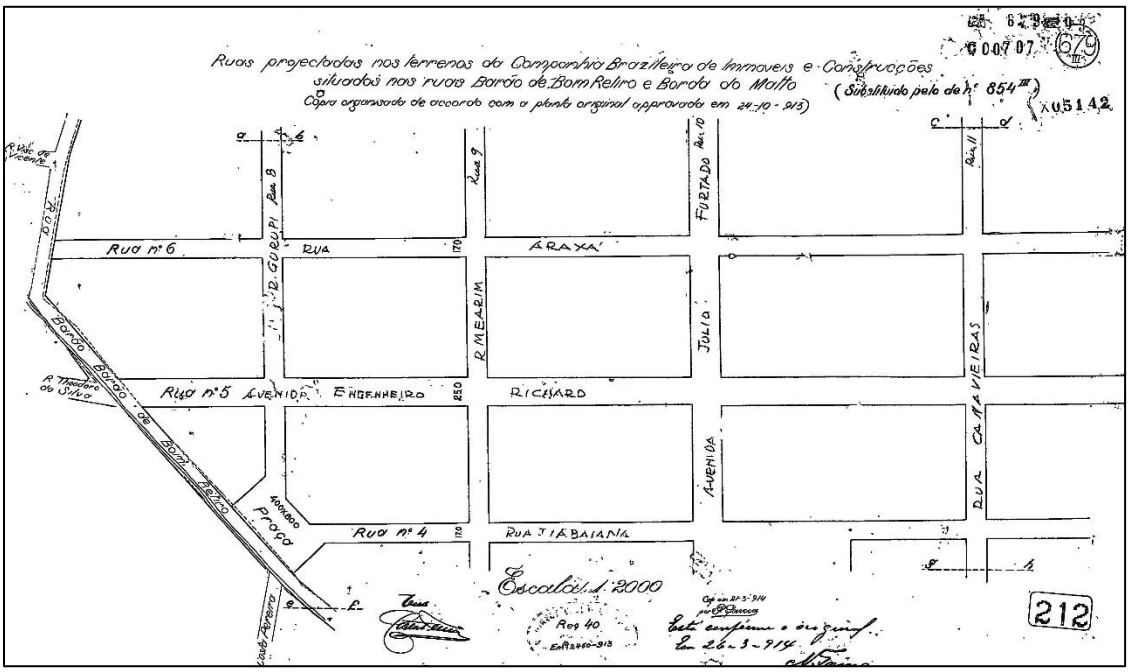


Fonte: SMU (2017).

uma ação no tempo e artefato gráfico). Embora assim, nas gestões subsequentes, os PAA se tornaram um padrão também em caso de empreendimentos particulares, ou seja, em caso de aberturas de ruas pela iniciativa privada, como nas operações de loteamento (Figura 17).

A padronização dos planos não é em nada uma mudança superficial do ponto de vista da tecnologia de governo: como bem assinalou Latour (1987, p. 252), a construção de “cadeias metrológicas” (*metrological chains*) possibilita a acumulação de conhecimento técnico-científico sobre determinada realidade, ao mesmo tempo em que aumenta as possibilidades de manipulação à distância desta mesma realidade. A codificação da composição gráfica torna assim os planos comparáveis entre eles, facilmente legíveis uns ao lado dos outros, o que é fundamental quando se trata de coordenar várias operações urbanísticas (de origem tanto pública quanto privada), de ligar certa rua com outras, por exemplo. Já a numeração dos planos os individualiza, permitindo aí também uma melhor coordenação das intervenções urbanísticas, pois cada uma acaba tendo uma identidade administrativa própria. Juntas, a codificação da composição gráfica e a numeração dos planos abrem espaço para o estabelecimento de “conexões transversais” (ibid., p. 244) entre eles, cada plano remetendo ao

Figura 17 – Exemplo de um PAA antigo, referente a um projeto de loteamento de 1914 no atual bairro do Grajau.

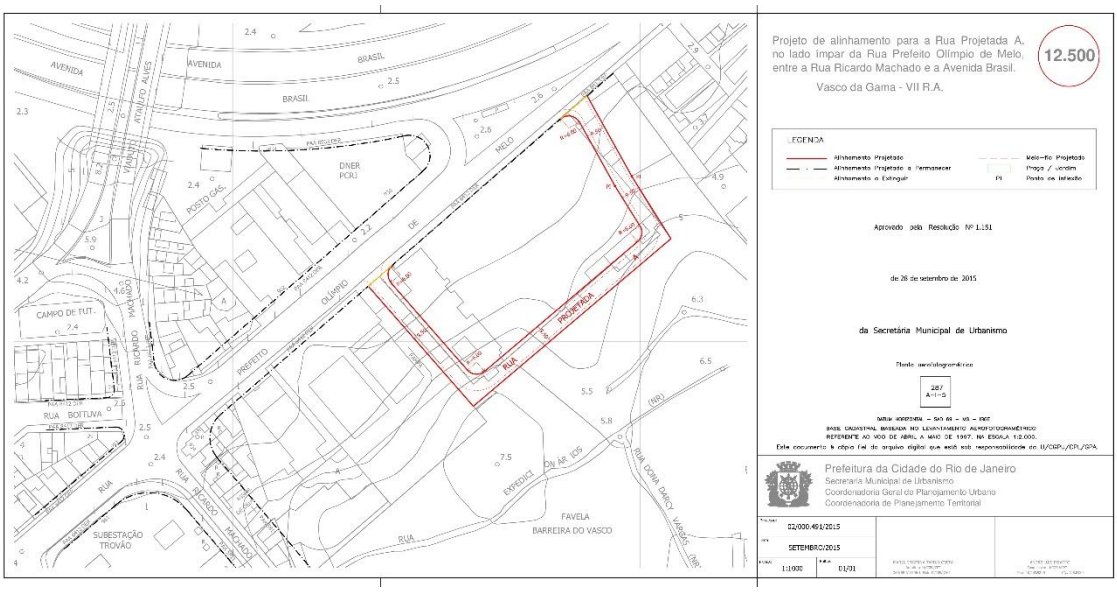


Fonte: SMU (2017).

outro por meio de uma referência ao seu número. Tal coordenação se manifesta também no jogo dos vistos (da Comissão da Carta Cadastral) e das assinaturas oficiais (do Chefe da Diretoria Geral de Obras e Viação e do Prefeito). A padronização dos planos faz assim parte das estratégias através das quais a administração pública coordena a rede dos controles que exerce sobre a atividade construtiva na cidade – assim, a prefeitura se torna um “centro de cálculo” das decisões urbanísticas (melhor seria dizer: “um centro de projeção gráfica”), um polo para atuar rigorosamente e à distância sobre a malha viária da cidade (ibid., p. 222). Por sua vez, a “conexão vertical” com a planta cadastral (pois os planos de alinhamento têm que proceder dela) cria uma hierarquia entre as várias operações urbanísticas, aumentando, por assim dizer, a dependência dos alinhamentos, que agora acabam sendo submetidos ao levantamento da planta cadastral. Como ela oferece uma visão sinóptica do espaço urbano, o alinhamento se torna função desta visão sinóptica, e, portanto, das relações que esta visão sinóptica sugere e possibilita. Ao mesmo tempo, cada plano se torna um monitor da atividade construtiva, um órgão através do qual a administração pública exerce uma vigilância contínua sobre o conjunto da cidade, pois há uma correspondência unívoca entre cada plano e a planta cadastral (somente unívoca, pois a cada

lugar na planta cadastral podem corresponder vários planos de alinhamento, dependendo do número de intervenções que a região sofreu). Com efeito, não é de estranha a permanência desta tecnologia até hoje, pois mesmo com todas as evoluções nos procedimentos de levantamento cadastral (no final dos anos 1920, a prefeitura do Rio contratou os serviços da companhia inglesa Air-Craft Corporation para proceder ao primeiro levantamento aerofotogramétrico do município, e assim atualizar a base cadastral) e nas ferramentas para a confecção de artefatos gráficos, a municipalidade do Rio continua confeccionando planos de alinhamento de um modo não muito diferente do início do século XX (Figura 18).

Figura 18 – Exemplo de um PAA recente: um projeto de alinhamento próximo à Avenida Brasil em 2015.



Fonte: SMU (2016).
Nota: Este projeto de alinhamento segue uma composição gráfica muito semelhante àquela estabelecida no início do século XX, no que diz respeito à numeração (cercada de vermelho), às cores (vermelho para o projetado e cores mais escuras para o que já existe), à procedência da planta cadastral (agora, o alinhamento é projetado diretamente na planta cadastral, daí também um projeto mais detalhado). Contudo, nota-se o maior volume de informações escritas, dispostas em um espaço reservado, à direita da planta, reflexo de uma burocracia municipal que cresceu constantemente desde então: a administração dos PAAs cabe agora a uma coordenadoria específica dentro da SMU. Enfim, os PAAs hoje estão no formato design web format (dwf), desenvolvido especificamente para a apresentação de todo tipo de dado.

1.3 PLANEJAR OU EXCEPCIONAR? AMBIGUIDADES DA CIDADE PLANEJADA

1.3.1 A codificação do loteamento

1.3.1.1 O parcelamento do solo urbano na história do Brasil

Se, desde os primórdios da colonização portuguesa, o poder público procurou fiscalizar a abertura de ruas, o mesmo não se verifica quanto ao parcelamento do solo urbano. A apropriação do solo no Brasil colônia enquadrava-se no regime das sesmarias, “doações de domínios” que “tinha como contrapartida que as concessões feitas permanecessem como patrimônio do soberano” (PECHMAN, 1988, p. 2); de acordo com o Código Manuelino, (liv. IV, t. XLIII, § 3), o donatário da sesmaria tinha de lavrar e aproveitar a terra por um período mínimo de cinco anos. O Código estabelecia também que o sesmeiro não podia doar uma superfície de terra maior que aquela que o donatário podia “razoavelmente” aproveitar no prazo fixado: existia, portanto, um limite implícito quanto às superfícies doadas. Tal regime tinha sido moldado em uma lei instituída no reinado de Fernando I, por volta de 1375, para o fomento da produção agrícola, em um contexto de reconquista das terras mouras e de rarefação da população rural por causa da peste negra, das guerras e do êxodo urbano (NOZOE, 2006, p. 588). Com fim de estimular o povoamento das terras recém-descobertas, Dom João III tinha conferido em 1530 ao capitão-mor Martim Afonso de Sousa o poder de repartir as terras descobertas segundo o regime das sesmarias, com prazo de seis anos para o aproveitamento delas. Ao mesmo tempo, o soberano português tinha dado ao capitão-mor uma “carta de poder” para “criar tabeliões e mais oficiais de justiça”, cuja tarefa consistia em “ministrar” as terras recém-descobertas, ou seja, registrar por escrito as doações de sesmarias, as posses e as transmissões de posses, as compras e vendas de terras doadas, etc. Isto implicava na medição das terras apropriadas. Por exemplo, em 1596, o tabelião de notas e escrivão de sesmarias Pero da Costa, por virtude de um despacho do Provedor da Fazendo, foi à atual região de Santa Cruz demarcar uma terra, que antes era de Cristóvão Monteiro, primeiro Ouvidor-Mor do Rio de Janeiro, e que a viúva dele tinha doado aos jesuítas. A demarcação ocorreu na presença do Padre Estevão da Gran, procurador dos jesuítas, e do “piloto” Pero Gomes – “piloto” era o nome que se dava aos agrimensores, aos responsáveis por efetuar as demarcações de terra, já que costumavam trabalhar com uma agulha magnética, à semelhança dos navegantes (RIO DE JANEIRO, 1962, p. 257). De modo geral, para medir os terrenos, os “pilotos” (ou, na ausência deles, os próprios tabeliões) recorriam a instrumentos rudimentares, seguindo os acidentes naturais da paisagem (os rios notadamente), puxando cordas, colocando marcos de pedra e fazendo

cruzes em árvores, o que nem sempre resultava em uma medição precisa e, sobretudo, estável.

A medição das propriedades se tornou um problema central para o governo colonial. Aconteceu que, já nos primórdios da colonização, o modo como os representantes da Coroa portuguesa distribuíam as terras recém-descobertas desvirtuava a lei de sesmarias: doava-se enormes parcelas que nenhum ser podia razoavelmente aproveitar em um prazo de três anos (prazo fixado pelo Regimento de Thomé de Sousa, entregue pelo rei Dom João III em 17 de dezembro de 1548). Em 1558, o Armador-Mor Álvaro da Costa obteve assim, na região da Bahia, uma data de sesmaria que se estendia por quatro léguas de costa (26,4 km) e dez léguas (66 km) para o sertão[92], ou seja, um território de quase 1.750 km² de superfície! Em diversas cartas régias endereçadas aos governadores gerais do Brasil, D. Pedro II, no final do século XVII, reclamou de sesmarias cuja extensão não condizia com a exigência de aproveitar as terras em curto prazo, e instituiu por isso um limite de três léguas de comprimento (aprox. 14,5 km) por uma légua (aprox. 4,8) de largura, assim como a obrigação de confirmação real para as sesmarias dadas no Brasil. Em 1753, D. José I generalizou tal limitação a todo o Brasil. Exigiu o governo a medição das terras também para resolver as inúmeras disputas fundiárias que assolavam a colônia: a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, acusando os jesuítas de usurpar terrenos que pertenciam ao termo da cidade (ambos receberam terras do Capitão-Mor Estácio de Sá em 1565), solicitou em 1642 medição e demarcação de suas terras, o que só começou em 1667 para terminar um século depois, com a expulsão dos jesuítas (PECHMAN, 1988, p. 8). Entretanto, o Brasil carecia de "geômetras que pudessem fixar medições seguras e ligadas inalteravelmente com medidas trigonométricas e astronômicas," o que, junto com o interesse de alguns oficiais em fazer as operações de medição abortarem, dificultava consideravelmente o controle sobre a extensão das parcelas (VIANNA, 1962, p. 258).

Já no século XIX, o interesse do governo em elevar a produtividade dos solos agrícolas e facilitar a substituição do trabalho servil por uma mão-de-obra livre, através de incentivos à imigração, levou à ruptura com o regime sesmarial (CAVALCANTE,

[92] A palavra "sertão", cuja etimologia ainda não está esclarecida, nos primeiros séculos da colonização não possuía exatamente as mesmas conotações de hoje, sendo usada para designar simplesmente o interior das terras, em oposição à "costa", ao litoral. Seria quase sinônimo de "fundos", nos termos atuais.

2005) – o fim programado do tráfico negreiro transatlântico, por conta da pressão inglesa, obrigou o país a rever suas estruturas econômicas, mesmos mantendo uma base escravocrata. A Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, a "Lei de Terras", promulgada poucos dias depois do governo proibir a entrada de novos escravos africanos no território brasileiro (Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850), aboliu definitivamente esse regime, já suspenso desde 17 de julho de 1822, fazendo da compra o único meio de adquirir terras devolutas (art. 1º). Também obrigou os donatários de sesmarias a "revalidar" suas datas e os posseiros a "legitimar" suas posses (art. 4º e 5º), o que envolvia a medição das terras possuídas (art. 7º). Além do mais, o governo anunciava também que faria "organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre declarações feitas pelos respetivos possuidores" (art. 13) – por motivos práticos, acabou incumbindo às paróquias a manutenção desses registros. As mesmas obrigações valiam para as terras devolutas, pois o governo tinha de fazer "previamente medir, dividir, demarcar e descrever" aquelas que pretendia vender (art. 14). Contudo, no caso específico das terras devolutas, a lei acrescentava mais uma disposição que ilustrava uma tentativa de controle sobre a forma que revestia o parcelamento do solo: de acordo com o art. 14, § 1º, as medições e divisões tinham de ser feitas "em linhas que corram do norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente". Ou seja, a divisão das terras devolutas devia seguir um padrão explicitamente quadricular. Há de ressaltar também que esse é o primeiro texto de lei, pelo que sei, a lançar mão da palavra "lote" para caracterizar parcelas do solo, o que faz sentido, visto que a palavra até então pertencia ao registro comercial, designando "l'objet d'une vente publique ou d'une mise aux enchères" (SAMPAIO, 2010, p. 671): sua adoção como sinônimo de "terreno" ocorreu no mesmo momento em que a terra passou a ser considerada como uma mercadoria semelhante a qualquer outra.

Para "dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas, e sua conservação", para também "fiscalizar a venda e distribuição delas" e "promover a colonização nacional e estrangeira", a lei previa enfim a criação de uma Repartição Geral das Terras Públicas, cuja organização regulamentou o Decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854. Em particular, o decreto subordinava a Repartição ao Ministério de Estado dos Negócios do Império, e impunha a presença, dentro da Repartição, de um oficial e de um amanuense "hábeis em desenho topográfico, podendo ser tirados dentre os

Oficiais do Corpo de Engenheiros" (art. 1º). As Províncias do Estado ficavam então divididas em vários "distritos de medição", cada um sob a autoridade de um Inspetor Geral das medições, o qual nomeava escreventes, desenhadores e agrimensores (art. 11): cabia ao Inspetor Geral fiscalizar o trabalho dos agrimensores e proceder "a formação dos mapas de cada um dos territórios medidos" (art. 14). Já para a revalidação das sesmarias e a legitimação das posses, o decreto atribuía aos Presidentes das Províncias a responsabilidade de nomear, em cada município, um Juiz Comissionário de Medições (art. 30), o qual, por sua vez, nomeava os escrivães e agrimensores para trabalharem com ele. O art. 35 precisava então que os agrimensores tinham de ser profissionais competentes em topografia ou, na falta de título, por pessoas habilitadas através de um exame feito por "dois Oficiais do Corpo de Engenheiro". Alguns anos depois, o Decreto n. 3.198 de 16 de dezembro de 1863 regulamentou por sua vez a nomeação de agrimensores, só podendo ser empregados "engenheiros geógrafos com carta passada pelas escolas nacionais" ou pessoas habilitadas pela Academia ou Escola de Marinha da Corte (art. 1º). Exigia também o decreto conhecimentos especiais em matemáticas elementares, metrologia, topografia e noções de astronomia e desenho linear para a obtenção da carta de agrimensor (art. 3º): a prática de demarcar terrenos caía assim na dependência se não dos próprios engenheiros, pelo menos dos saberes transmitidos pelos engenheiros.

Embora, ao longo do século XIX, expandissem-se as redes dos saberes e poderes exercendo algum controle sobre as operações de parcelamento do solo, como efeito da mudança para uma propriedade plenamente privada do solo, a formação das parcelas urbanas e rurais permanecia intocada. Exceto quando pertenciam do domínio público. O Decreto n. 3.784 de 19 de janeiro de 1867, que regulamentou as "colônias de Estado" (terras devolutas usadas pelo poder público para "promover a colonização nacional e estrangeiras", de acordo com o art. 14 da Lei de Terras) impunha assim vários tamanhos para "os lotes rústicos", destinados à produção agrícola, com base nas quadras de 500 braças prevista na Lei de Terras[93]. Já os "lotes urbanos", reservados à povoação, podiam variar entre 10 e 20 braças na frente (22 e 44 metros) e 20 e cinquenta braças nos fundos (44 e 110 metros). Além do mais, o decreto atribuía a um "engenheiro do governo" a escolha, medição e demarcação da colônia (art. 1º). Aos engenheiros encarregados de fundar a colônia, cabia o levantamento da

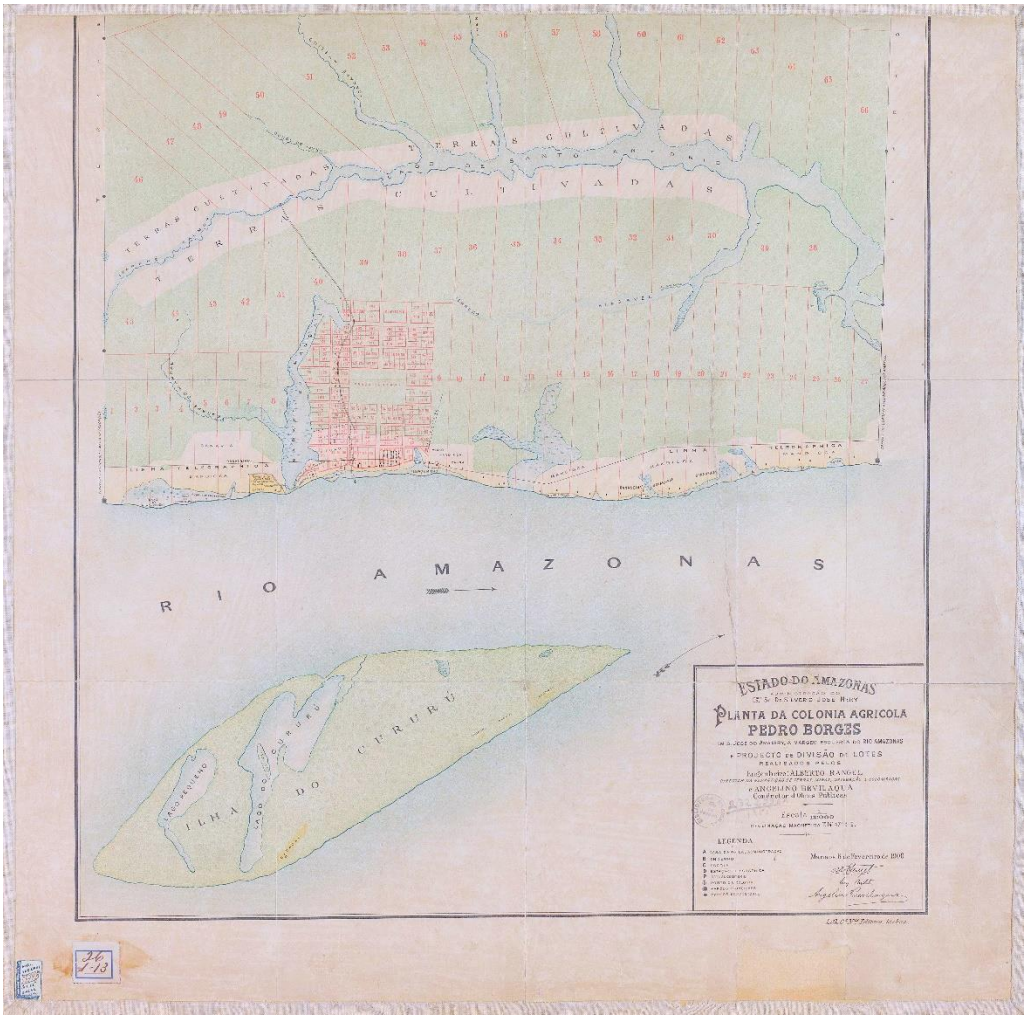
[93] Cada classe de "lote rústico" correspondia a uma fração inteira de 250.000 braças quadradas (art. 4º).

“planta geral”, na qual devia constar “a designação dos lotes medidos e demarcados”, “o traçado das estradas e pontes projetadas, rios e grandes córregos, e quaisquer disposições topográficas”, “os terrenos reservados para a povoação”, “ruas, praças, logradouros públicos, igreja, escola, cemitério, casa de administração, cadeia e outros edifícios coloniais” (art. 13). “Todos os lotes”, tanto “rústicos” quanto “urbanos”, deviam figurar na “planta da colônia, com a competente numeração” (art. 4º). Em outras palavras, o parcelamento do solo no caso de colônias agrícolas era atrelado à confecção de um artefato gráfico, no qual constavam os limites de cada parcela, assim como o marco (número) que as individualiza. Tal artefato, neste contexto, estava ligado ao projeto de fixar uma população em uma área fronteiriça do ponto de vista do desenvolvimento econômico: a numeração dos lotes servia assim para controlar a distribuição dos moradores na colônia[94], individualizando a relação deles com a terra, e também lhes garantindo acesso a uma superfície padronizada de terra (Figura 19).

A historiografia costuma concluir ao fracasso da Lei de Terras, por conta dos poucos recursos destinados à Repartição Geral de Terras Públicas, cujas vastas atribuições iam da demarcação de terras devolutas à organização da colonização agrícola, e também pela resistência dos latifundiários, que tinham interesse em manter suas propriedades irregulares (ALMEIDA, 2015). Embora assim, o esforço legislativo na segunda metade do século XIX denota uma vontade de melhor controlar o parcelamento do solo rural, e para isso o governou chegou a elaborar uma tecnologia mobilizando novas repartições administrativas, engenheiros e saberes de engenharia, e artefatos gráficos. Por outro lado, no que diz respeito ao solo urbano, o quadro jurídico-administrativo permaneceu o mesmo, ou seja, a forma das parcelas urbanas, nos núcleos já existentes, não estava sujeita a uma norma específica. À época do Brasil colônia, o parcelamento do solo urbano era inicialmente responsabilidade da câmara municipal, que concedia, dentro de seu termo, “datas de terra”, assim como os sesmeiros concediam sesmarias, obrigando os donatários a edificar a data dentro de um período fixado na carta de doação. Em seguinte, os donatários podiam vender as da-

[94] Operações de “geo-codificação” como a numeração de prédios, ruas e lotes fazem parte do modo como os governos gerenciam as populações no período moderno: “o projeto biopolítico de governar ‘populações’, examinando regularidades estatísticas e mapeando esses padrões pela cartografia (isto é, totalização), só é possível uma vez que a população foi individualizada (através de práticas registrais de vários tipos), o que por sua vez depende da capacidade de localizar os ‘indivíduos’ no espaço (daí o foco atual na construção de um ‘mundo geo-codificado’)” (ROSE-REDWOOD, 2006, p. 480).

Figura 19 – Exemplo de uma “planta de colônia agrícola” de 1900.



Fonte: BN (2017).
Nota: A colônia Pedro Borges pertence hoje ao distrito de São José do Amatari, município de Itacoatiara no Estado do Amazonas.

tas, por intermediário de cartas de venda. Assim como aconteceu no caso das sesmarias, o poder municipal procurou, como em São Paulo, registrar melhor as datas concedidas, a fim de resolver os conflitos de posse entre moradores, evitar as usurpações de terras públicas e cobrar mais eficientemente o foro (GODOY, 2015). Pela ausência de norma específica quanto ao parcelamento do solo, a malha fundiária no centro de uma cidade como o Rio de Janeiro não seguia nenhum padrão explícito (à diferença da malha viária, conforme vimos anteriormente): as quadras formavam trapézios cujas dimensões variavam entre 40 e 60 metros de largura e 50 e 100 de comprimento; as parcelas possuíam 3 a 12 metros de largura por 20 a 50 m de profundidade. Prevaleciam então parcelas estreitas e compridas, facilitando a ocupação dos alinhamentos pelas fachadas (o custo de construção aumentava proporcionalmente à

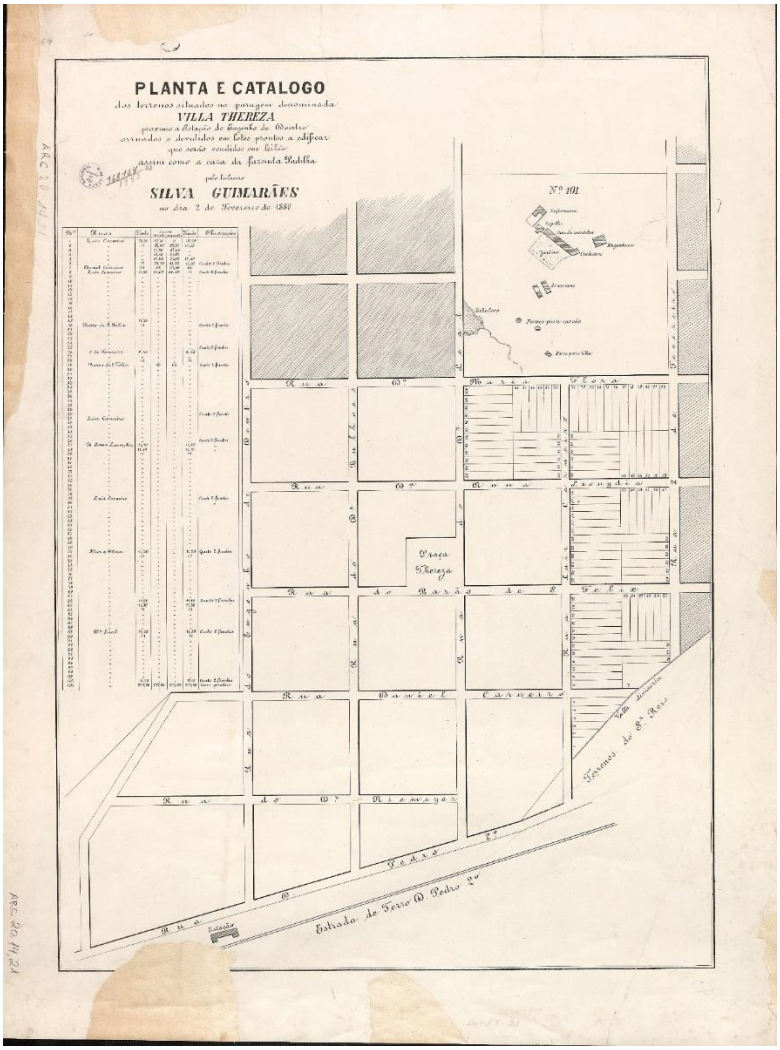
largura da fachada). Conforme já vimos, a postura de 1892 sobre construção e reconstrução de prédios inovou ao proibir qualquer construção em "lote de terreno" com testada menor de sete metros, mas mesmo assim, tratava-se de um controle indireto, já que a postura não proibia parcelas com menos de sete metros na frente, e sim a edificação daquelas parcelas.

Entretanto, os loteamentos executados a partir dos anos 1870 introduziram mudanças importantes no modo de parcelar o solo urbano: se antes o parcelamento do solo seguia as necessidades dos moradores, contempladas diretamente pela Câmara através de doações de datas ou por transações entre moradores, com o loteamento, o parcelamento do solo fazia parte de uma estratégia visando a maximizar o lucro obtido graças à venda as parcelas. É que o valor do solo urbano tem dois componentes: a "renda fundiária absoluta", o monopólio que o proprietário tem sobre a localização de seu terreno, e a chamada "renda diferencial urbana", o valor que os "melhoramentos urbanos", os investimentos em infraestruturas, agregam ao terreno (SINGER, 1979). Assim, no caso do loteamento, o parcelamento do solo urbano se torna alvo de uma arbitragem entre custo (melhoramentos urbanos, eventualmente a aquisição da terra) e benefício (preço de venda dos terrenos). A forma das parcelas acaba participando deste cálculo econômico, pois menor a parcela, menor será o valor diferencial da terra, mas também maior será o volume de parcelas colocado à venda, e reciprocamente. Por isso, se a irregularidade na forma das parcelas talvez possa servir como estratégia de diferenciação comercial (ainda que, dentro de uma mesma área, tal diferenciação é limitada pela proximidade das parcelas e pelo fato delas compartilharem, em geral, os mesmos equipamentos coletivos), ela também complica consideravelmente o cálculo econômico – sem falar das operações de demarcação e medição dos terrenos, indispensáveis para vendê-los, cujo custo aumenta com as irregularidades no traçado das parcelas. Assim como notou Lewis Mumford, a adoção de um plano quadricular para a organização das divisões fundiárias tem a vantagem de facilitar o cálculo econômico, mais ainda quando se trata de uma produção em série, pois aí o mesmo cálculo se aplica a várias parcelas diferentes[95]. Consequentemente, observamos nas plantas que os loteadores usavam para vender os terrenos ("catálogos

[95] "A beleza desse novo padrão mecânico, de um ponto de vista comercial, deve ser aparente. Esse plano não coloca para o engenheiro nenhum desses problemas específicos que parcelas irregulares e linhas curvadas apresentam. […] Com uma régua e um triângulo, o engenheiro municipal pode, finalmente, sem o mínimo treinamento como arquiteto ou sociólogo, "planificar" uma metrópole, com seus

de terrenos") o predomínio de formas geométricas nas divisões fundiárias (Figura 20), mesmo que o traçado não seja rigorosamente quadricular. Ou seja, a própria lógica econômica do loteamento induzia certa regularidade na formação das parcelas urbanas. Contudo, o lote colonial, estreito e comprido, continuava sendo a opção privilegiada para o parcelamento do solo.

Figura 20 – "Planta e catálogo de terrenos", "arruados e divididos em lotes prontos a edificar", no atual bairro do Engenho de Dentro, de 1880.



Fonte: BN (2017).
Nota: À esquerda, a tabela indica a situação e as dimensões de cada lote, todos numerados. Chamamos a atenção para a forma perfeitamente quadricular das quadras e a divisão idêntica (salvo limites com outras propriedades) de cada quadra em doze lotes retangulares muito alongados, de dimensões quase iguais (11 m de frente para 66 m de fundos).

lotes padrões, suas quadras padrões, a largura padrão de suas ruas, ou seja, com suas partes padronizadas, comparáveis e substituíveis. Tais planos só servem para um parcelamento rápido da terra, uma conversão rápida de uma fazenda em propriedade imobiliária, e sua venda rápida. A total ausência de adaptações mais específicas à paisagem ou aos propósitos humanos só aumenta, devido a seu caráter completamente indefinido e a sua total ausência de intencionalidade, sua utilidade geral para a troca" (MUMFORD, 1961, p. 422).

1.3.1.2 O modelo da cidade-jardim, um remédio à “febre do minifúndio[96]”

A demora da administração urbana em regulamentar a formação das parcelas urbanas contrasta com a “febre do minifúndio” que tomou conta da cidade no início do século XX. Entre 1906 e 1920, o número de logradouros saltou de 1.943 para 3.534; nas freguesias suburbanas de Inhaúma, Irajá e Campo Grande, esse número, que atingia apena 309, 81 e 66, em 1906, alcançava 501, 741 e 279, respetivamente, em 1920 (RIBEIRO, 1997, p. 178): a fronteira de expansão urbana, antes restrita à região do Engenho Velho, já estava chegando aos limites do município, abrindo espaço para o crescimento da Baixada fluminense. Assim, nesse mesmo período, os distritos de Engenho Velho, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá responderam por 61% do crescimento do parque domiciliar e 45,4% do crescimento populacional (ibid., p. 183). Somente nas freguesias de Irajá e Inhaúma, a população mais que duplicou (+142,6%), enquanto a população total da cidade aumentava de 42,7% (ABREU, 1987/2013, p. 80). Foi na mesma época que surgiram grandes companhias especializadas no parcelamento do solo urbano, muitas vezes em aliança com o setor bancário, à imagem da Empresa de Construções Civis, criada em 1891 e dirigida por Carlos Sampaio (KESSEL, 2001, p. 3), responsável pelo loteamento de maior parte de Copacabana; da Companhia Territorial do Rio de Janeiro, criada em 1912, que incorporou uma área de 13,5 km² em Inhaúma e Irajá, dando lugar ao atual bairro da Penha; da Rocha Miranda, Filhos e Companhia Limitada em 1919 (RIBEIRO, 1997, pp. 238-242), que criou o bairro de mesmo nome.

Se alguns loteamentos seguiam um planejamento rigoroso (principalmente na Zona Sul), outros (principalmente na Zona Norte) já sofriam com a falta de investimento em infraestruturas urbanas e equipamentos coletivos, sem falar dos poucos serviços acessíveis aos moradores, o que contrastava com o centro da cidade, foco de um estilo de vida moderno e cosmopolita. Em uma crônica publicada em 1924 nos

[96] Devo confessar o caráter um pouco anacrônico da expressão “febre do minifúndio”: eu a descobri em um artigo do jornal *O Globo* datado de abril 1956, acusando os loteamentos de “calamidade pública” por “pulverizar” as terras do Distrito Federal e acabar assim com seu “Cinturão Verde” (GLOBO, 1956). Embora a preocupação com os efeitos do loteamento sobre o abastecimento da capital em gêneros alimentícios não transpareça na imprensa até os anos 1940, encontraremos nas análises a seguir a mesma crítica ao fracionamento excessivo das propriedades, considerado irracional, haja vista as necessidades coletivas dos moradores.

Mistérios do Rio, o jornalista Benjamin Costallat descrevia nos seguintes termos “a noite dos subúrbios”, usando como exemplo a região de Ramos:

> Em *ruas largas* e *mal iluminadas*, Ramos dormia o seu sono exausto de subúrbio. O sono dos subúrbios é um sono pesado, é um sono triste. Nas ruas muito largas, muito *esburacadas* e quase escuras de Ramos, aquelas simples *casas caiadas*, que não veem passar um automóvel, um bonde, um caminhão, têm o ar lúgubre das casas *abandonadas*. A população é uma população exausta que faz duas viagens por dia, muitas vezes em pé, nos carros repletos da Leopoldina. É uma gente que acorda já cansada, pensando nas duas viagens de trem, no *calor*, na *poeira*, no dia que recomeça, idêntico ao da véspera e que se repetirá na manhã seguinte. É a vida suburbana, triste e monótona. Igual, sempre igual, eternamente igual! Algumas ruas, largas como avenidas, mas esburacadas pelas chuvas e quase sem luz, um cinema cheio de cartazes de fitas sensacionais do século passado, com um piano desafinado; uma farmácia que vende mais ervas de curandeiros do que receitas de médicos; uma delegacia com um “prontidão” sonolento e magro... E eis tudo. (COSTALLAT, 1924/1990, pp. 74-75, grifo meu).

Já predominava naquela época uma imagem negativa do subúrbio, como sendo um lugar atrasado, onde se vendia “mais ervas de curandeiros do que receitas de médicos”, um lugar deserto, insensível aos ritmos da vida moderna, com o seu delegado “sonolento”, um lugar carente de qualquer conforto – uma verdadeira “cidade-dormitório”, antes mesmo da expressão existir, que lembra as descrições que, meio-século depois, jornalistas, escritores e cientistas sociais fizeram da “periferia” de São Paulo e da Baixada fluminense. Autor do primeiro plano diretor da cidade do Rio de Janeiro, o arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache alertava no início dos anos 1930 sobre a condição dos “loteamentos defeituosos” e dos “mal-loteados[97]”:

> Numerosos loteamentos foram criados contra todas as regras da higiene e do urbanismo, e os infelizes compradores, assim como a cidade, são disso vítimas: os primeiros com prejuízo da saúde, a segunda, pela obrigação de fazer despesas injustificadas. É pois indispensável restringir esse desenvolvimento indesejável e melhorar os loteamentos defeituosos” (AGACHE, 1930, p. XXXI).

Talvez a concepção burguesa da propriedade como algo intocável explique a ausência de controle sobre a formação de parcelas. Contudo, essa concepção não impediu a administração municipal de exigir, pelo Decreto n. 43, de dois de agosto de 1893, a transferência para o município de um vigésimo da área loteada, para a construção de uma praça, caso o tamanho da área superasse três hectares. A mesma

[97] As curiosas expressões de “loteamento defeituoso” e “mal-loteados” vinham do francês *lotissement défectueux* e *mal-lôtis* (expressão que acabou passando para a língua coloquial com o sentido de “alguém com pouca sorte”), as duas categorias pelas quais se discutia o problema dos loteamentos na França, problema que, depois da Primeira guerra mundial, alcançou graves proporções em diversas cidade, como Paris e Lyon. A “crise dos loteamentos defeituosos” na França é retratada com ricos detalhes pela historiadora Annie Fourcaut em *La Banlieue en morceaux* (FOURCAUT, 2000). Haveria um interessantíssimo programa de pesquisa comparativa a conduzir sobre os loteamentos irregulares nas cidades brasileiras de hoje e os loteamentos defeituosos na França dos anos 1930: o conteúdo das respostas legislativas parece ter divergido bastante.

disposição foi reproduzida por Pereira Passos no Decreto n. 480, de 18 de abril de 1904. É que as praças respondiam a um problema central no âmbito daquela época: a ventilação da cidade, a fim de previr a propagação das doenças, e o seu "aformoseamento" ou "embelezamento". Com efeito, a falta de controle sobre o parcelamento do solo urbano nos parece resultar menos do credo liberal compartilhado pelas elites daquela época e muito mais da ausência de uma problemática voltada especificamente para o parcelamento do solo urbano. No caso do Rio de Janeiro, esta problemática foi se definindo somente nos anos 1920, graças à atuação de um eminente funcionário do Departamento de Engenharia da Diretoria de Obras e Viação, e também pioneiro do urbanismo no Brasil: Armando Augusto Godoy.

Formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1904, entrou na Diretoria de Obras do município em 1908. Participou de várias comissões importantíssimas para história do urbanismo carioca, tal como a responsável pelo código de obras de 1924, que ele mesmo chefiou (SILVA, 2011, p. 61). De modo geral, Godoy se esforçava para propagar no Brasil as "ideias novas" do urbanismo. Em 1927, ele ajudou a fundar a Associação Brasileira de Urbanismo, com o objetivo de "difundir por todos os meios o conhecimento e o respeito pelos princípios básicos do Urbanismo, cuja aplicação incrementa o progresso *econômico* e a *eficiência* do desenvolvimento das cidades[98]". Foi responsável por convidar Agache ao Rio no final dos anos 1920s e presidiu a primeira Comissão do Plano da Cidade, em 1931: pregando sistematicamente a "autonomia da ação técnica" com relação à "ingerência política", Godoy via no "plano geral" um instrumento capaz de coordenar a atuação da administração pública a curto e longo prazo, sem temer a descontinuidade causada pela sucessão dos prefeitos[99] - por causa justamente de desentendimentos com o prefeito Pedro

[98] Cf. "Pelas urbanisações do Brasil: A Associação Brasileira de Urbanismo". *A Noite*. Rio de Janeiro, 28 de set. 1927. p. 7, grifo meu.

[99] O diário *A Noite* deu uma ampla cobertura às propostas de Godoy, advogando também a confecção de um plano geral para a capital brasileira. "Acompanhando com desvelo a evolução da nossa capital, A NOITE muitas vezes lamentou a falta de sequência na ação das administrações que se sucedem, e sempre advogou a organização de um plano harmônico de melhoramentos [...]." E o artigo de continuar, antecipando as teorias do *Public Choice* sobre as incoerências temporais das escolhas públicas: "os melhoramentos, entre nós, são concebidos e executados à pressa, por causa do pequeno período de tempo de que dispõem as nossas administrações e ainda à falta de continuidade entre as que se sucedem, agravada, nessas circunstâncias, pela ausência de coordenação [dos] diversos serviços públicos que se desenvolvem e vivem em separado, determinando desordens graves no organismo complicado da cidade". Cf. "Os problemas máximos da nossa capital: Como se elaborou a reforma do regulamento de construções". *A Noite*. Rio de Janeiro, 10 dez. 1924. p. 1-2. Essa crítica à política sob a República Velha e a defesa do planejamento iam ao encontro dos elogias que Godoy endereçava às cidades de Gary, a "cidade do aço", no Estado do Michigan, e de Magnitogorsk, na União Soviética,

Ernesto, acabou deixando temporariamente o Rio para trabalhar como consultor na construção de Goiânia, entre 1933 e 1936. Godoy também se opunha à visão "obreira/estética" das elites tradicionais, particularmente de grandes políticos engenheiros como Paulo de Frontin (ibid., p. 78), que não via necessidade na adoção de tal plano:

> O embelezamento não deve constituir objetivo principal, sobretudo se se trata de uma cidade de múltiplos encantos, porém mal abastecida de água, de canalização de esgoto, de galerias para escoamento das águas pluviais e apresentando vias importantes mal calçadas e outras à espera de calçamento (GODOY, 1923b, p. 1).

A visão que Godoy tinha do urbanismo era de uma ciência holista. No epitáfio à coletânea *A Urbs e seus problemas*, Godoy definia o urbanismo como:

> Ordem e harmonia entre todos os elementos da cidade, os subterrâneos, os superficiais e os elevados, os subterrâneos, os superficiais e os elevados; boa utilização dos terrenos, diminuição das desigualdades sociais, solução racional do problema da habitação; parques, jardins, 'playground', templos, escolas, fábricas, hospitais, biblioteca, museus e meios de transporte bem distribuído e localizado (Godoy, 1943, p. 4).

Ou seja, o urbanismo se queria a ciência, positiva e normativa, das interdependências que organizam materialmente o espaço da cidade.

Alguns anos antes, Godoy tinha proposto uma definição um pouco diferente desta disciplina, "como sendo a criação do espírito humano por meio da qual se objetiva o seguinte e importante resultado: a utilização racional, estética, higiênica e econômica dos terrenos da cidade" (Godoy, 1935, pp. 711-712). Por isso, o urbanismo exigia "o concurso e as luzes do engenheiro, do arquiteto, do sociólogo, do economista, do paisagista, do escultor e do higienista" (ibid., p. 716). Godoy concebia o urbanismo como uma extensão da racionalidade manifesta na prática do planejamento a todas as dimensões materiais do espaço urbano: não somente à malha viária, às obras de melhoramento ou às construções, mas a todas elas ao mesmo tempo, com a finalidade não só de sanear e embelezar a cidade, mas também de adequá-la às necessidades econômicas e sociais da população. O urbanismo segundo Armando Godoy participou assim da onda reformadora que atingiu a sociedade brasileira nos

---

dois exemplos de cidades inteiramente planejadas. Tratava-se de "empreendimento só possível mediante uma grande unidade de ação e uma concentração de esforços que, nas épocas de desordem e anarquia, só se consegue por meio do regime ditatorial" (GODOY, 1932b, p. 12). Daí uma verdadeira apologia ao regime soviético, que "dá aos engenheiros o predomínio e a supremacia de que hoje gozam na Rússia" (ibid., p. 13). "São realizações como Magnitogorsk que dão prestígio aos estadistas e os tornam verdadeiramente eleitos, eleitos não por meio de cédulas lançadas nas urnas eleitorais, porém, pelo reconhecimento das massas" (p. 14).

anos 1920, e que se caracterizou pela generalização do planejamento às várias dimensões da vida coletiva como educação, trabalho e habitação, algo que o historiador norte-americano Michael Conniff chamou de “planejamento social” (Conniff, 1981/2006, p. 159). Daí uma concepção do urbanismo como sendo uma ciência holista, uma ciência que deve abraçar a cidade em tudo o que ela tem de relevante para a vida coletiva.

Aconteceu que, deste ponto de vista holista defendido por Godoy, o parcelamento do solo se tornava um assunto central. Em primeiro lugar, a expansão horizontal da cidade, cuja intensidade nós tivemos a oportunidade de demostrar, prejudicava consideravelmente a economia e a higiene da cidade:

> O maior mal que sofre esta metrópole está na expansão excessiva, irregular, antieconômica e anti-higiênica da qual ela foi vítima [...]. Antieconômico porque os prolongamentos que o Rio teve não obedeceram ao critério de se realizar uma ocupação racional dos terrenos, de maneira a não se onerar sobremodo os cofres municipais com os múltiplos serviços públicos. Anti-higiênico por se haver posto de lado o problema dos esgotos. (Godoy, 1932a, p. 21).

O problema higiênico resultava, na verdade, do problema econômico. A ocupação “rala” da cidade fazia com que “a renda proveniente do imposto predial e das taxas de calçamento, bem como as das outras taxas, não d[esse] para a manutenção, em boas condições, dos serviços públicos mais indispensáveis” (id., 1935, p. 715): por um lado, a multiplicação de prédios baixo consecutiva à redução da densidade diminuía a receita tributária por metros quadrados do município; por outro lado, a expansão horizontal encarecia o custo de serviços como a limpeza das ruas ou o policiamento, e também a instalação de infraestruturas como redes de esgoto – daí a observação de Godoy segundo a qual “um dos aspetos mais importantes a ser encarado pelo urbanista é o econômico” (ibid., p. 173). Era necessário, portanto, frear a expansão horizontal da cidade. Em segundo lugar, a forma das parcelas também impactava a economia e a higiene da cidade. “Ele [o lote], escrevia Godoy, é, de fato, o elemento fundamental e indivisível, do qual tudo depende. Se as suas dimensões não são convenientemente estabelecidas e relacionadas, tendo em vista o destino que lhe é reservado, os resultados não se harmonizarão, com os fins colimados.” (id., 1943, p. 99). Lotes “estreitíssimos e muito profundos” acarretavam danos para a boa higiene da casa: “um dos grandes defeitos das grandes cidades, infelizmente de algumas novas no Brasil, são os lotes estreitos, onde dificilmente se resolvem sem grande sacrifício de terreno o tríplice problema da insolação, ventilação e iluminação” (id., 1923a,

p. 3). Além do mais, por obrigar os donos a construir em cima do alinhamento, a forma dos lotes gerava incômodos estéticos, higiênicos e morais, pois ao invés,

> Os prédios convenientemente afastados do alinhamento, se tornam mais distintos, melhoram, em geral sob o ponto de vista arquitetônico, adquirem outra imponência e constituem, de fato, uma residência mais tranquila por se acharem menos expostos aos ruídos, ao ar viciado e ao bulício que se observam nas ruas em razão da circulação (id., 1943, p. 147).

Já a irregularidade na divisão das parcelas dificultava a instalação de infraestruturas urbanas, devido às interdependências entre parcelas: “as casas estão ligadas umas às outras pelas ruas, pelas canalizações de água e esgoto, pela rede iluminação e telefones, havendo portanto entre elas influências recíprocas” (id., 1935, p. 718). Com efeito, “a má divisão dos terrenos complica a instalação dos serviços de água, esgoto e iluminação nos subsolos ao mesmo tempo em que complica obras de calçamento e de arborização” (id., 1943, p. 60). Por isso, “sem uma boa fragmentação dos terrenos, uma boa orientação das ruas e uma conveniente distribuição de todos os elementos urbanos, não é possível resolver-se, de acordo com todas as exigências, o problema da moradia” (id., 1935, p. 718).

Existia, contudo, uma solução aos problemas de parcelamento do solo urbano: a cidade-jardim[100], que, segundo Godoy, constituía “a mais perfeita e a mais completa criação urbanista da época” (id., 1943, p. 137). Idealizado pelo socialista inglês Howard Ebenezer, o modelo da cidade-jardim pretendia solucionar a questão da habitação, ao conjugar as vantagens da cidade e do campo. Ele consistia no planejamento rigoroso, quase malthusiano por fixar um tamanho máximo para a população, de núcleos autônomos capazes, ao mesmo tempo, de integrar as várias funções da vida urbana (residência, comércio, indústria, etc.) e de deixar os moradores gozarem da natureza, reduzindo assim os efeitos deletérios da indústria sobre a saúde e o moral da população. Este modelo se concretizou uma primeira vez em 1903, com a criação da cidade de Letchworth na Inglaterra, sob a direção dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker. Aconteceu que, alguns anos depois, os mesmos arquitetos projetaram o bairro do Jardim América em São Paulo: além de ser beneficiado com todas as infraestruturas urbanas (luz, água, esgoto, gás, etc.), o lugar se caracterizava por lotes bem maiores que a média, de 900 m² no mínimo, recuo mínimo com relação às ruas

[100] Solução válida para a frente de expansão. Já para o centro da cidade, Godoy defendia o remembramento dos “lotes obsoletos”, criticando implicitamente a focalização exclusiva do urbanismo haussmanniano, obreiro e estético, na largura das vias: “sem a remodelação dos lotes antiquados e o estabelecimento do gabarito para os edifícios, atendendo às exigências modernas, os planos de alargamento de rua ou de aberturas de novas vias, não dão os resultados colimados” (GODOY, 1943, p. 110).

e distâncias com as divisas, presença de jardim, largas avenidas e ruas arborizadas (Pereira, 2001, p. 42). Portanto, a cidade-jardim já era uma realidade no Brasil desde a segunda década do século passado – ou, pelo menos, o subúrbio-jardim, já que loteamentos como o Jardim América logo perderam seus comércios e suas escolas, para se tornarem bairros exclusivamente residenciais, contrariando o modelo inicial de Ebenezer. Godoy almejava generalizar este modelo a todos os loteamentos, inclusive àqueles voltados para uma clientela popular, argumentando que, "nas referidas cidades destinadas a famílias proletárias, a mortalidade é menor que nos outros centros de população, havendo nelas a criminalidade e as greves quase desaparecido" (Godoy, 1943, p. 152), citando o exemplo de Suresne na França. Como consequências práticas imediatas, não se podia mais aceitar lotes com menos de 6 metros de largura, pois o modelo da cidade-jardim pressupunha o isolamento da casa no meio do lote, ou seja, seu afastamento das divisas – o que já era uma reivindicação antiga dos higienistas.

Houve dois momentos muito importantes na normatização do parcelamento do solo urbano no Rio, dois momentos onde a participação de Godoy foi fundamental. O primeiro foi o decreto n. 2.087, de 19 de janeiro de 1925, o famoso "código de construções" concebido pela comissão chefiada por Godoy. Este decreto trazia várias inovações importantes, como a primeira definição oficial do conceito de lote: "porção de terreno situado ao lado de um logradouro público, descrita e assegurada pelo título de propriedade". Contudo, a maior inovação do ponto de vista do parcelamento do solo residia no art. 14 do mesmo decreto, pois, de acordo com o § 1º, o licenciamento de obras só podia ocorrer "depois de ter submetido à aprovação da Prefeitura o plano de retalhamento da quadra respetiva em lotes" (ainda não se usava a palavra "loteamento"). Além do mais, ficava proibido o "retalhamento em lotes", "sem que seja o plano desse retalhamento submetido à aprovação da Prefeitura" (§ 2º); já os projetos de abertura de ruas precisavam "conter o plano de retalhamento em lotes dos terrenos respectivos" (§ 3º). Os projetos tinham que ser assinados pelos arquitetos e engenheiros responsáveis, de acordo com o § 17. Ou seja, o decreto instaurava para o parcelamento do solo um procedimento de licenciamento prévio semelhante àquilo que já existia para as edificações e para as aberturas de ruas. O segundo momento, o mais importante, foi a promulgação do Decreto-Lei n. 3.549 de 15 de junho de 1931, também conhecido como "Código de Arruamento e Loteamento" ou como Código Godoy: tratava-se do primeiro texto jurídico a abranger todos os aspectos do loteamento,

desde a abertura de rua até o parcelamento do solo. Ele começava por reafirmar o licenciamento prévio dos “projetos” de “divisão de terrenos em lotes ou ruas”, porém acrescentando numerosas condições para aceitação do pedido. Em primeiro lugar, precisavam agora constar no “plano de retalhamento”, chamado de “planta”, a indicação das ligações com os logradouros públicos e as canalizações d’água e de esgoto, a “situação esquemática e as superfícies máximas dos futuros edifícios nos lotes respectivos”, os perfis longitudinal e transversal de cada rua (§ 1º). Além da planta, o projeto incluía um “programa” detalhando as obras de infraestrutura e um “registro de obrigações” estipulando as servidões dos lotes. Em segundo lugar, o decreto instaurava novas normas para a abertura de ruas: 26% da superfície total do “loteamento” (pela primeira vez, usava-se a expressão “loteamento” em uma lei municipal sobre arruamento) deviam ser reservados aos espaços livres públicos e aos logradouros (§ 2º), a superfície média das quadras ia de 10.000 a 12.000 metros quadrados (ou, mas as duas regras se equivaliam, uma rua tinha de ser traçada “em média, de 200 em 200 metros num sentido e de 60 em 60 metros no outro”), os logradouros residenciais não podiam possuir uma largura inferior a 9 metros, enquanto para os logradouros dominantes o limite era de 18 metros. Em terceiro lugar, pela primeira vez a lei impunha um padrão para os lotes, com testada mínima de 12 metros para uma área de 360 m² (ou seja, uma profundidade média de 30 metros). Em quarto lugar, “os terrenos que, pela sua situação não permitem em boas condições econômicas” a instalação das infraestruturas urbanas, “só podem ser fragmentados em lotes grandes, tendo no mínimo 50m de testada e 100m de profundidade”, o que inviabilizava o loteamento de glebas não urbanizáveis, a não ser por uso agrícola.

Este regulamento pretendia generalizar o modelo da cidade-jardim a todos os novos loteamentos, tal como o entendia Godoy, ou seja, de um loteamento urbanizado, ocupado por casas isoladas no meio do lote – não se podia construir a menos de 3 metros do alinhamento. Além disso, várias disposições derivavam diretamente do Plano Agache, que também apoiava o modelo da cidade-jardim (PDF, 1930, p. 23). O art. 1º, § 1º do Código de Arruamento, ao impor que os projetos de loteamento se conformassem “às diretrizes da Planta de Remodelação”, colocava assim a abertura de loteamento na dependência do futuro “plano geral”, que Agache estava preparando. Entrando no detalhe dos artigos, vê-se que a inclusão de um programa de obras e de um “registro das obrigações” nos projetos de loteamento constava na versão publicada do Plano Agache, assim como a proibição de comercializar os lotes

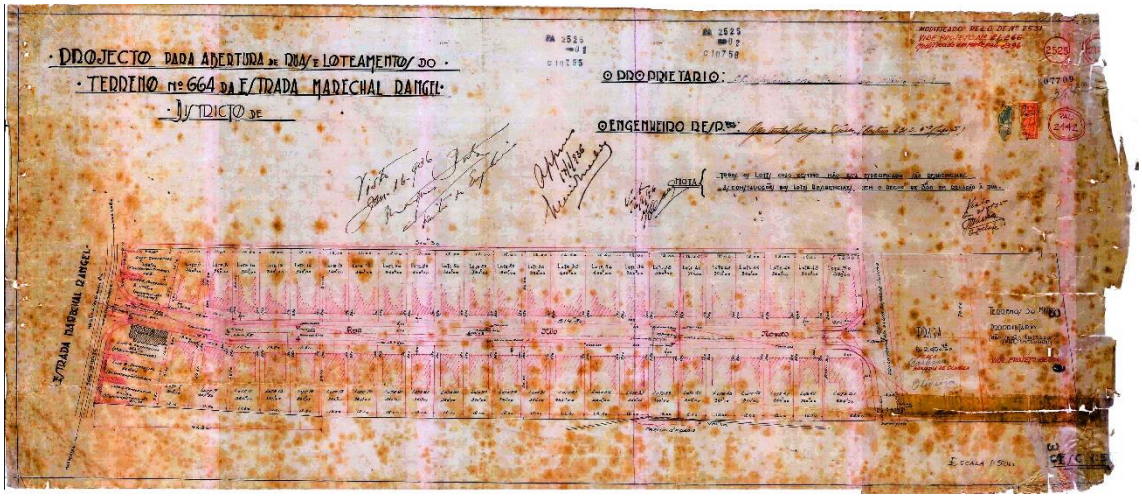
antes de concluir a urbanização do loteamento e obter aprovação da prefeitura (PDF, 1930, pp. LIV-LV) – clausula que o autor do plano justificava pela referência a uma lei francesa sobre loteamentos, de 19 de julho de 1924, para reprimir os abusos por parte de loteadores inescrupulosos. A regra dos 26% (ibid., p. XVIII), o padrão de 10.000 ou 12.000 m² para as quadras (ibid., p. LII) e de 12x30 para os lotes (ibid., p. XIX) também decorreram do Plano: Agache explica que, entre os 26% de áreas públicas obrigatórias, 16% pertencem aos logradouros e 10% às praças. Já o padrão de 10.000 ou 12.000 m² para as quadras veio de um estudo realizado pelo Ministério da Higiene inglês, que adotou um máximo de 30 prédios por quadras (ibid.): sabendo que a área média dos lotes é de 360 m², um máximo de trinta prédios dá uma quadra de 10.800 m², algo entre 10.000 e 12.000 m² – do mesmo modo, os 16% de áreas reservadas aos logradouros coincidiam matematicamente com quadras de 10.000 m² cercadas por ruas de 9 m de largura. Esta "matematização" ou geometrização das relações espaciais, expressa na adoção pela primeira vez de normas em formato de porcentagens, "matematização" que se encontra também na legislação sobre construção[101], vinculava então a atividade construtiva a uma série de cálculos complexos, de fórmulas, reforçando assim a dependência da atividade construtiva à "razão gráfica". De qualquer modo, mais do que matemáticas, essas relações apontavam para uma problematização conjunta da parcela, da rua e do edifício, problematização norteada por considerações higiênicas, estéticas e também econômicas. Quanto ao padrão de 12x30 para os lotes residenciais, Godoy justificou em um artigo posterior que a testada de doze metros seguia o padrão das vilas operárias nos Estados-Unidos, sabendo que lá o padrão comum era de dezoito metros (Godoy, 1932a, p. 22).

1.3.1.3 A tecnologia gráfica do PAL

[101] Em seu art. 31, o decreto n. 2.087 introduzia o conceito de "elementos geométricos essenciais", para designar os elementos que não podiam sofrer alterações sem licença da prefeitura. "Consideram-se elementos geométricos essenciais das construções os seguintes: I – altura do edifício; II – pé direito; III – espessura das paredes mestras, secções de vigas, pilares e colunas; IV – de superfície dos pavimentos; V – posição das paredes laterais e posteriores; VI – dimensões das áreas de passagens; VII – áreas de iluminação; VIII – superfície e forma da cobertura; IX – posição e dimensão dos vãos; X – dimensão das saliências." Os artigos seguintes, sobre "construções em geral", estabeleciam normas para cada elemento geométrico. Em particular, para determinar a altura dos edifícios e dos pés direitos, havia tabelas que indicavam, para cada zona e proporcionalmente à largura da rua, o valor dos elementos. A respeito da insolação, iluminação e ventilação, estavam expostas uma série de equações, dados numéricos e regras de incidência. Ou seja, o decreto propunha uma recodificação geral da atividade construtiva no linguajar da geometria, que também era um linguajar gráfico, como modo de intensificar o controle da administração pública sobre essa agência.

Somente nos anos 1930 que o governo normatizou os projetos (plantas) de loteamento. Até então, com a atenção do poder municipal voltada somente para a abertura de ruas, o legislador enquadrava os projetos de loteamento dentro dos projetos de arruamento ou alinhamento: cabia ao loteador apresentar um plano com as futuras ruas, o qual plano se tornava mais um PAA ao ser aprovado pela prefeitura. Acontecia que naqueles planos figurassem também a delimitação e a numeração das divisões fundiárias, mas sequer havia uma regra geral, e os planos raramente mencionavam as dimensões dos lotes, o que os fazia parecer mais como catálogos de terrenos. Só depois do regulamento arquitetado por Godoy que surgiram os primeiros PAL, com a mesma composição gráfica até hoje: em vermelho constavam as ruas, quadras e lotes projetados, todos numerados e com as respectivas dimensões; em preto, as divisões já existentes (Figura 21). Também de vermelho, a numeração dos PAL, sempre posta no cantinho superior direito das folhas, se distinguia dos PAA por estar duas vezes circundada. Vale ressaltar que o método de numeração vigorava antes do governo regulamentar o parcelamento do solo: começou caracterizando plantas usadas em diversos *melhoramentos*, como na construção dos passeios do Teatro Municipal (PAL 22, aprovado em 1905), na canalização do Rio Carioca (PAL 32 até 38, aprovado em 1904) ou no *embelezamento* do Largo da Carioca (PAL 458, aprovado em 1906). A partir dos anos 1910, ingressaram nesta série *plantas de lotes*

Figura 21 – Exemplo de PAL antigo (1936), no atual bairro de Madureira (Rua Nilo Romeiro)



Fonte: SMU (2017).
Nota: Este projeto respeita escrupulosamente os mínimos fixados no Código Godoy (testadas de 12 m, áreas mínimas de 360 m², distanciamento de 3 m do alinhamento, afastamento de 4 m entre as construções, 26% da área total reservada aos espaços públicos, etc.). Além de multiplicar as indicações numéricas relativas às dimensões do loteamento, constam, para cada lote, a "situação esquemática e as superfícies máximas dos futuros edifícios". Observa-se também a dupla numeração no canto superior direito.

de terrenos a vender, plantas de terrenos desapropriados no decorrer do ciclo haussmanniano e parcelados pela própria Prefeitura antes de serem colocados à venda – o PAL 446 (1915), por exemplo, foi usado para revender terrenos desapropriados na abertura da Avenida Mem de Sá. A inserção das *plantas de arruamento e loteamento* nesta mesma série, a ponto de transformá-la na série dos PAL, traça uma continuidade entre as várias intervenções do governo municipal sobre o espaço urbano, desde o início do século XX. Em particular, denota uma progressiva conceituação do parcelamento do solo como operação urbanística – ainda na década de cinquenta, a administração urbana chamava os PAL de *projetos de urbanização*. Todavia, do estrito ponto de vista gráfico, os PAL não foram nada mais do que uma adaptação dos códigos que regulavam a confecção dos PAA, o que ajuda em explicar outra característica essencial: como envolviam a abertura de ruas, a administração urbana tratava os projetos (plantas) de loteamento como planos de alinhamento também, e por isso, lhes atribuia um número de PAA. Com efeito, estamos em presença de dois artefatos gráficos ao mesmo tempo: PAL e PAA – por exemplo, o PAL nº 16.810 (Figura X) e o PAA nº 5818, ambos relativos ao Jardim Maravilha, formam um só documento. A uniformização gráfica, longe de uma mera comodidade visando a facilitar o trabalho da administração, acelerava a convergência das várias problemáticas que haviam presidido à expansão dos controles sobre a atividade construtiva, e à qual o modelo da cidade-jardim incentivava: um mesmo documento servia para fiscalizar tanto a abertura de ruas quanto o parcelamento do solo, fazendo com que (as traduções gráficas de) as normas, carregadas de racionalidades específicas, atuassem simultaneamente. Já os projetos de parcelamento do solo que não abrangiam a abertura de ruas recebiam um número só, de PAL. A diferenciação dos artefatos gráficos, pelo jogo das numerações, materializava assim a distinção conceitual entre loteamento e desmembramento, formulada pela primeira vez também nos anos 1930, através do art. 582 do Decreto nº 6000 de 1º de julho de 1937, também conhecido como Código de Obras do município.

Ainda em vigor quando a prefeitura do Rio aprovou o projeto do Jardim Maravilho, o Código de Obras detalhava o conjunto das regras impostas aos projetos de

loteamento, distinguindo entre o anteprojeto e o projeto definitivo, enumerando os vários setores responsáveis pela avaliação dos projetos[102], acrescentando várias normas gráficas (como o tamanho de um metro máximo para as plantas, que se prolongavam então em várias folhas). Também impôs ao loteador de assinar um "termo de cessão e obrigação" na Diretoria de Engenharia da Prefeitura, de modo a formalizar a transferência para a Prefeitura do domínio sobre as áreas públicas (praças, áreas reservadas à construção de escolas), assim como "as obrigações dos interessados para com a Prefeitura, relativamente à execução das obras de abertura dos logradouros, dos prazos para a sua conclusão" (art. 564). Se pouco mexeu com as normas urbanísticas estipuladas pelo decreto de 1931, no que dizia respeito ao tamanho mínimo dos lotes, à largura das ruas principais e secundárias ou à superfície das áreas públicas (salvo o caso estudo na última secção deste capítulo), o Código de Obras reforçou o peso do PAL na administração da atividade construtiva pois estabeleceu, para toda obra, que o pedido de licença viesse junto com a cópia do projeto aprovado de loteamento referente ao terreno edificado (art. 116). Assim, mais uma vez, pelo jogo dos artefatos gráficos, o governo apertava a rede dos controles que se exerciam sobre a atividade construtiva: o licenciamento de uma obra requeria um projeto (uma planta) do edifício, mas também a vinculação do projeto (a planta) a outro projeto (outra planta), o PAL.

Todavia, aconteceu que o Código Godoy levou muitas críticas por parte das empresas imobiliárias (GODOY, 1932a), parte delas contestando a legalidade do decreto, já que, em matéria de direito comercial, cabia à União e não ao município legislar. Em particular, o art. 1º § 5º da lei de 1931 condicionava a venda e a locação de terrenos "compreendidos em um loteamento" à aprovação do projeto, mesclando, portanto, uma regra de direito urbano (municipal) com uma regra de direito comercial (federal). Ao mesmo tempo, o "crescente desenvolvimento da loteação de terrenos para venda mediante o pagamento do preço em prestações" (Figura 22), para retomar expressão da ementa do Decreto-Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1937, não tinha sido seguido por uma revisão da legislação comercial, o que acarretava prejuízos para

[102] A Divisão de Cadastro Imobiliário, a Divisão de Topografia e Nivelamento e a Divisão do Plano de Transformação e Extensão da Cidade (art. 552º).

Figura 22 – A Tabela Price e o sistema da venda à prestação.





Fonte: Beira-Mar (1943), Correio da Manhã (1947).
Nota: Comuns são as referências à “Tabela Price” (também conhecida como “Sistema Francês De Amortização”) nos anúncios imobiliários dos anos 1930 até os anos 1970, especialmente no caso dos loteamentos. Aliás, a Tabela Price parece ter desempenhado um papel fundamental na disseminação da venda em prestações para os terrenos, por oferecer uma fórmula simples de cálculo dos juros e das amortizações, mantendo o valor das prestações iguais (LOPES, 2010).

os compradores. Por exemplo, o vendedor podia muito bem desistir da transação enquanto ocorria os pagamentos das prestações, de acordo com o Código Civil, pois a venda em prestação não garantia a transferência do domínio[103]. Os adquirentes dificilmente conheciam a procedência dos terrenos, o que facilitava a atuação dos grileiros, daqueles que vendiam terrenos sem o consentimento dos verdadeiros proprietários, fazendo correr aos compradores o risco de perder tudo depois, caso esses pedissem a devolução do bem. O poder federal resolveu então legislar sobre o assunto, obrigando os loteadores a registrar uma série de documentos no cartório, até antes de anunciar a venda dos terrenos, com fim de garantir a segurança jurídica aos compradores. De acordo com o Decreto-Lei nº 58 (regulamentado pelo Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938) o proprietário tinha que depositar em cartório um memorial assinado contendo a “relação cronológica dos títulos de domínio, desde 30 anos, com indicação da natureza e data de cada um, e do número e data das transcrições, ou cópia autêntica dos títulos e prova de que se acham devidamente transcritos”, um “exemplar de caderneta ou do contrato-tipo de compromisso de venda dos lotes” e

[103] “Na prática era vantajoso ao loteador valer-se do direito de arrependimento, pois, com o incremento da infraestrutura urbana e a valorização dos lotes, a nova venda (por novo preço) superava o valor das perdas e danos” (BUENO, 2004).

uma “certidão negativa de impostos e de ônus reais”. Precisava apresentar também uma “planta do imóvel”, assinada pelo engenheiro responsável pelo projeto, com indicação de situação, dimensões e numeração dos lotes, nomenclatura das vias públicas e dos espaços livres (art. 1). Tal planta, de acordo com o art. 1º, devia ser aprovada previamente pela Prefeitura, fazendo com que, no Rio de Janeiro, o PAL pudesse atuar tanto como documento urbanístico, usado pela administração municipal no planejamento da cidade, quanto documento comercial, usado pelos registros cartorários para verificar as transações imobiliárias. Assim, o PAL reproduzia a mesma disseminação do controle social que identificamos nas licenças de obras, desta vez aplicado às relações comerciais: espalhando as exigências documentares, o governo penetrava na intimidade daquelas relações, coordenando os atores, sem intervir diretamente no mercado imobiliário – ou seja, o PAL também funcionava como “mecanismo de segurança”, usado para gerenciar as agências individuais, no que dizia respeito tanto à construção quanto à mercantilização do solo urbano.

1.3.1.4 A “produção legal da ilegalidade” urbana[104]

Já viemos que, a partir do Decreto nº 480 de 1904, coube oficialmente ao loteador urbanizar o loteamento, o que envolvia assentar os meios-fios, pavimentar as ruas, ligar os canos d’água, de esgoto e as galerias de água pluvial à rede geral e também arborizar os passeios, além de, dependendo do caso, construir pontes e canalizar rios. A Prefeitura só reconhecia logradouros cujas obras tinham sido concluídas. Entretanto, isso não pareceu impedir a existência de loteamentos carentes de qualquer infraestrutura urbana, conforme mostram os retratos do subúrbio naquela época: os logradouros, nesses casos, permaneciam na clandestinidade, levando o governo municipal, de vez em quando, a propor uma regularização em massa de todos os logradouros existentes (CORREIO DA MANHÃ, 1936). É que nada impedia

[104] A expressão de “produção legal da ilegalidade” vem de Antonio de Padua Fernandes Bueno, autor de um interessantíssimo artigo sobre loteamento irregular e legislação urbanística (BUENO, 2004). A tese central do jurista é que, longe de expressar alguma “heteronomia paralela”, foi a aplicação da norma que acarretou a formação dos loteamentos irregulares. “As normas podem possuir atecnicidades sucetiveis de serem apreendidas pelos operadores jurídicos de maneira a reforçar ou criar formas de exclusão social. Essas “atecnicidades” podem se dar desde a simples ausência de regulamentação de leis que se mantém portanto ineficazes, até o fenômeno mais extremo da “efetividade paradoxal”, em que a lei é manipulada para o seu descumprimento – a infração é legitimada pela própria ordem jurídica”. Os seguintes desenvolvimentos devem muito a contribuição do autor, acrescentando-lhe a necessidade de levar em consideração a organização dos custos e a distribuição dos recursos – o que alguns chamariam de economia – para entender a “efetividade paradoxal” da lei.

legalmente o anúncio, a venda e a locação de lotes que não satisfaziam às mínimas condições urbanísticas. O decreto-lei de 1931 procurou alterar o quadro, ao determinar que a venda ou locação de um terreno só ocorresse “depois de terem sido feitos o calçamento e as canalizações de águas e esgotos e resolvido o problema das vias de comunicação” (art. 1º § 5º). Do mesmo modo, o Código de Obras de 1937 exigia do loteador que, no termo de cessão e de obrigação assinado na Prefeitura, assumisse “o compromisso de só efetuar a venda de lotes e a construção de prédios nos mesmos lotes depois do reconhecimento dos logradouros” (art. 564 § 2º) – mas assim, a municipalidade ultrapassava suas prerrogativas, mesclando direito urbano com direito comercial. A lei federal de 1937 inovou ao condicionar a comercialização dos terrenos à aprovação do projeto pelas autoridades municipais, porém não dizia nada sobre as obras de urbanização: tal lei, que prevaleceu durante trinta anos, em um período de intenso crescimento urbano em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, tratava o loteamento como mera operação comercial, dando pouquíssima importância às regulações urbanísticas. Em particular, ela não previa nenhuma pena específica para o loteador que não cumprisse com o projeto aprovado pela Prefeitura, desde que não alterasse os imóveis colocados à venda – juristas que discutiram casos assim procuraram, nos anos 1960, enquadrar os loteadores inescrupulosos dentro da Lei da Economia Popular ou do Código Processual Civil, argumentando que os loteadores, ao não respeitarem o termo assinado com a Prefeitura, prejudicavam os compradores e a própria Prefeitura (RESENDE, 1962). Com efeito, a normatização do parcelamento do solo criou a figura do loteamento legal do ponto de vista do direito comercial (União), pois decorria de um projeto previamente aprovado pela Prefeitura, mas ilegal do ponto de vista do direito urbano (municipal), desde que o loteador não satisfizesse a seus compromissos, deixando o loteamento desprovido de infraestruturas urbanas. Com base somente no Código de Obras, a Prefeitura podia até multar os loteadores (aumentando, por exemplo, o valor pago sobre o imposto territorial), construir um muro para garantir “o fechamento definitivo do terreno” ou cancelar o projeto aprovado (art. 572 a 575), mas quem acabava arcando com o prejuízo eram os compradores e a própria Prefeitura, cujo maior interesse talvez fosse de prorrogar indefinidamente o prazo para a conclusão das obras[105].

[105] Para complicar o quadro legal, vale ressaltar que mesmo não sendo legalizados, os lotes ficavam sujeitos ao imposto predial, portanto podia haver por parte da Prefeitura um interesse financeiro em dar

Fica claro que o problema dos “loteamentos defeituosos” (para retomar a terminologia do Plano Agache, pois ainda estávamos longe de se falar em “loteamento irregular”) não teria se dado da mesma forma caso a municipalidade assumisse, pelo menos em parte, a urbanização desses loteamentos, o que o direito urbano não encorajava, nem de longe: de acordo com o art. 580 do Código de Obras, “os interessados na abertura de novos logradouros deverão realizar à sua custa, sem qualquer ônus para a Prefeitura, todas as obras de terraplenagem, pavimentação e meios-fios, pontes, pontilhões, bueiros, galerias, muralhas, etc.”, ao qual o art. 580 acrescentava a irresponsabilidade da Prefeitura frente a qualquer prejuízo causado pelo licenciamento da abertura de logradouro e da execução de obras. Com efeito, nada obrigava o Estado em assumir a urbanização dos loteamentos defeituosos no lugar dos loteadores, ao mesmo tempo em que nada forçava os loteadores inescrupulosos a concluir a urbanização daqueles locais. A disjunção das duas ordens normativas, a do direito comercial, de nível federal, e a do direito urbanístico, de nível municipal, acabava mantendo os loteamentos defeituosos indefinidamente excluídos da normalidade urbanística, da ordem criada pelo planejamento urbano – um *no man’s land* jurídico e urbanístico. Concebido para atuar como instrumento organizador do espaço urbano, o PAL se tornava mero instrumento ao serviço das transações imobiliárias, um catálogo de lotes oficialmente reconhecido pelo governo, o que consequentemente ameaçava a organização do espaço urbano, já que o livre comércio de lotes não urbanizados representava uma primeira negação do modelo inicial, o da cidade-jardim. Entretanto, é preciso ressaltar que o problema do loteamento defeituoso não se colocava exatamente com a mesma urgência para todos: como cabia ao loteador urbanizar o loteamento por conta própria, os custos com a urbanização acabavam se misturando aos custos de produção do loteador, que os repassava para os adquirentes através do preço dos lotes[106]. Em outras palavras, quem possuía boas condições financeiras tinha como morar em um loteamento urbanizado, visto que podia pagar pelo acesso às infraestruturas urbanas, através de um acréscimo sobre o valor inicial da gleba

continuidade as vendas, sem falar que o loteamento, sobretudo de glebas rurais, acrescentava muito ao valor do terreno, aumento assim o volume de impostos cobrados.

[106] “Como o loteador é um empreendedor capitalista que objetiva um lucro tendente à taxa de lucro média, cumprir essas exigências legais [instalação dos equipamentos de infra e superestrutura urbana] significa aumentar o preço final do lote, provocando uma retração da demanda solvente”. Em seguinte, Bonduki e Rolnick citam o depoimento de um loteador especializado em loteamentos de alto padrão: “Eu boto guias, sarjeta, asfalto, eu boto os canos nas ruas, eu pago o poste, a luminária e a luz elétrica na rua durante um ano! Porém quem pagou tudo isso? Eu digo nós, mas esse nós está diluído no preço dos lotes” (BONDUKI & ROLNIK, 1979, pp. 125-126).

loteada. Consequentemente, a possibilidade de produzir legalmente (do ponto de vista do direito comercial) loteamentos ilegais (do ponto de vista do direito urbano) não ameaçava igualmente todas as categorias da população: eram os mais pobres, aqueles que não tinham como pagar por um lote cujo valor incluía os gastos com urbanização, que mais corriam o risco de cair na ilegalidade. Já se a municipalidade se responsabilizasse pela urbanização do loteamento, na medida em que os recursos do município provêm de todas as classes sociais, o loteador tinha como manter o preço dos lotes acessível às classes populares enquanto o loteamento estava sendo urbanizado, desde que a Prefeitura redistribuísse os recursos das classes mais abastadas para a urbanização das áreas mais carentes.

Enfim, gostaríamos de ressaltar que alguns especialistas da habitação popular já nos anos 1930 defendiam maior atuação do poder público na urbanização dos novos bairros populares. Foi o caso do engenheiro Francisco Batista de Oliveira, representante do Brasil no Primer Congreso Panamericano de La Vivienda Popular, ocorrido em Buenos Aires em 1939. Ele sustentava, seguindo as conclusões do congresso, a criação de um "Instituto da Vivenda Popular" ou "Órgão nacional de casas populares" no Brasil, para supervisionar a construção dos novos bairros populares e, frente às favelas e mocambos, "apressar a transformação desejada – do *casebre em casa higiênica*" (OLIVEIRA, 1941, p. 84, grifo do autor) – o que somente se deu em 1946, com a criação da Fundação da Casa Popular. Assim como Godoy, argumentava que "todo plano de vivenda popular deve ser encarado – prévio a todo estudo de qualquer natureza – como um problema urbanístico, isto é, todo projeto de vivenda popular deve ser considerado parte integrante do plano regulador e regional[107]" (ibid., p. 86). Considerava igualmente a cidade-jardim como a melhor solução ao problema da habitação popular[108]. Entretanto, se, por um lado, Oliveira convinha que os "trabalhadores", graças ao sistema da Tabela Price, conseguiam arcar com o custo de uma "casa higiênica" no mercado imobiliário, por outro, afirmava que "a aquisição do terreno precisa ser facilitada pelo governo. E os serviços de urbanização do bairro popular, devem correr *por conta exclusiva da Prefeitura*" (ibid., p. 83, grifo meu). Sem exatamente

[107] Ciente da profunda mudança que atravessava o pensamento urbano, Oliveira dava por dado que "não estamos mais no tempo do urbanismo meramente *estético* – a nossa época é a do urbanismo *econômico*" (OLIVEIRA, 1941, p. 90, grifo meu).

[108] "Nessas colônias humanas que são as grandes cidades modernas, têm-se rompido o equilíbrio racional entre a obra artificial e os elementos que a natureza nos oferece tão dadivamente. Segundo os mais variados rumos, os urbanistas modernos do mundo inteiro, chegaram à conclusão de que é necessário reconquistar o sol, o ar e a vegetação para o ambiente da cidade moderna" (ibid., p. 85).

questionar o papel do mercado na produção da habitação popular, Oliveira ressaltava a necessidade da municipalidade intervir diretamente na urbanização dos novos bairros populares, porque as classes populares não tinham como pagar por um lote cujo preço incluísse os gastos com urbanização. Esse não foi o caminho escolhido pelo poder público, pelo menos durante os trinta anos de vigência do Decreto-Lei nº 58[109].

1.3.2 A invenção do zoneamento: exceção e segregação

De modo geral, enquanto proliferaram "mecanismos de segurança" como licenças de construção, Habite-se, PAA e PAL, multiplicaram-se também as exceções aos mesmo mecanismos, exceções que logo assumiram o contorno de uma nova tecnologia política. É que a segurança tem um custo, em tempo e dinheiro. Assim, no início da década 1890, o primeiro Conselho de Intendência Municipal da capital organizou e aprovou um novo Código de Posturas para o município, em substituição àquele de 1838 – por não ter sido previamente submetido à aprovação do Ministério do Interior, acabou não entrando em vigor (REVISTA DE ENGENHARIA, 1890, P. 61). Constavam no Código várias disposições retomadas depois no regulamento de setembro de 1892 sobre construção e reconstrução de prédios. Em particular, o Código previa um afastamento de 1,50 m "para dentro das estradas" e 4 m "para dentro dos caminhos vicinais"; impunha também a entrega de várias plantas em duplicata na hora de apresentar o pedido de licenciamento, planta topográfica do terreno, planta dos alicerces, planta de cada pavimento, secções transversais e longitudinais e elevação geométrica das fachadas. As disposições levantaram uma série de críticas, inclusive por parte de engenheiros ligados à administração pública. Em vários artigos publicados no *Jornal do Commercio*, Vieira Souto denunciou os "ônus e exigências que recaem sobre os

[109] Em 1967, o governo federal baixou o Decreto-Lei nº 271, que pela primeira vez condicionou a comercialização dos terrenos à execução das obras de infraestrutura (art. 3º). Embora muito inovador em matéria de direito urbano, o decreto não surtiu tantos efeitos (VERÍSSIMO, 2005, p. 67) – ademais, nada previa para os loteamentos aprovados anteriormente à lei. Já a famosa Lei 6.766 de 1979 mudou drasticamente o cenário jurídico, ao "definir procedimentos urbanísticos mínimos que ordenassem os loteamentos, resguardar com eficiência os direitos dos compradores de lotes e estabelecer responsabilidades e punição aos loteadores ilegais" (ibid., p. 69). Há de notar que a legislação municipal procurou dar solução para os logradouros precários do subúrbio ao longo do tempo, editando várias normas novas de pouca eficiência: a Lei nº 148 de 1948 abriu a possibilidade, para o poder público, de executar as obras de infraestrutura no lugar do loteador desde que os proprietários dos lotes custeassem as obras, perpetuando então a lógica de transferir para o adquirente o custo da urbanização; a Lei nº 899 de 1957 inovou ao obrigar o loteador em caucionar uma quantidade de lotes equivalente ao valor das obras de urbanização, mas a medida não conseguiu impedir a multiplicação de loteamentos carentes de infraestrutura (ibid., pp. 57-58).

proprietários edificantes" (ibid.). Julgava "desarrozoada" a quantidade de planta exigida para o licenciamento de obras. Tomando o exemplo de um proprietário que queria construir um sobrado de dois andares em uma esquina qualquer, concluía que ele precisava apresentar um total de 22 desenhos, que a intendência podia muito bem alterar depois, obrigando o proprietário a produzir esses 22 desenhos novamente. Dessas imposições resultava um "prejuízo pecuniário" para o proprietário, pois cada planta tinha de ser confeccionada por um profissional em desenho técnico, mas também uma "perda de tempo e trabalho", gerado de "vexames e embaraços". A respeito da necessidade de representar na planta curvas de nível de metro em metro, Vieira Souto se exclamava: "Para que traçar na planta curvas de nível, de metro em metro, *trabalho de luxo*, sem nenhum préstimo para o caso?" (grifo meu). Lamentava também a exigência de indicar as galerias de água pluvial e esgoto na planta topográfica, já que as plantas de tais canalizações estavam sob os cuidados da City e da Inspetoria-Geral de Obras Públicas, não sempre dispostas em deixá-las acessíveis. Vieira Souto propunha então que só fosse exigido do proprietário, no momento de requerer a licença para construção, apresentar uma elevação de cada fachada e uma planta geral do primeiro pavimento e suas dependências.

Além de multiplicar os exemplos concretos, Vieira Souto se autorizava da "economia política" para criticar o novo Código de Posturas:

> Quer se trate da indústria da construção ou de qualquer outra, a economia política ensina que toda a regulamentação minuciosa por parte da autoridade produz péssimos efeitos, porque sobrecarrega o industrial com despesas supérfluas, desanima-o, consome inutilmente a sua atividade, absorve também inutilmente a sua atividade, absorve também inutilmente a atenção dos administradores, desviando-a de objetos mais importantes e finalmente colocar o industrial à mercê de agentes administrativos de categoria inferior, que são quase sempre propensos a perseguições, vinganças, arbitrariedades e exigências ilícitas (ibid., p. 62).

Ou seja, havia nos argumentos de Vieira Souto toda uma teoria do excesso de governo sobre o espaço urbano, excesso indutor de inúmeras *government failures*, para retomar uma expressão da teoria econômica contemporânea, o que não há de surpreender sabendo que Vieira Souto atuava como empresário no ramal da construção civil (através da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, entre outras) e ocupava a cadeira de Economia Política, Direito Administrativo e Estatística da Escola Politécnica. Entretanto, a fala do engenheiro não impediu, dois anos depois, a adoção de um regulamento em muito semelhante ao Código de Posturas nascido-morto, sobretudo no que dizia respeito ao volume exigido de artefatos gráficos – só a planta

dos alicerces não constava mais na lista dos desenhos demandados, tendo sido mantida a obrigação de apresentar cada desenho em duplicata.

Só que o regulamento de 1892 acabou sofrendo a mesma crítica, levando à sua profunda alteração em menos de um ano. Em janeiro de 1893, a Comissão de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal emitiu assim um parecer mandando "sobrestar a postura em vigor" e "aprovar nova postura sobre construções e reconstruções de prédios nesta capital". Em seu preâmbulo, a comissão explicava considerar "que um dos males com que atualmente lutam as classes pobres e laboriosas do município federal é a falta de casas para morada, quer na cidade, quer nos arrabaldes", "que o único meio de sanar tais dificuldades é concorrer indiretamente para o derramamento das construções por todo o município", mas "que a postura em vigor, relativa a esse ramo do serviço municipal, por demais exigente tem concorrido para a paralização das construções e por consequência para o mal geral". Com efeito, em 17 de junho de 1893, o Conselho, sob a presidência de Antônio Dias Ferreira, ordenou a promulgação de um novo regulamento sobre "construção e reconstrução de prédios", afrouxando algumas disposições contidas no antigo regulamento. Ou seja, o próprio governo reconhecia que ao intervir, mesmo de forma indireta, no setor da construção civil, ele podia comprometer a viabilidade financeira dos empreendimentos imobiliários, especialmente daqueles voltados para uma clientela pobre. Conforme a sugestão de Vieira Souto, a prefeitura passou então a exigir somente dois tipos de desenhos diferentes para o licenciamento de obras: a elevação das fachadas e a planta de cada pavimento (art. 2º). A largura da fachada mínima caiu de sete para cinco metros; caiu também a altura do pé direito para os segundo e terceiro andares, de 5 metros para 4,5 e 4 m, respetivamente (art. 10). Por outro lado, a postura impôs uma cubagem mínima de 60 m³ para qualquer cômodo, o que, para um pé direito de 5 m, dava uma área mínima de 14 m² (art. 25), bem acima dos 7 m² exigidos no edital de 1892. Entretanto, a principal ruptura com o regulamento anterior veio logo do primeiro artigo, que impunha o licenciamento prévio somente às construções e reconstruções que ocorreriam "na área da cidade até seus limites", sendo consideradas "fora dos limites da cidade" as freguesias de Jacarepaguá, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá. Já o regulamento de 1892 exigia tal licenciamento para o município inteiro, sendo isento do pagamento de emolumento para as construções e reconstruções que ocorreriam "fora do limite da décima urbana" (art.

1º). Ou seja, onde a postura de 1892 concedia uma isenção de pagamento, a postura de 1893 concedia uma isenção de licenciamento[110].

Tal sutileza não escapou a Barata Ribeiro, então Prefeito do Distrito Federal, que resolveu vetar a nova lei, por conta principalmente do art. 1º. Assim, na defesa que apresentou ao Senado Federal, Barata Ribeiro avançou diversos argumentos, criticando, por exemplo, o que ele considerava um atentado à separação dos poderes, já que era prerrogativa do Prefeito autorizar a construção e reconstrução de prédios (CÂMARA MUNICIPAL, 1897, pp. 305). Em seguinte, denunciou os efeitos do novo regulamento:

> Não se compreende que o legislador julgasse possível a dispensa de licença para construir, qualquer que seja a localidade do distrito onde a construção deva efetuar-se. Em todas as grandes cidades e especialmente nas grandes capitais como o Rio de Janeiro, *o que é hoje arrabalde, amanhã será centro; o que é subúrbio será arrabalde, pela força expansiva de uma população,* que cresce rápida e indefinidamente. A anarquia resultante da dispensa de autorização para construir traria como consequência o sacrifício de toda a viação do distrito, a incoerência e multiplicidade dos alinhamentos disparatados, o desprezo de todas as regras arquitetônicas, a falta de segurança das construções. Ainda mais, a *liberdade absoluta de construir*, *sem dependência de exame dos planos*, sua autorização e a fiscalização do modo de executar não tardaria a encher o Distrito Federal de habitações sem ar, sem luz e sem nenhuma das demais condições higiênicas, qualquer que seja o local destinado à construção (ibid., p. 306, grifo meu).

Barata Ribeiro na verdade reproduzia os argumentos já apresentados pela Comissão de Melhoramentos vinte anos antes: deixar a frente de expansão urbana crescer sem controle comprometeria o futuro da cidade, tanto do ponto de vista da malha viária quanto da habitação. Entretanto, não foi o ponto de vista de Barata Ribeiro que prevaleceu, e o Senado Federal acabou rejeitando o veto. Com isso, o governo legitimava uma aplicação variável do direito urbano: se, no centro da cidade, a legislação valia integralmente, na frente de expansão urbana, a necessidade de viabilizar financeiramente a construção de moradias para as classes populares justificava uma suspensão da mesma legislação[111].

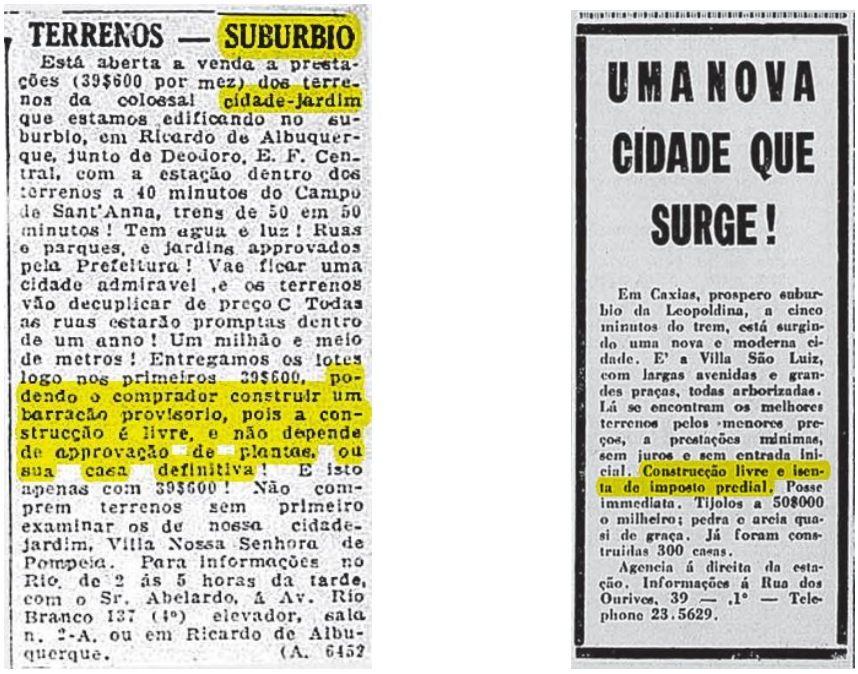
---

[110] A isenção de licenciamento não acarretava qualquer imunidade por desrespeito às normas de construção. Ou seja, uma construção mesmo livre, não-licenciada, tinha que seguir as normas do direito urbano. Entretanto, a ausência de fiscalização a priori não podia deixar de dificultar consideravelmente o trabalho dos fiscais. Cf. MIYAZAKA, 2011, p. 94 et passim.

[111] Aconteceu que moradores das áreas abrangidas pelas normas de construção reivindicassem "a liberdade de construção" para eles também: em 1898, os moradores da então Vila Ipanema entregaram ao Conselho Municipal um abaixo-assinado pedindo tal liberdade, "durante um prazo de tempo de cinco anos, respeitados rigorosamente as condições de alinhamento das ruas e praças e preceitos de higiene, mas dispensados os ônus de apresentação de planta, despesas de licença, direitos de andaime e outros a que estão sujeitas as construções urbanas em geral" (JORNAL DO COMMERCIO, 1898, p. 3).

A mesma ambivalência perpassou anos depois o regulamento baixado por Pereira Passos. Em seu art. 1º, o Decreto n. 391, de 10 de fevereiro de 1903, exigia o licenciamento prévio das obras particulares nas freguesias centrais de Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Espírito Santo e Santa; nas freguesias da Zona Sul em processo de enobrecimento, como Glória, Lagoa e Gávea; nas freguesias mais antigas da Zona Norte como São Cristóvão, Engenho Velho e Engenho Novo, mas também em freguesias marcadamente suburbanas como Inhaúma e Irajá, então em expansão acelerada. Em outros cantos do Rio, nas ilhas e freguesias rurais de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá, a prefeitura só exigia dos proprietários a drenagem e o aterro dos terrenos, além de um recuo de nove metros com respeito ao eixo das estradas (art. 1º) – isenta de licenciamento, considerava-se nessas áreas a "construção livre", uma expressão muito comum neste primeiro quartel do século XX (Figura 23). Inúmeras outras exceções alastravam-se pela lei: assim, se na área submetida ao licenciamento prévio os terrenos tinham que ser fechados com muro e gradil, no resto, podiam valer "cercas de espinhos", "tolerando-se, nas freguesias de Gávea, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, na Copacabana, Vila Ipanema, nos morros, nas Ilhas do Governador e

Figura 23 – "A construção é livre".



TERRENOS — SUBURBIO

Está aberta a venda a prestações (39$600 por mez) dos terrenos da colossal cidade-jardim que estamos edificando no suburbio, em Ricardo de Albuquerque, junto de Deodoro, E. F. Central, com a estação dentro dos terrenos a 40 minutos do Campo de Sant'Anna, trens de 50 em 50 minutos! Tem agua e luz! Ruas e parques, e jardins approvados pela Prefeitura! Vae ficar uma cidade admiravel, e os terrenos vão decuplicar de preço C Todas as ruas estarão promptas dentro de um anno! Um milhão e meio de metros! Entregamos os lotes logo nos primeiros 39$600, podendo o comprador construir um barracão provisorio, pois a construcção é livre, e não depende de approvação de plantas, ou sua casa definitiva! E isto apenas com 39$600! Não comprem terrenos sem primeiro examinar os de nossa cidade-jardim, Villa Nossa Senhora de Pompeia. Para informações no Rio, de 2 ás 5 horas da tarde, com o Sr. Abelardo, á Av. Rio Branco 137 (4º) elevador, sala n. 2-A, ou em Ricardo de Albuquerque. (A. 6452

UMA NOVA CIDADE QUE SURGE!

Em Caxias, prospero suburbio da Leopoldina, a cinco minutos do trem, está surgindo uma nova e moderna cidade. E' a Villa São Luiz, com largas avenidas e grandes praças, todas arborizadas. Lá se encontram os melhores terrenos pelos menores preços, a prestações minimas, sem juros e sem entrada inicial. Construcção livre e isenta do imposto predial. Posse immediata. Tijolos a 50$000 o milheiro; pedra e areia quasi de graça. Já foram construidas 300 casas.

Agencia á direita da estação. Informações á Rua dos Ourives, 39 — 1º — Telephone 23.5629.

Fonte: Jornal do Commercio (1925), O Radical (1936)
Nota: Classificados fazendo propaganda para loteamentos na periferia do rio de janeiro (subúrbio e baixada fluminense).

Paquetá, mediante o mesmo requerimento e pagamento de arruação, as cercas de zinco e madeira" (art. 12, § 2º). Enquanto na zona submetida ao licenciamento prévio as construções tinham de ser de pelo menos um sobrado, excetuavam-se as construções "em morro ou no interior de terreno" (art. 14, § 19). A prefeitura só autorizava casas de madeira na zona não submetida a licenciamento prévio, desde que afastadas de pelo menos cinco metros das divisas (art. 35). Já o art. 37 estabelecia mais uma exceção específica aos morros da cidade: "os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção da licença, salvo nos morros que ainda não tiveram habitação e mediante licença". Exceção de grande relevância do ponto de vista do crescimento urbano, já que o ciclo haussmanniano no Rio de Janeiro coincidiu com a primeira expansão das favelas pelos morros da cidade (ABREU, 1994): tudo indica, na verdade, que as elites do país, pelo menos até o fim do ciclo haussmanniano, tratavam os morros como áreas rurais.

O Decreto n. 2.087 de 19 de janeiro de 1925 foi o primeiro diploma legal a sistematizar essas exceções na forma de um zoneamento explícito. Já existia desde 1918 uma lei que distinguia entre as zonas urbana, suburbana e rural (decreto n. 1.185, de cinco de janeiro de 1918), mas essa tinha pouco desdobramento no resto da legislação urbana. Somente com o decreto de 1925 que o zoneamento se tornou uma verdadeira ferramenta urbanística, plenamente integrada à legislação urbana, com a função principal de modular a aplicação das normas edilícias de acordo com a região. Oriundo da comissão chefiada por Godoy, o decreto fixava assim uma divisão da cidade em quatro zonas: Primeira ou Central, Segunda ou Urbana, Terceira ou Suburbana, Quarta ou Rural[112], sendo os morros tratados como se pertencessem da zona seguinte àquela onde estavam fisicamente situados. Consequentemente, qualquer construção residencial ou retalhamento de gleba em um morro da Zona Urbana (Suburbana) seguia as normas vigentes na Zona Suburbana (Rural), um ponto de extrema importância já que a dispensa de licenciamento, a "lei da construção livre", só

[112] A Zona Central abrangia os distritos da Candelária, Santa Rita, Sacramento, Santo Antônio, Santana e Gamboa. A Zona Urbana, os distritos da periferia imediata, tanto no sul quanto no norte, como Glória, Lagoa, Copacabana, Santa Teresa, Espírito Santo, São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, parte da Gávea, do Engenho Novo e do Meier. Já a Zona Suburbana incluía as "partes populosas dos Distritos de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Ilhas, e partes dos distritos de Gávea, Tijuca, Engenho Novo e Meier" (art. 2º). Por sua vez, a Zona Rural abrangia os distritos de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Ilhas, salvo as "partes populosas" que pertenciam da Zona Suburbana. Há de se notar que Guaratiba era um dos únicos distritos a não conter nenhuma "parte populosa". Independentemente da zona, o decreto fixava a 4m o afastamento em relação às estradas de rodagem.

valia para as construções residenciais (art. 5º) e os loteamentos (art. 14, § 2º) da Zona Rural – ou seja, o decreto subtraía propositalmente a atividade construtiva nos morros da Zona Suburbana e na Zona Rural em geral aos mecanismos de segurança pacientemente elaborados pela legislação urbana. De modo geral, mais o decreto descia nas categorias de zoneamento, mais flexível a legislação se tornava, mais baratos eram os materiais tolerados. Assim, na Zona Central, o fechamento dos terrenos não edificados, obrigatório, só podia ser feito por "muro artístico" de mais de 2,50 m de altura; nas zonas Urbana e Suburbana, desde que o logradouro estivesse calçado ou percorrido por bondes, por muros de 1,80 m e 1,50 m, respetivamente. Em caso de logradouros não calçados e não percorridos por bondes, o proprietário podia fechar o terreno com cercas de madeira, em ambas as zonas, e até com cercas vivas na Zona Suburbana (art. 65 e 66). Somente na Zona Suburbana podiam o compartimento destinado à latrina ficar isolado do edifício principal (art. 174). Enquanto na Zona Central a impermeabilização dos pisos e paredes nas cozinhas (art. 187), nas copas e despensas (art. 181), nos banheiros e latrinas (art. 195), tinha de ser por ladrilhos ou azulejos, na Zona Suburbana, bastava um revestimento de argamassa de cimento e areia. O decreto estipulava também que "a construção de casas de madeira só será permitida na Quarta Zona, e nos morros situados fora da Primeira Zona, não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Teresa, da Glória, da Viúva, do Pasmado e de Santa Maria" (art. 203). Ou seja, reiterava-se a aceitação de construções consideradas precárias pelas elites urbanas daquela época na Zona Rural e nos morros da cidade, enquanto as mesmas construções no resto da cidade permaneciam proibidas. O decreto consagrava assim a segregação do espaço urbano, havendo, por um lado (no Centro e no subúrbio), casas e ruas submetidas à rede dos controles que hoje chamaríamos de urbanismo ou planejamento urbano, e por outro lado (na Zona Rural e nos morros), casas e ruas situadas fora dessa rede, ainda que se tratasse de uma exclusão planejada.

Essa segregação institucionalizada sobressaía nas disposições relacionadas ao embelezamento da cidade. À diferença do regulamento baixado por Passos, o código de construções concebido pela comissão Godoy, seguindo recomendações de Agache, dava uma ênfase considerável às fachadas, como nada menos do que 26 artigos consagrados exclusivamente ao assunto. Em particular, o decreto estabelecia a obrigação de harmonizar as fachadas nas Zonas Central e Urbana da cidade, "de maneira a darem a ideia de ser a quadra [...] constituída por um só edifício ou por

grandes edifícios" (art. 72), introduzindo a possibilidade para a Secção de Arquitetura da Diretoria Geral de Obras de exigir a produção de uma fotografia em caso de reforma nas fachadas já existente. Previa também a organização de um concurso anual nas Zonas Central, Urbana e Suburbana, "com o fim de fomentar a edificação de valor arquitetônico e apurar o gosto pelas fachadas artísticas" (art. 81), caindo o valor do prêmio na medida em que descia na hierarquia das zonas (na Zona Suburbana, o valor do primeiro prêmio chegava a um pouco mais da metade do valor fixado na Zona Central). Assim, a estratégia de embelezamento atingia preferencialmente as áreas frequentadas pelas classes altas. Havia enfim toda uma secção dedicada à "arquitetura nos morros" (Secção V), estipulando que no caso dos edifícios situados nos morros das Zonas Central e Urbana, "as faces voltadas para os lados em que o terreno desça [...] deverão apresentar fachadas secundárias", enquanto "as dependências dos prédios que forem vistos do lado do mar [..] deverão ficar ocultas por muros, sendo proibido, em tais circunstâncias, o emprego de cercas de zinco ou outras que lhes sejam comparáveis". Em um artigo publicado no diário *A Noite*, que resumia os principais pontos do novo código, explicava o jornal que "a imposição aos autores dos projetos de prédios a serem construídos nos morros a obrigação de compor as faces das casas voltadas para o lado de baixo" servia para que "a vista de quem observar as construções nos lugares altos não veja as partes menos estéticas, os deselegantes puxados e as grosseiras dependências, que tanto enfeiam as encostas e colinas da cidade[113]". Portanto, a estratégia de embelezamento se estendia aos prédios edificados nos morros na medida em que o público frequentando as áreas urbanizadas da cidade conseguia enxergar aqueles prédios. Tratava-se, mais uma vez, de adequar a paisagem urbana à sensibilidade das classes altas, de tornar a cidade um espetáculo agradável ao olhar da elite.

1.3.3 O problema da "habitação econômica"

Em nome da economia, Godoy justificava novos mecanismos de segurança para poder controlar o parcelamento do solo na cidade do Rio de Janeiro. Também em nome da economia, Vieira Souto denunciou o peso dos mesmos mecanismos sobre a atividade construtiva. Assim, o argumento econômico serviu tanto para estender

[113] "O novo código de construções do Rio", *A Noite*, 30 de junho de 1924, p. 1.

o controle do governo sobre o parcelamento do solo quanto para subtrair a atividade construtiva a este controle. Se regulamentar a atividade construtiva melhorava a utilização do espaço urbano, tendo em vista as necessidades da população, induzia também um aumento nos custos de construção, além de dificultar o próprio processo de construção. Esta dificuldade se tornava um verdadeiro dilema quando se tratava de construir casas para as classes populares, pois os parcos recursos financeiros delas impediam uma repercussão direta do aumento nos preços de venda ou no valor de aluguel; já a falta de casas higiênicas exigia uma resposta urgente, resposta que o respeito aos regulamentos necessariamente atrasava. Estético, sanitário e policial, o problema da habitação popular se revelava também de cunho econômico: como fazer com que se construíssem casas obedecendo às normas higiênicas, quando a clientela não tem como pagar para elas? Já pela segunda metade do século XIX, o governo, obcecado pela presença dos cortiços na capital, tentou resolver o problema ao reduzir os vários tributos que pesavam nas companhias imobiliárias. O decreto n. 2.686 de 30 de outubro de 1875, publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, autorizava assim o governo do Rio de Janeiro "para conceder isenção absoluta de décima urbana" ao empresário Américo de Castro, idealizador das habitações populares chamadas de "Evonias", "ou às empresas que se organizarem com o fim de construir nos arrabaldes desta cidade grandes edifícios [...] para dar cômodo agasalho às famílias pobres e aos artistas" (art. 1º). Em 1882, a Assembleia Geral do Império adotou uma resolução concedendo "favores [...] às empresas que se organizarem com o fim de construir edifícios para habitação de operários e classes pobres, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, segundo os planos mais convenientes aprovados pelo mesmo Governo". Contavam entre os favores concedidos a isenção de imposto predial e a dispensa do imposto de transmissão de propriedade, "quanto à aquisição de imóveis necessários às construções", por um período de vinte anos, assim como o direito de desapropriação e concessão gratuita, pelo mesmo prazo, do domínio útil dos terrenos do Estado. Dez anos depois, o Conselho Municipal do Distrito Federal baixou um decreto (Decreto n. 32, de 29 de março de 1893) autorizando o Prefeito a "receber, mediante concorrência pública, propostas para a edificação de grupos de pequenas casas, denominadas – Vilas operárias" (art. 1º). As empresas contratas, ou as companhias que construíam para "habitação de seus operários", gozavam então da "isenção de todos os impostos e taxas de licenças, inerente à construção de prédios", da "gratuidade para a canalização do gás para as entradas comuns de grupos

de casas e canalização de água e esgoto, inclusive os aparelhos de latrinas", da "gratuidade para os calçamentos dos terrenos", da "gratuidade para o plantio da arborização", da "dispensa de foros" e da "dispensa de imposto predial" (art. 3º). O decreto previa também que o prefeito solicitasse do governo federal a dispensa dos impostos de importação sobre os materiais destinados à construção daquelas vilas (art. 6º). O governo, portanto, procurava resolver o problema das habitações populares incentivando as companhias privadas em construir casas higiênicas e baratas; outras soluções, como intervir diretamente na construção de habitações populares, não estavam na mesa, por atrapalhar demais o credo liberal[114]. O próprio nome de "vila operária", provável tradução do francês *cité ouvrière*, sinalizava uma preferência marcada pela iniciativa privada, e sobretudo pela iniciativa do próprio empregador, na tentativa de solucionar o problema da habitação popular: a expressão de *cité ouvrière* designava na França os conjuntos de casas construídos pelo próprio patronato no norte e no leste do país, dentro de uma lógica chamada de "paternalismo social" (RABINOW, 1995, p. 85 et seq.).

Entretanto, as isenções concedidas pelo governo não bastaram para remediar à carência de habitações higiênicas e baratas no Rio de Janeiro. Verdade que as vilas operárias se espalharam pela capital no final do século XIX, acompanhando muitas vezes a instalação das indústrias têxteis: no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo, após a inauguração das fábricas da Companhia de Tecidos Carioca (1884) e da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (1889), a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro (Figura 24) construiu duas vilas operárias, a Vila Bocaiuva (1889) e a Vila Sauer (1891). O próprio governo chegou a construir algumas, como o conjunto da Avenida Salvador de Sá, no Estácio, inaugurada em 1906 por Pereira Passos, e até impulsionou o surgimento de "bairros operários" nas áreas mais longínquas da cidade, como o bairro Marechal Hermes na Zona Oeste, fundado em 1913 pelo Presidente de mesmo nome. Embora assim, persistia o problema da habitação popular, revigorado por um fenômeno que logo se firmou como novo paradigma da habitação anti-higiênica: a favela. Desde o final do século XIX, haviam se multiplicado os aglomerados de casebres, construídos (mais ou menos) clandestinamente nas encostas dos morros, primeiramente no centro da cidade, como nos morros de Santo Antônio e da Favela (hoje Providência), e depois, a partir dos anos 1910, na periferia

[114] Na mesma época na França, "propor habitações para os trabalhadores era sinônimo de advogar o socialismo" (RABINOW, 1995, p. 85).

Figura 24 – Chamado para a subscrição de ações para a incorporação da companhia de saneamento do Rio De Janeiro, de 1889.



COMPANHIA DE SANEAMENTO
DO
RIO DE JANEIRO

Sociedade anonyma, com o fim de crear VILLAS OPERARIAS (Cités Ouvrières), edificando grupos de casas hygienicas para operarios e de empreitar outras obras de saneamento da côrte

CAPITAL..... 2,000:000$000

DIVIDIDO EM 10.000 ACÇÕES DE 200$000 CADA UMA

A CHAMADA SERA' SOMENTE DE 25 °|. OU 50$000 POR ACÇÃO

sendo a 1ª prestação de 10 °|. ou 20$ por acção no acto da subscripção
a 2ª " " 5 °|. " 10$ " " " mez de Julho.
a 3ª " " 5 °|. " 10$ " " " mez de Setembro.
a 4ª " " 5 °|. " 10$ " " " " Novembro.

Fins da companhia:

Art. 3.º dos estatutos. A companhia tem por fim:

§ 1.º Explorar a concessão de Arthur Sauer, obtida do governo imperial por decreto n. 9.859 de 8 de Fevereiro de 1888, sanccionado pelo corpo legislativo por lei n. 3.396, art. 6º, de 24 de Novembro de 1888 e approvado por decreto imperial n. 10.109 de 10 de Dezembro de 1888, que dá ao mesmo ou á companhia que organizar para construir edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os diversos favores e vantagens constantes do mesmo decreto.

§ 2.º Executar quaesquer obras de saneamento da cidade do Rio de Janeiro ou de outra a que por ventura se obrigue por contrato.

§ 3.º Crear villas operarias (cités-ouvrières) em diversos pontos da côrte e seus arrabaldes em terrenos do dominio do Estado ou em terrenos adquiridos; construindo:

a) grupos de habitações hygienicas para operarios;

b) casas separadas de aluguel modico para empregados subalternos do Estado e particulares de classes médias.

§ 4.º Facultar a acquisição das casas construidas pela companhia aos respectivos locatarios, mediante prestações mensaes de amortisação.

§ 5.º Comprar e adquirir por meio de arrendamento, troca ou de qualquer outro modo licito, bens de raiz, direitos, concessões ou privilegios que se tornem necessarios ou convenientes aos fins da companhia.

§ 6.º Reedificar predios para vendel-os ou alugal-os.

§ 7.º Fabricar ou importar materiaes ou objectos destinados para edificações hygienicas, estabelecendo para esse fim agencias dentro e fóra do imperio ou delegando pessoas idoneas com poderes especiaes para estes misteres.

§ 8.º Empreitar quaesquer obras ou fazer operações que se liguem aos interesses da companhia, sem prejuizo do objecto essencial da mesma.

Favores excepcionaes

Dados pelo governo imperial ao engenheiro Arthur Sauer, ou á companhia que for por elle organisada, e approvados pelo corpo legislativo por lei n. 3.396, art. 6 de 27 de Novembro de 1888

1.º Isenção por 20 ANNOS DOS DIREITOS DA ALFANDEGA E DE EXPEDIENTE para todos os materiaes de construcção e objectos precisos para realisar o projecto sem restricção alguma.
Este favor é importantissimo e proporcional ao capital empregado na importação dos materiaes de construcção, como sejam: pinho de Riga, pinho da Suecia, telhas francezas, ferragens, vidros, ladrilhos, etc., etc., sendo os direitos da Alfandega quasi eguaes ao custo das mercadorias na Europa.
2.º Isenção por QUINZE ANNOS de imposto predial.
3.º Isenção por quinze annos dos 5 % additionaes.
4.º Fornecimento gratuito de agua para as habitações de aluguel annual até 180$000.
5.º Direitos de desapropriação relativamente aos terrenos particulares em que pretender construir.
6.º Concessão do dominio util dos terrenos do Estado, nos termos da lei n. 3.151, que tambem dá o favor seguinte:
7.º Preferencia para o aforamento dos terrenos.

E' notorio e palpitante (e não ha quem ignore) a grande falta de habitações commodas e hygienicas, por modico preço e promptas para alojar essa colossal e immensa massa de população, que acha-se em pessimas condições, agglomerada, opprimida e compacta nesses insalubres casebres, chamados cortiços e estalagens.»
Conforme dados officiaes, abrigam-se em taes cortiços, na côrte, 40,080 pessoas.

A ILLMA. CAMARA MUNICIPAL, por diversas posturas, os tem condemnado por nocivos á saude publica e constituem focos perennes de epidemias e affecções morbidas; e tem outrosim intendo com todo o vigor pela substituição de tão insalubres habitações por outras construidas conforme os preceitos de uma bem entendida hygiene.

A INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE, trabalhando com incansaveis esforços pelo saneamento desta côrte, só espera a promptificação de novas casas para proletarios e operarios, para mandar incontinente fechar os cortiços insalubres e obrigar os seus inquilinos a mudarem-se para aquellas ou para mandar reconstruir hygienicamente os antigos cortiços.

O PODER LEGISLATIVO, reconhecendo a absoluta necessidade da intervir nesta importante questão de saude publica, creou leis especiaes dos quaes uma exclusivamente em favor do concessionario da presente empreza, afim de acabar em breve tempo com estes insalubres cruciros, onde se aninham as molestias, os vicios e as miserias sociaes.
O PODER EXECUTIVO com acurado zelo promove a prompta effectividade de taes melhoramentos, concedendo por decreto n. 9.859 de 8 de Fevereiro de 1888 a Arthur Sauer, ou á companhia que for por elle organisada, favores inteiramente excepcionaes e extraordinarios de summa importancia para DEFINITIVAMENTE serem construidas habitações para operarios e proletarios.
O fim principal do presente projecto consiste na averbação d'esses favores especificados no decreto annexo, que o concessionario CEDE e TRASPASSA á COMPANHIA DE SANEAMENTO DO RIO DE JANEIRO, seu cessionario como compensação um valor determinado—como costumam impôr os fundadores de empreza industriaes, collocando-se desde logo na posição a mais vantajosa possivel;—devendo inteiramente á deliberação da assembléa geral dos accionistas determinar a indemnisação que lhe deverá caber.

Fonte: *Gazeta da Tarde* (1889).
Nota: Sempre acoplada à expressão “vila operária”, há a tradução francesa *cité ouvrière*. É possível perceber que os favores concedidos para a construção de vilas operárias serviam também de argumento comercial para atrair os **inv**estidores.

imediata, na Zona Sul (como nos morros da Babilônia, do Pasmado e do Catumbi) e na Zona Norte (como nos morros do Salgueiro, do Telégrafo e de São Carlos) (ABREU, 1994). De acordo com Lícia Valladares, nos meados dos anos 1920, Augusto Mattos Pimenta, empresário, corretor de imóveis e ilustre rotariano, lançou a primeira grande campanha midiática contra as favelas, publicando artigos na imprensa carioca, realizando documentários que chegaram até o Presidente da República Washington Luís (VALLADARES, 2005, p. 43). A campanha de Pimenta acionava uma retórica semelhante àquela empregada na época da batalha contra os cortiços, conjugando os registros da salubridade pública e do embelezamento:

> Antes mesmo de sua adopção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma *barreira profiláctica* contra a *infestação* avassaladora das *lindas* montanhas do Rio de Janeiro pelo flagelo das “favelas” — *lepra da estética*, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cais do Porto e foi

> se derramando por toda a parte, enchendo de *sujeira* e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prodiga de *belezas* (PIMENTA, 1926, apud VALLADARES, 2005, p. 42, grifo meu).

Também estavam presentes os registros policial e moral, conforme mostra o seguinte trecho do *Correio da Manhã* de 1909, que identificava o Morro da Favela a uma "aldeia do mal":

> É o lugar onde reside a maior parte dos valentes da nossa terra, e que, exatamente por isso – por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum –, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à Polícia, que também, honra lhe seja feita, não vai lá, senão nos grandes dias do *endemoninhado* vilarejo (apud MATTOS, 2007, grifo meu).

Enquanto os cortiços despareciam do centro, a população das favelas não parava de crescer: o primeiro Censo das Favelas, executado em 1948 pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, avaliou em 138.837 a população residente nas favelas da capital, principalmente na Zona Norte e na área central da cidade, o que já representava cerca de 7% da população total.

Com efeito, não se podia apostar somente nas capacidades das fábricas em edificar alojamentos para seus funcionários, ou nas isenções de impostos para incentivar as companhias imobiliárias em investir na construção de casas higiênicas e baratas. Havia a possibilidade de substituir a iniciativa privada pelo Estado, mas sequer estava discutida. Quem, dentro da elite política e administrativa, discutia o problema da habitação popular optou então por tornar mais eficiente a produção de habitações higiênicas pelos agentes privados, de modo que se conseguisse o mais higiênico para o menor custo, conforme transparece na categoria de "habitação econômica", cujo uso que cristalizou no início do século XX. No seu relatório sobre *Habitações populares* que entregou em 1905 ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores José Joaquim Seabra, o engenheiro municipal Everardo Backheuser já dedicava uma secção inteira ao "lado econômico", ou seja, aos métodos para baratear as construções populares[115]. Estabelecia em particular duas "condições gerais" para reduzir o preço:

> A primeira é a que ensina que a construção de grande número de casas é relativamente mais barata do que a de uma casa isolada, dado que todas elas sejam iguais; a segunda é a que diz que, grupadas as casas, diminuindo, pois, o número de paredes, o preço total será menor. Pela primeira confirma-se a grande regra da economia política, vindo a lucrar em primeiro lugar o empresário e em seguida, como consequência, o locatário pobre (BACKHEUSER, 1906, p. 43).

[115] "A par do lado higiênico que tenho procurado analisar e que de resto deve sobrepujar os demais, há, ao se construir uma casa operária, a considerar a questão principal – do preço" (BACKHAUSER, 1906, p. 43).

Havia assim no relatório de Backheuser uma problematização da habitação popular que considerava as técnicas de produção – solucionar o problema da habitação popular passava pela adoção de técnicas que consumiam menos recursos e exploravam melhor as capacidades de produção. Com base em exemplos internacionais de construções operárias, especialmente naqueles compilados em *Les Habitations ouvrières en tout pays*[116] (1878), Backheuser propunha a construção de casas unifamiliares geminadas nos subúrbios[117], para enfrentar a carência de habitações higiênicas, desde que o governo facilitasse "o transporte para os subúrbios, aumentando o número de trens operários e diminuindo o preço da passagem e o tempo da viagem" (ibid., p. 52). Contrariando os higienistas mais radicais, ele abraçava a construção de habitações coletivas também, na forma de "casernas" para as famílias ou de "dormitórios populares" para os solteiros, principalmente na região central da cidade, onde o alto valor do solo encarecia os custos de construção, tornando inviável a produção de casas individuais (ibid., p. 51).

Entretanto, a sujeição da atividade construtiva à racionalidade maximizadora do cálculo econômico não significava nenhuma ruptura com o ideal higienista. De acordo com Backhauser:

> A casa do proletário deve obedecer aos mesmos preceitos da mesma rigorosa higio-técnica (sic) a que obedecem as demais. Acredito mesmo que devem até ser mais rigorosos nessas do que nas outras casas. E a razão é simples. Ao operário, ao pobre em geral, falta a instrução, falta o conhecimento dessas regras já vulgarizadas nas classes médias em relação ao asseio e à limpeza da casa (ibid., p. 6).

Conforme um argumento muito comum na época, o proletário brasileiro não sabia morar em uma habitação coletiva, não sabia (por motivos culturais) manter hábitos saudáveis e decentes no meio da multidão, daí a preferência pela casa individual, isolada no meio do lote, para resolver o problema da habitação popular:

---

[116] Cf. nota 67. Vale precisar que a expressão *habitation économique* constava no álbum dos franceses, tudo indicando que Émile Cacheux fundou já no último quartel do século XIX uma Société Parisienne des Habitations Économiques para construir habitações higiênicas a preço popular na região de Paris. Émile Cacheux integrou também a Société Anonyme des Habitations Économiques de Saint-Denis, criada em 1891 por um grupo de industriais filantrópicos, para construir moradias populares na periferia de Paris. Entretanto, a expressão que acabou prevalecendo na língua francesa para designar esse tipo de habitação popular foi a de *habitation bon marché*, "habitação barata", em decorrência da lei do 30 de novembro de 1894 "relative aux habitations bon marché", também conhecida como "Lei Siegfried", do nome do industriário e político mulhousiano Jules Siegfried. Cf. também a última secção deste capítulo, p. 92 et seq.

[117] Para Backheuser, cabia também aos morros se tornar "cidades operárias": "os morros da Favela e do Pinto, desde que neles seja feita uma subida suave e fácil, serão pontos procurados pela classe pobre, o que desde hoje já o são, apesar das suas horrendas choças e das suas dificuldades de vida" (ibid., p. 45). Parece que, ainda na época de Backhauser, os morros, à semelhança do subúrbio, estavam sendo considerados o destino natural das classes populares.

> De uma maneira categórica se pode dizer que a única habitação de todo aconselhável é a habitação isolada, completamente isolada. Só essa recebe uma iluminação completa; só essa é perfeitamente ventilada, correndo o ar em todos os sentidos, só ela pode ter uma absoluta independência. [...] A casa isolada é naturalmente higiênica, salvo se quem a construir se quiser furtar propositalmente aos conselhos do bom senso; as janelas voltadas para os quatro ventos, a verdura que a circunda, o quintal amplo para a *criação* e para a *lavagem*, tudo faz não temer a inobservância das regras higiênicas (ibid., p. 12, grifo do autor).

De modo geral, Backhauser não poupava seus elogios à "verdura" que circundava a casa – jardim e quintal. "É incalculável o valor higiênico e moral dos jardins", afirmava o engenheiro carioca. Pelo lado higiênico, "o oxigênio purificador" das folhas e o "refrigério" que traziam as "pequenas gotas de orvalho" contribuíam para a salubridade do ambiente doméstico. Já "pelo lado moral", o autor destacava "o valor de ter a família próxima a casa esse gratuito divertimento de um passeio à tarde, convidativo para o pai, que só assim não irá buscar na taverna ou longe do lar as alegrias necessárias ao seu espírito" (ibid., p. 9). "É considerável", repetia Backhauser, "a influência da verdura, da árvore, da flor sobre o conjunto de sentimentos do homem e especialmente da família" (ibid., p. 25): o jardim oferecia um lazer alternativo à taverna, o que mantinha o operário "perto do lar", formando assim "um cidadão válido em vez de ébrio[118]" (ibid.). Já o quintal desempenhava funções educativas e de produção doméstica:

> É nele que se faz a lavagem da roupa de casa e também da de fora, pois infelizmente não está generalizado entre nós o uso das lavanderias públicas, o que fora para desejar já estivesse; é nele que brincam os filhos, porque do contrário irão para a rua; é nele que há o galinheiro (ibid., p. 24).

Ou seja, com o quintal as famílias populares podiam praticar atividades indispensáveis para a manutenção do grupo doméstico (lavagem de roupa, criação de animais, etc.) sem prejudicar a salubridade pública, além de manter os filhos "perto do lar". A habitação popular, portanto, precisava de jardins e quintais, o que justificava a preferência pelo subúrbio como seu destino.

A partir dos anos 1920, os arquitetos[119] participaram a cada vez mais da reflexão sobre o barateamento das construções higiênicas para as classes populares, con-

---

[118] A respeito do jardim, ressalta Rago a instrumentalização política da antítese natureza/cultura: "a solução ideal de residência visualizada pela burocracia é a 'casa isolada' ou as 'cidades-jardim'. A imagem do jardim/natureza oposta à do botequim/sociedade, herdeira do pensamento rousseauniano, reforça a proposta burguesa de exclusão da classe operária para a periferia da cidade" (RAGO, 1985/2014, pp. 248-249).

[119] Atrasados em comparação com os engenheiros civis, os arquitetos só começaram a se organizar profissionalmente nos anos 1920, com a criação do Instituto Brasileiro de Arquitetura e o lançamento

cebendo modelos de casas que conciliassem normas higiênicas e aperto orçamentário: nas décadas de vinte e trinta, a revista *A Casa*, uma das primeiras revistas de arquitetura no país, organizou vários "concursos da habitação econômica", às vezes em parceria com companhias privadas, como no caso do primeiro concurso, lançado em 1925 e patrocinado pela Companhia Imobiliária Nacional e pela Empresa Imobiliária de São Bernardo (A CASA, 1925). Os concursos desembocavam na publicação das plantas vencedoras, que a própria revista oferecia depois aos construtores por um preço módico, "no intuito de incentivar e favorecer a construção de prédios econômicos" (ibid., 1924b, p. 28). As casas projetadas possuíam um número reduzido de cômodos: de acordo com o edital do primeiro concurso, elas deviam contar com dois quartos, uma "sala de jantar" e "mais dependências acessórias" (A CASA, 1925, p. 2). A planta vencedora exibiu assim uma área edificada de 56 m², com uma varanda além dos cômodos exigidos (Figura 25): a arquitetura muito compacta dessas "casas econômicas" contrastava com o gosto pela monumentalidade que até então caracterizava a profissão – não raramente se substituía a expressão de "habitação econômica" pela de "pequena habitação" no linguajar dos arquitetos (BRUHNS, 1932, p. 8). Vale destacar que sempre os concursos equacionavam "habitação econômica" com casa individual, descartando a hipótese de uma habitação econômica em prédio coletivo. Alguns colaboradores da revista criticavam a opção sistemática pela casa isolada, enquanto nas áreas nobres da cidade floresciam os prédios de apartamentos:

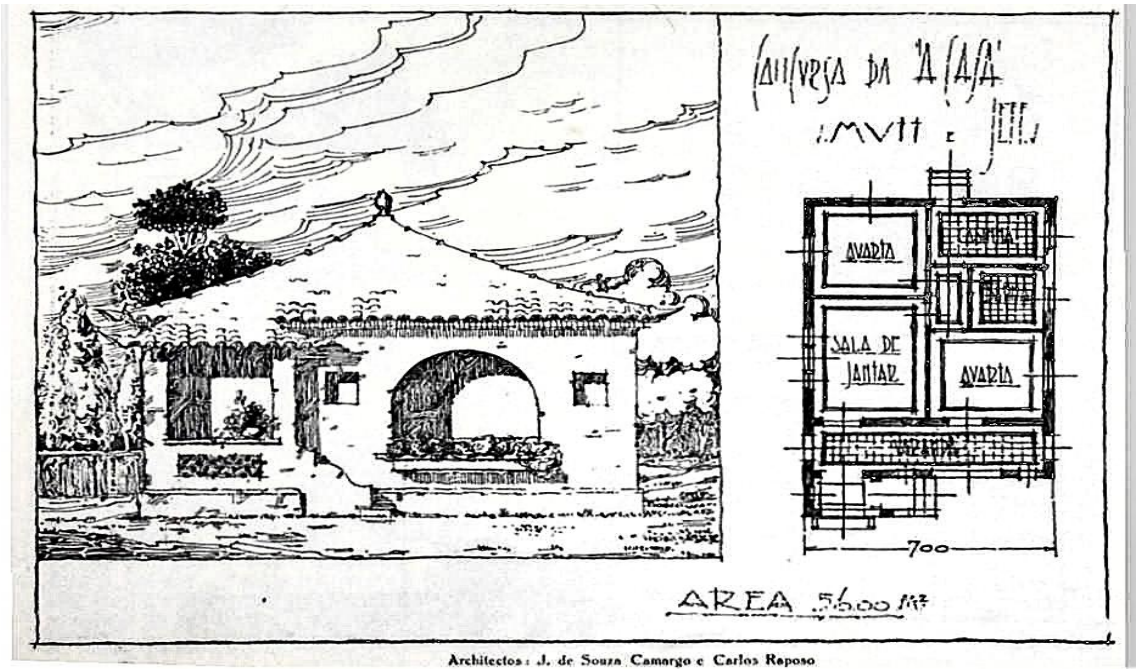
> Talvez pouca gente saiba que os principais fatores da crise atual de construções, sejam as casas de apartamentos. O apartamento, de casa de pobre, tornou-se a residência preferida dos ricos. Perguntar-se-á por que a preferência do rico pela promiscuidade de vida em casas de apartamentos. Por que foi o rico morar em casa do pobre? Naturalmente não há de ser porque a moradia em prateleiras seja mais prática (A CASA, 1931c, p. 5).

Entretanto, a maioria dos profissionais continuava privilegiando a solução da casa individual, considerada mais higiênica, mais favorável à moralidade pública, e até mais adequada ao "feitio" do povo brasileiro, "habituado a vantagens que oferecem as casas individuais, sobretudo no sentido de cada um ter a chave, para que a separação dos movimentos da família se faça desde a porta da rua" (BRUHNS, 1932, p.

---

da revista *Arquitetura no Brasil* em 1921. "Nessa época, evidencia-se uma tentativa de afirmação profissional entre os arquitetos no Rio de Janeiro, que se sentiam pressionados, de um lado, pelos mestres de obras, responsáveis pelo maior número de obras na cidade; por outro lado, pelo prestígio dos engenheiros civis, já valorizados desde o final do século XIX e considerados importantes no meio profissional, inclusive na formação dos arquitetos diplomados pela Escola Nacional de Belas Artes" (PINTO JR, 2013). As discussões acerca da "habitação econômica" constituíram, portanto, mais uma oportunidade para os arquitetos se afirmarem profissionalmente.

Figura 25 – Projeto vencedor do primeiro concurso da casa econômica de 1925, da revista *a casa.*



Fonte: *A Casa* (1925).

9). Tal opinião, de resto, ia ao encontro das conclusões formuladas nos primeiros congressos nacionais (Primeiro Congresso da Habitação, organizado em 1931 pelo Instituto de Engenharia de São Paulo) e internacionais (Primer Congreso Panamericano de La Vivienda Popular de Buenos Aires em 1939) de habitação, que sempre preconizavam a individualização da moradia[120].

Junto ao empresariado da construção civil, os arquitetos discutiam também condições de financiamento, técnicas de construção e impactos das normas edilícias nos custos de produção, ou seja, todo o "sistema construtivo", toda a economia moderna (capitalista) da atividade construtiva. O número especial de 1925 contava com um artigo do engenheiro civil Alberto Segadas Vianna, que pretendia eliminar "o desperdício em todos os ramos da indústria de construção", o que incluía: "falta absolutamente de estandardização", "ausência de organização na obra", "exigências demasiadas dos códigos de construção" ("havendo ainda cidades que exigem o pé direito de 4,60"), "ausência de capitalistas que queiram empregar dinheiro em operações hipotecárias a prazo longo", juros altos e, enfim, "a péssima divisão em lotes das zonas

[120] Concluiu-se, no congresso de Buenos Aires, que "o problema da moradia deve ser solucionado procurando, preferencialmente, a construção de moradias individuais, cuja propriedade possa ser adquirida pelos trabalhadores (empregados e operários)" (apud. ALENCAR, p. 1924).

de moradia, vendo-se habitualmente terrenos de pouca frente, com 50 e mais metros de fundo", impedindo um melhor aproveitamento do solo urbano (VIANA, 1925, p. 111). As reclamações formuladas por companhias construtoras no mesmo número retomavam os argumentos desenvolvidos pelo engenheiro. Assim, para o presidente da Companhia Brasileira de Construção e Colonização, baratear o custo das habitações populares passava pelo emprego de um material "abundante e barato", como cascalho e areia, e pela substituição do operário pela máquina, produzindo "casa em formas". Lamentava também as "marchas e contramarchas impostas pela burocracia municipal", reclamando sobretudo da demora na tramitação dos pedidos de licença para obra (PAIVA, 1925, p. 30). Já a Companhia Imobiliária Nacional explicava a dificuldade de investir na construção de casas populares por conta da taxa de juros, que superava os 12% no Brasil enquanto se avizinhava dos 6% nos Estados-Unidos (A CASA, 1925, p. 27). A ideia era então de economizar onde se podia economizar, desde o financiamento até a comercialização, para tornar a produção de habitação popular viável, mesmo que necessitasse rever parte do aparelho administrativo criado para regular a construção residencial.

Como estava em jogo a introdução de certa racionalidade na construção residencial, e não somente o tipo de residência que se construía, o alcance da discussão acerca da "habitação econômica" logo ultrapassou o problema da habitação popular – afinal, estava em jogo o próprio conceito de casa. Em seu artigo sobre "casas econômicas", o engenheiro civil Braz Jordão pedia para não confundir casas "econômicas" com casas "baratas": "a habitação econômica é aquela que dá maior rendimento do capital nela empregado, coisa que nem sempre acontece com as casas baratas" (JORDÃO, 1925, p. 14). O engenheiro ressaltava então o fato de aplicar o cálculo econômico à produção habitacional, independentemente do seu destino: uma casa muito cara podia ser extremamente rentável, e uma casa bem barata nem um pouco. Já o engenheiro-arquiteto Ângelo Bruhn, em um artigo publicado em 1932, vinculava a busca pela eficiência econômica na arquitetura às metamorfoses históricas da casa brasileira: com o desenvolvimento dos lazeres urbanos, a casa brasileira se tornou menos "patriarcal", daí a menor importância de possuir acomodações amplas ou chácaras. "Desse novo sistema social resultou uma habitação diferente, mais acanhada, mais resumida tendendo mesmo para a supressão de certas peças importantes que se vão considerando supérfluas", como a sala de visita, "que hoje é quase lida como um espaço morto na habitação econômica" (BRUHNS, 1932, p. 8). Por esta razão, a

“casa econômica” ou “casa pequena” não devia ser vista como uma “miniatura de casa grande”, e sim como o problema inteiramente novo, onde estava em jogo a racionalização do ambiente doméstico (ibid., p. 9-10). O edital do terceiro concurso da “casa econômica”, também chamada de “habitação mínima”, organizado em 1931, pedia projetos de casas isoladas com um pavimento só, situadas na “zona suburbana”, construídas de acordo com a legislação vigente, compreendendo duas salas, três quartos, uma copa ou sala de almoço, um banheiro e uma latrina, uma pequena cobertura para tanque, e tudo sobre um terreno de 10 m de frente por 30 m de fundos. O projeto vencedor ia muito além das exigências formuladas pelo edital, pois continha um pórtico, um “hall social” que ligava o pórtico à frente da casa, uma sala a mais (a sala de almoço, além das salas de estar e de jantar), um corredor e um “hall íntimo”, ligando a frente da casa aos quartos situados nos fundos. Ademais, a arquitetura geral da casa rompia como o estilo colonial, ostentando uma fachada modernista, com blocos retilíneos e janelas quadradas, e uma laje de concreto em vez do tradicional telhado de barro (A CASA, 1931b, pp. 12-12). Por remeter à “racionalização dos sistemas construtivos” (BRUHNS, 1931, p. 13-14), o problema da “habitação econômica” não podia deixar de interessar a arquitetura moderna, que pretendia transformar a casa em “máquina de morar”, segundo a famosa expressão de Le Corbusier, adaptar racionalmente o ambiente doméstico às necessidades do homem – o Segundo Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, ocorrido em Frankfurt em 1929, tinha como tema a “unidade mínima de habitação”. Ou seja, o problema da “habitação econômica” abria caminho para a experimentação de novas racionalidades no campo da construção, aplicadas à distribuição dos compartimentos domésticos, à organização das fachadas e às técnicas de produção.

Antes de levar à política do “loteamento proletário”, a problemática da “habitação econômica” encontrou ressonância no “código de construções” de 1925. Com o objetivo de “diminu[ir] as exigências relativas às pequenas habitações, sem sacrificar as condições higiênicas”, segundo um artigo sobre os trabalhos da comissão responsável pelo novo código publicado no diário *A Noite*, o novo regulamentou atenuou as exigências relacionadas à impermeabilização do solo, pois reduziu para 10 cm a espessura da camada de pedra e cimento (ou concreto) a ser usada como piso (chegava antes a 30 cm, a menos que o proprietários resolvesse construir um porão de no mínimo 60 cm de altura), além de abaixar para 3 m a altura mínima do pé direito (antes fixada a 4 m). A fim de facilitar a construção de vilas (agrupamentos de casas dentro

de um mesmo terreno), uma prática então muito comum nos subúrbios cariocas, já que permitia economizar sobre o valor do terreno, o decreto reduziu para 12 m² a superfície do pátio para cada casa, que antes era de 15 m² (art. 202). Assim, o decreto ocasionava uma diminuição sensível no tamanho das casas, de até 1,60 m, e na superfície ocupada, de pelo menos 3 m², o que, na perspectiva do legislador, iria aumentar a oferta de casas para as "pequenas famílias" (as famílias de classes populares). O código de construção procurou facilitar a construção de casas de madeira também (art. 204), ao baixar de 5 para 2 m o afastamento mínimo entre a casa de madeira e as divisas do terreno, e de 1 para 0,60 m a altura do baldrame, deixando aos construtores a possibilidade de trocar o embasamento de alvenaria por pilares de tijolos. Dentro de um mesmo texto de lei, constavam disposições que reforçavam o controle do governo sobre a atividade construtiva (no que dizia respeito ao parcelamento do solo, por exemplo) e outras que o afrouxavam (através de uma redução seletiva das exigências impostas aos construtores), ilustrando a tensão crescente entre extensão do planejamento, em nome do "progresso", da "ciência urbana" e da "economia", e multiplicação das exceções ao planejamento, em nome também da "economia".

Em conclusão, ressaltaremos que, mais uma vez, não havia só a "habitação econômica" como problematização possível da habitação popular. Em sua conferência de abertura à Jornada da Habitação Econômica, organizada em 1942 pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho[121] (IDORT), o ilustre industriário Roberto Simonsen, pioneiro na introdução da organização científica do trabalho no Brasil, concedia que, devido à dificuldade em "obter um tipo de moradia cuja amortização e juros estejam ao alcance da grande massa operária e das classes menos favorecidas", multiplicavam-se "os cortiços, as favelas, os mocambos, os querosenes das nossas cidades, e as casas de barro cru e de palha, de nosso homem do campo" (SIMONSEN, 1942, p. 15). Entretanto, diferentemente de muitos dos engenheiros e arquitetos convidados para participar da Jornada, não bastava segundo ele "racionalizar os sistemas construtivos", importava também "condicionar a possibilidade da habitação econômica ao padrão de vida", o que levava em "reconhecer, de início, toda a complexidade do

[121] Expoente do "movimento racionalizador", segundo as palavras do médico Moacyr Álvaro, autor da alocução introdutória, o IDORT, que havia sido fundado por eminentes políticos e engenheiros paulistas, procurava difundir a racionalidade do cálculo econômico na vida coletiva, dentro e fora do universo fabril, como no caso da Jornada da Organização Científica na Administração Municipal de 1936, da Jornada Contra o Desperdício de 1938 e da Campanha da Iluminação Racional de 1949. A importância da Jornada da Habitação Econômica para o debate sobre habitação popular já foi amplamente comentada na literatura, cf. em particular BONDUKI, 1998.

assunto e sua íntima relação com fenômenos gerais, de ordem econômica, social e política" (ibid., p. 16). À raiz do problema da habitação popular estava o padrão de vida das classes populares – e, portanto, o modo como a renda nacional estava sendo distribuída. O potencial politicamente subversivo do comentário feito pelo capitalista Simonsen não escapou ao médico Ricardo Capote Valente, responsável pelo encerramento da jornada, que dedicou um longo trecho de seu discurso, de uma atroz condescendência, à questão do "padrão de vida":

> Padrão de vida é coisa que não se pode impor a ninguém. Cada qual tem o padrão de vida de que é capaz. Se pegarmos um desses caboclos desdentados que pitam o cigarro de palha sentados no calcanhar e cuspinhando de esguicho à porta da cabana e o instalarmos numa poltrona maple, e no living-room elegante de um palacete do Jardim América, ele por certo se sentirá contrafeito e deslocado, com saudades do seu rancho e dos seus hábitos. A melhoria do padrão de vida tem de ser procurada pelo próprio indivíduo, logo que sinta necessidade de melhorar. E essa necessidade se incute pela educação, criando no indivíduo a ambição e hábito da higiene e do conforto. [...] Num país como o nosso, em que o homem se encontra nas mais diversas idades da civilização desde a da pedra lascada até à do maior requinte moderno, com escala por toda a gama dos estágios intermediários, essa ação educadora é de importância inestimável, pois desse desnível é que nascem todos os nossos maiores problemas (VALENTE, 1942, p. 324).

À problematização socioeconômica esboçada por Simonsen, Valente opunha um ponto de vista quase culturalista: a melhoria nas condições de vida das classes populares brasileiras passava antes pela sua transformação moral, pela evolução cultural das mesmas classes. Já o médico demostrava alívio em saber que a casa isolada nos subúrbios da cidade constituía uma solução viável ao problema da habitação popular:

> Ficamos sabendo que é possível a aquisição de casa própria e higiênica dentro dos limites de um salário comum, o que é de grande importância num país, onde, em relação aos salários, os alugueis são os mais caros do mundo. Foram-nos explicados os numerosos sistemas de financiamento de uma construção, e tivemos mesmo a surpresa de constatar que pelo preço pago pelo aluguel de um quarto imundo de porão, pode ser alugada e mesmo adquirida uma casa saudável, em local aprazível, desde que os Poderes Públicos concedam certas facilidades de taxação e de transporte (VALENTE, 1942, p. 325).

Esta solução tinha a vantagem de não questionar o modo como a renda nacional estava sendo distribuída, e de não exigir nenhuma intervenção direta do Estado no mercado imobiliário.

1.4 A POLÍTICA DA "CASA PROLETÁRIA"

1.4.1 A problematização paternalista da questão social

1.4.1.1 Era Vargas: a casa como modelo de governo

Com o início da Era Vargas, o governo começou a atender (parcialmente) as revindicações das classes populares, que vinham se organizando sindical e politicamente desde o início do século[122], inclusive no campo da habitação. Se, na véspera da Revolução de 1930, o Presidente da República Washington Luís ainda podia dizer que "a questão social é um caso de polícia", nos anos seguintes, a questão social se tornou um assunto central para o poder político, levando a uma mudança importante no governo das populações. Assim, logo após a criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC, chamado de "Ministério da Revolução" pelo seu primeiro titular, Lindolfo Collor) em 1930, o governo central promulgou uma série de leis que atendiam pleitos antigos do movimento operário, como a instauração da jornada de oito horas (1932), a interdição de trabalhar para os menores de 14 anos (1932), a proibição do trabalho noturno para as mulheres (1932), a generalização do descanso semanal (1940), e a regulamentação do salário mínimo (1940). Para a aplicação das leis, criou em 1941 a Justiça do Trabalho. Com a Lei de Sindicalização de 1931, o regime buscou implantar o corporativismo, a fim não só de intermediar os conflitos entre patrões e empregados como de tutelar a atividade sindical. Já para assegurar o direito dos trabalhadores à aposentadoria, fundou vários Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), como para os marítimos em 1933, os comerciários e os bancários em 1934, ou os servidores do Estado em 1938[123]. Esses institutos também serviram ao governo no esboço de uma solução ao problema da habitação popular, concedendo-lhe, com o Decreto n. 1.749 de 28 de junho de 1937, facilidades para financiar a produção ou a aquisição de moradias pelos seus associados[124]. Isso resultou na construção de vários conjuntos, como a Vila Proletária Valdemar Falcão na Ilha do

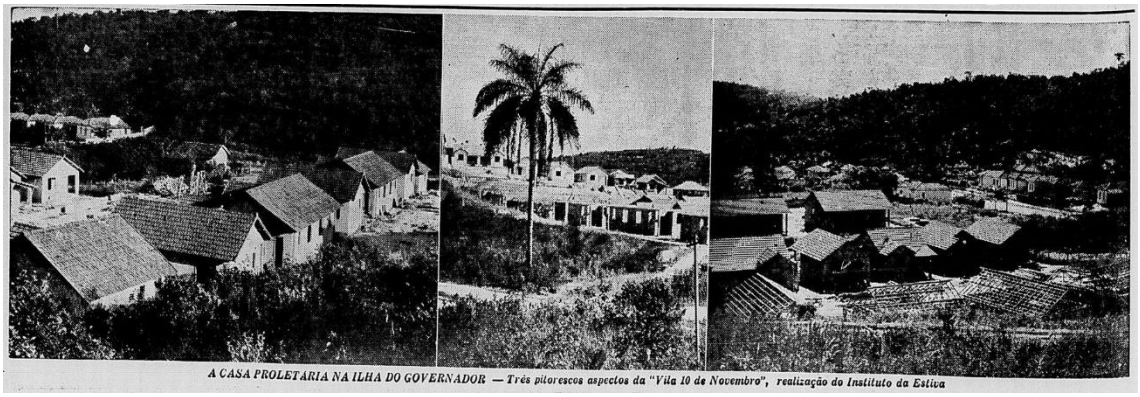
[122] Citaremos, como conhecidos exemplos, a organização do primeiro Congresso Operário Brasileiro em 1906, a Greve Geral de 1917 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922.

[123] Os IAPs descontavam a contribuição diretamente na folha de pagamento de cada categoria. Em 1966, todos os institutos foram unificados dentro do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), antepassado do atual INSS (CPDOC, 1997d).

[124] Os IAPs podiam assim empregar até metade de seus recursos no "financiamento para a aquisição, por compra ou construção, de prédios para moradia dos seus associados" (art. 1º), tinham que cobrar uma taxa de juros de 6% (art. 2º), num prazo indo até 25 anos no caso das famílias "de prole numerosa" (art. 4º). Em 1946, o governo ensejou centralizar a gestão de todas as "carteiras prediais" em um único órgão federal, a Fundação da Casa Popular (FCP), "primeira agência de nível nacional voltada exclusivamente para a construção de casas populares para as classes de baixa renda", que previa também o financiamento das obras de urbanização (AZEVEDO. 1988, p. 108)). Os objetivos iniciais acabaram porém sendo desfigurados, devido por parte à pressão dos empresários da construção civil. O regime militar retomou esse propósito em 1964 com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Governador (Figura 26), cujas “80 casas higiênicas e confortáveis, dotadas de ampla varanda, sala de jantar, dois quartos, banheiro, cozinha, tanque e quintal”, segundo o *Boletim do MTIC*, foram inauguradas no dia 10 de novembro de 1938, na presença do próprio ministro e do Presidente da República (BOLETIM DO MTIC, 1938, p. 359). Em seu discurso, Valdemar Falcão, diga-se de passagem, teria até teorizado tal extensão da intervenção estatal, aludindo para a “tarefa que incumbe ao Estado Moderno na resolução dos complexos e urgentes problemas que tem de enfrentar e resolver”, salientando que “há um século a função do Estado se resumia, por assim dizer, nos serviços da Justiça, da Polícia, da Defesa Nacional e das Relações Exteriores”, pois

Figura 26 – Exemplo de uma vila construída pelo IAP dos Empregados em Transporte e Cargas (Ex-Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns), em 1941.



Fonte: A Manhã (1941).

prevaleciam “os artifícios da superstição liberal” (ibid., p. 360). O artigo do Boletim concluía pedindo ao próprio Getúlio Vargas que considerasse o conjunto “como um dos padrões de realização de se benemérito governo, no campo da assistência e da previdência sociais” (ibid., p. 361): assistência e previdência, duas dimensões até então ausentes dos discursos acerca da habitação popular, o que contrastava com a atenção exclusiva dos governos anteriores pelas dimensões estética, sanitária e policial. De modo geral, o enfrentamento da questão social na Era Vargas levou ao que, no linguajar de Foucault, chamaríamos de uma “governamentalização do Estado[125]”:

[125] Tal processo de governamentalização não se restringiu ao campo do trabalho e da habitação, afetando outras áreas como a saúde e a educação: simbolicamente, no mesmo ano em que foi criado o MTIC, nasceu o Ministério da Saúde e da Educação, responsável por inúmeras políticas governamentais inovadoras. Ele também se manifestou na reorganização administrativa profunda do Estado, impulsionada pela criação em 1938 do Departamento Administrativo do Serviço Público e do IBGE, então autarquia diretamente subordinada à Presidência da República (CPDOC, 1997c).

Foucault definia a “governamentalização do Estado” como o processo pelo qual o Estado passava a “gerenciar” (*gérer*) populações, normalizando a vida, em vez de somente regulamentar (*réglementer*) os indivíduos, disciplinando os corpos, como no Estado de polícia[126] (FOUCAULT, 2004a, p. 360).

O enfrentamento da questão social pelo Estado varguista costuma ser pensado dentro do chamado “pacto populista” (GOMES, 1996), espécie de troca entre um governo encabeçado por uma liderança carismática (começando pelo próprio Getúlio Vargas) e o movimento operário, troca na ocasião da qual o segundo abre mão de sua autonomia política para conseguir direitos sociais do primeiro. Em seu artigo sobre “a imagem do poder no mito Vargas”, o recém-falecido antropólogo Ricardo Benzaquen Araújo destacava a forma muito peculiar pela qual o processo de governamentalização tinha se dado no Brasil, sem ampliação dos direitos civis e políticos, como aconteceu na Europa (ARAUJO, 1986, p. 121). Enquanto “a administração das pessoas e das coisas” penetrava mais ainda a intimidade da sociedade brasileira, no Brasil reforçaram-se os poderes atribuídos ao chefe do Estado, e até mesmo o culto ao chefe. Tal correlação encontrava respaldo em um discurso oficial, cristalizado na literatura de gênero hagiográfico, que identificava o chefe do Estado ao “pai do povo”, um homem que sempre praticava a “caridade” com o povo, buscando a “harmonia” entre todos os brasileiros: por ser pai “dessa enorme família de brasileiros”, incumbia ao chefe não só dominar a terra e garantir as propriedades, mas também governar os homens e as coisas, buscando o bem-estar de todos, como se a sociedade brasileira fosse uma imensa casa (ibid.). Aliás, o artigo do *Boletim do MTIC* acerca da Vila Valdemar Falcão concluía sobre as qualidades morais do chefe:

> Dando a esses humildes trabalhadores seu lar próprio, *outorgava*-lhes o Governo do Estado Novo a base física de sua liberdade econômica [...]. Pedia, pois, ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, homem de Estado, em cuja *personalidade* se resumiam as qualidades características da *gente* brasileira – a bondade, a tolerância e o amor à família, – que declarasse inaugurada aquela vila operária (BOLETIM DO MTIC, 1938, p. 161, grifo meu).

Em outras palavras, “o projeto de implantação da governamentalidade, da administração das coisas e das pessoas aqui [veio] a exigir tanto a transformação da

[126] Entretanto, a governamentalização do Estado na Era Vargas ocorreu simultaneamente ao aperfeiçoamento do Estado de polícia: em 1932, o MTIC instituiu a Carteira Profissional, antepassada da atual Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual se tornou também um instrumento de controle sobre a população trabalhadora (CPDOC, 1997b). Esse controle policial sobre as classes populares só ganhou em intensidade com a instauração do Estado Novo em 1937, em um contexto de repressão generalizada contra os movimentos políticos opositores, inclusive populares (comunistas).

sociedade numa ‘casa’ quanto a indicação de um chefe, de um *dono* dessa casa” (ARAUJO, 1986, p. 121, grifo do autor).

Assim, de modo aparentemente paradoxal (do ponto de vista da tradição filosófica ocidental que, desde Aristóteles, procurou distinguir o governo da cidade do governo da casa[127]), a governamentalização do Estado durante a década de trinta ficou cercada de uma “mitologia política” assemelhando a *polis* ao *oikos*. Os ideólogos do Estado Novo chegaram a teorizar esta confluência do político e do doméstico, vista como uma necessidade natural da vida coletiva. Foi o caso, por exemplo, do jurista Paulo Augusto de Figueiredo em seu artigo “O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro”, publicado em 1943 na revista *Cultura Política*[128]. As sociedades “nada mais são do que as *famílias em movimento*”, escrevia Figueiredo, “sendo a vida pública uma ampliação, um prolongamento, uma irradiação da vida doméstica” (FIGUEIREDO, 1943, p. 48, grifo do autor). É que o Estado tinha por objetivo “o desenvolvimento físico, moral, intelectual e espiritual do homem, para tanto se utilizando de todos os meios a seu alcance: esclarece-o na escola, fortalece-o nos campos de esportes, moraliza-o na família, disciplina-o na caserna, dignifica-o no trabalho” (ibid., p. 56). Já que ela era “o elemento por excelência de vida do homem, o seu ‘clima sentimental’, a sua base moral e econômica, a fonte onde ele haure as forças secretas e profundas para a formação de sua personalidade” (ibid., p. 45), a família servia de modelo ao Estado: “é a família que humaniza e nacionaliza o Estado, porque é ela a *realidade política primeira*”, afirmava o então Presidente do Departamento Administrativo do Estado de Goiás (ibid., p. 48, grifo meu). A governamentalização do Estado remetia, portanto, a uma “generalização do laço doméstico” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 126): o Estado reproduzia na escala da sociedade o papel que a família cumpria na escala dos indivíduos. Pelo mesmo motivo, Figueiredo condenava a democracia liberal, que pressupunha um indivíduo desprovido de laço pessoal, de família, de *oikos*: “ateleológica, atomística e agnóstica, a liberal democracia fragmentava

[127] “Enganam-se os que imaginam que o poder de um rei ou de um magistrado de República só se diferencie do de um pai de família e de um senhor pelo número maior de súditos e que não há nenhuma diferença específica entre seus poderes. Segundo eles, se tem poucos súditos é um senhor; se tem alguns a mais é um pai de família; se tiver ainda mais é um rei ou um magistrado de República. Como se não houvesse diferença entre uma grande família e um pequeno Estado, nem entre um rei e um magistrado de República. [...]. Tudo isso, porém, é errado” (ARISTOTE, 1843, 1252a).

[128] Criada em 1941 e extinta em 1945, a revista *Cultura Política* estava diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, tendo Almir de Andrade como diretor. O objetivo da revista era “definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país”, dando ênfase às realizações do governo (CPDOC, 1997a).

os valores, não ligava as coisas aos homens, não dava à vida pública um sentido, não indicava um *endereço* à política" (FIGUEIREDO, 1943, p. 55, grifo meu).

A mitologia política que sustentou o processo de governamentalização do Estado na Era Vargas encontra certo no conceito de *cité domestique*, forjado por Luc Boltanski e Laurent Thévenot para descrever um mundo que "não se expande somente no círculo das relações familiares", mas aparece "a cada vez que a procura daquilo que é justo insiste nas relações pessoas" (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 206). A cidade doméstica caracteriza uma "ordem política" e um "modelo de justiça social" onde o valor dos indivíduos "depende de sua posição hierárquica dentro de uma cadeia de dependências pessoais", sendo que "a analogia familiar faz menos referência aqui aos laços de sangue do que ao pertencimento a uma mesma casa, como território dentro do qual se inscreve a relação de dependência doméstica" (ibid., p. 116). Em particular, os dois sociólogos mostram que, para alguém como o poeta francês Jean-Baptiste Bossuet, autor no início do século XVIII de um discurso político direcionado ao Delfim, "os povos devem ser tratados como 'várias famílias particulares, cada um com seus direitos' e que constituem a 'sociedade civil' ou o Estado". Com efeito, nesta perspectiva, "a autoridade do Estado é, de fato, um prolongamento da autoridade paterna[129]" (ibid., p. 121). É que "é com referência à *geração*, à *tradição* e à *hierarquia* que uma ordem pode ser estabelecida entre seres de natureza doméstica" (ibid., p. 207, grifo dos autores), daí a prevalência da imagem paterna na representação do poder. A casa funciona então como "uma realidade política primeira", o que imediatamente rebaixa quem não contribui diretamente para o *oikos*, como o estrangeiro e o egoísta (ibid., p. 211). Ao invés, o pai, o rei ou o patrão ocupa o lugar de cima na hierarquia social, pois é "ele quem levanta os seres pela dependência na qual ele os mantem, e quem os faz assim aceder a toda a grandeza que eles podem alcançar, de acordo com o grau que eles ocupam" (ibid.). De modo geral, a moralidade doméstica dá ênfase às relações pessoais (familiares, de amizade ou de hospitalidade), pois são elas que descriminam o valor das pessoas: "nesse mundo, as relações entre os seres são *relações pessoais*. A gente *recebe* e a gente é *recebido*. Elas só

[129] Ademais, a descrição que Bossuet faz do rei ideal coincide com a imagem que a literatura hagiográfica dava de Getúlio: "Ele é, antes de tudo, solitário e responsável, e ele só existe para o Estado, com o qual ele se confunde. Sua grandeza está na medida de seu sacrifício. Nessa concepção sacrificial da grandeza do Príncipe, a celebração de suas virtudes tem de deixar visível, em todas suas dimensões, a amplitude do sacrifício que ele consente para a felicidade comum, à qual ele subordina a totalidade de suas satisfações pessoais" (BOTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 119).

podem se estender na contiguidade ou na presença do *outro* (*autrui*) e cada um se vê conhecido *pessoalmente* (*en personne*)" (ibid., p. 217, grifo dos autores). Daí a diferença com a moralidade "cívica", compartilhada pelo liberalismo político, acusada de pensar o coletivo a partir do anonimato e de privilegiar o indivíduo sobre a pessoa (ibid., p. 299), e, in fine, de promover o conflito – a moralidade doméstica sempre busca a harmonia. Por outro lado, a moralidade cívica costuma denunciar os efeitos do paternalismo na vida social, pois esta acarreta uma forma de autoritarismo contrária ao ideário liberal e igualitário da "cidade cívica", e impede a união das pessoas sobre uma base outra do que a da contiguidade ou da presença (ibid., p. 309).

A interpretação do "pacto populista" pela historiadora Ângela de Castro Gomes confirma a prevalência de uma moralidade baseada nos laços de dependência pessoal na organização das relações entre as classes populares e o governo dito "populista" de Getúlio. Em particular, ela sublinha a busca do governo pela aproximação com o povo, através de comemorações coletivas () como o aniversário do Presidente e o Dia do Trabalho: enquanto no primeiro o líder recebia presentes da população, no segundo ele costumava anunciar uma nova medida no campo social, como se fosse o presente da festa (GOMES, 1988/2005, p. 217). Com base nas palestras dadas na rádio pelo então titular do MTIC Alexandre Marcondes Filho, entre 1942 e 1942, a autora descreve uma apresentação da legislação trabalhista como dádiva, "*outorgada* pela personalidade clarividente do chefe do Estado ao seu povo" (ibid., p. 227, grifo meu). Ou seja, em vez de remeter a uma moralidade "cívica", anônima e igualitária, oriunda em um conceito abstrato e universal do direito e da cidadania, a legislação trabalhista expressava uma relação de dependência pessoal entre o líder e o povo, fundada no dom e contra-dom:

> A relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios. [...] O presidente legislava sobre a questão social porque conhecia e reconhecia o 'seu' povo. Ele desejava que este povo progredisse socialmente. A própria ideia de progresso estava vinculada às qualidades do legislador, tornando-se uma doação da autoridade clarividente e uma revelação do povo naturalmente bom. Este, ao receber, reconhecia a autoridade, ou seja, obrigava-se moralmente perante ela (ibid., pp. 227-230).

O paradigma da dádiva teria estruturado as relações entre o governo e as classes populares, pelo menos no plano da mitologia política, atuando o líder como o generoso dono da casa chamada Brasil. A respeito da cidade doméstica, escreviam Thévenot e Boltanski, comentando historiadores medievistas, "o Príncipe, 'herói alimentador', e princípio de ordenamento das trocas, deve 'providenciar às necessidades do

povo', e 'a obrigação de cuidar do povo é o fundamento de todos os direitos que os soberanos têm sobre seus súditos'" (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 123). E concluíam, citando Bossuet, "os povos com fome pedem o pão ao seu rei como ao seu pastor, ou melhor, como ao seu pai" (ibid.).

1.4.1.2 Casa, pessoa e autoridade

1.4.1.2.1 O ideal doméstico do catolicismo social

Acontece que o modelo da *cité domestique* determinava também o diagnóstico do governo acerca da questão social. É que ao lado das interpretações (socialistas) privilegiando o determinismo econômico e reclamando uma sociedade mais igualitária, sempre existiram interpretações atribuindo causas morais à crise social e defendendo a restauração das hierarquias tradicionais. Foi o caso, em particular, de muitos militantes cristãos que se debruçaram sobre a questão social. Assim, nos meados do século XIX, o engenheiro católico francês Frédéric Le Play, fundador da Société internationale des études pratiques d'économie sociale (1857), pioneiro da sociologia e conselheiro político do Segundo Império, ao lamentar a instabilidade política no país, explicava que "o mal atual está sobretudo nas desordens morais que imperam a despeito do progresso material" (LE PLAY, 1864, p. 8). A solução à desordem moral, segundo Le Play, estava na "patronagem voluntária" (*patronage volontaire*), "essa nova organização, na qual os senhores (*les maîtres et les seigneurs*) do antigo regime são substituídos por patrões", e que "a gente reconhece, sobretudo, pela permanência de relacionamentos mantidos por um sentimento firme de interesse e de deveres recíprocos" (id., 1864b, p. 23). "O operário", detalhava Le Play, "é convencido de que o bem-estar, do qual ele goza, é vinculado à prosperidade do patrão, e este, do seu lado, se acha sempre obrigado a providenciar, conforme as tradições locais, às necessidades materiais e morais de seus subordinados" (ibid.). À luta de classes, a patronagem substitui a *harmonie sociale*. "As classes extremas da sociedade devem igualmente concorrer [para a harmonia social]: os ricos ao se dedicar ao bem público, os pobres ao parar de odiar e ao respeitar as superioridades sociais que preenchem dignamente suas funções" (ibid., p. 33). Tradição, hierarquia e dependência pessoal: a interpretação da questão social por Le Play seguia a gramática do mundo doméstico, descrita por Thévenot e Boltanski. Tal gramática perpassava também a defesa por Le Play da

propriedade, em particular da casa própria, como solução ao pauperismo. É que não bastava aumentar o padrão de vida dos operários, o que só satisfaria as necessidades materiais deles, precisava intervir no moral dos operários também, o que só a propriedade garantia: "o primeiro grau do bem-estar não consiste em estender as satisfações físicas, mas, sim, a criar o gozo moral que a propriedade dá" (ibid., p. 34). Assim, alugar uma casa atendia às necessidades materiais da família operária, mas não trazia os benefícios morais que somente a propriedade do domicilio conferia. Havia basicamente dois benefícios: primeiro, a casa própria, enquanto objeto de desejo, criava "uma poderosa excitação à poupança" entre os operários, inculcando então a virtude da previdência[130]; em segundo lugar, "os operários agora proprietários entendem o perigo das agitações políticas; eles só pensam agora em melhorar sua condição e ascender, o quanto permitem suas faculdades, dentro da burguesia" (ibid., pp. 172-173). Ou seja, o acesso à propriedade possibilitava aos operários subir na hierarquia social sem que precisasse mudar a hierarquia social.

A preferência pela casa própria tinha também a ver com o modelo de família que Le Play defendia: a *famille-souche* ("família-estirpe"). A *famille-souche* era à ordem doméstica o que a patronagem voluntária era à ordem econômica: uma solução à dissolução dos laços pessoais, fundada na tradição. A *famille-souche* constituía um tipo intermediário entre a família patriarcal, autoritária e coletivista, comum no Leste europeu, e a família instável, liberal e individualista, que o regime manufatureiro vinha propagando pela Europa ocidental (ibid., 1864, vol. 1, pp. 168-169): no contexto da *famille-souche*, o pai de família escolhia livremente um herdeiro, o qual permanecia no domicílio paternal mesmo depois de casado, enquanto o resto dos filhos saía para fundar novos núcleos residenciais. Conjugava então as vantagens da família patriarcal, que, sob a autoridade incontestável do pai[131], mantinha a força dos laços familiares, inculcando a tradição e o respeito da hierarquia aos mais jovens, e da família liberal, favorável ao progresso material:

> O regime das *familles-souches*, de fato, satisfaz dois instintos essenciais da humanidade, ao lhe garantir ao mesmo tempo a vantagem da associação e a da liberdade. Cada um pode gozar, no meio das afeções mais suaves, do

[130] "A previdência é um conjunto de sentimentos e hábitos que leva certos homens a não se satisfazer do bem-estar que lhes é pessoalmente garantido, mas a se preocupar, sem parar, em assegurar a continuidade dele, seja para eles mesmo, seja para sua descendência" (LE PLAY, 1864, vol. 2, p. 3). Já em Le Play, a habitação popular surge como problema ao mesmo tempo de assistência e de previdência, duas dimensões morais que anos depois organizaram a atuação do serviço social, junto às populações mais pobres. Cf. p. 104 et seq.

[131] "A melhor maneira de garantir o bem-estar da família é conferir, individualmente, ao seu chefe um poder sem limite" (ibid., 1864, vol. 1, p. 167).

> bem-estar conseguido pelo trabalho dos antepassados; quanto àqueles para os quais uma perspectiva segura, mas limitada, não bastaria, eles mantêm a liberdade e acham até o apoio necessário para procurar mais alto e mais longe uma situação melhor, em harmonia com seus gostos e seus talentos" (ibid., p. 233).

A *famille-souche* não podia prescindir da propriedade do domicílio, pois a propriedade assegurava a continuidade moral (tradição) e física (reprodução) das gerações, através do patrimônio imobiliário, transmitido de pai para filho; espalhava o hábito da previdência pelos pais e filhos, pois sabiam que assim iriam conseguir e transmitir o patrimônio deles; oferecia apoio moral e físico aos pais idosos, aos filhos antes de eles migrarem, e aos familiares vulneráveis, como as viúvas, os doentes ou as vítimas de conflitos (ibid., p. 232). O binômio *famille-souche* / *maison-souche* ("casa-estirpe") se tornava então uma solução ao problema do pauperismo, complementar da patronagem. Tal defesa da casa própria levava Le Play a sacrificar até a qualidade da moradia:

> Eu inicialmente admirei, assim como todos os viajantes, essas lindas *cottages* que os operários rurais precisam enfeitar com tapetes e cortinas, e que eles recebem de aluguel dos grandes proprietários, felizes de mostrá-las como a principal ornamentação de suas terras. Após muita reflexão, eu prefiro, porém, a condição dos diaristas rurais na França, na Espanha e na Alemanha, que, por força de sobriedade e de poupança, conseguem, antes de qualquer outra satisfação, a propriedade de um pedacinho de chão e de um barraco humilde (ibid., 1864, vol. 2, p. 35).

Antes o barracão, desde que tornasse o operário proprietário, do que a habitação consolidada, porém alugada! É que a propriedade, de modo geral, assentava a autoridade do pai sobre o grupo doméstico, pois ele se tornava o garante dela, o que reforçava a coesão da família. O problema da autoridade perpassava assim a concepção que Le Play tinha da habitação popular. De modo geral, todo o diagnóstico sociológico de Le Play colocava em primeiro lugar o problema da autoridade, sendo a patronagem, por exemplo, uma solução para restaurar a autoridade do patrão sobre os empregados: daí o nosso conceito de "governamentalidade paternalista", na medida em que a *pater potestas* funcionava como modelo de governo, no duplo sentido de um ideal a ser perseguido e de uma referência a partir da qual problematizar as relações de poder. Pelo mesmo motivo, defendia "o isolamento completo da habitação ocupada por cada família", visto que a "promiscuidade" subtraía o grupo doméstico à vigilância do pai, excitando à rebelião contra a autoridade paterna (ibid., 1864, vol. 1, p. 175 et seq.).

As propostas de Le Play encontraram respaldo nas iniciativas do patronato cristão, principalmente dos industriários alsacianos, aqueles mesmo que Vieira Souto e

Backheuser citaram como exemplos anos depois[132]. Lamentando a expansão do mercado locativo nos centros manufatureiros do país, Le Play parabenizava as "sociedades de patronagem" (*sociétés de patronagem*) que construíam casas para os operários, com destaque para a Société Mulhousienne des Cités Ouvrières, fundada pelo industriário Jean Dollfus em 1853 (ibid., p. 172). Esta vendia casas com dois quartos (um para os pais, outro para os filhos) e um jardim, pagas em prestações que se estendiam por um prazo de 13 a 14 anos. Ao lado de Mulhouse, outras cidades, como Le Creusot na Borgonha, também serviram de laboratórios para a produção de "espaços sociais paternalistas" (*paternalistic social spaces*), segundo a expressão usada por Paul Rabinow em sua "arqueologia da modernidade" urbana na França (RABINOW, 1995, p. 56). Diretor das fábricas de aço do Creusot entre 1871 e 1874, o engenheiro Émile Cheysson[133], que ajudou Le Play na fundação da Société Internationale des Études Pratiques d'Économie Sociale (SIEPES) em 1856, foi responsável pela construção de escolas e habitações destinadas aos operários das fábricas locais, além de elaborar um sistema de pensões para viúvas e defender a instituição de uma previdência social (ibid., p. 173). O ideário leplaysiano perpassou também as iniciativas de Georges Picot e Jules Siegfried, que, em 1890, criaram a Société des Habitations à Bon Marché (SHBM). Jurista e historiador, membro da SIEPES e da Union des Amis de la Paix (braço político do movimento leplaysiano), Georges Picot "defendia casas unifamiliares, situadas nos terres menos caros do subúrbio perto de Paris, disponíveis e acessíveis graças à criação de um sistema barato de transporte. A sua proposta era inovadora ao remover a habitação operária para o subúrbio" (ibid., p. 179). Já Jules Siegfried, que criou com Cheysson o Musée Social em 1894, defendia a habitação operária como solução à questão social (ibid., p. 180). Os trabalhos da SHBM desembocaram então na Lei de 30 de novembro de 1894, conhecida também como Lei Siegfried. Entre outras disposições, a lei previa a criação de comissões lo-

[132] Cf. notas 67 e 116.

[133] O perfil de Émile Cheysson ilustra muito bem o quanto o paternalismo social atuou em favor à governamentalização do Estado na França da segunda metade do século XIX. Formado pela École Polytechnique e pela École des Ponts et Chaussées, Cheysson trabalhou como diretor do serviço de mapas e planos no Ministério das Obras Públicas, onde não poupou os esforços para difundir a prática da estatística administrativa. Como presidente da Société de Statistique de Paris, militou para a criação do Conseil Supérieur de la Statistique, efetivada em 1885. Cheysson considerava papel do Estado a coleta de informações estatísticas, sobre o consumo por exemplo, para ajudar na formulação das políticas salariais, enquanto a organização da previdência social, por exemplo, cabia à iniciativa privada (RABINOW, 1995, p. 177). Foi também professor de economia industrial na École des Mines de Paris e de economia social na École Libre des Sciences Politiques.

cais para estimular a construção de HBM, a possibilidade para as companhias construtoras de contratar empréstimos junto aos organismos públicos carregados de coletar a poupança (como a Caisse des dépôts) e a isenção do pagamento do imposto predial. Essa e outras leis que vieram a serem adotadas no primeiro quartel do século XIX[134] levaram então à ocupação dos subúrbios (*banlieues*) pelas classes populares, sendo o acesso ao solo urbano possibilitado pelo loteamento de glebas rurais próximas às estações ferroviárias (FOURCAULT, 1993). O ideário do paternalismo social cristalizava, portanto, em *techniques de patronage*, para retomar a expressão de Cheysson (RABINOW, 1995, p. 173), na forma de moradias construídas pelo próprio patronato (os *paternalistic social spaces* das vilas operárias) ou de leis atuando em favor da casa própria.

1.4.1.2.2 A política da "casa própria" na Era Vargas

Essa gramática moral, concebida em torno de categorias como "pessoa", "autoridade", "previdência" não só sustentou a atuação dos filantropos cristãos como embasou a doutrina social da Igreja católica, tal como formulada na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII[135], publicada em 1891. Ela também perpassou os escritos dos ideólogos estado-novistas[136] – não raramente opunha-se os "artifícios da superstição liberal" aos quais a República Velha teria sucumbido ao "ponto de vista humano

[134] Citaremos, em particular, a Lei Ribot do 24 de agosto de 1908 e, sobretudo, a Lei Loucheur do 13 de julho de 1928, esta última tendo estimulado a autoconstrução nos subúrbios franceses. Vale ressaltar a participação dos filantropos cristãos na regulamentação dos loteamentos: de acordo com a historiadora das *banlieues* Annie Fourcault, a primeira lei francesa que regulamentou o loteamento, a Lei Cornudet do 14 de abril de 1919, veio de uma proposta formulada por Siegfried dez anos antes (FOURCAULT, 2000, p. 183).

[135] Logo na introdução da encíclica, o papa atribuía à dissolução dos laços pessoais, tais como as corporações medievais os mantinham, a causa da questão social: "O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles [os operários] uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada" (introdução, § 2º). Assinalaremos aqui o princípio de uma contra-história cristã da luta de classe, comum entre os ideólogos do Estado Novo (MOREIRA, 1941, p. 54): porque o cristianismo tinha infundido nela, a sociedade medieval dignificava o trabalho de um modo jamais visto nem antes, nem depois. O drama da modernidade, portanto, teria sido de esquecer o valor moral do trabalho, e não de substituir uma forma de exploração por outra, como na versão materialista.

[136] Lembraremos que, logo no início do século XX, o cardeal Dom Leme lançou a Reação Católica, com o objetivo de reaproximar a Igreja das elites sociais e combater assim a decadência religiosa (SALEM, 1982). Sob o comando de Jackson Figueiredo, o Centro Dom Vital, principal órgão da Reação, defendia uma concepção autoritária da sociedade, oposta à democracia partidária e ao liberalismo burguês. Entre 1930 e 1937, com o auxílio do Centro, multiplicaram-se as associações leigas, à semelhança das várias organizações de juventude católica (como a Juventude Católica Operária), reunidas em 1935 dentro da Ação Católica Brasileira (ACB). Para "exercer o apostolado junto aos trabalhadores urbanos,

e cristão" do Estado Novo (BOLETIM DO MTIC, 1938, p. 360). O próprio Getúlio Vargas, em um discurso pronunciado no dia 11 de março de 1945 no Automóvel Clube do Brasil, ressaltava a dimensão moral da crise social vivenciada pelo Brasil, rejeitando as interpretações (exclusivamente) materialistas:

> Não se vive sem pão, mas não se vive exclusivamente dele. A fé, a espiritualidade, o cultivo das faculdades superiores do homem que criam, revigoram e desenvolvem os nobres ideais a que nos consagramos, dando expressão elevada e condigna aos atos substanciais da nossa existência. Na vida dos indivíduos como na vida social as forças espirituais têm poderosa e inegável ascendência. É preciso reconhecer essa ascendência e dar-lhe, no Governo dos povos, sentido político. E é por isso que insistimos sempre na necessidade de prestigiar a religião, na conveniência de educar a juventude moral e civicamente, na proteção ao lar e à família, no aperfeiçoamento das leis trabalhistas, considerando tudo isso fundamental para uma sólida e boa organização política da sociedade (VARGAS, 1945, p. 13).

Ou seja, a legislação social pretendia atender às necessidades morais do homem também; ela humanizava o operário, o tratando como homem, chefe de família e membro da sociedade, e não só como máquina. Para o ex-professor do Colégio Militar do Ceará e Procurador Regional de Justiça do Trabalho do Estado do Ceará João da Rocha Moreira, o marxismo pecava por ocultar essa dimensão moral da questão social:

> Certamente Marx e Engels, subordinando integralmente todos os problemas sociais ao econômico, cometeram o gravíssimo erro de esquecer os fatores morais, espirituais, religiosos, políticos, étnicos etc., que decisivamente influenciam na vida dos povos, relegando-os a plano inferior (MOREIRA, 1941, p. 51).

De modo geral, tanto o liberalismo quanto o socialismo apresentavam o defeito de confundir "o *indivíduo*, que nada é mais do que o agregado social", com "a *pessoa*, ao mesmo tempo espiritual e material" (ibid., p. 60, grifo do autor). Ao contrário, importava

> Estabelecer a dignidade da *pessoa humana*, fazendo sua diferenciação do *indivíduo*. Aquela jamais deve ser absorvida pelo Estado, como se se tratasse de um corpo sem vida, sendo preciso considerar os seus direitos inatos e inalienáveis. Este, o *indivíduo*, como membro da sociedade, deve se subordinar à coletividade para que não perturbe a harmonia geral (ibid., p. 61, grifo do autor).

---

prevenindo a infiltração comunista em suas fileiras" (ibid.), surgiram os Círculos Operários, que em 1937 constituíram a Confederação Nacional de Operários Católicos. A Reação católica, portanto, estava pautada "num ideário e num tipo de atuação que se encontravam em perfeita consonância com a ideologia autoritária e paternalista então implantada" (ibid.). Vale ressaltar que a Constituição de 1934 até atendeu algumas das principais reivindicações da Reação Católica, consagrando princípios como a indissolubilidade do matrimônio e a validade do casamento religioso para fins civis, ou o ensino religioso facultativo nas escolas públicas (NASCIMENTO, 2008, pp. 32-33).

Assim, os ideólogos do Estado Novo opunham o regime tanto ao socialismo coletivista e ao fascismo, que deixavam o Estado absorver o indivíduo, quanto ao liberalismo, que colocava o indivíduo acima da coletividade – aí também havia convergência com a posição oficial da Igreja, que tinha acabado de condenar ambos o comunismo soviético e o nazismo através das encíclicas *Divini Redemptoris* e *Mit brennender Sorge*, ambas de 1937.

Essa ênfase na dimensão moral se estendia à compreensão do trabalho e da propriedade. O artigo "Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo", publicado em 1941 na revista *Cultura Política* e redigido pelo capitão de exército, historiador e jornalista Severino Sombra[137], desvenda muito bem as relações entre pessoa, trabalho e propriedade na perspectiva dos ideólogos estado-novistas. Assim, para Sombra, "a propriedade privada é imposta pela vida em sociedade, como aspiração material mais íntima do homem e base indispensável à expansão fecunda de sua personalidade". É que a propriedade, sobretudo a propriedade da casa e dos instrumentos de trabalho, dava ao ser humano o apoio material indispensável: "adquirido esse apoio material certo – pequeno que seja – o homem abre seus olhos para o aperfeiçoamento intelectual e moral. E tem assim, defendendo o caráter inviolável de sua pessoa moral, a liberdade espiritual de optar" (SOMBRA, 1941, p. 74). Daí a importância de disseminar a propriedade:

> Não será a abolição da propriedade privada – pregada pelo Coletivismo – que há de satisfazer as massas sedentas de justiça. O que cada um exige, no íntimo da sua consciência, é também possuir o *seu*. A solução, portanto, não será a abolição mas a *disseminação* da propriedade (ibid., grifo do autor).

Entretanto, se a propriedade privada "é justa e necessária ao homem", "*só o Trabalho justifica a Posse* – o que quer dizer que a propriedade não fecundada pelo trabalho para produzir os bens exigidos pela Sociedade – sejam de ordem material,

[137] A trajetória de Severino Sombra merece a nossa atenção, pois faz a ligação direta entre catolicismo social, trabalhismo e governamentalização. Formado pelo Colégio Irmãos Maristas de Fortaleza, Sombra logo demostrou admiração por Jackson Figueiredo, o fundador do Centro Dom Vital, trabalhando na imprensa a favor da renovação católica. Estabeleceu contatos com líderes operários, levando as ideias da organização de um movimento corporativista, de inspiração fascista: após receber o apoio da JOC e criar uma secção no Ceará, fundou em 1932 a Legião Brasileira do Trabalho. Depois de anistiado por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932, trabalhou pelo Ministro do Trabalho Joaquim Salgado Filho. Atuou também pela institucionalização das ciências sociais no Brasil, ao fundar o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil em 1936, a Associação Brasileira de Planejamento em 1948 e a Faculdade de Ciências Sociais no Rio de Janeiro em 1951. Politicamente, aproximou-se de Plínio Salgado no início dos anos 1930, antes de se entusiasmar pelo Estado Novo e integrar a Defesa Social Brasileira, organização criada em 1937 para combater o comunismo. Mais tarde, elegeu-se pelo PSD e pelo PTN no Ceará. Apoiou a candidatura do general Humberto de Alencar Castelo Branco em 1964 (CPDOC, 1997e).

artística, intelectual ou moral – não poderá permanecer nas mãos do seu possuidor" (ibid., p. 76, grifo do autor). O trabalho, de fato, estava imbuído de inúmeros valores morais, justificando seu papel na sociedade:

> Nada mais *universal* do que o Trabalho – todos os homens trabalham. Nada mais *nacional* de que o Trabalho – cada povo trabalha conforme geografia, tradições e hábitos que lhe são próprios. Nada mais *cristãos* do que o Trabalho – Deus o ordenou, Cristo praticou-o e é por ele que o homem mais se aproxima do Criador, criando também (ibid., p. 78, grifo do autor).

Tal referência à natureza cristã do trabalho (e da propriedade) ressoava com a doutrina social da Igreja católica, segundo a qual, ao trabalhar, o homem "aplica, para assim dizer, a si mesmo a porção da natureza corpórea que cultiva e deixa nela como que um certo cunho da sua pessoa, a ponto que, com toda a justiça, esse bem será possuído de futuro como seu" (LEÃO XIII, 1891, alínea sexto). Ou seja, a propriedade, para o trabalhador, representava uma verdadeira extensão de sua personalidade, e não só um capital imobiliário, convertível em dinheiro pelo intermediário do mercado, conforme a visão economicista dos liberais (e dos socialistas materialistas).

A doutrina social da Igreja católica exerceu de fato uma influência considerável entre os vários "técnicos das ideias gerais" (RABINOW, 1995, p. 9) que definiram a política habitacional na Era Vargas. Foi o caso, por exemplo, do engenheiro-arquiteto Rubens Porto, responsável na década de trinta pelo Serviço de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão vinculado ao MTIC, mas também membro da ACB e representante do Brasil no Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (ALMEIDA, 2008, p. 36). Como integrante do CNT, desempenhou um papel fundamental na transformação dos IAPs em agentes produtores e financiadores de habitações para as classes médias e populares (ibid.): entre 1942 e 1950, foram edificados 12 grandes conjuntos no Rio, na forma de casas geminadas ou de blocos de apartamentos, às vezes chamados de "vilas proletárias", num total de 12.238 unidades que beneficiaram 61.190 habitantes, em sua maioria nas Zonas Oeste (Realengo) e Norte (Padre Miguel, Irajá, Olaria, Penha) da cidade (GALDO & DALFON, 2011). Em um artigo publicado no *Boletim do MTIC*, em que defendia justamente a aplicação dos fundos patrimoniais das instituições de previdência à construção de "casas baratas", Porto citava abundantemente os pensadores católicos franceses, como Paul Chanson, Presidente do Sindicato Patronal Marítimo de Calais no norte da França e autor de uma fervorosa defesa do corporativismo (*Les droits du travailleur et le corporatisme*, de 1935), segundo o qual "a gente só conseguirá a recuperação moral e mate-

rial do proletariado quando os trabalhadores poderão gozar de um mínimo de propriedade" (CHANSON, 1935 apud. PORTO, 1937, p. 266). Cita também Georges Lamirand, militante pela Union Sociale des Ingénieurs Catholiques e pela Confédération Française des Professions (futuro Centre Français du Patronat Chrétien), que atuou como Secretário de Estado da Juventude no governo de Vichy: "o homem só é homem pelo Lar. A oficina é um meio, o fim é a família. Ganha-se a vida, conduzindo uma máquina, mas se vive em casa, no meio dos seus, educando os filhos" (LAMIRAND, 1932 apud. PORTO, 1935). Enfim, há menção ao economista jesuíta de nacionalidade belga, Valère Fallon, professor na Universidade Católica de Louvain e autor dos *Principes d'économie sociale* (1935), fundador em 1935 da Associação Lar Proletário (PORTO, 1935, p. 267), uma instituição privada que, sob o comando da primeira dama Darcy Vargas, atuou a favor da casa própria para os pobres (Figura 27). Assim, para o idealizador das carteiras prediais, o acesso à casa própria servia antes de tudo para

Figura 27 – A associação "Lar Proletário" na imprensa de 1941.



Fonte: Correio da Manhã (1941) e Jornal do Brasil (1941b).
Nota: Ambos os artigos retratam a inauguração de um conjunto de duzentas casas geminadas na região próxima à Rua da Alegria, atual Rua Prefeito Olímpio de Melo (Benfica). As casas foram construídas em cima de um terreno doado à associação pelo próprio governo federal, com o objetivo explícito de contribuir para a erradicação das favelas – a companhia equitativa dos estado-unidos do brasil ofereceu os seguros necessários para viabilizar financeiramente o projeto. Longe de se reduzir a uma mera transação imobiliária ou de expressar algum direito à moradia, a aquisição da casa dava lugar a uma *mise-en-scène* do laço pessoal entre o dono da nova casa e a presidente da associação, também Primeira Dama. Outro detalhe significativo: o próprio Getúlio Vargas escolheu o nome de "Cardeal Leme", o pioneiro da Reação Católica, para a escola o conjunto (JORNAL DO BRASIL, 1943).

“moralizar o proletariado” (RAGO, 1985/2014, p. 24) – a própria categoria de “proletário”, na série das iniciativas públicas e privadas tomadas nos anos 1930 para solucionar o problema da habitação popular, parece ter funcionado como um instrumento simbólico para ao mesmo tempo dignificar o trabalho e vincular a subjetividade das classes populares ao lugar de produtor, de trabalhador. Ou seja, a proliferação dos epítetos “proletário” na denominação das iniciativas voltadas para as classes trabalhadoras indicava uma problematização moral do trabalho (diferentemente da categoria de “operário”, mais utilizada no período anterior, e que não possuía exatamente as mesmas conotações).

A tarefa de “moralizar o proletariado” cabia também a uma nova categoria de profissionais surgida no decorrer dos anos 1930, e que também compartilhava o ideário do catolicismo social: os assistentes sociais. Em 1936 foi fundada a primeira Escola de Serviço Social do país, em São Paulo, graças a uma iniciativa Centro de Estudos e Ação Social, órgão da filantropia católica buscando implantar a Ação Católica em São Paulo (NASCIMENTO, 2008, p. 56) – anos depois, a Escola ia integrar a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Em 1938, o governo central baixou o Decreto-Lei n. 525 do primeiro de julho de 1938, organizando o serviço social como serviço público em todo o país, através do Conselho Nacional do Serviço Social, com o objetivo de “diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social” e de “reconduzir o indivíduo, assim como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam”. Ao mesmo tempo, as escolas de serviço social estavam quase todas filiadas à União Católica Internacional de Serviço Social, embora existissem algumas escolas não-confessionais (ibid.). Logo o regime e as administrações locais envolveram os profissionais do serviço social na execução das políticas habitacionais: no Rio de Janeiro, onde a primeira escola de serviço social, vinculada ao Instituto de Educação Familiar e Social (futura PUC-Rio), surgiu em 1937, as assistentes sociais (pois se tratava de uma profissão eminentemente feminizada) efetuaram inquéritos sociais, mapearam comunidades, acompanharam moradores e coordenaram os serviços de ação social, como durante a remoção dos moradores da favela do Largo da Memória para o Parque Proletário da Gávea em 1942 (ibid., p. 64 et passim). Até nos conjuntos construídos pelos IAPs brotaram núcleos de serviço social (ibid., p. 59). Assim, quando o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) lançou, em 1942, a Jornada da Habitação Econômica, um evento

marcante na história dos debates acerca da habitação popular (BONDUKI, 1999), participaram não somente médicos higienistas, engenheiros e arquitetos interessados em otimizar o custo da habitação higiênica, mas também profissionais do serviço social, preocupados com a dimensão moral da habitação popular[138].

A contribuição do assistente social Francisco de Paula Ferreira, membro da Diretoria do Corpo Docente do Instituto de Serviço Social de São Paulo, à Jornada da Habitação Econômica, resume muito bem o ponto de vista moral da profissão: após citar "a festejada 'Rerum Novarum'", o assistente social lamentava o lugar ocupado pela família na vida do indivíduo,

> Hoje parcelado, com grandes prejuízos, entre o jogo, a taberna, as dissipações externas que esgotam os recursos financeiros e as forças físicas e morais dos homens. Não havendo permanência em casa, não pode também será a família aquele centro *educador* de pais e filhos, de adultos e crianças, condensador de *energias morais e espirituais* e agente transmissor da *civilização* e da *cultura* (FERREIRA, 1942, p. 173, grifo meu).

Ferreira prosseguia assim com a problematização moral da habitação popular, denunciando a promiscuidade reinando nos cortiços[139], que prejudicavam antes as mulheres, o efeito "despersonalizador" da habitação anti-higiênica sobre o chefe de família[140], os danos na educação dos filhos[141], ou até o fermento da rebelião que tal tipo de habitação instigava no povo[142]. Com efeito, para Ferreira,

> Além de preencher requisitos de natureza higiênica ou sanitária, a casa deve oferecer aos que dela vão servir-se condições favoráveis a uma vida sã do *ponto-de-vista psicológico e moral*. Não basta que proteja a saúde do corpo:

---

[138] A Jornada, preparada por uma comissão que chefiava Rubens Porto, contou também com a presença de um jurista versado em criminologia como o professor Geraldo Gomes Correa da Faculdade de Direito de Sorocaba, do educador Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio da Prefeitura de São Paulo (e folclorista renomado) e de cientistas sociais renomados como o geógrafo francês Pierre Monbeig e o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Essa multiplicação dos saberes sociais envolvidos na problematização da habitação popular nos lembra a definição da patronagem por Rabinow: "pastoral attention plus social science" (RABINOW, 1995, p. 173). Vale destacar que, em associação com a Jornada, ocorreu uma Exposição da Casa Popular, durante a qual a Associação Lar Proletário apresentou as casas por ela construídas (JORNAL DO BRASIL, 1941b).

[139] "No cortiço e em outras moradias semelhantes, desde o amanhecer até o cessar tardio do movimento de inquilinos, está a mulher à vista de todos, sujeita à promiscuidade, desde o tanque comum até as demais instalações" (FERREIRA, 1942, p. 173).

[140] "A habitação, em más condições, longe de ser um anteparo natural à exteriorização despersonalizadora do homem, transforma-se em fator que apressa o mal", já que "o caráter do homem sofre, por outro lado, grandes perversões em face das dificuldades da vida de que a casa anti-higiênica e sem conforto é um constante lembrete" (ibid., pp. 173-174)

[141] "Como exigir que ela [a criança] não procure a rua e a liberdade, se no quarto não há espaço senão para pessoas deitadas? [...] Graves problemas daqui decorrem, denunciando males cuja gênese, como vemos, se vincula à má habitação: a delinquência e a criminalidade infantil e juvenil, o abandono físico e moral ou o perigo moral; a fuga de menores; as moléstias, que dizimam a infância que mora mal e que arruína a saúde num gênero de vida totalmente contrário às exigências vitais" (ibid., p. 175).

[142] "O operário que não encontra em casa um ambiente que lhe propicie o necessário descanso físico e mental torna-se um revoltado contra uma ordem de coisas que o escraviza a um trabalho mal remunerado" (ibid., p. 174).

> precisa ainda prevenir a *integridade da vida moral e espiritual* dos moradores (ibid., p. 176, grifo meu).

Para o assistente social Jacy Coutinho Vianna, autor da palestra sobre “o ideal em habitação coletiva”, a solução para “a célula social que é a família [...] desenvolver-se normalmente” e assim “ir se desdobrando em outras células sadias” (VIANNA, 1942, p. 138) estava na garantia de compra oferta ao inquilino: “só assim poderá despertar o zelo pela casa, pelo senso de responsabilidade que suscita em seus moradores. E ainda, o meio seguro de gerar o espírito de economia e de previdência” (ibid., p. 140). Já para o “pesquisador social” do Departamento de Serviço Social de São Paulo Hélio Arruda, que discorreu sobre “a habitação e a harmonia conjugal”, “deve ela [a habitação popular], em regra, revestir-se de um caráter individual, capaz pelo menos de impedir, que, na orientação da vida familiar, sobreponha-se à razão do chefe a opinião de elementos estranhos à família” (ARRUDA, 1942, p. 199). Quase um século depois de Le Play, Arruda temia igualmente os efeitos da má habitação (ou seja, da habitação coletiva) sobre a autoridade paterna.

> As donas de casa, na intimidade que lhes traz o convívio exagerado a que as submetem certas habitações, como que se unem, num espírito de solidariedade por vezes prejudicial; e isso porque arcam às vezes com responsabilidades que lhes não são próprias, em detrimento do senso do dever daqueles a quem elas incumbem (ibid., p. 201).

Assim, os profissionais do serviço social reatualizavam a gramática paternalista do catolicismo social, através de novas práticas de governo: a governamentalização do Estado brasileiro nos anos 1930, que ampliou consideravelmente a intromissão do Estado na habitação popular, ocorreu, portanto, junto à cristalização de práticas e representações paternalistas. Ou seja, no caso brasileiro, não houve ruptura entro o moralismo típico dos filantropos novecentistas (ou dos católicos sociais) e o Estado de bem-estar social, para retomar a interpretação do caso francês por Rabinow; na verdade, o caso brasileiro contradiz a tese (vagamente evolucionista?) segundo a qual “o avanço do capitalismo, com a sua estrutura anônima, minou a cada vez mais a concepção personalista das relações políticas que caracteriza o modelo patronal” (RABINOW, 1995, p. 170): uma generalização do modelo paternalista ou “personalista” acompanhou o avanço do capitalismo, na sociedade brasileira dos anos 1930.

Enfim, gostaríamos de mencionar outra finalidade que a política da casa própria assumiu no período varguista, uma finalidade expressa de modo difuso porém insistente nos escritos dos ideólogos estado-novistas: a sedentarização das classes populares brasileiras. Em uma “reportagem especial” da revista *Cultura Política* de 1943,

sobre o problema “da habitação econômica destinada às classes menos favorecidas”, a equipe da revista, comentando as declarações de Helvécio Xavier Lopes, o presidente do IAP dos Empregados em Transportes e Cargas, destacava as duas opções “extremas” comuns na concepção das políticas habitacionais, “uma, exagerada, atribuindo aos governos o direito de substituir em quase tudo a iniciativa privada, e, outra, retrógrada, que não admite a intromissão do poder estatal na esfera, só lhe reconhecendo função fiscalizadora, de polícia” (CULTURA POLÍTICA, 1943, p. 73). Apoiava então a solução intermediária encontrada pelo regime, que foi de “coordenar e incentivar as empresas que se propõem melhorar as condições de habitação e, especialmente, as das classes economicamente menos favorecidas” (ibid., p. 75). “Profundamente imbuído de convicções, hauridas da ética cristã”, o Estado Nacional teria assim compreendido “o alcance sociológico que cabe ao lar como centro concretizado da vida familiar. A família, célula da organização social, forma a base da comunidade nacional” (ibid., p. 77). Todavia, a defesa da política da casa própria não parava aí, pois fazia também referência à necessidade, tanto econômica quanto moral, de “enraizar” a população trabalhadora:

> Conseguia-se, assim, também *enraizar camadas até então pouco sedentárias* e facilmente propensas a migrações internas. Essas frequentes mudanças de residência dos trabalhadores prejudicam o desenvolvimento da indústria e da agricultura, que não podem contar com a necessária reserva de braços. *Ligar os assalariados ao lugar de ocupação* ou, pelo menos, à região, estabelecendo ali residências convenientes, implica a formação de profissionais especializados, que tanto faltam ao país [...] Uma vez *atados à terra* pela longa permanência em determinada cidade e, até, bairro, nasce nos trabalhadores *o desejo profundamente humano de radicar-se, de ‘ficar’, de ‘armar uma tenda’*, e desenvolve-se a esperança de tornar-se proprietário, dono de uma casa. O Estado Nacional, no intuito de fomentar o espírito de propriedade, seguiu uma política de habitação que *não apenas abriga* o proletário, mas lhe facilita a aquisição de uma casa própria. Não se construíram arranhacéus com apartamentos minúsculos alugados aos assalariados, mas sim casas com jardins destinadas a serem compradas em prazos e prestações suaves, adaptadas ao nível proletário. Destarte fortalecia-se, com o *espírito de propriedade*, a consciência para com as responsabilidades econômicas e fortificavam-se as tendências de previdência voluntária (ibid., p. 77).

Havia outra política, desenvolvida simultaneamente às iniciativas no campo da “habitação econômica”, que também fazia referência ao nomadismo das classes populares brasileiras como empecilho à modernização do país: a política de colonização agrária, manifesta pela chamada “Marcha para o Oeste[143]”. Em um artigo sobre as

[143] Lançada junto à inauguração da cidade planejada de Goiânia, a “Marcha para o Oeste” levou concretamente à “criação dos territórios federais em 1943: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguaçu e Ponta Porã. O governo federal atuou também na região de colonização do norte do Paraná, o que deu origem a uma série de novas cidades como Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama” (OLIVEIRA, 1943).

condições sociais na região fronteiriça vizinha ao Salto das Sete Quedas (Mato Grosso do Sul), publicado em 1941, o historiador e crítico literário Nelson Werneck Sodré denunciava o "nomadismo eterno" ao qual o campesinato das áreas fronteiriças estava preso, desde os primórdios da ocupação, devido à extrema dispersão humana, até o regime da grande propriedade e da concessão, que impedia o acesso dos pobres ao solo agrícola (SODRÉ, 1941, pp. 26-28). "Desse nomadismo enraizado", interpelava o militar carioca, "o que surgiu, senão uma grande pobreza? Deserção e pobreza, são os dois sinais visíveis do panorama fronteiriço" (ibid., p. 29) – ou seja, o nomadismo popular atuava como causa do pauperismo. E de acrescentar:

> E que país, e que região conheceu, jamais, a prosperidade senão pela *fixação* do elemento humano, capaz de se ligar, pelo interesse local, à terra, de sobreestimá-la, de vincular-se ao solo, para que o Estado possa exercer a sua autoridade e haja uma superfície de aplicação capaz de suportar as influências e a ação diretiva da autoridade? [...] O país precisa *fixar* elementos nacionais na fronteira, precisa permitir-lhes a oportunidade de vida. Só a posse da terra confere tais horizontes. Só a civilização da agricultura permite uma perspectiva tão expressiva, indispensável (ibid., grifo meu).

A solução ao problema do nomadismo nesse contexto fronteiriço passava então pelo mesmo mecanismo: o acesso à propriedade, através do loteamento de terrenos. Sodré elogiava assim o Decreto-Lei n. 1.164, de 18 de março de 1939, que previa a divisão em lotes das terras públicas "compreendidas nos primeiros trinta quilômetros contados da linha da fronteira", incumbindo ao Ministério da Agricultura a organização de "um plano de loteamento e colonização" (art. 2º). Os lotes deviam ser concedidos a "brasileiros natos, casados com brasileiras natas", com "aptidão para os trabalhos agrícolas" (art. 4º), tendo em vista "o aproveitamento racional e imediato das terras, que não deverão constituir latifúndios inexplorados ou deficientemente explorados" (art. 8º). O geógrafo e filósofo Beneval de Oliveira, em um artigo sobre "o problema da ocupação do solo", publicado na mesma revista *Cultura Política*, apoiava igualmente o loteamento das terras desocupadas ou improdutivas, a benefício do pequeno campesinato.

> A usucapião, a criação de colônias agrícolas, a instalação de núcleos agroindustriais, o loteamento de terrenos agricultáveis nas áreas fronteiriças, o levantamento das terras devolutas e o seu consequente loteamento, tudo isso vem imprimindo confiança no futuro da nacionalidade. [...] Também a assistência ao pequeno lavrador pelas carteiras de crédito agrícola torna possível a estabilização do homem no campo, pois o problema da fixação é essencial para a ocupação definitiva do solo (OLIVEIRA, 1943, pp. 46-47).

E de acrescentar: "o nomadismo dos nossos pobres matutos tem construído até tradição" (ibid., p. 47). Portanto, a política da casa própria pertence também de um contexto histórico mais geral, o da luta secular entre nômades (o proletariado operário

e camponês) e sedentário (o Estado), o da tentativa por parte do aparelho estatal de capturar a atividade construtiva das classes populares – a política da casa própria e o loteamento aparecem então como tecnologias de sedentarização[144].

1.4.2 "Casa" e "lote proletários": entre a "legalização do ilegal" e a "produção legal da ilegalidade"

1.4.2.1 O Departamento de Construções Proletárias (DCP)

Enquanto o legado dos IAPs e os "parques proletários" formam aspectos conhecidos da política habitacional implantada no Rio de Janeiro na Era Vargas, a política da "casa proletária" caiu no esquecimento, se não fossem os trabalhos da historiadora do urbanismo Flávia Brito do Nascimento, autora de *Entre a estética e o hábito: O departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*, de 2008, e de *Onde devem morar? Favelas, casas populares e a ação da prefeitura do Rio de Janeiro (1937-1945)*, de 2003. Aconteceu que, em 1934, o então interventor no Distrito Federal Pedro Ernesto Batista (1931-1935) nomeou uma comissão, chefiada por Godoy, para "facilitar as pequenas construções nas zonas suburbana e rural" (O GLOBO, 1934) (Figura 28). Escolhido em 1931 para assumir o comando da P.D.F., o médico Pedro Ernesto, um dos mais progressistas dentro do movimento tenentista, se distinguia dos prefeitos "obreiros" anteriores pelo seu perfil mais assistencialista[145]: introduziu várias reformas no campo da educação (construção de novas escolas e mudança no currículo) e da saúde pública (construção de cinco novos hospitais e de inúmeros centros de saúde), defendeu um novo conceito de assistência social, inspirado do modelo americano, e criou uma Secretaria de Saúde e Assistência em 1935 (CONNIFF, 1981/2006, p. 165). Assim como no caso da legislação trabalhista, a propaganda oficial justificava a política social de Pedro Ernesto por argumentos de cunho paternalista, aproveitando a figura do "médico *bondoso*", "familiar na política das periferias do Centro e das pequenas cidades do Brasil" (ibid., p. 142, grifo meu). Integrante da comissão, o empresário José Milliet, na hora de entregar o relatório, se referia ao

[144] Tal constatação ecoa vários estudos sobre a produção da domesticidade entre populações colonizadas. Cf., por exemplo, COMAROFF & COMAROFF, 1992.

[145] Antes de se tornar interventor federal, Pedro Ernesto assumiu em 1930 o Departamento Nacional de Assistência Pública, criado pelo Decreto n. 19.444 do primeiro de dezembro de 1930, no âmbito do Ministério da Saúde e da Educação, para reorganizar os serviços de assistência hospitalar e de assistência aos psicopatas.

Figura 28 – A política da “casa proletária”: as “pequenas construções” contra as favelas e os cortiços.



Facilitando as pequenas construcções

Modificações suggeridas pela commissão ao interventor para estimular pequenas edificações, favorecendo as classes proletarias

PARA SUPPRIMIR, GRADATIVAMENTE, AS “FAVELLAS” E “CORTIÇOS”

O Sr. José Milliet quando pronunciava seu discurso

Fonte: *O Globo* (1934).
Nota: Observa-se o uso do plural no caso da expressão “classes proletárias”: ao contrário das “vilas operárias” que atendiam principalmente os funcionários de grandes fábricas, a política da casa proletária alvejava as várias categorias de trabalhadores, incluindo camponeses morando na zona rural, trabalhadores do comércio, militares e funcionários públicos. Vê-se também que, naquela época, o substantivo “favela” ainda não estava totalmente admitido na língua escrita.

prefeito como ao “grande *amigo* do povo”, cujo “feitio *caritativo* era sobejamente conhecido de toda gente” (JORNAL DO BRASIL, 1934). O trabalho da comissão resultou, de fato, em uma proposta de decreto que o prefeito promulgou no mesmo, o Decreto n. 4.921, de 30 de junho de 1934, que “regulamenta a construção de pequenas habitações para as classes proletárias”.

Em primeiro lugar, o decreto previa isenções de emolumentos e taxas para as construções nas zonas suburbana e rural (art. 1º), a não ser um alvará simples de 30 mil-réis[146]. Entretanto, elas tinham que seguir normas específicas: só podiam possuir um pavimento e abranger uma superfície máxima de 70 m², e ficar fora das ruas dominantes ou para o tráfego dos bondes (art. 2º). Deviam também respeitar um afastamento mínimo de 6 m em relação aos logradouros e 1,5 m em relação às divisas

[146] Para se ter uma ideia, a legislação de 1940 fixava em 240 mil-réis o valor do salário mínimo.

laterais. Assim como constava no código de obras então vigente (Decreto n. 2.747, de 9 de novembro de 1926), o pé direito não podia descer abaixo de 3 m, tendo uma tolerância de 2,50 m para o banheiro e a cozinha (art. 2º); precisava-se também de uma camada de 10 cm de concreto para garantir a impermeabilidade do solo dentro de casa. Sobretudo, o decreto apresentava duas novidades. A primeira estava no art. 9º: "para facilitar aos pequenos proprietários que assim o preferi[ss]em", a prefeitura anunciava fornecer "mediante pagamento de uma taxa única de 10 Mil Reis, projetos de residências econômicas que variarão de um quarto, cozinha e W.C. a três quartos, uma sala, cozinha, W.C. e banheiro". Ou seja, o decreto, sem acabar com a fiscalização, propunha uma redução dos custos induzidos pela própria fiscalização (e do tempo gasto no andamento do processo), visto que não precisava mais contratar algum profissional para elaborar o projeto da casa, sem falar que os projetos procuravam conciliar da forma mais eficiente o respeito às normas edilícias com o imperativo de economia. Com plantas concebidas por arquitetos e aprovadas por ela mesma, a administração municipal procurava disseminar certa racionalidade construtiva dentro da população: a racionalidade da "habitação econômica". A segunda novidade estava no art. 14 do decreto, segundo o qual o processamento das licenças e a fiscalização das construções ficavam a cargo de uma "Divisão especializada" (art. 14) dentro da 4ª Subdiretoria da Diretoria Geral de Engenharia, responsável pelas edificações particulares: um ano depois, estava organizada a Divisão das Construções Proletárias (JORNAL DO BRASIL, 1935), sob o comando do Engenheiro-Chefe Edgard Duque de Estrada[147].

O preâmbulo do decreto resume muito bem os vários princípios que nortearam o legislador, princípios que estão na confluência de várias racionalidades políticas:

> Considerando que é indispensável auxiliar-se a construção de pequenas habitações para as classes proletárias; considerando que a ação do governo deve exercer-se indiretamente de maneira a estimular a iniciativa particular, no sentido de construírem pequenas habitações, de acordo com o nosso clima, atendidas as condições fundamentais estabelecidas pela higiene domiciliar; considerando que o problema da habitação para o pobre vem sendo mal solucionado nesta Capital, por falta de amparo oficial e em virtude de imposições regulamentares, que, no entanto, podem ser atenuadas; conside-

[147] Pelas informações que consegui da imprensa, Duque de Estrada se formou pela Escola de Belas Artes do Rio e trabalhou como jornalista no diário *A Noite*, o que pode explicar a ampla cobertura que esse deu à política da casa proletária, além de funcionar, desde o ato de encampação de 1940, como "órgão de elogio obrigatório a todos os governos" (FERREIRA). Aparentemente, Duque de Estrada possuía também ligações com o catolicismo social, visto que em 1943 assumiu a direção da Federação dos Círculos Operários Cariocas, em uma cerimônia organizada na matriz do Engenho de Dentro (O GLOBO, 1943a).

> rando que há necessidade premente de se promover o desaparecimento gradativo das favelas e dos cortiços, cujos inúmeros males têm sido proclamados e verificados nesta Capital; considerando que toda a moradia tem direito a dispor, em proporções adequadas, de rua, jardim e pátio; considerando que ao Estado cumpre não só incentivar nesta cidade a multiplicação dos pequenos proprietários, como, ainda, estimular as famílias operárias a possuírem a sua habitação.

Tratava-se assim de produzir habitações higiênicas, em substituição aos cortiços e às favelas que proliferavam pela cidade – pelo que eu sei, o decreto n. 4.921, e não o Código de Obras de 1937, foi o primeiro texto jurídico a mencionar a categoria de "favela", ademais sem colocar aspas. Entretanto, não cabia ao município produzir diretamente as habitações das classes proletárias (como reclamavam os socialistas), mas sim de "estimular a iniciativa privada", segundo uma lógica de mercado – por isso, a habitação das classes proletárias não podia ser outra coisa do que uma "pequena habitação", pois só assim conseguia se tornar um negócio lucrativo. Tal estímulo devia vir antes de uma "atenuação" das "imposições regulamentares" – vale lembrar que José Milliet tinha interesse em abrandar as obrigações pesando sobre a construção de casas para as classes populares já que dirigia uma companhia imobiliária especializada no loteamento das áreas suburbanas, a Companhia Brasileira de Terrenos (O GLOBO, 1942a). E nem se cogitava alojar as classes proletárias em apartamentos alugados dentro de conjuntos: por um lado, a solução ao problema da habitação popular ficava subordinada à disseminação da propriedade dentre a população pobre; por outro lado, o modelo visto como o mais desejável (especialmente por Godoy) para as classes populares era o da cidade-jardim, da casa com direito à rua e ao quintal. O decreto se distinguia então da legislação anterior, que privilegiara os pequenos conjuntos no molde das vilas operárias ou das casas em vilas – estas últimas, por exemplo, não ofereciam acesso direto (e privativo) à rua e ao quintal. Para Godoy, ao garantir esses direitos, a cidade-jardim incarnava a promessa do progresso, de um mundo ao mesmo tempo mais avançado e mais justo: "a moradia nos fundos de outra residência [...] é humilhante e deve ir a pouco e pouco desaparecendo, como um dos corolários da civilização, a qual, através da indústria, busca cada vez mais, pelos seus resultados, a supressão das desigualdades sociais" (JORNAL DO BRASIL, 1934) – porém a "supressão das desigualdades sociais" passava pela reificação da desigualdade dentro do espaço urbano, pois às "classes proletárias" era negado o acesso

direto ao centro da cidade, devido ao zoneamento, assim como às “ruas dominantes” e atravessadas pelo transporte coletivo[148].

O Código de Obras de 1937 ensejou continuação à política da casa proletária, esclarecendo o conteúdo dos dispositivos já existentes. Assim, no capítulo das “construções de tipo especial” (Capítulo XIV), o Código dedicava um título inteiro às “habitações proletárias de tipo econômico” (Título III). Dentro das “construções de tipo especial”, as habitações proletárias se distinguiam então dos “núcleos de habitações de tipo mínimo”, que remetiam à política dos parques proletários. Ambos se opunham às “habitações anti-higiênicas”, título único do capítulo XV, das quais faziam parte os cortiços[149] (Secção I) e as favelas (Secção II). O Código de Obras explicitava, portanto, o sistema das categorias que organizavam a atuação do munícipio no campo habitacional; em particular, no Código constava a primeira definição oficial da favela, remetendo a “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto” (art. 349) – estavam elas “absolutamente” proibidas, assim como os cortiços, independentemente da zona[150]. Já as habitações proletárias consistiam em “pequenas casas destinadas à habitação para as classes proletárias, localizadas em ZR3[151] e ZA, constituídas de um único pavimento, de área não superior a

[148] Acrescentaremos que, em vez de garantir o destino social das “construções proletárias” pela fixação de um preço máximo à venda, o legislador resolveu limitar o espaço ao qual as famílias populares tinham direito: 70 m² – com efeito, diga-se de passagem, o decreto aumentava o lucro dos construtores, que não precisavam mais pagar taxas e emolumentos, mas não necessariamente baixava o preço das habitações para as classes populares. Havia outras soluções possíveis, que requeriam maior intervenção do governo nos mecanismos do mercado: na França, a Lei Bonnevay, de 23 de dezembro de 1912, impunha valores máximos aos alugueres das *habitations bon marché*, de acordo com o número de cômodos, ao mesmo tempo em que estabelecia uma superfície mínima (inicialmente, 9m² por cômodo).

[149] Os cortiços continuavam sendo um problema para as elites cariocas da década de trinta. “É vezo afirmar-se haver Pereira Passos, que, em verdade, foi o iniciador da remodelação do Rio, acabado com os cortiços e saneado a cidade. Não é bem isso, os cortiços continuam a existir. [...] Casarões antigos, velhos solares que não foram modernizados, estão, todos eles, entabicados, repartidos, transformados nas mais sórdidas casas de cômodos, onde vivem homens e mulheres de todas as idades, doentes e sãos, trabalhadores e inúteis, numa promiscuidade perigosa. Em S. Cristóvão, esses antigos palacetes, transformados em habitações coletivas, montam a 23% das construções e em Botafogo” (A NOITE, 1932).

[150] Contudo, o Código permitia a construção de casas de madeira na Zona Rural e Agrícola e nos morros situados fora do Centro e das Zonas Comercial, Portuária e Industrial, “não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Teresa, do Pasmado, da Babilônia e nas vertentes do lado do mar dos morros de São João, da Saudade, dos Cabritos e do Cantagalo” (art. 292) – morros que já se encontravam, naquela época, em processo de favelização, daí provavelmente a interdição de construção. As casas de madeira deviam obedecer às mesmas normas contidas nos regulamentos de 1925 e 1926.

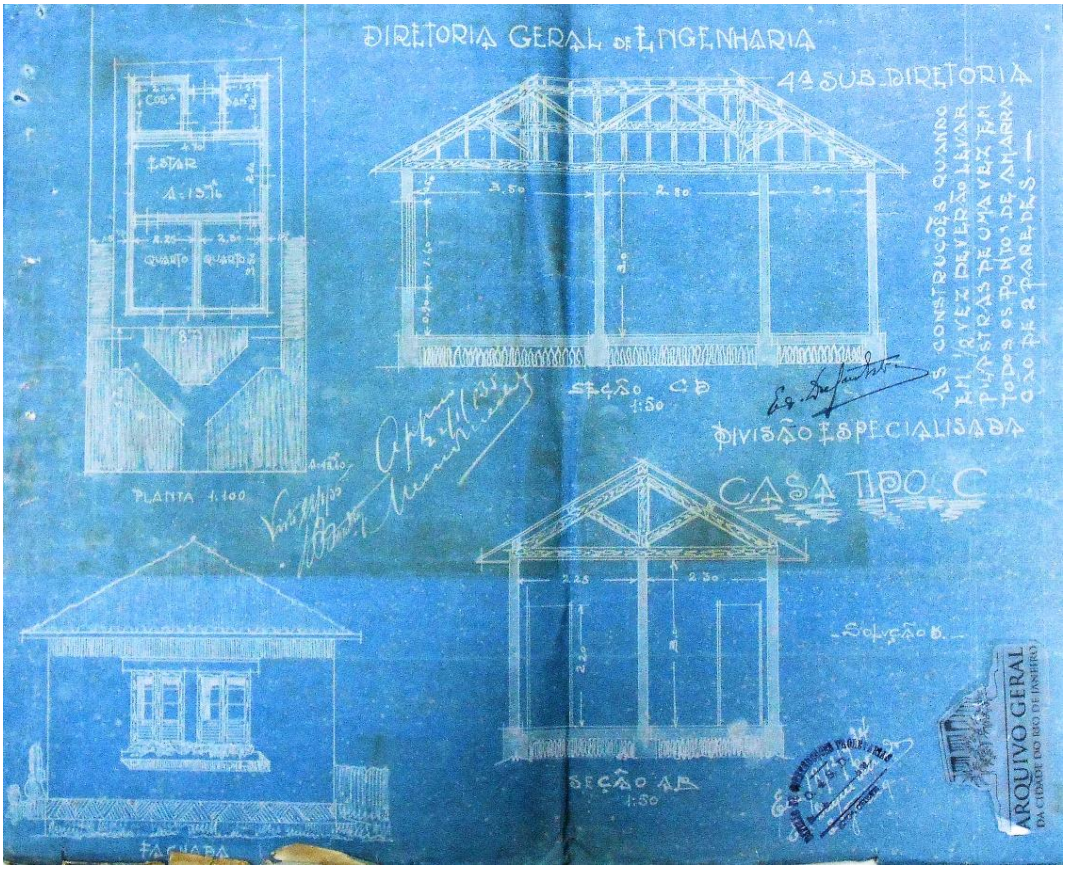
[151] Em ruptura com os zoneamentos anteriores, o do Código de Obras de 1937 não usava expressões da língua comum para designar as várias zonas, preferindo uma terminologia técnica (art. 7º): o Centro correspondia assim à Zona Residencial 1 (ZR1), as áreas urbanizadas da Zona Sul (até Leblon) e do início da Zona Norte (até a Tijuca) à Zona Residencial 2 (ZR2) e o subúrbio (Meier, São Cristóvão,

sessenta metros quadrados (60m²)" (art. 346) – o novo Código consagrava assim a identificação, vigente desde o final do século XIX, da zona residencial proletária com as zonas rurais e suburbanas. Com efeito, a superfície máxima das casas proletárias tinha sofrido uma redução de 70 para 60 m². Já o recuo mínimo (6 m, o dobro do que o Código impunha às construções normais) permanecia o mesmo, assim como uma série de normas relativas à ventilação e iluminação dos compartimentos, e a instalação da água potável (mais uma vez, a caixa do abastecimento geral tinha de ficar separada do vaso da latrina). Por sua vez, a altura do pé direito tinha caído para 2,8 m, contra 3 m no caso das construções normais – facilidade à qual se somavam outras, relacionadas às ZA e ZR3, e na maioria já formulada no regulamento de 1925, como a possibilidade de construir paredes em meio-tijolo ou de usar somente cimento para a impermeabilização dos solos. Tais construções ficavam isentas de quaisquer emolumentos e taxas, a não ser o pagamento de um alvará simples de 30 cruzeiros. O Código estipulava igualmente ao decreto de 1934 que os projetos disponibilizados pela Diretoria de Engenharia da P.D.F. (Figura 29) iam ser divididos em três classes, de acordo com o número de cômodos (A: quarto, cozinha e gabinete sanitário; B: quarto, sala, cozinha e gabinete; C: dois quartos, sala, cozinha e gabinete). Entretanto, acrescia uma observação de grande relevância: segundo o art. 346, § 6º, "a construção poderá ser feita independentemente da intervenção de profissional licenciado, nos casos em que for adotado o projeto-tipo da prefeitura". Ou seja, a prefeitura deixava explícito que as casas proletárias podiam ser construídas pelos próprios proletários, "aproveitando para isso as folgas do domingo" (JORNAL DO BRASIL, 1935), desde que respeitassem a planta fornecida. Com isso, o código de 1937 conciliava duas exigências até então contraditórias: o controle da atividade construtiva pelo intermediário de profissões regulamentadas (engenheiros e arquitetos) e a "liberdade de construção" para as populações mais pobres.

Desde 1935, a Divisão de Construções Proletárias começou a entregar projetos padronizados de casas para proletários, àqueles que pretendiam construir suas casas com as próprias mãos, mas também às companhias interessadas em vender casas prontas para as classes populares. Em 1936, a Companhia Brasileira de Terrenos de José Milliet iniciou assim a construção de "800 casas do tipo proletário" no subúrbio da Penha, provavelmente dentro de um loteamento aberto pela mesma companhia

Ramos, Madureira, Penha e Inhaúma) à Zona Residencial 3 (ZR 3). O resto era Zona Rural ou Agrícola (ZA), a não serem os "núcleos populosos" da ZA e as ilhas de Paquetá e do Governador (art. 8º).

Figura 29 - Planta de casa proletária (tipo C).



Fonte: AGCRJ (2016).
Nota: Trata-se de uma planta de casa proletária do tipo C (dois quartos), usada em um pedido de licenciamento para uma construção situada na antiga Estrada Do Areal (hoje Avenida dos Italianos, no bairro de Rocha Miranda), aprovado em 1935.

(DIÁRIO CARIOCA, 1936). Do início até outubro de 1940, segundo o próprio Duque de Estrada, a Divisão concedeu 6.539 licenças para construções proletárias (Tabela 1), principalmente nos subúrbios de Madureira (1758 construções), Inhaúma (1.236), Irajá (1.119), Penha (1.003) e Pavuna (943), ficando bem atrás as áreas rurais de Campo Grande, Santa Cruz ou Guaratiba (O GLOBO, 1940). Já entre 1940 e 1945, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth, o ritmo das concessões ganhou novo impulso, que não perdeu tão rápido, passando para uma média de quase 2.000 construções licenciadas por ano, com um pico em 1942 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Vale ressaltar que essa média se aproximava do número de licencias residenciais concedidas pelo Departamento de Edificação da Secretaria Geral de Viação e Obras (SGVO): por duas vezes, em 1942 e em 1947, a SGVO concedeu até mais licenças para construções proletárias do que para construções residenciais normais (2197 e 1982, respetivamente). De fato, no início dos anos 1940, a Divisão passou

por mudanças importantes: com a reorganização administrativa de 1940, se tornou um Serviço vinculado ao Departamento de Edificações da SGVO; em 1941, para fim de "ampliação do serviço", o prefeito desligou o Serviço de Construções Proletárias do Departamento de Edificações, o subordinando diretamente à SGVO (JORNAL DO BRASIL, 1941a); já em 1942, o Serviço foi elevado ao estatuto de Departamento de Construções Proletárias (DCP)[152]. Ao mesmo tempo, a prefeitura abriu novos escritórios fora do centro, em Olaria, Madureira e Bangu, para atender "os subúrbios da Central e Linha Auxiliar" (A NOITE, 1941). À reorganização administrativa correspondeu também uma alteração da legislação vigente, com o Decreto n. 7.362, de 25 de setembro de 1942, que, "tendo em vista a necessidade de simplificação do processo de licenciamento das construções de moradia de valor acessível aos proletários", aumentou para 70 m² a superfície máxima e para dois o número de pavimentos autorizados, com a possibilidade de uma família morar em cada pavimento, desde que as entradas fossem independentes. Também reduziu os mínimos impostos, como a altura do pé direito (2,60 m para as salas e quartos, 2 m para a cozinha, o banheiro e o gabinete sanitário), a superfície dos compartimentos (que caiu para 6 m² no caso das salas e quartos) ou o tamanho da caixa d'água (de 600 L, contra 1000 L antes), que pode agora servir tanto ao abastecimento geral quanto ao sanitário. Sobretudo, o decreto instituiu a possibilidade de conseguir um "habite-se" provisório, uma vez os principais compartimentos acabados e as ligações à rede d'água e de esgotos concluídas.

O DCP se tornou um dispositivo importante na gestão da população urbana pela administração de Dodsworth. Em dezembro de 1941, o próprio prefeito foi inaugurar o novo escritório do Serviço de Construções Proletárias na Praça de Sé, em Bangu[153]. Aproveitou então para inaugurar também a Rua Abaeté, no mesmo bairro, e "entrar numa casa proletária para conceder o 'habite-se'" onde, segundo o jornal *A Noite*, encontrou "chorando de alegria e comovidíssimo com a presença inesperada

[152] Em 1946, o Decreto-Lei n. 9.124, de 4 de abril de 1946, rebatizou o DCP de Departamento de Habitação Popular, funcionando até 1962 (NASCIMENTO, 2004). Entretanto, continuou a cargo do sucessor "a fiscalização das construções proletárias licenciadas".

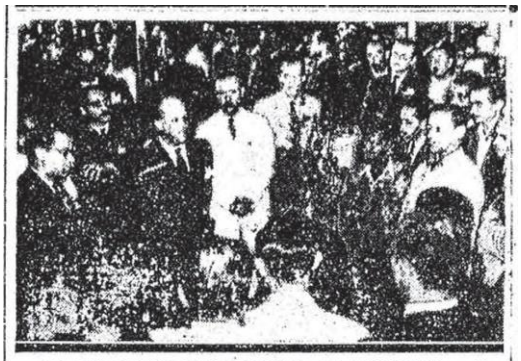
[153] A política da casa proletária teve certo impacto sobre a construção de Bangu. Em 1965, a geógrafa Maria Therezinha de Segadas Soares escrevia: "um centro industrial, criado em Bangu pela fábrica de tecidos Companhia Progresso Industrial, constitui o principal estabelecimento industrial dessa área escasse em grandes e mesmo em pequenas indústrias e dá uma fisionomia uniforme ao subúrbio de Bangu, com suas belas casinhas proletárias" (SOARES, 1965, p. 373). Há de notar que a Companhia Progresso Industrial foi responsável pela abertura de pelo menos oito loteamentos proletários nos anos 1940 e cinquenta, totalizando 1.080 lotes.

do prefeito, o proprietário, humilde operário da fábrica local" (ibid.). Assim, um documento meramente administrativo (uma licença para habitar um prédio construído), concebido antes como instrumento de controle sobre a atividade construtiva, acabou servindo de mediação na relação entre o líder do governo e a população governada – uma relação pessoal, onde à suposta generosidade do líder respondia a demonstração de afetos da população. De modo geral, as "licenças proletárias" incorporaram àquela economia do dom e contra-dom descrita por Gomes. Em 1942, o prefeito voltou a "ser convidado para ir a Bangu", com o fim de "dar *pessoalmente* o habite-se às 200 casas proletárias componentes do 1º núcleo residencial financiado e construído pela Cia. Progresso Industrial do Brasil para seus operários da Fábrica Bangu e em substituição às favelas ali existentes" (A NOITE, 1942a). *A Noite* comemorou então a substituição dos "barracões anti-higiênicos, horríveis e contrários aos nossos fins de civilização, dando ao operário e aos seus residência compatível com o que ele precisa e merece" (ibid.). Em setembro de 1942, "moradores das zonas longínquas do Distrito Federal" foram até o gabinete do prefeito para lhe prestar homenagem, "por motivo da criação do Departamento de Construções Proletárias", acompanhados do chefe do DCP Duque de Estrada, do Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social Ataulfo de Paiva, e de "representantes de sindicatos e caixas de pensões e aposentadorias, que constroem suas vilas, como se sabe, mediante licença e fiscalização da Prefeitura" (A NOITE, 1942b, p. 3). Segundo o vespertino carioca, "depois da homenagem, o Sr. Euclides Enes Pereira, morador de uma casa proletária, à Rua Abaeté, em Bangu, fez entrega ao prefeito de uma fotografia do ato da entrega do 'habite-se' feita há meses pelo Sr. Henrique Dodsworth" (ibid.), dando continuidade ao ciclo de relações pessoais entre o líder e a população. E não parou aí: em dezembro do mesmo ano, a esposa do prefeito foi ao escritório do DCP em Bangu, acompanhada do prefeito, para distribuir "brinquedos, roupas e gêneros às crianças e à população pobre da localidade" (Figura 30). Outras cerimônias parecidas aconteceram nos anos 1942-1945, como "na Vila da Penha, onde o senhor Henrique Dodsworth foi levado por empenho da população local, na sua maioria pequenos proprietários de casas construídas por intermédio do Serviço de Construções Proletárias" para receber "a doação de grande faixa de terreno destinado, exclusivamente, à edificação de uma

escola de moldes proletários. [...] Seu material será também de doação, como a mão de obra, oferecida pelos operários residentes na Vila da Penha" (O GLOBO, 1942b).

A atuação do DCP, de modo geral, não se restringia à concessão de licença para obras. Vale lembrar que, na perspectiva do governo, o DCP atendia "aos pobres ou remediados que não faz[ia]m parte de caixas beneficentes ou de aposentadorias" (A NOITE, 1942c, pp. 1-2), ou seja, complementava a atuação dos IAPs em favor da casa própria, dando assistência às populações mais pobres. Cabia assim ao DCP a

Figura 30 – Licenças proletárias e "paternalismo social".



OS SUBURBIOS AGRADECIDOS AO PREFEITO — Numerosos proprietarios de casas proletarias promoveram ontem uma manifestação ao prefeito Henrique Dodsworth, por motivo da transformação do antigo serviço em Departamento de Construções Proletarias, dando maior amplitude e facilidades para aquelles que aspiram possuir o seu teto proprio, assim como agradecer ao governador da cidade a manutenção na chefia do novo orgão, do engenheiro Duque Estrada. A convite dos manifestantes, saudou o prefeito Henrique Dodsworth o jornalista André Carrazoni, nosso confrade de "A Noite". O prefeito agradeceu sensibilizado a homenagem, fazendo o elogio do seu auxiliar, o engenheiro Duque Estrada, e afirmando que a sua administração se moldava no programa do Governo do presidente Getulio Vargas. Congratulou-se, ainda, o Sr. Henrique Dodsworth com os presentes pelo ensejo do contacto que desejava com as populações suburbana e rural desta capital. O nosso cliché focaliza um flagrante da homenagem.



BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DE BANGU' — A senhora Henrique Dodsworth, acompanhada do prefeito do Distrito Federal e da viuva Alvaro Catão, esteve, ante-ontem, em Bangú, onde, na sede do distrito local do Departamento de Construções Proletarias, distribuiu brinquedos, roupas e gêneros as crianças e à população pobre da localidade. Foi uma festa de grande emoção e sentimento altruistico na qual cerca de um milhar de pessoas foi beneficiado. O nosso "cliché" reproduz um flagrante tomado na ocasião.

Fonte: O Globo (1942e & 1942f).

localização definitiva, "nos pontos aconselháveis das zonas suburbana, rural e agrícola", das famílias que estavam provisoriamente alojadas nos Parques Proletários (O GLOBO, 1942c). Para quem não tinha como construir sua casa, o DCP pretendia "apelar para a iniciativa particular" e assim "obter doações de terrenos e materiais para construir núcleos residenciais mínimos", ou seja, apostava na "filantropia e abnegação" (ibid.). Cabia também ao DCP regularizar construções clandestinas, estimadas em dois mil no ano de 1945, legalizando os imóveis e permitindo aos proprietários o pagamento dos respectivos impostos (O GLOBO, 1945). O procedimento seguido levava então em aproximar as construções existentes dos planos concebidos pelo Departamento, como se fosse uma operação de planejamento *a posteriori*, conforme uma descrição dada pelo próprio chefe do DCP: "Vou ao local, levanto uma planta do que de fato está feito. Comparo com um dos tipos oficiais aprovados. Vejo o que mais

se assemelha, exijo o que falta para completar o tipo. Dou a licença e o infrator fica com a licença, a planta de situação, o projeto completo e um ano de prazo para completar a sua construção" (CORREIO DA MANHÃ, 1936). Esse conjunto de ação, ressaltaremos, tinha uma finalidade político-ideológica evidente. Em uma entrevista dada ao Globo em 1940, Duque de Estrada afirmou o seguinte:

> Nenhum proprietário de casa proletária foi preso como extremista da direita ou da esquerda. Os operários de gênio irascível, mal humorados, faltosos, moram, via de regra, em porões, casas de cômodos ou favelas. Uma vez conseguindo construir sua casa proletária sofrem grande transformação no gênio, tornando-se amáveis, voluntários e assíduos. O mesmo se verifica nos navios e nos quarteis; com marinheiros e soldados (O GLOBO, 1940).

É que a intervenção no campo da habitação popular tinha o propósito também de disputar aos comunistas o magistério sobre as classes populares[154]. Em agosto de 1937, o professor Mario Ponce de Leon, da Faculdade de Medicina e do Ministério da Instrução Pública e Previsão Social do Uruguai, deu no Rio de Janeiro uma palestra na qual considerou a habitação econômica como "a melhor obra contra o comunismo", o que rendeu no jornal *O Globo* (3 de agosto de 1937, p. 2) um artigo cujo título resume bem os pressupostos ideológicos da intervenção governamental no campo habitacional (Figura 31).

1.4.2.2 O "lote proletário", suporte da "casa proletária" ou da "urbanização especulativa"?

Tudo indica que o DCP pressionou a municipalidade no sentido de mudar a legislação sobre o parcelamento do solo. É que o departamento rejeitava muitos pedidos de licença proletária devido a "irregularidade" dos lotes onde os proprietários pretendiam edificar. Em 1936, Duque de Estrada contou que "de 3.000 pedidos de licença para construções proletárias, 2.500 tiveram de ser recusados, por motivo de loteamentos não aprovados, desmembramentos clandestinos ou vendas dolosas" (A

[154] O mesmo anticomunismo perpassou as iniciativas voltadas para as favelas naquela época: o

Figura 31 – “Um homem feliz não faz revolução!”



UM HOMEM FELIZ
não faz revolução!

O professor Ponce de Leon acha que o melhor meio de combater o communismo é dar conforto ao operario

Fonte: *O Globo* (1937).

NOITE, 1936), ou seja, mais de 80% dos pedidos estavam sendo negados! Perguntado sobre os meios de combater “a criminosa indústria dos loteamentos clandestinos e das vendas irregulares”, respondia Duque de Estrada:

> Não se sabe bem. O que se sabe é que, diariamente, os jornais trazem colunas e colunas de anúncios de escritórios, de companhias que vendem terras sem licença, sem loteamentos aprovados e pela zona rural espetam-se taboletas anunciando essas vendas. Diariamente, sou consultado por uma dezena de pobres operários que me apresentam cadernetas de lotes não aprovados, resultantes, à vezes, de desmembramentos irregulares e aos quais tenho que negar licença para construção (CORREIO DA MANHÃ, 1936).

À véspera do novo Código de Obras, o principal empecilho à política da casa proletária estava, de acordo com o chefe do DCP, na “falta de situação legal dos terrenos loteados e vendidos, senão clandestinamente, pelo menos irregularmente” – o comércio não-registrado dos terrenos atrapalhava todo o trabalho de conectar os artefatos gráficos uns aos outros, perturbava a cadeia documentar que servia de infraestrutura ao governo da cidade, vinculando a administração urbana à administração do mercado imobiliário. Era o problema dos “loteamentos clandestinos”, portanto, antes mercadológico do que urbanístico: importava, em primeiro lugar, “regularizar” o comércio dos terrenos, ou seja, traduzir em documentos reconhecidos pelo Estado as transações que ocorriam dentro do mercado imobiliário. Para isso, Duque de Estrada avançava algumas soluções punitivas, como multar os loteadores clandestinos ou instituir um imposto sobre as vendas, e outras positivas como incentivar o loteamento “de

todos os terrenos abertos, devolutos e abandonados, à espera de valorização", "facilitar tudo às companhias legalmente habilitadas a vender terrenos", "cuidar de uma legislação completamente técnica adequada, [...] prevendo os arrabaldes satélites, os pequenos grupamentos residenciais operários" (A NOITE, 1935). Em outra entrevista, Duque de Estrada pedia à Câmara Municipal que também facilitasse "os loteamentos permitindo lotes de 8x30 somente para as construções proletárias" (ibid., 1936) – exatamente dois terços (240 m²) da área prevista no caso dos lotes comuns (360 m²). Ou seja, para o engenheiro-chefe do DCP, o governo devia estimular o loteamento legal das glebas suburbanas e rurais, abrandando a legislação urbanística, na perspectiva de formar verdadeiros "arrabaldes satélites", núcleos de pequenas casas isoladas destinadas à população proletária – os novos arrabaldes se sobreporiam então à "criminosa indústria do loteamento clandestino". As propostas de Duque de Estrada contradiziam então aquelas formuladas por Godoy alguns anos atrás: para o redator do primeiro regulamento municipal sobre o parcelamento do solo, o governo precisava frear o parcelamento de glebas rurais e dar mais atenção à qualidade urbanística dos projetos. A racionalidade paternalista da "casa proletária" divergia, portanto, da racionalidade urbanística que orientara a codificação do loteamento[155].

Ao *facilitar* o loteamento de glebas rurais e suburbanas, Duque de Estrada estendia a racionalidade da habitação econômica ao parcelamento urbano, o que ia ao encontro de argumentos expressos por engenheiros e arquitetos interessados no problema da habitação popular. Por exemplo, na Jornada da Habitação Econômica de 1942, o arquiteto-engenheiro Amador Cintra do Prado deu uma palestra sobre o único tema do "lote econômico" e das "zonas residenciais populares". O paulistano começava por lamentar o "elevado valor que entre nós se dá aos terrenos urbanos", propondo, "para diminuir a elevada quota-parte cabente ao valor do terreno no custo da casa econômica [...] disposições urbanísticas [que] permitam melhor aproveitamento do terreno, favorecendo o zoneamento de casas populares" – o zoneamento garantindo que "as concessões não se tornem abusos" (PRADO, 1942, p. 120). Entre as

[155] A expressão de "arrabalde satélite" no lugar de "cidade-jardim" chama atenção: enquanto no modelo da cidade-jardim imperava certa autonomia do povoado com respeito às metrópoles vizinhas (graças à presença de comércios e indústrias locais), a ideia de "arrabalde satélite" presume a total dependência do novo povoado ao centro metropolitano. É que à busca pela eficiência urbanística da cidade-jardim se opunha a urgência de garantir ao proletariado urbano acesso à casa própria, independentemente das condições urbanísticas. Em sua contribuição para a Jornada da Habitação Econômica, o engenheiro Léo Morais lembrava que, para Ebenezer Howard, "a Cidade Jardim é antes de mais nada uma cidade, não uma vila, um bairro ou um subúrbio" (MORAIS, 1942, p. 114).

"disposições urbanísticas" listadas pelo arquiteto-engenheiro constavam, entre outras, aumentar o coeficiente de aproveitamento dos terrenos, diminuir a área reservada às praças e logradouros e redimensionar os lotes mínimos para 6 m de frente por 20 m de fundo. Tal conceito de "lote econômico", embora não formulado explicitamente, perpassou o Código de Obras de 1937. Assim, dentro do art. 583 tratando do "loteamento e desmembramento de terrenos", o § 11 previa que:

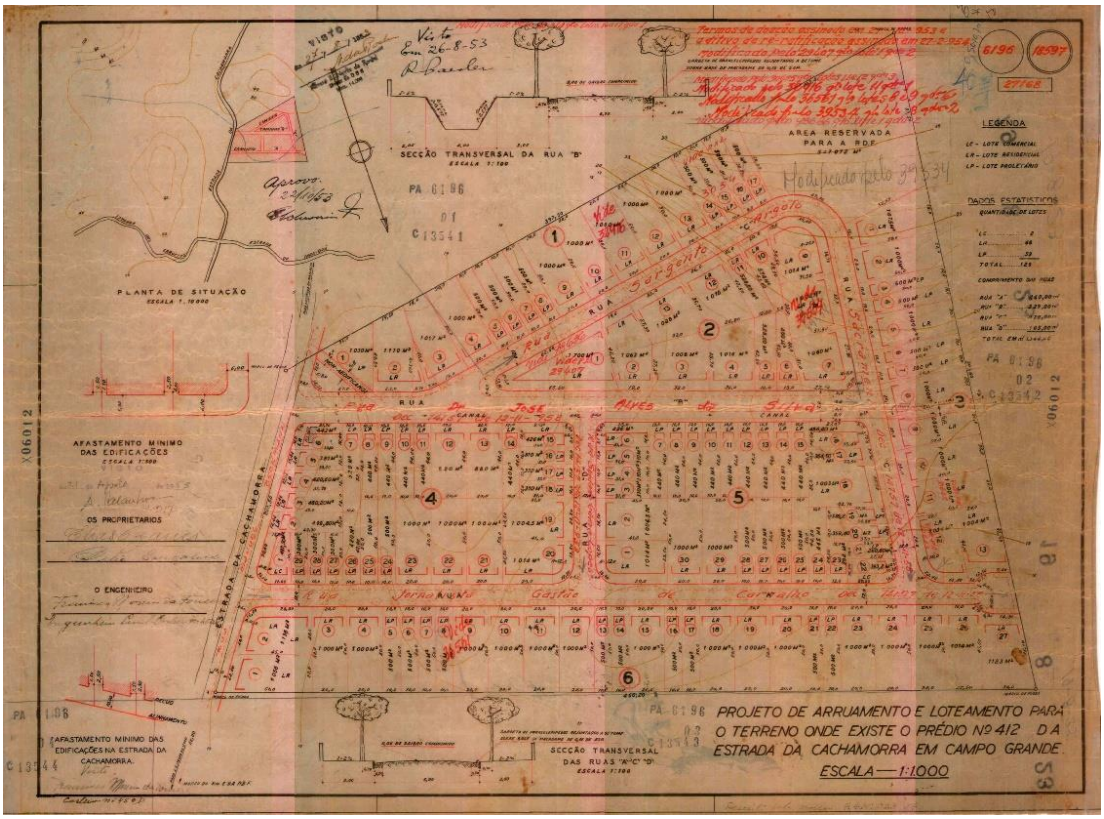
> O loteamento de áreas situadas em ZR3 e ZA, quando os lotes se destinarem exclusivamente a receber a construção de casas de habitação proletária [...], serão admitidos os mínimos de nove metros (9m,00) de testada e duzentos e vinte e cinco metros quadrados (225m²,00) de área.

Esses lotes destinados a receber construções licenciadas pelo DCP passaram a ser chamados de "lotes proletários" pela administração urbana (SGVO, Departamento de Urbanismo), em oposição aos "lotes residenciais", categoria que não incluía nenhuma restrição quanto ao tipo de construção residencial, salvo aquelas contidas normas de zoneamento (Figura 32). Conforme a sugestão de Duque de Estrada, o tamanho mínimo dos lotes proletários, mais "econômico", estava abaixo daquilo que vigorava no resto da cidade: 9 m de frente por 25 m de fundos (225 m²)[156], contra os 12 m por 30 m (360 m²) estabelecido em 1931, o que equivalia a uma redução de um pouco mais de um terço da área comum. Quando o projeto de loteamento estava composto principalmente por "lotes proletários", a administração urbana caracterizava o loteamento projetado como "proletário". Ela consagrava assim o fato de que as classes populares não só deviam morar em uma casa pequena ("econômica") e isolada, distante do centro da cidade, como em um terreno pequeno também, sensivelmente menor do que o padrão comum, significativamente chamado de "residencial".

A tecnologia do loteamento proletário representou, por assim dizer, um grau máximo de intervenção indireta no mercado imobiliário, para tentar resolver o problema da habitação popular: combinando vários "mecanismos de segurança" como o zoneamento, o licenciamento de obras e a codificação do loteamento, tal tecnologia procurou orientar a atividade construtiva no sentido de dar aos pobres acesso a uma

[156] Com o aumento para 70 m² da superfície máxima das construções proletárias, essa disposição induzia um coeficiente de aproveitamento do lote proletário vizinho dos 30%. Entretanto, o decreto nº 7.362 de 1942, art. 22, autorizou a ocupação de até 50% do lote, por meio de "acréscimos", uma vez passados três anos depois da concessão do habite-se. Era o mesmo percentual previsto no Código de 1937 para as construções da zona suburbana (ZR3) em geral. Do mesmo modo, o decreto de 1942 aumentou para dois o número de pavimentos autorizados, igualando o gabarito máximo imposto aos prédios da zona suburbana. Ou seja, havia certa convergência, em longo prazo, entre os parâmetros urbanísticos da zona suburbana e os das construções proletárias.

Figura 32 – A nomenclatura oficial dos lotes nos anos 1950: “residencial”, “comercial” e “proletário” (PAL 18.597).



Fonte: SMU (2017).
Nota: Além de ressaltar a distinção entre lotes “residencial” (“L.R.”) e “proletário” (“L.P.”), a planta concentra em uma mesma folha os vários gráficos exigidos pela legislação sobre o parcelamento do solo, como a planta de situação, a secção transversal das ruas, e os afastamentos mínimos e os dados estatísticos. O loteamento fica hoje na região sul de Campo Grande, próximo à Estrada da Cachamorra.

moradia própria, higiênica e decente. Entretanto, justamente por ser constituir um mecanismo de intervenção indireta, uma profunda contradição a atravessava. A legislação sobre o parcelamento do solo, conforme já vimos, não garantia a urbanização dos novos loteamentos, por desvincular a comercialização dos lotes da efetiva urbanização e não responsabilizar o Estado caso o loteador não concluísse as obras de urbanização – o que prejudicava antes as classes populares, pois as outras classes tinham como pagar por um lote urbanizado e até já edificado. Verdade que, ao reduzir o tamanho mínimo dos lotes, a fórmula do loteamento proletário ajudava em diminuir para o loteador o custo médio do solo urbanizado, visto que uma mesma infraestrutura atendia um maior número de imóveis. Embora assim, no caso das glebas rurais, qualquer gasto com infraestrutura valorizava drasticamente o terreno, só porque apresentava baixíssima renda diferencial (preço pago pelos vários usos possíveis de um

mesmo terreno, ligado à repartição das atividades e das classes sociais sobre o território urbano)[157] – retomando uma expressão de Santos, enquanto, no caso da gleba rural recém-loteada, o custo de cada terreno se aproxima do zero (baixa renda fundiária e normas de parcelamento mais brandas), o custo da urbanização se revela "tão mais próximo do infinito quanto maior seja o vazio e o nada onde se implanta o loteamento" (SANTOS, 1980, p. 39). Com efeito, a urbanização dos loteamentos proletários na zona rural exigia importantes investimentos, o que levaria a aumentar os preços e substituir adquirentes pobres por adquirentes ricos. Em resumo, não se podia conciliar, nos subúrbios longínquos da cidade, facilidade de acesso à propriedade para as classes populares com a instalação de infraestruturas e equipamentos coletivos, enquanto o "padrão de vida" das classes populares permanecia em um patamar muito baixo, e o governo entregava a iniciativa privada (loteadores ou até os próprios moradores) a responsabilidade de urbanizar os loteamentos.

Arriscaremos a hipótese aqui de que a tecnologia do loteamento proletário não só não impediu como favoreceu a produção de "loteamentos defeituosos", principalmente na antiga Zona Rural do Rio de Janeiro. De acordo com o censo que eu conduzi, dos 263 projetos de loteamentos proletários aprovados entre 1937 e 1966, aproximadamente 20% deram lugar a loteamentos irregulares. Entretanto, esse percentual esconde importantes variações regionais. Dos 56 loteamentos proletários que se tornaram irregulares, 53 pertencem hoje da AP-5. Levando em consideração a quantidade de lotes que constou de cada projeto aprovado, 60% (45.429) dos lotes proletários projetados na AP-5 viraram irregulares, contra menos de 1% (183) na AP-3. Dentro da própria AP-5, há também variações notáveis: enquanto, nas RAs XXVI (Guaratiba), XVII (Campo Grande) e XIX (Santa Cruz), 99% (24.633), 65% (14.941) e 57% (5.119), respetivamente, dos lotes proletários projetados (dentro de loteamentos) deram lugar a *lotes irregulares*, na RA XXXIII (Realengo) e na RA XVII (Bangu), somente 6% (434) e 3% (302), respetivamente, dos lotes proletários conheceram o mesmo destino. Em Cosmos, todos os cinco loteamentos proletários projetados (6.226 lotes) nos anos 1950 e sessenta figuram hoje na lista dos loteamentos irregulares. Em Gua-

[157] "A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é, propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada." (BONDUKI & ROLNIK, 1979, p. 147).

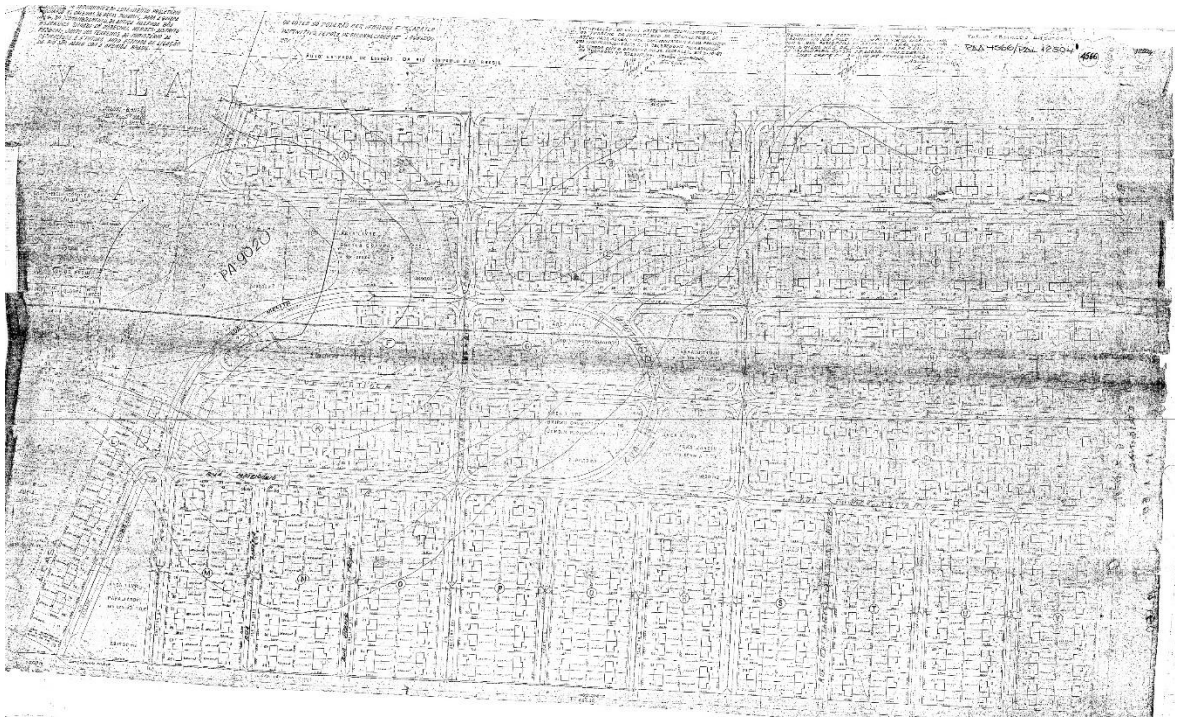
ratiba e Inhoaíba, mais de 90% dos lotes proletários projetados (24.633 e 871, respetivamente) são considerados irregulares. Em outras palavras, dentro do que equivalia nos anos 1940 à Zona Rural (e que abrangeria hoje as AP-5 e 4, mais parte da AP-3), as áreas mais distantes (Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz) foram aquelas onde a prática do loteamento proletário mais resultou em loteamentos irregulares. Ainda precisa destacar o caso de Guaratiba: em um bairro cuja população, no início dos anos 1950, não ultrapassava os 20.516 moradores, dois proprietários, o norueguês Eivind Reinert e o brasileiro Pedro Moacry Rodrigues Barbosa, em parceria com duas empresas privadas, a Companhia de Indústria e Obras Santa Clara S.A. (futura Obrasin) e a Companhia Construtora de São Paulo Ltda, respetivamente, lançaram os dois maiores loteamentos proletários jamais projetados no Rio (e talvez os dois maiores loteamentos jamais projetados no Rio, independentemente do tipo de lote), o Jardim Maravilha e a Vila Mar de Guaratiba, com mais de 4.000.000 m² de área e 11.000 lotes cada um. Ambos considerados hoje irregulares.

O Decreto-Lei de 1931, no art. 1º, § 17, estipulava como dimensão mínima para os lotes situados “nos novos agrupamentos da zona rural” 15 m de testada e 525 m² de área (35 m de fundos), ou seja, um tamanho metade superior ao mínimo comum, de 12 m de testada por 360 m² de área (20 m de fundos). A lei estava sendo então mais exigente com o parcelamento do solo na zona rural. O mesmo decreto também previa que os terrenos, caso “pela sua situação, não permitirem em boas condições econômicas o estabelecimento da rede de água potável e de esgotos bem como o dos outros elementos indispensáveis aos núcleos urbanos”, não fossem fragmentados em lotes com menos de 50 m de testada e 100 m de profundidade (5.000 m²), um padrão 14 vezes maior do que o mínimo comum (art. 1º § 20)! Assim, o primeiro regulamento sobre o parcelamento do solo na cidade do Rio desincentivava claramente o loteamento de glebas rurais: o mínimo legal imposto aos lotes da zona rural restringia o uso residencial deles, freando a possível valorização dos terrenos; no caso de glebas dificilmente urbanizáveis, o legislador, talvez ciente da impossibilidade para o loteador de incorporar o custo da urbanização ao preço do lote, havia restringido mais ainda as possibilidades de uso residencial. Conforme a visão de Armando Godoy, o decreto de 1931 estabelecera mecanismos para combater a proliferação dos loteamentos defeituosos e generalizar o modelo da cidade-jardim, do loteamento urbanizado e rigorosamente planejado. Já o Código de Obras de 1937 tomou outro rumo. Em primeiro lugar, reproduziu algumas disposições de 1931, como o mínimo de 15 m

de testada e 525 m² de áreas (art. 583, § 1º) para os lotes da zona rural, mas sem impor algum padrão específico para os loteamentos dificilmente urbanizáveis. Em segundo lugar, autorizou a abertura de loteamentos proletários dentro da zona rural, ou seja, o parcelamento do solo em lotes de 9 m de testada por 225 m² de área, quase a metade do mínimo exigido para os loteamentos residenciais da mesma zona. Em flagrante ruptura com o regulamento de 1931, o Código de 1937 reconhecia a possibilidade de um uso residencial muito mais intenso do solo rural – se fosse seguir a lei de 1931, o Jardim Maravilha provavelmente nunca teria existido, e se tivesse, comportaria apenas a metade dos lotes que hoje comporta. Ademais, o Código abrandava as normas urbanísticas impostas aos loteamentos da zona rural. De acordo com o art. 558 § 5º, os novos logradouros da zona rural não precisavam de revestimento asfáltico, sendo necessários apenas a terraplenagem, a compressão e o ensaibramento das vias, com valas no lugar das sarjetas. Já o art. 561 “excetuava” os loteamentos da zona rural, na maioria sem possibilidade de ligação à rede de esgoto, da construção de galerias para coletar os efluentes das fossas. O Código de 1937, portanto, reproduzia em matéria de loteamento a lógica da exceção que perpassava o zoneamento do Rio desde o início do século XX: à zona rural, voltada para as classes populares da cidade, lotes menores e com menos acesso às infraestruturas urbanas.

É possível e até provável que o abrandamento das normas relacionadas ao parcelamento do solo tenha realmente ajudado na difusão da casa proletária, principalmente nos subúrbios mais próximos do centro. Entre os primeiros empreendedores de loteamentos proletários, encontram-se IAPs como o dos Marítimos, responsável em 1942 pela produção de 87 lotes em Tomás Coelho (PAL 7860), e o dos Comerciários, que projetou um loteamento com mais de mil lotes na região de Irajá, em 1947 (PAL 13.336). Talvez o caso mais interessante seja o PAL 12.504, iniciativa da Legião Brasileira de Assistência. Fundada em 1942 por Darcy Vargas, a Legião tinha por objetivo prover assistência social à população, graça a recursos oriundos do MTIC e dos IAPs (Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942). O projeto 12.504 (Figura 33), no qual consta a assinatura da então primeira dama, apresenta um conjunto de aproximadamente 300 casas proletárias geminadas, distribuídas regularmente em lotes proletários de 10 m de frente por 25 m de fundos, a serem construídas no subúrbio de Guadalupe: o documento articula assim vários aspectos da intervenção paternalista no campo da habitação (assistencialismo, formato econômico das casas, acesso à propriedade, remoção das classes populares para o subúrbio, etc.). Ao lado dos

Figura 33 – Vila proletária da Legião Brasileira de assistência (PAL 12.504), no subúrbio de Guadalupe.



Fonte: SMU (2017).

atores governamentais e paragovernamentais, empresas privadas também ingressaram no negócio dos loteamentos proletários com o propósito aparente de contribuir para a difusão da casa proletária: a Companhia Progresso Industrial do Brasil, proprietária da famosa Fábrica de Tecidos de Bangu, que desde o final do século XIX vinha se destacando pelo seu paternalismo social, lançou entre 1945 e 1960 onze loteamentos proletários no subúrbio de Bangu, contabilizando um total de 4.384 lotes. Chama atenção também o caso da sociedade anônima Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que se atribuía a "finalidade social" de "proporcionar base física e permanente à família brasileira", sublinhando "o interesse social de proporcionar, à numerosa prestante e morigerada classe dos remediados, o plano e a realização da "CASA PRÓPRIA", escola de economia da família e marca social da prosperidade doméstica" (O GLOBO, 1949). Em 1949, o Banco contou o seguinte aos seus acionistas:

> A "CASA PROLETÁRIA" seduziu-nos e vários estudos tentamos para o aproveitamento de nossos terrenos em Anchieta. A iniciativa direta dos órgãos governamentais e instituições para-estatais parece, entretanto, mais propícia ao êxito do programa, e por isso adiamos qualquer realização nesse setor. Vigiamos, porém, dipostos à função que nos couber, dentro das contingências comerciais de nossa organização (ibid.).

Com efeito, em 1958, o Banco conseguiu aprovar um grande projeto de loteamento proletário na região de Anchieta (PAL 22127), o Parque Anchieta (daí o bairro de mesmo nome), com aproximadamente 4.700 lotes, o terceiro maior loteamento proletário jamais projetado no Rio de Janeiro.

Entretanto, providenciar moradias econômicas para as classes populares não tem sido a meta principal de todos aqueles que, entre 1937 e 1966, projetaram loteamentos proletários na cidade, sobretudo na então zona rural. A análise dos comerciais para loteamentos proletários evidencia outras finalidades. Assim, no caso do Parque Anchieta (Figura 34), os comerciais insistiam tanto na oportunidade de se tornar proprietário, nas “comodidades” e nas “facilidades de transportes”, vantagens ligadas ao

Figura 34 – Comercial do Parque Anchieta de 1959.



Fonte: *Correio Da Manhã* (1959).

uso residencial do espaço, quanto na mais-valia imobiliária ao alcance de quem comprava um terreno dentro de um bairro em plena urbanização – ou seja, um uso antes financeiro, melhor dizer especulativo, do espaço. Se o primeiro argumento comercial visava uma clientela popular (embora não houvesse referência explícita à categoria de "proletário" na designação do loteamento), querendo "fugir do aluguel" e se tornar pela primeira vez proprietária de seu imóvel, mesmo dentro de um bairro suburbano relativamente afastado, o segundo procurava uma clientela detentora de um pequeno capital, em busca de lucros seguros, uma clientela de classe média, pequeno-burguesa. Outros comerciais de loteamentos proletários, inclusive na zona rural, como no caso de Vila Mar de Guaratiba, levantavam o mesmo argumento financeiro: a urbanização iminente do loteamento – uma promessa recorrente –, o aumento da população local e a chegada de novas infraestruturas, a exemplo da Avenida Litorânea (hoje Avenida Lúcio Costa) em Guaratiba, assegurariam a valorização do lugar, multiplicando as possibilidades de mais-valia imobiliária[158]. A sociedade inicialmente responsável pela venda dos terrenos no Jardim Maravilha, a Organização Imobiliária Mara (Figura 35), que administrava outros loteamentos na então periferia do Rio de Janeiro, como o Jardim Maracanã no atual município de Seropédica ou os loteamentos Maravista, Marazul e o Jardim Maralegre no litoral de Niterói, até tinha por lema: "nos terrenos da Mara, a valorização não para". A produção de imóveis para fim residencial (proletário) se misturava então à produção de imóveis para fim especulativo, o que não deixava de acarretar certa contradição: retidos para servir de patrimônios, como os terrenos comercializados iam se tornar novos locais de moradia, sobretudo para as classes populares, que dependem de um preço baixo para acessar à terra?

Ademais, quando se tratava de uso residencial, nem sempre os loteamentos proletários estavam voltados para uma clientela popular. Se, nos anos 1950, já tinha se consolidado a função residencial (popular) e industrial dos "subúrbios ferroviários", dos subúrbios ligados ao centro do espaço metropolitano, à imagem de Ramos, Penha, Meier, Madureira, Inhaúma, e Irajá, ainda não era o caso dos "subúrbios rurais",

[158] "Você tem 2 caminhos à sua escolha... depois que, à custa de trabalho e de muitas economias, Você consegue juntar um dinheirinho: – o primeiro caminho é permitir que o Tempo e a Desvalorização do dinheiro reduzam a NADA as suas economias. – o segundo caminho é empregar suas economias em Vila Mar de Guaratiba e deixar que o Tempo as transforme num patrimônio!" (O GLOBO, 1955).

Figura 35 – Comercial Imobiliária Mara de 1954.



Fonte: Diário de Notícias (1954).
Nota: Tudo indica que o nome de “Jardim Maravilha” foi uma invenção desta imobiliária, que tinha o costume de chamar os loteamentos administrados por ela de Mara-. Vê-se que, além dos loteamentos, a imobiliária investia também na produção de pequenas casas mobiliadas com quarto, sala, cozinha e banheiro. Em 1957, deixou a administração das vendas do Jardim Maravilha para a SOBRASIL, sociedade brasileira de loteamentos, fundadas por ex-funcionários da Mara.

muitos deles pouco povoados[159]. Afinal, a própria história do Rio de Janeiro evidenciava deslocamentos tanto das classes populares quanto das elites para as áreas rurais

[159] Em 1920, as freguesias de Jacarepaguá e Guaratiba contavam, respetivamente, com 19.751 e 23.609 habitantes, contra 99.586 e 131.886 habitantes para as freguesias de Irajá e Inhaúma, respetivamente (ABREU, 1987/2013, p. 80). De todos os distritos rurais, somente Guaratiba, no regulamento para construções de 1925 (Decreto nº 2.087, de 19 de janeiro de 1925, art. 2º), não possuía nenhuma “parte populosa”.

na periferia das cidades. Antes do subúrbio carioca se tornar sinônimo de bairro industrial e popular, existiam classes altas, famílias nobres em busca de água limpa e ar puro, morando no subúrbio (FERNANDES, 2011). Os bairros da Zona Sul, de Copacabana até São Conrado, taxados de "pitorescos arrabaldes" no final do século XIX, desempenharam, alguns anos depois, o papel de nova frente urbana para as classes altas, agora atraídas pelo litoral. Qual seria então o destino das imensas áreas rurais ao oeste do Rio, algumas, como Jacarepaguá (por conta da Barra da Tijuca e do Recreio) e Guaratiba (por conta da Pedra e de Sepetiba), beneficiadas com uma ampla faixa litorânea? Os comerciais de Vila Mar de Guaratiba (Figura 36) chamam particularmente atenção, pois sequer mencionavam o uso residencial (popular) do espaço loteado, insistindo em vez na proximidade com o mar e nos charmes bucólicos da região: "loteamento de praia no mais lindo recanto da baía de Sepetiba", contava um deles, "local maravilhoso para fins de semana e férias, com os prazeres da vida ao ar livre, das pescarias e dos esportes náuticos" (O GLOBO, 1954). Tratava-se então de atrair uma clientela interessada em um uso residencial e recreativo daquele espaço; uma clientela, portanto, oriunda das classes mais abastecidas, habitada pelo imaginário da "casa de campo", de uma casa que oferece o lazer de "repous[ar], ao lado da família e dos amigos, das fadigas e aborrecimentos da vida tumultuaria das cidades" (A CASA, 1924a). Assim, o que se chamava de "loteamento proletário" nas plantas aprovadas pelo Prefeitura (PAL 18.529), na propaganda se tornava um "loteamento de veraneio" ou até um "loteamento balneário", um lugar para as classes altas passarem as férias e os finais de semana, desfrutando de um ambiente campestre e do ar litorâneo[160]. Aqui surgia mais uma contradição: como um loteamento proletário daria às classes populares acesso à casa própria as colocando em competição com as classes de maior poder aquisitivo na compra dos terrenos? Como conciliar o uso residencial das classes populares com o uso residencial das classes altas?

[160] Em 1917, o Marquês de Denis, vislumbrando o futuro de "*cidade balneária*" para Guaratiba, achava lamentável que "até este momento, Guaratiba não se ache ligada ao Rio, por estradas rápidas e cômodas, por onde deslizem os nossos automóveis. [...] A praia da Barra, em Guaratiba, seria o ponto ideal para uma luxuosa e sedutora instalação desse gênero, onde as extensões para localização das *villas* e *cottages*, os hotéis, o *Casino* e campos de jogos são incomparáveis, oferecendo, ao demais, perspectivas de uma infinita beleza pictural. O mar, ali, reúne todas as qualidades exigidas para um excelente banho" (REVISTA DA SEMANA, 1917, grifo do autor). Em 1918, o colunista social Carlos d'Utra dizia o mesmo: "Aqui devia enxamear, de há muito, a vida esplendorosa e elegantíssima de uma praia de banho, eirada de palácios, villinos e *cottages*, em que, por um trimestre, vivessem todas as sugestivas figuras do mundanismo" (REVISTA DA SEMANA, 1918, grifo do autor).

Figura 36 – Comercial de Vila mar de Guaratiba de 1951.



Fonte: Diário de Notícias (1951).

É que nada na legislação obrigava os produtores de lotes proletários a realizar a função social deles, já que na regulamentação das transações comerciais, prerrogativa do poder central, não existia fiscalização sobre o destino sociológico dos bens imóveis – na verdade, nem o construtor de casas proletárias precisava alugar ou vender para uma clientela popular. A Prefeitura até condicionava o licenciamento das obras ao tipo do lote, indeferindo, por exemplo, pedidos de construção de uma casa não proletária dentro de um lote proletário, cabendo ao DCP fiscalizar as obras que

corriam dentro dos lotes proletários. O direcionamento das construções e dos lotes proletários pautava-se exclusivamente na lógica da "habitação econômica": o menor tamanho de lotes e casas, ao mesmo tempo em que limitava os custos de produção e, portanto, facilitava o acesso dos mais pobres ao mercado imobiliário, afastava as classes com o poder econômico suficiente para conseguir lotes e casas maiores. A legislação, com base na lógica do mercado, pressupunha a "habitação pequena" o destino natural das classes populares. Entretanto, na zona rural, uma mesmo "habitação pequena" podia encontrar outro destino, por exemplo ao servir de residência secundária para famílias de classes mais abastecidas. Os comerciais da Mara o evidencia muito bem. Entre junho e julho de 1955, a imobiliária lançou uma campanha publicitária na *Tribuna da Imprensa* para divulgar os modelos de casas populares que estava produzindo, as casas Maralar. Intituladas "Casa para o povo", as matérias sempre começavam pela frase "o homem precisa de casa": se, por um lado, elas se referiam às populações que ainda não tinham conseguido a casa própria[161], por outro, o "homem que precisava de casa" também era o "morador de Copacabana", que gostaria de ter "*a sua casa de week-end*", "seu 'chalezinho' no alto de uma montanha, ou à beira de um rio piscoso ou à margem serena de um lago plácido" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955b, grifo do autor). Em ambos os casos, as casas Maralar traziam uma solução. Portanto, nada impedia a transformação do lote proletário em lote residencial da classe alta. Também nada impedia um uso especulativo do lote proletário, já que inexistiam os instrumentos jurídicos para combater a especulação imobiliária em geral. Tal uso especulativo ameaçava mais ainda as áreas rurais periurbanas, na medida em que havia lá um altíssimo diferencial entre o valor atual do solo, em baixa devido ao declínio da agricultura, e o valor esperado, em alta com as expectativas de urbanização. Ao autorizar a divisão do solo rural em um número muito maior de parcelas, em comparação com as disposições comuns sobre loteamento residencial e agrícola, o loteamento proletário possibilitava uma exploração máxima deste diferencial. Com efeito, abriram loteamentos proletários atores do mercado imobiliário que não estavam

[161] "No Brasil o problema da casa própria é grave. No Rio, especialmente, o assunto toma tal gravidade que gerou, um entre outros, um novo problema: as favelas. A iniciativa privada, agora, pretende encontrar uma solução. E é isso a que se propõe a organização MARA que, entre outras iniciativas, acaba de lançar a MARALAR, uma casa para o povo" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1955a). Destacaremos também o trecho seguinte, que bem reproduz a filosofia da habitação econômica: "A 'MARALAR' é uma casa planejada com o máximo de conforto no mínimo de espaço e no menor custo. Não é pré-fabricada, mas fabricada em série – vitorioso método americano que barateia o custo e apressa a solução do problema social e humano" (ibid.).

nem um pouco interessados no problema da habitação popular, mas sim na realização da mais-valia máxima sobre os terrenos que compravam ou possuíam. É da nossa hipótese que o lote proletário, concebido para assistir uma política habitacional de inspiração paternalista, também estimulou o uso especulativo do solo, especialmente do solo rural.

Até que ponto na verdade a tecnologia do loteamento proletário serviu os interesses de um "capitalismo aventureiro"? Em *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber opõe ao capitalismo da "acesa intramundana", o capitalismo frio e calculador dos puritanos ingleses, que levou à "organização racional" da produção, o "capitalismo de aventureiros", o capitalismo do "ganho não submetido interiormente a nenhuma norma", que aproveita os "azares da política" e se dá à "especulação irracional" (WEBER, 2003, p. 61). Ao lado da Companhia Imobiliária Nacional (a mesma que financiou o primeiro "concurso da casa econômica" para a revista *A Casa*), fundada em 1922 (e no capital da qual entrou depois o próprio Roberto Simonsen) e responsável no início dos anos 1930 pelo loteamento que hoje corresponde ao bairro Maria da Graça (PAL 1.440), e por quatro pequenos loteamentos proletários nas regiões de Realengo e Campo Grande nos anos 1950, todos regulares, outras empresas só surgiram para aproveitar uma oportunidade específica e nunca se firmaram no ramal da construção civil. Tudo indica que foi o caso da Companhia Rio Verde de Participações, Importações e Exportações e da Companhia de Obras e Indústrias Santa Clara (rebatizada Companhia de Obras e Indústrias "Obrasin" em 15 de junho de 1953), responsáveis pelo Jardim Maravilha: criadas em 1950 (14 de novembro pela primeira, 7 de dezembro pela segunda), pouco antes do Secretário-Geral de Viação e Obras Alim Pedro, futuro prefeito do Rio de Janeiro[162], aprovar o projeto de loteamento nº 16.810, elas não parecem ter atuado fora do Jardim Maravilha, antiga Fazenda de Santa Clara. A existência de duas empresas no lugar de uma traz também dúvidas sobre a natureza do empreendimento, na medida em que ambas foram fundadas pelos mesmos sócios (Quadro 2), e presididas inicialmente pela mesma pessoa, o en-

[162] Em 1955, Alim Pedro foi acusado pela *Imprensa Popular* de gastar o dinheiro público na pavimentação das ruas e estradas que passavam perto de suas propriedades, como da Fazenda do Viegas em Senador Camará, e das áreas onde "realiza[va] especulações imobiliárias, através da Companhia Imobiliária Bangu", da qual era acionista e membro do Conselho (IMPRENSA POPULAR, 1955b). Essa companhia lançou em 1950 um loteamento proletário de 1.199 lotes do lado da Fazenda (PAL 15.131). Ou seja, Alim Pedro teve envolvimento direto no loteamento da Zona Rural, sugerindo então algum interesse dos administradores políticos na "febre dos minifúndios".

genheiro francês Gilbert Deschatre, que também dirigia a imobiliária responsável pelas primeiras vendas do Jardim Maravilha, a Organização Imobiliária Mara. Aliás, chama atenção o envolvimento de tantos franceses na direção das duas companhias loteadoras. Embora possa haver algum viés xenofóbico por parte do engenheiro mu-

Quadro 2 – Alguns sócios das companhias loteadoras do Jardim Maravilha.

Sócios	**Nacionalidade**	**Profissão**	**Obrasin (07-12-1950)**	**Rio Verde (14-11-1950)**
Antoine Henry Forat	Francês	Industrial	Diretor (1951)	Sócio (1951)
Caio Josué Pimentel	Brasileiro	Advogado	Sócio (1951)	Sócio (1951)
Diogo Machado Fortuna	Brasileiro	Comerciário	Dr-Tesoureiro (1971)	Dr-Presidente (1961, 1971)
Erwin Anton Albert Mangin	Brasileiro	Comerciário	Dr-Secretário (1951)	Sócio (1951)
Fernando De Silva Carrilho	Brasileiro	Comerciário	Sócio (1951)	Sócio (1951)
Gilbert Deschatre	Francês	Engenheiro	Dr-Presidente (1951), Dr-Gerente (1951), Dr-Secretário (1951), Diretor (1951)	Dr-Presidente (1951)
Henry Pierre Tournet	Francês	Proprietário	Dr-Presidente (1951), Diretor (1951)	-
José Salles Tavares	Brasileiro	Comerciário	Sócio (1951)	Sócio (1951)
Luiz Annibal Falcão	Brasileiro	Jornalista	Dr-Presidente (1952, 1963)	Diretor (1961)
Pierre Aristides Pouchot-Lermans	Francês	Industrial	Dr-Tesoureiro (1961), Diretor (1963)	-

Fonte: *Diário Oficial da União* (1951, 1961, 1972).

nicipal, em 1936, Duque de Estrada já reclamava da participação estrangeira na “criminosa indústria dos loteamentos clandestinos e das vendas irregulares”:

> Há entre nós um grupo de indivíduos, notadamente estrangeiros, que se celebrizou pela velhacaria e pela persistência com que frauda as leis fazendo não uma, mas muitas construções sem licença. Outros aproveitam terrenos mínimos que enchem de barracas e de barracões para obter renda da qual vivem (O GLOBO, 1946).

A respeito disto, a permanência na diretoria de um vigarista internacional como o francês Pierre Henri Tournet, especialista em empreendimentos imobiliários fraudulentos[163], só nos leva a acreditar que, muito provavelmente, a alma do negócio chamado Jardim Maravilha pouco tinha do puritanismo inglês...

De qualquer modo, a organização financeira da Obrasin sugere que o loteamento da Fazenda Santa Clara partiu antes da especulação imobiliária, de uma aposta sobre o valor futuro do solo, e não de um projeto para incrementar o valor atual do solo, urbanizando e edificando a área. Assim, os sócios fundadores da Obrasin injetaram somente 9,5 milhões de cruzados na companhia, o necessário para pagar pela Fazenda, que custou 8 milhões, mas uma quantia longe de cobrir os gastos com urbanização, inicialmente orçados em 60 milhões. Já no final do ano, emitiram debentures e aumentaram o capital social para 12,5 milhões, para financiar a construção de 50 casas "no máximo" dentro do loteamento, o que parece mais uma estratégia para acelerar a valorização do solo, em vez de garantir a consolidação do assentamento. Com efeito, os primeiros compradores do Jardim Maravilha encontraram um loteamento desprovido de qualquer infraestrutura. Logo em meados dos anos 1950, a mídia noticiou as reclamações deles. "Falta água, falta esgoto, falta rua asfaltada, falta iluminação, falta licença de construção, falta transporte, o que é que tem?", perguntava o *Correio da Manhã* em maio de 1955, numa matéria ironicamente intitulada "O incrível 'Jardim Maravilha'" (CORREIO DA MANHÃ, 1955a). Estranhando "os loteamentos para fins residenciais" em plena zona rural[164], o artigo detalhava as inúmeras carências urbanísticas assim como as multas por construção irregular às quais os

[163] Antes de vir ao Brasil, Pierre Henri Tournet, na companhia de Jacques Foccart, figura altamente controvertido da história política francesa, foi acusado pelos alemães, em plena Segunda guerra mundial, de fraudar a Organização Todt com sua empresa de madeira (LES ÉCHOS, 2009). Já nos anos 1970, a justiça francesa o prendeu por suspeita de comprar e vender os mesmos terrenos a vários proprietários no sul do país, inclusive em reservas naturais, graças a apoios políticos locais (LE MONDE, 2010). Solto, escapou de uma condenação a 15 anos de prisão ao fugir para o Chile no início dos anos 1980, onde se envolveu em outros negócios imobiliários pouco ortodoxos com vigaristas locais, e acabou perdendo tudo (LUN, 2007).

[164] "O crescimento da cidade nos últimos anos tem sido de tal ordem que os loteamentos para fins residenciais (9x25 metros) estão sendo executado até na zona rural, por incrível que pareça. Em pleno 'sertão' carioca, como Campo Grande, zona abastecedora do Distrito Federal, muitos são os loteamentos em tais condições".

moradores estavam sujeitos. Em outro artigo publicado no mesmo ano de 1955 (**Figura 37**), o *Correio* prosseguia: “até agora existe apenas uma rua pavimentada, até certo trecho... o trecho que é visível aos que passam na estrada”, “de arborização, só na fachada de apresentação”, lamentando assim que “a Prefeitura deixe-se levar pelos jardins de fachada[165]” (ibid., 1955b). É verdade que, segundo o “termo de cessão e obrigação” assinado no dia 12 de maio de 1953 pelo então proprietário da Fazenda Santa Clara, Eivind Reinert, depois assumido pelas companhias Obrasin e Rio Verde,

Figura 37 – O Jardim Maravilha, “um jardim de fachada”.



ÀS MOSCAS O “JARDIM MARAVILHA”

Da fachada ao interior – Do jardim ao matagal — Não pavimentaram, não arborizaram, não colocaram tubulações de esgôto — E depois?

Triste a sorte dos que pensam na aquisição de um pequeno lote de terreno onde um dia possam construir modesta casa para residir. Não há quem por êles olhe, nem mesmo quando o caso já é do conhecimento público. Lamentamos, há dois meses, a pouca sorte de alguns de nossos leitores que compraram um lote de terreno na tal "Jardim Maravilha", em Campo Grande. Onze mil lotes, dos quais oito mil já foram vendidos. Não se pode construir. A companhia proprietária Obrasin tudo prometeu, nada cumpriu até a presente data. Denunciámos a anormalidade, fecharam os olhos à realidade.

TRÊS ANOS

de venda de lotes de terreno em Campo Grande no "Jardim Maravilha''. Corretores, gente altamente especializada, ofereciam a todos, os lotes. Bom clima, bom empate de capital, valorização constante, transporte, futuro, de tudo falaram, e mais, que a companhia estava abrindo ruas, pavimentando-as, arborizando, e que dentro de pouco tempo já se poderia construir, podendo, mesmo, alguns fazê-lo imediatamente.

Como dissemos, oito mil lotes foram vendidos, e até agora existe apenas uma rua pavimentada, até certo trecho... o trecho que é visível aos que passam na estrada... O resto continua na promessa, para quando não se sabe.

Parte do loteamento do "Jardim

Outros lá os deixaram. Reclamar para *quem*. Era preciso esperar que a

a autoridade da zona. Isso não veio, como também não veio o posteamento, a luz elétrica, prometidos. O mato cresceu, os animais estão retornando ao seu bom pasto, danificando, não raro, os muros das casas construídas na "sua invernada''. Alguns providenciaram uma iluminação provisória, retirando um fio de alta tensão do cabo elétrico do bonde. Conseguiram, assim, iluminação em série. Autêntico braseiro. Têm de molhar constantemente os fios para melhorar a luz. Quando passa um bonde ela paga. Enfim!...

De esgotos, nada. De arborização, só na fachada de apresentação. Pouco resta de tempo à emprêsa para o término dos serviços. Até agora nada fêz. Quem garantirá que cumprirá o prometido? Certamente tentará arranjar uma prorrogação do prazo, pois ainda não vendeu todos os seus lotes. E depois...

Pena que a Prefeitura deixe-se levar pelos jardins de fachada.

Por dentro...

Por fora...

Fonte: Correio da Manhã (1955b).

[165] Em 1952, O Globo noticiava, no bairro Araras-Barroso, em Teresópolis, a existência de um “loteamento irregular”, denunciando também a “urbanização de fachada” praticada pela companhia loteadora: “A companhia loteadora, até o momento, não adotou nenhuma providência para urbanizar a área loteada [...]. A “Teresópolis Imobiliária Ltda” se limitou a fazer uma urbanização de fachada para atrair compradores incautos. Dessa forma, os que adquiriram lotes afastados estão completamente isolados, sem meios de acesso aos seus lotes, pois nem arruamento existe.” (O GLOBO, 1952).

o loteador tinha o prazo de cinco anos, prorrogável por mais dois anos e meio (com multa), para concluir o conjunto das obras, o que incluía terraplenagem, nivelamento e ajardinamento dos novos logradouros, colocação de meios-fios e sarjetas, assentamento dos condutos necessários ao abastecimento em água e das galerias para o escoamento das águas pluviais, e até a construção de uma escola. Entretanto, já na metade do prazo acordado com a Prefeitura, o loteamento ainda carecia de tudo, o que não impedia a Obrasin e a Rio Verde de prosseguirem com as vendas, deixando os compradores edificarem os lotes, e sobretudo de fazer uma propaganda altamente enganosa do loteamento! Em um comercial duvidosamente intitulado “A razão do sucesso de alguns loteamentos”, publicado no jornal *O Globo* em abril de 1957, a companhia SOBRASIL, que administrava a venda dos lotes, anunciava “um loteamento diferente com 636 famílias morando [ilegalmente!] no local, com bonde, lotação e ônibus à porta, linhas regulares da estação de Campo Grande até dentro do loteamento, galeria de águas pluviais, ruas asfaltadas, serviços de água e luz em funcionamento” (O GLOBO, 1957a).

É que a urbanização do loteamento, em vez de orientar a valorização do solo, dependia dela. Após a série de reportagem publicada no *Correio da Manhã*, a própria Obrasin procurou o jornal para justificar o aparente atraso nas obras. Argumentou então a companhia que ainda faltavam três anos para a conclusão dos serviços, conforme o prazo estipulado no termo de cessão e obrigação, e que já estava empregando máquinas para sanear as áreas pantanosas do loteamento, cortar o capim e colocar os condutos para o abastecimento d’água e o escoamento das águas pluviais. Explicou também que a execução das obras demorava “por se tratar de um serviço autofinanciado”. “Com a renda dos lotes vendidos a empresa vai executando os serviços”, detalhava o jornal (CORREIO DA MANHÃ, 1955c). Em outras palavras, as vendas, não os fundos próprios da companhia, algum empréstimo ou subsídio do governo, financiavam as obras. Tal prática tinha sido permitida pela legislação federal de 1938 sobre o parcelamento do solo, na medida em que o início das vendas dependia de um procedimento meramente cartorário, tirando a necessidade da municipalidade aprovar a planta – ao contrário, o Decreto-Lei de 1931 tornava ilegal o loteamento autofinanciado. Entretanto, ela gerava muita incerteza quanto à urbanização do loteamento, pois a colocava na dependência única de uma aposta sobre o valor futuro do solo: caso o loteador não conseguisse vender todos os terrenos por um bom preço, comprometeria a urbanização do loteamento, ninguém se responsabilizando

pelo prosseguimento das obras. Por outro lado, nada impedia legalmente o loteador de prometer a urbanização do loteamento em seus comerciais, mesmo que não a realizasse, já que o anúncio do loteamento dependia do mesmo procedimento meramente cartorário (o número e a data de registro do projeto no cartório tinham que constar das propagandas, de acordo com o art. 10º do Decreto-Lei Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1937). Ou seja, a lei tolerava a propaganda enganosa: alguém podia comprar um lote em toda legalidade, esperando a urbanização próxima do loteamento com base na promessa do loteador, e acabar sem poder usufruir legalmente daquele lote, por falta de urbanização, e sem ter muito recurso legal contra isso! Desse modo, a ordem legal organizava a vulnerabilidade das classes populares ao que poderíamos chamar de "urbanização especulativa" (ou "urbanização de fachada", para tomar uma categoria nativa): o acesso delas às infraestruturas urbanas dependia do modo como iria se valorizar o solo e não do projeto imobiliário que determinara a abertura do loteamento – menos ainda de algum "direito à cidade" consagrado pelas instituições.

A lógica da "urbanização especulativa" acabava mergulhando os moradores do loteamento proletário na ilegalidade: na medida em que o direito urbano condicionava o reconhecimento dos logradouros (a transformação oficial das "ruas projetadas" em bens públicos) à aceitação das obras (pavimentação, arborização, escoamento das águas, etc.) pelo Prefeito, a demora na execução das obras inerente ao modelo do loteamento autofinanciado excluía os moradores do acesso à "cidade oficial(izada)". Habitavam, por assim dizer, uma cidade prometida mas jamais realizada. Ademais, como a Prefeitura, de acordo com o art. 116 do Código de Obras de 1937, só licenciava obras em logradouros já reconhecidos, ninguém conseguia construir legalmente dentro do loteamento até a companhia juntar, com o resultado das vendas, os recursos indispensáveis para concluir as obras. O problema é que, tratando-se de famílias com poucos recursos, os adquirentes dificilmente podiam esperar entre cinco e dez anos para ocupar o lote – e não era justamente o objetivo principal da política habitacional de tirar as classes populares do aluguel e lhes dar acesso à casa própria? Por outro lado, a companhia também tinha interesse na multiplicação das construções, embora ilegais, dentro do loteamento, pois contribuíam para a valorização do lugar, valorização que justamente ajudava na execução das obras – daí as menções, no comercial da SOBRASIL, ao número de famílias já morando no Jardim Maravilha. Ao mesmo tempo em que expressavam a demanda por moradia das classes populares,

as construções ilegais beneficiavam então a companhia. A lógica da urbanização especulativa, possibilitada e até encorajada pela ordem jurídica no caso da zona rural, favorecia o aprisionamento das classes populares ao habitat clandestino.

1.5 À BEIRA DO PLANEJAMENTO

A facilidade com a qual naturalizamos a ordem espacial criada pelo planejamento urbano, sobretudo quando reveste a aparência da geometria (como no caso paradigmático da quadrícula), nos faz esquecer o quanto ela deve a um alinhamento singular de vários fatores históricos. Alinhamento que não sempre resulta de uma vontade política deliberada, à maneira do "autoritarismo instrumental" que muitas vezes perpassa a análise das políticas públicas (SHORE & WRIGHT, 2001, p. 4), inclusive urbanas: longe de compor um "programa de ação racional" (LIMA & SOUZA, 2015, p. 28) com objetivos e conteúdos definidos *ex ante*, a política do loteamento proletário surgiu como esforço de articulação ou rearticulação das relações entre dispositivos já existentes (o licenciamento de obras, o plano de loteamento, o zoneamento, etc.), sob a pressão de diferentes racionalidades políticas (o higienismo, a habitação econômica, o paternalismo social, etc.). Ou seja, um caso típico de planejamento *in action*, para retomar a expressão favorita das Sciences and Technologies Studies. Em particular, observamos que as operações de loteamento tais como as conhecemos hoje vem do modo como, pelos meados do segundo milênio, a abertura de ruas – o arruamento – se tornou um objeto, ou melhor, um problema de governo: da necessidade de defender o "bem comum", de garantir a "comodidade" dos transeuntes e de adequar a paisagem urbana à sensibilidade visual das elites sociais (em nome do "aformoseamento"), resultaram os primeiros instrumentos de controle sobre a disposição das ruas e casas, como as licenças para obras e os autos de arruação. Engenheiros (civis) e médicos chegaram em seguinte com a novidade de pensar o arruamento a partir do *milieu* urbano, da cidade vista como conjuntos de equipamentos (ruas, canos d'água e de esgoto, árvores, etc.) organizando a circulação de determinados fluxos (ar, luz, mercadorias e pessoas, etc.). Tornava-se então necessários o endireitamento, o alargamento e a regularização das ruas já existentes, assim como o planejamento daquelas a serem abertas. Já no primeiro terço do século passado, sob o impulso de engenheiros convertidos ao urbanismo como Armando Godoy, a legislação passou a enquadrar o parcelamento do solo, até então matéria de estrito interesse particular, como

uma operação propriamente urbanística, justificando a extensão da racionalidade planejadora às operações de divisão fundiária.

A problematização do espaço urbano, portanto, mobilizou atores (médicos, engenheiros, urbanistas, etc.), instituições (agremiações profissionais, secretarias municipais, jornais e revistas, etc.) e saberes (topografia medical, "arquitetura civil", economia política, etc.), que se transformaram em instrumentos de intervenção sobre o *milieu* urbano: a problematização remete a esta articulação de saberes e poderes, que acaba produzindo uma rede de controles sobre o espaço urbano. Tal rede, no contexto do planejamento urbano, tomou a forma de documentos, preferencialmente de "artefatos gráficos" (HULL, 2012b), como os "prospectos" de fachada, os planos de alinhamento ou as plantas de loteamento. E nem sempre dá para distinguir quem, entre o artefato gráfico e a problematização do espaço urbano, antecedeu o outro, de tão intricados eles estão: à extensão do planejamento urbano corresponde na verdade uma subordinação histórica do espaço urbano à "razão gráfica" (GOODY, 1979). O "projeto de loteamento" exemplifica muito bem a natureza reticular das práticas documentares que compõem o cotidiano do planejamento urbano: atua ao mesmo tempo como PAA e PAL, como ferramenta servindo para fiscalizar a abertura de ruas e a divisão do solo ou como suporte para a organização das transações imobiliárias. Os documentos até chegam a se movimentar dentro de circuitos que pouco têm de burocráticos, conforme mostrou o caso das "licenças proletárias": aí o documento adquire um valor não somente monetário ou jurídico mas pessoal, contribuindo para a construção de uma determinada relação entre o "povo" – os sujeitos governados – e o "líder" – o governo. Longe dos "planos diretores", que monopolizaram a atenção dos estudiosos, há toda uma constelação de práticas "prosaicas" de planejamento (HULL, 2012b), que com certeza mereceriam estudos dedicados.

A respeito do governo urbano, a nossa "arqueologia do planejamento" nos ensinou que, muito cedo na história das sociedades modernas ou submetidas ao processo de modernização, a liberdade funcionou como instrumento de gestão das populações: com as licenças de obras ou os autos de arruação, o governo da cidade não procurava substituir a atividade construtiva particular por uma agência coletiva que a superasse, mas sim organizar as agências particulares, de modo que se alcançasse o melhor resultado possível para a sociedade. Plantas de casa e PAL denotam uma intervenção do Estado no nível das racionalidades (mais uma vez sobressai o caráter eminentemente gráfico de tal intervenção) que animam as agências construtoras, e

não uma intervenção direta na construção do espaço urbano (embora tal tecnologia gráfica servisse ao Estado também para organizar sua própria atividade construtiva). Em outras palavras, já no século XIX e no início do século XX, governava-se à distância. Portanto, ao contrário do que costumam pressupor as *Governmentality Studies* (MILLER & ROSE, 1990; BARRY, OSBORNE & ROSE, 1996), *the action at distance* não constitui uma modalidade de governo específica ao neoliberalismo contemporâneo: toda a rede de controles (documentares) concebida naquele período para governar a cidade já visava uma "regulação da autonomia".

Todavia, não se deve concluir que o adensamento dos controles exercidos sobre a atividade construtiva sempre foi respeitoso de todas as agências particulares. Pelo contrário, a problematização do espaço urbano pelas elites urbanas levou a desqualificação de certas práticas, em particular de todas aquelas vinculadas à imagem da cidade colonial: ao regulamentar o arruamento, ao alargar e endireitar as ruas já existentes, as elites procuraram também conjurar o espectro da cidade colonial, com suas ruas estreitas e sinuosas, símbolos do "atraso". De modo geral, o planejamento urbano se construiu em cima de oposições contrastivas, tendo o "africano", o "bárbaro", o "colonial", a "desordem", o "belo" e o "sujo" de um lado, o "europeu", o "civilizado", o "policiado", a "ordem", o "feio" e o "limpo" do outro – aos quais acrescentaremos o "rural" de um lado, o "urbano" do outro. As populações que dependiam, para habitar a cidade, de práticas que se encaixavam na primeira série, os pobres morando em barracos de madeira por exemplo, ou que criavam porcos e galinhas para comer e vender[166], acabavam então mergulhando na ilegalidade. A história do planejamento urbano coincidiu então com uma tentativa por parte das classes dominantes de europeizar, embranquecer, desruralizar, aburguesar a cidade do Rio, daí toda uma violência que perpassou essa história, violência silenciada pela aparente racionalidade (médica, econômica, arquitetônica, etc.) do planejamento. O campo da habitação foi sem dúvida um lugar onde essa violência encontrou suas expressões mais exacerbadas, principalmente por conta da hostilidade generalizada contra a convivência das classes populares dentro das chamadas "habitações coletivas", nas áreas centrais da cidade.

[166] A postura de 5 de dezembro de 1876, em seu art. 3º, proibia "criar ou conservar porcos dentro da cidade, nas áreas, pátios, quintais das casas particulares, assim como nas cocheiras de animais, cortiços, estalagens ou quaisquer outros edifícios". Já a postura de primeiro de dezembro de 1890, em seu art. 3º, decretava que "os porcos que vagarem nas ruas, praças, logradouros e arrabaldes da cidade, ou nos povoados das freguesias suburbanas, serão vendidos em hasta pública".

“Anti-higiênicas” e moralmente subversivos, por estimular a tão maldita “promiscuidade”, os cortiços representavam, ainda nos anos 1930, tudo o que as elites cariocas execravam. Com efeito, a genealogia do loteamento proletário pode ser lida também como uma luta histórica, orquestrada pelas elites urbanas, contra a habitação coletiva e pela sedentarização do proletariado brasileiro – mas nessa luta não se tratava somente de moradia, e sim do controle que a elite pretendia exercer sobre as formas de sociabilidade popular, da tentativa de, literalmente, domesticá-la. A genealogia, dizia Foucault, “como análise da proveniência, situa-se, portanto, na articulação do corpo e da história” (FOUCAULT, 1971, p. 154): na genealogia do loteamento proletário, está em jogo a presença física dos escravos e do proletário na cidade, o modo como o corpo deles apareceu ao olhar das elites aristocráticas e burguesas, o modo como eles se apropriaram o espaço urbano, o modo como eles interagiam entre se.

Sob alguns aspectos, o loteamento proletário ficou na continuidade de uma história iniciada uns cinco séculos antes. A partir dos anos 1920s, novos atores vieram participar dos debates em torno da cidade e, sobretudo, da habitação popular, à imagem dos urbanistas, arquitetos e profissionais do serviço social, novas instituições também, como a Igreja católica, e novos saberes, muitas vezes apoiados nas jovens ciências sociais (sociologia, geografia, criminologia, etc.). A habitação popular passou então a compor um problema eminentemente econômico e moral. Tratava-se, por um lado, de conciliar o respeito às normas editadas pelo planejamento urbano (o que se traduzia concretamente no licenciamento das obras e na produção de planos) com a acessibilidade financeira para as camadas mais pobres da população – precisava-se de casas higiênicas e baratas. Tratava-se também de disseminar a propriedade privada, pois ela (supostamente) instigava virtudes morais como o familialismo, a previdência e o conservadorismo (político) dentro da população pobre, ainda mais quando revestia a forma da casa isolada. Assim, o loteamento proletário (e, de modo geral, a política da “casa proletária”) ficou na articulação de várias racionalidades políticas, as médicas e policiais do século anterior, juntas às racionalidades econômicas (“habitação econômica”) e morais (paternalismo social, inclusive sob a forma política do chamado populismo) do novo século. O loteamento proletário representaria então um simples acréscimo ao conjunto das técnicas que compõem o planejamento urbano, elaborado para resolver um problema específico, o da habitação popular.

Entretanto, chama atenção o fato de que essa sofisticação passou por uma desconstrução planejada do planejamento urbano. Ao mesmo tempo em que consolidaram-se as práticas do planejamento, com a multiplicação das normas edilícias e dos artefatos gráficos exigidos pela administração urbana, espalharam-se as exceções às mesmas normas e à apresentação de tais artefatos: em particular, a relação entre legislação urbanística e subúrbio (ao qual podemos acrescentar a zona rural e os morros, então vistos como áreas rurais também) se tornou um assunto muito debatido. Por um lado, segundo o argumento da Comissão de Melhoramentos ou do prefeito Barata Ribeiro, o subúrbio representava o futuro da cidade, uma área dentro do município que viraria cidade no futuro, portanto importava regulamentar com bastante rigidez sua ocupação, para que tudo ocorresse de acordo com as máximas do planejamento urbano. Por outro lado, para os agentes econômicos envolvidos na ocupação efetiva do espaço suburbano (as próprias classes populares, as companhias loteadoras e as imobiliárias especializadas em habitações populares), esse, por justamente não pertencer ainda da cidade, oferecia uma solução ao problema da habitação popular: a distância com o centro, a baixa densidade de povoamento e a falta de equipamentos urbanos deixavam a terra muito mais barata, além de favorecerem a construção de casas isoladas[167]. Em outras palavras, o subúrbio, por representar simultaneamente o futuro da cidade e o lugar do pobre, questionava a ordem espacial criada pelo planejamento urbano, desequilibrando a "marcha territorial" da razão planejadora: submeter o subúrbio ao rigor do planejamento urbano negaria o acesso das classes populares à "habitação higiênica", mas deixar o subúrbio escapar do planejamento ameaçava o desenvolvimento da cidade, do ponto de vista higiênico, econômico ou estético. Os primeiros ensaios de zoneamento procuraram solucionar o desequilíbrio ao transformar o subúrbio (incluindo mais uma vez os morros e a zona rural) em zona de exceção, em área caracterizada pela suspensão legal da legislação urbanística (ou pela legalização da ilegalidade urbana, rebatizada em *liberdade de construção*). Já a política da casa proletária (incluindo o loteamento proletário) trouxe uma resposta mais sofisticada: em vez de suspender a legislação, construiu uma legislação alternativa, circunscrita às antigas zonas de exceção, que mantinha algumas normas vigentes no resto da cidade (como a apresentação de plantas) mas afrouxava outras – em

[167] Assim, muito antes do conceito de periferia se popularizar na língua coloquial, administrativa e das ciências sociais, já havia, por parte das elites sociais, toda uma problematização da expansão urbana, toda uma reflexão sobre a relação entre a cidade e sua frente de expansão.

particular, ela legalizava a autoconstrução, uma prática que o governo municipal vinha rejeitando na ilegalidade desde o século XIX, conciliando *liberdade de construção* com normatização do espaço urbano. Assim, o planejamento urbano consagrava o lugar subalterno das classes populares na cidade: o padrão urbano dos espaços ocupados pelas classes populares permanecia abaixo do padrão que prevalecia no resto da cidade; tratava-se de um planejamento diminuído, pois só assim as classes populares conseguiriam acesso à casa própria (e higiênica).

A complexa legislação sobre o parcelamento do solo arquitetada pelos governos municipal e federal nos anos 1930 ressalva mais um aspecto do planejamento urbano que complica o próprio conceito de planejamento urbano: algo que o jurista Pádua Fernandes Bueno chamou de “efetividade paradoxal”, uma aplicação das normas que acarreta consequências aparentemente contrárias ao espírito das normas. Em primeiro lugar, a ordem jurídica enquadrando o parcelamento do solo permitiu que se abrissem loteamentos não urbanizados, na medida em que o comércio dos lotes independia de qualquer urbanização e que o poder público não se responsabilizava pela ausência de infraestruturas. Ao tolerar a prática do loteamento autofinanciado, ela deixava as classes populares vulneráveis ao que chamamos de “urbanização especulativa”, um modo de produzir o espaço urbano decorrente de uma aposta quanto à valorização futura do solo, e não de um projeto de urbanização (e menos ainda de algum “direito à cidade”). Consequentemente, conseguiam acesso às infraestruturas urbanas as classes sociais que tinham como pagar o preço da urbanização, enquanto às classes populares só restava comprar um lote defeituoso – ou subir o morro... O que acarretava outra consequência: ao morar em assentamentos não urbanizados, legalmente impedidos de receber qualquer construção de estilo residencial, as classes populares mergulhavam na ilegalidade urbana. Embora assim, ao comprar um lote pertencendo de determinado PAL, as classes populares permaneciam na legalidade fundiária. Assim, sob o efeito da “urbanização especulativa”, o PAL, concebido historicamente como “projeto de urbanização”, reduzia-se a mero “catálogo de lotes”: importavam exclusivamente a demarcação e a identificação (gráficas!) das propriedades, privadas (lotes) e públicas (logradouros e praças), e não mais o conteúdo urbanístico do projeto. Por isso, os loteamentos irregulares da Zona Oeste carioca nos revelam algo como o esqueleto da cidade moderna, uma quadrícula pura, feita de delimitações entre domínios mutualmente excludentes (a quadra e a rua, o lote A e o lote B), sem nenhum outro marco de urbanismo – daí a paisagem paradoxalmente

abstrata dos loteamentos irregulares, que contrasta tanto com as favelas, e nos oferece uma ilustração perfeita da histórica subordinação do espaço à razão gráfica. Essa efetividade paradoxal da legislação sobre o parcelamento do solo revela a centralidade para a produção do espaço urbano de um problema insuficientemente problematizado pelo governo daquela época: a distribuição desigual do poder econômico na população urbana. Caso fosse problematizado, talvez o governo tivesse, por exemplo, subsidiado a construção de infraestruturas e "pequenas habitações" no caso específico dos loteamentos proletários. Aliás, o Centro e a Zona Sul do Rio no início do século XX deram exemplos de intervenções diretas do Estado na produção do espaço urbano, mas se tratava de responder a um problema de maior importância para o governo brasileiro, o embelezamento da capital. Se o governo não problematizou a desigual distribuição do poder econômico na população urbana, é muito provavelmente porque, dentro da perspectiva paternalista, importava domesticar as classes populares através do acesso à propriedade, sem mexer com a hierarquia das classes.

A "efetividade paradoxal" do planejamento urbano fica mais evidente ainda no caso específico do loteamento proletário em zona rural. Ao autorizar a divisão de imensas glebas em um elevado número de lotes, prontos para edificar habitações baratas, a tecnologia do loteamento proletário ampliou consideravelmente o diferencial existente entre o valor presente do solo rural, muito baixo devido ao declínio da agricultura, e o valor esperado, com o provável avanço da frente urbana, incentivando então os "aventureiros do capitalismo" a investir no loteamento daquelas glebas longínquas. Fruto de uma urbanização especulativa, o loteamento proletário da zona rural atuou como fator da ilegalidade urbana, pois encorajava a multiplicação das construções clandestinas em ruas nem urbanizadas. Em vez de realizar o ideal urbanístico (a cidade-jardim) que tinha encomendado a normatização do loteamento, o loteamento proletário na zona rural o degradou – e o quanto é irônico o fato de que muitos dos loteamentos proletários hoje considerados irregulares na Zona Oeste se chamam de "jardins[168]"! A tecnologia do loteamento proletário, portanto, consagrou a discordância,

[168] Citaremos, como exemplos, o Jardim São Geraldo (1951), o Jardim Pedregoso (1960), o Jardim do Monteiro (1955), o Jardim Monte Santo dos Garcias (1962), o Jardim São Boaventura (1960) e o Jardim Duas Marias (1955), somente no bairro de Campo Grande. Em Guaratiba, além do Jardim Maravilha, há o Jardim Cinco Marias, loteamento proletário projetado em 1955. Há também vários exemplos de "jardins" não proletários que acabaram irregulares, como o Jardim Garrido (1954) em Guaratiba e o Jardim Nossa Senhora das Graças (1970) em Campo Grande, o terceiro maior loteamento irregular do Rio de Janeiro pela superfície (3.228.443 m²), comportando 3.535 lotes, alguns proletários.

no âmbito do subúrbio rural, entre a ocupação efetiva (“a marcha territorial da sociedade”, para retomar uma expressão de Oliveira Vianna) e o planejamento urbano do espaço (“a marcha territorial do poder”) – ou seja, uma fronteira, no sentido de Vianna, mas uma fronteira nada natural, uma fronteira construída pelo governo da cidade. Em outras palavras, o loteamento proletário da zona rural potencializou uma verdadeira dilatação da cidade, dilatação do espaço urbano (espaçamento), ao espalhar as classes populares urbanas por áreas muito distantes do centro, dilatação do tempo urbano (retardamento), ao atrasar indefinidamente a urbanização dessas áreas.

2 *TRANQUILIDADE* E *PROGRESSO* – HERMENÊUTICA NATIVA DA URBANIZAÇÃO DIFERIDA

A minha vida é uma casa de meia-água,
batida por chuvas e minuanos sujos.
As goteiras do desânimo
vêm cantar nos beirais a sua música triste.
[...]
A minha vida é uma casa de meia-água,
soprada por ventos e batida por chuvas.
À noite fico transido de medo
vendo o meu quarto todo esburacado!
Mas dentro de mim eu fico pensando:
um dia há de chegar um operário para reconstruí-la!
Beberei cântaros de alegria e amor!
Beberei cântaros de confiança
segurados pela mão do Senhor!
(Arnôni Beviláqua, *São Francisco, o poeta do sol*)

Em fevereiro de 1969, quinze anos após a série de artigos publicados no *Correio da Manhã*, que já alertava sobre a falta de urbanização dentro do Jardim Maravilha, e não obstante a resposta do então diretor da Obrasin, Luiz Aníbal Falcão, que previa a conclusão das obras em três anos (CORREIO DA MANHÃ, 1955c), o Jardim Maravilha ainda carecia completamente de infraestrutura. De acordo com o "plantão" realizado pelo jornal *O Globo* em Campo Grande, à longa série das reclamações feitas pelos moradores da Vila Santa Rita (PAL 25.396), do Bairro Santa Margarida (PAL 19.108), do Parque Francisco José (PAL 18.412), do Jardim Mendanha (PAL 22.807) ou do Jardim São Paulo (PAL 18.793), todos loteamentos proletários hoje considerados "irregulares", acrescentaram-se aquelas feitas pelos residentes do Jardim Maravilha: lá faltava então "água, esgoto, luz, posto médico, polícia e condução para o centro de Campo Grande após às 23 horas" (O GLOBO, 1969). "De 'maravilha' só o nome" já lamentavam, em 1955, os redatores do *Correio da Manhã* – mal sabiam eles que o trocadilho perseguiria o lugar por um bom tempo. "No Jardim, a maravilha é só no nome e na promessa", repetiu o jornal *O Globo* em 1988. "Desde que o loteamento foi inaugurado, em 1952, [os moradores] convivem com os mesmos problemas, que vão da falta de transporte ao excesso de mosquitos, passando pela deficiência dos sistemas de iluminação e de rede de água e esgoto" (O GLOBO, 1988). "O Jardim Maravilha não faz jus ao nome que recebeu há mais de 40 anos, quando foi fundado", comentou o mesmo veículo em 1991, "o maior problema do lugar é a falta de calçamento em quase todas as ruas que se transformam em lamaçal depois das chuvas" (O GLOBO, 1991). Todavia, muito mudou na véspera do novo milênio: em novembro

de 1995, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) decidiu incluir o Jardim Maravilha, junto como outros loteamentos, dentro do Favela-Bairro (O GLOBO, 1995), programa criado na gestão do prefeito César Maia para urbanizar favelas e, assim, "oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade". Pouco tempo depois, em maio de 1997, começaram as primeiras obras de infraestrutura. "O loteamento Jardim Maravilha, o maior do Rio, na Zona Oeste, também será transformado em bairro", previa *O Globo*. O projeto da construtora Épura, selecionado pela SMH, anunciava "levar água encanada, iluminação, drenagem, rede de esgoto, asfaltamento e arborização às portas dos moradores" (O GLOBO, 1997b). Porém, o trocadilho não morreu com a conclusão das obras em maio de 1999. "Maravilha somente no nome", repetiu uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* em agosto de 2013, contando as lamentações de um morador, cuja rua até hoje não recebeu nenhuma obra de urbanização, a Rua Mozolândia[169]. "Sem saneamento básico e asfalto, a via fica tomada pela lama e por uma água suja durante semanas", descreveu o jornal, "quando o sol reaparece, vem a poeira" (O GLOBO, 2013). De fato, nos anos 2010, a prefeitura iniciou um novo ciclo de obras dentro do Jardim Maravilha, através de um programa encabeçado pela SMO, o Bairro Maravilha. Em agosto de 2013, o próprio prefeito Eduardo Paes visitou Guaratiba para anunciar o lançamento do programa Bairro Maravilha Oeste, com a promessa de urbanizar toda a Zona Oeste até 2016. "Guaratiba não terá mais uma comunidade sem urbanização, asfalto, saneamento, drenagem e iluminação ou ruas sem nomes", avisou o prefeito (CUNHA, 2013). Entretanto, ainda faltam asfalto, saneamento básico e até de posteação, em várias localidades dentro do loteamento, sobretudo nas "frentes de expansão". Criada em 2017, a página do Facebook *SOS Jardim Maravilha/Guaratiba RJ* postou em agosto deste ano várias fotos de valas negras e ruas enlameadas, denunciando, triste e enfurecida, o "*abandono*" da população, o "*nível de desigualdade social*" refletido pela situação do "*sub-bairro*" Jardim Maravilha, em comparação com os bairros vizinhos da Barra da Tijuca e do Recreio, onde "*sequer existe um buraco no asfalto*" (Figura 38).

O Jardim Maravilha se mostra então um loteamento que não só está demorando para ser urbanizado como vem recebendo obras em localidades distintas e em momentos distintos – o que chamamos de "urbanização diferida", um processo de urbanização ao mesmo tempo retardado no tempo e diferenciado no espaço, uma

[169] O nome e a localização das ruas constam no mapa que fica em anexo (Anexo I).

Figura 38 – O *abandono* do Jardim Maravilha.



Fonte: Facebook (2017).

urbanização tanto espaçada quanto espacejada. O objetivo deste capítulo é analisar como os moradores “interpretam”, no sentido definido pela introdução, esse processo de urbanização, quais são as categorias que eles mobilizam para dar sentido à urbanização diferida, como eles percebem esse atraso constante no equipamento do loteamento e a diferenciação do espaço pelas próprias obras, quais práticas individuais e coletivas eles adotam para se apropriar de um espaço nunca completamente urbanizado. A nossa hipótese aqui é que a urbanização diferida gera modalidades originais de se relacionar com o urbano, com as dimensões espaciais e temporais daquilo que chamamos de urbano. Assim, por um lado, os moradores estão sempre na esperança das obras, mil vezes prometidas, acontecerem, na espera das infraestruturas, das quais eles sentem mais necessidades, chegarem. Esperanças essas que denotam toda uma maneira de se relacionar com o mundo, de perceber, sentir e avaliar a movimentação do mundo. Esperanças essas que muitas vezes tem a ver com o próprio

percurso residencial das pessoas, com as mudanças efetuadas e com a construção da casa própria. Por outro lado, os moradores temem essa urbanização, pois eles se apropriaram desse espaço desprovido de infraestrutura, eles construíram representações também positivas acerca dele, diante daquilo que eles veem acontecer no resto da cidade, em particular no que diz respeito à segurança. Eles encontraram uma utilidade a toda essa terra ainda não urbanizada. A urbanização diferida suscita assim experiências e olhares contraditórios, temporalidades e espacialidades contraditórias, contradições essas que, afinal de contas, resumem a complexa relação do proletariado brasileiro com o processo de urbanização da sociedade brasileira.

2.1 À ESPERA DO *PROGRESSO*

A vida de muitos habitantes do Jardim Maravilha, daqueles que vieram morar ali antes do "Favela-Bairro" ou do Bairro Maravilha, foi marcada pela duradoura convivência com a falta de infraestruturas urbanas e de serviços públicos em geral, o que eles sempre resumem pela mesma expressão: "*antes, não tinha nada*".

> ARNALDO: Isso aqui, não tinha nada aqui. Aqui não tinha luz, aqui não tinha água, aqui não tinha nada, não tinha nada! Pra pegar o ônibus aqui só até Santa Clara. Isso aqui era tudo barro. Tinha nada, nada, nada. Sabe que que é nada? Pô, tenho 50 anos, eu nasci em 66. 49 anos mesmo no Maravilha, no Maravilha não tinha nada, não tinha água, tinha água de poço.

Com a mesma ênfase, todos aqueles que se beneficiaram, direta ou indiretamente, com as obras do governo elogiam as transformações pelas quais o loteamento passou nos últimos vinte anos: o Jardim Maravilha finalmente cumpriu sua promessa e "*virou uma cidade*"; "*virou uma maravilha*".

> FÁTIMA: Isso aqui cresceu muito. Muita coisa né. Eu nunca imaginava, não sinceramente eu não imaginava que isso aqui fosse ficar assim, uma cidade! Praticamente uma cidade. É tudo loja, lojas e coisa de bolo, de supermercado, né.
> ELISABETE: Há doze anos eu já tô estranhando pra caramba, imagina vocês!
> FÁTIMA: É, montão de escola, farmácia. Nós não imaginamo. Não tinha nada disso aqui. Nem imaginava que um dia ia crescer. "Será que isso vai... que esse bairro vai crescer tanto assim?" Meu marido até que falava, "Ah eu acho que vai sim, muita gente vai mudar pra cá". Foi mesmo!

Criada dentro de um *sítio* em Guaratiba, Dona Ana, ao comparar o *sítio* de sua infância, ainda carente de infraestrutura, com o loteamento onde ela mora desde os anos 1980, enalteceu o *progresso* do Jardim Maravilha:

> ANA: Mas lá, lá não chegou o progresso não. Lá continua mesma coisa. Progresso nenhum. Pra tu vir ônibus é longe, não entra uma condução. Mas é sítio mesmo. Não é asfalto, botaram um cascalhozinho lá na rua lá. Essa rua mesmo, ruazinha que morava, acho que não é até hoje. Muito tempo que eu

> não vou lá. Mas aqui o progresso, sem comparação. O Maravilha cresceu muito.

Desde aqueles tempos (não tão) remotos, quando ainda "*não tinha nada*", até hoje, "*chegou o progresso*" – o bairro *cresceu*, *evoluiu*, *melhorou*. À primeira vista, o que os moradores do Jardim Maravilha entendem por *progresso* se confunde com o que chamaríamos de urbanização, ou seja, com a implementação das infraestruturas ditas urbanas: água encanada, rede elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, pavimentação das ruas e acesso ao transporte coletivo, basicamente. Se, de modo geral, as infraestruturas urbanas tendem a materializar a própria ideia de modernidade (GRAHAM & MARVIN, 2002; EDWARDS, 2003), vale lembrar que no Brasil recorre-se a uma categoria de alto teor teleológico para designar a construção de infraestruturas, a de *melhoramento* ou *melhoria*, num vocabulário mais coloquial. A percepção do *progresso* pelos moradores, porém, não resulta de uma fé irrefletida na modernidade, ou de algum "encantamento" pela ação transformadora das infraestruturas urbanas (HARVEY & KNOX, 2012), e de uma avaliação pragmática do mundo dentro do qual as pessoas vivem, atrelada à trajetória residencial deles, ao passado ou "carreira residencial" deles.

2.1.1 A urbanização do mundo

2.1.1.1 *Quando não tinha nada* ... fazendo bricolagem de infraestruturas

Frente à total ausência de infraestrutura dentro loteamento, as primeiras gerações de moradores lançaram mão de soluções variadas para garantir acesso a pelo menos a água e a luz. O *sofrimento* da água, em particular, ocupa boa parte das descrições que os *moradores antigos* fazem do loteamento nos tempos remotos, quando *não tinha nada*. Assim como os outros moradores, seu Armando, que chegou no início dos anos 1950, teve que cavar um poço logo depois de comprar o lote:

> ARMANDO: Quando eu cheguei por aqui... cavei um poço. Tinha dez metro de fundura. E tinha água. E a água era boa.
> THOMAS: Dava pra beber?
> ARMANDO: Dava! Pra beber, tomar banho e tudo. A água era boa. As minha filha, que botei uma bomba mas aquela bomba manual. Subindo a água e a menina, minhas meninas, tudo a mãe dizia: "olha, hoje é dia de vocês encher a caixa!" Cada dia tinha uma pra encher a caixa.

O solo muito úmido da região, uma vasta bacia atravessada pelo Rio Cabuçú-Piraquê e dando na baía de Sepetiba, facilitava a exploração das águas subterrâneas.

Alguns moradores chegavam a furar poços com menos de cinco metros de profundidade. Porém, a segurança, principalmente das crianças, preocupava os donos de poços, ainda mais quando não os reforçaram com manilhas de concreto, fazendo com que vários, à semelhança de seu Armando, os desativassem com a chegada da água encanada. Outros aproveitavam as minas d'água, as fontes naturais espalhadas pelo loteamento, por exemplo na localidade conhecida como Morro Careca, que ficou desocupada até o início dos anos 1990.

> JAIR: Aquela mina ali, aquela mina ali que abastecia o pessoal em função de água. Pessoal acordava cedo, levava uma borracha, puxava, enchia garrafa de água. Minha mãe mesmo, minha mãe mesmo pegava uma lata de vinte, botava dela o dia na cabeça e ia, levava pra casa pra gente poder beber!

Se a maioria dos meus interlocutores elogiaram a qualidade da água extraída, alguns a botavam para ferver no fogo de lenha antes de beber. Quanto às águas sujas, os moradores as despejavam em valas cavadas na beira das casas, as funestas *valas negras*. "*Cansei de cair nessas valas negra aí brincando*", repetia, rindo, Dona Ana, "*cansei de cair, e minha mãe ter que me dar banho de álcool!*". Os próprios moradores cavavam essas valas, em frente à casa deles, na continuidade daquelas que os vizinhos eventualmente já tinham cavado.

> THOMAS: Mas essas valas negras eram os moradores mesmo que faziam?
> JÚLIO: Morador que fazia. Eu, por exemplo, fui morar ali. Quando eu fui morar ali, do lado da minha rua, já tinha... casa do seu Antônio (...). Então, o seu Antônio, tinha vala do seu Antônio pra baixo! Não tinha morador do seu Antônio pra cima. Ou seja, no meio da quadra. Aí quando eu fui morar, eu que limpava! Essa vala. Entupia, vazava no meio da rua. Aí eu ia, limpava a vala e depois limpava a rua. Limpava do seu Antônio até a baixada [*margens do Rio Cabuçú-Piraquê*], pra poder... ter caída. Aí depois vem mais morador e aí foi até a esquina. Até a esquina.

Já para compensar a ausência de iluminação pública, os moradores do Jardim Maravilha recorriam a soluções caseiras como lampiões e velas. Entretanto, por muitos anos contaram também com a famosa *luz do bonde* – uma linha de bonde ligava o então centro de Campo Grande à Pedra de Guaratiba, passando pela Estrada do Magarça. "*Tinhas uns postinhos aí com os fios que era a luz do bonde*", me contava Dona Joaquina, "*mas não valia nada! Não podia ligar a geladeira, não podia ligar nada, era mesma coisa que não ter*". O marido dela tinha feito um *gato* de luz com os postes do bonde, tinha, ilegalmente, *puxado* a luz diretamente da rede que alimentavam a linha de bonde até a *casinha* deles. "*Não tinha nada aqui, não tinha nada. Mato e lama e valas negras. Não tinha nada, não tinha nada mesmo. Não tinha luz, não tinha água. E a primeira luz que ia até aqui dentro, foi o meu marido que puxou lá da estrada*".

Fraca, a luz do bonde também caía o tempo todo, acompanhando os deslocamentos dos carros elétricos.

> ARMANDO: Não tinha luz de rua não, aqui era tudo... Aí, a mulher me acordava, dizia: “o bonde acabou de sair da Pedra”. Que quando ele saía de lá, chupava a luz assim, ficava bem apagadinha. Aí, de acordo com o andado do bonde, a luz voltava no normal. Mas aí a gente caminhava, daqui eu sabia onde o bonde tava chegando.

A *luz do bonde* é um dos exemplos mais antigos, dentro do Jardim Maravilha, daquilo que chamaremos aqui de “bricolagem urbanística”: a construção de infraestruturas pelo aproveitamento não-planejado das infraestruturas existentes ou pelo uso de materiais que não foram dispostos para esse fim. A bricolagem urbanística lembra o conceito de “bricolage” proposto por Lévi-Strauss, segundo o qual o “bricoleur” não subordina os meios ao projeto; “son univers instrumental est clos, et la règle de son jeu de toujours s’arranger avec les ‘moyens du bord’, c’est-à-dire avec un ensemble à chaque instant fini d’outils et de matériaux, hétéroclites au surplus” (LÉVI-STRAUSS, 1960, p. 31). À semelhança da reflexão desenvolvida por Lévi-Strauss acerca do conhecimento científico, oporemos a bricolagem urbanística, à qual os moradores do Jardim Maravilha recorriam e ainda recorrem, ao “planejamento urbano”. Ainda assim, nós adotaremos o viés intelectualista frequentemente atribuído à argumentação de Lévi-Strauss, na medida em que o “planejamento urbano”, conforme vimos no capítulo anterior, não deriva de operações exclusivamente mentais, mas também de amplas redes sócio-técnicas, entre as quais destacamos os planos, os artefatos gráficos mobilizados pelas administrações urbanas para governar a produção do espaço urbano. Em outras palavras, o planejamento urbano não requer somente um planejador, um engenheiro capaz de conceber um projeto, precisa também de planos, autorizações administrativas e escritórios especializados, entre outras coisas. Quando falamos em aproveitamento não-planejado das infraestruturas existentes, não estamos sugerindo a ausência das operações mentais, habitualmente associadas ao ato de planejar, como o cálculo e a previsão, mas sim a não-intervenção das redes sócio-técnicas que sustentam o que chamamos de “planejamento”. Todavia, a ausência de “planejamento urbano” não significa a ausência de qualquer rede sócio-técnica, pelo contrário. “*Puxava lá e um puxando pra outro, um puxava ali, daqui pouquinho vinha um outro emendava, puxava ali. Que às vezes o bonde quando passava lá a luz ficava fraquinha*”, resumia Jair. A fala dele na verdade ilustra um mecanismo fundamental da bricolagem urbanística, que também encontramos no caso das *valas negras*: a produção de infraestruturas aqui ocorre dentro de uma temporalidade descontínua e seguindo um

princípio de contiguidade espacial, princípio que o verbo *puxar* resume admiravelmente – diferentemente do planejamento urbano, assentado na representação sincrônica de um espaço delimitado, numa planta.

A bricolagem urbanística pode levar à apropriação privativa das infraestruturas: houve casos de pessoas que, após a instalação da água encanada na rua deles, cobraram das outras o acesso à água (e creio que o mesmo ocorreu com a *luz do bonde*). Foi o que aconteceu no Morro Careca por exemplo, um pouco antes de seu Afrânio ir morar lá.

> THOMAS: Então falou quando chegou, era...
> AFRÂNIO: Gato. Era um gato. Tinha uma menina aqui que... até cobrava água das pessoa. Enquanto sinceramente não foi meu caso, de cá. Cobrar água? Pra mim botar um tubo. Havia essa guerra aí entre os moradores, mas a realidade naquela época Dona Elisabete...
> THOMAS: (*Interrompendo*) De que guerra que tinha entre os moradores?
> AFRÂNIO: Tinha uns moradores que achava que a água era só deles. Então você tem que unir a água, através de seu esforço, e achando que tem de te explorar. Como tô te falando, não foi o meu caso, já encontrei a minha água, e até hoje é minha água. Agora veio a CEDAE[170] botou água.

Assim, no caso descrito por seu Afrânio, o princípio de contiguidade na bricolagem urbanística se converteu em uma prática de pedágio, em um direito de passagem, em um modo de "*explorar*" as pessoas. Segundo as palavras de seu Afrânio, a vizinha vinha exigindo dos moradores o pagamento de uma taxa mensal para que pudessem ligar a água deles aos canos dela[171]. De modo geral, os produtos da bricolagem urbanística são mais suscetíveis de uma apropriação privativa, independentemente deles levarem à cobrança de uma taxa ou não: os moradores costumam chamar a água que tiram do poço, ou que conseguem através de ligações clandestinas, de *minha água*, em oposição à *água da rua*, que é a água fornecida regularmente pela CEDAE. "*A água continua nossa!*", exclamou Dona Eurídice, ao contar que a CEDAE,

[170] Companhia Estadual de Água e Esgoto. Se a CEDAE continua abastecendo o Jardim Maravilha de água, desde maio de 2012, cabe à uma empresa privada, a Foz Águas 5, hoje Zona Oeste Mais Saneamento, cuidar do esgotamento sanitário: em janeiro de 2012, a SMO firmou com a Foz Água 5, uma parceria do Grupo Águas do Brasil com a ex-Odebrecht Ambiental, agora BRK Ambiental, um contrato de concessão de trinta anos, para o esgotamento sanitário da AP 5, sendo a Fundação Rio-Águas responsável pela fiscalização do contrato. A AP 5 é a única área do Rio onde o abastecimento de água e o esgotamento sanitário constituem atividades separadas. A concessão prevê a construção de uma estação de tratamento dentro do Jardim Maravilha, velha promessa já feita na época do "Favela-Bairro", mas nunca realizada.

[171] O mesmo acontecia nas favelas cariocas, nos anos 1960: a "burguesia favelada" descrita por Silva se distinguia, assim, pela "exploração de recursos da favela para a favela" (SILVA, 1967 [2011], p. 707), em particular do acesso à água e à luz.

mesmo após "*vários pedidos de oficialização*", ainda não havia regularizado o abastecimento. Ou seja, não havia colocado hidrômetro nas casas e nem começado a cobrar.

A pavimentação das ruas oferece outro exemplo interessante de bricolagem urbanística. Pelo que me contaram os moradores dos *sítios* vizinhos, que presenciaram o nascimento do Jardim Maravilha, a companhia Obrasin, no início do loteamento, abriu algumas ruas, provavelmente na altura das avenidas que faziam ligação com a Estrada do Magarça, como a antiga Avenida 1, hoje Avenida Campo Mourão, e a antiga Avenida 4, hoje Avenida Pilar do Sul. O primeiro prédio do Jardim Maravilha teria sido o galpão onde a *companhia* guardava suas máquinas de terraplenagem, o Espaço 350, na Avenida 1. A Obrasin pretendia então arrasar o Morro Careca e aproveitar o material para aterrar as ruas do Jardim Maravilha, muitas delas cobertas por manguezal. Também teria começado a pôr meio-fio nos entornos das Avenida 1 e 4, na entrada das quais ele anunciava o loteamento. Entretanto, a companhia sequer tocou na imensa maioria das ruas que projetara. "*Eu já peguei aqui, bem dizer, o Maravilha mesmo, sem nada*", explicou Carlinhos, "*Não era nem rua, era caminho. Aqueles caminhozinhos, de tanto a pessoa passar, faz aqueles caminhozinhos. E não tinha, porque era tudo mato*". Os próprios moradores então se encarregavam de *limpar* as ruas, de retirar a vegetação que prejudicava o trânsito. "*A gente mesmo pegava enxada, capinava limpando a rua. O que era em poder da nossa coisa mesmo. Não tinha negócio de poder público*", comentava seu Jair, o capim sinalizando o *abandono* pelo poder público.

Com o passar dos anos, alguns moradores tomaram a iniciativa de aterrar as ruas sozinhos, aproveitando qualquer resíduo proveniente da construção.

> RUTH: Depois que fizeram essa rua aí, não tinha essa rua aí, como te falei que era mato! Mato, mato, mato só. Depois que eles aterraram, os morador mesmo, um moço que trabalha na casa de material de construção e depois... aterrou. Fez essa rua aí, fez.
> THOMAS: Ele mesmo que fez?
> RUTH: Foi eles mesmo. Ele aterrou e fez a rua, não existia essa rua aqui atrás, ele aterrou fez essa rua até aí na Tefé. Dali ele aterrou esses terrenos todinho que ele trabalhava com material de construção, então ele tinha acesso aos carros de material de, do material de carros de aterro. Os caminhões de aterro. E aí, pronto!

Como nem todos tinham entulho à disposição, os moradores interessados em aterrar as ruas onde moravam, e que já tinham alguma *condição*, se juntavam para comprar o aterro, alugar um caminhão e "*fazer a rua*" (Figura 39).

FÁTIMA: É, foi jogando aterro na rua! Muita gente eles compraram, quando tinha dinheiro, compravam caminhão, às vezes até um vizinho dava um tanto, outro dava outro, e aí a gente comprava os caminhão de aterro vinha ali jogava ali, na rua. Que era horrível. Horrível, horrível essa rua.
THOMAS: Vocês se organizavam entre vizinhos pra poder...
FÁTIMA: Era. Mas era assim, só dois ou três só que concordavam. Só esses pedacinho aqui. Depois que começaram a mudar, fazer casa aí, a moça que morava ali... Aí o moço daqui de baixo, foram dois ou três só que concordavam aí, ajudavam, mas foi meu marido na maioria das vezes pagava sozinho do bolso dele. Esses caminhão de aterro pra botar, na rua.
THOMAS: Pra jogar aterro.
FÁTIMA: É né! Nesse pedaço aqui, da gente. Porque era muita lama, muita

Figura 39 – Exemplos de rua a aterrar e de rua aterrada na localidade das Casinhas.



Fonte: Thomas Cortado (2016 & 2015).
Notas: Em cima, resíduos de concreto jogados em uma rua não urbanizada do loteamento para servir de aterro. Em baixo, uma rua da mesma localidade depois do caminhão passar.

> lama, muito buraco. Quando chovia era pior, não conseguia sair de casa. Era muito buraco.

A bricolagem urbanística tomava nestes casos a forma do *mutirão*, envolvendo a formação de "quase-grupos" (MAYER, 1987 [1966]), ou seja, de agrupamentos não-formalizados de pessoas participando das mesmas atividades, neste caso da produção e manutenção de infraestruturas urbanas. Esses agrupamentos costumam possuir uma base territorial bem definida, que Dona Fátima chamava de "*pedaço*". Perguntando à Dona Fátima os limites do tal "*pedaço*", achando que ele se estendia à quadra inteira, eu me deparei com uma área muito mais restrita:

> FÁTIMA: Não aqui ó, desse pedaço aqui. A gente aterrava muito aqui da esquina até nossa casa né, eles botavam. Tá vendo, o resto do número lá, pra lá, o pessoal que se vira, se junta e compra! Que também não ia aterrar a rua pra todo mundo. Aí aterrava esse pedaço aqui, o pessoal já se beneficiava bastante, porque quem passava aqui já não caía no buraco (*rindo*).

É que a bricolagem urbanística ocorre na "proximidade" das casas, para tomar um conceito de Heidegger, ou no "entorno" delas, para reutilizar uma categoria estatística[172]. Isto porque a bricolagem perpetua o empenho "circunspecto" dos moradores na construção e manutenção de suas próprias casas, o cuidado deles pelas suas moradias, o que a fala de Dona Ruth, moradora de uma localidade que ainda não recebeu nenhuma obra de urbanização, as "Casinhas", deixou bem claro:

> RUTH: (...) Aí a gente começou a comprar caminhão de aterro, pra botar lá na frente da gente. A gente falou com o vizinho e o vizinho aceitou, um deles. Depois de anos e anos. (...) A gente colocou esse negócio aqui que aterramos na frente da gente. Que você tá vendo, aí vieram, veio, começou a vir mais os moradores mais decente, aí eles começaram a aterrar frente às casas deles, na rua. As rua, frente à casa deles, na rua deles.
> THOMAS: Que os outros moradores antes...
> RUTH: Não, não, antes, não fazia nada não. Nenhum. Nenhum fazia! Não mexia! E a gente, e até eu era uma das mais humildes, ficava, aterrava o meu canto dentro de casa então... Aí depois, graças a Deus, foi levando e conseguimos esses morador que aceitou e os outros morador, veio um morador lá mais decente foi lá aterrando na frente deles e melhorou pra gente! E aí eu e mais uns três começamo a fazer, gastei muito dinheiro! Aterrando aqui assim a rua. Aí por isso que tá chegando aqui, sem pisar dentro de buraco nenhum, mesmo no sol, sem chuva, a gente pisava no buraco.

Espera-se, na verdade, do morador, do "*morador decente*" segundo as palavras de Dona Ruth, que ele cuide minimamente do espaço ao redor da casa dele, da "área peridoméstica" (KELLY, KOUDAKOSSI & MOORE, 2017, p. 471): as casas, assim

---

[172] Para o fenomenólogo alemão, a "proximidade" (*Nähe*) abrange o perímetro das coisas úteis e manipuláveis, que estão "ao alcance da mão" (*Zuhandenheit*), debaixo do olhar "circunspecto" (*Umsicht*), (HEIDEGGER, 1927/1985, pp. 105-107). Já a categoria estatística de entorno, que vimos em introdução, abrange os "segmentos de logradouro", "as faces de quadra onde se localizam os domicílios urbanos" e serve para medir, nas operações de censo, o acesso da população às infraestruturas. Cf. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_entorno_domicilios.pdf.

como no caso das *valas negras*, descrito por seu Júlio, aparecem como ponto de partida de um "trabalho infraestrutural" (*infrastructural work*) (PABLO-GUERRA, 2013) nativo, de todo um trabalho de construção das infraestruturas. O "*pedaço*" remete então a um "plano de organização social" (GEERTZ, 1959) específico, produzido na intersecção das áreas peridomésticas[173]. A contiguidade dessas áreas favorece, assim, a formação de quase-grupos voltados para a bricolagem urbanística.

Entretanto, a produção de infraestruturas pelos próprios moradores nem sempre fica isenta de conflitos. Dona Amélia, por exemplo, sempre costumou organizar *mutirão*, fazer bricolagem urbanística com os moradores para "*melhorar as coisas*". Enquanto o poço dela estava secando, conseguiu, através de um funcionário da CEDAE, que ia se candidatar ao cargo de vereador e queria angariar voto no Jardim Maravilha, *trazer* água encanada para a rua dela, cabendo aos moradores comprarem os canos de uso doméstico e cavarem as valas. Pelo seu empenho nas melhorias locais, recebeu dos vizinhos o apelido de "*prefeita*". Contudo, uma vez enfrentou um vizinho que, ao chegar na rua dela, quis abrir uma vala negra bem na frente da casa.

> AMÉLIA: Aí o povo ia abrindo aquela valinha pra água ter como descer. Aí ele queria abrir a vala aqui na minha porta! Queria que eu abrir de lá da casa dele direito praquela vala aberta! Eu disse: "isso não existe! O senhor, pela lógica, o senhor tem que levar seu esgoto pra rua que desce! A sua casa da esquina, o esgoto tem que descer pra lá! Agora o senhor querer trazer o esgoto aqui pelo lado, pela minha rua, passar pela minha porta! Não tem condição! Eu tenho monte de criança, isso traz doença! Aí, se o senhor quiser, eu posso me reunir com o senhor, a gente compra aqueles tubo, vamos botar tudo de lá vai subir esquina pra cá. Que aí vai vir seu esgoto mas vai passar dentro de um tubo! Não vai embora praqui fora!" Aí ele concordou. Aí ele comprou três vala daquelas de seis metros, aí eu comprei três valas de seis metros, e assim os outros vizinho foram comprando três vala. Levamos os esgoto até lá embaixo. Aí os esgoto dele vinha. Mas vinha pro dentro do tubo. Aí fez uma vala um pouco fundo, botou aqueles tubo, tampou e o esgoto passava por ali por dentro. Porque era vala negra aberta! Era horrível! Um cheiro muito forte! A gente com criança pequena, aquele má cheiro aquele dia todo.

O vizinho de Dona Amélia queria cavar uma vala que descesse pela casa dela, algo que ela não aceitava, devido à constante circulação de crianças pela casa dela. A solução, neste caso, foi fazer a bricolagem de um esgoto junto com o resto dos

[173] Aquilo que chamamos aqui de "*pedaço*", com base na fala de Dona Ruth, difere fundamentalmente do conceito de "pedaço" formulado por Magnani (MAGNANI, 1984): enquanto o "pedaço", para ele, possui um "núcleo" físico e remete a "uma rede de relações sociais que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência", no nosso caso, cada casa define o "*pedaço*" ao qual ela pertence. Ou seja, cada casa avalia o conjunto das áreas peridomésticas consideradas relevantes para a execução de determinada tarefa, como aterrar a rua, limpar as valas negras, puxar os canos d'água, etc. O "*pedaço*", neste sentido designa áreas menor e menos estabilizadas, em comparação com o conceito forjado por Magnani (e ALVITO, 2006 [1998]). Também, por não discordar da oposição entre *casa* e *rua* subjacente à análise de Magnani, não caracterizaremos o "pedaço" como "espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público".

vizinhos, convidando cada um a comprar pequenas manilhas, para assim canalizar as valas negras (Figura 40) – as águas sujas terminavam então em no Valão José Sena, um afluente do Rio Cabuçú-Piraquê. Ademais, a realização do mutirão às vezes gera acusações recíprocas entre os participantes: de não ter *colaborado* o suficiente, com dinheiro ou mão-de-obra, ambos vistos como formas legítimas de *colaboração*; de ter desviado parte do dinheiro coletado para a construção do equipamento. A manutenção dos equipamentos também desperta críticas, pois a falta de cuidado de uma pessoa afeta todas aquelas que moram ao redor dela, no mesmo "*pedaço*". Seu Maurício,

Figura 40 – Esgoto "bricolado" nas Casinhas: manilhando valas negras.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

por exemplo, morador do Morro Careca, não quis pagar pelo conserto da bomba que abastecia a rua dele, bomba colocada pelos vizinhos antes dele morar, pois os acusava de deixá-la ligada sem prestar atenção ao caimento da água, de forma que ela queimava frequentemente.

> MAURÍCIO: Então esse problema lá foi por causa de vinte reais. Por causa de vinte reais. Eu falei que não ia dar. Porque eu já tinha ajudado duas vezes. Então que que acontece, eu não tenho obrigação que a hora que você no modo precisando...
> THOMAS: (*Interrompendo*) Era 20 reais pra água?
> MAURÍCIO: É! Era!
> THOMAS: Pra pagar o quê? Pra pagar a bomba?
> MAURÍCIO: É, o conserto lá. Mas aí o conserto, é que as pessoa, até hoje ali é assim. Minha bomba não dá problema. Sabe por que? Porque eu fico, ali eu sei quando a bomba tá puxando, ali eu sei, quando a bomba puxa. Então liga a bomba, vai dormir, larga lá o tempo que quer, a bomba queima pô!

Problemas assim acontecem também com os canos d'água que os moradores das áreas menos urbanizadas ligam clandestinamente aos troncos distribuidores da CEDAE: basta alguém furar alguma parte dos canos, por inadvertência, ao passar de carro por cima, por exemplo, para prejudicar o resto dos moradores. Espera-se então do morador que cuide da área ao redor de sua casa, que ele aja como "*morador decente*", para retomar a expressão de Dona Ruth.

Voltando ao problema da pavimentação, várias outras consequências afetavam e ainda afetam diretamente o cotidiano dos moradores. Como se tratava de logradouros ainda não reconhecidos pela municipalidade, devido justamente à falta de urbanização, as ruas sem asfalto também não possuíam nomenclatura oficial ou numeração, sendo então chamadas pelo número que constava do PAL – ainda hoje, algumas das ruas que receberam um nome são conhecidas antes pelo número, como a Rua 25, atual Rua Porto de Moz. Definia-se o endereço das pessoas pelo número da quadra e do lote. A ausência de placa para indicar o nome das ruas complicava a chegada do correio e, mais ainda, das pessoas não acostumadas com a numeração das ruas, quadras e lotes. Em alguns casos, os próprios moradores cuidavam do emplacamento, colocando cartazes nos pontos mais estratégicos da rua, nas esquinas com as avenidas ou ruas principais do loteamento, por exemplo (Figura 41). Entretanto, a maior dificuldade causada pela ausência de pavimentação sempre foi a relutância das companhias em criar uma linha de ônibus para dentro do loteamento. Ainda nos anos 1950 existia a linha de bonde que ligava Campo Grande à Pedra de Guaratiba, operada pelo Serviço de Transporte Rural: os moradores tinham então que andar uns dois

Figura 41 – Exemplo de bricolagem urbanística: o emplacamento das ruas.



Fonte: Thomas Cortado (2014)
Nota: Placas colocadas pelos moradores na esquina da Rua 20 com a Estrada do Magarça, na entrada da localidade conhecida como “Padaria dos Velhinhos”.

quilômetros para pegar o bonde na estação de Santa Clara. Chegando em Campo Grande, muitos deles pegavam o trem suburbano para ir trabalhar na *cidade*[174]. Não havia conduções diretas para a Barra da Tijuca, o que causava aos moradores que lá trabalhavam inúmeros transtornos. *Aos poucos*, chegaram as lotações e os ônibus, mas demorou anos para que adentrassem o Jardim Maravilha – as companhias não queriam arriscar ou sujar seus veículos nas ruas empoeiradas e esburacadas do loteamento.

[174] Contra o senso comum na historiografia do Rio de Janeiro, que atribui ao bonde a ao trem papéis muito distintos no desenvolvimento da cidade, tendo o bonde auxiliado na ocupação da Zona Sul pelas classes privilegiadas, enquanto o trem levava o proletariado para o subúrbio (ABREU, 1986/2003, pp. 43-53), o caso de Guaratiba comprova o uso do bonde também pelos mais pobres e até a complementaridade entre os dois meios de transporte. Fernandes também desmentiu essa tese, ao mostrar o papel do bonde na ocupação do subúrbio na Zona Norte, como na região do Meier (FERNANDES, 2011).

A verdade é que nem *ruas* existiam no Jardim Maravilha; o que existia eram *caminhozinhos* que cortavam o mato (Figura 42).

Figura 42 – *Rua* ou *mato*? As vias de circulação nas frentes de expansão do loteamento.



Fonte: Thomas Cortado (2016 & 2017).
Nota: Em cima, a Rua 73 vista da Rua Tefé. Em baixo, a esquina da Rua 83 (primeiro plano) com a Rua Tenente Portela.

> LÚCIO: Pra cá, por dentro não passava ônibus. Passava sim, Pedra, mas era direto. Mas aqui dentro do bairro não tinha condução. Não tinha van, não tinha ônibus, não tinha nada nessa época. Quer dizer que aqui... o bairro era um... era trilho, sabe, esses caminhozinhos que a gente passava, estreitinhos. Nem rua tinha direito! Tinha sim marcação de ruas mas porém ali não tinha nada, era tudo mato, tudo capim. E... só aqueles trilhozinhos. Lá na roça a gente, eu quando morava no Espírito Santo, eu tratava aquilo como trilho de boi, né. Boi faz aquele caminho (*rindo*), nos passos. E aqui no Maravilha era igualmente.

Essa paisagem de *trilhozinhos* lembrava ao seu Lúcio o interior do Espírito Santo, de onde tinha saído, com dezoito anos, para vir trabalhar no Rio. Comparação esta que vários moradores reproduziram, à imagem de Dona Amélia, outra moradora antiga que cresceu em um *sítio* perto do loteamento.

> AMÉLIA: Tava muito pouca casa! Era muito, não tinha padaria, não tinha mercado, não tinha nada disso que você tá vendo aí. Era um lugar muito atrasado, muito atrasado.
> THOMAS: Muito atrasado.
> AMÉLIA: Era uma roça assim lá do interior (*risada*), que você só vê mato e grilo cantando. Era muito fraquinho.

A *roça* aqui significa o *atraso*: as carências do loteamento em infraestrutura se aproximam daquelas encontradas no campo, no *interior,* confirmando então a análise de Durham, segundo a qual a percepção do espaço na periferia das cidades "é dado pelo *continuum* rural-urbano" (DURHAM, 1987, grifo da autora). A fala de Dona Amélia revela também um importante aspecto do *progresso*, que não se confunde com a presença de infraestrutura, abrangendo também o *comércio*, e um tipo de *comércio* que atende as necessidades do cotidiano: em primeiro lugar padaria, mercado e farmácia. Antes desse *progresso* chegar, os moradores faziam compras no *armazém*, no *boteco* ou nas *vendas*, três palavras que designavam, mais ou menos, o mesmo tipo de estabelecimento, pequeno, vendendo cervejas e produtos básicos como arroz, feijão e biscoito – a palavra *vendas*, diga-se de passagem, designa de modo geral o tipo de comércio que se encontra nas áreas rurais. *Aos poucos*, alguns comerciantes passaram a vender seus produtos diretamente na casa das pessoas, andando pelas ruas.

> ALBA: Aí depois entrou o verdureiro, passava padeiro, passava a Kombi dos ovos que vendia ovos e aí depois levava uns legumes assim, se o pessoal quisesse comprar lá. Tinha essas facilidades. Depois! Que começou a ter essas facilidades. Mas se você quisesse fazer um negócio bom, bom, bom mesmo, você tinha que ir em Campo Grande. E fazer compra no Guanabara ou nos mercadão ou logo o que foi. A opção era essa. Quem tinha carrega na moto, ou chegava de carro, enchia o carro e ia embora pra casa porque não tinha do jeito (...). Aí era... a gente chorava (*risada*). E nunca chegava, você andava, andava, andava, andava, andava, e nunca que a casa chegava

Os moradores faziam (e alguns ainda fazem) as *compras do mês* nos supermercados de Campo Grande, a quarenta minutos do loteamento. Ao voltar, precisavam andar pelos trilhos, até chegar em casa. Já para outros tipos de serviço, principalmente bancário e administrativo, os moradores precisavam e muitas vezes ainda precisam se deslocar até a *cidade*, ou seja, até o centro do Rio de Janeiro – categoria essa de *cidade* que reforça a identificação do loteamento com a *roça*.

Se o mundo é o lugar do nosso encontro com as coisas enquanto elas servem e, por isso, significam, como diria Heidegger (HEIDEGGER, 1927/1985, "Chapitre III:

La mondanéité du monde"), então dá para entender porque as primeiras gerações de moradores do Jardim Maravilha ficam repetindo que "*antes, não tinha nada*": naquele loteamento sem infraestrutura nem comércio, eram poucas as coisas "disponíveis", úteis e manipuláveis, que estavam "ao alcance da mão". Tratava-se de um mundo de poucos utensílios (*Zeugen*), de poucas "affordances", no linguajar de Ingold e da psicologia da percepção (INGOLD, 2000), um mundo que pouco oferecia para o cumprimento das tarefas cotidianas. Para retomar uma expressão da Dona Amélia, "*não era um lugar convidativo, que era mato! Era tudo mato!*". Assim, o que prevalece nas descrições dos moradores antigos é a percepção de um ambiente inospitaleiro, de uma "área peridoméstica" com a qual as pessoas nunca se familiarizavam, visto que a familiaridade passa pela descoberta "das coisas enquanto elas servem e significam". Daí a insistência em elementos que, de certo modo, significam a impossibilidade da familiaridade com o mundo ambiente (*Umwelt*): o *mato*, a *lama*[175], o *brejo*. Esses três juntos pressupõem um espaço desabitado pelo homem, sendo frequentemente associados, no discurso de moradores mais antigos, às poucas casas que existiam dentro do loteamento. "*As casa eram muito sorteada e os lotes aqui era tudo não-construído*", descrevia Nelson, "*Era tudo mato! Muito mato, muita lavoura*". Carlinho também ressaltou a distância entre as casas, de um modo semelhante aquilo que o José tinha me dito a respeito do *interior* na Bahia, de onde veio nos anos 2000[176]:

> CARLINHOS: Foi ficando povoado, e outra coisa, casa aqui, não era uma perto da outra. Era uma casa, por exemplo, uma aqui... por exemplo, aqui é minha né, e outra já tinha o que, tinha aquela dali na esquina, que tinha o que uns cento e poucos metros, e daquela ali, mais longe ainda, então vizinho era tudo assim... destacado, espalhado. Muito espalhado. Destacado mesmo. Casa aqui, tu podia contar a dedo, pra tu ter ideia. Conta a dedo.

Ademais, o *mato*, a *lama* e o *brejo* (Figura 43) evocam um mundo povoado por *bichos*, por animais que não são nem de estimação, nem de criação, por animais que não são domésticos nem domesticados.

> ANÍSIA: E sobre o bairro, como era... Muito, muito ruim. Até pra se andar. Que era muito, era mais assim... campos de... (*fica hesitando*) lugares vazios... bichos soltos. Muito brejo! Não tinha essas casas, a gente andava na

[175] Em um belo artigo sobre a mobilidade dos trabalhadores de grandes projetos modernizantes (tipo barragem hidráulica), no norte de Goiás, Guedes ressaltou a ênfase que esses dão ao que "há de agressivo na exposição ao clima", como a chuva, a lama, o sol e a poeira (GUEDES, 2013b, p. 329). À hostilidade dos ambientes pelos quais esses trabalhadores circulam, enquanto estão no *mundo*, se opõe a "familiaridade do lar ou da terra de origem" (ibid., p. 326).

[176] JOSÉ: "*É um lugar assim que como eu tô falando. A gente chega lá nas casas, as casas lá são, sabe que é a distância uma da outra, hoje em dia que tem mais casa mais perto. Mas antigamente eram as casas lá à distância uma da outra.*"

> lama. Muito bicho solto. (...) E depois começou a melhorar rapaz, o mercadinho ali, o mercadinho aqui. Asfaltar. Era tudo muita lama. Você andava no brejo. Era horrível. As cobras passando em cima dos seus pés.

Figura 43 – O *brejo* e a *lama* nas frentes de expansão do loteamento.



Fonte: Thomas Cortado (2017 & 2015).
Nota: Em cima, limite das construções na Baixada, uma área de mangue e mato. Em baixo, a Avenida São José dos Campos.

Os moradores costumam usar as cobras como principal exemplo desse mundo *cheio de bicho*. Ao se referir às margens do Rio Cabuçú-Piraquê, onde viveu durante muitos anos antes de se mudar para uma área do loteamento menos sujeita a alagamento, Nelson não escondia o *sofrimento* que tinha sido sua vida lá:

> NELSON: Muito sofrimento, peguei muita enchente lá em baixo! Eu não peguei poça d'água não, peguei enchente mesmo, cobra. Muita cobra que tinha. Que na época não tinha, não tinha... era muito mato. Muito coelho, muito preá.

> Palmito. Então era muito mato, muito, cara, tu tinha cobra de boia. Era diversas cobra. Sapo. Muita rã. Então os bicho invadia a casa quando a enchente vinha.

As narrativas dos moradores multiplicam assim as referências aos *bichos*, às pererecas e aos sapos, mais ainda aos mosquitos. O *mato*, a *lama* e o *brejo* descrevem então um ambiente que serve de esconderijo para uma flora e uma fauna hostis, estranha à presença humana.

Entretanto, há uma leve variação entre os três termos citados: se o *mato* e o *brejo* significam principalmente a falta de habitação, de povoamento, a *lama* (e sua contrapartida em dias de sol: a poeira) remete à falta de pavimentação e, portanto, simboliza a ausência do poder público[177]. A expressão *pisar na lama* funciona como uma poderosa metáfora do *abandono* que experimentam os moradores das áreas ainda não (totalmente) atingidas pelo *progresso*. É o caso, por exemplo, de seu Jair, que mora na Padaria dos Velhinhos, uma localidade parcialmente urbanizada pelas obras do "Favela-Bairro", cujas ruas, portanto, ainda não tinham sido asfaltadas na época em que o conheci:

> JAIR: E é nossa situação nossa aqui, que a gente já vem aqui a mais de... como colocar aqui... sessenta e poucos anos de abandono. Que aqui no Maravilha aqui, a gente teve lutando, tu vê que tudo, por aqui tem tudo, que isso até... pisando na lama, no esgoto.
> JAIR: Você quer lutar por um bem comum, pra melhoria de condições de pessoa poder sair de casa, sem pisar na lama, ter seu carrinho, você sai com seu carrinho sem tar sujando o carro todo sujo. Às vezes tu tem teu carrinho, você chega, você se dará tudo cheio de lama, "Qual é essa pô, tá tudo cheio de lama". Aí a pessoa pensa, "Essa é uma área descuidada".

Além do mais, se o *mato* e o *brejo* assustam e trazem *bichos* para dentro de casa, a *lama* dificulta o trânsito das pessoas e dos carros. As pessoas são obrigadas a inúmeras contorções para evitar os buracos na rua, podendo escorregar a qualquer momento e quebrar uma perna, o que preocupa muito os moradores idosos ou que têm parentes idosos. Para ir ao trabalho, elas têm que colocar sacolas de plástico no pé para não sujar a calça e os sapatos. Já os carros correm o risco de ficarem com as rodas atoladas na lama, além de sujar a carroceira. O *asfalto*, neste caso, representa

[177] Ao investigar as transformações dos espaços públicos ocasionadas pela chegada do concreto no interior do Peru, Harvey observou que "pessoas de todos os estilos de vida abraçaram a chegada do concreta em suas vidas, enquanto manifestação da atenção e da capacidade do Estado" (HARVEY, 2010, p. 40). Já no Jardim Maravilha, a falta do tão esperado *asfalto*, enfatizada pelo *capim* e pela *lama*, acaba manifestando a ausência do Estado, do *poder público*.

uma “promessa de mobilidade[178]”, de andar a pé ou de carro sem dificuldade, de passar a se beneficiar com transporte público, e também uma promessa de andar limpo. Stella, uma jovem que morava em uma favela urbanizada da Zona Norte do Rio de Janeiro antes de se mudar para uma parte ainda não asfaltada do Jardim Maravilha, não disfarçou a alegria que sentiu quando os caminhões da prefeitura iniciaram as obras de pavimentação na rua dela (Figura 44).

> STELLA: Eu tirei foto e postei no Facebook quando eu vi o caminhão furando a rua lá! Fazendo meio-fio Thomas. Eu fiz isso porque foi um momento de forte emoção pra mim, porque “Meu Deus, vou poder voltar a usar sapato branco” (*rindo*). Eu vou poder voltar a usar All-Star [*marca de sapato*] tranquilamente, meu All-Star não vai ficar preto na frente em menos de um mês! Quando meus amigos da faculdade vierem aqui, eles não vão mais precisar lavar a roda do carro quando chegar em casa no dia seguinte!

Figura 44 – Comemorando a chegada das obras na rua dela em 2011.



Fonte: Facebook (2017).

Lama e *poeira*, de certo modo, funcionam como estigmas: são signos visíveis de sujeira, que você acaba carregando consigo (especialmente quando anda de sapato ou de carro branco!), suscitando então as avaliações negativas dos outros, além

[178] Harvey e Knox sugerem que “há, pelo menos, três promessas da modernidade emancipatória que as estradas parecem exemplificar: a promessa da velocidade e da conectividade; a promessa da liberdade política e a promessa da prosperidade econômica” (HARVEY & KNOX, 2012, p. 523). Assim como no Jardim Maravilha, “promessas de velocidade atuam como forças sedutoras, apoiando-se na experiência de batalhar com certos tipos de socialidade e de materialidade, as quais são vistas como resistentes ao future que a estrada pode entregar” (p. 529) – a *lama* é um caso exemplar de materialidade que resiste à esperança de um futuro melhor, materializado no *asfalto*.

de sugerir que o lugar onde você mora, ou que você frequenta, ainda não foi tocado pelo *progresso*[179].

Como se pode imaginar, também não existia no Jardim Maravilha qualquer equipamento voltado para o lazer do *povo*. Ainda assim, os *moleques* daquela época costumavam jogar futebol nos *campinhos*, espalhados pelo loteamento.

> JÚLIO: Aí final de semana, aí arrumava um futebol. Arrumava um futebol. Aí tinha pouca gente aqui, morando pra cá. Aí chamava outros colega que morava mais pra frente, que morava mais afastado pra formar um time.
> THOMAS: E você jogava onde, aqui dentro...
> JÚLIO: Aqui tinha vários, vários campos. (...) Às vezes fazia campos atrás de uma casa...
> WALTER: No meio da rua mesmo.
> JÚLIO: Não, não, a gente tinha muito terreno pra fazer. Não precisava fazer na rua. A gente não jogava bola na rua, ocupava um terreno, ajeitava. E fazia o capim. Aqui tinha um campinho, naquela área, descendo aqui na outra rua ali, que a gente vinha com nosso time de lá pra jogar com o time deles aqui, quando já começou a crescer mais.

Para jogar futebol, os *moleques* ocupavam então alguns dos inúmeros terrenos baldios próximo às casas deles, *capinavam* e *ajeitavam* o terreno, de modo que se tornassem uma área de lazer. Organizavam competições com os times que costumavam jogar em outros terrenos. Em alguns casos, os moradores até *tomavam conta* do *campinho*, assegurando a limpeza do local, cobrando uma taxa de manutenção dos eventuais usuários. Ao lado dos *campinhos*, havia também as *pracinhas*, que ficavam no lugar das praças projetadas pela companhia: o PAL 16.810 estipulava a construção de dez praças, dispersas pelo Jardim Maravilha, cada uma delas de um tamanho equivalente ao de uma quadra inteira – os moradores entendiam também como *pracinha* a área reservada para a construção de uma escola, na Rua 50, atual Rua Canoanã, onde o governo do Estado construiu, nos anos 1980, um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), popularmente apelidado de *Brizolão*.

> JÚLIO: Tinha um campo ali onde é o Brizolão, era um campo. Pra ver, já tirou dois campo. Um ali no Brizolão, que era pra ser outra pracinha. E aqui onde era pracinha, que fizeram a Clínica da Família, já tiraram...
> THOMAS: Vocês chamavam isso de pracinha, esses lugares?
> JÚLIO: O nome aqui era pracinha. "Vamos jogar lá na pracinha". Que era pracinha, mas era porque era... projeto de ser uma pracinha. Aí fizeram a Clínica da Família. E o nosso campo saiu.

[179] Borges ressaltou essa propriedade social da poeira no caso de uma cidade-satélite de Brasília, Recanto das Emas: "Qualquer outro signo de distinção que pudesse me afastar do estigma ou da glória de ser 'recantense' não era mais forte do que a quantidade de poeira vermelha que eu trazia em minhas roupas. A poeira aproximava-me de suas experiências. Ao escutar Benedito, soube o que significava, para ele e para muitos moradores dessa cidade, a vida longe do 'tapete negro' [*o asfalto*] sobre o qual é possível caminha sem levar consigo a marca da poeira" (BORGES, 2003, p. 120).

De fato, a Praça 7, onde ainda pude presenciar peladas da primeira vez que fui ao Jardim Maravilha, uma pracinha "*tradicional do bairro*" segundo as palavras de Nelson, em 2011 cedeu o lugar à Clínica da Família, um centro municipal de saúde, voltado para o atendimento básico da população. O *progresso*, neste caso, acarretou a perda de um "*espaçozinho de lazer*", que "*tinha história*", lamentou Nelson, lembrando os nomes dos *coroas* que jogavam naquele *campinho,* quando ele ainda era *moleque*.

Enfim, a justaposição de áreas já tocadas pelo *progresso* com outras ainda carentes de infraestrutura urbana dinamiza a própria bricolagem urbanística. César, por exemplo, mora no final da Rua Buriti Bravo, depois do cruzamento com a Rua Tefé. Aconteceu que, na época do Favela-Bairro, a extremidade da rua, um pouco depois do cruzamento, não recebeu nenhuma obra de urbanização por ficar numa "área de risco", numa área sujeita a inundações e, portanto, imprópria para construção. Entretanto, César, que veio depois do "Favela-Bairro", não entendia por que o asfalto tinha parado a tão poucos metros da casa dele.

> CÉSAR: Não chega rapaz e... você lembra como era ali no Walter né? Ali, eles fizeram aquela obra toda ali, tem mais algumas ruas aqui dentro, ali pro lado da Padaria dos Velhinhos também fizeram algumas coisa ali, inclusive agora tá fazendo em outras ruas lá pra dentro. Fizeram e essas pontas de ruas pra cá, essas ruas paralelas à minha aqui, pra lá e pra cá, tem esse pedaço, que urbanizou, eles deveriam vir e fazer mais esses cem, duzentos metro de asfalto, e aí aquela banana d'água [*tronco de abastecimento*], ela acompanhou o asfalto, ela é parada lá, a gente tirou água de lá, porque ela só vai até onde termina o asfalto, CEDAE trabalha assim. A Light não, a Light ela bota poste lá no meio do brejo. Ela não quer nem saber. Mas a CEDAE não, a CEDAE ela só vai até onde o asfalto vai. Asfalto parou, eles param também. Se você avançar com asfalto, eles vêm colocam também a banana dele de água pra ir para onde eles pararam. E aí... eles não fazem isso daí, a gente precisava né, porque um lamaçal danado, é chato. É ruim.

Assim, César tem acesso à luz graças aos postes colocados pela Light (mas mesmo assim, ele continua fazendo *gato*) mas não à água, pois o tronco de abastecimento só foi até onde parou o asfalto. Inicialmente, César aproveitou o cano da vizinha, que passa pelo terreno dele (ela puxava água da rua traseira, desde antes do "Favela-Bairro"), mas com o passar do tempo, resolveu juntar os vizinhos mais próximos, para furar o tronco distribuidor e fazer uma instalação indo diretamente até a casa dele.

> CÉSAR: Aí quando, aí eu combinei com o irmão dela [*da vizinha*], e ela, nós pegamo, tiramo a água ali na frente, no asfalto, viemos com cano, aí tem a minha entrada aqui, tem entrada pra casa deles lá e depois cê deu água pra irmã aqui, então esse cano que vem lá da banana da CEDAE, só tem eu, ele e a irmã dele. A minha casa, essa casa aqui, a outra do lado.
> THOMAS: Vocês foram os três que puxam...
> CÉSAR: Nós que puxamos, é. Puxamos os cano e tudo, eu que fizemo um buraco, eu que fui lá com a furadeira dele e botei já a parada pra (*bate nas*

> *mãos*), pra água sair e foi piu! Enrolei a furadeira com saco plástico no meio pra água não vir, porque é uma pressão danada, pra não molhar a parte elétrica, você com água até aqui, por baixo na água, você já pensou se a água faz dar um curto-circuito numa furadeira, você dentro da água (*rindo*)?

A manobra, muito perigosa diga-se de passagem, envolveu o quase-grupo dos vizinhos, o irmão da vizinha, que forneceu a furadeira, e César, que furou o cano, sendo que depois, ambos puxaram um cano do lado da rua onde moram e fizeram as ligações com suas respectivas casas.

2.1.1.2 Cinética do *progresso*

Se o Jardim Maravilha ficou muito tempo *atrasado*, igual uma *roça*, a urbanização parcial do loteamento no final dos anos 1990 trouxe o *progresso*, o transformando, aos olhos de quem mora nas localidades alcançadas pelas obras, em uma verdadeira *cidade*. A chegada do *progresso* corresponde também à chegada do *movimento* dentro do loteamento:

> JOAQUINA: Agora esse Maravilha, ele ficou muito parado. Quando eu vim pra aqui, como eu falei, tava tudo parado, não tinha nada, mas depois evoluiu de repente. Entrou aí a Prefeitura, mais não sei o que, teve muito abaixo-assinado e muita coisa, e eles falaram que era o maior terreno da Guanabara que era esse aqui, e vazio mais não sei o que. Começou a entrar a Prefeitura, fazendo esgoto. Depois mais tarde veio a luz, botaram água, quando fizeram o asfalto depois mais tarde. E foi... isso cresceu assim.

Ainda que a cronologia das obras não fosse exatamente aquela descrita por Dona Joaquina, tendo o esgotamento sanitário chegado ao Jardim Maravilha por último, depois da posteação, da água encanada e junto à pavimentação das ruas, a mesma ênfase na interpretação cinemática perpassa a narrativa de todos os moradores: de certo modo, o *movimento* é ao *progresso* o que o *lugar parado* é ao *atraso*[180]. "*Depois que começou a vir o movimento, começou a vir a Light*", contava Jair, cuja rua, embora sem asfalto, contava com iluminação pública e água encanada. À semelhança do progresso, o *movimento* remete não só à urbanização do bairro como ao aumento do comércio, ao *movimento* das vendas e à diversificação das lojas; o *progresso* designa também o aumento da população, o fato do bairro "*encher de casas*",

[180] Em vários artigos sobre assentamentos e deslocamentos no norte de Goiás, Guedes opôs a "cidade *movimentada* ou *animada*, com suas ruas abarrotadas, o dinheiro correndo, idas e vindas de gente de todo canto, confusão, *malandragem*, morte e festa se misturando" à "cidade *parada*", que não oferece mais perspectiva de "*evolução*" para as pessoas (GUEDES, 2015, p. 122, grifo do autor). Contudo, enquanto no caso analisado por Guedes, o *movimento* vem das *febres* trazidas pelas obras de grande porte (como usinas hidroelétricas), no nosso, o *movimento* surge com as obras de urbanização, o desenvolvimento do comércio e o povoamento do lugar.

a percepção do “preenchimento”, contrapondo-se com a distância que existia entre as casas de antigamente:

> AMÉLIA: Começou os melhoramento. Fizeram padaria, depois mercado. Do lado de lá abriu pensão, tem um sacolão, tem uma farmácia, que não tinha nada disso! Aí foi só melhorando! Isso aí foi cativando o povo, pessoas que veio morar aqui, já começou a passar pra outros adiante pra vir, que aqui era bom! E com isso foi povoado. Foi enchendo de povo. E melhorou muito, muito mesmo. E aí abriu a clínica[181], que melhorou mais ainda.
> THOMAS: Essa clínica é a única que tinha.
> AMÉLIA: É, não tinha nada aqui de... nada. Aí quando começou, começou a melhorar mais ainda. Que hoje tem um movimento bem grande.

Tanto na fala de Dona Amélia quanto na de Dona Joaquina surge a ideia de que o *movimento* chama mais *movimento* ainda, que a dinâmica do progresso se autossustenta, aumentando mais ainda o contraste com o período no qual o loteamento ficou *parado*. Tudo aconteceu assim “*de repente*”: as pessoas já “*cativadas*” pelo *movimento* trouxeram mais pessoas ainda para o bairro, amplificando o *movimento*. O que faz sentido, já que o aumento da população (o crescimento físico), imediatamente perceptível pela quantidade de casas que surgem na vizinhança por exemplo, tanto resulta das *melhorias*, que tornaram o lugar mais atraente, quanto possibilita novas *melhorias*, através da bricolagem urbanística ou das mobilizações coletivas, das *lutas*. No caso de Dona Amélia, que mora na Padaria dos Velhinhos e, portanto, ainda precisa *pisar na lama*, a percepção da *melhoria*, que o *movimento* do comércio e das pessoas trouxe, se sobrepôs ao sentimento de *abandono*:

> AMÉLIA: Isso aqui era muito atrasado meu filho, muito atrasado. Nós vivemos na lama como você tá vendo aí. Mas tamo na cidade (*risada minha*). Tamo na cidade. Muito mato, não tinha essas casas nenhuma que cê tá vendo aí. Era muito mato, muito mosquito.

De modo geral, os moradores sempre usam verbos que expressam algum movimento para designar o processo de urbanização, um movimento que aponta para a promessa de um futuro melhor, como *evoluir*, *crescer*, *melhorar*, sendo a *cidade* a realização dessa promessa. A respeito do Morro Careca, na frente do qual eles moram, Dona Anísia e o filho dela não esconderam sua admiração pelo que a localidade, fruto de uma ocupação que ocorreu no início dos anos 1990, se tornou:

> ANÍSIA: Depois foi melhorando! Melhorando, esse morro aqui que se chamava de Morro Careca, que hoje tá uma cidade (*eu rindo*), tudo asfaltado, né, tudo asfaltado.
> FILHO DE ANÍSIA: Cresceu os cabelos (*ele rindo*).

Por um lado, o *progresso* se manifesta de modo extraordinário e muitas vezes espetacular nas grandes obras de urbanização como o “Favela-Bairro” ou na chegada

[181] Amélia se refere a uma clínica particular, que fica na Padaria dos velhinhos.

de serviços que não existiam antes, introduzindo uma ruptura no tempo vivido pelos moradores, criando um divisor de águas a partir do qual eles constroem uma memória do lugar. Há sempre um *antes* e um *depois do asfalto*, um *antes* e *depois das obras*, que justifica, retrospectivamente, por que *antes não tinha nada*.

> ANA: E começou crescer também, ônibus começou a entrar, e as empresas começaram a investir. Aí, por isso que veio o progresso assim. Que sabe que as empresas bota os carros em que ia ganhar. Asfaltaram, essa rua foi uma das primeiras rua a asfaltar, essa rua era um asfalto lindo, a melhor rua. Hoje em dia tá assim, toda feia. Mas era uma das ruas mais bonita que tinha aqui no bairro.
>
> STELLA: Eu tô te falando, porque quando eles fizeram ali, a primeira vez, tu não tava aqui que eles não fizeram a calçada, botaram só asfalto na rua e a calçada eles deixaram no barro, ali da rua da minha mãe, o povo já tava super feliz comemorando! Tinha festa na rua, os moleque descendo de skate, e passava moto pra cima, pra baixo, o povo não tava nem aí, o povo tava feliz de ter um asfalto ali, falava: "Agora posso subir com carro, agora vai ter festa na rua, Kombi vai passar aqui", era uma alegria absurda!

O exemplo mais recente de *progresso* disruptivo foi a inauguração do BRT-Transoeste em julho de 2012, primeiro sistema BRT ("Bus Rapid Transit") implantado no Rio de Janeiro, ligando a Barra da Tijuca, *área nobre* da Zona Oeste, a Santa Cruz, passando pelo Recreio e Guaratiba. Corredores exclusivos para ônibus biarticulados, com estações construídas somente para eles – uma delas, a Estação Magarça, fica no cruzamento da Avenida das Américas com a Estrada do Magarça, na frente do Jardim Maravilha. Paralelamente à implantação do sistema, a prefeitura duplicou o trecho da Avenida das Américas, que vai do final da Barra da Tijuca até o início de Santa Cruz. Também perfurou um túnel, oficialmente chamado de Túnel Vice-Presidente José de Alencar, na Serra da Grota Funda, que separa Guaratiba do Recreio, conforme um projeto antigo do município, que até então nunca tinha saído do papel[182]. Com efeito, automóveis circulando entre a Barra e Guaratiba não precisam mais passar pela perigosa e frequentemente engarrafada estrada da Serra. Para quem trabalha na *cidade*, o sistema BRT melhorou sensivelmente o cotidiano.

> JÚLIO: Agora tem o BRT. Com ar condicionado. Às vezes vai cheio, tudo bem, mas vai. Muito, muito mais conforto! E se você quisesse sentar, você espera pra sentar! Antes, pra ir aqui pra Barra, eu demorava... quatro horas. Três horas quando dava sorte. Quando dava sorte! Demorava três horas. Hoje, daqui pra ir até ali onde eu trabalhava, eu vou levar meia-hora até o Recreio, mais dez minuto pra lá. Quarenta minuto. Eu demorava três horas,

[182] "A administração municipal está planejando vários empreendimentos para melhorar as condições do tráfego na cidade, bem como a sua urbanização. Dentro destes merece especial referência a perfuração de um novo túnel na zona rural, no contraforte que se estende até o Pontal, ligando as zonas de Campo Grande, Guaratiba e Jacarepaguá" publicava *O Globo* em... 1953 (O GLOBO, 1953).

> quatro horas. Eu vou levar máximo se atrasar uma hora, hoje. Ou seja, melhorou 300%[183].

Outro *progresso* notável foi a construção, também em 2012, do ParkShopping Campo Grande, um shopping center situado na fronteira de Guaratiba com Campo Grande, a apenas vinte minutos de ônibus do Jardim Maravilha. Embora situado oficialmente nos limites de Campo Grande e não de Guaratiba, os moradores consideram esse shopping o primeiro do bairro – até então, os mais próximos ficavam no Recreio, do outro lado da Serra, e em Campo Grande, do outro lado da linha de trem. Com a presença do shopping, multiplicavam-sem, simultaneamente, as oportunidades de emprego e lazer para os moradores do Jardim Maravilha e seus entornos. Pela primeira vez, eles desfrutavam de uma praça de alimentação e de uma sala de cinema perto de casa.

Por outro lado, o *progresso* transparece na série dos pequenos aperfeiçoamentos que mudam o cotidiano, *aos poucos*.

> ROBERTO: Aí botaram água, botaram água só num lado de rua. Depois fizeram o asfalto não, eles botaram água dos dois lados. Tem água do lado de cá e água do lado de lá. Mas na época não botaram era só de um lado. Você tinha que cortar o barro, fazer ligação até a água, até a água. Aí melhorou, melhorou muito! (...) A posteação entrou em 69 mais ou menos. 68, 69 já tinha posteação. Mais pra frente uns quatro anos, cinco botaram iluminaria pública, que nem era aquela, era o prato redondo, depois botaram essa de mercúrio. Foi evoluindo! E hoje, beleza!

É a duplicação dos troncos distribuidores que garante o abastecimento das casas com água potável; é a troca de uma luminária pública por outra mais recente, melhorando a qualidade da iluminação; é a substituição dos postes de madeira, danificado pela umidade, por postes de concreto; é o recapeamento de uma rua toda esburacada com asfalto de melhor qualidade; é a entrada de uma nova linha de ônibus para dentro do bairro; é a *padaria* da esquina que virou *mercado*; é a *birosca* que virou *bar*, oferecendo aos seus fregueses shows de música ao vivo e cervejas importadas. O *progresso* remete então ao "encontro" dos moradores com o "mundo ambiente", ao

[183] Entretanto, muitos moradores, como Nelson, reclamam do sistema BRT também, devido à superlotação das conduções nos horários de pico, que às vezes até impede as pessoas de subir nos ônibus, atrasando a volta para a casa: "*Ainda reclama muito pouco da condução, mas praqui eu não trabalho, fora de pegar cinco horas da manhã o ônibus, aqui o trabalhador que pega, ele sofre com BRT! O BRtrem (*eu rindo*). De cinco a oito horas da manhã, se você for ali, negócio é pesado, já vem de Santa Cruz ó, tá afogado, porque a linha alimentadora* [linhas de ônibus que fazem a ligação com o sistema BRT] *de Campo Grande ao BRT Magarça, ela é, não tenho uma estimativa adequada pra você, mas eu creio que deve transportar uns cem mil pessoa!*". O *sofrimento* dos usuários do sistema significa, para Nelson, que o *progresso* ainda não chegou de vez, o que sublinha a analogia com o trem suburbano ("BRtrem"), meio de transporte reputado antiquado e cheio de defeitos (a prefeitura implementou o sistema BRT enquanto o estado ainda estava renovando a frota de trem).

"olhar circunspecto", diria Heidegger, que eles trazem para o mundo. O *progresso*, neste sentido, é o modo pelo qual as pessoas vêm a "habitar" o mundo, "a permanecer já entre as coisas" (HEIDEGGER, 1958, p. 179); aquilo através do qual as pessoas "arrumam" (*Einräumen*) o espaço (ibid., p. 183), *ajeitam* o espaço, para retomar uma categoria nativa. Até parece que o *progresso* segue os ritmos da vida cotidiana; ao lado das *obras* que introduzem uma ruptura na ordem da vida cotidiana, particularmente das *obras de asfalto*, tudo acontece *aos poucos* – "*aí melhorou, foi melhorando aos pouquinhos, melhorando, melhorando*", comentava Lúcio, usando-se dos mesmos termos que tinha aplicado ao crescimento demográfico do bairro, "*foi chegando aos poucos! Chegando aos poucos, um faz um aqui, outro daqui uns tempo faz um lá na frente, e aí foi povoando, povoando*". "*Na época, o que veio pra gente foi a luz, acho que eles conseguiram vir trazendo aos poucos. A luz e... trazendo a abertura das ruas. Que na verdade não era rua, bem rua, era caminhozinho entre os matos, entre o matagal*", acreditava Carla, corroborando a fala da própria mãe: "*Eu só lembro de que foi chegando a energia aos poucos, por distante, entendeu, e foi chegando pra cá, não sei como*". Até as formas aparentemente mais disruptivas do *progresso* acabam se dissolvendo na temporalidade do cotidiano, dentro de um movimento lento, regular e de baixa amplitude.

> JOAQUINA: Pois é, tinha a linha de bonde. Logo depois, quando veio os ônibus, já que mesmo depois que a gente morava aqui, uns tempos, tinha uma, a gente chamava de lotações. Aquelas lotações que tinha, sem ser ônibus porque eram menores. Tinha ponto aqui, tinha um em Campo Grande, fazia ponto aqui. Melhorava já um pouco. Depois que apareceram os ônibus lá, passando pra Pedra. Foi difícil entrar aqui dentro, mas depois também entrou todo mundo aqui dentro (*risada minha*). É, começaram a passar por aqui quando asfaltou, os ônibus começou tudo a passar por aqui. Depois alguns sairam, ficaram só lá na estrada. Mas tinha pra Pedra, tinha pra Sepetiba, tinha pra Barra, pra Barra tem até hoje (*confirmo*). Então, foi sei lá, aconteceu muita coisa.

A inauguração do BRT-Transoeste, nesta perspectiva, insere-se numa já longa série histórica, que começa com o bonde da Pedra de Guaratiba, depois bonde de Santa Clara, passa pela lotação, pela linha de ônibus que vai até Campo Grande, por aquela que vai até Barra da Tijuca, pelo *frescão* (nome dado aos ônibus da categoria executiva, que oferecem mais conforto e operam percursos mais longos, da Pedra de Guaratiba até o centro do Rio por exemplo), e por aí vai. *Aos poucos*, o bairro vem se aproximando, física e simbolicamente, da *cidade*.

A impressão de um *progresso* que chega *aos poucos* deve também muito à urbanização diferenciada do loteamento, ao fato de que nenhuma obra nunca alcançou o loteamento por completo, somente alguma(s) localidade(s), deixando as outras para a próxima obra. O “Asfalto”, por exemplo, nome dado à parte mais antiga e mais urbanizada do loteamento, que vai da Rua Passa Quatro até Campo Grande no sentido Norte-Sul, e da Rua 83 até a Estrada do Magarça, Morro Careca excluído, no sentido Leste-Oeste, foi recebendo *obrazinhas* desde o lançamento do loteamento no início dos anos 1950, postes e troncos distribuidores em determinadas ruas, até asfalto nas vias principais, mas foi o “Favela-Bairro” que, entre 1997 e 2000, urbanizou todas as ruas. Nas “Casinhas”, nome dado pelos moradores à região que se estende da Avenida Campo Mourão até a Avenida das Américas, no sentindo Norte-Sul, e do Rio Cabuçú-Piraquê até a Avenida São José dos Campos, no sentido Leste-Oeste, a construtora PLANHAB S/A – Planejamento e Construção Habitacional, responsável pela construção do Parque Residencial Rio-Santos no final dos anos 1970, realizou algumas obras de urbanização, mas somente nas ruas do Parque. Com o tempo, muitas infraestruturas quebraram, e desde então, nenhuma obra aconteceu, pois a região é tratada pela Prefeitura como “área de risco”. Já entre 2010 e 2012, a SMO, através do programa Bairro Maravilha, urbanizou o “Morro Careca”, cuja ocupação procedeu de uma invasão ocorrida lá no início dos anos 1990. De 2013 para hoje, o mesmo programa vem alcançando a “Padaria dos Velhinhos”, localidade inclusa entre a Avenida São José dos Campos no Leste, a Estrada do Magarça no Oeste e a Avenida das Américas no Sul. Ao mesmo tempo, novas frentes de expansão surgiram desde o início dos anos 2000, entre a Rua 83 e o Rio Cabuçú-Piraquê, por exemplo, uma área coberta de manguezais que alguns moradores chamam de “Baixada”, mas sobretudo no final da Avenida Campo Mourão, em uma localidade hoje chamada de “Beira-Rio” (era o nome dado à avenida projetada na margem do Rio Cabuçú-Piraquê) ou “Favelinha”, frentes que até pouco tempo careciam de absolutamente tudo e qualquer tipo de infraestrutura urbana, inclusive posteação. Esse crescimento diferenciado do loteamento, que transparece nas várias ilustrações deste capítulo e aos quais os moradores são particularmente atentos, cria a expectativa de que, depois de tal localidade, o progresso vai alcançar outra. *Aos poucos*, mas vai chegar. Ou *aos poucos*, portanto vai chegar.

Observando as obras, ligadas ao Bairro Maravilha, que estavam sendo feitas em diversas localidades de Guaratiba, como na Fazenda Guaratiba, também chamada de Catingueira, e dentro do Jardim Maravilha, César acreditava, e continua acreditando, na chegada próxima das obras no final da Buriti Bravo – se o asfaltou chegou até a esquina, porque não chegaria até a casa dele?

> CÉSAR: Teve uma época eles botaram uma manilha aí, botaram mais umas quatro manilha ali pra lá, a gente achava que eles iam asfaltar e parou também não fez, não fizeram. E a gente está esperando.
> THOMAS: Tá esperando...
> CÉSAR: A gente tá esperando a obra chegar! Que eles tão trabalhando tudo aqui por perto! Eles tão asfaltando as ruas ali, perto do Correio ali, na beira do Rio [*na Padaria dos Velhinhos*].
> THOMAS: Na entrada do rio né. Nessa região.
> CÉSAR: É. Até a rua dessa menina que eu instalei dois [*ar-condicionado*] splits lá, essa rua dela tá... preparando, botando os manilhão, saneamento, no centro da pista, tá até furando, ela tava nem podendo sair com o carro dela. Tá fazendo! Tá tudo aqui por perto. Não sei porque que eles não fazem. Tem o Bairro Maravilha também. Não é Jardim Maravilha, é Bairro Maravilha. Tá indo pra Campo Grande, ali inclusive chamava... Catingueira. Ali na entrada da Catingueira, um bairro com nome de Catingueira, agora é Bairro Maravilha. Nem chama mais de Catingueira. E lá também foi maneiro, asfalto foi lá onde era barro puro. Hoje tá muito bonito lá. E a gente tá esperando.

Vendo o *progresso* chegar em diversas localidades ao redor dele, César mantem a esperança de que o "*pedaço*" dele um dia também receberá obras. Vale destacar que, na fala de César, os dois sentidos do verbo "esperar", "aguardar" e "confiar na realização de algo desejável", são indiscerníveis: o ritmo lento mas regular do *progresso* faz a pessoa aguardar, mas aguardar tendo a confiança de que o *progresso* também está perto. O *progresso* é um movimento que sempre gera *esperança*, no duplo sentido da palavra.

O *progresso* está vinculado a outra categoria muito importante de movimento: a *valorização*. *Valorizar* refere ao aumento no valor das propriedades assim como aos novos usos possíveis do espaço, permitidos pela instalação de novos equipamentos, ou seja, o fato de valorizar envolve simultaneamente valor de uso e valor de troca.

> LÚCIO: Então construíram essa escola, lá fizeram a Clínica da Família. O qual valorizou muito esse trecho nosso aqui. Essa escola e a Clínica da Família. Isso tem valor, valorizou depois que fizeram isso aqui que não tinha nada. Era só mato. Aquilo ali naquele campo, onde era o campo antigamente era uma escuridão danada, a noite corria até risco de passar por aqui, por essa rua. Até a pouco tempo! Antes de construir a Clínica da Família.

Acontece que a prefeitura construiu a Clínica da Família na mesma rua onde mora seu Lúcio: *valorizaram* (nota-se o uso intransitivo do verbo, que o aproxima de outros como *crescer* e *evoluir,* dando assim ênfase ao processo de valorização e não ao ato de valorizar) as novas utilidades que o equipamento trouxe para a área, o prédio

iluminado com seus vários serviços de saúde se opondo ao mato e à escuridão que antes caracterizavam o *campo da pracinha*.

> PAULO: E essa abertura[184] aqui, ficou muito valorizado. Até os terrenos...
> THOMAS: Tu percebeu?
> PAULO: ... mudaram de preço. Eu percebi. Subiu, subiu muito! Mudou demais mesmo com a abertura, sendo que facilitou muito a deslocada da Barra pra cá. Antes que era pela Serra, tava aquela confusão. Esse carro lotado, pesado. Já teve acidente, carro bater, virar aí. Até com mortes e tudo. Mas depois que abriu isso aqui, essa região aqui foi muito valorizada, muitas coisas aqui dentro a ser... não sei se chegou a observar, pode observar que aqui dentro, tem várias pessoas construindo, refazendo as casa, acrescentando, mais andar e tudo, construindo casas novas. Crescendo muito mesmo. Aquela aqui pra baixo, aqui na segunda rua do Brizolão ali, entrando lá pra dentro, poxa, que tem de casa nova, lote, começaram a construir agora, é... incrível. É muito mesmo. Mudou muito, até os valores, terrenos que eram de trinta mil, vinte mil, mano quer quarenta, sessenta, oitenta. É que... as coisas mudou muito. Valorizou muito.

Aqui, a valorização significa claramente um aumento nos preços dos terrenos, os quais, na percepção de Paulo[185], quase triplicaram em decorrência das obras da Transoeste. A valorização comporta também uma importante dimensão fenomenológica: a construção, reforma e ampliação das casas. O *crescimento* do bairro funciona então como "índice" da valorização, como "signo, ou representação, que se refere ao seu objeto (...) por estar numa conexão dinâmica (espacial inclusive) tanto com o objeto individual, por um lado, quanto, por outro lado, com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo" (PEIRCE, 2005 [1894], p. 74). Em outras palavras, as pessoas não percebem a valorização no exercício solitário de suas consciências calculadoras, embora haja cálculo também, mas antes na transformação concreta do ambiente habitado, na transformação do "lugar onde a pessoa encontra as coisas enquanto elas servem e, por isso, significam". O terceiro e último aspecto da valorização tem a ver com a hierarquização dos espaços, já que ao *valorizar*, a área se aproxima, física e simbolicamente, de outras consideradas mais *nobres*:

> CARLINHO: Por incrível que pareça, essa área aqui de Guaratiba, valorizou muito! Valorizou demais. Tanto que no futuro vai ser, fiquei sabendo que vai ser o segundo Recreio. Recreio 1 lá, aqui vai ser Recreio 2.
> THOMAS: Pra Guaratiba né?
> CARLINHO: E, Recreio mesmo! Palavra Recreio, não vai ser mais Guaratiba,

[184] Paulo se refere aqui à abertura do túnel da Grota Funda, por onde passa a Transoeste.
[185] Antes de parar no Jardim Maravilha, Paulo morava em uma pequena favela de 26 casas, nas margens da Avenida das Américas, a Vila Harmonia, que a Prefeitura removeu para permitir as obras da Transoeste: o dinheiro da indenização lhe serviu então para comprar um terreno no Jardim Maravilha, antes das obras acabarem. Embora tenha gostado da vida que levou naquela "*pequena comunidade*" do Recreio, onde presidiu uma associação de moradores, não pareceu ter muita saudade de lá, por considerar sua nova situação muito melhor – comprou o terreno, maior do que o padrão de 9 por 25, por um preço baixo naquela época, pouco antes da rua ser asfaltada. Aqui, a dinâmica da *valorização* entrelaça-se com a trajetória residencial, vista como ascendente, da pessoa.

> vai ser Recreio. Lá não é Recreio, cê conhece Recreio? Então ali vai ser Recreio 1, lá, e aqui vai ser Recreio 2, eu ouvi dizer isso. Pra tu ver com que essa área aqui valorizou.

O *progresso*, neste caso, não só aumenta os usos possíveis do espaço e multiplica o preço das propriedades como eleva a posição ocupada pelo loteamento, e, consequentemente, dos moradores, na hierarquia dos bairros – entretanto, até hoje, o Recreio permaneceu o Recreio, e Guaratiba, Guaratiba[186]...

Enfim, a cinética do *progresso* envolve uma cinética das pessoas, uma cinética existencial. Conforme uma importante sugestão de Guedes a respeito das "febres", uma categoria de movimento muito importante nas "fronteiras do desenvolvimento", "estamos lidando aqui com movimentos e afetos que, de modo fractal, atuam simultânea e analogamente sobre pessoas, objetos, relações e localidades situadas em vários e distintos planos e escalas". Assim, "se o correlato de uma cidade febril são corpos e espíritos febris, uma cidade *parada* é correlacionada a vidas, coisas e pessoas *paradas*" (GUEDES, 2013a, p. 73, grifo do autor). Em 2016, no decorrer de uma conversa com Anderson, motorista de Uber de 34 anos, nascido e criado dentro do Jardim Maravilha, com graduação de história e filosofia, o mesmo contou que considerava o Jardim Maravilha "*um lugar atrasado, [onde] as pessoas gostam de se meter na vida dos outros*". "*Prefiro lugar de pessoas mais viajadas, que conhecem mais coisa, onde minha irmã mora por exemplo*", acrescentou Anderson, citando o caso da irmã, psicóloga, também nascida e criada no Jardim Maravilha, mas que mora agora no Meier. Aqui, a percepção do Jardim Maravilha como *lugar atrasado* está correlacionada com a percepção de que as pessoas que moram lá também são *atrasadas*, ou melhor, *paradas*, ao contrário das pessoas que moram em lugares mais *evoluídos*, e que são pessoas mais *viajadas*. Diz-se de uma pessoa que ela é *viajada* porque conheceu lugares e pessoas diferentes, principalmente de maiores estratos sociais, porque ela não ficou *parada* no mesmo lugar onde nasceu e cresceu. Pelo *conhecimento* dela, a *pessoa viajada* possui uma *mente aberta*, maior receptividade a coisas e pessoas novas e, portanto, ao próprio *progresso* (de modo geral, o *conhecimento* se adquire no contato com lugares e pessoas novas). Ao contrário, se as pessoas estão morando em um *lugar atrasado*, é porque elas não estão *correndo atrás* do *progresso*, é porque

[186] Na favela do Vidigal, no auge da pacificação e da *remoção branca*, observei o mesmo mecanismo de identificação com os *bairros nobres* que ficavam no entorno. Alguns comércios, organizadores de eventos e moradores das partes mais cobiçadas do *morro* chamavam o Vidigal de "novo Alto Leblon". Todavia, nesse caso estava em jogo a tentativa de manter à distância os estigmas vinculados à categoria de *favela* (CORTADO, 2012).

elas têm uma *mente fechada*. Criticando a falta de união no bairro para *trazer progresso*, Nelson explicava: "*aqui as pessoas têm o QI muito fechado. Pensamento das pessoas muita pouca visão, muita... muita falta de perseverança*". A *mente fechada* dos moradores, daqueles que "*vivem brigando entre si*", se opunha à *mente* mais *aberta* dele, fruto dos vários lugares pelos quais viajou (Nelson vendeu roupas e acessórios de beleza como camelô por muitos anos, e também organizava eventos no Jardim Maravilha) e das pessoas que conheceu, *trabalhando com política*. "*Cabo eleitoral forte*", segundo seu Roberto, Nelson sempre *correu atrás* do *progresso*, sempre *lutou* pelo *progresso*, nas palavras dele mesmo.

> NELSON: E a nossa comunidade, eu não vejo não Thomas, eu não vejo assim uma... uma linha de horizonte que me mostra o progresso daqui assim pra ontem não. Pode até chegar mas... Porque, pra te ser sincero, tava até com vontade já pensando em me mudar daqui. Porque... eu vou te explicar: a minha linha de raciocínio, a minha forma de pensar devido a ter viajado muito, fui a Paraguai, viajei e tal e sempre andei. Eu conheci diversas pessoas politicamente falando, socialmente, evento e tal, conheci muita gente. Então... eu tenho uma mente mais aberta.

Vale ressaltar que verbos como *evoluir* ou *melhorar* se aplicam tanto ao lugar quanto à pessoa, principalmente quando se tratam de sujeitos *pobres*. Dona Elisabete por exemplo, morou na favela do Dendê, na Ilha do Governador, antes de se mudar para o Jardim Maravilha, e agora reclama muito dos *parentes* que ainda moram lá, assim como reclamou muito da filha, Stella, no período em que ela ficou morando em uma favela da Zona Sul: "*tem que evoluir na vida!*". *Evoluir* neste caso significa sair tanto da *pobreza* quanto do *atraso*. Diz-se que uma pessoa *evoluiu* porque, ao enriquecer, adotou um novo padrão de vida, se mudou de uma casa autoconstruída para um apartamento financiado por exemplo (que pode ser muito menor e menos confortável, diga-se de passagem), trocou a roupa dela por roupa de grife ou comprou carro novo – ou seja, diz-se que uma pessoa *evoluiu* porque *melhorou de vida*. Ao contrário, diz-se que uma pessoa não *evoluiu* quando fica repetindo os mesmos erros de sempre ou quando continua tendo os mesmos gostos, as mesmas ideias, os mesmos desejos de sempre, como se nunca nada tivesse mudado na vida dela. Assim, espera-se de uma pessoa, em geral, e de uma pessoa *pobre*, em particular, que ela *evolua*, buscando *melhorar de vida*, aumentando o poder aquisitivo – a *evolução* funciona como um imperativo, que retroage na percepção que as pessoas têm delas. Por outro lado, a *evolução* do lugar onde a pessoa *pobre* mora, ao afastá-la da *pobreza* e do *atraso*, faz também com que *evolua*; já em um lugar que não *evoluiu*, como a favela do Dendê segundo Dona Elisabete, cai em cima dos moradores a suspeita de também não terem

evoluído. Dona Elisabete considera assim que ela, ao contrário dos parentes, *evoluiu* porque deixou um lugar *atrasado* por um lugar mais *evoluído* – entretanto, no caso de Dona Elisabete, a percepção do *atraso* é talvez muito mais ligada à *violência* do que à *pobreza*, conforme veremos adiante.

2.1.1.3 Crescer ou evoluir?

Aos olhos dos moradores, o Jardim Maravilha, de fato, ainda carece de muitas das coisas que participam do *progresso*. De acordo com seu Márcio, o loteamento ainda "*não passou de uma comunidade*".

> MÁRCIO: Só que eu pensei uma coisa, pensei que tinha que evoluir mais (*ênfase*). Mas acabou que ficou mesmo uma comunidade. Não passou de uma comunidade. Como lá em baixo, tem uma... eu acho que foi lá que deve ser plantado não sei umas fábricas ou (*inaudível*). Não sei também a evolução que pode acontecer. Melhorava ainda muito. Eu acho. Talvez eu posso falar besteira porque eu não entendo bem das coisas mas poxa, ajudava muito. Emprego. Evoluir mais. Ter um lugar pra ir, pra ter um giro maior de capital. Isso não vem... não tem hoje, ainda não temos aqui um lugar pra fazer, por exemplo, um bocado de prédio. Vai fazer uma indústria aí de quê? Tem que saber de quê? Um banco. Não sei também, não seria onde ficaria mas aqui nós precisávamos de um banco.

Embora as oportunidades de emprego ao redor e dentro do próprio loteamento tenham se multiplicado nos últimos anos, muitos moradores continuam trabalhando longe de suas casas, lá na *cidade*. Apesar de o comércio ser hoje muito mais amplo e diversificado, para serviços importantes como pagamento de boletos bancários e registros cartoriais, os moradores ainda precisam se deslocar até Campo Grande, pelo menos. Embora o atendimento básico à saúde tenha melhorado desde a inauguração do Posto de Saúde[187], faltam unidades mais complexas em Guaratiba, obrigando os moradores a frequentar o hospital Rocha Farias em Campo Grande, cujas péssimas condições de atendimento já são de notoriedade pública. Embora a rede de ensino conte hoje com duas escolas públicas, o CIEP Posseiro Mário Vaz, o Colégio Tatiana Memória e diversas escolas e creches particulares, não há oferta de cursos universitários nem técnicos dentro ou perto do Jardim Maravilha.

[187] As opiniões a respeito da Clínica da Família variam muito de uma pessoa para outra. Algumas elogiam o trabalho da Clínica (isso antes do início da crise na saúde municipal, em 2017), mas outras afirmam que o atendimento no Posto funcionava melhor, mesmo tendo que gastar mais tempo na fila. Em particular, faltaria sempre profissionais qualificados na Clínica, boa parte do atendimento sendo feito por enfermeiras. Desde a inauguração da Clínica, vale destacar, o Posto, uma antiga *conquista* dos moradores, conforme veremos no próximo capítulo, passou a atender somente os moradores do outro lado da Estrada do Magarça, cabendo à Clínica atender a população do Jardim Maravilha.

Ademais, algumas localidades, cuja ocupação começou na década de oitenta, em alguns casos somente no fim dos anos 2000, até hoje não receberam nenhuma obra de pavimentação e saneamento básico. Até na área mais "consolidada" do Jardim Maravilha, delimitada pela Avenida Pilar do Sul no norte, pela Avenida Campo Mourão no sul, pela Rua 83 no leste e pela Estrada do Magarça no oeste, os moradores reclamam de vários problemas, um deles sendo a falta de uma área de lazer para toda a *comunidade*. "*Os campos de futebol, que existiam, que tinham, em alguns pontos, né, do bairro, já nem existem mais. Ou se entulhou de mato, ou então já tá tudo em casa, construindo casa*", lamentou Carla. Ana também criticou a ausência de uma área de lazer no bairro.

> ANA: Ali seria uma praça.
> THOMAS: Aonde?
> ANA: Ali onde é a Clínica [da Família]. Diz que consta até nas papelada e tudo, cadê a praça? Fizeram uma clínica, fizeram um espaçozinho campinho de futebol lá atrás, que ali era um campo de futebol grande [o "*campo da pracinha*"]. E a praça mesmo... Agora tão fazendo uma creche. Quer dizer, vai crescendo mas o que tinha que ter aqui que realmente que todo bairro, toda favela tem é uma praça. E aqui não tem. Pras crianças.

A falta de uma praça revela a duplicidade do *progresso*: enquanto algumas coisas melhoram, outras podem piorar. O crescimento do bairro, por exemplo, trouxe novos moradores, estimulou o desenvolvimento do comércio e atraiu investimentos públicos para as áreas da saúde e da educação, porém extinguiu os terrenos baldios que os jovens usavam para jogar futebol, os *campinhos*, e também as *pracinhas*.

Crescer e *evoluir* nem sempre andam juntos. Os problemas de pressão, que perturbam o abastecimento d'água, o comprovam diariamente – o *sofrimento* da água não acabou. Assim, todos os moradores que presenciaram a chegada da água encanada, inclusive por meio de canos clandestinos, se lembram de uma *água forte*:

> CARLINHO: Água forte, muito forte! Porque muito forte? Porque era pouca casa. Então, era tão forte que o cano foi sambando assim ó. Tinha que segurar, o cano que ele instalou. Muito forte. Porque era pouca casa então não tinha muita gente que usava água.
> THOMAS: Então chegava com bastante pressão.
> CARLINHO: Com muita pressão, então conforme o Maravilha cresceu, aí...

Como inúmeros outros moradores, Ruth agora tem que bombear a água vindo da rua para poder encher as caixas.

> RUTH: Os problemas de água piorou muito, muito! Por que Thomas? Porque antes quando cheguei aqui, a água era fortíssima. Agora, talvez por causa da população aumentou, não sei se é a água, pra você ter água em casa, mesmo sendo a casa de baixo você tem que ter bomba, todo mundo aqui tem bomba!

Devido à baixa pressão da água, os moradores acabam recorrendo novamente à bricolagem urbanística, construindo sistemas de abastecimento alternativos à rede

geral. O uso de bombas e cisternas serve para compensar os dias em que a água *cai fraca*.

> FÁTIMA: Tenho, meu filho que fez a cisterna! Ele pegou uma caixa d'água, a gente tinha três caixa d'água, ele falou: “Mãe, vou pegar uma caixa d'água dessa, vou enterrar ela no chão...”
> ELISABETE: É mesmo?
> FÁTIMA: Ele e meu sobrinho. O sobrinho morava aqui comigo nessa época, aí eles cavaram aquelas caixa d'água de amianto, grande. Foi a primeira caixa d'água que o meu marido comprou, e depois que ele comprou duas de plástico, pra botar lá em cima porque cai nesse problema de água né. (...) Aí meu filho: “Lá mãe, essa caixa d'água aqui do meio, ela não tem muita utilidade, a gente vai descer e ela vamo cavar e vamo fazer (*começa a rir ao ver o espanto de Elisabete*) uma cisterna”. Então a água cai direito na cisterna e a gente puxa com a bomba, bota nas caixa de cima.

Furar um poço artesiano ou reativar um antigo poço de manilha são outras soluções muito comuns. O caso de Dona Elisabete chama atenção, na medida em que, devido à dificuldade crônica da água chegar até a casa dela, acabou usando o poço do vizinho, o senhor Lúcio, graças a um cano ligado diretamente a ele. Entretanto, ela demostra preocupação com a possibilidade de que um dia, a água do poço venha a faltar, seja pelo esgotamento do lençol freático, seja porque nada garante que os próximos donos, parentes ou não de seu Lúcio, terão a mesma disposição em compartilhar a água do poço.

> ELISABETE: Aí fico usando a água do poço, do vizinho, que há doze anos que a gente tá aqui que a gente usa a água do poço que a obra lá de casa foi toda feita com água de poço.
> FÁTIMA: É mesmo?
> ELISABETE: Graças a Deus eu louvo, agradeço o senhor pelo vizinho, e pela água do poço, que não é todo vizinho que vai ser assim de ajudar! Aí, olha, mas meu marido pensa, que meu marido fala, “Caramba, a esposa do homem já foi”, então a esposa já foi, e agora vai levar o vizinho aí, os filhos vai querer?

A água do poço vai então para uma caixa específica, reservada ao chuveiro, banheiro e a área de serviço, enquanto a água da CEDAE, de melhor qualidade, enche outra que alimenta exclusivamente a cozinha, onde fica o filtro para deixar a água potável. O caso de Dona Elisabete também aponta para o papel que as relações de *ajuda* entre vizinhos de um mesmo “*pedaço*” desempenham na produção de infraestruturas: abrir o poço para o vizinho em caso de seca generalizada, emprestar-lhe ferramentas para consertar um cano furado, compartilhar a rede Wi-Fi da casa enquanto ele ainda não tem internet, são práticas que até hoje permeiam as relações entre vizinhos, sustentando a bricolagem urbanística. Se “*ninguém é obrigado a ajudar ninguém*”, ajudar o vizinho é um ato muito apreciado, que costuma criar um vínculo afetivo, além de uma obrigação de reciprocidade – “*eu ajudo você que você me ajuda*”.

Enfim, os diálogos entre Dona Fátima e Dona Elisabete revelam o quão importantes são as *conversas* para a bricolagem urbanística, pois através delas os moradores trocam experiências a respeito das *dificuldades* pelas quais passam, em relação à água, luz e esgoto – a transformação da velha caixa d'água de amianto em cisterna despertou muito interesse por parte de Dona Elisabete. Vê-se também que essas *conversas* não são monopólio dos *homens*, embora a construção e manutenção das infraestruturas domésticas e "peridomésticas" sejam tarefas quase que exclusivamente masculinas (mais do que masculinas, cabem principalmente aos *maridos* cumprirem essas tarefas, de tal modo que nos anúncios para consertos domésticos em geral a pessoa costuma se apresentar, em tom de brincadeira, como um "*marido de aluguel*"): *donas de casa* também conversam acerca das *dificuldades* encontradas com infraestruturas.

O esgotamento sanitário sofre de problemas semelhantes, com o entupimento das manilhas colocadas na época do Favela-Bairro. Ao perguntar a Júlio, que trabalha como pedreiro, a razão dos buracos e das rachaduras que eu observava de vez em quando na beira das calçadas, esse me ensinou então como os moradores costumavam lidar com esgoto:

> JÚLIO: Quando você vê o rasgo no asfalto fino, é pra pegar a água do outro lado. Pra pegar a água do outro lado. Quando você vê o rasgo mais ou menos assim, é o esgoto que tá entupindo. Aí ele cava, até a manilha de águas pluviais, pra jogar o esgoto nele. Por que?
> THOMAS: Mas ele joga na água pluvial então?
> JÚLIO: É. Mas aqui, todo esgoto aqui só desce pela água pluviais. Nenhum esgoto aqui funcionou. Nenhum. Nenhum funcionou.

A maioria culpa o tamanho das manilhas, que, de acordo com os moradores, não condiz com o tamanho da população e dificulta os trabalhos de desobstrução.

> ROBERTO: O saneamento da águas pluviais tá bom mas o saneamento das propriedade tá um fracasso, por que? Porque eles botaram manilha de barro! Que era de duzentos. Não era pra ser de duzentos, era pra ser manilha de concreto, de quinhentos! Mais da largura disso aqui ó (*faz a largura com a mão*), manilha de barro dessa largura assim, a de barro. Então eles tinham que botar de concreto que desse maior do que isso aqui. Que nem aquele balde lá tá vendo. Ou mais, um bocadinho maior. Não ia entupir nunca rapaz! Mesmo que traz terra tudo, não ia entupir era fácil desentupir!

Assim, os moradores acabam jogando suas águas sujas pelas galerias de águas pluviais, que desembocam no rio vizinho, por isso, em caso de enchente, a água da chuva se mistura com a água do esgoto, levando toda a sujeira pelas ruas.

> JÚLIO: Quanto mais vai crescendo a população pra lá, vai tomando os lotes, os lotes vão sendo ocupado, os lotes vão sendo ocupado. Isso aqui rapaz... Eu tô, que eu já vi certo, uma chuvarada (*ênfase*), isso vai ser uma doença braba que vai enrolar por ali. Porque o esgoto não é canalizado legalmente, legal. Aí vai... vai espalhando uma doença, tenho quase certeza disso.

> THOMAS: Vai vazar.
> JÚLIO: É, se dá a chuvarada, o esgoto vai pra rua. O esgoto vai se misturar com aquela água que tá ali. Aí quando começar a baixar, aí vai ficar tudo... espalhado. Pelo bairro. Que o bairro agora, se der uma chuvarada igual à de 66, vai ser uma tragédia. Vai ser uma tragédia, isso eu posso garantir. Espero que não.

Assim, a chegada do *asfalto* não leva automaticamente ao fim da bricolagem urbanística, pois a *evolução*, nem sempre acompanha o *crescimento*. Pode até surgir o contrário: ao facilitar a circulação dos automóveis, a pavimentação das ruas também faz o trânsito engrossar, além de multiplicar os riscos de acidente, já que poeira e lama não estão mais aqui para frear os diversos veículos, especialmente as motocicletas. Com efeito, os moradores de um mesmo "*pedaço*" costumam fazer *mutirões* voltados para a construção de quebra-molas.

> BERNARD: É. Os quebra-mola foram os moradores que colocaram, fizeram um mutirão, porque a nossa rua tem, não só na nossa rua mas na maioria, tu vai ali no bairro a maioria das rua tem quebra-mola. Mas acho que... não foi a prefeitura que botou esses quebra-mola, foi os moradores. Porque, que que acontece: rua tem muita criança e logo eles vieram asfaltar, eles começaram, as pessoas andar de moto voado, carro (*faz barulho de freio com a boca*). E aí que que acontece: tem muitos quebra-mola que não é adequadamente. Não é colocado corretamente. É alto, é isso aqui, todo dia tá até... algumas pessoas, alguns motorista param, pode ser até que, mas se a Prefeitura viesse, fizesse um padrão dele, talvez não ia dar prejuízo a muitas pessoas, "tá quebrando o quebra-mola, a gente fica quebrando o carro", o carro bate por baixo. Bate ali, bate na parte de baixo. Então... porque os quebra-mola foram feito, e não foi feito adequadamente. Por mais sabe como que é, a gente, morador ele quer o quê? Proteger, a gente tem que proteger as nossas criança. E às vezes acabando fazendo algo que é... pra gente é correto, porque ali vai diminuir o risco, de ser uma criancinha, pô, quando não tinha (*faz barulho de carro parando*), carro, moto, passava, não queria nem saber.

Feitos com pedaços de concreto, colocados acima do asfalto, esses quebra-molas atraem críticas frequentes de quem possui um carro, e alguns acabam sendo removidos pela prefeitura, que os substitui por quebra-molas padronizados, revestidos de asfalto e que apresentam uma curva mais suave. Estão então em jogo duas concepções bem diferentes da *rua*: por um lado, a concepção da rua como mero canal, espaço de trânsito, trânsito que o quebra-molas obstaculizaria; por outro lado, a rua como espaço de lazer, de lazer para as crianças em particular. À primeira vista, a chegada do *asfalto* consagra a prevalência da função circulatória sobre a função lúdica, fazendo com que alguns moradores, que cresceram ainda nos anos 1980, lamentem o fato de que as crianças de hoje não podem mais brincar na rua como antigamente. Contudo, muitas crianças continuam, sim, brincando, pois o "*pedaço*" de rua onde a criança brinca pertence "área peridoméstica", área situada no cruzamento das

várias “áreas peridomésticas” que circundam as casas, uma área pela qual os moradores se “preocupam” (*Besorgen*) – afinal, para proteger as crianças bastaria trancá-las em casa, o que alguns, mas não todos, fazem. O quebra-molas construído pelos próprios moradores pressupõe assim uma relação entre casas e ruas que não é de exclusão, mas, sim, de contiguidade, a despeito dos discursos tradicionais acerca da dicotomia *casa* versus *rua* (DAMATTA, 1997)[188].

2.1.2 A evolução da casa e da pessoa

A narrativa do *progresso* aponta para uma atitude “circunspecta” dos moradores frente ao mundo; palavras como *crescer*, *evoluir* e *valorizar* resumem uma avaliação pragmática do “mundo ambiente”, uma avaliação que não é fruto de um sujeito abstrato, de um ego universal e transcendente, mas sim de alguém que está morando lá naquele mundo, de alguém que está lidando com as *dificuldades* concretas do cotidiano, decorrentes do mundo no qual ele ou ela mora. Todavia, a pessoa não costuma morar “no mundo”, ela mora em algum lugar “dentro do mundo”, um lugar a partir do qual o mundo aparece justamente como *mundo*: a casa. É a partir da casa que os moradores do Jardim Maravilha exercem seu olhar “circunspecto” sobre as coisas e as pessoas; é a partir da casa que eles avaliam a “disponibilidade” das coisas e criam certas amizades (o “peridoméstico” pressupõe o doméstico); é a partir da casa que eles distinguem entre o que está próximo e o que está distante; é a partir da casa que eles transformam o espaço onde moram, através de mutirão por exemplo. Problemas como falta d’água encanada, esgotos a céu aberto e ausência de iluminação pública fazem sentido a partir das casas; afinal, as casas são os lugares de onde partem e aonde chegam as infraestruturas urbanas, como uma multidão de nós para os quais convergiriam nossas imensas redes sócio-técnicas, nossos cabos de luz e nossos canos d’água. Acontece que a mesma narrativa do *progresso* perpassa a percepção que os moradores têm de suas casas: a casa também *cresce, evolui, valoriza*; a casa também se movimenta, se transforma, e a sincronia entre os dois movimentos, entre

[188] Vale destacar aqui uma formulação muito parecida de Souza na dissertação dela sobre o loteamento Vista Alegre, na Baixada fluminense: “a *rua* não é antagônica à *casa*, mas antes seria um espaço complementar a esta. Nesse sentido, a rua da área em que a casa está construída não é individualizante. É um domínio de encontros onde vizinhos conversam, crianças brincam, rapazes jogam futebol, moças conversam sobre namorados, constituindo o espaço do lúdico" (SOUZA, 1990, p. 140, grifo da autora). Acrescentamos aqui que essa “complementaridade” se manifesta até no modo como os moradores tratam as infraestruturas urbanas.

as transformações pelas quais o bairro passa e as transformações da casa, confere sua relevância à narrativa do *progresso*. Estudos sobre autoconstrução já sublinharam o paralelismo entre a construção da casa e a urbanização do bairro: para antigos moradores de favelas no Rio a transição do barraco para a casa de alvenaria constitui assim a prova mais contundente do *progresso* (CAVALCANTI, 2009). Lembrando o que dissemos a respeito do *movimento* e da pessoa, trata-se na verdade de um triplo paralelismo, que passa entre o bairro, a casa e a pessoa. Ao analisar a visão que os moradores da periferia têm da cidade, Durham ressaltou esse paralelismo. A casa representa então "a prova de que é possível ascender"; "a casa, momento muito rico do discurso, aparece como objetivação do nível de melhoria de vida atingido" (DURHAM, 1987). É esse movimento que vamos analisar aqui.

2.1.2.1 *Cômodo* e *meia-água*: o espaço das possibilidades arquitetônicas

Embora a instituição do licenciamento proletário permitisse aos moradores do Jardim Maravilha construírem suas casas legalmente, mesmo sem o concurso de um arquiteto ou engenheiro, tudo indica que bem poucas foram as construções feitas de acordo com a lei. Aparentemente, houve tentativas de fiscalização no início do loteamento: no *Diário Oficial* dos anos 1950 constam autos de multa contra a Obrasin e também contra moradores que tinham construído suas casas sem pedir licença[189], mas não se sabe se as ameaças de embargo e demolição surtiram efeito. O *Correio da Manhã* também mencionou multas impostas aos moradores que estavam construindo lá (CORREIO DA MANHÃ, 1955b). Entretanto, poucos deles, inclusive entre os mais antigos, se recordam de ter visto algum fiscal da Prefeitura indagando nas ruas dos loteamentos. Aqueles que têm alguma lembrança, como seu Roberto, chegado ao Jardim Maravilha nos anos 1950, descrevem uma fiscalização totalmente ineficiente, ainda que constrangedora.

> THOMAS: Mas tinha uma fiscalização?
> ROBERTO: Tinha, tinha. Na época tinha. Mas eles ganhavam dinheiro rapá. Fiscal vinha aqui, cê tá fazendo uma obra, "Ó, cadê licença? - Não tenho", não sei o quê, "A gente vai embargar sua obra, o senhor vai pagar uma multa. - Não mas...", levava uma palma, metia um dinheiro na bolsa dele e ele ia embora não voltava mais. É rapaz! Teve muitos aqui.

[189] Conferir o *Diário Oficial da União* da terça-feira 9 de novembro de 1954, página 8812 (Segunda Secção) e do sábado 23 de junho de 1956, p. 5397 (Segundo Secção), entre vários outros exemplos.

O relato de seu Roberto encontra respaldo nas acusações feitas contra fiscais da prefeitura na mesma época. Em 1957, o vereador Valdemar Viana declarou que esses estavam recebendo “a importância de Cr$ 710 de cada morador, para justificar construções em um loteamento irregular na zona rural, não reconhecido ainda pela municipalidade e sem as benfeitorias exigidas pelo decreto 6.000” (DIÁRIO CARIOCA, 1957). De qualquer modo, se fiscalização teve, o governo nunca a levou adiante, talvez porque a prefeitura “*nunca se interessou pelo Jardim Maravilha*”, segundo seu Roberto, ou talvez porque, como vimos no primeiro capítulo, o governo nunca quis mesmo coibir as construções clandestinas nos longínquos loteamentos da Zona Rural. Por outro lado, os próprios moradores também não procuravam licenciar suas obras.

> ROBERTO: Você sabe por quê? Muita gente que veio morar aqui nesse lugar na época era gente carente. Gente que ganhava um salário ou até mais do que um salariozinho, que não dá pra nada! Então fazia à moda vamos embora, por conta dele mesmo. Uns fazia coisa boa, outro fazia mais ou menos. Uns fazia uma estrutura boa pra ter um prédio em cima. E outros não. Fazia um alicercezinho mais ou menos, botava um telhadinho, entrava pra dentro, queria morar! Dos anos pra cá não, que as coisa foi evoluindo, material de obra foi crescendo, modificando, então... as coisa, a situação foi melhorando.

Até hoje, a imensa maioria dos moradores enxerga a *legalização* da casa como última etapa no processo de autoconstrução, e não como ponto de partida. Muitos até desconhecem a exigência legal de licenciar as construções residenciais *ex ante* (licença de obras) e *ex post* (habite-se). A fala de seu Roberto revela mais um fato interessante: os moradores não construíam da mesma maneira, “*uns faziam coisa boa, outros faziam mais ou menos*”. Até hoje existe, de fato, um espaço de possibilidades residenciais relativamente diversificadas no loteamento, entre aqueles que “*querem morar*” e fazem “*à moda vamos embora*”, e aqueles que conseguem *projetar* a casa deles.

Em particular no início do loteamento, os moradores que “*queriam morar*” começavam por levantar um barraco de madeira no seu lote, um *barracão* (Figura 45).

> ARMANDO: A casa quando eu cheguei aqui só tinha uma salinha lá dentro onde tá agora a sala, e um banheiro. Mas era um barraco de madeira. Era um barracão de madeira e eu morava lá. O banheiro era uma coisa que você tinha que olhar com cuidado pra você não cair na fossa (*risada minha*). Era muito brabo.
> THOMAS: Ficava no fundo do terreno?
> ARMANDO: É, no fundo do terreno. Aí depois com tempo, de arrumar dinheiro, eu consegui fazer essa muralha, fiz a parede de lá, fiz isso daqui.

Aproveitavam então a madeira da região e também o barro do Morro Careca.

> ROSA: Ah o material. Sabe com que ele conseguia? Pá! Barro. Pá! Barro (*risada minha*). É, pá! E ele misturava aqueles barro lá de...
> CARLA: Catava lá do morro.
> ROSA: E madeira! Cada uma madeira que ele pegava, que eu ficava boba.

> Ficava boba, uma madeira grossa! Ele botava, fazia coluna.
> CARLA: Misturava com água e cimenta, era cimenta na época, não sei?
> ROSA: Não, era barro, barro puro. Batia assim (*bate nas mãos*), aqueles barros bons, naquela época que tinha ali né. Aí ele misturava, batia e ia lá, dar um jeito na casa.

Figura 45 – *Barracão* e *alvenaria* nas fronteiras de expansão.



Fonte: Thomas Cortado (2014-2015).
Nota: Em cima, um *barracão* colocado à venda no final da Avenida São José dos Campos, nas Casinhas. Em baixo, uma *casa de alvenaria* isolada no meio do *mato*, na Baixada.

Alguns já conseguiam, no entanto, fazer *casas de alvenaria*, ou trocar logo o *barracão* por uma *casa de alvenaria*, mas prevaleciam (e nas frentes de expansão do loteamento ainda prevalecem) construções de pequeno porte, principalmente o *cô-*

modo e a *meia-água*. Os moradores costumam chamar de *cômodo* uma *casinha*, geralmente quadrada, de um cômodo só, com banheiro por fora ou anexado ao cômodo (Figura 46). Ali as pessoas tanto comem quanto assistem à televisão e dormem, não

Figura 46 – Exemplo de *cômodo*.



Fonte: Thomas Cortado (2016)
Nota: *Cômodo* na região das Casinhas, atrás justamente de uma das casas (de duas águas) construídas pela PLANHAB. O cômodo possui um alicerce de concreto mas tem telhado de meia-água.

havendo separações internas. Já *a meia-água* é uma *casinha* de telhado (em arquitetura, uma "água" designa a superfície plana de um telhado, uma vertente do telhado, mas poucos dos meus interlocutores no Jardim Maravilha sabiam disso cf. Figura 47), que possui alguma divisão interna: quarto, cozinha, eventualmente sala, e banheiro. De forma tipicamente retangular, a *meia-água* costuma ficar nos fundos do terreno, dos quais ocupa toda a largura. A parede traseira da casa, neste caso, muitas vezes serve de muro divisor com o terreno dos fundos, quando o morador não se apoia no muro já existente para construir a *meia-água* dele, diminuindo assim os gastos com material de construção. Tanto o *cômodo* quanto a *meia-água* não precisam de *estrutura*, categoria nativa que designa os elementos de concreto que são o alicerce, as colunas e a laje. Ou seja, para construir um *cômodo* ou uma *meia-água* basta assentar o tijolo diretamente no *chão* e colocar por cima um telhado qualquer: são tipos de casas que não necessitam de muito investimento, cujas obras não demoram muito. "*É isso aí, o cara quer sair do aluguel, não tem dinheiro pra botar na obra, faz uma meia-*

Figura 47 – Exemplos de meia-água no Asfalto.



Fonte: Thomas Cortado (2014)
Nota: À esquerda, uma *meia-água* desativada. À direita, o terreno, visto dos fundos, conta com pelo menos três *meias-águas*: uma ocupando tipicamente toda a largura do lote nos fundos, sem *estrutura*, apoiada nos três muros cercando o terreno; outra, que na verdade é a junção de duas, ocupando todo o lado direito e apoiada no muro da frente e do lado; a terceira, menor, fica do lado direito e possui uma pequena laje de concreto, o telhado tendo sido colocado depois para impedir as infiltrações.

água nos fundos pra morar e pronto, já dá pra mudar", me contava Bernard quando lhe perguntava o significado da categoria de *meia-água*.

Trata-se de uma terminologia fluída: alguns vão chamar de *meia-água* uma casa sem divisão interna, de telhado, situada nos fundos de um terreno, enquanto outros vão chamar de *cômodo* uma casa de laje, que ainda não possuí divisões internas. Afinal, tanto a *meia-água* quanto o *cômodo* recaem na categoria mais geral de

casinha, de pequena casa de um andar só, e muitas vezes os moradores tomam a categoria de *meia-água* por sinônimo de *casinha* – nesse "level of abstraction" (ROSCH, 1978), *cômodo* e *meia-água* se opõem a *barracão*, pois se chama de *casinha* uma casa de alvenaria, não um barraco de barro e madeira. O que importa para os moradores não são os atributos que definem a *meia-água* ou o *cômodo in genere et specie*, mas sim as "propriedades" tidas por "típicas" de cada categoria, para retomar o vocabulário da teoria do protótipo (ibid.). Se o "caso mais exemplar" da *meia-água* corresponde a uma *casinha* retangular de telhado nos fundos do terreno, há uma boa probabilidade de que um *cômodo* retangular de telhado, que segue o comprimento do terreno, também seja chamado de *meia-água*. Entretanto, todas as "propriedades típicas" não se valem.

> THOMAS: Queria saber Júlio, o que que é meia-água? Por que escutei várias vezes pessoas falar de meia-água nas minhas entrevistas, mas não sei muito bem o que que é...
> JÚLIO: (*risada do Júlio*) Meia-água, é uma casa pequena! Tem quarto, sala, cozinha, banheiro, mas só tem um quarto! Tipo quitinete, hoje se chamaria de quitinete. É que se chama de meia-água porque tem um quarto só. Agora, quando não tem laje, também é meia-água. Se tem laje, já é casa, a pessoa já fala que é casa. Quando não tem laje, é meia-água, a pessoa fala: vou pra minha meia-água, entendeu?
> THOMAS: Mas porque se chama de meia-água? Por que essa palavra de meia-água?
> JÚLIO: Agora não sei, mas é isso aí que eu te falei. A pessoa compra um terreno, quer sair do aluguel mas não tem dinheiro: ela faz uma meia-água! Agora, se botar laje, já não se chama mais de meia-água, se chama de casa.

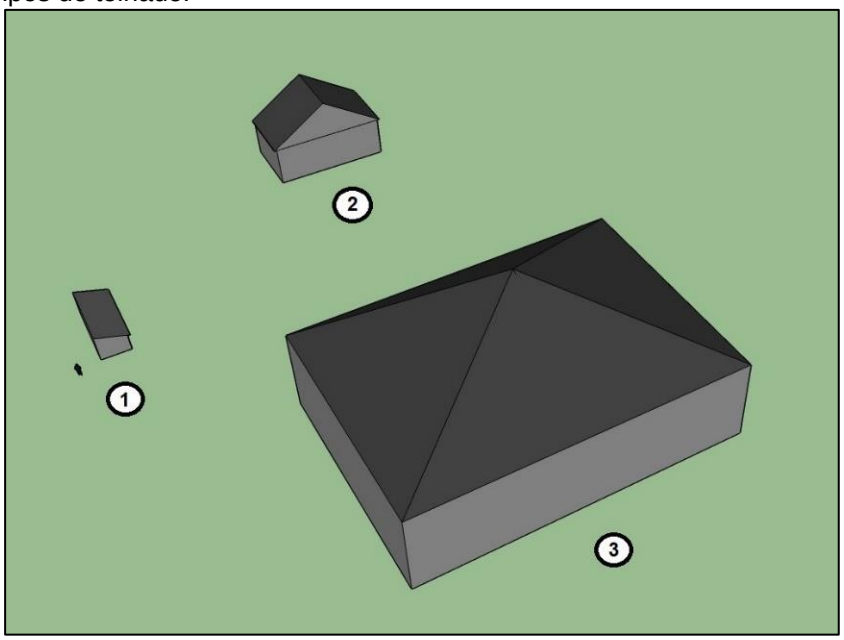
Assim, ninguém vai chamar de *cômodo* uma *casinha* que possui divisões internas, com separação entre o quarto e a sala-cozinha ou entre a cozinha e a sala-quarto, por exemplo; também dificilmente alguém vai chamar de *meia-água* uma *casinha* com laje, embora continue sendo uma casa pequena.

Se é fácil entender por que a ausência de divisão interna se tornou uma propriedade "prototípica", visto a importância que a nossa modernidade deu à separação dos espaços dentro do domicílio, por razões de higiene, promiscuidade ou conforto, já não é o caso do telhado. Ademais, há algo de aparentemente contraditório na expressão *meia-água*, pois casas com o telhado caindo de um lado só são literalmente casas de uma água. A categoria de *meia-água* parece sugerir algo incompleto no fato da casa possuir um teto de uma água só. "*Não sei por que se chama de meia-água, deveria se chamar de meia-casa né*", tentava explicar o Bernard, rindo, "*porque sei lá, tem casa de um lado só*". De fato, os moradores tendem a não perceber a *meia-água* como uma *casa de verdade*.

> CÉSAR: É meia-água porque tem telhadozinho caído de um lado só, aí o cara já tá se protegendo do clima, ele já pode morar... Ficam na meia-água, e acham que é casa, mas não é casa, é meia-água. Chamam de meia-água porque não é casa, isso não é casa, olha aí (*ele me indica um terreno com casos típicos de meia-água*), só tem três paredes, utilizam o muro para fazer cair a água.

A *meia-água* é uma casa feita "*para morar*", como disse Bernard, uma casa muitas vezes levantada na urgência, "*à moda vamos embora*", por quem não tem *condições* de fazer uma casa melhor, uma casa para cumprir tarefas essenciais como comer, tomar banho, lavar suas roupas, dormir e se proteger do clima, mas nada muito além disso. A *meia-água* é o contrário de uma casa *projetada*, conforme transparece na ausência de elementos estéticos – escondida nos fundos do terreno, debaixo do telhado caído, a *meia-água* não possui *fachada*, daí também sua provável condenação pelo Direito Urbano a partir do século XIX[190]. Acontece que o telhado é justamente um elemento muito importante na estética da casa: se pedir para uma criança desenhar uma casa, muito provavelmente ela fará uma casa com telhado de duas águas,

Figura 48 – Tipos de telhado.

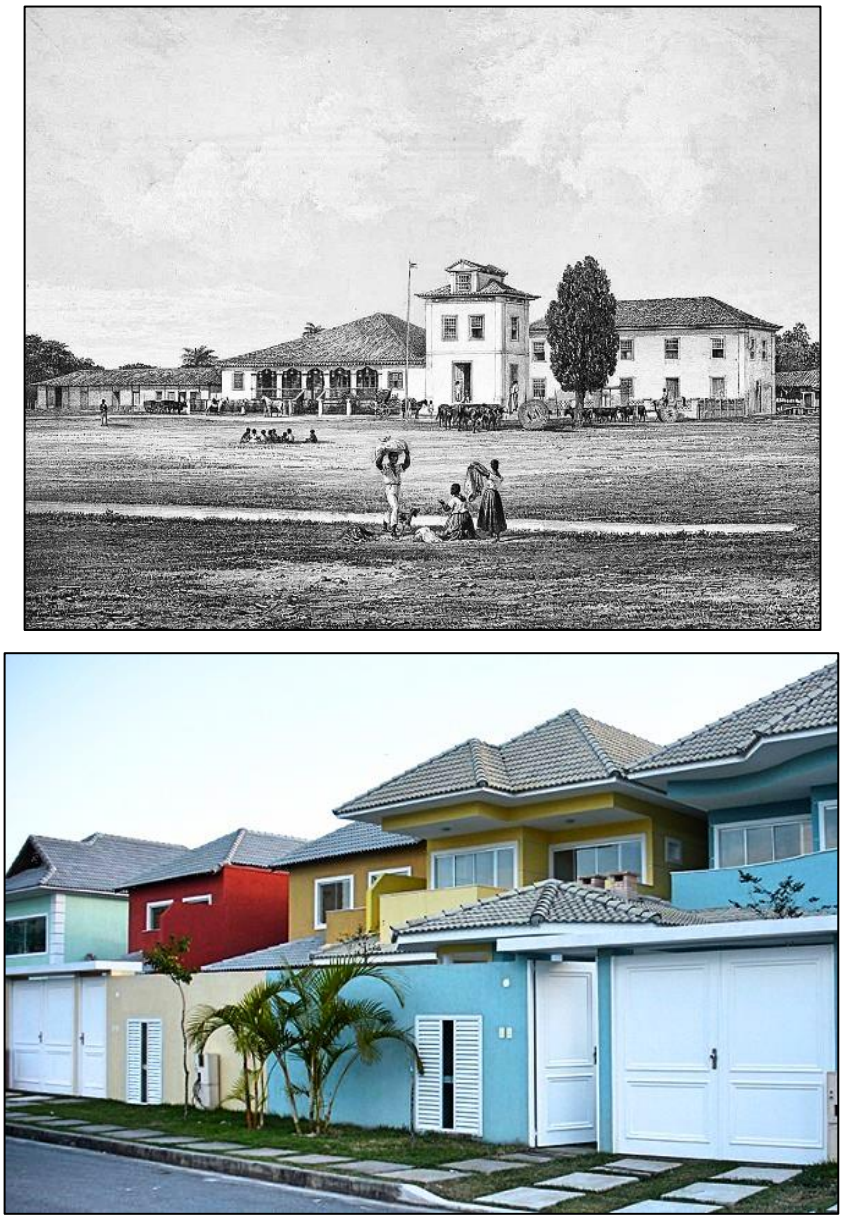


Fonte: Thomas Cortado (2017)
Nota: 1. Telhado de meia-água ou de uma água só. 2. Telhado de duas águas. 3. Telhado de quatro águas.

[190] Examinando o caso de outro loteamento periférico, o Trindade em São Gonçalo, Santos conta que a companhia, no início do loteamento, proibiu expressamente a construção de casas de "meia-água", e o uso de outras técnicas construtivas consideradas "primitivas", por temer o efeito negativo que elas teriam na valorização do loteamento (SANTOS, 1980, p. 41). Posturas promulgadas por municípios pertencente ao Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX, impediram a construção de *meia-água*: a própria administração da capital, em 1886, proibiu "na Cidade e em outras povoações do município, e mesmo no interior dos quintais, casas de meia água, ranchos ou puxados, cobertos de capim, palha ou sapé" (art. 19 do *Código de Posturas*).

caindo de ambos os lados. De modo geral, a quantidade de águas ao longo da história brasileira sempre funcionou como indicador de prestígio (Figura 48), até pelo menos a introdução do concreto no início do século XX, quando outras opções, defendidas pelos arquitetos modernistas, surgiram: casas de quatro águas simbolizam certa opulência, como aconteceu nas casas-grandes dos senhores de engenho e como acontece até hoje nos condomínios horizontais mais luxuosos das grandes cidades (Figura 49); já a casa de duas águas representa o tipo mais comum, talvez o protótipo

Figura 49 – Casas de quatro águas, símbolos de opulência.



Fonte: BN (2017) & CMN Engenharia Ltda (2017).
Nota: À esquerda, uma vista da Fazenda de Quissamã, região de Campos (RJ), de 1861. À direita, casas do condomínio fechado Green Place, lançado no Recreio em 2009.

da própria categoria de casa[191]. Abaixo de duas águas, consequentemente, a casa cai abaixo daquilo que é considerado a norma, daí talvez a razão pela qual uma casa de uma água vira uma *meia-água*. A *meia-água* nos remete então a uma hierarquia dos tipos arquitetônicos, fundamental na percepção que os moradores têm de suas casas. Ademais, a meia-água evoca outro tipo de pequena construção, ao qual os arquitetos a assemelham: a edícula. Embora haja edículas de luxo, pois a categoria de edícula designa qualquer casa pequena, que funciona como anexo de um edifício principal nos fundos de um terreno, historicamente ele designou os pequenos edifícios que os proprietários, nas áreas urbanas, levantavam nos fundos de suas proprieda-des, para acomodar tanto as criações animais (cavalos, galinhas, porcos) quanto os escravos e criados (REIS FILHO, 1970/2000, p. 46). Com telhado de uma água só, as edículas expressavam a segregação que prevalecia dentro das propriedades, sendo a edícula o lugar das negras e dos negros que trabalhavam pelas famílias nobres e burguesas (ROLNICK, 2005, p. 76).

2.1.2.2 Trocar, ampliar, projetar

Ainda que muitos moradores tivessem de começar por uma *meia-água* ou por um *cômodo*, eles logo procuravam mudar para uma "*casa de verdade*". Foi o caso de Dona Ruth por exemplo, que chegou ao Jardim Maravilha em 1991. Recém-divorciada e com uma filha para criar, ela precisava se mudar logo para a casa dela, e resolveu construir primeiramente um *cômodo*, que ela indistintamente chamava de *meia-água*: possuía sala, quarto e cozinha junto com um banheiro anexado à parte de trás. *Aos poucos*, com o dinheiro que ela ganhava trabalhando para uma firma de limpeza na Ilha do Governador, com a *ajuda* dos irmãos que já moravam no Jardim Maravilha e também com o apoio dos diversos "*paqueras*" que teve naquela época, foi ampliando o cômodo, fazendo a cozinha.

> RUTH: Aqui graças a Deus eu já tinha conseguido o meu cantinho (*ênfase*), o meu sossego, o meu cantinho, mas como que eu ia fazer uma casa de verdade? Porque era a casinha, que era o quarto e um banheiro, nesse tempo eu já tinha conseguido fazer mais um cômodozinho. Torto também, mas já tinha conseguido fazer mais um cômodo.

[191] A logomarca da Imobiliária Mara, que vimos no primeiro capítulo da tese, estampava uma casa de duas águas. Cesar chamou minha atenção pelo fato de que as crianças costumam desenhar casas de duas águas.

A essa altura, a *casinha* ainda era de telhado. Depois de encontrar seu futuro marido, morador do Jardim Maravilha também, que aceitou ir morar com ela em vez de ficar na casa dos pais, Dona Ruth resolveu substituir o telhado por uma laje de concreto. Como não tinha coluna no *cômodo*, precisou fazer a estrutura, botando coluna por fora do *cômodo*. Houve, porém, um acidente: no dia de colocar a laje, que o sogro tinha dado de presente ao filho, esta desmoronou, destruindo o interior da *casinha*. Dona Ruth pôs então a culpa no alicerce, quase inexistente, pois como o solo muito úmido da região também é móvel, as colunas sem alicerce não teriam aguentado o peso da laje. Passou então a refazer o alicerce, um "*alicerce decente*" segundo as palavras delas. Uma vez concluído o novo alicerce, pediu demissão para, com o dinheiro da indenização, comprar outra laje. Colocou a nova laje em cima da *casinha* e iniciou a construção da sala, do quarto, da cozinha e do banheiro, pois a laje possuía uma superfície maior do que a *casinha*. Quando o filho que ela teve com o novo marido já não era mais uma criança, ampliou o segundo andar, acrescentando mais um quarto e uma área de serviço. O andar de baixo, que corresponde a antiga *casinha*, ficou desocupado, pois, devido aos problemas de enchente que atormentaram o cotidiano de Dona Ruth quando começou a morar no Jardim Maravilha, ela preferiu desativar a antiga *casinha*.

A história de Dona Ruth contém um padrão que encontrei em várias outras narrativas de morador, com algumas variações. Cláudio, um dos primeiros a *invadir* o Morro Careca no início dos anos 1990, começou igualmente por levantar um *cômodo*, com banheiro dentro. A primeira extensão da *casinha* também foi a cozinha.

> CLAÚDIO: Cara, quer ver. Aí eu fiz um cômodo, aí depois eu fiz uma cozinha. Um pouquinho mais alta já, bem mais alta com caimento melhor.
> THOMAS: Era anexo então, não era dentro do cômodo?
> CLÁUDIO: Não, fiz ela colada, peguei na porta de entrada, colei uma parede na outra e pronto. Depois disso, aí eu fiz um pedaço da sala, puxei pra frente. Aí botei laje nesse pedaço. Aí ficou aquela telha caindo pro dentro dela ainda. Aí eu fui aluguei uma casa, botei estrutura na parte de trás aí eu botei laje, aí cobri uma parte toda com laje. Uma parte lá tudo com laje. Aí depois com tempo peguei a cozinha, que era de telha, meti laje também. Aí fui construindo pra cima.

Foram assim várias *etapas*: ao cômodo de telhado, Cláudio acrescentou na frente a cozinha de telhado, porém com inclinação diferente devido ao problema que teve com o escoamento das águas pluviais; à cozinha de telhado acrescentou uma sala, com estrutura de concreto já pronta; fez então a *estrutura* do cômodo de trás e botou laje também; um tempo depois, também trocou o telhado da cozinha pela laje. Quando nasceram os primeiros filhos, iniciou a ampliação para cima, fazendo dois

quartos, que ele cogita alugar o dia que os filhos forem embora. Outros moradores adquiriram um terreno já com uma *meia-água*, como seu Maurício, que veio para o Jardim Maravilha nos meados dos anos 2000.

> MAURÍCIO: Aí eu troquei ali pela uma meia-água! Só que não do tamanho da minha casa em Bangu. Aí eu troquei, mas aí igual o que eu tô te dizendo, Deus nunca...
> THOMAS: (*interrompendo*) Você comprou uma meia-água?
> MAURÍCIO: Troquei pô! Eu troquei ali uma meia, minha casa em Bangu por uma meia-água aqui.
> THOMAS: Que que é exatamente uma meia-água?
> MAURÍCIO: Meia-água é uma casinha só de telha. (...) . Aí a gente chama de meia-água, aí graças a Deus eu... botei laje, antes de ficar doente. E depois que eu fiquei doente aí também eu operei, aí eu fiquei pelo INPS, aí eu trabalhando, já ganhava o dinheiro do INPS! Aí foi aonde que eu fiz outra casa em cima.

Aqui mais uma vez, destaca-se a substituição do telhado pela laje (Figura 50). É que além do inegável conforto que uma laje traz, ao reduzir o calor e diminuir o barulho da chuva batendo no telhado, a laje possibilita a expansão da casa para cima. Graças a esta substituição, o morador consegue vislumbrar novas possibilidades arquitetônicas, projetar um andar em cima ou um segundo andar, onde a família se abrigará das enchentes, onde os filhos poderão até fazer a casa deles. A laje se torna o suporte de um *projeto* para a casa inteira.

Figura 50 – *Meia-água* ampliada.



Fonte: Thomas Cortado (2015).
Nota: À esquerda, uma pequena *meia-água* montada em cima de um alicerce relativamente alto (a área é sujeita a alagamento). À direita, uma *meia-água* cujo telhado original foi parcialmente substituído por uma laje, permitindo a construção de mais um andar (a estrutura do segundo andar, conforme se vê, foi feita em parte por fora da *meia-água*).

Entretanto, há moradores que preferem construir sua "*casa de verdade*" separada da *meia-água* original, essa servindo somente para hospedar a família o tempo de concluir as obras da casa. Foi o caso de seu César, por exemplo, que chegou ao Jardim Maravilha com sua esposa e seus três filhos no início dos anos 2000. Assim como no caso de seu Maurício, seu César adquirira um terreno que já abrigava na frente uma *meia-água* de dois cômodos e banheiro anexado. A família permaneceu três anos nessa *casinha*, até César terminar o primeiro andar da casa, que ficou atrás e na continuidade direta da *meia-água*, mas com um alicerce bem mais alto para proteger a casa das enchentes. Agora, parte do muro que cercava a *meia-água* foi demolida para dar lugar ao *quintal* da frente, na forma de um alpendre, mas, por enquanto, César fica armazenando ali os produtos que tem para consertar, já que trabalha como técnico de refrigeração (Figura 51). Ademais, a parte da *meia-água* correspondente à cozinha permaneceu relativamente intacta, sendo atualmente usada pela esposa de César como oficina de costura. Essa situação incomoda bastante César, que tem a intenção de "*jogar para os fundos*" o material dele, em outra *meia-água* que sirva apenas de oficina.

Figura 51 – *Meia-água* derrubada.



Fonte: Thomas Cortado (2015)
Nota: Essa vista da casa de César mostra as paredes quebradas da antiga *meia-água*, paredes que cercavam o cômodo servindo de quarto. Vê-se nos fundos que César fechou com tijolo a porta que ligava o quarto à cozinha da *meia-água*, onde agora a esposa do César trabalha. Já atrás fica a casa do César, cujo alicerce, como se pode perceber, está bem acima da *meia-água*.

Embora haja pessoas que prefiram fazer a casa delas nos fundos, é bom lembrar que os *fundos* conotam historicamente os espaços menos prestigiados da casa brasileira: até pouco tempo, construía-se um pequeno cômodo nos fundos do terreno para servir de banheiro (pequeno cômodo às vezes chamado de “casinha”... cf. SANTOS, 1980, p. 113); no período colonial, as casas mais remediadas acomodavam os escravos nas edículas situadas nos fundos, ao lado muitas vezes da “cozinha suja”, da cozinha usada para os procedimentos mais pesados (LEMOS, 1999, pp. 19-20); já no século XIX, proprietários de terrenos urbanos passaram a alugar os fundos para os trabalhadores pobres, na forma de aposentos, cortiços ou até depósitos de material, estábulos e cocheiras (BONDUKI, 1999, p. 23). Ao invés, na frente fica a fachada da casa, por muito tempo o foco exclusivo das preocupações estéticas no Brasil (REIS FILHO, 1970/2000, p. 106); enquanto criados e escravos ficavam na edícula dos fundos, os donos do sobrado recebiam as visitas nos aposentos da frente.

Até hoje no Jardim Maravilha, os moradores costumam instalar a oficina deles, criar animais (galinhas e coelhos, até porcos) e guardar as ferramentas nos fundos do terreno, quando não cavaram lá a fossa para o escoamento das águas sujas (no caso dos moradores que ainda não têm acesso ao saneamento básico). É também lá nos fundos que fica a área de serviço, onde se lava as panelas mais sujas. No Jardim Maravilha, os investimentos dos moradores com finalidade estética tendem igualmente a se concentrar na fachada da casa, na parte de frente (depois do interior, é claro): a mesma casa pode possuir na frente uma bela fachada coberta de azulejo e pintada com cores vivas, enquanto nos fundos ainda falta emboçar. É, de modo geral, na frente que ficam a sala e o quintal ou a varanda onde os moradores recebem visitas e organizam festas, daí o motivo de César estar inconformado com a meia-água da frente:

> CÉSAR: Tô usando por enquanto, mas eu não gostaria de trabalhar com esse material aqui na frente, eu queria trabalhar lá nos fundo entendeu? Que aqui eu tenho espaço pra passar, até eu entro com, tirando esses daí, eu entro até com carro, pra não deixar lá, com a caminhonete, pra não deixar as coisas lá.
> THOMAS: É, tem bastante espaço, né...
> CÉSAR: Tem bastante espaço, entendeu. Tipo foi projetado pra ter espaço, porque a gente que faz muita reunião de família, tu tem que ter espaço no quintal cara, tem que ser no quintal.

O *quintal* designa neste caso o espaço entre o muro da frente e a casa propriamente dita, espaço que César gostaria de aproveitar para estacionar a caminhonete dele e também fazer festas, convidar parentes e amigos da família, enquanto o outro

quintal dos fundos, atrás da casa, é o lugar onde César pretende continuar as *plantações* dele e instalar a oficina dele e da sua esposa.

O caso de César aponta para uma dimensão muito importante da autoconstrução, às vezes negligenciada nos estudos que tratam do assunto: o *projeto*. Contudo, não é todo mundo que consegue projetar sua casa. A casa onde moram Rosa e Carla, por exemplo, foi feita *aos poucos*, sem um plano predefinido: o marido de Rosa e pai de Carla começou por levantar um barracão na frente do terreno, que ele depois substituiu por uma casa de alvenaria devido aos estragos que as chuvas e as enchentes causavam. Como o filho mais velho já tinha construído uma *casinha* de alvenaria com estrutura de concreto nos fundos, depois de casar, a família toda acabou se mudando para a *casinha* do filho. "*Foi morar num lugar só*", comentou Carla, *"*[a água] *chegava até aqui, então não dava pra ficar aqui, molhava as coisa, a gente tinha prejuízo, aquela coisa toda. Aí teve que todo mundo pro um lugar só, pra trás, já que tava construído, cimento, então tava mais modernozinho*". O pai de Carla levantou então a casa de alvenaria no lugar do *barracão*, a qual contava inicialmente com uma sala, que também servia de dormitório para os *meninos*, e um quarto onde ficava o casal, a sogra de Rosa e as *meninas*, além de uma cozinha muito pequena, de barro ainda, e de um banheiro anexado. Depois foi ampliando a casa para trás, já que "*era pequena pra família que tinha*".

> CARLA: Oito filhos, mais a sogra, que era sogra dela, minha mãe, e todos os outros grandes, meu pai então assim, a casa, o espaço, já tava pequeno. Eram três quartos. Três cômodos ali, como você tá vendo. Sala, meia-cozinha, um banheiro pequeno. Então pra segurar bastante gente não tava já... sendo suficiente.

O pai de Carla construiu então mais um quarto, atrás daquele que já existia, e outra sala, atrás da primeira. As meninas dividiam assim o quarto de trás com a sogra, enquanto Rosa e seu marido ficavam com o quarto da frente, os meninos dormindo tanto na sala da frente, que Carla chamava de "*sala de visita*", quanto na sala de trás, que chamava de "*sala de estar*". Só depois o pai da Carla conseguiu construir um quarto específico, nos fundos da casa, para acomodar os *meninos*, e uma cozinha, que fazia ligação com o banheiro feminino e o banheiro masculino. Assim, pelos relatos de Rosa e da filha dela, entende-se que a construção da casa não decorreu de um plano preestabelecido mas se deu de acordo com a quantidade de pessoas que moravam lá, e de acordo também com a posição que cada um ocupava no seu "ciclo de vida" (FORTES, 1958/1974) – ainda assim, vê-se que a casa de Rosa e Carla seguia

um “mapa simbólico” (WOORTMANN, 1982, p. 119) muito claro, orientado principalmente pela distinção masculino-feminino, mas também pela distinção público-privado, com as duas salas, e pela distinção entre o casal marido-mulher e o resto da família; conforme resumiu Carla, “*então era assim, era tudo meio que separado e meio que dividido pra todo mundo tentar se aconchegar*”.

Já no caso de César, a casa seguiu um *projeto*.

> THOMAS: Você já tinha uma ideia dos cômodos, de como que ia organizar a casa?
> CÉSAR: Eu já tinha, eu já tinha.
> THOMAS: Quando botou o alicerce, tu já tava com...
> CÉSAR: Já tava com, já tava tudo, tudo, tudo certinho, tudo..
> THOMAS: Tudo na cabeça...
> CÉSAR: Tudo na cabeça, com a [*nome da esposa*] a gente já tinha sentado, a gente já tinha planejado como a gente queria.

Esse *projeto* era, e ainda é, fazer uma casa de dois andares, com cozinha, sala e banheiro em baixo, quartos e mais um banheiro em cima. Haveria uma grande abertura no meio do segundo andar que desse diretamente na sala, uma ideia que o César retomou de uma pousada onde trabalhou. A escada que daria acesso ao andar de cima ficaria então no meio da sala. Já na frente, César quer construir uma “*sacadazinha*” no andar de cima, uma varandinha para “*tomar conta da rua*”, enquanto o quintal, no primeiro andar, serviria para as *reuniões de família*, para as festas. Portanto, a *meia-água* que César herdou ao comprar o terreno atrapalhou o *projeto* dele.

> THOMAS: E por que que tu prefere usar esse espaço na frente, por que tu prefere deixar esse espaço da frente de quintal do que o espaço de trás?
> RENATO: Porque também é uma oportunidade de eu tirar daqui esses dois cômodo que eu comprei quando só existiam eles, entendeu. Porque a casa é completamente diferente, o projeto é completamente diferente de ter esses cômodos aqui. Aí eles me descaracterizam o que eu quero fazer aqui.

A *meia-água* (e menos ainda o *cômodo* ou o *barracão*) raramente faz parte de um *projeto*, a não ser como oficina nos fundos: muitas vezes, os moradores que procuram algum abrigo durante as obras[192] levantam a *meia-água* onde justamente não querem construir a sua “*casa de verdade*”: na parte da frente quando pretendem fazer a casa nos fundos do terreno, o que pode ocorrer, embora seja um caso mais raro, ou na parte de trás quando projetam a casa mais na frente. Tal casa costuma comportar

[192] Às vezes, os moradores preferem *morar de aluguel* ou na casa de algum *parente,* enquanto não acabarem as primeiras etapas da obra, enquanto a casa ainda não possuir condições mínimas de habitabilidade. A esposa e filha de seu Walter permaneceram na casa dos parentes até levantar os primeiros cômodos (a sala e a cozinha). Só que, como muitos moradores fazem a casa deles, justamente, para *fugir do aluguel* ou não *morar* mais *de favor*, dificilmente podem ou querem ficar nessa condição por muito tempo. Ademais, morar perto das obras permite fiscalizar melhor o trabalho dos pedreiros quando se recorre à mão-de-obra.

vários quartos, um para o casal de marido e esposa, um para os meninos e outro para as meninas, pelo menos; vários banheiros, um de uso social e outros anexados aos quartos, tipo *suíte*; um muro alto, pintado ou revestido de azulejo na frente; um segundo andar com varanda, para fazer festas e "*tomar conta da rua*". Espontaneamente, os moradores vão projetar uma *casa bonita* (Figura 52), e não uma *casinha*. À medida em que a *obra* vai avançando, várias possibilidades surgem para a *meia-água*: deixar com algum *parente* que ainda não tem casa própria, construir uma entrada separada e alugar como *casinha*, transformar em armazém, depósito de material ou qualquer "*guarda-bagulho*", como disse Dona Fátima. Ou ainda, como no caso de César, derrubar pura e simplesmente a *meia-água*. A construção da casa, neste caso, se confunde com a realização de um *projeto*, e a *meia-água* não faz parte do *projeto* – o que incomoda seu César é justamente a contradição entre o *projeto* da casa e a presença da *meia-água*. Devemos ressaltar que, além da *condição*, o que torna factível o planejamento da casa é uma reserva de espaço à disposição do proprietário, ou seja, o lote (ou o espaço que sobrou dentro do lote) é que possibilita ou não o planejamento da casa, pois sem uma reserva fundiária, não teria como levantar uma *casa*

Figura 52 – Exemplo de *casa bonita* no Asfalto.



Fonte: Thomas Cortado (2014).

bonita, nem fazer um *cômodo* ou uma *meia-água* próximo à casa que está sendo construída. Acreditamos haver aqui uma importante diferença com a situação da autoconstrução nas favelas, por exemplo, constrangida pela escassez de espaço disponível.

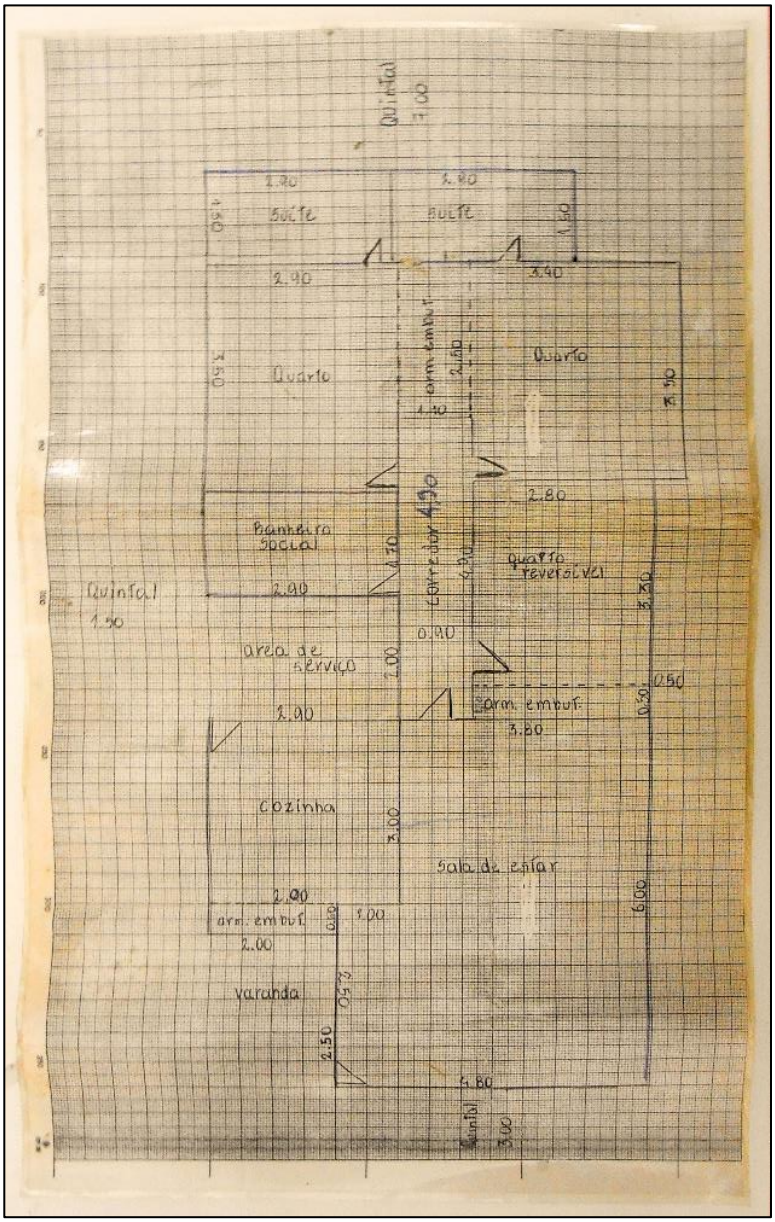
A construção do *projeto* assume várias formas. De modo geral, as *conversas* entre marido, esposa e filhos afetam as decisões tomadas quanto ao tamanho dos cômodos, à orientação das aberturas (portas e janelas) ou aos materiais usados (cor do azulejo, madeira, etc.). Seu Walter, por exemplo, queria que a *cozinha* fosse *americana*, aberta para a sala, e receber as pessoas antes pela sala, mas a esposa dele, Dona Elisabete, preferiu a opção mais tradicional da cozinha fechada, e a porta da cozinha se tornou, na prática, a entrada principal da casa por muitos anos. A filha de seu Walter, Stella, quis, para o quarto dela, um piso de cerâmica preta, contrariando o gosto do pai e da mãe. As opiniões divergem também quanto à priorização das etapas. Dona Elisabete reclamou muito do marido porque "*só queria saber dos fundos*", investindo o *dinheiro da obra* no acabamento da laje, que agora possui seu próprio banheiro, está toda azulejada e coberta por telhado – se bem que seu Walter sempre corrige as pessoas que chamam o andar de cima de laje: "*é laje não, é terraço! Quer me desprestigiar?*". É que a Dona Elisabete desejava antes pintar o muro e azulejar o quintal da frente, onde ela tem suas plantas e fica conversando com as amigas. Já seu Walter sempre gostou de levar os amigos dele para o andar de cima, inclusive quando ainda não tinha terminado a laje, algo que Dona Elisabete nunca fazia e, até hoje, faz raramente.

Os moradores recorrem também a "artefatos gráficos" na construção do projeto: muitos fazem um *desenho* num *papelzinho*, que guardam durante as obras, para orientar os pedreiros ou lembrar as várias etapas. Alguns aproveitam suas experiências como *profissionais*: seu Paulo, por exemplo, mobilizou suas competências de marceneiro para realizar um desenho antes de iniciar as obras.

> PAULO: Eu desenhei. Eu fiz um projeto. Até pra propor o espaço e dividir o tamanho de sala, de quarto e banheiro, a cozinha, o tamanho de pia, acesso à geladeira, colocar o mais certo, o fogão, até pra deixar as ligações, tomadas, essas coisas assim, que podiam ser, pra desmembrar também o quadro de luz (...). Aí fiz um desenho.
> THOMAS: Mas tu já tinha experiência no desenho técnico?
> PAULO: Já, já que sempre gostei desenhar porque o meu trabalho requer. Cê vai fazer um orçamento com a pessoa, quando cê pega serviço, vou lá medir, depois elaboro um projetozinho pequeno, feito na mão mesmo, com lápis direitinho, mas tudo sob medida, e mostro pra pessoa. "Sua casa fica desse jeito, seu móvel vai ficar desse jeito assim". Aí a pessoa vê o tamanho, pra ter noção de que que é que tá sendo feito. E aí sim, faço a obra.

Seu Walter também fez uma planta da casa dele antes de iniciar as obras, aproveitando o contato que ele tinha com um arquiteto que trabalhava na firma dele: essa planta previa duas suítes, uma para ele e sua esposa e outra para a filha, um banheiro social, e um "*quarto reversível*" para ser usado tanto de escritório quanto de quarto para as visitas (no segundo andar ficaria somente o "*terraço*") (Figura 53). Se o resultado não saiu exatamente conforme o que tinha planejado (os armários embutidos nunca vieram à luz, as suítes mudaram de lugar), o tamanho e a distribuição dos cômodos até hoje respeitaram o *projeto*.

Figura 53 – Planta inicial da casa de seu Walter.



Fonte: Thomas Cortado (2017)
Nota: A planta é orientada dos fundos para a frente.

De qualquer modo, a obra raramente sai de acordo com o *projeto* inicial. "*Acabou sendo uma casa aí que... no papel é uma coisa. Tu vai botar, fazer umas tais coisa, pô, ampliar, acabou ficando maior ainda*", comentava seu Jair. O próprio *papelzinho* muitas vezes vai se perdendo nas obras, e as pessoas acabam projetando "*na cabeça*", visualizando mentalmente o que desejam, alterando o *projeto* de acordo com uma série de razões, como a renda domiciliar, as necessidades da família (quando algum parente vem para morar no terreno, quando nasce uma nova criança, quando algum filho casa, etc.) ou as dificuldades que costumam surgir no decorrer das obras. Aconteceu com Dona Alba, que agora tem que refazer o banheiro dela, devido a um problema com os canos de esgoto que causa refluxo, embora a casa já esteja "*acabada*".

> ALBA: Aí depois que a gente foi começando, foi acabando, vai melhorando. E... agora apareceu isso aqui, que isso aqui não era uma obrazinha, porque devido lá ao problema dos banheiros que eu vou ter que quebrar os azulejo, vou ter que comprar outro tipo que não vou encontrar azulejo mais igual. Quer dizer, vai ser um dinheiro a parte também que a gente vai ter, aí já é outro serviço que a gente vai ter contratar, pedreiro. Porque é difícil.

Em um lugar como o Jardim Maravilha, onde são inúmeros os problemas de infraestrutura, os moradores precisam refazer constantemente suas instalações hidráulicas, sanitárias ou elétricas – sem falar que nem todos projetam todos os aspectos da casa: se seu Paulo planejou a instalação elétrica da casa antes das obras, se Dona Alba contratou previamente um eletricista, seu Walter, por exemplo, teve que refazer toda a instalação elétrica da casa, desmembrando os quadros, quando a filha dele voltou a morar na casa dele. Ademais, a excessiva umidade dos solos e a intensidade das chuvas que causam problemas de infiltração, problemas redobrados quando não conseguiram rebaixar o teto, aterrar o terreno o suficiente ou colocar um alicerce da boa espessura, obrigam os moradores a reformar suas casas a intervalos regulares.

Ainda assim, a existência de um *projeto* faz com que o morador perceba uma *evolução* na casa dele. *Aos poucos*, a casa fica "*quase pronta*", conforme falou o pintor Bernard, ao me contar como a casa de laje, com quarto, sala, cozinha e banheiro pequeno, foi se expandindo até resultar na casa que existe hoje, com mais um quarto, uma ampla cozinha e uma área de serviço atrás, e o segundo andar onde mora o filho dele.

> BERNARD: É, quarto, sala. Já fiz já quarto, sala, cozinha, varanda. Na época não tinha uma área lá atrás, depois que fui fazer a área, a varanda, a cozinha era pequena depois aumentei. Teve algumas mudanças né. A cozinha era

> bem pequena...
> THOMAS: Como foram essas mudanças justamente? Foi a cozinha que expandiu...
> BERNARD: É, expandi a coisa, o banheiro era menorzinho, a gente expandiu um pouquinho o banheirinho, aí fiz um banheiro maior, uma cozinha maior, né. Aí, é.... fiz uma áreazinha. Hoje é, a casa é, de seu jeito, a casa é quase pronta. Falta fazer algumas coisas, mas sabe como o pobre é, né (*rindo*)?
> THOMAS: Demora né (*eu rindo*)?
> BERNARD: É, demora, e a gente às vezes trabalha fazendo a obra dos outros e a gente esquece da nossa (*sorrindo*).

2.1.2.3 Aos poucos, no sofrimento

Assim como o bairro, a construção da casa é investida de um sentido teleológico, ela se desdobra dentro de uma temporalidade assentada na expectativa de um futuro melhor, de um amanhã melhor do que o dia de hoje; cada *etapa* na construção da casa corrobora, de certa maneira, essa expectativa. Ao trocar a madeira do *barracão* pelo tijolo, ao trocar o telhado caído da *meia-água* pela laje de concreto, ao trocar os fundos do terreno pela frente, ao trocar o *cômodo* pela casa dividida, a pessoa, mesmo sem projetar a casa, *melhora de vida*, experimenta "uma sensação de melhora material, um senso de agência (*sense of agency*)" (CAVALCANTI, 2007, p. 132), justificando retrospectivamente essa "imaginação do progresso no tempo" (ibid., p. 127). Já quando a construção da casa decorre de um *projeto*, a própria realização do projeto é o que vai conferir uma sensação de *progresso* – o *projeto* cria uma série de expectativas a partir das quais a pessoa organiza sua percepção do tempo e interpreta sua condição no mundo. A contrapartida do *progresso* reside então na existência de uma rigorosa hierarquia dos estilos arquitetônicos, que sobressai na categoria de *casinha*: a *casinha* não é somente uma casa pequena, uma casa menor, a *casinha* é uma casa que ocupa um lugar inferior na hierarquia dos estilos arquitetônicos – a *casinha* é uma casa que a gente não consegue chamar de casa. Com efeito, a construção da casa envolve um fenômeno de "mobilidade existencial", "a sensação de que a gente está 'indo para algum lugar'" (HAGE, 2009, p. 97), pelo menos no que diz respeito aos deslocamentos ocorridos dentro da hierarquia social dos estilos arquitetônicos. Aqui, as narrativas do bairro, da casa e da vida pessoal convergem em torno de um mesmo *grand récit*: o *progresso*.

> AMÉLIA: Fomos aterrar. Isso aqui era muito, muito baixo, muito úmido, era horrível. Graças a Deus aos pouco fui aterrando, foi levantando. Chegamo lá (*eu rindo*). Aí depois também eu comecei a abrir um bar, comecei a ajudar, porque era muita criança e sozinho não dava, que era muita coisa, muita despesa. Comecei a ajudar, dava pensão, tinha barraca. Aí as crianças, todo

> mundo estudava. Aí acabaram os primário foram pra Campo Grande estudar na particular que antes estudava público. E eu tinha que trabalhar pra ajudar a pagar os colégio! E assim fomos subindo, a vida foi melhorando, foi tudo clareando. Começou tudo a melhorar, começou obras por aqui, abriu aonde era o sítio que era do meu pai foi tudo vendido, abriram um ambiente de trabalho.

Confirma-se então a observação de Durham segundo a qual a experiência do progresso é "a experiência da urbanização, pensada como um processo, concretizado na história de vida, de acesso crescente a recursos urbanos: morar em casa própria, em local asfaltado, iluminado, com água, esgoto e condução, perto de escolas e postos de saúde" (DURHAM, 1987).

Se a expectativa é de um futuro melhor, para si, sua casa e seu bairro, o caminho para chegar lá é longo e sofrido, exige *lutas* e *sacrifícios*. Assim como o *progresso*, que acontece *aos poucos*, a construção da casa também ocorre *aos poucos*, num ritmo lento, seguindo "um movimento lento, regular e de baixa amplitude", para parafrasear o que dissemos sobre as obras de urbanização, e isso independentemente da casa ser projetada ou não.

> AMÉLIA. Fizemos uma casa, levou até a laje! E depois, fomo devagar né! Devagar, devagar, devagar, devagar... Emboçava, emboçamo dois cômodos, aí fez agora dois cômodos e depois fez mais emboço nos dois comôdos, aguardando dois cômodos, assim, aos pouquinho né.
> THOMAS: Foi aos pouquinhos?
> AMÉLIA: É, porque ele era motorista de ônibus né. Já tinha três filhos já na época. Aí foram nascendo. Aí já foram logo três. Aí não dava condição de pegar e trazer tudo de uma vez, não tinha condição. E fomos aos poucos. Aos poucos, aos poucos. Quando chegava assim, décimo-terceiro, é férias, que ele tirava férias e em vez de tirar as féria ele ficava trabalhando, recebia aquelas féria e ainda recebia trabalhando! Aquele dinheiro ele dava tudo aqui. Se tinha que fazer um piso, comprava piso, se tivesse que pagar mão-de-obra, pagava mão-de-obra, e assim fomos fazendo.

Obras acontecem "*aos poucos*", repetia Carlinho, "*igual formiguinha*", "*formiga que faz isso, vai botando uma areiazinha e aí já um formigueiro*". E se é preciso fazer *aos poucos*, é porque nunca o dinheiro disponível basta para fazer a obra de uma vez. "*Quando tinha um pouco de material que desse pra começar, chamava o homem e ele construía até gastar aquele material. Aí depois a gente tinha que ganhar mais dinheiro pra comprar outro (rindo). Era assim. Foi às etapas. Foi à etapa*", explicava Dona Joaquina. "*Aí a gente levantou as paredes da outra parte, aí... esperou um pouco juntar dinheiro, aí bater a laje, aí juntar dinheiro de novo pra fazer o emboço*", contava Dona Eurídice. A *espera* faz assim parte da autoconstrução, tanto quanto ela faz parte da urbanização. É preciso *esperar o dinheiro entrar*, na forma do salário, da aposentadoria (muitos aproveitam então para cumular a pensão com o salário), de um empréstimo, de um novo cartão de crédito, de uma *indenização* aguardada ou não (como

no caso dos *acordos* feitos com o patrão: Dona Ruth pediu assim para ser demitida do trabalho para poder comprar uma nova laje), de férias remuneradas, do décimo-terceiro, etc. São, muitas vezes, entradas de dinheiro irregulares, como as indenizações, ou que ocorrem de um ano para o outro, como as férias remuneradas e o décimo-terceiro. Apesar disso elas criam uma percepção de regularidade, a percepção de que tudo acontece justamente *aos poucos*.

> CLARA: Vamos aos pouco, tem que ser aos pouco. Obra gasta né. Obra gasta, uma coisa puxa a outra, você compra piso, tem que comprar a massa. Se você não coloca, tem que pagar pra que alguém colocar, e uma coisa, você bota logo logo o piso, você tem que rejuntar o piso, e assim, então, tem que fazer tudo... esperar o décimo-terceiro, esperar as féria (*eu rindo*), é! E parcelar no cartão, tem que fazer alguma coisa!

É preciso esperar também os momentos do dia, da semana e do ano quando a pessoa tem tempo para *trabalhar na obra*: Bernard, que "*pegava serviço*" de noite, aproveitava a parte da tarde para "*avançar na obra*"; Cláudio só tocava na obra nos fins de semana, comprando somente "*um pouquinho de material*", aquilo que dava para ele trabalhar "*naquele fim de semana*". Para quem recorre à mão-de-obra, a situação não é muito diferente, pois além do material, tem que guardar dinheiro para pagar o pedreiro também.

> ALBA: É dinheiro pra quebrar, é dinheiro pra pagar pedreiro. Que o problema todo não é o material em si. O problema todo é toda semana você tem que dar dinheiro na mão do pedreiro. E isso quando não acha um pedreiro safado, que você paga e depois ele some. Aí ninguém quer pegar obra de... é difícil você encontrar um pedreiro que quer pegar obra já começada. É muito difícil.

Ao longo da minha pesquisa, escutei inúmeras reclamações acerca de pedreiros que *faltavam no serviço*, que chegavam bêbados, sem condição para trabalhar, ou que tinham errado na obra, obrigando os donos a contratar outro pedreiro para refazer parte da obra – também escutei vários pedreiros, como seu Júlio, reclamar de pagamentos atrasados, repetindo o famoso ditado de que "*trabalhar pra pobre é pedir esmola duas vezes*"; além disso, os pedreiros confessam não gostar, em geral, de "*pegar a obra de outro pedreiro*", de dar continuação a uma obra iniciada por outro pedreiro, de terminar um muro que não começaram, por exemplo. Os *bons pedreiros*, os mais *indicados* pelas pessoas, costumam *pegar* várias *obras* ao mesmo tempo, atrasando assim a *obra* de cada um, quando não demoram semanas para começar o serviço.

> ALBA: Aí só assim, as experiências que a gente tem com pedreiro, não são lá muito boas (*pequeno silêncio*). Então a gente fica assim um pé atrás, além de tar difícil, o dinheiro pra investir, tá difícil também acreditar nas pessoas. Eles têm indicação de um, indicação de outro, aí já... Um pedreiro ótimo, a prima minha indicou, ele veio aqui, fez um cálculo e tudo, ele tava com a obra,

> aí falou: “Não vou terminar aquela obra lá em janeiro”. Isso foi há dois anos eu tô esperando ele até hoje.

Entretanto, mesmo fazendo *aos poucos*, nem sempre os moradores conseguem adiantar a obra, levando a avanços significativos na construção ou reforma da casa. Foi o caso de Dona Ana por exemplo, que chama de “*elefante branco*” a casa dela, usando assim uma expressão mais comumente aplicada a obras públicas sem utilidade nenhuma ou que nunca acabam. Ocorreu que Dona Ana, pouco antes do marido morrer, tinha construído uma casa atrás da casa de seus pais, nos fundos do terreno. Depois do pai sofrer derrame, Dona Ana propôs à mãe dela *trocar* a casa da frente pela casa dos fundos, já que a casa da frente, maior e ainda em obra, requeria muita limpeza, muito cuidado. Dona Ana acabou ficando então com a casa da frente: após o falecimento do pai, a casa dos fundos ficou com a mãe e, após o falecimento da mãe, a mesma casa ficou com a irmã mais nova. Entretanto, viúva e com três filhos para criar, Dona Ana não consegue “*colocar dinheiro na obra*”, pelo menos não tanto quanto ela queria. “*Acabou minha mãe morreu, minha irmã ficou com a casa dos fundos e eu fiquei com a casa, fiquei com o elefante branco porque até hoje eu tô tentando fazer a obra não consigo*”, lamentava Dona Ana. “*A* [casa] *da frente que é o elefante branco porque... sabe como que tá a obra, cara pra caramba... vou fazendo o que eu posso* (ênfase)*. Tô tentando fazer, mas a minha lá era tão bonitinha*”, me contou ela novamente, deixando transparecer certo arrependimento pela troca, certa saudade da casa que tinha, a imagem de um passado melhor, a “*casa tão bonitinha*”, se contrapondo aqui a de um futuro bloqueado, o “*elefante branco*”.

Longo, demorado, o caminho do *progresso* também é sofrido. Tem que começar “*do chão*”, como dizia seu Jair, no *meio do nada*, sem nenhum tipo de apoio – o *chão* designa tanto a superfície do solo quanto uma área desprovida de melhoramento, como na expressão *morar no chão,* sinônima de morar numa rua sem asfalto.

> JAIR: Morava na altura da Tocantinópolis, na época, no meu tempo, era solteiro. Aí fui comprei o terreno, aí que fomos construir isso aqui que eu vim do chão. Não tinha sábado nem domingo, só... e buracão aqui, depois de repente fomos conquistar e morando. Aqui graças a Deus tem meu filho, tem minha filha e tudo. Que era só isso que a gente vive arrumando aqui.

Assim, Jair “*veio do chão*” e foi “*conquistar e morando*”, sacrificando os seus fins de semana. De modo geral, o campo lexical da luta, da conquista perpassa as narrativas dos moradores a respeito da casa, como no caso de seu César quando resumiu a trajetória que o levou da *meia-água* à casa onde ele mora agora.

> RENATO: Todo mundo dormia no mesmo quarto, na cozinha, forrava de baixo de mesa, perto de fogão, fechou a porta, cabe todo mundo né (*eu*

> *rindo*)? E aí rapaz, a gente tá aí nessa luta, já há dez anos né, parece que eu vim pra cá há um ano ou dois depois de Walter. Ele veio primeiro praqui. Aí, nessa luta fazendo essa casa, a gente projetou, tem gente que acha que a casa é grande, eu não acho que ela é tão grande assim, mas... pega material, pegou material!

Tem que *lutar* para levantar uma casa do *chão*. Tem que *caprichar* na hora de *fazer as obras*. Dona Clara insistiu muito no valor do *capricho*, chamando de "*rapaz muito caprichoso*" e "*trabalhador*" o genro dela, que mora no andar de cima junto com seus três netos, pois não hesitou em gastar tempo (o genro de Dona Clara tem *profissão*, trabalha como bombeiro hidráulico) e dinheiro *fazendo obras* (começou a construir a casa dele logo depois de engravidar a filha de Dona Clara, mesmo sendo menor de idade ainda). Ao contrário, o caçula, solteiro, que está fazendo a casa dele nos fundos, em cima da casa do primogénito, "*é um pouco assim... farrista (*rindo*)*!", pois a obra dele "*tá lá, parada*". É preciso de "*ânimo*", "*força de botar*", é preciso guardar o dinheiro para as *obras* em vez de gastar com outras coisas.

> CLARA: Vamos aos pouco, tem que ser aos pouco. Obra gasta né. Obra gasta, uma coisa puxa a outra, você compra piso, tem que comprar a massa. Se você não colocar, tem que pagar pra que alguém colocar, e uma coisa, você bota logo logo o piso, você tem que rejuntar o piso, e assim, então, tem que fazer tudo... esperar o décimo-terceiro, esperar as féria, é! E parcelar no cartão, tem que fazer alguma coisa! Mas eu acho assim, tem capricho, eu acho que obra é capricho, você não... se você não tiver força de botar, você não faz não. Desanima. Assim se for uma pessoa assim que gosta muito... Assim, por exemplo, eu mulher, assim, geralmente, as mulher quer pra muito de salão, cabelo, é unha, é muita festa, é bocado de sapato, é roupa, essas coisa, elas chamam muito pra isso (*fala alguma coisa com os netos*). E... a gente vai juntando pra fazer porque se não, faz não! Porque a gente não ganha bem!

Sacrifício é outra categoria comumente acionada pelos moradores para evocar a *luta* frente às *dificuldades*, frente às carências do loteamento em infraestruturas urbanas – especialmente em um loteamento como o Jardim Maravilha, regularmente assolado pelas enchentes.

> JOAQUINA: E quando chovia? Que aquele barco, que era barco, tudo barco, ninguém podia nem passar, enterrava até os joelhos de lama. Pessoal que tinha que trabalhar lá pra fora, pegar a condução lá longe lá pra fora. Hi, era um sacrifício, era muito sacrificado. Mas depois, graças a Deus melhorou tudo.
>
> LÚCIO: Pegaram aqui esse morro aí, botaram asfalto, não só asfaltaram esse pedaço que daqui, da Rua 25, dessa rua da ladeira ali, pra cá era chão. Isso aqui era um problema. Com tempo essa rua asfaltaram as pontas pra lá e aqui ficou esse trecho de chão. Era um sacrifício pra gente ir pro trabalho! Tinha que enfiar os pés dentro do saco de mercado pra poder passar!

Quem vive ainda longe do *progresso*, vive uma vida de *sofrimento* – o *sofrimento* de ainda não poder concluir a *obra* ou o *sofrimento da água*, por exemplo, para retomar uma expressão muito comum, sinônima de falta d'água.

Conforme sugerem palavras como *lutar* e *sacrifício*, os moradores não necessariamente depreciam o *sofrimento* que acompanha a construção da casa e a chegada do *progresso* em geral, pelo contrário: o *sofrimento* é o que "*dá valor*" ao *progresso*, como deixou bem claro Arnaldo, que participou da invasão do Morro Careca.

> ARNALDO: A gente sofre um pouquinho de um lado, sofre do outro que... nada como... que você tem objetivo é sofrimento. Moleza você não dá valor em nada, você não vai no sofrimento, você nunca vai dar valor. Ganhar fácil... mas nem tudo é fácil. E aí, moro aqui cara, todo mundo tá aí, tem muito sofredor aí, muita gente comprou muita casa aí. Tem muita gente que sofreu muito. Sofreu muito, muito, muito mesmo.

Também não se pode menosprezar a conotação religiosa associada ao *sofrimento* e mais ainda ao *sacrifício*. Talvez não seja por acaso que à evocação dos *sacrifícios* passados sucede frequentemente uma palavra de agradecimento a *Deus*. Aqui não podemos deixar de lembrar o décimo-primeiro parágrafo da encíclica *Rerum Novarum*, onde o Papa Leão XIII, citando o versículo 17 do segundo capítulo da Segunda Epístola a Timóteo, explicava que:

> Pela Sua superabundante redenção, Jesus Cristo não suprimiu as aflições que formam quase toda a trama da vida mortal; fez delas estímulos de virtude e fontes de mérito, de sorte que não há homem que possa pretender as recompensas eternas, se não caminhar sobre os traços sanguinolentos de Jesus Cristo: "Se sofremos com Ele, com Ele reinaremos".

O sofrimento, nesta perspectiva cristã, se revela um "estímulo de virtude" e uma "fonte de mérito", dando ao homem acesso às "recompensas eternas". Essa valorização do *sacrifício*, do *sofrimento* lembra o trabalho de Guedes sobre os trabalhadores migrantes do Norte de Goiás, onde o "*andar* ou o *caminhar* remetem à ideia de um *sofrimento* que é vivido tendo em vista alguma espécie de redenção – não necessariamente ou apenas espiritual, podendo essa redenção, conforme o outro sentido que esse termo possui, ser também um recurso material ou *conquista* que traz alívio aos que *sofrem*" (GUEDES, 2015, p. 118, grifo do autor).

Além disso, o *sofrimento* faz parte de um "ethos" popular (BOURDIEU, 2003, p. 143; WEBER, 2003), compartilhado por muitos moradores, na medida em que a experiência rotineira do sofrimento acabou definindo, pelo menos parcialmente, o modo como as pessoas apreendem praticamente o mundo; o sofrimento faz parte das expectativas que as classes populares nutrem em relação ao mundo.

> THOMAS: Mas aí quando a senhora, o marido da senhora chegaram pra morar aqui, justamente, a falta de água, de luz, tudo isso não... Como dizer, não desincentivou vocês a vir morar aqui? Que que fez você se mudar do centro pra cá?
> JOAQUINA: Não porque a gente, tanto eu como ele, a gente tinha, foi nascido, criado lá roça, lá em Portugal. Já era roça.
> THOMAS: Em qual região de Portugal?

> JOAQUINA: Meu marido ele era mais distante um pouquinho de mim, ele pertencia a Coimbra. Eu já pertencia a Serra de Estrela, à Guarda, eu era lá da Serra de Estrela, do lugar do frio. Então, nossa vida era sacrifício, sempre foi também trabalhando na roça, encharcando a mão, então a gente tava um pouco acostumada.

Criada na *roça*, Dona Joaquina sempre viveu uma vida de *sacrifícios,* o sacrifício de viver na *roça* ecoando o sacrifício de viver no Jardim Maravilha dos anos 1950 e sessenta, quando *não tinha nada* – e ainda hoje, com 84 anos, Dona Joaquina, que é Dona de uma birosca na Rua Letícia, a rua de maior *movimento* do bairro, diz que continua "*se sacrificando*". Isso não quer dizer que a vida seja feita somente de *sacrifícios*, mas que na vida os *sacrifícios* se repetem. Bernard, por exemplo, atrasou algumas obras na casa dele devido a um problema na coluna, que o impede de continuar exercendo a *profissão* de pintor. Porém, ainda não conseguiu dar *entrada no INSS* para receber a pensão por invalidez. Mas isso, segundo ele, *faz parte da vida*.

> BERNARD: Isso aí ás vezes a vida, a situação dos maus tempos né (*rindo*). Porque a gente sempre tem altos e baixos, a gente às vezes tem uma situação, daqui a pouco perde um pouquinho né. É a vida nossa aqui. Nossa vida aqui é assim.

José, um dos mais jovens moradores que entrevistei no Jardim Maravilha, também enxergava a vida como uma repetição de sacrifícios, entrecortados de momentos alegres, recorrendo à metáfora da caminhada, da "andança".

> JOSÉ: Ah Deus do céu, nesse mundo só a Jesus, é muito brabo Thomas, é meio complicado a vida. A gente pra se viver o dia Thomas, a gente vive mas é mesmo aquele negócio: trupica aqui, cai alí, levanta alí, cai por lá e assim, e vai vivendo a vida! Vai vivendo a vida

Assim o mundo (e provavelmente as origens sertanejas de José estejam influenciando esta percepção do mundo) aparece como algo "*percorrido*, corrido, enfrentado e conhecido" (GUEDES, 2013b, p. 338, grifo do autor), atuando o *sofrimento* como uma dimensão fundamental desta "andança", deste percurso.

Entretanto, nem todo mundo percorre o mundo exatamente da mesma maneira. Nem todo mundo chegou ao Jardim Maravilha passando pelos mesmos lugares. Nem todo mundo teve a mesma vida antes de vir morar no Jardim Maravilha, por isso as expectativas com relação ao local de moradia, as percepções do *progresso* e do *sofrimento* não podem ser as mesmas para todo mundo. A biografia de cada um, a "carreira residencial" em particular[193], a sequência dos lugares onde a pessoa morou e

[193] Aqui buscamos inspiração no conceito clássico de "carreira", usado pelos sociólogos interacionistas, como Hughes e Becker: "esta noção [carreira] designa os fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição para outra, isto é, tanto os fatos objetivos remetendo à estrutura social quanto as mudanças nas perspectivas, motivações e desejos do indivíduo" (BECKER, 1963/1985, p. 47). O conceito de carreira tem, portanto, a vantagem de "fugir da alternativa entre estrutura e estratégia", colocando no

dos motivos pelos quais ela morou lá, condiciona as percepções do *sofrimento* e do *progresso*. O *sofrimento* de Dona Joaquina quando veio morar no Jardim Maravilha, no final dos anos 1950, não se distinguia muito do *sofrimento* pelo qual tinha passado quando vivia na *roça*, em Portugal. Portanto, nunca a falta da infraestrutura lhe fez desistir de morar no Jardim Maravilha.

De modo geral, entre os meus interlocutores, principalmente entre aqueles que chegaram nos primórdios do loteamento, mas não só, muitos possuem origens camponesas, tendo sido criados, pelo menos em parte, no *interior* do Nordeste ou na Zona Rural do Rio de Janeiro, na *roça*. Para os mais antigos, como seu Lúcio, que já citamos, o Jardim Maravilha, com seus *trilhos*, realmente lembrava a *roça* de onde tinha saído. Sobretudo, muitos vieram para o Rio de Janeiro não exatamente com a perspectiva de *trabalhar* e assim *melhorar de vida*, já que, na *roça*, não tinha trabalho, ou o trabalho *pagava mal*. Seu Armando, oriundo de uma "*cidadezinha*" no *interior* da Paraíba, veio assim ao Rio de Janeiro com vinte anos de idade, no início dos anos 1950, sob a pressão do sogro que o acusava de "*ser preguiço*", de "*não gostar de trabalhar*" – "*Aí, realmente, eu era meio devagar*", confirmava seu Armando, filho "*bastardo*" de um escrivão que "*tinha 18 mulheres na rua onde morava*". Queria então "*arrumar um trocado*", "*trabalhando em obra*". Depois de trabalhar um ano em um depósito de material de construção na Tijuca, voltou para a Paraíba onde comprou um "*casal de burros*", "*com uma jumenta e um jumento*". Carregava então água e lenha da *roça* para a "*cidadezinha*" onde morava com a esposa dele. Porém, com o tempo, "aquilo foi diminuindo". "*Aí eu falei pra mulher*", contava seu Armando, "*'vou voltar pro Rio de Janeiro que aqui não dá pra ficar aqui'. Foi quando eu vim pro Rio de Janeiro, vim pela segunda vez*". Deixou a esposa e dois filhos na Paraíba e ficou uns cinco anos morando sozinho no Rio de Janeiro, *de aluguel*, primeiro em Madureira, onde trabalhou em um abatedouro, e depois no Jardim Maravilha, que conheceu através de um primo. "*Olha*", procurava me explicar seu Armando quando lhe perguntei por que

centro da análise o processo, o qual articula o tempo da pessoa com outras temporalidades sociais (DARMON, 2008, p. 82). Este é justamente nosso propósito aqui. Ao invés do conceito de "trajetória", que cogitamos utilizar em um primeiro momento, o de carreira dá mais espaço à percepção que a pessoa tem de seus deslocamentos. Ou seja, enquanto o conceito de trajetória tende a focar nos fatores objetivos e subjetivos da mobilidade física (BOURDIEU, 1974), o conceito de carreira aponta para a dimensão existencial da mobilidade. Enfim, falar em trajetória residencial deixaria a impressão de que tratamos exclusivamente dos deslocamentos realizados pela pessoa dentro do espaço físico, enquanto incluímos aqui o processo de autoconstrução também, justamente porque do ponto de vista da pessoa, deslocamentos residenciais e autoconstrução fazem parte de um mesmo conjunto de experiências, interpretadas de acordo com o ideal de *progresso*, de *melhorar de vida*. A respeito da distinção trajetória versus carreira, ver também PASSERON, 1991/2006, pp. 301-360).

ele havia ficado no Jardim Maravilha em vez de Madureira, "*naquela época o Maravilha me ajudou porque eu não conhecia ninguém aqui cara. Não tinha ninguém, ninguém, ninguém. Só através da igreja que eu peguei conhecimento. Mas não tinha ninguém, não conhecia ninguém*". E foi, justamente, através de uma pessoa que frequentava a paróquia de Santa Clara que conseguiu comprar um terreno e trazer a família dele para o Rio de Janeiro. Assim, o Jardim Maravilha, no caso de seu Armando, representou a sequência de uma carreira residencial iniciada na *roça* paraibana, carreira que teve no impulso de arrumar um *trabalho bom*, para poder sustentar a família, o seu motor principal. Ademais, foi no Jardim Maravilha que seu Armando conseguiu o terreno e a casa dele, onde mora até hoje; foi no Jardim Maravilha que ele conseguiu se estabelecer como *pai de família*. Em outras palavras, a mobilidade residencial de seu Armando, a série dos deslocamentos geográficos por ele realizados, acompanhou-se de movimentos existenciais, de uma série de mudanças muito importantes na vida de seu Armando (arrumar um trabalho bom, sustentar a família, conseguir a casa própria): é a partir dessa "mobilidade existencial" que se define a relação da pessoa com o lugar[194].

Essa é uma entre as várias carreiras residenciais que podem levar da roça até o Jardim Maravilha. Seu Lúcio por exemplo veio ao Rio de Janeiro no meado dos anos 1960 "*para trabalhar*" também, com dezesseis anos. Ficou na casa do irmão mais velho, que já tinha se mudado para o Rio de Janeiro, no Morro da Cachoeira Grande, uma favela que pertence ao Complexo do Lins, próximo ao bairro do Meier. Devido à falta de documentação, não conseguia arranjar um emprego e resolveu voltar para a *roça*, onde ficou trabalhando até os dezoito anos. Em seguida voltou a morar no Morro da Cachoeira, onde acabou se casando com a filha do patrão, que também morava lá e trabalhava com caminhões de transporte. Quando o sogro resolveu sair do Morro e vir morar no Jardim Maravilha, Lúcio o seguiu e logo comprou um terreno, para morar com a esposa dele. Aqui também, o Jardim Maravilha representa a sequência de uma carreira residencial iniciada na roça, só que o casamento desta vez ocorreu no próprio

[194] Essa relação entre mobilidade física e mobilidade existencial é justamente o que motivou Hage a construir o conceito de mobilidade existencial, ao analisar fenômenos de migração transnacional: "Estamos envolvidos no tipo de mobilidade física que nos define como migrantes porque temos a impressão que outro espaço geográfico é um melhor trampolim para nossas existências. Deslocamo-nos fisicamente de tal modo que possamos sentir que nós estamos avançando (*on the move*) existencialmente de novo, ou que, pelo menos, estamos avançando melhor. Eu acredito que o movimento que chamamos de migração não pode ser entendido sem levar em consideração a relação entre mobilidade existencial e movimento físico" (HAGE, 2005, pp. 470-471).

Rio de Janeiro; além disso, a transição do campo para o Jardim Maravilha passou desta vez pela favela (mas naquela época, não tinha *bandidagem*). Ter parentes que já moram no lugar se torna um fator de atração a mais, para quem procura *melhorar de vida*.

> JOSÉ: Eu morava na Bahia mas sabe que que acontece, a minha família já a metade morava aqui, a maioria morava aqui. Aí eu morava na Bahia, fica sofrendo lá, sofrendo pro trabalho porque lá não tem trabalho pra, pra sobreviver. O trabalho lá era 25 reais na época, hoje tivemos 40 reais. Aí foram a gente e meus irmãos virem pra cá, e daí foram um morando com um cunhado, um morando com meus irmãos já tá mais velho aqui morando. Aí foi vindo, foi vindo, aí foram mandar eu vir pra cá. Quando cheguei até aqui, morei com o meu irmão, morei com meu irmão no Beira-Rio, morei com o meu irmão aqui. Aí daqui, fiquei aqui morando, sabe, só morando. Mas graças a Deus, tô bem, graças a Deus

Depois de ficar um tempo na favela do Beira-Rio, no Recreio, José foi morar no Jardim Maravilha, perto da irmã, por gostar mais do lugar, e não cogita em sair, "*porque aqui é bom de trabalho, bom de trabalho. Só não trabalha aqui quem não quer. Porque aqui é bom de trabalho sabe. Para sobreviver...*" – já lá onde morava, no interior da Bahia, não era "*um lugar bom de se morar*". Carreiras residenciais assim não são o monopólio dos *homens* porque, em primeiro lugar, muitas mulheres da *roça* acabaram seguindo o marido ou os pais para a *cidade*. Dona Ruth, por exemplo, casou no sítio do pai, em Pernambuco, no início dos anos 1970 e veio logo morar com o marido, que trabalhava de porteiro em um prédio de Copacabana, no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, outras mulheres saíram sozinhas da roça, muitas vezes para *trabalhar em casa de família*, como empregadas domésticas. Dona Eurídice, por exemplo, saiu da Paraíba com treze anos *para trabalhar* e assim poder *ajudar* a mãe.

> EURÍDICE: Eu com oito anos, minha mãe trabalhava e eu tomava conta das minhas irmãs e da casa. E minha mãe me ensinava a fazer tudo, como uma dona de casa. Muitos hoje não sabe, eu com oito anos, minha mãe me ensinava lavar, passar, cozinhar, a cuidar da irmã para aprender a ter cuidado dos filhos quando tivessem. Então, com treze anos, eu vim pro Rio trabalhar, tentar uma vida melhor. Aí depois fui trazendo minhas irmãs, minha mãe, todo mundo.

Sozinha no Rio de Janeiro, com treze anos de idade, Dona Eurídice começou morando na casa das famílias pelas quais ela trabalhava. Ela "*arrumava emprego que pudesse dormir!*", conforme comentou o marido dela. Ainda assim, esse *sofrimento* todo lhe trazia "*o maior orgulho*". "*Outra experiência, vou trabalhar, quero trabalhar, vou ganhar mais dinheiro. Tinha maior orgulho de trabalhar, mandar todo mês dinheiro pra minha mãe, coisas pra minhas irmã, coisas pra todo mundo, e ter o meu. Pra mim, foi maior orgulho*", comentou Dona Eurídice, mostrando quanto ela sempre prezou pela *independência* dela.

> EURÍDICE: Queria trabalhar e ter minhas coisas. A minha mãe sempre falava: se eu morrer, você tem que ter condições de se sustentar. Não depender de ninguém, nem de um prato de comida que alguém te der. Você tem que ter como se sustentar e ganhar o teu. Então com treze anos já trabalhava. Antes de treze, com oito, com oito, dez anos já trabalhava.

A compra de um terreno e a construção de uma casa numa localidade conhecida como Chácara, no norte do Jardim Maravilha, representou, então, o ponto máximo de uma carreira motivada pelo desejo de *ajudar* os familiares (a mãe e as irmãs, sendo que depois de construir a casa dela, Dona Eurídice convidou a mãe a vir morar no mesmo terreno, numa *meia-água* feita só para ela) e de conquistar sua *independência*, pois só no Jardim Maravilha Dona Eurídice conseguiu *sair do aluguel* e ter a casa dela.

Entretanto, nem todo mundo percebe o Jardim Maravilha como um avanço, um *progresso* na sua carreira residencial. Para Stella, filha de seu Walter e de Dona Elisabete, a mudança para o Jardim Maravilha significou, ao contrário, um retrocesso existencial. Ocorreu que seu Walter e Dona Elisabete, no início dos anos 2000, saíram da favela do Dendê, na Ilha do Governador, onde já tinham a casa deles, por conta dos tiroteios que assolavam o *morro* e deixavam Dona Elisabete muito nervosa, a ponto de tomar remédio "*faixa preta*" para acalmar-se. Para seu Walter, nascido e criado no antigo bairro de Itacolomi, uma área rural da Ilha do Governador, o Jardim Maravilha significou algo como o reencontro com a querida *roça* natal (de temperamento brincalhão, seu Walter costuma atender o telefone respondendo: "Fazenda Maravilha Garden, bom dia?") – ademais, seu Walter sempre sonhara em construir uma "*casa grande*", capaz de acolher muita gente, algo difícil no Morro do Dendê, onde não sobrava espaço (a casa de seu Walter e Dona Elisabete tinha algo em torno de 50 m²), e também "*nunca gostou de dar satisfação pro bandido*". Embora Dona Elisabete não gostasse tanto de "*vir morar na roça*" (anos antes dos tiroteios virarem rotina no Dendê, seu Walter demostrara interesse na compra de um lote de "*12 por 40*", "*a medida antiga*", em um bairro novo de Itaboraí, cujas ruas já estavam sendo asfaltadas, mas Dona Elisabete não quis, pois não queria "*morar na roça*": "*era pra gente estar num lugar bem melhor do que aqui hoje em dia*", lamentava seu Walter), ela que passou a vida inteira morando na favela do Dendê, enxergou no Jardim Maravilha uma oportunidade única de "*fugir do barulho dos tiroteios*", de um lugar que ela "*não aguentava mais*": até hoje, Dona Elisabete, que passou a frequentar assiduamente a paróquia de Santa Clara depois da mudança, vive agradecendo a Deus por ter conseguido um lugar como o Jardim Maravilha. Já para Stella, sempre criada no Morro

do Dendê onde continua morando a maior parte de sua família materna, a mudança para o Jardim Maravilha foi um verdadeiro trauma.

> STELLA: Foi complicadinho, porque demorei pra me habituar, porque mal ou bem eu vinha da Ilha do Governador! A Ilha do Governador tem lugar sem asfalto? Tem! Mas eu não vivia em lugar sem asfalto, eu não vivia na roça da Ilha. Eu morava no Dendê e era um lugar (*começa a rir*) muito mais urbanizado do que o Maravilha. Era uma favela muito mais urbanizada do o Maravilha. Tem creche pública dentro do Dendê, mesmo o Dendê sendo minúsculo, essas pequenas coisas. O Favela-Bairro chegou no Dendê e fez muito mais coisa do que fez no Maravilha! Mesmo chegando depois. Várias coisas. A primeira vez que cheguei no Maravilha (*pausa*) ... Eu chorava, demais, eu fiquei horrorizada (*ênfase*) com aquele lugar. Eu fiquei aterrorizada. Eu chorava, chorava, chorava, chorava, chorava muito, mas eu não falava nada com meu pai, com a minha mãe porque a minha mãe tava super doente por causa do tiroteio, então eu tava me sentido culpada de tá odiando aquele lugar, porque a minha mãe tava super doente, então falava: "Poxa, eu não posso! Aqui é o lugar melhor pra minha mãe, então tenho que fingir que eu tô gostando!" Mas eu não gostava, tanto que não fiz amigo nenhum (*rindo*) naquele lugar (...). Porque eu odiava aquele lugar. Eu não queria ficar lá. Eu ficava enquanto era necessário.
>
> THOMAS: Mas tava tão pior assim do que o Dendê?
> STELLA: Tava! Com certeza! Com certeza Thomas. No Dendê tinha tiroteio, etc., mas quando não tinha, tinha tudo. Que eu descia o morro, tinha tudo. Eu tinha escola, eu tinha mercado, eu tinha banco, eu tinha shopping! Eu tinha tudo (*rindo*). A quinze, vinte minutos a pé. No Maravilha não tinha como fazer isso. Não tinha nada! O mais urbano que tinha era o centro de Campo Grande e o que que tem no centro de Campo Grande além de loja? Pra vender roupa? Porra nenhuma! Não tem nenhuma área de lazer! Não tem nada! O shopping de Campo Grande é quase na Avenida Brasil! O shopping de Campo Grande que tinha na época. Então nem no shopping pra passear, pra eu ir no shopping, eu tinha que pegar o 381 que era o dobro da passagem e que demorava três horas pra passar (*rindo*). Então não tinha, não tinha nada pra fazer. (...) Não tinha, era no mínimo depressão (*silêncio*). Porque mal ou bem a Ilha do Governador é uma cidade! Se você trabalha, mora e trabalha dentro da Ilha do Governador, você não precisa sair da Ilha do Governador pra nada! Você tem tudo lá dentro (*silêncio*). Você tem tudo. Você quer ir no show de rock, você vai ter um show de rock, você quer ir no samba, vai ter, um pagode, um forró, vai ter tudo. Vai ter shopping, vai ter show, vai ter praça. Vai ter ferinha, vai ter festa junina. Vai ter tudo, tem tudo lá. (...) Quando tu vai morar num lugar... você que nem sabe que que é uma rua sem asfalto, você nunca tinha visto uma rua sem (*rindo*).

Assim, na curta carreira residencial de Stella, a mudança do Morro do Dendê para o Jardim Maravilha significou a transição do "*asfalto*" para o "*barro*", da "*cidade*" para a "*roça*", de um lugar que "*tinha tudo*" para um lugar que "*tinha nada*": a carreira residencial de Stella nos oferece, portanto, um olhar original e complexo sobre as transformações que afetaram a cidade do Rio de Janeiro nos últimos 25 anos, com a "consolidação" das favelas (CAVALCANTI, 2007; 2009) e o *abandono* concomitante dos loteamentos periféricos, e sobre o significado que essas transformações assumem para os moradores do Rio. Se, para o senso comum, a categoria de "favela" costuma compor a antítese da "cidade", para Stella, um loteamento periférico como o

Jardim Maravilha, com sua paisagem de "*barro*" e "*mato*", de "*terreno baldio*" e "*arrame farpado*", "*que tá passando monte de boi, vaca, cabrito, no meio do caminho, que tem cobra, tem rã!*", compôs a antítese da cidade à qual ela tinha acesso, morando na favela ("consolidada") do Dendê – prova disso, o "Favela-Bairro" nem tinha conseguido alcançar o Jardim Maravilha inteiro, diferentemente do Dendê! "*Que que foi quando eu descobri que eu era... uma patricinha da Zona Norte! Uma patricinha favelada! Foi quando eu descobri isso*", concluiu Stella, rindo, ressaltando a estranheza dessa reviravolta, quando a favela vira padrão de urbanismo.

2.2 EM BUSCA DA TRANQUILIDADE

O *progresso* remete ao modo como os moradores de um lugar submetido a um processo de urbanização diferida se projetam no tempo: os moradores não "acreditam" no *progresso* como se pode acreditar na existência do chupa-cabra, por exemplo. O *progresso* é o que dá sentido à temporalidade vivida pelos moradores, ao exercício de temporalização que eles mesmo realizam. Esse exercício de temporalização encontra respaldo tanto na urbanização do mundo ao redor da casa quanto na carreira residencial das pessoas, isto é, na construção da casa e/ou na série dos lugares pelos quais elas já passaram. Em outras palavras, o *progresso* expressa uma percepção eminentemente positiva do *movimento*, tanto no sentido físico das coisas que se *movimentam* quanto no sentido existencial da pessoa que, *correndo atrás, melhora de vida*. Daí decorrem, nas narrativas dos moradores, homologias entre oposições contrastivas, tais como *atraso* x *progresso*, *lugar parado* x *movimento*, *roça* x *cidade*, sendo que sempre valorizam o segundo membro da oposição em detrimento do primeiro. Por prezar o *movimento*, esse exercício de temporalização alimenta a *espera(nça)* naquilo que possa advir – a gente sempre *fica na espera(nça)* do *progresso* – ou seja, ele encontra no futuro um ponto de partida. Os moradores adotariam então uma atitude resolutamente otimista frente ao processo de urbanização, atitude contrariada somente pela demora na chegada das obras ou pela péssima qualidade delas – mas ambas pressupõem uma disposição otimista ("*pode melhorar!*"), ao mesmo tempo em que elas a reforçam, pois há sempre algo para ser feito. Contudo, há toda uma outra semântica que perpassa as narrativas dos moradores, contradizendo diretamente tal disposição: a semântica da *tranquilidade*. "*É um lugar atrasado, mas é um dos lugares de sossego. É um lugar de paz*", comentava Dona Amélia ao explicar

porque ela recomendava o Jardim Maravilha às pessoas que procuravam um lugar onde morar, mesmo sabendo da falta de infraestrutura. Daí surgem avaliações contraditórias a respeito do bairro, sobretudo da época em que *não tinha nada*: *lugar feio, lugar atrasado*, *lugar parado* mas ao mesmo tempo *lugar bom*, *lugar tranquilo*.

> ROSA: E aqui nós, quando veio pra aqui, o Maravilha, isso aqui não tinha casa nenhuma! Aquele morro, que falam, né Careca, aquele morro era uma coisa terrível.
> CARLA: A gente chamava de Morro Careca, não tinha nada!
> ROSA: Não tinha nada, e era barro!
> CARLA: Era barro puro!
> ROSA: Era barro puro.
> CARLA: Mas era maravilhoso aquele morro.
> ROSA: É, muito bom. [...] Calmo! E aqui era uma beleza.

A *tranquilidade* reveste basicamente dois significados, ambos expressando algo que o *progresso*, o *crescimento* do bairro ameaça: o primeiro tem a ver com a ausência da *violência*, daquela violência que prejudica o cotidiano das pessoas; o segundo com um cotidiano imbuído de ruralidade, mas de uma ruralidade vista positivamente desta vez, a ruralidade da proximidade com a *natureza*, por exemplo.

2.2.1 Fugir da violência

2.2.1.1 A “ordem tranquila”

“*Aqui que é um bairro, praticamente um bairro, considerado pra mim um bairro nobre*”, explicava seu Jair, “*graças a Deus que não tem negócio de bandidagem, que é um bairro tranquilo. Que outros bairro você não tem a tranquilidade que nem esse bairro aqui*”. Essa de fato é uma opinião compartilhada pela imensa maioria dos moradores com os quais conversei, recentes e antigos: em meio a uma cidade unanimemente vista como *caótica*, o Jardim Maravilha representa uma ilha de *tranquilidade*, um santuário imune ao tráfico de drogas, estranho aos confrontos entre policiais e *bandidos*, ou entre os próprios *bandidos*, protegido dos assaltos aleatórios nas ruas e às casas. A sensação de *tranquilidade*, muitas vezes, prevalece sobre a percepção do *atraso* nas opiniões que os moradores proferem a respeito do loteamento, conforme exemplifica o uso por seu Jair da categoria de *bairro nobre*, que designa habitualmente os lugares ricos e bem servidos de infraestruturas da Zona Sul ou da Barra da Tijuca. Invertendo o clichê jornalístico de um loteamento “que só tinha de maravilha no nome”, moradores como seu Lúcio não hesitam em dizer do lugar onde moram que “*é uma maravilha mesmo*”:

> LÚCIO: Porém o bairro Jardim Maravilha, isso tenho que falar pra você de bom, que esse bairro aqui, é um bairro... sempre foi um bairro tranquilo, mais tranquilo. Porém acontece, as tragédias acontece, acontece porque isso acontece em todo lugar, no mundo! Mas não é um bairro que você vê acontecer todo dia, toda hora, não! Isso aqui acontece uma coisa, num espaço (*ênfase*) de tempo. [...] Quer dizer, eu posso considerar um bairro desse... é uma maravilha mesmo (*risada nossa*).

Entretanto, a *tranquilidade* não significa a ausência de toda violência, pois, afinal, "*as tragédias acontecem*", mas, sim, a ausência daquela violência que interfere no cotidiano das pessoas. Ao lhe perguntar o que mais o agradava morando no Jardim Maravilha, César respondeu resumindo a concepção "mundana" da *tranquilidade*, a concepção da *tranquilidade* como manutenção do mundo ambiente, daquilo que se constitui numa relação de proximidade circunspecta com a casa.

> CÉSAR: O que mais me agrada, é que é um local onde eu e a minha família a gente... a gente conseguiu viver assim mais tranquilo com muitos amigos. A gente tem muitos amigos. E o que mais me agrada é porque eu tenho um sossego e tranquilidade. Eu até sou tranquilo aqui. É o que mais me agrada. Se existe crimes no local, não conheço, não me incomoda, não tomo parte, não quero nem saber, entendeu? Durmo tranquilo não tenho preocupação nenhuma com roubo, com alguém entrar na minha casa ou alguma coisa, durmo tranquilo. Boto a cabeça no travesseiro, a noite de sonho tranquilo sem problema nenhum. Enquanto morei em alguns locais que não tinha tanto sossego assim, não.

Se as "*tragédias acontecem*", elas acontecem longe de casa, sem causar constrangimento ao morador. Além disso, quando alguma morte violenta ocorre, quando alguém comete algum roubo ou assalto, os moradores tendem a culpar quem não é morador do loteamento, as *pessoas de fora*, os *estranhos*. Dona Joaquina, que veio do interior de Portugal e se mudou para o Jardim Maravilha depois de passar alguns anos trabalhando com o marido em um restaurante no centro do Rio de Janeiro, não via nos cadáveres, que de vez em quando apareciam no meio do *mato*, um sintoma de *violência*:

> JOAQUINA: Por isso que eu mandei adaptar aqui, porque lá na cidade não foi muito bom pra mim não. Muita escravidão. Então quando eu vim pra aqui, em sentindo na minha casinha, apesar de não ter nada de conforto, e... sei lá, gostei. Gostei. E eu sempre gostei desse lugar porque era um lugar muito calmo. E até hoje eu gosto. Porque eu acho, as pessoas falam, mas eu acho que isso aqui, a gente está num céu. Tem umas coisinhas de vez em quando aí, aparece um morto, aparece, mas isso até vem lá de fora, eles trazem morto e joga aí no rio. Porque aqui dentro, isso aqui é muito calmo.

De qualquer modo, se alguém morrer, é porque está *devendo*, ou seja, porque fez *coisa errada*, cometeu atos maldosos, o que, pela *lei do retorno*, ia, um dia ou outro, lhe trazer prejuízo.

> THOMAS: Mas aqui vocês nunca tiveram problemas de segurança né?
> FÁTIMA: Não, graças a Deus, não. Não, às vezes morre uns por aí (*rindo*) ...
> ELISABETE: (*ao mesmo tempo*) Porque tá devendo.

> FÁTIMA: Tá fazendo coisa errada, aí nego vai, matou o outro. Mas, graças a Deus, nunca tive problema, nunca.

Por recair em cima de quem está *devendo*, e não do *morador*, essas manifestações de violência física não atrapalham a *tranquilidade*. Ao invés disso, durante um tiroteio ou uma tentativa de assalto, qualquer um, independentemente de estar *devendo* ou não, pode sofrer com as consequências da violência.

Assim como o medo da violência altera profundamente o cotidiano dos moradores na favela[195], o *clima* de *tranquilidade* proporciona várias vantagens aos moradores, sendo a mais importante, além de não passar por constrangimento dentro de casa, ter a liberdade de frequentar os espaços públicos do loteamento a qualquer hora da noite e do dia.

> THOMAS: Quais são pra você os lados bons do Maravilha justamente, que tu me falou no início, o Maravilha tem muitos lados bons. Pra você. Em relação a outros lugares...
> JÚLIO: O Jardim Maravilha é bom pra se morar. O Jardim Maravilha é calmo. Um lugar tranquilo. Eu ando qualquer hora do dia e da noite. Qualquer hora. Em algum lugar você não pode fazer isso. Alguns lugar você não pode. Eu ando qualquer hora aqui no Jardim Maravilha, em qualquer canto do Jardim Maravilha.

Esperar no ponto de ônibus sem temer assaltos, não ser impedido de voltar para casa por algum tiroteio, deixar os filhos brincarem na rua sem o medo da bala perdida, não ter que "*dar satisfação para bandidos*" ao se deslocar pelas ruas do loteamento, são todas essas vantagens que só um *lugar tranquilo* como o Jardim Maravilha pode propiciar. Esse *clima*[196] de *tranquilidade* transparece até na arquitetura doméstica, explicando a prevalência dos muros baixos e dos portões abertos na localidade das Casinhas, por exemplo. Embora fosse a localidade mais carente de infraestrutura, Dona Ângela não queria trocar a casa de lá por nenhuma outra, mesmo tendo onde morar em outras regiões mais urbanizadas do Rio de Janeiro.

> ÂNGELA: E a gente está aqui porque gosta! Porque eu tenho a minha casa lá, em Santa Cruz, tem a casa da minha mãe lá em Bangu, que é nossa também, mas eu gosto de morar aqui porque aqui é um lugar tranquilo! Você vê, o portão da minha filha fica aberto como você viu. Na casa também fica aberto, a gente não fecha assim como todas as casas, você entra, você sai, você deixa sua casa aberta, você tem a pessoa, ninguém nunca me pega uma sandália, uma planta. Dorme as coisas lá de fora. Não tem essa de...

---

[195] "The ever-present *possibility* of shootouts is one of the central structuring principles of the phenomenology of daily life in the favela. It shapes residents' mobility and the favela's built environment, through constant efforts to secure 'safe' places; it produces cognitive maps of the favela that distinguish between relatively 'safe' and 'dangerous' places." (CAVALCANTI, 2007, p. 281).

[196] Foi mais uma vez Cavalcanti que atraiu nossa atenção sobre a riqueza, do ponto de vista de uma hermenêutica nativa, da categoria de *clima*: "Reading the 'clima' or seeing how 'things' are is an essentially hermeneutic, ongoing activity based on what have become tacitly shared, highly sensory codes: they combine visual and sonorous elements, voids and presences, ritualized performances, the rhythms of daily life, and, of course, rumors" (ibid., p. 284).

> dorme um bujão de gás, dorme, dorme, e as casas, os muros, tem algumas casas que tem até muro alto mas a maioria delas é tudo baixinho os muros ainda. As pessoas não aumentaram seu muro. E é um lugar tranquilo de morar porque, tem maconheiro, tem! Maconheiro que cheira tem! Cada um cheira na sua casa, fuma na sua casa, fuma na esquina não sei, mas ainda não temos ponto de venda aqui dentro. A gente não tem facção. E... e as pessoas respeitam uns aos outros, porque se chegar aquilo, que aqui é o Seu Raimundo ou o Leandro chega, "Pô cara, vamo subir. Cara, chegaí ó, tem ninguém na rua não cara, vamo pra casa! Dez horas, dez e meia! Tá na rua fazendo que?" Então as pessoas, todo mundo conhece todo mundo. Você vê, tem gente de fora, que vem do Recreio, gente que tem grana, que vem morar aqui que tem seu raio lux, "bonito aqui", mora aqui. Tu acha que essa pessoa vem morar aqui por que? Pelo sossego! Porque com certeza não pode morar num Recreio. Que vai ser assaltada. Aí compra uma casa aqui, reforma, faz uma bela casa, bota uma parte de cima.

A fala de Dona Ângela sugere uma participação direta dos moradores na manutenção da *tranquilidade*, muito mais do que da própria polícia – essa, pelo fato do loteamento não possuir vias asfaltadas, sempre relutava em mandar viatura para o Jardim Maravilha, como também não queria se intrometer em áreas onde, às vezes, já tinha gente *fazendo a segurança*. Sob este aspecto, é verdade que a situação das Casinhas representa um caso peculiar: no início da ocupação, a companhia responsável pela construção dos conjuntos, a PLANHAB, possuía um quadro de vigilantes para guardar o maquinário; já os bancos que administravam os conjuntos e vendiam as casas, a Morada e o BRJ, haviam colocado uma guarita no cruzamento da Rua Letícia com a Rua Gagliano Neto. Como não havia casa fora dos conjuntos, só entrava mesmo "*quem era do condomínio*", segundo a esposa de seu Raimundo, "*quem sabia onde ia*". Ademais, os próprios moradores, muitos dos quais policiais militares, se juntavam também para garantir a segurança do local.

> RAIMUNDO: É, aqui... o cara estranho chegava aqui, o pessoal já... já procurava saber aonde ele ia. Quando chegava lá, quando chegava ali, ali já começava a ser acareado. E quando o cara ficava andando por aí que... numa atitude suspeita, o pessoal chegava, saindo de uma rua e da outra e cercavam o cara e a gente dava... perguntava que que o cara tava fazendo. De acordo com o cara, eles até... "Lá cê vai embora, não volta mais aqui".

De acordo com Dona Alba e Vitor, moradores das Casinhas, os poucos traficantes de droga que atuavam nos arredores dos conjuntos podiam até tentar abrir uma *boca de fumo*, mas nunca conseguiram sobreviver muito tempo – dois sobrinhos do Vitor, usuários de droga e assaltantes, conheceram um fim trágico. Já no resto do Jardim Maravilha, na parte hoje considerada como Asfalto, um *bandido* famoso no início dos anos 1980, o Biriguida, que praticava assaltos na Zona Sul do Rio e andava sempre de escopeta pelas ruas do loteamento, se encarregava da *segurança*.

> EU: E você falou da última vez que a gente conversou que nos anos 1980 tinha um cara que mandava aqui?

> ANA: É, o falecido Biriguida.
> EU: É... esse cara fazia segurança é isso?
> ANA: (*hesitando*) É... ele... assim: era matador né, e aqui dentro do bairro ele não gostava que ninguém atracasse, que os bandidos atracasse. Se alguém fizesse uma besteira aqui dentro do bairro, tipo assalto, estupro, essas coisa, ele... mandava apagá-lo, ele matava. Então assim, a gente tinha uma confiança nele. Porque qualquer coisa que acontecia a gente falava com ele e ele corria atrás do prejuízo, da gente. Mas ele era bandido lá na Zona Sul. Mataram ele, deu na televisão que era o bandido mais procurado da Zona Sul.

Assaltante na Zona Sul, Biriguida perseguia e executava as pessoas suspeitas de cometer roubo e estupro dentro do loteamento, aproveitando os inúmeros terrenos baldios que existiam naquela época. O controle exercido pelo *bandido* sobre os comportamentos dos moradores não se restringia à *violência*: ele também corria atrás dos *caloteiros*, das pessoas que contratavam dívidas junto aos comerciantes do bairro, mas não as pagavam. Em um episódio que me foi contado por seu Armando, Biriguida entrou numa condução indo para Campo Grande e mandou todos os passageiros levantarem, os obrigando a pagar pela passagem deles porque "*não queria caloteiro aqui*" – a disciplina imposta por Biriguida abrangia, portanto, um espectro relativamente amplo de comportamentos. Por ter *ajudado* na *segurança* no Jardim Maravilha, a representação que os *moradores antigos* do Asfalto até hoje têm de Biriguida se aproxima daquilo que, na Cidade de Deus, Zaluar chamou de "representação positiva dos bandidos", quando esses são vistos como "protetor do pedaço", como "defensor da inviolabilidade do território que eles ocupam" (1985/2000, p. 138), apesar dos delitos que eles cometem afora e das regras que impõem dentro.

> THOMAS: Me falaram que nos anos 1980 tinha um bandido por aqui, que... Várias pessoas que me falaram, um tal de Biriguida.
> CARLA: Biriguida. Mas ele era uma pessoa assim, é, ele era muito tranquilo, família. Era um bandido, vamos colocar entre aspas, família. Era um bandido que assim, ele acolhia, não deixava nada de mau entrar e nada de ruim, elemento ruim vir pra cá pra fazer besteira. Então vamos dizer assim, que ele ia proteger o bairro, que ele ia ser o protetor do bairro, entre aspas.
> ROSA: É, meio chapa. Mas o outro que teve né, matou ele. Ele era menino muito bom.

Segundo Dona Ana, a morte de Biriguida nos anos 1980, consequência de uma overdose aparentemente proposital, já que a polícia estava preste a prendê-lo, despertou medo entre vários moradores, que temiam a chegada de outros *bandidos* capazes de fazer o Jardim Maravilha "*virar uma favela*".

> EU: (*interrompendo*) Até moradores ele... sei lá, incomodava morador?
> MADA: Não! Ele nunca maltratava ninguém, não. Ele não incomodava ninguém, ele só incomodava quem incomodava os outros. Tipo esses bandidinho que vinha pra assaltar, carregava bujão de gás, fazer maldade. Aí ele incomodava. Mas ele não incomodava ninguém, não. Não tinha nem cerca aqui no bairro! Tô te falando, era tudo aberto! Tudo aberto. Aí meu pai deixava a bicicleta dele encostada aqui. Meu pai foi emprestado a bicicleta dele pra

> ninguém, só emprestava pra ele. Aí meu pai deixava no meio-fio, aí ele ia, pegava a bicicleta quando ele queria ir, quando ele voltava encontrava a bicicleta no mesmo lugar. “Tá aí? Então tá bom”. Não tinha esse negócio, aí quando ele morreu, falaram que ia vir um pessoal de uma favela aí, que ia tomar conta aqui. Aí todo mundo foi se prontificar a fazer muro, correndo né, ficou com medo. Ficou com medo de virar favela aqui. Que aqui é assim, tiroteio, essas coisa, graças a Deus nunca teve, sempre foi muito tranquilo, muito tranquilo.

Temendo o crescimento da violência no bairro, muitos moradores naquela época teriam começado a substituir as tradicionais cercas de madeira, bambu e arrame farpado por muros de tijolo: percebendo uma mudança no *clima* do loteamento, os moradores, segundo dona Ana, mudaram então a organização de seu cotidiano.

Contudo, novas figuras surgiram nos anos 1990 para também *fazer a segurança*, combater a atuação de ladrões, estupradores e traficantes de droga dentro do loteamento, e manter assim a *tranquilidade* do bairro. Destacaram-se, em particular, dois líderes comunitários, ligados às duas associações, registradas, de moradores que atuavam dentro do loteamento: Álvaro, presidente da Associação Pró-Melhoramentos do Jardim Maravilha (APROJAM) e Zico, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Maravilha (AMAJAM), também candidato a vereador e deputado estadual nos anos 2000. Álvaro, que trabalhava como motorista de ambulância, se orgulhava de combater as incursões do tráfico dentro do loteamento, andando sempre armado, assim como Zico, policial, que prendia os *bandidos* rodando pelo bairro, antes mesmo de se tornar presidente da AMAJAM. Aproximadamente na mesma época, com o provável apoio de Álvaro, entraram *os homens*. Essas figuras adotavam estilos diferentes de atuação: diferentemente do jeito mais violento *dos homens*, Vitor, que, já presenciou a morte de *bandidos* em épocas diferentes, prezou a abordagem mais suave de Zico, que procurava *dialogar* antes de *esculachar*.

> VITOR: O Zico tem muitos anos por aqui. Quando eu vim pra cá, a gente conheceu o Zico tem... uns vinte anos. E lá a pessoa, ele sozinho, tinha uma pessoa errada, ele ia, apreendia. Se tivesse um ladrãozinho aqui, ele ia na casa e prendia. Sozinho. Chamava ninguém. Chegava lá, conversava com o cara, ia logo preso.
> THOMAS: Fazia segurança.
> VITOR: Fazia. Não matava ninguém, não esculachava ninguém.
> THOMAS: Não tinha esse problema.
> VITOR: Não. Ele chegava, conversava, pro cara se entregar, algemava e levava. Às vezes nem algemava (*risada minha*). Igual o cara que, muitos ladrão que ele chegava na casa e pegava. Aí conversava com o cara, “Entra no carro, vamo entrar no carro, vamo pra Delegacia, que é melhor do que eu fazer outra coisa com você”.
> THOMAS: Ele falava isso?
> VITOR: Falava. Aí, na conversa, ele levava o cara.

De modo geral, os moradores não concordam, por motivos diversos, inclusive religiosos, com o fato de matar para manter a ordem. Dona Anísia, por exemplo, relutava em denunciar a Beriguida eventuais casos de roubo na casa dela, por temer a reação violenta do *bandido*.

> ANÍSIA: [Beriguida] falou: "se preocupe não tia, e se sumir aí alguma coisa daí de dentro do seu quintal, pode falar pra mim". Eu falava pra meus filhos: "O quê? Pode sumir a melhor coisa aqui de dentro que ele nunca vai saber. Pra quê? Pra mandar matar? Como ele mandou matar o neto dos velhinhos que moravam aqui na esquina?" Ele botou gente pra vigiar, quando foi de madrugada que o menino entrou em casa, porque ele deu uma ordem o garoto não cumpriu, morria. Era assim.

Todavia, independentemente de concordar com o estilo violento ou não dessas figuras e do medo que elas inspiram, parece predominar entre os moradores a opinião de que ajudaram a preservar a *tranquilidade* dentro do loteamento, fazendo com que o Jardim Maravilha não caísse no domínio do tráfico. "*Olha, eu não sou a favor* [daqueles que eu não posso falar o nome]", explicou seu Walter*,* "*prefiro que seja polícia, que seja o Poder constituído, agora* [os homens] *aqui não perturbam o morador*". Como para justificar a atuação *dos homens*, Walter acrescentou: "*eu não sou a favor da pena de morte não, mas aí o cara faz vacilações, o cara morre e morre mesmo*". Ou seja, desde que quem morra seja quem estiver *devendo* e não o *morador*, aquele que justamente não *deve* nada, o recurso à violência física não prejudica a *tranquilidade*.

Aliás, para *fazer a segurança*, tanto os *bandidos* de antigamente quanto *os homens*, precisaram de algum apoio dentro da população, de uma "extensa rede clandestina de informantes" para os avisarem de eventuais perigos (MESQUITA, 2008, p. 244). Os moradores do Jardim Maravilha fizeram, frequentemente, referência aos "*vizinhos que ficam monitorando*", ou seja, às pessoas que, sem pertencer ao grupo *daqueles que eu não posso falar o nome*, os alertavam quando enxergavam algo *errado*. "*Sabe como que é, né",* me respondeu Júlio quando lhe perguntei o porquê de nunca ter tido boca de fumo dentro do loteamento, *"as pessoas ficam de olho, monitorando, aí veem alguma coisa, avisam os caras*". O uso, muito comum, do verbo *monitorar* para qualificar a atividade daqueles informantes chama atenção, na medida em que remete ao vocabulário da segurança pública (diferentemente de *olheiros* por exemplo, expressão usada para descrever os informantes do tráfico). Isso pode indicar o quão bem sucedidos foram certos grupos em "converter seu domínio pela força

em uma espécie de ‘serviço público informal’, cujo conteúdo seria o exercício da função de polícia” (ibid., p. 234). Com efeito, a própria população se torna a fonte legitimadora desse policiamento paralelo.

> NELSON: O bairro em si... o bairro em si, ele sempre foi, como que se diz, bem policiado pelos moradores e até por próprio policial depois quando começou a crescer. Por exemplo, a Morada nas Casinhas, era todo mundo policial. Então cada rua hoje do bairro mora um policial. Então quer a gente ou não, a gente ficou, o bairro sempre foi, teve bandido, teve problema com a segurança pública? Teve. Mas ainda é um dos bairros do Rio de Janeiro que você ainda pode ter uma certa tranquilidade, é livre de assalto, é livre de problemas. Existe o garoto que quer roubar, existe o garoto que quer roubar tua bicicleta, existe o garoto que quer roubar tua casa. Ainda existe adolescente que não tem mas ladrão mesmo, de você passar e ser assaltado, é muito difícil. Cê quase não ouve isso aqui. De sair na rua uma hora da manhã vai pro Ferro [*nome de um forró dentro do Jardim Maravilha*] como foi ontem, volta e tal... pode até fazer mas vai ser cobrado. Porque existem pessoas que olham pelo bairro. Então, a gente quer ou a gente não, a gente tem que se dar graças a Deus e botar mão pro céu, que a gente tá morando num bairro que tem esse tipo de... de proteção. Porque existe pessoas que olham pelo bairro.

Ademais, conforme sugeriu Nelson, devido aos conjuntos da Morada, nas Casinhas, moraram e continuam morando muitos policiais no Jardim Maravilha, os quais, de vez em quando, se juntam para prender os *bandidos* que mais prejudicam a vizinhança deles – essa “*turma de policiais que querem o bem do bairro*”, segundo a expressão de um morador, não se confunde com *os homens*, atuando dentro de uma *área* mais restrita e de maneira esporádica. Além dos policiais, já trabalharam pela *tranquilidade* do lugar *justiceiros* também, os quais não são vistos pelo resto dos moradores como fonte de violência, já que eles só agridem “*vagabundos*”, “*quem não presta*”, “*quem está devendo*” – esses também atuam de forma mais restrita, *protegendo* principalmente os arredores das casas onde eles moram, o “*pedaço*” deles, seguindo uma lógica próxima da bricolagem urbanística[197].

2.2.1.2 Traumas urbanos

[197] Essa proliferação de agentes reivindicando algum tipo de controle sobre o espaço público acaba gerando situações complexas. Assim, um dia, *os homens* autorizaram um grupo de DJ oriundo do próprio Jardim Maravilha a realizar um baile funk na entrada do Morro Careca, logo depois de um culto evangélico previsto para acontecer de tarde. Entretanto, um policial já reformado que morava de frente para o Morro “*não queria saber de baile funk*”, argumentando que a mãe dele, idosa e doente, não aguentava o barulho. Com efeito, o policial chamou os colegas policiais do batalhão vizinho, que mandaram uma viatura estacionar perto do palco para impedir o baile. Esse caso revela também o quão diversificado é o controle exercido pelos que contribuem para a *tranquilidade* do bairro.

Embora eu não disponha de informações estatisticamente relevantes quanto às origens geográficas das populações que moram no Jardim Maravilha, as entrevistas que eu conduzi com moradores *antigos* chamaram minha atenção, conforme já mencionei, para a importância das migrações rural-urbano no povoamento inicial do loteamento – aproximadamente dois terços das pessoas que eu entrevistei nasceram e cresceram na *roça*. Até hoje, as conversas que eu tive com os moradores mais recentes das frentes de expansão urbana sugerem a manutenção desse fluxo rural-urbano, só que aos capixabas, paraibanos e pernambucanos do século passado se substituíram os baianos e maranhenses. A própria literatura acadêmica dos anos 1970 ressaltou o papel das migrações rural-urbano na formação da periferia (DURHAM, 1973; SINGER, 1973; OLIVEIRA, 1972). Entretanto, o trabalho de campo revelou, ao lado daqueles oriundos da *roça*, outra categoria de migrante pouco documentada na literatura, mas que provavelmente ganhou peso significativo a partir dos anos 1980, correspondente àqueles que fugiram da violência, em particular, mas não só, da violência nas favelas – essas duas categorias não são mutualmente excludentes, podendo muito bem uma pessoa oriunda da *roça* ter sido vitimada pela violência uma primeira vez antes de se mudar para o Jardim Maravilha. Assim, me surpreendi com a quantidade de pessoas que, à semelhança de Dona Elisabete e seu Walter, passaram por lugares considerados por eles como *violentos* antes de morarem no loteamento, o que os faz enxergar, retrospectivamente, o Jardim Maravilha como lugar muito *tranquilo*. A carreira residencial de César, sob este ângulo, é bem exemplar:

> CÉSAR: Pra você ter uma noção quando nós casamos em Turiaçu [*bairro da Zona Norte do Rio, perto de Madureira*], eu trabalhando, a minha esposa trabalhando, a gente sem, não tínhamos os filhos ainda, a gente foi ter filhos depois de três anos de casado. E a nossa casa, que trabalhando nego chegou a noite, a casa tudo revirada, as portas aberta, pularam o muro, era uma casa de fundo, pularam o muro, entraram e reviraram tudo, roupa suja misturada com roupa limpa, colchão no chão, procurando dinheiro alguma coisa. Aquela época a gente tinha um radinho despertador, a gente tinha televisãozinha desse tamanhozinho preto e branco, um radiozinho e um despertador, que era primeira semana que o rádio tava com a gente. Eu não tinha pago nem a primeira prestação dele ainda, comprando no Ponto Frio. Levaram o rádio e aí a minha esposa não quis morar lá mais. Aí foi onde nós saímos de lá de novo e fomos morar na casa da mãe dela. A sogra morava num prédio que era Colégio, de quatro andares. O quarto andar era tudo moradia, aí jogamo nossa mudança toda lá, que a minha esposa não quis ficar nem um dia mais no local que a gente foi roubado (*batendo com os dedos na mesa*). Lá, com poucos meses de casado, a gente teve essa visita aí indesejada, reviraram a nossa casa toda e levaram umas coisa. Então, aí aqui não, aqui morei, morei solteiro morei morros, morei na favela Para-Pedro [*situada no bairro do Colégio, Zona Norte do Rio, na região de Irajá*], aonde mora uma das minhas irmãs, aonde às vezes você pode botar a mesa, cadeira igual a gente tá aqui no meio da rua assim beber, só que tem uma hora que o bicho pega. Tem hora que é outra facção que quer entra, às vezes você tá tranquilo é polícia

> que chega trocando tiro com bandido, aí você não tem sossego. Aí você num lugar desse, aqui não, aqui pô... De vez em quando você, por exemplo aonde minha sogra mora, tem DPO [*Destacamento de Policiamento Ostensivo*] e vagabundo fica na esquina com saco vendendo cocaína e maconha. Que DPO dentro do condomínio, os caras não fazem nada. Você tá no ponto de ônibus de dia de sol quente o cara olha pra lá e pra cá não vê ninguém perto de você te assalta. Lá em Nova Campina [*loteamento pertencente ao município de Duque de Caxias, próximo a Saracuruna e Santa Cruz da Serra*] onde mora minha sogra. Aqui não tem nada disso. Aqui, quando eu chego aqui, qualquer hora da madrugada, salto lá fora na Magarça, entro qualquer rua se eu quiser eu subo pelo Morro Careca eu desço pela porta da casa do João, venho aqui, qualquer hora da madrugada, você não vê alguém roubar, ninguém te incomoda. Isso é tranquilidade cara. É bom demais. São poucos locais dentro do Rio de Janeiro que você entra qualquer hora da madrugada e ninguém te incomoda. São poucos locais ainda no Rio de Janeiro. E aqui é um local desse. Então, tranquilo.

Assim, antes de vir morar no Jardim Maravilha na metade dos anos 2000, César, nascido e criado na *roça*, no interior de Minas Gerais, morou na favela do Para-Pedro, onde ainda vive a irmã dele, sob domínio do tráfico, morou no subúrbio de Madureira, onde sofreu um assalto, e em um outro loteamento periférico do Rio de Janeiro, a Nova Campina, também sob o domínio do tráfico. Se a violência não foi o único motivo de todas essas mudanças sucessivas, pelo menos no caso de Turiaçu, desempenhou um papel decisivo. O apego de César pela *tranquilidade* do Jardim Maravilha, portanto, tem pouco a ver com a "valorização monocórdia do controle social e da continuidade das rotinas cotidianas" (MESQUITA, 2008, p. 234), e muito mais com experiências concretas de violência no Rio de Janeiro, tanto no subúrbio (Turiaçu), quanto na favela (Para-Pedro) ou na Baixada (Nova Campina).

São muitos os casos de moradores que se mudaram para o Jardim Maravilha por sofrer ou temer alguma violência. Maurício, por exemplo, veio do Rio Grande do Norte morar em Nova Iguaçu, na Baixada fluminense, um lugar "*que também era um lugar sossegado*", onde "*não tinha assim esse negócio de violência. Crack*". Entretanto, depois de casar, morou um tempo no bairro de Bonsucesso, próximo ao Complexo do Alemão, de onde resolveu sair por conta da "*criminalidade*" que "*tava começando aí*". Foi morar então em Bangu, na Zona Oeste do Rio, mas (pessoas que ele suspeita serem parentes de sua esposa) assaltaram a casa dele. De Bangu, Maurício chegou no final dos anos 1990 ao Jardim Maravilha, por *indicação* de um primo que já morava dentro do loteamento, e comprou uma *meia-água* no Morro Careca. Já Cláudio, que nasceu no Jardim Maravilha, morou alguns anos com a mãe no Morro da Pedrinha em Santa Cruz no final da década de oitenta, um lugar "*horrível*".

> CLÁUDIO: Não gostei não. Não gostei mesmo porque a gente morava numa vila de casa... e o traficante do Rola [*outra favela de Santa Cruz*] saiu foi morar

> lá. Foi morar justamente na vila que a gente morava. Ele entrou de manhã saímos de noite! Morava com a minha mãe (*bate nas mãos*), ele entrou de manhã metemo o pé de noite.

No mesmo dia em que um chefe do tráfico se mudou para a vila onde a mãe de Cláudio morava, essa decidiu voltar para o Jardim Maravilha, de onde nunca mais Cláudio saiu, nem teve vontade de sair, a despeito de todo o *sofrimento* pelo qual passou no início da *invasão* do Morro Careca. Policial militar, o pai de Carlinho se mudou de Realengo para o Jardim Maravilha nos meados dos anos 1980, também porque "*começou a ficar violento. Negócio de bandido*", visto que a família de Carlinho morava em uma casa de frente para a favela da Vila Vintém. Mesmo quando a violência não é o motivo principal das mudanças, ela muitas vezes desempenha um papel importante nas escolhas residenciais dos moradores. Dona Carmen e seu Antônio por exemplo se mudaram da favela Fazenda Coqueiro em Senador Camará para o Jardim Maravilha no início dos anos 1990, depois de seu Antônio comprar uma mercearia no loteamento, em parceria com um parente dele que já morava na localidade. Embora toda a família de Dona Carmen morasse na Fazenda Coqueiro, que faz parte do Complexo da Coreia, ela não queria ficar longe do marido, porque "*um morando aqui, outro ficando ali, isso não ia dar certo*", e o pressionou para arrumar uma casa no Jardim Maravilha. Já o seu Antônio queria sair por medo mesmo: o irmão dele tinha espalhado pela favela que havia adquirido uma rede de supermercado na Zona Oeste, o que tinha atraído a atenção de *pessoas perigosas*.

> ÂNTONIO: Tem uma vez quando cheguei lá tava uma fila de gente caçando, procurando emprego. "Seu irmão falou você comprou uma rede supermercado"! Logo meu irmão! Aí eu fiquei com medo cara. Porque o camarada ia ser, comprava pão na padaria cheia de bandido, lá comprava pão.
> THOMAS: Lá em Senador...
> CARMEN: Senador Camará.
> ÂNTONIO: Fumando maconha dentro da padaria. Tem favela, quem manda é eles mesmo. Você tem que ficar quieto. Eu fiquei quieto, mas fiquei com medo, quando ia pra padaria comprar pão de manhã cedo. Pô, filho da puta fumando maconha dentro da padaria. E meu irmão tinha falado, lá na favela, que eu tinha comprado uma rede supermercado. Aí fiquei com medo. Aí eu passei a criar medo. Fiquei com medo deles por causa do supermercado. Porque quem tá com dinheiro, até sequestra o cara.

Temendo qualquer ação dos *bandidos*, já que as pessoas achavam Antônio rico, ele também quis "*sair da favela*".

Mesmo após fugir dos locais violentos onde moravam, as pessoas costumam manter contatos com os vizinhos antigos, e, através deles, ficam sabendo dos casos de violência, o que retrospectivamente reforça a sensação de *tranquilidade* dentro do loteamento. Carmen, por exemplo, volta de vez em quando à Fazenda Coqueiro para

visitar o pai e o irmão: a cada vez, ela precisa conferir antes com a família como está o *clima* na favela, o que nem sempre basta para se proteger da violência, por isso Carmen também sempre "*vai de orações*", isto é, reza antes e durante a viagem até a favela.

> THOMAS: Vocês nunca tiveram vontade de... de voltar pra lá, pra Senador Camará?
> CARMEN: Quero voltar não. Quero voltar não, que lá tá muito bagunçado. Lá é uma tristeza. Lá pra gente pra ir pra lá nós tem que telefonar pra saber se tá calmo. E não adianta nada, às vezes eles falam que tá calmo a família, a gente sai, vai pra lá pra passear, quando chega já começa os barracos (*rindo*). A gente encontra com os pipoco já, fica difícil. E quando não é o pipoco é o caveirão que já entra logo cedo.
> ELISABETE: (*ao mesmo tempo*) Ah Misericórdia! É igual a Ilha do Governador. Eu nem vou lá, só vou quando são doentes...
> CARMEN: Nove hora o caveirão já tá chegando lá. Fica difícil.
> THOMAS: Já aconteceu que vocês iam lá e na hora...
> CARMEN: Já, já. Já aconteceu. Já duas vezes que fomos visitar o meu pai, quando chegou lá tá o caveirão tá passando na hora

Já Dona Elisabete nunca mais pisou no Morro do Dendê, mesmo tendo nascido e sido criada lá, e com a maioria de suas irmãs e sobrinhos ainda morando lá. Só visita os parentes que moram próximo ao morro, o que faz com que mantenha contatos com o resto. Assim, sempre fica sabendo dos eventuais episódios de violência, dos tiroteios ou das mortes decorrentes de alguma *operação* policial. Ela opõe então ao "*barulho dos tiros*", que as pessoas estão obrigadas a ouvir lá na favela, a *tranquilidade* do Jardim Maravilha, o que lhe serve também para justificar, em particular na frente das irmãs que moram na Ilha do Governador, a decisão de morar na *roça*. Quem cometeu escolhas residenciais equivocadas, quem hoje está numa "*situação ruim*", quem "*não pensou*", não foi ela ao se mudar para a *roça,* mas aqueles que continuaram na favela, à semelhança de Paulinho, filho da dona que lhe vendeu o terreno.

> ELIETE: Esse Paulinho, que tá lá no Dendê escutando tiro, Deus me perdoe, ele, sabe onde ele veio morar, quando ele casou? Ele é da marinha, ele tá aposentado pela marinha Paulinho, esse nome que tu viu aí. Ele foi morar em Campo Grande num apartamento, ele não quis nada com isso aqui. Pensando que isso aqui era roça, que isso aqui não ia melhorar nunca! Aí depois, não sei que que ele fez com o apartamento lá de... não sei se tá alugado, não sei o que, de Campo grande. Comprou a casa no Dendê, se aposentou da marinha, comprou no Dendê pra escutar tiro! Deus me perdoe, são tudo cambado de burro! E graças a Deus, eu não quero. É sacrifício, a gente não ter o RGI mas, graças a Deus, a gente tá aqui, a gente não tá lá naquele lugar abençoado escutando tiro!

Já para os habitantes do Jardim Maravilha que nunca passaram por um *lugar violento* antes, aqueles que nasceram e cresceram dentro do loteamento por exemplo, os relatos desses moradores que sofreram com a violência reforçam igualmente a sensação de segurança. Dona Ana, por exemplo, contou o caso da vizinha de uma

comadre que se mudou da Rocinha para a Pedra de Guaratiba, a alguns quilômetros de distância do Jardim Maravilha.

> ANA: Lá na Pedra também é vizinha da minha comadre lá. A Flor disse, era da Rocinha. Mas quiseram ficar não. Meteram o pé de lá.
> THOMAS: Tem bastante gente, né, que fugiram pra morar.
> ANA: (*ao mesmo tempo*) Mora lá na Pedra a Flor. A Flor: "Nossa que diferença! Que alívio! Aqui a gente vive, lá a gente não vivia". Pra você ver, nem dormir. Já pensou, ver o garotinho, o garotinho tava sentado na porta esperando vir buscar a mãe, né. Tiro comeu matou o garotinho de quatro anos, cinco anos, sei lá. Aí é muito triste. Muito triste.
> THOMAS: Dá pra entender como as pessoas...
> ANA: Gente, sinceridade, tem muitos que moram lá na favela que fala: "É! É ruim de eu sair daqui!" Porque realmente, a maioria tem tudo perto. Ainda mais nas favela lá pra Zona Sul. Desceu é a praia, aqui tem o mercado, tem tudo, discoteca, tem tudo. Mas eu não trocaria o sossego que a gente tem pra morar numa favela, não. Não mesmo.

As pessoas, neste caso, comparam sua *tranquilidade* às narrativas da violência oriundas dos moradores que a vivenciaram. Ao lado das pessoas que se mudaram de algum *lugar violento* para o Jardim Maravilha, as mídias, jornais, televisão, rádio e internet, também desempenham um papel fundamental na percepção que os moradores têm da violência no resto da cidade e, retroativamente, da *tranquilidade* reinando no Jardim Maravilha. Programas como *Balanço Geral,* de Wagner Montes, e *Cidade Alerta,* do falecido Marcelo Rezende, ambos na Record, ou *Brasil Urgente,* de José Luiz Datena, na Band alimentam assim uma percepção dicotómica da cidade, que pode virar à febre obsidional, na qual a ilha de *tranquilidade* que seria o Jardim Maravilha se oporia à violência, ao *caos* da *cidade* – a *cidade*, neste caso, reveste uma conotação pejorativa, sendo sinônimo de *lugar violento*, de proximidade com as temidas *favelas*. Dona Clara, que sempre morou no Jardim Maravilha, evocava, em um diálogo com Dona Elisabete, aquilo que ela "*via e escutava*", o que incluía também os relatos da própria Dona Elisabete.

> ELISABETE: Eu entre a Ilha do Governador e aqui, eu acho aqui mais calmo. E pra mim depois a única coisa que eu não gostei daqui foi a situação da água. Que a parte ali, é muito sacrifício de vir a água. Mas em relação à Ilha do Governador aqui é mais calmo. Graças a Deus.
> CLARA: É isso que eu vejo aqui assim, eu gosto do Maravilha porque eu vejo assim, eu escuto assim na reportagem, um lugar, "matou não sei quanto, morreu não sei quanto, assaltaram a casa dali", aqui eu vejo assim que é bem mais calmo, é bem mais calmo. Né Elisabete.
> THOMAS: É, é. Não tem esses problema de violência.
> CLARA: É, não tem, assim graças a Deus assim, quando acontece é... né Elisabete...
> ELISABETE: Em relação aos outros lugares, que a gente tem que andar com medo por causa de bala perdida.
> CLARA: É, a gente vê na televisão, pessoal passando correndo e tiro comendo, policiamento na rua, aquela...
> THOMAS: Aquela doideira né.
> CLARA: É. Graças a Deus aqui a gente não vê essas coisas.

2.2.1.3 A tranquilidade ameaçada

Os moradores costumam enxergar esse *clima* de *tranquilidade* no loteamento como algo frágil, sob constantes ameaças, dos traficantes de Santa Cruz por exemplo, vindo do Rola ou de Antares, duas favelas costumeiras do noticiário policial. Quando, em 2012 e 2013, a mídia deu uma ampla cobertura às supostas "migrações" de traficantes das favelas recém-pacificadas da Zona Sul para a periferia do Rio, para a Baixada em particular (EXTRA, 2012), muitos moradores do Jardim Maravilha passaram a temer a chegada desses *bandidos*. Contudo, para esses moradores em geral *os homens* oferecem uma proteção eficiente contra possíveis incursões de *bandidos* dentro do bairro. Eles, na verdade, temem muito mais a juventude do próprio bairro, os *jovens* que estão sempre prontos a cair no *mundo das drogas*, drogas que eles conseguem nas favelas vizinhas de Santa Cruz. Seu Márcio, cuja casa no Morro Careca já foi assaltada, e que por isso instalou uma câmera de segurança no portão, culpava sem ambiguidade os *jovens* pela suposta piora na segurança – o que não o impedia, em outras circunstâncias, de elogiar a *tranquilidade* do bairro. "*Agora no Maravilha é pesado isso. Tóxico é pesado. Essa, essa rua que é pesado o tóxico. A molecada toda nova tá perdida, PERDIDA! E ninguém faz NADA! Não tem segurança. E mais outro: além disso dá roubo"*. Já seu Roberto culpava os mesmos *moleques* por roubar as escolas do loteamento a noite. "*Roubaram computador, televisão. Roubaram panela da cozinha. Fizeram uma desordem danada. E além de roubar ainda dava prejuízo que eles quebravam a tubulação de água*". Porque a tentação de cair no *mundo das drogas* seria maior na juventude, e porque o *mundo das drogas* levaria naturalmente ao do *crime*, os *jovens* sempre representam uma potencial ameaça à *tranquilidade* do bairro. De modo geral, o jovem assusta pela dificuldade de controlar seu comportamento. Aliás, são inúmeras as histórias acerca de *meninos* que "*tinham tudo para se dar bem na vida*", mas que acabaram entrando no *mundo das drogas*, fazendo *coisas erradas*.

> CLARA: O garoto aqui do lado, esse menino aí dessa casa aí, esse menino, a mãe criou, na igreja. Um menino de família, direito, o pai trabalhador mas tinha tudo na mão (*fica falando alguma coisa para os netos que estão brincando*). Aí tinha tudo na mão, aí depois que o pai morreu, agora não sei, acho que ele não tem mais o direito do filho ficar né, com a pensão não sei como que é, acho que não tem mais, aí ficou e ele entrou pras drogas. Agora ele usa droga, faz besteira, tanto que eles quiseram matar ele, né Elisabete? Tu sabe disso? Quiseram matar ele e tudo. Mas eu, mas, pulou aqui, pulou aqui a gente dormindo com a porta aberta, cozinha aberta, quando ele tava do

> meu lado, do lado do meu marido.
> THOMAS: Gente.
> CLARA: Porque abriu o portão, essas [*pessoas que eu não posso falar o nome*] ficaram aqui atrás tudo armado, vinha pra matar. Mas eu chamo ele, "menino, você, Deus criou a gente pra ser livre! Não é pra gente ficar nessa vida que você tá! Você tem que sair dessa vida!". Menino novo, ele era baterista na igreja, ele tocava na bateria, a irmã cantava, ensinava tudo de bom, de melhor, o pai tinha um trabalho bom, eles acabaram com tudo.

Filho de pais "*trabalhadores*", criado "*dentro da igreja*", o vizinho de Dona Clara tinha tudo para se tornar uma *pessoa de bem*, mas em vez disso, entrou para o *mundo das drogas*, colocando a vida de Dona Clara e do marido dela quase em perigo, mesmo que eles não tivessem nada a ver com os problemas dele ("*porque se vier os outros de querer matar ele, sei lá, pega até na gente!*") – por conta desse episódio, eles resolveram aumentar o muro que faz a divisão com o terreno vizinho. Com efeito, moradores como Dona Elisabete monitoram de perto o comportamento dos jovens, desconfiando de alguns, dos "*pretos, magrelos, compridos e esquisitos*" por exemplo, temendo pela vida de outros.

> ELISABETE: Foi eu que tava chegando na quarta-feira junto com... na quarta-feira eu tava chegando junto com Lucinda. De vez em quando na quarta-feira vou com ela. Ó, eu olhei pra cá [*perto do Colégio Tatiana Memória, onde fica a casa de Dona Clara*], tava uma confusão!
> CLARA: É mas é assim.
> ELISABETE: Aí, os dois garotos tomando uns dois refrigerantes, numa garrafa grande assim, ali no, bem na esquina da escola que eles tomavam refrigerante dessa barraca ali desse pessoal ali depois do colégio. Ali eu: "Lucinda, pelo amor de Deus, que situação é essa! Olha aqueles dois garoto!" Os dois garoto preto, magrelo, comprido, esquisito, "Senhor misericórdia eu não vi esses garoto não!". Aí Lucinda falou: "Elisabete, quer saber?", eu falei, "Lucinda", aí eles foram indo, eu tô acompanhando os garoto. Eles vieram pra cá, ficava uma confusão lá nas garotadas, falei: "Jesus!".
> CLARA: Eles usam droga! Bebem e ficam...
> ELISABETE: Aí falei: "Se não é da escola, já é na porta dele [*do jovem vizinho de Dona Clara*]". E eu, "gente do céu", agora só que quando pega ele pega os outros. Aí eu tava falando pra Thomas, a Lucinda também: "Elisabete a gente não pode ficar na rua não, vamos entrar lá pra dentro de casa".

Vale destacar aqui o uso da categoria, de gênero mas também de idade, de *homens*. "*É que aqui, tu sabe como que é, né?*", me explicava Dona Elisabete, "*não gostam de bagunça, tem que andar na linha, até para não estragar o lado deles. Aqui, tu tem que prestar atenção, porque senão, os homens tão em cima*". Essa categoria contrasta com aquela usada habitualmente para se referir aos *traficantes*, a de *rapaziada*: esse contraste parece apontar para a importância do critério etário na construção de ambas categorias, o que a percepção dos *jovens* enquanto potencial ameaça à *tranquilidade* vem confirmar.

Isso explica, diga-se de passagem, a insistência dos moradores na construção de uma praça dentro do bairro, pois a existência de um espaço público onde os *jovens*

pudessem se divertir é vista como um instrumento de controle sobre o *lazer* deles, sobre o tempo que esses *jovens* passam fora de casa e da escola.

> BERNARD: O bairro tá crescendo, tu viu os jovem aí, como eu sou morador antigo aqui, de vez em quando eu saio e tenho presenciado muito jovem, poderia tá fazendo uma outra atividade, tá envolvendo em droga, com outras coisas errada. Poderia, eles, era pra ter quatro campo, não fizeram um campo! Tem uma pracinha pra enganar! Mas acho que eles deveria olhar mais assim, algum governante, algum deputado. É olhar aqui porque é uma área que tá muito grande! Cresceu muito! Tudo bem que fizeram uma pracinha, tem um campinho ali, pequeninho, mas eles podiam fazer uma outra atividade. Um campo maior ou assim tipo... uma área, tipo um ginásio, sei lá, algo que poderia, nós poderia abranger os jovem, os adolescente do nosso bairro. Pra evitar deles ter alguma atividade, pra eles tá focado em outras coisa! Dentro do esporte, dentro de uma outra coisa que tirava o foco dele de estar ali na rua, muitos fazendo coisa errada. Tu vê que a violência dentro do bairro, tá crescendo, porque a população tá crescendo, os jovem...

Para além das *drogas* e do *crime*, *pais de família* e *donas de casa* acusam os *jovens* de perturbar a *tranquilidade* do bairro de mil e uma outras maneiras: muitos reclamam dos *garotos* que invadem as propriedades para recuperar a bola que caiu ou a pipa que ficou presa, aumentando até o tamanho dos muros para dificultar o acesso deles; outros denunciam os casais de adolescentes que fazem sexo nos terrenos baldios ou debaixo das árvores (alguns moradores não hesitam, para impedir os jovens de fazer sexo no "entorno" da casa, em arrancar as árvores que a prefeitura colocou); o barulho das motos também incomoda muitos moradores, a ponto *dos homens* terem uma vez proibido os *jovens* de levantar as motos deles.

De modo geral, depois da *violência*, a *tranquilidade* depende muito do *barulho*: são inúmeras as reclamações acerca dos vizinhos acusados de colocar o som alto demais, reclamações que ficam maiores ainda quando o gênero da música se aproxima do funk – muitos moradores, aparentemente os mais velhos e os mais religiosos, enaltecem a ausência de bailes funk no loteamento, pois para eles simbolizam a junção da violência com o barulho, a antítese perfeita da *tranquilidade*. Dona Carmen reclama assim da "*música nojenta*" que o dono de uma barraquinha perto da casa dela coloca o tempo todo, mas o marido dela, seu Antônio, não tem encontrado a coragem paa falar diretamente com ele, por lhe supor uma ligação com *os homens*. Do mesmo modo, Dona Anísia se sente "enjoada" com os *palavrões* que saíam dos dois bares vizinhos à casa dela. Sob este aspecto, é interessante notar que, nas descrições que Dona Elisabete faz da violência na favela, o detalhe que mais se destaca é o "*barulho dos tiros*", "*ficar escutando tiro*" funcionando, no vocabulário dela, como metonímia para dizer "morar na favela". Ao lado do *barulho*, o cheiro também pode entrar na

percepção da *tranquilidade*. Dona Conceição, que morava em uma favela do Complexo do Alemão antes de casar com seu Vitor, reclamava principalmente do cheiro da maconha que entrava na casa dela, e mal conseguia sair por conta da pouca ventilação.

> CONCEIÇÃO: O cheirinho ia dentro de casa! A casa minha era deste tamaninho sabe, devia ser deste tamanho pequeno então não tinha ventilação nenhuma! Então o menino quase morria! Eu ia deixar o meu filho morrer? Eu peguei o menino quase morrendo lá eu levei. Aí, "O que que foi mãe?". Aconteceu porque os menino lá tá fumando tudo lá em frente à minha janela e o cheiro tá indo tudo dentro de casa. E o menino não pode mexer de nada, até sabonete o menino não pode usar sabonete que tem cheiro! Ele não podia usar. Até pegar essa aqui dentro, depois foi acostumando, foi acostumando, agora... Deus me livre, é muito ruim a pessoa tá em um lugar abafado e o cheiro de fedor. Abafado que tem ar nenhum.

Assim como a visão da *bagunça*, dos bandidos fazendo coisas erradas no meio da rua, ofende muitas pessoas, assim como o *barulho* do funk agride as orelhas de alguns moradores, o *fedor* provocado pela mistura de mofo com fumaça de maconha prejudicava, segundo Dona Conceição, a saúde do filho. A percepção da *tranquilidade* (e da *violência*) se dá então através de vários canais sensoriais: visual (bandidos armados andando e vendendo drogas nas ruas, por exemplo), auditivo (barulho de tiro ou palavras de baixo calão), olfativo (cheiro da maconha). A *bagunça*, o *barulho* e o *fedor* são três categorias da hermenêutica nativa que denotam um atentado à *tranquilidade* da pessoa.

Além ou ao lado dessa dimensão sinestésica, conforme sugere a fala do Bernard, o que mais ameaça a *tranquilidade* do Jardim Maravilha acaba sendo o próprio *crescimento* do bairro, pois com o *crescimento* começam a vir as *pessoas de fora*, os *estranhos*.

> CARLA: Não era como é hoje, postes. Era lampião, não sei se você já ouviu. Era lampião naquela época. Era um matagal, uma escuridão, uma mosquitada! Mas sempre foi um bairro muito tranquilo (*Rosa confirma*). Quando meu pai ia...
> THOMAS: (*interrompendo*) Quando fala tranquilo, quer dizer?
> CARLA: Não tinha assalto, ninguém entrava na sua casa, você poderia deixar as portas abertas. Você dormia com as portas abertas.
> ROSA: É, agora não pode.
> CARLA: Era maravilhoso, tranquilíssimo demais!
> ROSA: Agora mesmo não pode.
> CARLA: Você tinha suas coisinhas aqui, ninguém entrava, ninguém mexia.
> ROSA: Ninguém mexia.
> CARLA: Todo mundo tinha, cada um seu cantinho, sua casinha. Cada um se respeitava, cada um seu cantinho, era bom dia, boa tarde. Aí no fim de tarde, todo mundo ia pra rua, ficava aí sentado... conversando com o vizinho.
> ROSA: A gente ficava aqui ó. No portão, todo mundo sentadinho. Aí eu olhava lá pra cima do morro, aí tinha, né Carla, era pequeninha, mas não era tão assim né.
> CARLA: Até que...

> ROSA: As crianças brincavam aqui, de correr, e a lua, a lua... Ah que coisa linda, nem posso nem me lembrar aquela lua!
> CARLA: A gente ia lá pra outro morro né, colocava papelão, ficava lá deitado. Era um ventinho maravilhoso, fresquinho, a gente tava deitado, olhando pra lua...
> ROSA: (*ao mesmo tempo*) Deitava, com as crianças. Não tinha perigo nenhum.
> CARLA: ...olhando pras estrelinhas. Então todo mundo fazia isso. Até que por fim, foi o bairro, foi crescendo.
> ROSA: Crescendo né.
> THOMAS: Aqui então nunca teve esse problema de violência?
> ROSA: Aqui não, nunca teve.
> CARLA: Aqui não. Aqui tá tendo, recente, porque o bairro tá crescendo, né. Então as pessoas vêm de fora e gente que realmente não... não tem juízo na mente, mas... E é também pela invasão. Depois que invadiram o Morro Careca que, né, virou uma coisa mais desorganizada. As pessoas invadiram na verdade. É invadido. Então, começaram a vir maus elementos né. Agora tá mais perigoso. Mas eu tenho saudade daquela época. Uma época muito tranquila
> ROSA: (*ao mesmo tempo*) Tem um, acho que é polícia que mora aqui na esquina... Ele não deixa ninguém... Malandragem nenhuma aqui. Ele não deixa.
> CARLA: É, agora tá tomado [*pelos homens*], aquela coisa toda. E acho que todo bairro, toda mini, mini-comunidade tem né.

Há vários estratos nas falas de Dona Rosa e de Carla que merecem nossa atenção. Para ambas, o Jardim Maravilha "*sempre foi um bairro muito tranquilo*", "*tranquilíssimo demais*", a despeito do *mato*, dos *bichos* e da *lama*, mas devido ao *crescimento* do bairro e à *invasão* do Morro Careca, começaram a surgir *pessoas de fora*, "*maus elementos*", os quais deixaram o bairro mais *perigoso*. Por outro lado, a mãe e a filha não se sentem pessoalmente em perigo, por conta da proteção contra "*a malandragem*" proporcionada pelo policial que mora na esquina e também pelos *homens*. Todavia, Carla tem ciência de que a presença desses *homens* põe o loteamento fora de um certo padrão de normalidade em termos de *segurança*, o que o aproxima das favelas, das *comunidades*, uma comparação também justificada, mas não totalmente assumida (afinal, trata-se de uma "*mini-comunidade*" só), pelas carências urbanísticas das quais padecem o loteamento e as favelas ("*Aqui somos carente!*", se exclamou Dona Rosa, ao comentar a situação na saúde e nas áreas mais "*pobres*" do Jardim Maravilha, como as Casinhas). Ainda assim, como explicar a recente sensação de intranquilidade que ganhou Carla e Dona Rosa se o pedaço onde elas moram não sofreu com o aumento da violência? Ambas falam de uma violência que elas não vivenciaram, pois nem a casa onde elas moram, nem as casas no redor delas sofreram qualquer assalto nos últimos anos. De modo geral, muitas pessoas chegaram a comentar comigo o aumento da violência, mas sem poder dar um exemplo concreto (a não ser quando se tratava de algum *jovem* do bairro), menos ainda um exemplo que

as tivesse afetado diretamente. Além disso, outros *moradores antigos* como seu Armando, Dona Anísia ou Dona Joaquina enfatizaram, pelo contrário, o *clima* de *violência* que predominava na época dos *bandidos*, os corpos jogados no rio, as pessoas executadas em plena luz do dia nos terrenos baldios, as esporádicas trocas de tiro entre esses mesmos *bandidos*. Cheguei então a estranhar esses comentários, que se repetem a intervalos regulares, sempre arrumando um novo motivo: a invasão do Morro Careca, o crescimento desorganizado nas Casinhas, a migração de bandidos oriundos de favelas pacificadas, etc.

Essa percepção de uma violência que sempre está aumentando, ou a ponto de aumentar, talvez se deva à fragilidade da situação na qual se encontram os moradores do Jardim Maravilha, ilhados no meio de uma cidade caótica, conforme a mídia o mostra todo dia, dependendo, pela sua segurança, de poderes sobre os quais não têm controle. Entretanto, o caso de Carla sugere algo que foge da questão da segurança. Em primeiro lugar, a *tranquilidade* para ela está muito associada ao tempo da infância, das brincadeiras com os amiguinhos na frente da casa, uma época revoluta agora que ela trabalha de enfermeira, casou e precisa cuidar de seu filho recém-nascido. A *tranquilidade* remete também, conforme aprofundaremos na próxima secção, à paisagem natural do loteamento no início da ocupação, quando o Morro Careca ainda fazia jus ao nome dele, quando as pessoas subiam lá apenas para admirar o luar e as estrelas – a invasão do morro, para Carla, significou muito mais do que a ocupação "desorganizada" de um terreno vizinho, ela implicou também na perda de um "território existencial" (GUATTARI, 1985), de parte do lugar que ela habitava. Enfim, a *tranquilidade* caracteriza certa dinâmica nas relações de vizinhança, uma modalidade peculiar do "estar com" (*Mitsein*) marcada pelo conhecimento mútuo, pelo compartilhamento efetivo (e afetivo) de um "mundo comum" (*Mitwelt*), para falar como Heidegger[198]. Assim, o bairro era mais *tranquilo* quando "*todo mundo tinha, cada um seu cantinho*", ou seja, quando *todo mundo* sabia onde cada um morava; quando *todo mundo* se saudava e conversava com *todo mundo*; quando *todo mundo* compartilhava os mesmos lazeres.

[198] "Le monde est à chaque fois toujours déjà celui que je partage avec les autres. Le monde du *Dasein* est *monde commun*. L'être-à est *être-avec* avec les autres" (HEIDEGGER, 1927/1985, p. 109, *grifo do autor*). Dito de outra maneira, o compromisso prático do agente com o mundo ambiente sempre se depara com outros compromissos práticos, de outros agentes com o mesmo mundo. A rua recém-aberta, o terreno capinado, a casa do vizinho são tantos índices de que outros agentes estão dividindo o mesmo mundo comigo. Contudo, discordamos de Heidegger quando esse faz da "indifférence" a característica básica de "l'être-l'un-avec-l'autre [*Miteinandersein*] quotidien et moyen" (ibid., p. 111): o apego dos moradores do Jardim Maravilha pela *tranquilidade* revela, ao contrário, um modo de "estar com" os outros caracterizado pela mutualidade.

Ou seja, o bairro parecia mais *tranquilo* quando *todo mundo se conhecia*, quando não havia ninguém *estranho*, ninguém *de fora*.

Esse, de fato, é um tema recorrente na fala dos *moradores antigos*, que tem a ver com a segurança mas não só: *antigamente todo mundo se conhecia*.

> JÚLIO: AÍ passava todo mundo se conhecia! O povo vivia ali há anos. O medo, naquela época, o medo, você já se conhecia. Por que? Ia pra Campo Grande. Compra de Campo Grande. Ia pra Campo Grande, que eu tô te dando como exemplo, ou então de madrugada, ia trabalhar, ia todo mundo no mesmo ônibus! E saía cinco hora da manhã, todo mundo se conhecia. Aí final de semana, aí arrumava um futebol. Arrumava um futebol. Aí tinha pouca gente aqui, morando pra cá. Aí chamava outros colega que morava mais pra frente, que morava mais afastado pra formar um time.

Como eram poucos moradores, as pessoas sempre se reconheciam quando se encontravam nas ruas do loteamento ou quando pegavam o ônibus para Campo Grande; como eram poucos moradores, as pessoas costumavam se juntar nos fins de semana para subir o morro e contemplar as estrelas, para jogar futebol com os colegas, ou para dar um mergulho no Rio Cabuçú-Piraquê. Esse era um mundo onde cada um reconhecia os indícios deixados por cada um, onde cada um podia identificar com quem compartilhava o mesmo mundo.

> THOMAS: Todo mundo se conhecia aí na quadra?
> JÚLIO: Todo mundo! Todo mundo. Hoje, a mesma coisa, na quadra que a gente vive, não é só na quadra, a gente conhecia os moradores todos. A gente conhecia os moradores pelo andar. Veio um morador lá em cima a noite. A gente sabia quem era! Pelo andar. Por que? Porque conhecia todo mundo! Hoje na quadra que eu moro, tem monte gente que eu não conheço. Muita gente fez quitinete, pra alugar. E... tá sempre trocando. Tem gente que fica sempre, tá morando ali dois meses e vai embora. Aí vem outro. Meu sobrinho mesmo tem três quitinete lá. De vez em quando tá trocando, o morador que tá lá agora. Não conheço ele, foi pra lá já tem mais de um mês, já. Mas quase não vejo aí. Quase não vejo e não conheço. Às vezes passa por mim na rua, eu não sei quem é. Antigamente (*ênfase*), conhecia todo mundo. Todo mundo no bairro! Hoje eu não conheço as pessoas que mora na minha quadra, todas. Conheço as pessoas que era de antigamente, tem muitos. As pessoas que era de antigamente eu conheço, todos eles. Agora, as pessoas que entra novo, a gente só passa a conhecer com passar do tempo, mas quando tá morando de aluguel, difícil o cara ficar mais de ano. Ele tá sempre trocando, sempre trocando. Aí vai assim, vai mudando, mudando, mudando.

Vários dos moradores com os quais eu conversei recorreram ao exemplo do jeito de andar, de como eles conseguiam reconhecer quem estava por perto só pela maneira de andar, expressando assim o quanto estavam familiarizados com a presença de uns e outros, o quanto os indícios deixados por cada um faziam sentido para cada um deles, o quanto, afinal, os outros faziam mundo com eles. Chegamos assim naquilo que poderíamos chamar de “equívoco do *progresso*”: ao mesmo tempo em que o *crescimento* substitui a *lama* pelo *asfalto* e torna o mundo ambiente mais hospitaleiro, ele substitui os *conhecidos* pelos *estranhos*, e ameaça a *tranquilidade* desse

mesmo mundo. Esse equívoco encontra nos comentários dos moradores acerca da proliferação de quitinetes, desde o início dos anos 2000, uma de suas mais visíveis expressões: ao mesmo tempo em que essas quitinetes indicam a *valorização* do bairro, o *crescimento* do lugar, elas dificultam o *conhecimento* entre os vizinhos e trazem para dentro do loteamento *pessoas de fora*, pessoas potencialmente *perigosas*. Por fim, vale ressaltar que, por ser um mundo onde todo mundo se conhecia, o mundo de antigamente, de fato, não era necessariamente mais pacífico: os *bandidos* de antigamente não hesitavam em trocar tiro no meio da rua, o que não acontece mais hoje. Porém, eles eram *conhecidos*, eles faziam parte do mesmo mundo, o que já não é o caso *dos homens*, daí o aparente paradoxo do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo menos *tranquilo* e menos violento do que o mundo passado.

2.2.2 A ruralização da urbanização

2.2.2.1 O segundo significado da roça

Essa percepção do *progresso* como algo ambíguo suscita, ao mesmo tempo em que pressupõe, uma percepção igualmente ambígua da *roça*, minando assim todo o sistema de oposições que organiza a hermenêutica do progresso: se a *roça* serve de metáfora ao *atraso*, ela constitui também um modelo de *tranquilidade*. Afinal, a *roça*, com seu habitat disperso, não seria o paradigma de um mundo comum onde *todo mundo conhece todo mundo*?

> THOMAS: Mas essas pessoas que compravam terrenos, vocês já conheciam elas?
> RAFAEL: Não, não, o pessoal foi chegando
> ANÍSIA: Não, não, porque, por saber que aqui era assim um bairro mais tranquilo...
> RAFAEL: ... lugar mais tranquilo...
> ANÍSIA: ... como até hoje...
> RAFAEL: O pessoal foi vindo de tudo e qualquer canto aqui.
> THOMAS: Quando você fala “lugar tranquilo”, você quer dizer que...
> RAFAEL: Não, é um lugar que não era um lugar violento, né.
> ANÍSIA: É que à vista dos outros lugares, aqui é um lugar tranquilo.
> RAFAEL: Um lugar mais estilo roça, né.
> ANÍSIA: Tem umas besteirinhas por ali.
> THOMAS: Um lugar mais estilo roça?
> RAFAEL: É, um lugar mais estilo roceiro, né
> ANÍSIA: É, aqui é mais... Não tinha mercados, não tinha. Não tinha farmácia...
> RAFAEL: Eram vendas! Eram vendas! Você comprava as coisas, tipo ali a Carmen ali, ali não se tomava só cervejinha mas comprava-se arroz, o feijão também. Eram mais vendas. Não tinha mercado igual você vê hoje (*ela concorda*).

Aqui, na fala de Dona Anísia e de seu filho, Rafael, a *tranquilidade* remete imediatamente e simultaneamente à inexistência da *violência* e à *roça*, sendo que o significado da *roça* oscila entre a *tranquilidade,* por um lado, e a falta de *movimento,* por outro – os únicos comércios que existiam no Jardim Maravilha, antes do *progresso* chegar, eram as *vendas*, comércios típicos de áreas rurais. A ambiguidade que circunda o *progresso* abrange também a *roça*. Em outra conversa, Rafael deixou mais claro ainda o que ele entendia por "*um lugar mais estilo roça*":

> THOMAS: Tu chamaria o Jardim Maravilha de subúrbio?
> RAFAEL: Hum (*reflete um pouco*), não, não eu não chamaria de subúrbio. Justamente porque tem aquela pegada rural, aquela coisa rural. Não é subúrbio. Aqui, no nosso bairro, ainda é muito rural. Aí você vê Campo Grande por exemplo, lá é diferente já...
> THOMAS: Então, tu chamaria Campo Grande de subúrbio?
> RAFAEL: Sim, pra mim já é subúrbio, já tem aquela coisa urbana, diferente daqui. Aqui, tu vê.. Também porque muita gente vem da roça né, aí acho que transmite pra gente também. Tu vê minha mãe, vem da roça, do interior, muita gente mesmo vem de lá. E transmite pra gente. E tem outra coisa: aqui, o povo fica assistindo a televisão e vê tudo que tá acontecendo lá fora, a violência toda. Já aqui não tem nada disso. Não tem estupro, quando mata o corpo desaparece. Não é como lá perto do Engenho de Dentro. Lá, é outra coisa, muita violência. Aqui já não é assim, tu pode voltar pra casa a qualquer hora, aí que que tu vê? O casalzinho, tomando cerveja no bar, né? Não tem problema de voltar tarde pra casa. Aqui tem essa coisa da ruralidade, do interior. Tu ta fazendo pesquisa, tu tá vendo né: as portas ficam sempre abertas, não é como lá onde as pessoas fecham tudo, trancam; aqui tem sempre gente pra te acolher, oferecer café, esse tipo de coisa, bater papo na porta da rua. Então é assim, acho que tem essa coisa da ruralidade. Tu vê os cavalos nas ruas, as pessoas que criam galinhas, as carretas que carregam o material de construção. Ainda tem muito essa coisa da ruralidade.

A complexa fala de Rafael explicita a associação entre *cidade* e *violência* de um lado, e *roça* e *tranquilidade* do outro: o caráter "*rural*" do Jardim Maravilha, que impede Rafael de considerá-lo como parte do *subúrbio*[199], por se tratar de uma categoria que pressupõe um maior grau de urbanização, se expressa tanto "*nas carretas que carregam o material de construção*" pelas ruas do loteamento quanto na ausência (de visibilidade) da violência; já "*perto do Engenho de Dentro*", típico bairro *suburbano* do Rio de Janeiro onde eu morava quando conheci Rafael, haveria muita *violência*, conforme se vê na televisão. Vale ressaltar aqui que Rafael não cresceu no *interior* ou em um *sítio* dentro do Rio Janeiro, mas sim no próprio Jardim Maravilha. Portanto, como ele mesmo reconhece, a percepção que tem da *roça* deve muito à carreira residencial da própria mãe, Dona Anísia, nascida em uma fazenda no Distrito de Colônia,

[199] A imprensa dos anos 1950 classificava os anúncios para venda, locação ou troca de imóveis em Guaratiba nos anos 1950 na coluna "subúrbio", mais especificamente "subúrbio da Central do Brasil", em oposição aos "subúrbios da Leopoldina", visto que era o nome dado à estrada de ferro indo para Campo Grande.

em São Fidelis, município do interior do Estado do Rio de Janeiro, criada por parte lá, por outra parte em uma fazenda da qual o pai dela tomava conta na Estrada da Posse, no bairro de Campo Grande. A fala do Rafael vincula a categoria de *roça*, sinônima de *ruralidade*, a um conjunto de práticas específicas, além ou ao lado da questão da violência, mais especificamente a práticas de hospitalidade e agrícolas. José, que assim como Rafael tem um pouco mais de trinta anos, mas nasceu, cresceu e trabalhou em um distrito rural da Bahia, mobilizava a categoria de *interior* ("*quem mora na roça é animal*", repetia ele) de maneira semelhante:

> JOSÉ: É que aqui, eu comparo aqui esse bairro aqui com tipo interior da gente lá. Pessoa nobre. Tem umas pessoas aqui que é nobre. Sabe que a pessoa é nordestino, sabe que é trabalhador, aí dá uma ajuda. Dá confiança às pessoas porque, não é todo mundo que dá confiança assim às pessoas, Thomas! Porque é difícil eu chegar, eu chegar na sua casa, você: "(*inaudível*)", ninguém dá confiança, aqui no Rio de Janeiro é difícil. Aí eu chego lá, chego na casa do seu Walter, tomo café. Eu chego lá, me chama pro almoço, chamo pra churrasco.
>
> JOSÉ: Aí lembro do interior porque eu chegava lá nos interior. Lá, graças a Deus, todo mundo conhece uns os outros, é que nem aqui. Lá, nos interior todo mundo é conhecido. Talvez é mais família, sabe (...) não é casa assim, perto que nem aqui, uma perto da outra assim. Aí ficava. Quando ia: "Fulano, vamos buscar ali um copo de açúcar?", "Fulano, vai na casa conseguir um copinho de café?". Busca um aí, só buscar aquilo aí, tu chegava lá, "Fulano", era. Chegava lá. Aí, tu chegava lá em casa, tu chegava uma visita lá em casa. Antigamente, é que hoje em dia, por isso que eu digo, que hoje em dia ninguém faz isso não. Porque antigamente lá no interior, a gente chegava, chegava com esse pessoal com... com fome, de noite. Ninguém conhecia, Thomas. Às vezes podia até ser marginais que a gente não tinha noção de nada, a gente da roça, a gente não tinha essas maldades (*ênfase*) que nem hoje tá tendo.

Deixar o portão aberto para as pessoas entrarem e conversarem com os donos ou oferecer café e almoço às visitas são provas de hospitalidade que caracterizariam muito mais a vida no campo, na *roça*, no *interior*, do que na *cidade*, justamente porque na *cidade* a *violência* acabaria contaminando toda a sociabilidade, as pessoas não conseguindo mais *dar confiança* umas às outras. O *progresso*, enquanto causa e consequência do *crescimento*, não só diminui o *conhecimento* entre as pessoas, *conhecimento* que o feitio disperso do habitat rural ("*era uma casa aqui, uma casa ali, era tudo longe*", como dizia Dona Conceição) favorece, ele corrói as formas de hospitalidade, de receber as *visitas* e os *desconhecidos* – enquanto conversávamos, José pediu várias vezes desculpa por não poder me oferecer comida, já que, na quitinete onde morava com a esposa e a filha, não conseguia guardar a comida por falta de geladeira.

Além do mais, a *roça* oferece um modelo de experiência sensorial para a hermenêutica da *tranquilidade*. Se antigamente ela jurava que nunca iria "*morar na roça*",

de jeito nenhum, agora Dona Elisabete gosta de opor ao "*barulho dos tiros*" na favela o canto dos galos e outras criações no quintal das pessoas.

> THOMAS: Tu chegou a convidar parentes, incentivar amigos a vir morar pra cá ou...
> RUTH: O negócio é o seguinte (*o galo no quintal de Dona Ruth começa a cantar*).
> ELISABETE: Olha só Ruth, quando vejo os galos cantando me dá uma saudade (*todo mundo rindo*)! Onde a gente morava, a gente tinha um galinho. Era um pequeno mesmo. Depois cresceu, a Ilha do Governador era só tiro, barulho de tiro. Mas depois quando cheguei aqui, que Walter comprou o galo de...é o quê? Juliano. E a galinha era Judith. Gostava tanto que João botou o nome (*rindo*). Aí o galo cantava, o galo cantava, de madrugada, ele tava cantando, "Meu Deus do céu, que tanto que canta aquele galo", porque eu acordava com tiro na Ilha do Governador.

Ao olhar para as águas do Rio Cabuçú-Piraquê, sentada na escada de casa, Dona Conceição lembrou a infância na roça de Pernambuco, a educação rígida do pai, a distância entre as casas, a dificuldade de namorar, as festas tradicionais, as plantações de alimentos, a criação de animais e a ausência de infraestrutura como asfalto, luz, água encanada e esgoto, concluindo: "*a vida nossa era boa, não tinha violência, não falava palavrão*". De modo geral, encontra-se a *tranquilidade* antes em um lugar onde a *natureza* ainda se faz presente, pois a presença da natureza se opõe tanto à *bagunça* quanto ao *barulho*.

> THOMAS: Então o senhor conheceu o Maravilha através do cunhado é isso. E gostou do lugar, como que foi?
> MAURÍCIO: Eu gostei porque eu gosto de lugar assim, de modo pacato, igual a Baixada. Já morei na Baixada, tempo fui na Baixada, a Baixada também era quase mato puro, mas eu gosto! Sabe por que? Eu sou uma pessoa, vamos dizer, as pessoas às vezes pensam que eu quero ser melhor. Meu irmão, ninguém é melhor do que ninguém. Só que tenho um tipo de vida que muita gente não gosta do tipo de vida que eu vivo. Bagunça, barulho, eu não gosto disso. Ali mesmo onde eu moro, eu adoro ali cara! Que dorme, tranquilo, não vê bagunça. Não vê quase nada de errado.

Aqui o *mato*, antes investido de um sentido depreciativo, o de um mundo ainda não tocado pelo *progresso*, que tem pouco a oferecer à mão humana, recebe uma conotação positiva, a de um mundo isento de *violência*, onde reina a *tranquilidade*. Isto, logicamente, gera percepções contraditórias entre os moradores. "*Eu sou meio contraditório*", confessava seu Walter, "*eu gosto de ter asfalto, de ter a minha rua asfaltada, por outro lado, eu gosto de mato, queria que tudo isso continuasse do mesmo jeito, eu gosto de roça*". Dizia ele, na época em que morava no Morro do Dendê, que nunca iria morar em um lugar a mais de uma linha de ônibus da *cidade*. Acabou no Jardim Maravilha. Assim, por um lado, ele parece muito satisfeito com a recente *valorização* do loteamento, com a diversidade de serviços que o Jardim Maravilha agora proporciona aos seus moradores, vislumbrando também a possibilidade de revender

a casa dele quando for idoso ou a filha assumir como herança. Por outro lado, ele lamenta a descaracterização do loteamento, que perde sua aparência rural. "*Eu gosto de mato, pra mim já não dá mais, vou ter que mudar!*" repetia ele, em tom de deboche. Desde a inauguração do ParkShopping, o discurso de seu Walter tomou um tom mais fatalista, embora não exatamente de lamento, pois muitas áreas dentro e fora do Jardim Maravilha ainda não tinham sido tocadas por obras de urbanização, como se o regresso da *natureza* tivesse assumido um caráter francamente inexorável. Já agora, seu Walter se mostra a cada vez mais preocupado com a expansão das habitações do outro lado do Rio Cabuçú-Piraquê, temendo a favelização dos morros, visíveis da janela da casa dele, que compõem o Maciço da Pedra Branca, "*como aconteceu na Zona Sul*".

Os discursos dos *moradores* mais *antigos* apresentam a mesma contradição, pois eles ao mesmo tempo elogiam o *progresso* e lamentam a *tranquilidade* perdida com o recuo da *natureza* e o *crescimento* do bairro. Lamentam essa *tranquilidade* perdida e continuam achando o Jardim Maravilha um lugar muito *tranquilo*, talvez mais *tranquilo* hoje do que era antigamente. Carlinhos, por exemplo, teve muitas dificuldades para explicar a *saudade* que ele tinha da época em que *não tinha nada*, da época em que as valas negras corriam em frente às casas, já que estava muito feliz com a valorização do loteamento, onde ele aluga várias quitinetes, com a transformação de Guaratiba em novo Recreio, segundo as palavras dele.

> THOMAS: Eu ia te perguntar, como tu falou, que tipo no início que tu tava aqui, nos anos 1980 e noventa, como tu falou né, não tinha esgoto, a água devia ser clandestina né?
> CARLINHOS: Sabe que eu sinto mais saudade, pelo incrível que parece, sabe que sinto mais saudade dessa época do que de agora.
> THOMAS: (*surpreso*) Por que?
> CARLINHOS: Pelo incrível que parece... pela paz. Não, continua tranquilo, mas não... Tá tranquilo porque tem esse esquema aí né, (*ele baixa o tom da voz*) que eu não posso dizer, mas não tinha esse esquema mas era mais... aquela, porra, tu podia deixar o... tu não precisava nem ter muro. Pra tu ver a tranquilidade como que... (*hesita mais tempo*) como que era tranquilo, o Maravilha. Era mais, se é tranquilo, era mais tranquilo ainda, tá entendendo?
> THOMAS: Entendi... mas é tipo em que sentido é que tipo, mais tranquilo?
> CARLINHOS: É... digo... porque o Maravilha já teve mais violento. Teve um pouquinho mais violento. Não tem muito tempo mas já teve mais violento. Essa guerra aí, negócio de, às vezes o pessoal do Rola querendo invadir aqui, essas coisas assim. Então, naquela época bem atrás, não tinha isso, tá entendendo? [...] Então, quer dizer, então naquela época bem atrás que o Maravilha era mais natural, digo natural no sentido né... Assim, quando eu vim pra cá. Pô... muito bom. Tudo bem, tinha aqueles, né, tinha aqueles pessoalzinho que morava também na época, também... os bandidinhos aí, mas não era essa porra, não veio como... não veio como perigoso. Perigoso é onde eu morei em Realengo. Aquilo ali era meio violento. Então, entendeu. Pelo incrível que parece, ah! Também falo assim saudade daquela época por

> causa da, eu sinto mais saudade daquela época porque a gente fazia muita festa americana, sabe? Então, as pessoas eram mais unidas. [...] E o Maravilha era mais natural também né. Assim, tinha monte de... é... era árvores frutíferas. E a gente ia, pegava, né. Era muito bom. Então quando a coisa assim muito mais natural, assim mais vegetal, era mais vegetal, era mais floresta o Maravilha. (...) Então, quer dizer, era mais... Cara, a gente ia tomar banho naquele dia ali, né, que tem um rio lá. E aquele rio não era desse jeito como ele tá agora. Quando tu chega, tá chegando perto já sente o cheiro, um fedor do caramba. A gente tomava banho naquele rio. Então tinha aquela saudade, tenho essa saudade. Pô, era uma coisa gostosa naquela época o Maravilha. Então, às vezes, tô falando, às vezes, eu sinto saudade daquela época. Sinto saudades. Então, porra, então é isso.

Carlinho justifica assim a *saudade* que ele tem do Jardim Maravilha dos anos 1980 pela *tranquilidade*, pela *paz*, mas essa *tranquilidade* não se reduz somente à ausência de *violência*, pois Carlinho na verdade não consegue avaliar o quanto o Jardim Maravilha de hoje é ou não mais perigoso. O que, porém, mudou bastante com o passar dos anos foi a presença da *natureza*. Alhures, Carlinho lembrou com prazer o "*cheiro gostoso*" da terra molhada quando chovia, diferente do "*fedor*" que hoje emana do Rio Cabuçú-Piraquê, e o "*friozinho*" que vinha junto com "*neblina*" de dez, onze horas da noite, principalmente na época das festas juninas. "*Pra tu ver como que era, era muito vegetal*". Além disso, essa maior presença da *natureza* no mundo vinha junto com o maior entrosamento dos vizinhos – o que Carlinho chama de "*festas americanas*" são festas nas quais cada um contribui financeiramente, diferentemente das festas mais comuns, quando cabe ao anfitrião bancar a integralidade do evento.

O Rio Cabuçú-Piraquê, no discurso dos moradores *antigos*, muitas vezes serve como paradigma das transformações pelas quais o loteamento passou nos últimos anos, com a contaminação da *natureza* pelo *crescimento* do bairro. De fato, até os anos 1980, os moradores encontravam várias utilidades nesse rio, com sua rede de canais e valões por onde fluía parte de suas águas.

> NELSON: Eram os valões que escoavam água, quando a maré do mar subia, o rio enchia. E todo mundo ia mergulhar no rio. O rio aqui era nossa praia. Água salgada, limpa. Tinha peixe. Às vezes a gente tinha até camarão.
> THOMAS: Você costumava quando era criança brincar, pescar?
> NELSON: Era a minha infância no rio! Pesquei muito no rio. A ponte, no aterrado do rio ali, que é próximo ao campo do biquinha, tinha muito pitu, lagosta. A gente mergulhava de cima da ponte quando a maré tava cheia. Era até um risco né. A gente esperava o rio encher, a gente mergulhava numa altura de quase, de tipo dez metro de altura. A gente pulava. Que enchia dentro, fora, que a gente pulava de pé. E os barranco ali, que era areia, não tinha lama! Aí depois houve uma Transberi e tal, uma fábrica de borracha...

O Rio Cabuçú-Piraquê, de certo modo, representava o oposto da *lama*: uma *natureza* ainda não alterada pela ação antrópica, porém acolhedora, que fazia mundo com os moradores, uma *natureza* disponível para a realização de diversas tarefas

práticas, sejam elas individuais ou coletivas. Lá se comia peixe, camarão e até caranguejo, comidas hoje consideradas caras; lá as pessoas desfrutavam da praia junto, enquanto hoje a praia mais próxima fica na Pedra de Guaratiba. Era "*nossa praia*", "*nosso rio*", conforme escutei várias vezes, algo que dava espessura ao *Mitwelt*.

> LUÍS: Tinha o Rio Piraquê lá em baixo, existe ainda, que ele vive sujo, depois que veio a Michelin, veio a favela do Piraquê lá e acabou aquele rio. Ó, vinha camarão aqui em cima! A gente marcava eles, ele pegou essa época ainda quase, deixavam no rio ali, e matava (*inaudível*) assim nesse rio aqui. Agora acabou. Tudo se acaba. Essa área nossa aqui era muito, muito limpa. Muito boa. Não tinha esgoto essas coisas antigamente, mas as pessoas faziam as coisas no mato, mas era uma casa aqui, outra lá, não poluía nada!

Os moradores têm explicações diferentes quanto à origem da poluição, muitos acusando a usina da multinacional francesa Michelin, que fica do outro lado do rio, outros a Transberi, uma fábrica de borracha, hoje fechada, ou ainda as pequenas favelas que surgiram nos arredores do rio a partir dos anos 1990. Contudo, todos reconhecem a responsabilidade do próprio Jardim Maravilha, visto que, no Asfalto, muitas famílias despejam suas águas sujas pelas galerias de águas pluviais, as quais desembocam no rio, enquanto nas Casinhas, as valas negras terminam no rio ou em algum canal ou valão ligado ao Cabuçú-Piraquê. "*O nosso rio virou esgoto*", lamentava seu Jair. A *natureza* outrora acolhedora se tornou hostil, encheu de *lama*.

Vale enfim ressaltar a importância de um fato mencionado por Rafael: a origem camponesa das famílias, que dá à *roça* um papel especial na percepção que elas têm do loteamento, em particular, e da cidade do Rio de Janeiro em geral. É que não são incomuns as pessoas, como José ou Dona Conceição, que escolheram morar no Jardim Maravilha porque o loteamento, entre outros motivos, lhes lembrava o *interior*, a *roça* onde elas cresceram e trabalharam. Dona Joaquina, que saiu da Guarda, município de Portugal na Serra da Estrela, para se encontrar com o marido que emigrara para o Brasil no final dos anos 1940, quis permanecer no Jardim Maravilha justamente porque não conseguia "*se acostumar*" com a vida na *cidade*.

> JOAQUINA: Olha, foi que... Quando a gente veio de Portugal, a gente comprou um, um restaurante, tipo pensão, um restaurante, lá na cidade. Lá na Buenos Aires. A gente lá no centro. A gente ficou dez anos lá. E nesse tempo que a gente tava lá, tinha um freguês que almoçava lá. E ele era daqui de Campo Grande, e tinha feito uma casa muito bonita aqui dentro.
> THOMAS: Aqui no Jardim Maravilha?
> JOAQUINA: É, aqui no Jardim Maravilha. (*Inaudível*), mas enfim. Pra casar e morar aqui. Só que a mulher era de Campo Grande, chegou aqui, ficou apavorada de ver isso aqui. Não quis ficar. E era uma casa tão linda, mas tão linda, que era uma pena que, estar aqui, no meio do mato. E aí lá conversando com o meu marido, aí ele vendeu pro meu marido a casa, tava vendida a casinha aí. E aí a gente vinha passar todo fim de semana aí na casa. Pra

> gente que trabalhava a semana toda, pesado, tirar sábado, domingo de descanso aqui na roça, no meio do mato, era uma beleza. Era uma beleza.

Assim como em outros casos já examinados, pode se notar a percepção contraditória de Dona Joaquina, que achava tanto uma "*beleza*" quanto uma "*pena*" o fato daquela "*casa tão linda*", a primeira que compraram no Jardim Maravilha, estar "*no meio do mato*". Dona Joaquina e o marido começaram então por comprar uma "casa de fim de semana" no loteamento, para descansar da vida agitada que levavam em pleno Centro da *cidade*. Entretanto, o movimento dentro do restaurante foi caindo e conflitos surgiram entre o marido de Dona Joaquina e o resto dos sócios, o que os levou a desistir daquele comércio, para alegria de Dona Joaquina. Abriram então um *armazém* dentro do Jardim Maravilha e se mudaram definitivamente para lá, decisão da qual Dona Joaquina aparentemente nunca se arrependeu, mesmo tendo que passar por vários *sofrimentos* e *sacrifícios* dentro do loteamento. Assim, para essas famílias com origem camponesa, a *roça* constitui um polo a partir do qual interpretar e até desejar o mundo que elas habitam. Isso não quer dizer que elas não se sintam partes da cidade do Rio de Janeiro, como se não estivessem integradas à vida da cidade – muito pelo contrário, os vários deslocamentos, a maioria das vezes de transporte público, impostos aos moradores do loteamento para trabalhar, ver a família, cursar formações técnicas ou superiores, receber tratamento médico ou se divertir, fazem com que eles conheçam muito bem os vários recantos do Rio de Janeiro. As categorias de *roça* e *cidade*, na verdade, funcionam muito mais como bússolas dentro do *Um* e do *Mitwelt*, do mundo que todas essas pessoas habitam, pragmática, sensorial e socialmente – bússolas às vezes transmitidas de mãe para filho, como no caso de Dona Anísia e Rafael.

2.2.2.2 História e memória da Zona Rural

Essa percepção do loteamento como um lugar "*mais estilo roça*", e, por isso, "*mais tranquilo*", remete também à apropriação desse espaço para fins tidos como rurais. As atividades tidas como rurais revelam o quanto há de *roça* no mundo dos moradores, e esses traços de ruralidade representam algo como uma distância de segurança entre esse mundo e o da *cidade*. O *progresso* está chegando, mas ainda há muito da *roça* pelo menos nos hábitos dos moradores. Aqui não podemos deixar de olhar para o passado rural de Guaratiba, e nos perguntar o quanto o lançamento

do Jardim Maravilha representou uma ruptura nesse passado. “A implantação dos loteamentos não aconteceu sobre um vazio sociológico”, já dizia Sonali Maria de Souza a respeito do loteamento periférico onde tinha feito pesquisa, loteamento localizado no bairro de Austin, em Nova Iguaçu (1992, p. 106). “A constituição da *periferia* traz (...) um significado que vai além da criação de um espaço de moradia proletário. Ela significou rupturas, transformações no espaço social” (ibid., p. 101, grifo da autora). Em particular, a antropóloga ressaltava a transição da “cidade das laranjas” para a “cidade dos loteamentos” (ibid., p. 10): antes das companhias imobiliárias, dos corretores, dos engenheiros e das máquinas de terraplenagem invadirem a Baixada fluminense, resplandeciam as chácaras produtoras de laranjas, as quais entraram em decadência a partir dos anos 1940 junto com a crise da citricultura (ibid., pp. 74-75). O mesmo aconteceu de fato com a Zona Oeste carioca, onde, antes dos loteamentos proletários começarem a engolir as glebas disponíveis, as atividades agrícolas prevaleciam: de acordo com Pechman, a agricultura carioca “só arrefecerá no final da primeira metade do século XX, frente aos loteamentos que se expandiam a malha urbana do Rio por sobre sua zona rural. Antes disso acontecer, porém, Campo Grande terá sido, junto com a Baixada Fluminense, o maior exportador de laranjas do país” (1988, p. 73).

Assim como na Baixada, a “febre da laranja” ganhou a Zona Oeste “a partir dos anos 30”, “quando um mar de laranjas espalhou-se pelas regiões de Campo Grande, Realengo, Santa Cruz e Guaratiba. Paralelamente à cultura cítrica, desenvolveu-se a cultura da banana” (ibid., p. 76). Entre os dias 9 e 16 de agosto de 1952 ocorreu assim na Fazenda Modelo, uma unidade municipal de auxílio à produção agrícola situada em Guaratiba, a Vª Exposição Agropecuária do Distrito Federal, com a participação do prefeito João Carlos Vital, o mesmo que aprovou o projeto de loteamento do Jardim Maravilha. Conta o jornal *A Manhã* que, na companhia do secretário de Agricultura Heitor Grillo, o prefeito “deteve-se diante de um ‘stand’ de laranjas, admirando a beleza dos citros e posando para os fotógrafos, a pedido destes, tendo nas mãos exemplares de laranjas ou de produtos hortícolas” (A MANHÃ, 1952, p. 3). Os *moradores antigos* dos *sítios* próximos ao Jardim Maravilha, na encosta do Morro Redondo por exemplo, por onde passa a Estrada do Magarça, que faz limite com o loteamento, lembram bem “*da época de junho assim, você olhava, parecia ouro, de tão amarelinho, laranja*”. Seu Luís, cujo avô havia comprado o *sítio* “José Guimarães” no Morro Redondo, brincava de apanhar e chupar as laranjas nos sítios vizinhos, assim como

Júlio, um dos primeiros moradores nascidos e criados dentro do Jardim Maravilha, que também subia a Estrada da Capoeira Grande para roubar laranja. Já Dona Fernanda, que até hoje mora no *sítio* do pai no Morro Redondo, vendia laranjas aos "*bacanas*" vindos da *cidade* para comprar lotes no Jardim Maravilha – tanto os sítios do Morro Redondo e do Fragoso quanto à área ocupada pelo Jardim Maravilha naquela época faziam parte da Fazenda de Santa Clara. Embora fosse o principal gênero produzido, a pequena lavoura de Santa Clara não se restringia à laranja: aipim, feijão, abóbora, manga, jaca, abacate, bananeiras integravam o conjunto dos legumes e das frutas que os sitiantes cultivavam.

Aos poucos, vários desses sítios sumiram, sendo vendidos para dar lugar a novos loteamentos, condomínios ou fábricas. A carreira residencial de Dona Amélia e da família dela, sob este ponto de vista, é exemplo das transformações que afetaram a região toda. Quando Dona Amélia nasceu, os pais dela moravam no *sítio* da avó paterna, dentro de uma área inclusa aproximadamente entre a Estrada da Grama, a Rua do Fragoso e a Estrada do Magarça. O pai dela, funcionário público, já não trabalhava mais com lavoura, cabendo à avó cuidar do *sítio*, com a ajuda das pessoas que o pai pagava para capinar, para *limpar* o terreno.

> AMÉLIA: Era aquilo, era muita terra. Meu pai era um, trabalhava em serviço público, não tinha condições de tá cuidando do sítio. Antes ele cuidava, depois que se meteu no trabalho em serviço público, o sítio ficou por conta de pessoas que ele pagava pra capinar, pra não ficar cheio de mato. E minha avó gostava também que ela viveu assim, um capinando, derrubando, que quando ela contava, que eu não sei. Que quando compraram esse sítio, a minha avó, tinha meu pai pequeninho no colo. Então, quando compraram essas terras, disse que era tudo mata, fechada. E a minha avó, com o irmão que tinha, o irmão da minha avó, que era um dos mais novo, que era solteiro na época, foi que ajudou a minha avó a desmembrar as árvores, capinar, plantar.

A avó de Dona Amélia plantava "*muita coisa*", desde "*pés cheios de frutas*", "*laranjeiras, pés de abacate*", até abóbora, aipim, batata doce, "*essas coisas que dava rápido, que era pra poder vender pra fazer dinheiro*", e também fabricava carvão: "*fazia muito carvão também pra vender, carvão. Aquelas árvores todas que eram cortadas, secava, armaram aqueles balão de carvão pra fazer carvão pra vender*". Entretanto, pouco depois dela nascer, os pais de Dona Amélia se mudaram para uma casa alugada lá no Monteiro, acompanhados pela avó dela, deixando a casa do *sítio* com a família do tio.

> AMÉLIA: Aí nós fomos morar longe daqui, aí meu tio ficou tomando conta do sítio, morando na casa que era da minha avó. Minha avó acompanhou a gente, foi embora com a gente, com a minha mãe, meu pai e nós que éramos pequeno. Aí meu tio casado ficou no sítio. Aí começou a nascer os filhos dele

> também ali no sítio. Aí depois cansou do sítio, que o sítio era muito grande, tinha, começou a dar muito mato e ele trabalhava, não podia cuidar. Aí meu pai botou ele de empregado pra trabalhar, pra capinar, pra cuidar. Aí começou a vender os pedaço. Que era muita terra. Aí começou a vender os pedaço. Aí ficou só com um pedaço que é aonde fez uma casa nova, que virou uma casa nova, e nós vieram de onde nós estávamos morar na casa nova que meu pai fez. Essa casa existe até hoje. Meu tio foi embora...

O próprio tio acabou então desistindo do *sítio* e se mudou para uma casa alugada, também no Monteiro. Ele e o pai de Dona Amélia resolveram alugar a casa da avó "*para alguém que morava na casa e tomava conta do sítio*". Como possuía vacas ainda, o pai pediu para um amigo, que morava na Estrada do Aterrado do Rio e também criava gado, para *tomar conta* desse gado, em troca de colher e vender o leite.

> AMÉLIA: E ficou esses gados muitos anos lá, com esse senhor. E depois, meu pai falou: "Quando você quiser vender, que acha que der muito trabalho pra você", pois ele também tinha os gado dele né, "Você pode falar e vamos vender". E aí vendeu! Aí tá, foi acabando com as criações.

Entretanto, depois de uns dez anos, o pai de Dona Amélia voltou para o sítio materno. É que antes de falecer, a mãe dele havia dividido o sítio entre ele e o irmão, os dois únicos filhos que tinha. O irmão, "*como era mais maluco*", logo vendeu a parte inteira dele, enquanto o pai de Dona Amélia foi desmembrando aos poucos, "*dividiu vendeu monte de pedaço. E ficou com um pedaço de sítio que fez a casa nova que nós viemos de onde nós estavamos [no Monteiro] pra cá*". Depois de casar, Dona Amélia ficou mais um tempo com o marido morando no sítio do pai, mas após seis anos, eles compraram um lote na Padaria dos Velhinhos, onde Dona Amélia mora até hoje. Se a casa que o pai dela construiu ainda existe, o que sobrou do *sítio* primitivo não pertence mais à família dela. Já nos pedaços vendidos pelo pai e pelo irmão surgiram luxuosas casas de veraneio, propriedades de "*gente famosa*" segundo os moradores, e um condomínio horizontal fechado, voltado para uma clientela de classe média alta, bem em frente ao Jardim Maravilha (Figura 54). Vale ressaltar que o mesmo processo de parcelamento de propriedades rurais ocorreu do lado da família materna: a avó materna de Dona Amélia também possuía um *sítio*, em frente à Padaria dos Velhinhos, antes da Rua Fragoso – o nome de Fragoso, dado a toda aquela região, vem provavelmente de Alexandre Fragoso de Sá Freire, um influente posseiro

Figura 54 – Os novos usos da antiga Zona Rural.



Fonte: Thomas Cortado (2014).
Nota: À esquerda, a entrada da Rua Sítio Trossel, em frente à Padaria dos Velhinhos. Os cartazes do lado indicam novos usos dos sítios: um uso predominantemente recreativo (casamentos, festas) no caso do Sítio dos Coqueiros, um uso religioso (retiro) no caso do Sítio Nova Vida do Jabour. À direita um cartaz anunciando o lançamento de um novo condomínio fechada em uma antiga área de sítio, junto à Estrada da Grama. Tanto no caso do Sítio dos Coqueiros quanto do Residencial de Palmeiras, a proximidade com a natureza funciona como argumento comercial.

da região nos meados do século XIX (FRIDMAN, 1999, p. 179). A tia materna de Dona Amélia, em particular, herdou parte do sítio, que ela vendeu logo depois de se mudar para um apartamento em Campo Grande. Hoje, essa parte do sítio acolhe a fábrica têxtil da South, um dos mais importantes provedores de emprego nos arredores do Jardim Maravilha.

De modo geral, a paisagem da Zona Oeste, com sua justaposição de quadrículas mal conectadas umas com as outras, esconde o quanto a agricultura marcou a história dessa região. O ciclo da cana-de-açúcar, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, teve assim um impacto enorme no uso do solo, dando início à colonização de uma região ocupada anteriormente pelos índios Tamoios. Guaratiba em particular, “freguesia criada em 1755, desmembrada da de Irajá, tornou-se uma das mais importantes freguesias rurais do Rio de Janeiro até 1888, quando uma seca atingiu a região” (ibid., p. 174). No fim do século XVIII, a freguesia contava com vários engenhos, que traçaram a toponímia da região, como os Engenhos Lamarão, Juari e Cabuçú, na margem oriental do Rio Cabuçú-Piraquê, os Engenhos do Carmo e de Magarça na margem ocidental (VARZEA, 1945, p. 579). A Ordem do Carmo, uma das

três mais poderosas ordens religiosas no Rio de Janeiro antigo junto com os Jesuítas e os Beneditinos, possuía, assim como as demais, uma vasta extensão de terra, nas freguesias de Campo Grande e Guaratiba. Essa extensão, compreendida aproximadamente entre o atual bairro de Sepetiba e a foz do Rio Cabuçú-Piraquê no sentido Leste-Oeste, o limite da cidade do Rio de Janeiro e a Restinga da Marambaia no sentido Norte-Sul, chamava-se Fazenda da Pedra (FRIDMAN, 1999, p. 175). Organizada em 1700, essa fazenda, além da plantação de cana, dava lugar a criação de bois e de cavalos, ao cultivo da mandioca, do milho e do legume (ibid.). Ademais, Guaratiba abrangia então três portos para escoar sua produção agrícola, um deles na Pedra, pertencendo à Ordem do Carmo (ibid., p. 104).

Pelo fim do século XVIII, afetada pelo declínio da cana-de-açúcar mas estimulada pela recém-introdução do café, a freguesia continuou crescendo, atingindo a cifra de quase 10.000 habitantes em 1838, dos quais um pouco mais de 3.000 eram escravos, uma população superior à das freguesias de Campo Grande, Jacarepaguá e Santa Cruz e correspondente a quase 25% do total da população rural do Rio de Janeiro (ibid., p. 213). Novos engenhos de açúcar e aguardente surgiram então nas terras do Carmo, no século XIX, como a Fazenda de Santa Clara, posse de Manuel Francisco Albernaz, um rico fazendeiro, também dono de plantações de café em Vargem Grande e em Jacarepaguá[200], e que se tornou primeiro Barão de Santa Clara em dezembro de 1872 (ALMANAK LAEMMERT, 1874, p. 551). Signo da importância que a freguesia de Guaratiba tinha para a cidade do Rio de Janeiro, o Plano Beaurepaire-Rohan de 1843, considerado por muitos o primeiro plano diretor da cidade, previa uma série de obras naquela região, como o conserto das estradas e das pontes entre “outros melhoramentos”, e a abertura de uma nova estrada ligando Guaratiba a Campo Grande, de modo a “tornar mais opulenta a freguesia de Guaratiba” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1843/2006, p. 7).

Já no último quarto do século XIX, os tempos do Barão de Santa Clara tinham chegado ao fim. Em 1900, no *Almanak Laemmert* constava a respeito da “circunscrição suburbana de Guaratiba” que “esta circunscrição foi sempre a mais rica e florescente do Município da Capital Federal, entretanto as secas continuadas acabaram

[200] Parte de Vargem Grande naquela época pertencia à freguesia de Guaratiba. Aproveitar a Fazenda de Santa Clara para produzir açúcar e a serra de Vargem Grande para o plantio de café faz sentido já que a cafeicultura se dava prioritariamente nas encostas ensolaradas e bem drenadas dos morros, longe das áreas de baixada, ao contrário da cana-de-açúcar (SANTOS, 2009, p. 45).

seus cafezais, e teria por certo sido reduzida à miséria se não fosse o desenvolvimento que ultimamente tem tido a pequena lavoura" (1900, p. 271). A seca, que destruiu lavouras e pastos, mas também o esgotamento do solo, decorrente das técnicas rudimentares empregadas nas plantações de café, a liquidação progressiva da escravidão, componente essencial da economia, e a implantação do sistema ferroviário, que passou longe de Guaratiba e acabou com os portos, acabaram com a antigamente opulenta freguesia (FRIDMAN, 1999, pp. 115). Entretanto, cresceu a pequena produção, muitas vezes em regime de posse, como no caso da Fazenda de Santa Clara ou na região do Fragoso, onde se encontravam vários sítios (FRIDMAN, 1999, pp. 177-179). O próprio governo municipal passou a adotar estímulos à pequena produção, para melhorar o abastecimento do Distrito Federal em gêneros alimentícios. Enquanto ocupou o cargo de prefeito de janeiro de 1917 a novembro de 1918, Amaro Cavalcanti demostrou "uma predileção especial pela zona suburbana e rural[201]". "O incentivo à lavoura e à pecuária foi particularmente uma das suas preocupações; como complemente, abriu, melhorou e pavimentou estradas e caminhos na zona rural e no subúrbio" (REIS, 1977, p. 65). Em particular, Cavalcanti criou a Superintendência da Lavoura, antepassada da Secretaria Geral de Agricultura, e "instalou ainda quatro postos agrícolas, dirigidos por agrônomos de verdade" (A RUA, 1918, p. 1). "A Zona Rural do Distrito cobre-se de fruteiras e cereais", entusiasmava-se o jornal *A Rua* em março de 1918.

> Quem viaja no ramal de Santa Cruz, da Central do Brasil fica verdadeiramente satisfeito com o que vê, de ambos os lados da linha. Ora são as baixadas atapetadas pela rama escura do batatal, ora é milho gaio cobrindo a meia-laranja fértil, ora é o bananal que sobe 100 a 200 metros de serra cima. Junto aos laranjais vicejam o feijão, o aipim, a abóbora e tantas outras culturas alimentícias. Até mesmo a cana-de-açúcar já vai tendo seu regular plantio, havendo engenhos que a transformam em cachaça (ibid.).

A lavoura tinha se espalhado pelos vários recantos da Zona Rural, que ocupava então boa parte do Distrito Federal (Figura 55). Em Guaratiba, prevaleciam as plantações de laranja, fruta-do-conde, abacate, tomate, pimenta, abóbora e cana de açúcar, além das criações de galinha e da pesca. Foi nesse mesmo período que a Companhia Ferro-Carril de Campo Grande a Guaratiba abriu a primeira linha de bonde elétrico ligando o centro de Campo Grande à povoação da Pedra de Guaratiba: no dia 6 de

[201] Filho de professores primários, Amaro Cavalcanti nasceu e cresceu em um sítio de Caicó, no sertão do Seridó Potiguar (cf.: <http://www.historiaegenealogia.com/2016/11/dr-amaro-cavalcanti.html>. Acesso em: 31 de dez. 2017). Também no mandato dele, a municipalidade decretou a primeira lei de zoneamento (Decreto n. 1.185, de 5 de janeiro de 1918).

dezembro de 1917, o próprio prefeito Amaro Cavalcanti veio inaugurar essa linha, por convite dos dois diretores da companhia, Antônio Fernandes dos Santos e Eivind Reinert (A RUA, 1917, p. 3).

Figura 55 – O mapa da lavoura no Rio de Janeiro em 1917.



Fonte: *A Rua* (1917).

Contudo, tudo aponta para o declínio dessa lavoura nos anos subsequentes. Entre 1920 e 1950, de acordo com dados apresentados pela Comissão Organizadora da Primeira Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, a área cultivada do Distrito encolheu de 51.419 para 39.663 hectares, enquanto a parte do consumo carioca produzida pela agricultura da capital havia caído abaixo dos 10% (IMPRENSA POPULAR, 1955a, p. 4). De fato, à imagem de opulência associada às freguesias rurais do Rio de Janeiro nos tempos da cana-de-açúcar e do café, substituiu-se a do “sertão carioca”, segundo a expressão do naturalista Magalhães Corrêa – autor de uma crônica sobre as freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, escrita enquanto exercia o cargo de conservador na secção de História Natural no

Museu Nacional, inicialmente publicada nas colunas do *Correio da Manhã*[202]. "A duas horas do Palácio Monroe ainda hoje fazem farinha de mandioca, no 'sertão de Guaratiba', empregando o tipiti, igualmente aos que em 1500 serviam para espremer a massa da mani", disse o antropólogo e diretor do Museu Nacional Edgar Roquette-Pinto no prefácio para a versão publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (CORRÊA, 1936, p. 7). Magalhães Corrêa entendia então "que a forma de vida e, em particular, o modo de interação e integração dos habitantes com a natureza por meio de predominância de uma economia de subsistência, evidenciavam a existência de típicos *sertanejos*" (SANTOS, 2009, p. 175, grifo do autor). De acordo com Ricardo Palma, que fez uma resenha da crônica para o *Diário Carioca*, "tudo por ali é um vasto mundo ainda virgem, com um homem ainda meio primitivo, vivendo da caça, da pesca, do fruto silvestre, em rancho à beira do brejo ou na mata, solitário com os seus cães" (CORRÊA, 1933, p. 13).

Em pouco tempo, o sertão carioca se tornou o lugar comum de descrições tanto "miserabilistas" quanto "populistas" (GRIGNON & PASSERON, 1989), os comentaristas enfatizando tanto a extrema pobreza dos moradores da Zona Rural quanto o gênio tipicamente brasileiro dessas populações preservadas da civilização, vivendo no meio de uma natureza encantadora. "Nessas matas, onde os encantos dos sítios pitorescos se conjugam ao ambiente bem nosso", escrevia Magalhães Corrêa, "aparecem pontos, quer feitos pela mão do homem quer pela natureza, que devem ser visitados pelos amantes do belo[203]" (1933, p. 120). Já na imprensa, os relatos miserabilistas da Zona Rural ganharam força ao longo dos anos. Em fevereiro e março de 1947, o jornal *O Globo* cobriu a "excursão" feita por uma caravana de vereadores da União Democrá-

[202] É conhecida a tese de Valladares segundo a qual a categoria de favela se impôs no espaço público a partir dos anos 1920 por conta das semelhanças que os cronistas daquela época percebiam entre as favelas cariocas e o sertão tal como descrito na famosa obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, publicado em 1902 (VALLADARES, 2005, p. 30 et seq.). Todavia, os sertões vistos pelos olhos de Euclides da Cunha serviram de "mito de origem" (ibid.) para pensar não só as recém-nascidas favelas mas também a Zona Rural decadente – na verdade, parece que esse "mito de origem" teve uma importância maior ainda no caso da Zona Rural, pois a expressão "sertão carioca" entrou logo no vocabulário comum para designar não as favelas, mas as regiões do Rio além de Jacarepaguá (inclusa).

[203] Santos formula a interessante hipótese de que essa representação da zona rural como "um lugar paradisíaco", do ponto de vista do ambiente natural, tenha contribuído para que "se pensasse a região como uma área de turismo e, por que não, de expansão de um mercado imobiliário voltado para a construção de casas de veraneio" (SANTOS, 2009, p. 177-178), motivo central na propaganda de vários loteamentos proletários.

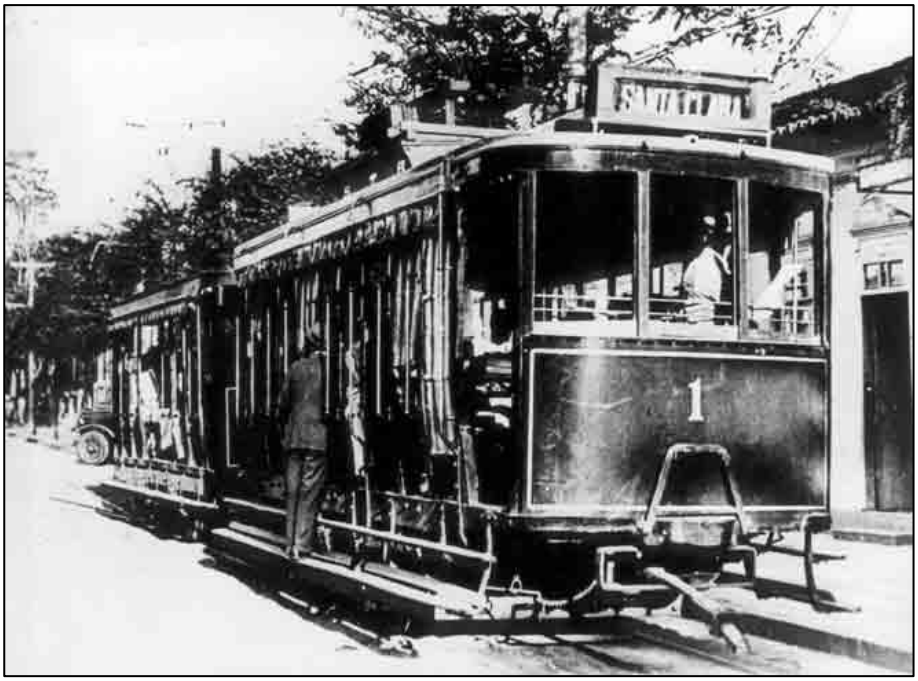
tica Nacional (UDN), liderados por Carlos Lacerda, ao sertão carioca. Evocando “quadros quase apocalípticos”, o diário não poupava as hipérboles, assemelhando o morador desse sertão ao que era tido naquela época como o tipo humano mais primitivo.

> Terra sem luz elétrica, sem telefone, sem coisa alguma que denote progresso, o sertão carioca que é uma fabulosa riqueza em potencial permanece numa como total estagnação. E ali o homem abandonado é um pigmeu sem força para nada, humilhado diante da pujança e da fecundidade do solo (O GLOBO, 1947, p. 2).

Ao lado de uma vida “rebentando em imensos bananais nativos, em laranjais agrestes e selvagens canaviais”, “o sertanejo do Distrito Federal (...) fica parado, incapaz de pensar, depauperado pela subnutrição e pelas doenças e imerso na mais absoluta ignorância” (ibid.). O mesmo relato se repetiu cinco anos depois, com a “excursão” (categoria que, diga-se de passagem, ilustra o quanto as elites urbanas “exotizavam” a realidade da Zona Rural) de vários deputados federais: “A ‘maratona ruralista’ pelo sertão carioca, como foi classificada, revelou o que existe de abandono e de desânimo naquela zona”, resumia o jornal (O GLOBO, 1952, p. 8).

Com o intuito de dotar o Distrito Federal de um verdadeiro “cinturão verde”, o governo procurou então reforçar o auxílio à pequena lavoura. É que, na época da guerra, o abastecimento do Rio de Janeiro em gêneros alimentícios se revelou deficiente, em parte por conta da péssima qualidade das estradas, que encarecia o transporte dos produtos agrícolas, mais ainda nesses tempos em que faltava gasolina (O GLOBO, 1942d, p. 3). Durante a gestão de Dodsworth, a prefeitura organizou a Fazenda Modelo de Guaratiba (antiga Fazenda do Saco) com o objetivo de garantir o abastecimento dos hospitais com ovos, galinhas e produtos vegetais, mas também de “auxiliar os pequenos lavradores das zonas rurais do Distrito Federal”, graças a um serviço de mudas e enxertos (A MANHÃ, 1941, p. 11). Em março de 1944, a prefeitura “reinaugurou” a linha de bondes de Santa Clara até Guaratiba (Figura 56), após anos de descaso, por parte das sucessivas companhias privadas encarregadas da linha. Em péssima condição financeira, a Companhia Ferro-Carril de Campo Grande a Guaratiba tinha sido entregue, em 1929, ao espólio de Antônio Fernandes dos Santos, Antônio Penaiva dos Santos, que propôs à prefeitura, em 1931, reorganizar a companhia, a qual passou a ser chamada de Companhia de Viação Rural (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1938, p. 3). Ainda assim, as linhas da companhia continuaram em péssimo estado, com os frequentes descarrilamentos e outros acidentes fazendo a fama do “bonde da Pedra”, o que levou, em abril de 1937, à municipalização da companhia, sendo rebatizada, então, de Serviço de Transporte Rural (O GLOBO, 1943b). O diretor

Figura 56 – O bonde de Santa Clara em 1948.



Fonte: http://www.museudantu.org.br (2017)

do DCP, o engenheiro Duque de Estrada, discorreu logo depois do prefeito inaugurar a nova linha, “agradecendo, em nome da população da zona rural, o importante melhoramento que era inaugurado”, explicando que tal melhoramento ia servir “para o transporte de passageiros naquela extensa zona e para escoamento da lavoura local” (DIÁRIO CARIOCA, 1944, p. 3).

Em dezembro de 1947, o próprio presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e o prefeito do Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes, inauguraram em Campo Grande a Semana Ruralista, para, novamente, sinalizar o apoio da prefeitura “aos homens que lavram a terra do Distrito Federal e fornecem gêneros alimentícios, verduras e frutas aos mercados”, “aos homens simples do ‘sertão carioca’” (A NOITE, 1947, p. 1). O vereador da UDN e integrante da Comissão de Agricultura Breno da Silveira usou então da palavra para parabenizar o governo pela sua ação, adotando uma retórica muito próxima do “paternalismo planejador” hegemônico nos tempos de Getúlio Vargas. Tratava-se, segundo ele, de levar “o agrônomo, o educador, o higienista, o médico e o sociólogo às regiões rurais”, para “valorizar o nosso homem do campo, libertando-o dessa semi-idade média em que vive, analfabeto, pobre e desnutrido” (ibid., p. 12), o que passava pela organização dos lavradores segundo o modelo corporativista e pela garantia que tivessem acesso à terra. Para o vereador udenista,

mas isso explica até o envolvimento do DCP nessas questões, “o pedaço de Terra para o homem rural deverá ser o ‘slogan’ obrigatório, como o é a casa própria para o operário moderno” (ibid.). Assim como era preciso fixar camponês brasileiro na fronteira agrícola e fixar o operário à casa própria, também era preciso fixar o homem do Sertão Carioca à terra.

Se uma maior e mais eficiente assistência técnica oriunda da prefeitura fazia parte das reivindicações dos lavradores cariocas, a prioridade para eles, de acordo com o manifesto lançado na Primeira Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, estava no combate ao “loteamento desenfreado e antieconômico, ocasionando a valorização astronômica e fictícia das terras e a grilagem com toda a sorte de aventuras, esbulhos, violências, coações, roubos, etc. por parte de indivíduos, ‘companhias’ e até ‘bancos’ poderosos e desonestos” (IMPRENSA POPULAR, 1955a, p. 4.). Isso aponta, na verdade, para uma contradição fundamental subjacente a todo o governo da Zona Rural nesse período que vai dos anos 1920 até os anos 1960, contradição que mostra o quão pouco “racional” (no sentido do “authoritative instrumentalism” ou da Rational Choice Theory, o ponto de vista geralmente adotado nos estudos sobre políticas públicas, cf. SHORE & WRIGHT, 2011, p. 4) pode se mostrar o governo das populações e dos espaços: ao mesmo tempo em que as elites da cidade consideravam o subúrbio em geral, Zona Rural incluída, a vocação do proletariado carioca – daí a elaboração de uma tecnologia como a do loteamento proletário – elas também sonharam, mais ainda após o traum da guerra, em transformar a Zona Rural em um vasto “cinturão verde”, capaz de tornar a cidade autossuficiente, de suprir a população “exclusivamente, de produtos da pequena lavoura, aves, pequenos animais e até de boa parte de leite tipo granja, pelos lavradores e criadores do ‘sertão carioca’”, segundo as palavras do secretário de Agricultura na Exposição Agropecuária de Botafogo, em 1948 (O GLOBO, 1948, p. 3). Dito de outra maneira, as elites, nesse período, procuraram simultaneamente fixar o operário das fábricas e o camponês do Sertão Carioca em um mesmo território, o da Zona Rural, sem parecer se preocupar muito com a difícil compatibilidade desses dois objetivos: enquanto fixar o operário na Zona Rural passava pela produção de lotes pequenos, até menores do que os padrões vigentes no resto da cidade, fixar o camponês requeria lotes muito acima desses mesmos padrões, pois, para o camponês e diferentemente do operário, o lote representava um instrumento de trabalho também – o que a própria prefeitura sabia, já que o lote de

tipo agrícola tinha uma superfície mínima de 525 m², quase o dobro de um lote proletário (art. 583, § 1º do Código de Obras de 1937).

É verdade que o governo tentou solucionar essa contradição com o Decreto n. 9.941, de 28 de setembro de 1949, o qual subdividiu a Zona Rural (ZA) em duas subzonas, uma Zona de Expansão Urbana (ZA 1) e uma Zona de Reserva Agrícola (ZA 2): só na Zona de Expansão Urbana, que se estendia mais ou menos ao longo de uma faixa de 250 m para cada lado das principais estradas da Zona Rural, como as Estradas do Magarça ou do Mato Alto por exemplo, o decreto permitia "loteamentos residenciais ou proletários", "quando for possível a completa urbanização da zona loteada, inclusive adução e distribuição de água potável, energia elétrica e sistema de esgotos ou fossas, em todos os logradouros novos" (art. 4º). Já na Zona de Reserva Agrícola, os lotes para fim residencial, em logradouros já reconhecidos, tinham que apresentar uma testada de 30 m e uma superfície de 3.000 m² pelo menos (art. 6º), e os lotes para fim agrícola uma testada mínima de 40 m para uma superfície de 10.000 m² (art. 8º). O decreto tendia, na verdade, e a relegar na periferia do sistema viário o uso do solo pelos lavradores, enquanto liberava o loteamento residencial, e sobretudo proletário, na vizinhança das estradas – como no caso do Jardim Maravilha, que dava diretamente na Estrada do Magarça, ainda que a área afetada pelo loteamento se estendesse muito além dos 250 m previstos no decreto, chegando até a beira do Rio Cabuçú-Piraquê. Até que ponto esse novo zoneamento (promulgado na véspera da "febre de minifúndio" que tomou conta da Zona Rural nos anos 1950, com o lançamento dos maiores loteamentos proletários da história) teve um impacto significativo sobre o parcelamento do solo na Zona Rural, no sentido de frear o loteamento residencial e incentivar o loteamento agrícola, eu não saberia dizer. Mas talvez a resposta esteja na pergunta. Por isso, dificilmente não podemos ver no Jardim Maravilha algo como o símbolo de uma derrota histórica dos lavradores, desses lavradores que, desde o fim do ciclo da cana-de-açúcar e a despeito de inúmeras resistências, vinham conquistando espaço na Zona Rural desta cidade.

2.2.2.3 Os usos rurais do espaço loteado

Será? Se os sítios perto do Fragoso aos poucos foram loteados ou deram lugar a casas de veraneio, ao lado do Morro Redondo eles ainda existem, embora poucos moradores continuem vivendo da lavoura – sem mencionar que lá também ocorre um

processo de parcelamento do solo, na forma do desmembramento e não de loteamento, como no *sítio* que o avô de seu Luís comprou e que conta hoje com mais de dezesseis casas. A aparência desses sítios até hoje difere muito do loteamento vizinho, pela forma mais dispersa do habitat e pela ausência de cercas entre eles[204], o que não quer dizer que não haja limites bem definidos. Difere também o modo como a propriedade do solo circula. "*Aqui desse sítio por exemplo, todo um lado daqui de cima*", comentava Dona Fernanda, a respeito da encosta do Morro Redondo que ficava acima da Estrada da Capoeira Grande, "*era sitiante. Porque justamente aquelas pessoas que iam passando de pai pra filho, pai pra filho, pai pra filho, conforme hoje ainda continua, então as pessoas tão assim. Chama-se sitiante. A parte do Jardim Maravilha é lote*". E a Dona Fernanda de enumerar as várias famílias que possuem sítios ali, como a dos "*portugueses*", os únicos que, aparentemente, conseguiram a titulação definitiva de seus terrenos. Entretanto, para além dos sítios, até que ponto o loteamento proletário representou uma ruptura significativa no uso do solo? Vale ressaltar que, antes da Companhia de Obras e Indústria Santa Clara lançar o Jardim Maravilha, ninguém ocupava aquela área, invadida pela mata e pelo brejo. Alguns sitiantes iam lá colher o maricá para o fogo de lenha ou caçar animais, mas ninguém morava lá.

> LUÍS: A gente caçava aqui, matava ainda bicho aqui nesse brejo aí. Isso tudo aí era maricá! Daquela estrada lá principal, esse Maravilha todo aqui, não tinha uma casa, era só mata! A gente caçava isso tudo aí. Aí depois começou vir a tal da Obrasin, que foi a companhia que fundou o Jardim Maravilha. Aí começou a fazer as ruas, sem casa.

Os sitiantes também aproveitavam a mina d'água do Morro Careca, chamada por eles de "Poço da Carioca", nos tempos de seca, "*de sete em sete anos*". A chegada dos primeiros moradores não mudou muita coisa, pelo contrário: conforme vimos na primeira secção deste capítulo, por muito tempo eles tiveram que fazer aquilo mesmo que os sitiantes faziam, como *limpar* os terrenos, capinar os *trilhos* (as ruas), buscar água na mina do morro ou furar um poço. Frente à falta de infraestruturas, falta com a qual os moradores da *roça* já estavam acostumados, os primeiros residentes

[204] Dona Fernanda me contou uma anedota interessante a respeito da falta de cerca: um belo dia chegou um homem da *cidade* para comprar um *sítio* na região, que ele achava "*muito romântica*". "*'Ah aqui é tudo romântico! É tudo romântico!', aí eu digo: 'Por que?', aí eu fui falar, eu fui perguntar o porquê o romântico né, que ele tinha chegado falando, 'Porque aqui não tem cerca, aqui não tem, assim a gente vai, a gente mora parede e meia, um com o outro, né, quando tu passa na porta do outro e não conhece os vizinhos! E aqui todo mundo se conhece. Você viu que você veio, a menina ela veio por aqui, já voltou por aqui por dentro. Não tem cerca, nós passamos... então assim, mas a gente sabe o limite. Bom, você cuida desse pedaço e tal, mas se eu quiser plantar a bananeira lá, eu planto a bananeira (*rindo*). Na hora da bananeira dar o casco, não dá uma banana só!*"

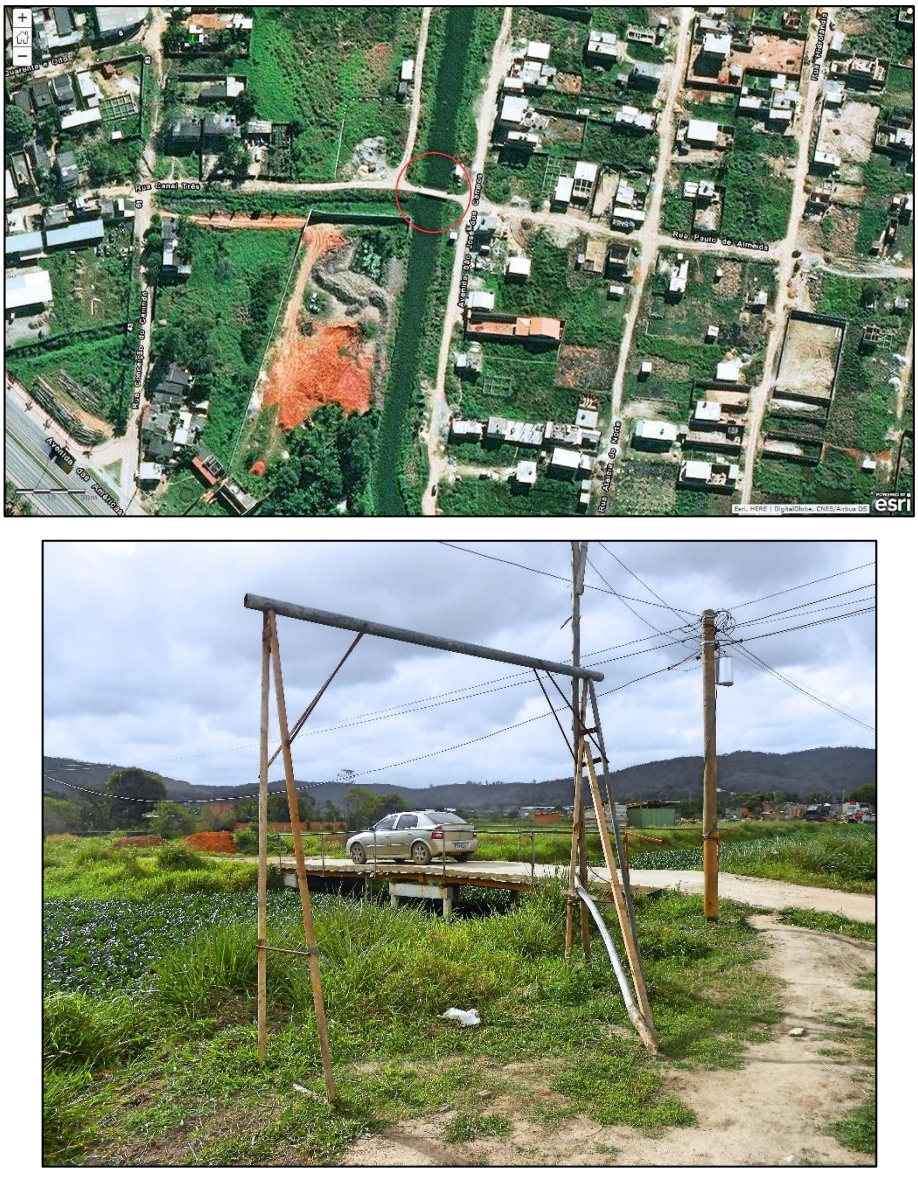
do Jardim Maravilha recorreram então a soluções típicas das áreas rurais, áreas de onde muitos deles tinham acabado de chegar. E não só os primeiros residentes: nas frentes de expansão, carentes de toda infraestrutura, os moradores também “reatualizam saberes camponeses” (SOUZA, 1992, p. 125). Foi o caso de seu Tiago, morador da Avenida São José dos Campos, do lado que fica nas Casinhas. Chegado no Jardim Maravilha no início dos anos 2000 e dez, trabalhava antes em uma fazenda na Paraíba, onde realizava diversas tarefas de manutenção, uma delas a construção de pequenas pontes para o trânsito de carros e pessoas, já que pela fazenda passavam vários cursos d’água. Acontece que a Avenida São José dos Campos também é atravessada por um curso d’água, o Valão José Sena, afluente do Rio Cabuçú-Piraquê. Visto que, na época em que a Companhia Santa Clara submeteu o projeto de loteamento à prefeitura, não existia a Avenida das Américas, sendo a Estrada do Magarça a principal ligação do Jardim Maravilha com o resto da cidade, aparentemente ninguém nunca achou necessário permitir que os moradores atravessassem esse valão. Já depois da abertura da Avenida das Américas, nem a companhia loteadora, nem a prefeitura tentou estender as principais ruas do loteamento no sentido Norte-Sul, como a Rua Letícia, considerada a Rua Principal do Jardim Maravilha, ou a Avenida São José dos Campos, até a Avenida das Américas. Em vez disso, todas elas, até hoje, se perdem no meio da vegetação, na região das Casinhas. Para poder chegar à Avenida das Américas, agora uma ligação essencial com o resto da cidade, os moradores da Avenida São José dos Campos precisavam subir a avenida até a Estrada do Magarça, e depois seguir por esta mesma estrada até o cruzamento com a Avenida das Américas. Seu Tiago juntou então os moradores da área para comprar o material e fazer um *mutirão*, aproveitando a experiência dele para construir uma ponte entre as duas ribas do valão, na altura da Rua Paulo de Almeida (Figura 57). Tal ponte, que existe até hoje, constitui, portanto, um exemplo vivo dessa reatualização dos saberes camponeses em um contexto de deficiência sistemática do planejamento urbano.

Ademais, os moradores do Jardim Maravilha sempre desenvolveram atividades agrícolas dentro do loteamento. De acordo com seu Roberto, bem no início do loteamento, quando havia poucas casas e nenhuma rua asfaltada, os criadores de gado eram inclusive “*os mais cotados no bairro*”.

> ROBERTO: Tal de seu Neves, que era muito conhecido aqui, criador de cabra. Ele era o rei das cabra, tratava ele de rei das cabra. Queria comprar um bode, podia ver lá nele que ele tinha. Tinha... pessoal que tinha boi. Que eram os mais cotados no bairro, tal de Seu Jorge, Jurandir, e outros que outros mais que esqueço até o nome.

THOMAS: Essas pessoas que tinham boi aqui moravam no Maravilha mesmo?
ROBERTO: Moravam, tinha curral e tinha uma... uma casinha modestazinha no curral pra morar. [...] Tinha dono tinha dois, três terreno, tinha casinha dele e tinha criação dele. Uns tinha de boi, outros tinha de cabrito...
THOMAS: Dentro do loteamento mesmo?
ROBERTO: ...de cavalo. Tinha, tinha. Muitas coisas começou mudar, isso tudo, quando começou a entrar o saneamento. A maioria vendeu os gado tudo.

Figura 57 – A ponte construída pelos moradores da Avenida São José dos Campos em 2014.



Fonte: ARCGIS (2017) & Thomas Cortado (2014).

Esses criadores de boi, vaca, porco, cabrito, galinha e pato aproveitavam os inúmeros terrenos baldios que existiam dentro do loteamento para o pasto dos animais, colocando até cercas em torno das áreas que frequentavam. Devido à falta de

comércio naquela área toda, esses criadores conseguiam parte do lucro deles vendendo ovos, leite e a carne dos animais para os outros moradores do Jardim Maravilha. Ainda o final dos anos 1980, início dos anos 1990, várias localidades dentro do loteamento serviam para o pasto, como o Morro Careca. "*Ali foi um curral*", me confirmou Claudio", "*tinha um coroa que morou ali, quer dizer, tinha duas vaca, um bezerro e um bar com duas garrafa de cachaça* (rindo)". Já a Chácara na mesma época ainda era uma chácara, onde famílias cultivavam laranjas e mantinham um curral. Com as obras dos anos 1990, a invasão do Morro Careca e o loteamento da Chácara, a pecuária periclitou: o bairro *cresceu*, a falta de espaço disponível fez vários criadores reduzirem o tamanho do gado, a não ser aqueles iguais ao "rei das cabras" que compraram vários terrenos dentro de uma mesma área. Entretanto, não desapareceu: até hoje várias famílias continuam criando animais, como porcos, vacas, cabritos e cavalos, principalmente nas áreas do loteamento ainda não urbanizadas, como nas Casinhas ou no Beira-Rio (Figura 58). Vitor, por exemplo, possui dois cavalos que

Figura 58 – Trânsito humano, trânsito animal na Baixada.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

aluga para transportar material de construção[205]. Já nos fins de semana, moradores compram porcos para servir no tradicional churrasco.

[205] Na minha ignorância, achava que quem recorria a esse tipo de serviço não tinha como alugar um caminhão, enquanto, na verdade, muitos contratam essas carretas porque, quando a quantidade de material para transportar o permite, elas realizam um serviço semelhante ao do caminhão por um preço muito mais barato. Assim, longe de expressar o reino da necessidade, de remeter a alguma "cultura da

Ainda assim, a imensa maioria das criações e plantações hoje parecem voltadas antes para o consumo doméstico. Seu Inácio, camponês oriundo da Paraíba, que morou alguns anos no Complexo do Alemão, de onde saiu porque os *bandidos* danificavam as plantações dele, se apossou de uma margem do Rio Cabuçú-Piraquê após ter se mudado para o Beira-Rio, onde ele agora planta, cria galinhas e "*foge da mulher*", segundo as palavras dele (Figura 59). Já seu Raimundo comprou os quatro terrenos que ficam na largura de uma quadra nas Casinhas, construiu a casa dele nos

Figura 59 – Criações e plantações de seu Inácio, na margem do Rio Cabuçú-Piraquê.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

pobreza", de simbolizar a suposta "marginalidade" dos moradores no espaço da cidade, o uso dessas carretas configura uma solução econômica a um problema que se coloca para todos, em todas as épocas, o do transporte (barato) do material de construção.

dois terrenos do meio enquanto aproveita o da primeira esquina para servir de horta e o da segunda esquina para servir de estábulo. De fato, são inúmeros os moradores que aproveitaram e continuam aproveitando algum terreno vizinho, com ou sem o consentimento do dono, para plantar e criar (Figura 60). O marido de Dona Rosa, por exemplo, se apossou de um terreno ao lado, onde plantou cana-de-açúcar e batata doce durante anos, até chegar o dono legal, que o revendeu. Quando seu Walter e Dona Elisabete se mudaram para o lote deles, encontraram os restos de aipim e pés

Figura 60 – Os usos do quintal: criação e plantação.



Fonte: Thomas Cortado (2015).

de quiabo deixados pelo vizinho da frente, pois os antigos donos tinham lhe pedido para *tomar conta* do terreno, e o deixaram plantar e criar. Do mesmo modo, os donos do terreno vizinho ao de Dona Clara lhe pediram, há mais de trinta anos atrás, para tomar conta da propriedade, e em troca, podiam aproveitá-lo como quisessem.

> THOMAS: E como que você aproveitou esse terreno então? Você falou que deixou tomar conta...
> CLARA: Ah! O meu marido, ele é do interior né [de Pernambuco], o meu marido é do interior. Então ele gosta muito de criação. Então já criou, foi bicho eles dentro. Ih! Pato, galinha, marreco, não sei o quê, não sei o quê, pintinho... Tudo quanto foi bicho, já foi criado nesse terreno. Ele plantou, fez plantação, e tudo. Aí agora tá aí.

A fala de Dona Clara chama atenção, pois ela mostra que plantações e criações não decorriam somente da "razão utilitária", como diria Souza[206], não visavam só "a complementação do orçamento doméstico": tratava-se mesmo de "reatualizar saberes camponeses", de atualizar uma memória prática oriunda da *roça*, de aproximar o mundo ambiente daquele dentro do qual a pessoa cresceu, de criar com o mundo ambiente uma relação de familiaridade camponesa. O pai de Carla, que, além de aproveitar o terreno vizinho para plantar, criava porcos, galinhas e cabras no próprio quintal, também procurava atualizar uma memória camponesa.

> CARLA: Meu pai era fazendeiro, tipo rural. Meu pai gostava de cantinho assim. Ele sempre gostou de plantar, de plantação, de cuidar de animal... [...] Ele era Pernambucano.
> ROSA: O irmão dele que mora ali do lado, ele é de Pernambuco também.
> THOMAS: Do interior né, eles eram do interior de Pernambuco.
> CARLA: Isso. Então sempre gostou, a família dele, na verdade era assim. Ele foi criado no meio de... galinha, de pintinho, de vaca...
> ROSA: (*ao mesmo tempo*) Foi criado na roça, na roça!
> CARLA: Na roça! Então era um ambiente que ele foi criado. Então achou que aqui também ele poderia fazer, continuar né.

Como disse, em uma grande risada, Dona Fernanda, "*quem é da roça, gosta de trabalhar da roça. E quem vai pra fora e tal tem medo até da enxada, do cabo da enxada. E a gente não, a gente tem aquela enxada de estimação (...), é aquela coisa de... de ter amor à enxada*". Vale ressaltar aqui o tamanho médio dos lotes (225 m²), suficiente para ao mesmo tempo construir uma *casa bonita* e plantar ou criar. Essas condições favoráveis ao desenvolvimento de pequenas atividades agrícolas acabam atraindo pessoas que, justamente, buscam esse tipo de atividades. Em particular, são muito comuns os casos de famílias que acolheram, no terreno delas, pais e parentes

[206] "No loteamento, coexistem práticas camponesas, muitas vezes exercidas pelos próprios trabalhadores, não apenas por uma razão utilitária, visando a complementação do orçamento doméstico, mas por haver a possibilidade de reatualização de saberes camponeses, que os agentes trazem consigo" (SOUZA, 1992, p. 125).

idosos oriundos do *interior*, os quais preferiam ficar no Jardim Maravilha em comparação com outros lugares, do tipo favela, casa de subúrbio ou apartamento, justamente pela possibilidade de desenvolver pequenas atividades agrícolas.

> EURÍDICE: Depois, que que aconteceu: a minha mãe veio morar aqui. Entendeu. A minha mãe morava lá no Nordeste. Só que a minha mãe é assim: ela foi criada na roça, então ela gostava muito de um terreninho pra plantar, ela plantava de tudo aqui, muita coisa aqui.
> THOMAS: Ah, então, quando vocês ficavam morando do outro lado ela usava outro terreno pra plantar.
> EURÍDICE: É, aipim, batata doce.

Ou seja, loteamentos periféricos como o Jardim Maravilha acabaram se tornando uma peça central naquilo que eu chamaria não de reprodução mas, retomando uma expressão de Carla, de continuação do modo de vida camponês. Assim, paradoxalmente, é bem possível que nunca tivesse tido tantos lavradores ocupando a Fazenda de Santa Clara, do que desde a aparição do Jardim Maravilha...

2.3 À BEIRA DO URBANO

A urbanização diferida, do ponto de vista daquilo vivido pelos moradores, não se resume a um atraso ou a uma restrição no acesso às infraestruturas urbanas, embora sejam dois aspectos fundamentais do fenômeno. A urbanização diferida possui sua própria consistência, compondo "territórios existenciais" (GUATTARI, 1985) que fogem do "modo de vida" (WIRTH, 1938) tanto "urbano" quanto "rural" – a urbanização diferida introduz assim uma *différance* (DERRIDA, 1972) no sistema das categorias, como *urbano* x *rural*, usadas para pensar o espaço e o tempo das sociedades modernas ou em via de modernização. A consistência etnográfica singular da urbanização diferida transparece em vários níveis. Em primeiro lugar, na percepção que os moradores têm do Jardim Maravilha – digo percepção e não representação porque as imagens que os moradores formam a respeito do loteamento não existem independentemente das tarefas práticas constitutivas do fato de habitar (*dwelling*)[207], do vínculo prático que os moradores criam com o "mundo ambiente" (*Umwelt*). Por um lado, o loteamento se revela uma *cidade* em devir, ou melhor, em *movimento*, caminhando para o *progresso*. Ao poço, substituiu-se assim a água encanada. À *luz do bonde*, a

[207] "O conhecimento conseguido através da percepção direta é, portanto, prático. É um conhecimento acerca daquilo que um ambiente oferece para o prosseguimento da ação na qual o percebedor (*perceiver*) está atualmente envolvido. Em outras palavras, perceber um objeto ou um evento é perceber aquilo que ele *oferece* (*what it* affords)" (INGOLD, 2000, p. 166, grifo do autor).

posteação. Aos *trilhos*, as ruas. À *lama*, o asfalto. Ao *mato*, as casas. Como na experiência do plano inclinado de Galileu, as *obras* representam momentos de formidável aceleração do *progresso*, quando *crescimento* e *evolução* andam juntos. A percepção que os moradores têm desse *movimento* não se limita, contudo, à dimensão física dessas transformações: no *progresso* do bairro, está em jogo um fenômeno de "mobilidade existencial", de *melhora de vida*, de ascensão na hierarquia socioespacial da cidade, de *valorização* do bairro, em todos os sentidos da palavra. A notar que o *progresso* não é um fenômeno linear, que ele vem cheio de complicações também, que às vezes a *evolução* não acompanha exatamente o *crescimento* do bairro, como no caso da rede de esgoto. Por outro lado, a urbanização do loteamento representa uma ameaça potencial à *tranquilidade* do bairro. De fato, aquilo que ainda separa o Jardim Maravilha da *cidade* o afasta igualmente desse mal tipicamente urbano, a *violência*, a qual não se confunde com qualquer exercício da violência física, mas, sim, com uma violência expressa publicamente e de maneira aleatória. As poucas casas que existiam antes do bairro começar a *crescer* permitiam assim com que *todo mundo se conhecesse* – não havia *pessoas de fora*, isto é, *pessoas* (potencialmente) *perigosas*, até os *bandidos* eram conhecidos. Ademais, em vez de *bagunça*, a *natureza* enchia, e para boa parte dos moradores, continua enchendo a paisagem sensorial de impressões associadas à *roça*. Assim surge uma primeira característica da urbanização diferida do ponto de vista da hermenêutica nativa: a coexistência de duas modalidades contraditórias, pelo menos conflituosas, de percepção, que giram em torno de categorias semelhantes porém lhes atribuem significados diferentes, como no caso da *roça*, paradigma do *atraso* mas também da *tranquilidade*.

Esse equívoco perpassa o segundo nível de consistência etnográfica, o das práticas de apropriação. Enquanto as *obras* não chegavam, os moradores construíam, e nas frentes de expansão ainda constroem, as próprias infraestruturas, de luz, de água e de esgoto principalmente, recorrendo àquilo que chamamos de bricolagem urbanística, ora aproveitando infraestruturas já existentes através de *gatos* ou *puxadinhos*, por exemplo, ora adaptando o mundo ambiente deles, como no caso das valas negras. Assim, por contiguidade e intermitência, sozinho ou mobilizando quase-grupos de vizinhos na realização de *mutirão*, os próprios moradores dotaram o Jardim Maravilha de uma infraestrutura para fim de "consumo coletivo", mas até que ponto o "infrastructural work" (PARDO-GUERRA, 2013) desses moradores deve ser conside-

rado urbano? Até que ponto furar poço, cavar valas ou capinar ruas configuram atividades urbanas? De fato, se a gente tomar como ponto de referência o modo como as elites problematizaram a produção do espaço urbano desde o século XVI, através do planejamento urbano, essas atividades pouco têm de urbanas. São na verdade perguntas retóricas. O que caracterizou o governo da cidade desde o início da modernidade foi um esforço constante para purificar o espaço dito urbano dos usos ditos rurais, algo que Santos chamou de “desruralização” da cidade (SANTOS, 2014). Algo que, no Rio de Janeiro, conforme vimos no capítulo anterior, começou no século XIX e ganhou força durante o ciclo haussmanniano – esse esforço não visava acabar com os usos rurais do espaço sob domínio da cidade, mas dissociar os usos rurais e urbanos, relegando os usos rurais a determinadas zonas. O que a bricolagem urbanística e, de modo geral, o modo como os moradores do Jardim Maravilha se apropriam do espaço revelam são os limites dessa tentativa de purificação: as redes sócio-técnicas que os moradores acabam criando para atender suas próprias demandas mobilizam práticas consideradas rurais (saberes camponeses por exemplo, técnicas de aproveitamento do solo tidas como típicas de áreas rurais) e outras consideradas urbanas (aproveitamento clandestino de infraestruturas tidas como típicas de áreas urbanas), ou seja, para retomar um conceito de Latour, elas apresentam um caráter eminentemente “híbrido” (LATOUR, 1997). A ponte da Avenida São José dos Campos não é especialmente urbana ou rural, a construção dela reatualizou saberes oriundos da *roça* para satisfazer necessidades decorrentes do ambiente urbano (facilitar a circulação), e é justamente isso que faz dela um híbrido. Isso nos leva então a formular a segunda característica da urbanização diferida: o que do lado das percepções e dos discursos se manifesta na forma de um equívoco, a distinção entre o rural e o urbano, do lado das práticas de apropriação aparece como hibridação. O momento da urbanização diferida se revela particularmente propício à proliferação dos híbridos rural-urbano, contrabalançando a tese, amplamente admitida, de que o loteamento das glebas periféricas para fim residencial teria acabado com o uso rural desses espaços.

Vale ressaltar aqui o papel da casa, tanto na produção quanto na percepção desse espaço submetido a um processo de urbanização diferida. A respeito do imóvel residencial em geral, Lefebvre já dizia que “ele é banhado por toda parte nos fluxos de energia que o percorrem, o atravessam de um lado ao outro: água, gás, luz, telefone, ondas de rádio e televisão. A fixidade se resolve em um nó de mobilidades, de condutos que trazem e que evacuam” (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 111). Ou seja, a

casa funciona como um ponto de convergência das infraestruturas urbanas, como um nó dentro dos *large technical systems*, emitindo e absorvendo fluxos, das mais variadas naturezas, que são carregados pelas infraestruturas. Em um contexto de urbanização diferida, de ausência ou insuficiência crônica dos equipamentos urbanos, em vez de ser o ponto de chegada do *infrastructural work*, a casa se configura como ponto de partida, ou melhor, como ponto de partida e de chegada ao mesmo tempo, sendo que *infrastructural work* ocorre o tempo todo nas duas direções, de fora da casa para dentro e de dentro para fora. É dentro de casa que os poços são furados, é a partir da casa, no entorno da casa, no domínio perídoméstico (KELLY, KOUDAKOSSI & MOORE, 2017, p. 471) – que não se confunde com, nem se opõe aos domínios público ou privado – que as valas negras são cavadas, que os canos d'água e os fios da luz são puxados, é no âmbito desse domínio peridoméstico também que os moradores constroem quebra-molas, pontos ou decidem arrancar as árvores que causam incômodo. É a partir da casa, na verdade, que o loteamento começa a fazer mundo para as pessoas. É a partir da casa que a pessoa se familiariza com o exterior, que ela estabelece quais são as coisas úteis, manipuláveis, disponíveis, que ela distingue o longe do próximo. Agora que asfaltaram *a rua dele*, seu Lúcio se sente como em uma *cidade*, mas não é essa a opinião de quem mora duzentos metros abaixo, na mesma rua porém do outro lado da Avenida Campo Mourão, e continua *pisando na lama* – a expressão *minha rua* em geral não se refere à rua inteira, mas sim ao "*pedaço*" de rua situado em frente à quadra onde fica a casa, funcionando às vezes como quase sinônimo daquilo que chamamos de área peridoméstica. É também a partir da casa e da *minha rua* que as categorias de *tranquilidade*, *violência* e *bagunça* fazem sentido. Encontramos assim uma terceira característica da urbanização diferida, não necessariamente específica a essa modalidade de urbanização mas que acaba ganhando relevância no caso dela: o papel da casa na produção do espaço, e não só do espaço doméstico. A casa é, para falar a língua da filosofia, o sujeito da urbanização diferida.

A urbanização diferida envolve uma experiência singular não só do espaço como do tempo; ao diluir no tempo a chegada das infraestruturas, ela induz entre os moradores atitudes específicas com relação ao tempo, estilos diferentes de se projetarem no tempo. A hermenêutica do *progresso*, obviamente, pressupõe uma disposição resolutamente otimista: os moradores sempre estão na *espera* das *obras* chegarem, e a chegada das obras representa, de fato, um divisor de água no modo como eles percebem e narram a história do bairro – *antes não tinha nada*... "Esperar" aqui

deve ser compreendido nos três sentidos identificados por de l'Estoile no caso dos trabalhadores rurais reassentados na Zona da Mata pernambucana ao buscar uma tradução desse verbo polissémico para o inglês: "aguardar" (*to wait*), "confiar (na ocorrência de algo desejável)" (*to hope*) e "expectar" (*to expect*) (DE L'ESTOILE, 2014, S66). "*A obra vai chegar*", costumam repetir moradores das áreas ainda não alcançadas pelos programas do governo. Trata-se de uma disposição ao mesmo tempo optimista e fatalista com relação ao tempo (a *obra* vai chegar, mas não se sabe quando, portanto é preciso *esperar*), que não necessariamente incentiva os moradores à se mobilizarem para exigir essas obras, diga-se de passagem. Afinal, passar por certo *sofrimento* faz parte da vida; o tempo da urbanização diferida, o tempo passado a *esperar* o *progresso*, se confunde aqui com o tempo dos *sacrifícios*, *sacrifícios* necessários para *conquistar* alguma coisa na vida.

Ao lado dessa percepção linear do *progresso*, que enfatiza as grandes rupturas na organização da vida material dentro do bairro, coexiste outra percepção, cíclica desta vez, que considera o *progresso* como um movimento lento, regular e de baixa amplitude: tudo acontece, na verdade, *aos poucos*. *Aos poucos* as pessoas foram povoando o bairro. *Aos poucos* a posteação e a água encanada foram chegando. *Aos poucos* as ruas foram recebendo asfalto. De fato, o modo como ocorrem as obras, conforme veremos no próximo capítulo, explica a convivência dessas duas percepções aparentemente contraditórias: ao lado das obras de grande porte como as do Favela-Bairro ou do Bairro Maravilha, sempre ocorrem obras de menor porte, muitas vezes de manutenção, feitas a mando de algum líder comunitário, de algum político, da administração ou dos próprios moradores. Ademais, essas duas percepções convergem no sentido de que "é preciso esperar". "O progresso vai chegar, mesmo aos poucos, ele vai chegar", algo que a experiência das localidades já urbanizadas dentro do loteamento, e em outras áreas de Guaratiba, parece evidenciar. Por outro lado, os moradores também temem o que possa vir junto com o *progresso*, como o *crescimento* desordenado, *pessoas de fora* querendo perturbar a *tranquilidade* do loteamento ou uma poluição maior ainda. A *tranquilidade*, de fato, costuma caracterizar o tempo passado, o tempo do loteamento antes de começar a *crescer* – tempo cuja localização na cronologia, diga-se de passagem, pode mudar muito de uma pessoa para outra, de acordo com a data de sua chegada no Jardim Maravilha e a localidade onde mora. A hermenêutica da *tranquilidade*, neste sentido, desperta o *medo* daquilo que possa advir e a saudade daquilo que já foi. Daí o paradoxo recorrente nas falas

nativas, de que “antes”, ao mesmo tempo “*não tinha nada*” e era “*um lugar maravilhoso*”. Isso aponta para uma quarta característica da urbanização diferida: a multiplicidade dos tempos envolvidos na percepção e apropriação do espaço, o tempo linear e ascendente do *progresso* “disruptivo”, o tempo cíclico e também ascendente das pequenas melhorias (ou das *obras* enquanto ressituadas na sucessão uma da outra), o tempo linear e potencialmente decadente da *tranquilidade* perdida.

Acreditamos ser necessário acrescentar aqui uma quarta temporalidade, a da casa e, além da casa, daquilo que chamamos de carreira residencial, de sequência dos vínculos, práticos, afetivos e simbólicos, que a pessoa desenvolveu com os diferentes lugares onde ela morou, ou com a(s) casa(s) que ela construiu nas várias etapas da construção. O tempo da casa em obras, de fato, se aproxima muito do “tempo cíclico e ascendente” das pequenas melhorias; mesmo com algum projeto na mente e no papel, a gente nunca constrói uma casa de uma só vez, mas sempre *aos poucos*, de acordo com as entradas de dinheiro e com as necessidades da família. O modo como os moradores percebem o *progresso* parece convergir então com o modo como eles percebem o avanço nas obras das casas, mas isso depende muito da carreira residencial de cada um; é preciso ressituar o tempo da casa em obras no tempo biográfico, no tempo da pessoa e dos lugares que ela percorreu. Para quem veio da *roça* e conseguiu comprar um lote no Jardim Maravilha, há uma probabilidade maior de que o tempo da casa em obras e o tempo do *progresso* convirjam em uma mesma impressão de *melhoria*. Mas para alguém como Stella, que saiu de uma casa já pronta em uma favela consolidada da Zona Norte, para morar em uma rua sem asfalto, em uma casa sem piso nem janela, vai prevalecer a frustração de morar em um lugar *atrasado*. O caso de Stella, sob este ângulo, é meio fascinante, porque através dela, são duas temporalidades e não somente dois territórios que entram em confronto, o tempo da urbanização diferida na periferia do Rio de Janeiro e o tempo da consolidação das favelas. São assim várias as histórias e várias as temporalidades que se comunicam entre si no processo de urbanização diferida, multiplicando as interpretações possíveis acerca dele. O próximo capítulo, de certo modo, será ligado à exploração de algo como uma quinta temporalidade atuante na percepção e produção do espaço à urbanização diferida: o da *política*.

3 COMO *TRAZER O PROGRESSO*? ENTRE "REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA" E "CLIENTELISMO"

> *As obras que faltam, o próprio Estado, aos poucos, irá completando tudo. A questão é só de tempo. É só esperar.*
>
> (Reinaldo Santana, secretário de Agricultura do Estado da Guanabara, 1970)

O modo como a maioria dos moradores fala do *progresso* deixa a impressão de que se trata de um *processo* natural, atrelado ao *crescimento* da população – "*veio o progresso assim*", comentava Dona Ana, o crescimento demográfico do bairro chamando a atenção do governo e das empresas particulares, que passaram a "*investir*" no bairro. A expectativa do *progresso* enquadra, de fato, a experiência do proletariado que veio morar no Jardim Maravilha: as pessoas sempre ficam à espera e na esperança do *progresso*. Entretanto, para aqueles que se mobilizam em prol da *comunidade*, é preciso *trazer o progresso*: se não houver uma atuação firme da *comunidade* a favor do *progresso*, esse pode demorar muito para chegar, mantendo o bairro sempre *atrasado*.

Existem basicamente duas modalidades para *trazer o progresso*: através de uma associação de moradores ou por meio de algum político. Isso, contudo, exige tempo, disposição e esforço por parte dos moradores, o que sintetiza a expressão *correr atrás* (sobretudo quando ela não possui complemento). Foi porque seu Francisco, presidente do Grupo de Apoio Comunitário (GAC) "*correu atrás*" que, segundo Júlio, o "Favela-Bairro" chegou ao Jardim Maravilha. *Correr atrás* não é tarefa fácil: tanto o pai de seu Jair, sócio fundador da Associação Pró-Melhoramento do Jardim Maravilha (APROJAM), a primeira associação de moradores do loteamento, quanto o próprio Jair, integrante do Conselho Comunitário Guaratiba e Região (CCGR), gastaram horas em locais administrativos ou gabinetes dos políticos.

> JAIR: Muitas vezes meu pai, de vida mesmo, ia na Regional[208] pra trazer... tentar trazer melhoria pra cá. Ainda nós conseguia, outros às vezes, "vamo

[208] A *Regional* designa a sede da "Administração Regional". Com fim de melhorar a coordenação dos serviços locais, pulverizada em divisões administrativas heterogêneas, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, editou o Decreto n. 898 de 9 de março de 1962, que criou as dezenove primeiras RAs. Cabia às Administrações Regionais "a execução dos serviços locais ou distritais: a) de conservação de ruas, praças e jardins; b) de limpeza dos logradouros públicos; c) de licenciamento e fiscalização de obras e instalações particulares; d) de polícia sanitária e de posturas em geral; e) de segurança pública; f) de tesouraria; g) de fomento e defesa agropecuária, quando for o caso" (art. 3º). A área de Guaratiba, por pertencer ao bairro de Campo Grande, fazia parte da XVIIIª RA, de Campo Grande. Portanto, os moradores iam à *Regional* de Campo Grande para reivindicar *melhorias*. Após o

> ver", aí ficava naquele jogo de mole, e tudo, é rapaz. (...) . Quando a gente vê um negócio ali, lá no gabinete do Bethlem [*Rodrigo Bethlem, ex-secretário de Governo do prefeito Eduardo Paes*], passei lá, a gente ficou lá quase seis hora lá sentado, pra poder conseguir falar com ele. Que às vezes muitas coisa, você às vezes consegue as coisa pela persistência. O cara chega, "Pô, que que esse cara tá fazendo ali?" E acabou. Mas enfim. Às vezes o final de semana que você vê, já tá agendado e tudo e deixa você lá, parado lá.

Como os moradores se organizam para *trazer o progresso*? A noção de *comunidade* aparece tanto no discurso das administrações públicas quanto dos moradores como modelo principal de atuação política, mas será que as formas como os moradores se organizam corresponde àquele modelo? Por outro lado, agentes administrativos e estudiosos, muitas vezes, qualificam a atuação dos políticos que trazem obras para loteamentos periféricos como o Jardim Maravilha de "clientelismo", mas será que tal conceito, com sua pesada carga acusatória, descreve adequadamente o modo como a população se relaciona com esses políticos? De modo geral, a possibilidade de *trazer o progresso* sugere um quadro institucional diferente daquilo que vimos no primeiro capítulo, dando aos moradores uma margem para acionar a administração pública e infletir, até certo ponto, o processo de urbanização.

3.1 TECNOLOGIAS POLÍTICAS DA "REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA"

3.1.1 O reconhecimento do loteamento "irregularmente executado"

3.1.1.1 O crescimento periférico como problema de "coordenação"

Devido ao crescimento acelerado da população urbana em todo o Brasil, o "problema do loteamento" assumiu uma feição nova a partir dos anos 1950. A grande São Paulo, por exemplo, que abrangia, no início dos anos 1940, 1.568.045 de habitantes, já contava, no final dos anos 1950, com 4.739.406 habitantes (+202%), um crescimento populacional bem acima da média nacional (+70%). Tirando a capital paulista

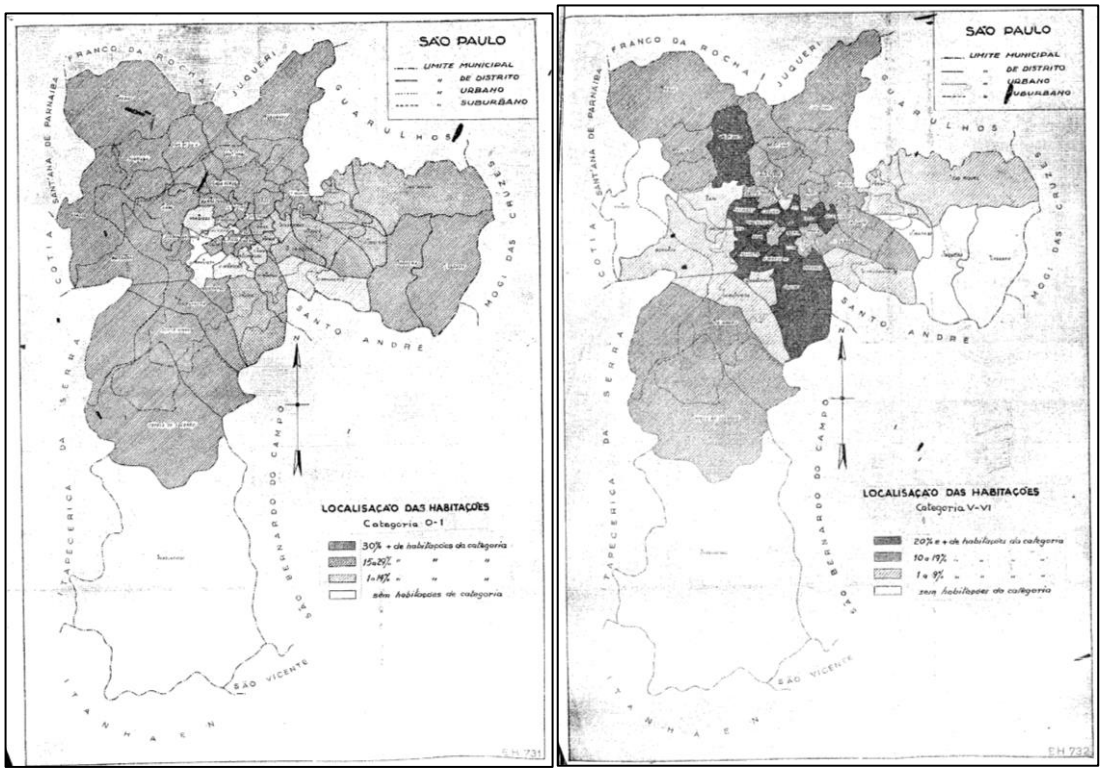
---

governo desmembrar Guaratiba de Campo Grande com o Decreto n. 3.158, de 23 de julho de 1981, o Decreto n. 5.280, de 23 de agosto de 1985 instituiu a XXVIª RA de Guaratiba, estabelecendo então uma Administração Regional dentro do próprio bairro de Guaratiba, cuja sede hoje fica na Pedra de Guaratiba. Contudo, poucos são os líderes comunitários que vão à *Regional* de Guaratiba, preferindo acionar a "Subprefeitura" de Santa Cruz e Guaratiba, outra "tecnologia de coordenação" (HIRATA & CARDOSO, 2016) criada pelo Decreto n. 11.932, de primeiro de fevereiro de 1993, quando o prefeito César Maia transferiu para as APs a supervisão das Administrações Regionais. Aos poucos, os prefeitos sucessivamente subdividiram as APs, e as "subprefeituras" se tornaram oficialmente Coordenadorias Gerais das Regiões Administrativas. Por isso, as RAs de Guaratiba e de Santa Cruz (XIXª), que formam a AP 5.3, estão sob a jurisdição administrativa da mesma "subprefeitura".

do cálculo, a taxa de crescimento pula para +315%. Já no mesmo período, a população do grande Rio saltou de 2.260.447 para 4.916.722 (+218%). Levando em consideração somente a Baixada e São Gonçalo, o crescimento populacional foi de +363%. Com a vinda do padre Louis-Joseph Lebret para São Paulo em 1947, voltaram-se as atenções para essa frente de expansão urbana, que ainda não se chamava de "periferia". Enquanto estava dando um curso de introdução à "economia humana" na Escola de Sociologia e Política, o padre francês conduziu um estudo sobre as condições de habitação em São Paulo, com o apoio de alunos e pesquisadores oriundos da própria Escola, mas também da Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Escola de Serviço Social (LEBRET, 1951). O estudo tomava como exemplo aquele executado, em 1945, pela Société pour l'Analyse Graphique et Mécanographique Appliquée, em quatro grandes cidades francesas, e até tentou uma comparação entre as condições de moradia em São Paulo e na França. Publicados em 1951 na *Revista do Arquivo Municipal*, os resultados da pesquisa apontavam para a predominância dos tipos extremos de habitação em São Paulo, dos casebres e as casas luxuosas, em detrimento das habitações médias. "O elemento essencial que se depreende desta pesquisa é a desigualdade na repartição das superfícies habitáveis: habitações terrivelmente superpovoadas e miseráveis vizinham palácios suntuosos", concluía o padre (ibid., p. 52). Essa desigualdade nas condições de habitação coincidia com a divisão da sociedade em classes, na medida em que os operários moravam preferencialmente em casebres de um ou dois cômodos, enquanto as profissões liberais residiam em excelentes edifícios, com dezenas de aposentos (ibid., p. 46). Coincidia também com a estratificação racial das sociedades, os negros morando quase que exclusivamente em casebres – "Parece que os brasileiros de raça negra correspondem a uma classe miserável da população", sugeria o estudo (ibid., p. 50). Ao recorrer à cartografia estatística para mostrar a distribuição dos tipos de habitação dentro do território municipal, o estudo de Lebret apontava sobretudo para uma tripartição do espaço paulista, entre uma "zona central", cujo perfil habitacional correspondia à média da cidade, uma "zona residencial", que possuía uma proporção maior de residências luxuosas relativamente à média municipal, e, sobretudo, uma "zona de arrabalde", caracterizada pela predominância esmagadora dos casebres (Figura 61). Ultrapassando a tradicional demarcação entre a "zona suburbana" e a "zona rural", a "zona de arrabalde" se revelava uma zona "muito desfavorecida", "um setor antes de mais nada

rural, muito pouco organizado, cujo conjunto de habitações é de má qualidade" (ibid., p. 20).

Figura 61 – Lebret e a invenção da periferia.



Fonte: Revista do Arquivo Municipal (1951).
Nota: A primeira planta representa a distribuição das habitações do tipo casebre (ou porão) no município de São Paulo, por distrito, enquanto a segunda representa a distribuição das melhores moradias. A representação gráfica neste caso evidencia uma forte oposição entre a "zona residencial" mais próxima do centro e a "zona de arrabalde".

Essa "zona de arrabalde" ganhou uma importância política nos anos 1950, quando Adhemar Perreira de Barros (1957-1961) e Jânio Quadros (1953-1955), que se sucederam à Prefeitura de São Paulo nesse período, buscaram arregimentar eleitores nos bairros "periféricos" da cidade. Jânio, em particular, "priorizou os bairros populares como centro da sua atuação, politizando o difícil cotidiano de seus moradores e, ao reivindicar seus direitos como habitantes da cidade, aparecia cada vez mais como uma espécie de paladino da periferia paulistana" (DUARTE & FONTE, 2004, p. 101). Aliou-se assim às Sociedades de Amigos de Bairros (equivalente paulistano às Associações Pró-Melhoramento ou às Associações de Moradores) para a campanha dele, apoiando as reivindicações por melhoramento. Em uma entrevista dada à *Tribuna da Imprensa* em 1954, Jânio expôs um amplo programa de obras públicas "para os bairros proletários e periféricos", incluindo pavimentação, drenagem, construção

de viadutos e ajardinamento das praças (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1954). Pretendia também combater “o loteamento rural”, pelo motivo de que “a expansão continua da área arruada, como se desenvolve em todas as direções (São Paulo é uma cidade típica de crescimento concêntrico) dificultará cada vez mais a extensão dos melhoramentos públicos primários”. Entre as medidas avançadas, destacou-se a exigência para os arruadores de executar as obras de urbanização nos futuros loteamentos. Jânio concordava com Lebret a respeito da cidade de São Paulo, opondo os “bairros de superluxo” à “cidade dos trabalhadores”: assim, a expansão futura da cidade e a urbanização dos bairros periféricos chegavam ao centro da agenda política. Amigo de Lebret, o prefeito Vladimir Toledo de Piza contratou, em 1954, a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), fundada pelo padre em 1947, para realizar um estudo sobre a “estrutura urbana da aglomeração paulistana”, o que reforçou mais ainda a preocupação do poder público pelos destinos da cidade. A SAGMACS insistia na necessidade de ultrapassar “o plano municipal e intermunicipal a fim de estudar os problemas desse plano em função das exigências de espaços mais amplos, espaços regionais, o que equivale a postular a necessidade de uma ordenação regional do território” (SAGMACS, 1958 apud CESTARO, 2013, p. 15), propondo uma visão de São Paulo que abarcava os municípios vizinhos, a “Great São Paulo”, segundo um esquema novamente concêntrico e tripartido (“Região Central”, “Região de Transição”, “Região Externa”). O estudo da SAGMACS se tornou então um marco importante para a problematização da periferia, pois “revelou pela primeira vez os aspectos humanos da periferia da cidade, explicitando como eram as condições de vida da população, os problemas urbanos e sociais existentes, e o tempo decorrido para o deslocamento entre a moradia e o local de trabalho” (CESTARO, 2013, p. 21). Lebret popularizou assim a ideia da periferia como “grande acampamento”. Segundo um integrante da equipe de pesquisadores,

> Quem mostrou o que era a periferia foi o Lebret, primeiro com o acampamento, (...) que eram loteamentos atrás de loteamentos, com densidade baixíssimas, com vida quase rural, com poço, fossa negra, pouco transporte, era um rio de poeira ou de lama, não tinha nada. O que é isso? Não é cidade, é um acampamento (apud CESTARO, 2013, p. 329).

“A cidade de São Paulo é um acampamento que cresce desordenadamente”, repetiu o padre quando expus o estudo da SAGMACS à Comissão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo (O GLOBO, 1957b).

Com efeito, surgiram nos anos 1960 diversas iniciativas para dotar o governo de instrumentos que lhe permitissem “disciplinar” o crescimento urbano. Logo após o

Golpe de 1964, o marechal Castello Branco baixou a Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), base da política habitacional seguida pelo regime militar, mas também o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), primeiro órgão federal de planejamento urbano. Criado para substituir a extinta Fundação da Casa Popular (FCP), o SERFHAU possuía várias atribuições entre as quais a realização de "pesquisas e estudos relativos ao déficit habitacional, aspectos do planejamento físico, técnico e socioeconômico da habitação" e o assessoramento dos estados e municípios em várias tarefas como a elaboração de planos diretores ou de programas de habitação de interesse social (art. 55). O SERFHAU se tornou na prática um grande defensor do chamado "planejamento regional" ou "planejamento integrado", sendo seu superintendente, o arquiteto inglês Harry James Cole, responsável por um anteprojeto de lei sobre "áreas metropolitanas", junto com o jurista Eurico de Andrade Azevedo. Discutindo o caso do Grande Rio, o arquiteto argumentava:

> Quando estudamos as áreas metropolitanas, e analisamos seus serviços, não podemos deixar de nos preocupar com o Grande Rio, que terá, segundo estimativas oficiais, uma população duplicada em 1980, perfazendo 11 milhões de habitantes utilizando serviços já precários e deficientes para seus cinco e meio milhões atuais (...). O problema só pode ter equacionamento dentro desta perspectiva global, pois não se pode querer ver a Guanabara isolada com milhares de trabalhadores do Estado do Rio exercendo suas atividades na Guanabara e consumindo no Estado do Rio (CORREIO DA MANHÃ, 1968).

Inspirado no trabalho do jurista Hely Lopes Meirelles, um dos mais importantes doutrinadores do direito municipal e do direito administrativo no Brasil, o artigo 164 da Constituição de 1967, dentro das matérias relativas à "ordem econômica e social", dava à União, "mediante lei complementar", competência para "estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade socioeconômica". Dele resultou a Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973, que criou as oito primeiras Regiões Metropolitanas do país[209], com a função de elaborar "planos de desenvolvimento integrado" para a região metropolitana, promover a "programação de serviços comuns[210]", "coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região

[209] São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. O governo federal só criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, com a Lei Complementar n. 20, de primeiro de julho de 1974.

[210] Os "serviços comuns de interesse metropolitano" incluía o "planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social", o saneamento básico, o uso do solo metropolitano, o sistema de transporte

metropolitana, objetivando lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns" (art. 3º). Tratava-se então de elaborar "tecnologias de coordenação" (HIRATA & CARDOSO, 2016) entre as tecnologias políticas já existentes, sinalizando, diga-se de passagem, uma nova etapa na governamentalização do Estado: a criação de órgãos administrativos para "coordenar" – ou, para retomar a palavra mestre daquela época, "integrar" – a multiplicidade dos órgãos já existentes, atuando em níveis diferentes (municipal e estadual), sem se comunicar uns com os outros (daí o surgimento do SERFHAU ou das Regiões Metropolitanas) – para parafrasear Foucault, para um melhor governo das condutas, precisava governar melhor ("coordenar" ou "integrar") as condutas daqueles que governam as condutas. Em particular, o controle da expansão urbana exigia uma coordenação aprofundada entre as prefeituras, já que tal expansão ignorava as fronteiras entre municípios.

3.1.1.2 "Guerra aos loteamentos clandestinos!"

Proliferaram naquela época, especialmente nos anos 1970, os discursos alarmistas quanto ao devir das metrópoles brasileiras. Em abril de 1973, a capa da revista *Veja* perguntou: "Há salvação para as grandes cidades?", pergunta à qual uma longa matéria de sete páginas, intitulada "O desespero das metrópoles" parecia dar uma resposta negativa.

> Da noite para o dia, nos últimos dez anos, rasgaram-se avenidas, ergueram-se viadutos, alteraram-se os cursos dos rio, inverteram-se e reinverteram-se as mãos de direção, multiplicaram-se os novos órgãos planejadores, numa febre de progresso que se alastrou por todas as capitais brasileiras. Entretanto, nada se resolveu. Diabolicamente, as soluções transformaram-se logo em problemas ainda mais graves, e aquela atividade ininterrupta, hoje observada, assume cada vez mais as formas de uma batalha desesperada, onde a preocupação principal não é mais a vitória, mas sim a simples sobrevivência das metrópoles (VEJA, 1973, p. 42).

A expansão dos "loteamentos clandestinos[211]" nas periferias das grandes cidades fazia parte desse rol de preocupações.

> Belo Horizonte, vitoriosa de ter ultrapassado a barreira do primeiro milhão de habitantes, busca resolver as dificuldades criadas por seus trezentos loteamentos clandestinos? Pois eles são mais de mil apenas em Santo Amaro,

e a malha viária, a gestão do gás canalizado, o aproveitamento dos recursos hídricos e o controle da poluição ambiental, principalmente (art. 4º).

[211] Nos anos 1970, a categoria de "loteamento clandestino", tal como usada nas mídias e pela administração pública, designava tanto os loteamentos cujos projetos não tinham sido aprovados pela prefeitura quanto aqueles que não cumpriam as exigências legais em matéria de infraestrutura. Vale ressaltar que, naquela época, independentemente do projeto de arruamento ter sido aprovado ou não, a prefeitura só reconhecia oficialmente logradouros urbanizados, portanto, a existência do projeto não influía muito sobre a clandestinidade das ruas, nas quais os moradores de loteamentos periféricos viviam.

> bairro paulistano que também está sem sua população mal alojada na casa do milhão (ibid.).

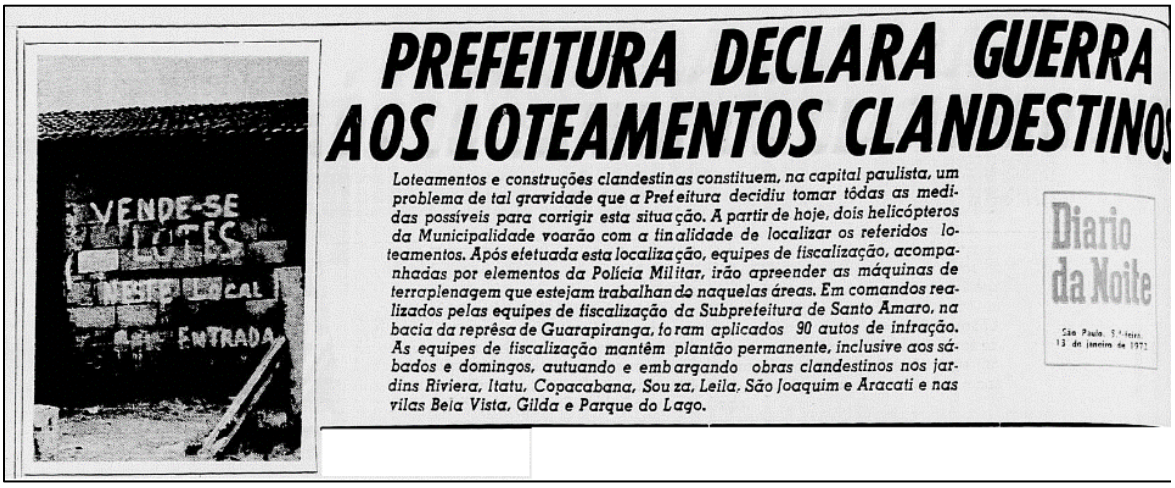
Em uma matéria do jornal *O Globo* sobre a “Explosão urbana, uma ameaça ao desenvolvimento”, publicada em 1976, o prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, deplorava as consequências extremamente negativas do “loteamento clandestino” para o atendimento das populações mais pobres.

> São Paulo, além de tudo, tem um problema terrível que é o dos loteamentos clandestinos que são feitos para atender a uma população totalmente carente mas que depois obrigam o poder público a montar toda a infraestrutura. (...) Os jornais hoje estão cheios de notícias sobre a Zona de Santo Amaro a 40 km de distância, cuja população faz verdadeiros comícios porque o ônibus não chega, porque o preço do transporte é inacessível e o poder público não tem condições de atender a esses apelos. Por outro lado, se fizermos um lote urbanizado, com asfalto, luz, etc., a uma distância bem menor, o valor do investimento efetuado por um particular é tão elevado que o preço do lote fica inacessível para o pessoal de baixa renda. Assim, caminhamos para um processo de urbanização que é inviável, totalmente inviável, pois esse tipo de ocupação do solo urbano leva a uma deseconomia de escala violentíssima (O GLOBO, 1976).

Ademais, o “problema do loteamento clandestino” rendeu um episódio memorável no início dos anos 1970, quando o prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, “declarou a guerra ao loteamento clandestino”, segundo o Diário da Noite (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**):

> O prefeito Figueiredo Ferraz está disposto a declarar uma verdadeira “guerra” contra os responsáveis por loteamentos clandestinos, que são causadores dos mais sérios problemas para a administração pública e para milhares de munícipes, na sua totalidade, de origem humilde. Anunciou o prefeito que irá até as últimas consequências para “eliminar essa verdadeira chaga” e já disse que não terá dúvidas em mandar prender os responsáveis por aqueles loteamentos, que serão enquadrados na Lei de Economia Popular e até mesmo na Lei de Segurança Nacional (DIÁRIO DA NOITE, 1972, p. 10).

Figura 62 – A guerra aos loteamentos clandestinos.



Fonte: Diário da Noite (1972).

O prefeito divulgou então uma série de medidas, como o embargo dos loteamentos irregulares já abertos, o uso de carro de som para alertar as populações mais interessadas na compra de lotes clandestinos sobre os riscos que corriam e a formação de jovens universitários para fiscalizar os loteamentos clandestinos. Ele previa também mudar as normas municipais para condicionar a comercialização dos lotes à realização das obras de urbanização. Todavia, a medida que mais chamou a atenção da mídia foi o uso de dois helicópteros para localizar os loteamentos clandestinos e a mobilização da Polícia Militar para apreender as máquinas de terraplenagem. Com efeito, em 1972 e 1973, a prefeitura de São Paulo solicitou a prisão em flagrante de vários proprietários de loteamentos clandestinos, por “crime contra a economia popular”, optando assim por tratar o “problema do loteamento” primeiramente como problema de polícia, em todos os sentidos da palavra “polícia”.

Embora a Cidade de São Paulo estivesse no centro das discussões relativas aos problemas do “crescimento periférico” e dos “loteamentos clandestinos”, o Rio de Janeiro não passou despercebido. Em 1970, o Jornal do Brasil publicou assim uma matéria sobre “o loteamento, a meia-favela da Zona Rural” (**Figura 63**).

> As favelas do Rio todo mundo conhece: miseráveis, promíscuas, elas abrigam um quarto da população da cidade. Mas pouca gente tem reparado no crescimento de um outro tipo de habitação, quase nas mesmas condições, desenvolvendo-se principalmente na Zona Rural. São as meias-favelas — nome dado pelo pessoal do Estado — surgidas, quase sempre, dos loteamentos clandestinos ou abandonados pelos proprietários (JORNAL DO BRASIL, 1976).

Figura 63 – A “meia-favela” da Zona Rural.



Loteamento, a meia-favela da Zona Rural

Carlos Alfredo Macedo Miranda

As favelas do Rio todo mundo conhece: miseráveis, promíscuas, elas abrigam um quarto da população da cidade. Mas pouca gente tem reparado no crescimento de um outro tipo de habitação, quase nas mesmas condições, desenvolvendo-se principalmente na Zona Rural. São as meias-favelas – nome dado pelo pessoal do Estado – surgidas, quase sempre, dos loteamentos clandestinos ou abandonados pelos proprietários.

Os levantamentos são imprecisos, mas pode-se falar em dezenas de milhares de construções (a Secretaria de Finanças *acha que devem ser* por volta de 60 mil) não registradas no Cadastro Fiscal de Imóveis. E isso representa um total de quase 10% das que têm situação regularizada. Água e luz as meias-favelas, costumam ter; calçamento e rêde de esgotos, em raros casos. Mas o que trazem de mais marcante é a ameaça de aumentar, em poucos anos, o número de favelados para um têrço da população do Rio.

As condições financeiras ilusórias são um engôdo que os loteamentos usam para atrair a gente humilde

No fim, a vida é pouco melhor que nas favelas

Fonte: Jornal do Brasil (1970).

"Muitos loteadores já estão sendo acionados pela Procuradoria-Geral", anunciava o então secretário de Agricultura do Estado da Guanabara, Reinaldo Santana, "as obras que faltam, o próprio Estado, aos poucos, irá completando tudo. A questão é só de tempo. É só esperar". Realmente, o governo guanabarino demostrou um inegável ativismo legislativo em matéria de "loteamento clandestino": entre 1960 e 1975, segundo levantamento de Veríssimo, saíram 22 novas normas, 11 somente no mandato de Carlos Lacerda. Destacam-se o Decreto n. 966, de 13 de abril de 1962 e o Decreto "N" n. 721, de 18 de novembro de 1966. O primeiro reconheceu explicitamente o "problema do loteamento" ao afirmar, no seu preâmbulo, que "o problema do arruamento e loteamento tem atingindo neste Estado aspectos alarmantes e prejudiciais à economia popular", por causa de pessoas "nem sempre idôneas" que, "após obterem a aprovação de seus projetos de arruamento e loteamento, não executam as respetivas obras de urbanização e se locupletam com os lucros advindo da venda de lotes". O art. 15 do decreto autorizava, então, os adquirentes de lote a realizarem obras mínimas necessárias ao reconhecimento dos logradouros, transferindo assim para os moradores o ônus da urbanização. O segundo decreto criava a figura do lote de "tipo popular", em oposição ao lote de "tipo comum", com 8 m de testada por 120 m² de superfície (art. 5º), sendo permitida a comercialização de "lotes populares" somente nos subúrbios distantes e na Zona Rural (ZR3 e ZA do Código de Obras de 1937) (art. 1º), e sob a condição de servir à edificação de "construções proletárias" (art. 8º). Ou seja, o estado da Guanabara reconduziu a política do "loteamento proletário", chamando-a de "loteamento popular", após abaixar o padrão dos lotes. O Decreto "E" n. 3.800 de 20 de abril de 1970, que substituiu o Código de Obras e está em vigor até hoje, reuniu toda a produção normativa da Guanabara, só que desta vez o dimensionamento mínimo dos lotes se deu "não mais como situação excepcional ('proletário' ou 'popular'), porém como parâmetro para a maioria dos bairros dos subúrbios da cidade (salvo as exceções previstas no código de zoneamento)" (VERÍSSIMO, 2007, p. 92) – às expressões "tipo popular" e "tipo comum", a nova lei substituiu uma tipologia de sete lotes, reproduzindo no lote de 7ª categoria os parâmetros urbanísticos do lote do "tipo popular" (art. 42).

Todavia, o novo Código de Obras inovou bastante em relação à oficialização das ruas. Completado pelo Decreto "E" n. 6.527, de 14 de setembro de 1973, ele possibilitou, pela primeira vez, o reconhecimento dos logradouros ainda não urbanizados, ao criar, no art. 26, a figura jurídica do "reconhecimento condicional": em caso

de abandono processual (quando o loteador deixou de cumprir o termo de cessão e obrigação por pelo menos três anos) e desde que as vias apresentassem “condições mínimas para o acesso aos lotes”, o governo podia reconhecê-las, mesmo na ausência de qualquer projeto aprovado (cabia então à administração elaborar um plano de alinhamento para os logradouros parcialmente reconhecidos). Diferentemente do reconhecimento não-condicional, o reconhecimento definitivo não acarretava nenhuma obrigação para o governo quanto à conservação, limpeza, arborização, calçamento e iluminação dos logradouros, que ficavam a cargo do loteador. Assim, o governo tirava potencialmente inúmeras “ruas projetadas” da clandestinidade, porém as mantinha num estado distinto do padrão que se impunha ao resto da cidade, negando, portanto, aos seus moradores o acesso aos mesmos direitos – ademais, não havia garantia nenhuma do governo quanto à urbanização das vias, caso o loteador faltasse às obrigações dele. Essa nova disposição em pouco tempo beneficiou o Jardim Maravilha, pois, com o Decreto n. 517, de 13 de agosto de 1976, a prefeitura “reconhece[u] condicionalmente como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro” 43 ruas e avenidas projetadas do loteamento, às quais o Decreto n. 4.133, de 29 de junho de 1983, acrescentou mais oito, principalmente na localidade das Casinhas. Entretanto, o Decreto n. 5.625, de 27 de dezembro de 1985, elaborado por um grupo de trabalho dentro da Secretaria de Governo, com a missão de “propor medidas visando ao reconhecimento de logradouros públicos em áreas habitadas por comunidades de baixa renda” (Decreto n. 4.557, de 28 de maio de 1984), revogou, através do art. 6º, a distinção entre reconhecimento definitivo e reconhecimento condicional, dando portanto aos moradores de todos os logradouros públicos acesso aos mesmos direitos diante da administração municipal.

3.1.1.3 A Lei “Lehman” 6.766, de 19 de dezembro de 1979

A busca por uma melhor integração dos órgãos planejadores, garantia de uma expansão metropolitana mais harmoniosa, e o combate ao loteamento clandestino motivaram, desde os anos 1960 mas principalmente na década seguinte, tentativas, por parte do governo federal, de reformular a lei sobre o parcelamento do solo. Assim, no início dos anos 1960, o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, convidou os juristas Hely Lopes Meirelles, autor da famosa frase segundo qual “as nossas cidades são núcleos de casa cercados de loteamento”, e Eurico de Andrade Azevedo,

indicados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a propor um projeto de lei (LEONELLI, 2010, p. 90). Ferrenhos críticos àquilo que consideravam uma “orgia de loteamento”, a transformação automática de vastas glebas rurais em áreas loteadas apenas pela aprovação de algum projeto, sem garantia nenhuma de infraestrutura, os dois juristas, em parceria com o SERFHAU, conceberam um projeto que pretendia regulamentar a “parte urbanística” do loteamento, deixado de lado pela legislação de 1937, focada apenas na “parte mercantil”. Entretanto, poucas propostas acabaram entrando na legislação, tendo o Decreto n. 271, de 28 de fevereiro de 1967, incorporado só algumas delas. Entre outros assuntos, esse decreto “estendeu aos loteamentos a aplicação da Lei n. 4591/64 (Lei de condomínios), equiparando o loteador ao incorporador imobiliário, os compradores aos condomínios, e as obras de infraestrutura à construção da edificação” (VERÍSSIMO, 2005, p. 65), assegurando assim a transferência de logradouros e praças para o domínio público, enquanto a legislação anterior só os tratava como bens inalienáveis. Sobretudo, como o art. 65 da Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, considerava “crime contra a economia popular” o fato de “promover incorporação, fazendo, em proposta, contratos, prospectos ou comunicação ao público ou aos interessados”, o decreto 271/67 abria o caminho para perseguir judicialmente os loteadores que não cumpriam com as obrigações deles – foi justamente desse artifício que o prefeito Figueiredo Ferraz se aproveitou para “declarar a guerra aos loteamentos clandestinos”. Todavia, tratava-se de um caminho muito estreito, na medida em que a abertura de um loteamento clandestino sem lançar mão de propaganda enganosa, não acarretava prejuízo para o loteador no campo judiciário.

Outras tentativas vieram à tona. Em 1969, o SENAM, Serviço Nacional dos Municípios (mais um exemplo de “tecnologia de coordenação”), instituído pelo Decreto n. 50.334, de 11 de março de 1961 (e depois absorvido pelo SERFHAU, segundo o Decreto nº 66.882, de 16 de Julho de 1970), organizou, com a participação do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal de São Paulo, o CEPAM, e da Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos do Estado da Bahia, o Seminário sobre Uso do Solo e Loteamento Urbano, em Salvador, que deu prosseguimento à discussão sobre a orientação urbanística do loteamento (LEONELLI, 2010, pp. 115-116). Participaram desse seminário representantes do SERFHAU, do IAB, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), criado em 1964 (e que ajudou na formulação

da lei sobre as Regiões Metropolitanas), e de várias universidades públicas. Os participantes não pretendiam garantir a instalação de infraestruturas nos novos loteamentos, porque acarretaria custos extras para o loteador, o que inviabilizaria o acesso das camadas populares à casa própria, base da política habitacional seguida pela ditadura. Tratava-se, em uma abordagem mais preventiva, de controlar a expansão urbana, evitar o loteamento de áreas muito distantes da cidade, onde as obras de urbanização, devido ao afastamento das principais redes de infraestrutura e à baixa densidade de povoamento, apresentavam um alto custo per capita – "uma deseconomia de escala violentíssima", nas palavras de Olavo Setúbal. Desde que o loteamento fosse localizado em uma área próxima à cidade, a prefeitura podia assumir a urbanização, *aos poucos*, sem prejudicar os compradores de baixo poder aquisitivo. Foi esse o argumento apresentado pelo urbanista Cândido Malta Campos Filho:

> No seminário na Bahia, estávamos ali debatendo que regra colocar, então ficou caracterizado que tem que ter uma zona urbana e outra de expansão e outra é que devemos ter que assegurar o espaço público. Assegurar o espaço público e deixar a infraestrutura por conta das prefeituras, na medida em que, tendo recursos, ela iria implementando, ao longo do tempo. É uma situação bem realista, uma vez que as prefeituras têm um déficit gigantesco acumulado, no Brasil todo, de falta de infraestrutura. Então não tinha sentido exigir dela que fizesse a infraestrutura e não tinha sentindo exigir dos loteadores. Este é outro ponto importante porque a ideia era baratear a oferta de lotes. Se a gente exigisse desde o início a infraestrutura completa, o loteamento ia ser clandestino (apud LEONELLI, 2010, pp. 124-125).

Outros defendiam uma postura mais crítica, enxergando "o problema do loteamento" como uma "questão social", à semelhança do arquiteto e urbanista Luiz Carlos Costa, que até citou o padre Lebret:

> Nessa época, vários planejadores, (...) nós tínhamos a certeza de que a classe trabalhadora estava diante de um tipo de exploração injusta e inaceitável em termos de sociedade, porque o padrão de vida neste grande acampamento que era a periferia de São Paulo. O padre Lebret chamava de 'grande acampamento' a periferia de São Paulo, que ele chamava desde 1957, que já existia e só aumentou (ibid., p. 129).

O projeto que saiu do seminário inovou então ao incluir pela primeira vez a penalização dos loteadores clandestinos, com a possibilidade de suspender o pagamento das prestações e a defesa do comprador de lotes no caso de loteamentos clandestinos (ibid., o. 139). Criada pelo governo federal para monitorar a implantação do sistema de regiões metropolitanas, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), juntamente com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana (EMPLASA) da recém criada Região Metropolitana de São Paulo, sob a presidência de Eurico de Andrade Azevedo, refez o projeto aprovado no Seminário,

usando os trabalhos dos técnicos do Sistema de Planejamento e Administração Metropolitano de São Paulo (SPAM). Durante o Simpósio o Homem e a Cidade organizado pela Fundação Milton Campos, vinculado ao partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional, favorável ao regime militar), que ocorreu em 1975, os defensores do projeto, como Roberto Cerqueira Cesar, secretário para Assuntos Metropolitanos do Estado de São Paulo, sensibilizaram os parlamentares próximo do regime à necessidade de rever a lei regulamentando o parcelamento do solo (ibid., p. 144). Amigo de César, o senador Otto Cyrillo Lehman assumiu então a autoria do Projeto de Lei n. 18, de 11 de fevereiro de 1977.

Durante a tramitação, o BNH deu parecer favorável ao projeto[212], elogiando as disposições que criminalizavam o loteador clandestino. No entanto, o BNH reclamou da falta de exigência imposta ao loteador quanto à instalação das infraestruturas, o que poderia ser conseguido instaurando, por exemplo, um limite na venda dos lotes até a urbanização total do loteamento (ibid., p. 162). Lehman se empenhou em defender o projeto, argumentando a presença de "300 mil lotes clandestinos" na cidade de São Paulo, mas o apoio talvez o mais significativo veio do próprio presidente, João Figueiredo. Em setembro de 1978, o general recebeu, assim, 51 dirigentes de "Sociedades de Amigos de Bairro da periferia de São Paulo" que lhe informaram sobre as diversas falcatruas cometidas por loteadores clandestinos e sobre a necessidade de agilizar a tramitação do projeto 18/77 (JORNAL DO BRASIL, 1978, p. 3). "Nunca mandei prender ninguém neste país", teria respondido o presidente da República, "mas neste caso eu vou mandar prender", o que repercutiu na imprensa no dia seguinte, vários diários chamando atenção para a "promessa" de Figueiredo em "prender exploradores de loteamentos" (ibid.). De fato, a tramitação do projeto acelerou, até a sanção presidencial do dia 19 de dezembro de 1979, que criou a Lei n. 6766. Além de introduzir uma série de "requisitos urbanísticos para o loteamento" (Capítulo II), de abrangência nacional, como o padrão mínimo de 125 m² para 5 m de testada[213], e de normas técnicas, inclusive gráfica, relativas à elaboração, aprovação e registro dos

[212] "Seria desejável que o projeto em estudo fosse situado no conjunto de instrumentos urbanísticos da política urbana que se procura viabilizar no País, de modo a se estabelecer uma forma integrada de atuação, reunindo os distintos objetos de interesse", escreveram os técnicos do BNH, resumindo muito bem uma certa "arte de governar", o governo por "coordenação" ou "integração", que prevalecia no tratamento das questões urbanas (LEONELLI, 2010, p. 161).

[213] Assim, o governo central impôs um padrão mínimo ao parcelamento do solo urbano, 130 anos depois de tê-lo feito para o solo rural (Lei de Terras), o que leva a relativizar certos preconceitos quanto à anterioridade dos "problemas urbanos" sobre os problemas do campo no processo de governamentalização.

projetos de loteamentos (Capítulo III), a lei, pela primeira vez, tipificava o crime de loteamento clandestino e irregular. O art. 50 qualificou assim de “crime contra a Administração Pública” o fato de lotear sem licença administrativa, prevendo reclusão de um a quatro anos, além de multas. Além disso, a lei n. 6.766, pela primeira vez também no âmbito federal, dispôs sobre a situação dos loteamentos irregularmente executados (e não só irregularmente registrados), podendo assim o adquirente de um lote ainda não urbanizado “suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta” (art. 38). Sobretudo, o art. 40 previu que a prefeitura, caso o loteador não atendesse a notificação, pudesse “regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes” – a prefeitura podia então levantar as prestações já depositadas “a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento”, cobrar diretamente do loteador o valor correspondente às obras ou, caso não conseguisse, receber as prestações dos adquirentes como fundos para a urbanização do loteamento. A prefeitura podia então, por decisão própria, “promover judicialmente os procedimentos cautelares”. Consequentemente, o governo municipal se tornou “corresponsável não somente no ato da aprovação, mas nos desdobramentos da execução do parcelamento do solo, exercendo o papel de fiscalizador, ou, se necessário, executor do mesmo” (LEONELLI, 2010, pp. 176-177).

A Lei 6.766/79 deu assim continuidade ao esforço, já antigo, de normatizar o loteamento até nas suas dimensões urbanísticas, ainda que o legislador não tivesse a ousadia de vincular a comercialização dos lotes à execução das obras de infraestrutura. Ela também condizia com aquilo que o governo central considerava o principal objetivo da política habitacional: o acesso de todos à casa própria, dando maior segurança aos compradores de lotes sem aumentar os custos dos loteadores. Todavia, vale destacar que para alguns observadores, a Lei Lehman chegou longe do resultado desejado: uma verdadeira lei sobre o desenvolvimento urbano (ibid., p. 162). A proposta, recorrente nas discussões do anteprojeto, de distinguir entre uma “área urbana” e outra de “expansão” não constou da lei aprovada.

3.1.2 Ensaios de governamentalidade cívica

3.1.2.1 O Movimento de Loteamentos (ML)

A prefeitura do Rio de Janeiro não demorou para traduzir, pelo menos parcialmente, a Lei Lehman no direito municipal: no dia 24 de agosto de 1981, o prefeito Júlio Coutinho decretou a Lei n. 234, que "estabelece normas para a regularização de loteamentos abandonados[214] e clandestinos", disciplinando na verdade a aplicação do artigo 40. De fato, o maior impacto da nova lei sobre o parcelamento do solo, no caso do Rio de Janeiro, foi o "redirecionamento da política municipal, ensejando iniciativas voltadas para regularização urbanística e fundiária dos parcelamentos" (VERÍSSIMO, 2005, p. 73)[215]. Tal redirecionamento, de uma importância fundamental para o futuro dos loteamentos, ocorreu logo nos anos 1980, sob a pressão dos movimentos de moradores que fizeram dos "loteamentos irregulares" um problema político, um problema de "participação política". Existiram, antes do Golpe de 1964, movimentos de moradores denunciando as péssimas condições dos loteamentos onde moravam: em fevereiro de 1956, a *Imprensa Popular* noticiou a criação de uma "Associação Pró-Melhoramentos" na praça da Vila Rangel, loteamento recém-aberto na região de Irajá (IMPRENSA POPULAR, 1956). "Aqui vivemos como bichos", disse uma moradora ao repórter do diário, "nossos filhos não têm escolas e ninguém tem segurança. Depois que escurece, os nossos martírios redobram, pois ao mau-cheiro que vem dos montes de lixo se ajunta o perigo de sermos atacadas por ladrões e bandidos, protegidos pela escuridão das ruas sem luz" (ibid.). Ressurgiram essas Associações Pró-Melhoramentos no curso dos anos 1970, acompanhando a Abertura Política. Marcos, morador nativo de Campo Grande, que participou do Movimento de Loteamentos (ML) e se

[214] Como se pode ver, a terminologia ainda não tinha se cristalizado: em vez de "loteamento irregular", a Lei 234/81 falava de "loteamentos abandonados", interessante nuance semântica na medida em que o uso do adjetivo "abandonado" se aproxima daquilo que os próprios moradores falam ("*aqui é um lugar abandonado*"), remetendo ao elo entre loteamento, loteador e poder público, enquanto o uso do adjetivo "irregular" denota uma linguagem muito mais burocrática, assentada numa oposição que costuma orientar a atuação policial, no sentido clássico ("regular"/"irregular"). A lei 6.766/79 não propunha uma definição explícita do "loteamento irregular", embora lançasse mão, no art. 47, da expressão "loteamento ou desmembramento irregular". Esse é um caso exemplar de diferenciação entre a "língua 'administradora'" e as "falas ordinárias" na cidade (DEPAULE & TOPALOV, 1996), muito diferente do caso da "favela" (VALLADARES, 2005), e que nos parece remeter a prevalência da abordagem policial na problematização do loteamento periférico.

[215] Em São Paulo também: criada em 1981, a Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos e Arruamentos (SERLA) em dois anos "regularizou juridicamente (sem a execução das obras de urbanização) 50% dos loteamentos" (LAGO, 1990, p. 59).

tornou depois coordenador do Núcleo de Regularização de Loteamentos (NRL), contou o surgimento do ML:

> MARCOS: Mas quando iniciou o processo da chamada abertura política, as associações de moradores muito organizadas pela Igreja, pela Igreja católica, que era o local que a gente se reunia e... onde as pessoas tinham espaço pra discutir os problemas dos bairros, questão de saúde, questão de esgoto, de segurança, então, acabava que nas reuniões, que eram feitas nas igrejas, organizadas pelos padres, essas questões apareciam e as pessoas começavam a... discutir maneiras de... resolver isso. No início era muito complicado, muitas dessas reuniões eram feitas em horários muito tarde pra que... não chamasse muita atenção.

A pesquisa de Lago sobre a trajetória do ML confirma a grande influência da Igreja católica na organização das lutas de bairro na Zona Oeste, através da Pastoral de Terra e Habitação e do Grupo Terra e Habitação, formado em 1978 por advogados ligados à Pastoral (LAGO, 1990, p. 63). O ML ganhou então força nos anos 1980, com a criação do Conselho das Uniões de Bairro (CUB) em agosto de 1980.

> MARCOS: Então essa... esse movimento de criação das associações de moradores, ele se deu principalmente nos loteamentos irregulares e clandestinos, que era onde as pessoas tinham mais problemas. De falta d'água, de esgoto, de transporte, questão da própria titulação, não tinham títulos de propriedade. Não tinham seus títulos de propriedade. Esse processo de organização, ele não tava acontecendo obviamente só ali em Campo Grande, tava acontecendo na Baixada também. E a aglutinação dessas associações de moradores, da aglutinação delas começaram a surgir movimentos de união (*ênfase*) de bairros. Então tinha o chamado MUBI, que era o Movimento de União de Bairros de Nova Iguaçu, que era muito forte, e na Zona Oeste nasceu o CUBI, que era o... Conselho de Uniões de Bairros, que foi fundado, eu fui um dos fundadores dele, com a [nome de outra fundadora], foi fundado exatamente pelas lideranças dessas associações de moradores, com apoio da Igreja e tudo mais, tanto que o lançamento do CUBI foi no colégio católico por lado que é o Gonzaga, um colégio de elite lá, da Igreja Católica e ali foi feito o lançamento desse movimento, Conselho de Uniões de Bairros.

O ML não tinha o monopólio do associativismo residencial: ao lado dos favelados que refundaram a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) em 1979, outras surgiam até nos *bairros nobres* da Zona Sul, filiando-se à Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), criada em janeiro de 1978. “Hoje, a cada fim de semana, uma ou mais associações de moradores ressurgem agora no Rio, numa progressão geométrica que não se prende a problemas específicos ou regiões determinadas”, publicava *O Globo* em abril de 1980 (O GLOBO, 1980). Sob a presidência de Jó Rezende, a FAMERJ, inicialmente com perfil elitista, foi se abrindo às reivindicações dos moradores das Zonas Norte e Oeste. “Em Magarça e Jardim Maravilha”, já observava *O Globo*, “luta-se por coleta de lixo regular, calçamento, esgoto, água e regularização dos terrenos” (ibid.). Em 1983, o CUB passou a fazer parte da FAMERJ, se tornando a Plenária de

Loteamentos, “instância de deliberação sobre os caminhos de organização e pressão sobre a administração pública, pela regularização e urbanização dos loteamentos” (LAGO, 1990, p. 66).

O Jardim Maravilha, portanto, participou da efervescência associativa que tomou conta do Rio de Janeiro com a Abertura Política. Em 1977, os moradores montaram a primeira associação registrada do loteamento, a Associação Pró-Melhoramentos do Jardim Maravilha (APROJAM). De acordo com seu Armando, membro fundador e presidente da APROJAM no início dos anos 1980, ela surgiu da *luta* para trazer água encanada para o loteamento, no meio de outras *melhorias* como iluminação pública (já existia posteação em alguns trechos desde o final dos anos 1960, mas não havia iluminação) e coleta regular de lixo e asfalto, pelo menos nas principais vias de acesso ao loteamento (Avenida Pilar do Sul, Avenida Campo Mourão e Rua Letícia), para que as companhias de ônibus operassem dentro.

> ARMANDO: Foi. A gente fomo lá, na [*Rua*] Sacadura Cabral, e formamo um processo lá. Que eles não queriam botar água aqui não. Água era pra passar direto pra Pedra [*de Guaratiba*]. Esse tubo de água que tem aí que vai pra Pedra era... vinha lá de Campo Grande, do outro lado, passando debaixo da linha do trem. Lá pra Pedra. Liberaram a água porque a pressão foi grande. Aí liberaram aqui na Pilar do Sul. E liberaram na Campo Mourão. Eles não queriam liberar água aí.
> THOMAS: Aí vocês lutaram para...
> ARMANDO: Para a água entrar. Aí eles botou uma objeção: “O senhor arruma, dá uma máquina pra furar, abrir o valão?”. Depois eles mesmo com a politicagem deles, “Armando, não dá pra arrumar máquina não, que máquina gasta tanto que não dá pra fazer. Só se o senhor arrumar morador”. Aí convoquei os moradores, todo mundo aceitou. Vamos abrir vala. Aí quando ele viu que o pessoal ia fazer, ele mandou a planta, fazer a vala aí. E botar pra correr atrás da boca de alimentação. Mas...

Ao *ir à cidade* para pressionar o governo, os membros da APROJAM conseguiram da CEDAE que ela colocasse troncos de abastecimento nos principais logradouros do loteamento, aproveitando as obras de saneamento que, no final dos anos 1970, a CEDAE estava efetuando na região; mesmo assim, os próprios moradores tiveram que cavar as valas para assentar os canos. A “regularização urbanística” do loteamento, neste caso como em outros, se deu também por meio de *mutirão* – uma forma engenhosa de transferir para os moradores o custo da urbanização, uma vez que a produção de infraestrutura resultava do trabalho (não-pago) efetuado por eles próprios. Já a pavimentação de alguns trechos, como a Rua Letícia, possibilitou a entrada da primeira linha de ônibus, a linha 838, que vai de Campo Grande até o Jardim Maravilha, quando antes terminava em Santa Clara. Junto com outras associações da

região, a APROJAM pressionava a administração municipal para executar obras no bairro.

> THOMAS: E a associação cuidava de que? Fazia o quê?
> ARMANDO: A associação era pra beneficiar o Maravilha, o bairro todo. Ela reparava segurança, reparava chuva, sol quente, aonde tivesse precisando de obra. A gente levava o recado pra Regional. Só que na Regional, tu chegava lá... não era só daqui, a associação do Monteiro, de outros bairro, levava pra lá reclamação e levava tudo aí.

As *reuniões* da associação ocorriam então na casa dos moradores e depois, com a construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima, a primeira igreja católica do Jardim Maravilha, dentro da igreja também – vale destacar que seu Armando teve uma participação ativa na construção da igreja, se juntando a outros moradores para comprar terrenos e levantar o edifício, que no início não passava de um *barracão*. A APROJAM também *lutou* e conseguiu *trazer melhoria* nas áreas da saúde e da educação, com a construção de um posto de saúde, hoje Centro Municipal de Saúde Woodrow Pimentel Pantoja, inaugurado em agosto de 1982, e de um CIEP, ativo desde março de 1985 (um dos primeiros no estado do Rio), batizado de CIEP Posseiro Mário Vaz por decreto do prefeito Saturnino Braga em novembro de 1988. Vários integrantes da APROJAM se envolveram então na política partidária, ao lado do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), muitas vezes através de vínculos com a Igreja Católica.

> ARMANDO: A gente era vizinho de corrida, de política. Primeiro governo, primeira campanha que Lula lançou, Lula lançou em Campo Grande. Na rua... Tem a farmácia até hoje, uma farmacinha. Pra pegar a linha do trem, pegando ali na estação... É farmácia até hoje. Fazia um comiciozinho ali, uma janelinha ali, uma portinha. Fazia uma concentração do PT ali, tudo escondido. Que o PT na época...
> THOMAS: Era reprimido.
> ARMANDO: É, é. Se os homens soubessem, mandava prender todo mundo. Em Rocha Miranda, foi formada uma comitiva pra ir lá pra Rocha Miranda, na igreja de Rocha Miranda. Mas a missa era celebrada com o padre e... tudo vigiado. A gente ficava na igreja aqui, ficava um guarda lá. Tal de guarda lá, guarda não, pessoa à paisana. Vinha o exército a gente... desfazia, aí o padre... porque até a religião era escondida. Na época do PT entrar, era tudo escondido.

3.1.2.2 O Núcleo de Regularização de Loteamento (NRL)

Foi naquela época que a FAMERJ procurou influir sobre o jogo político, em particular nas eleições de 1982 para o governo do estado, quando apresentou um documento exigindo a participação direta dos moradores na elaboração das políticas públicas (LAGO, 1990, p. 67). A vitória de Leonel Brizola, que tinha feito campanha

sobre o tema da participação popular, levou então a uma mudança notável nas relações entre o governo e o ML. Desde a criação da CUB, o ML tentava pressionar a prefeitura para exigir dos loteadores o cumprimento das obrigações legais; encarando as reivindicações como um problema prioritariamente jurídico, o prefeito da época, Jamil Haddad, encaminhou o ML para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), já que não existia ainda uma procuradoria do município. Cumprindo a promessa de favorecer o acesso do ML aos aparelhos de Estado, Brizola determinou a fundação, dentro da PGE, do NRL, através da Resolução 166/84, juntando procuradores (como o eminente jurista e tradicional assessor de movimentos populares Miguel Báldez), lideranças do ML, FAMERJ, Defensoria Pública, Ministério Público, IPLANRIO, SMO e a Secretaria de Trabalho e Habitação (ibid., p. 69-70).

> MARCOS: E o Brizola eleito ele cumpre a promessa dele e cria, na Procuradoria-Geral do Estado, o Núcleo de Regularização de Loteamentos. Inicialmente foi criado na Procuradoria-Geral do Estado, e o primeiro coordenador foi o Miguel Báldez. Que é um jurista de esquerda, muito conhecido. E o... esse Núcleo então ele começa na Procuradoria, inicialmente ele tinha um viés muito jurídico, de resolver problemas jurídicos. Por exemplo, fazia muitas ações de reintegração de posse, nos loteamentos, loteadores que moviam ações pras pessoas que paravam de pagar, porque não tinha obra! Comprava um lote, o loteador prometia infraestrutura, infraestrutura não chegava, os moradores... paravam de pagar, e aí os loteadores vinham e abriam ações judiciais e a Procuradoria, e junto com a Defensoria Pública, que isso envolveu também a Defensoria Pública do Estado, nessa luta, começou a defender os interesses dos moradores. Então no início havia, vinha muito de uma luta mais judicial. Tema: segurança dos moradores na terra. Por barrar os processos de remoção, de... só que com o passar do tempo, com essa questão das ameaças, que eles sofriam dos loteadores, como ela foi sendo resolvida, pela questão do aparato do Estado, que nos colocava pra defender os moradores, aí começou ganhar importância a questão da infraestrutura. Então daquele período que a luta é uma luta mais no campo jurídico, passou a ser uma luta também no campo do executivo, municipal, na questão de... reivindicação por obras, por infraestrutura.

Com base na nova lei 6.766, o NRL adotou então uma posição de enfrentamento aos loteadores, “posta em prática através das notificações, depósito das prestações em juízo e ações criminais” (ibid., p. 73). Além da regularização fundiária, necessária quando as pessoas paravam de pagar as prestações por falta de obra, o ML lutava pela urbanização dos loteamentos. Apoiando-se novamente na lei Lehman, o NRL procurou “deslocar a responsabilidade pelas obras de urbanização para a prefeitura” (ibid., p. 70-71), já que muitos loteadores não tinham condição de custear as infraestruturas. Porém, o NRL logo se deparou com a atuação dos políticos que costumavam lidar diretamente com os moradores de loteamento, trazendo obras para os redutos eleitorais deles: os moradores tinham que discutir coletivamente os critérios

usados para escolher os loteamentos alvos de obras, e não deixar tal escolha à barganha eleitoral (LAGO, 1990, p. 75). A transferência do NRL para o município em 1987, decorrente da criação da Procuradoria Geral do Município (PGM), fortaleceu a estratégia de pressionar a prefeitura por obras.

> MARCOS: Em 1987 é criada a Procuradoria-Geral do Município. E aí, a Coordenação do Núcleo saí da Procuradoria do Estado e vai, vem para o Município. E aí com o Município, quando veio pro Município, a luta muda um pouco porque ela deixa, quer dizer, já vem junto com a Defensoria Pública, Defensoria Pública o tempo todo tá junto, e no Município, os moradores vão tratar mais agora é de reivindicar obra. Infraestrutura. A água, esgoto, o que mais, pavimentação, iluminação, essas coisa toda. E a prefeitura, o Núcleo de Regularização da prefeitura ele vai se organizar mais com essa visão. Aí vai reunir todas as secretarias.

O Decreto n. 7.290, de 14 de dezembro de 1987, levou então à municipalização do NRL. O preâmbulo do decreto, de autoria do prefeito Saturnino Braga, deixava claros os novos princípios que norteavam a relação entre o Poder Público e os moradores de “loteamentos irregulares”.

> CONSIDERANDO a magnitude da questão da regularização de loteamentos, que atinge centenas de milhares de pessoas no Município do Rio do Janeiro;
> CONSIDERANDO a complexidade do problema, que envolve atribuições de diversos órgãos e exige abordagens múltiplas;
> CONSIDERANDO a necessidade da coordenação de esforços e do estabelecimento de diretrizes e prioridades no âmbito da Administração municipal;
> CONSIDERANDO ainda o interesse das próprias comunidades em participarem do encaminhamento de soluções,

Conforme uma reivindicação antiga dos moradores, o decreto não só reconhecia o papel eminente da “participação”, pois dava à FAMERJ o direito de indicar metade dos representantes dentro do NRL (art. 1º, § 3º), como trabalhava para melhorar a coordenação entre os numerosos serviços da prefeitura envolvidos na regularização dos loteamentos, já que as Secretarias do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Urbano, de Obras, de Serviço Público, a PGM, o Instituto Municipal de Planejamento (IPLANRIO) e a Comissão Municipal de Energia (art. 1º § 2º) também indicavam representantes para o NRL. Realmente, o NRL já naquela época estava conquistando um espaço importante na administração municipal da cidade. O Decreto n. 5.625, de 27 de dezembro de 1985, que até hoje define o procedimento para o reconhecimento oficial de logradouro, em seu art. 4º, reservava um lugar ao NRL, visto que, em caso de logradouros pertencentes a um loteamento irregular, a prefeitura tinha que “ouvir o Núcleo de Regularização de Loteamentos da Procuradoria Geral sobre o pedido de reconhecimento de logradouro e a denominação a ser atribuída a este”.

O NRL aparece então como o produto de duas formas diferentes de governar: a primeira, voltada para a "coordenação" dos órgãos que governam, a mesma que deu luz à lei 6.766/79; a segunda, voltada para a "participação" dos próprios sujeitos governados, os quais encontraram na lei 6.766/79 uma poderosa aliada para promover as reivindicações deles nos campos fundiário e urbanístico. O NRL se aproxima daquilo que Roy chamou de "governamentalidade cívica (*civic governmentality*)", de uma forma de governo baseada na "participação" e "inclusão" dos sujeitos governados, composta por uma "infraestrutura de mediações comunitárias[216]", "technologies of governing" e "norms of self-rule" (ROY, 2009, p. 160). Essa estratégia política de "participação" e "inclusão" se torna mais clara ainda na organização das reuniões plenárias, que ocorrem normalmente a cada dois meses, no auditório de um prédio situado no centro da cidade, próximo à Igreja da Candelária, onde a SMH presta vários serviços. "A participação da comunidade se dá em cada etapa das intervenções do Programa", explica o site da prefeitura[217], "através das reuniões bimestrais do Núcleo de Regularização, os moradores participam dando sugestões e tomando decisões referentes ao processo de regularização urbanística e fundiária dos seus loteamentos". De fato, nessas reuniões, os moradores, identificados pelo número de inscrição do loteamento no NRL, são convidados a falar a respeito dos problemas que eles encontram, diante de todos os moradores e representantes presentes. Esses problemas cobrem o amplo espectro das *dificuldades* que os moradores de loteamentos periféricos encontram. Assim, em uma reunião da qual participei, um morador do "loteamento irregular" Minas de Prata (Campo Grande) perguntou ao representante da SMU porque ainda não havia placas com o nome das ruas, se elas já tinham sido reconhecidas, porque isso atrapalhava a chegada do correio. Quem respondeu foi o então representante da Secretaria Municipal de Conservação, a SECONSERVA, o qual contou as dificuldades encontradas na hora de colocar as placas, como a ausência de muros ou postes na altura dos cruzamentos. Já um morador do loteamento Caminho do Partido

[216] A expressão exata, em inglês, é "*infrastructure of populist mediations*", o que, na linguagem da autora, corresponde ao conjunto de serviços criados em prol do "povo". Entretanto, no caso brasileiro (Roy construiu o conceito de "governamentalidade cívica" estudando a atuação do Hezbollah libanês e dos movimentos de favelados em Mumbai na produção do espaço urbano), me parece mais justo falar em uma "infraestrutura de mediações comunitárias", a palavra "comunidade" sendo muitas vezes usada para designar o beneficiário das novas políticas públicas (cf. a próxima subsecção), enquanto palavras como "povo" e, mais ainda, "populismo" costumam remeter a outros agenciamentos políticos (aquilo que, no primeiro capítulo, chamamos, com base no trabalho de Rabinow sobre a França, de "paternalismo social").

[217] Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/mlegal.htm>. Acesso em: 1º de dezembro de 2017.

(Campo Grande) compartilhou suas preocupações com a qualidade das obras que estavam sendo realizadas dentro do loteamento, e também com a "*ocupação*" de vários "*lugares que não eram para ser ocupados*", por conta do "*abandono*". Outros moradores aproveitaram a reunião para agradecer os integrantes do NRL, os chamando muitas vezes pelo nome e não pela função, ou pressioná-los para acelerar a regularização urbanística e fundiária de seus loteamentos. Foi o caso de uma moradora da Vila Pacoty (Pechincha) por exemplo, que agradeceu especificamente "*Regina Ângela*", a Coordenadora de Regularização Fundiária da SMU naquela época, e à "*Doutora Betina*", responsável pelo Núcleo de Loteamentos dentro da PGM, pois o registro do loteamento já encontrava-se pronto no RGI. Aproveitou também para pedir ao secretário de Habitação, que estava presente, que ele se "*acer[casse] de gente que entendem o direito à moradia*", e, caso ele conseguir alguma verba para os loteamentos, ela concluiu: "*talvez demos voto*". O secretário respondeu dizendo que estava "*correndo atrás de recursos*", apostando numa missão prevista do BID no Brasil e também na proximidade que tinha com o então ministro das Cidades, Gilberto Kassab, do mesmo partido. Assim, queria "*fazer melhoria não só nas comunidades mas também nos loteamentos*". Os representantes da administração pública tomaram então o microfone para explicar os problemas com os quais se deparavam ao tentar levar a regularização de loteamento a cabo. A Coordenadora de Regularização Fundiária, por exemplo, contou as dificuldades que tinha para regularizar os pequenos loteamentos, devido à falta de instrumento voltado especificamente para as vilas. Criticou também a falta de comunicação entre os diversos órgãos da prefeitura, falta que ela atribuía não só a questões técnicas como a ausência de uma visão global dos problemas urbanos – "*Cada setor trabalha de seu lado, falta planejamento, tem que ter uma visão articulada da cidade*". Já a Procuradora lamentou os obstáculos colocados por certos cartórios e registros de imóveis na cidade, atrapalhando todo o trabalho de pesquisa fundiária. As reuniões plenárias funcionam, deste modo, como um espaço onde os moradores de "loteamentos irregulares" dialogam diretamente com a administração pública acerca dos problemas que encontram, e também sabem diretamente dos administradores quais são os obstáculos no caminho da regularização. O governo dos loteamentos se organiza então em torno de "mediações comunitárias" como as reuniões plenárias.

O NRL, além do mais, não só reconhece a participação dos moradores, como tenta envolvê-los diretamente no processo de regularização, criando "cartilhas" para

orientar o adquirente a não comprar um lote irregular por exemplo (Figura 64), exigindo dos moradores que pressionem os loteadores – enquanto o loteamento ainda não conseguiu a inscrição definitiva no NRL, os moradores são convidados a acionar a justiça para obter do loteador a execução das obras e/ou a titulação definitiva dos lotes. Essa aproximação entre moradores e administradores públicos vai junto com a rejeição às interferências políticas, sejam elas oriundas dos moradores, envolvidos com "*política partidária*" (e não foram poucos, especialmente à esquerda), ou, pior ainda, de políticos (principalmente vereadores ou candidatos à vereação) exteriores ao NRL. Realmente, os moradores que participam do NRL costumam ter uma percepção bastante negativa do político, visto como empecilho à emancipação dos moradores de loteamentos irregulares, conforme falou Hélio Barros, representante do Conselho de Moradores de Loteamentos (CML), grupo de moradores que se substituiu à Plenária de Loteamentos da FAMERJ, dentro do NRL:

> BARROS: Você veja bem, como você consegue o voto do pobre nesse país? Falando em educação, segurança e saúde, mas ninguém fala em moradia. Regularização fundiária. Porque quando regulariza a comunidade, ela é inserida na cidade formal então ela deixa de ser dependente dos político. Ela passa a ter vida própria, ela passa a ter uma identidade. Quando você não depende do político isso... deixa de ter o voto cabresto, o voto de necessidade.

Figura 64 – A "cartilha" do NRL.



Fonte: NRL, PCRJ (1986).

Essa rejeição à interferência política marcou, de fato, a trajetória do ML, levando logo à sua desvinculação da FAMERJ[218].

> MARCOS: A FAMERJ inclusive depois que ela resolveu lá as questões dos mutuários do BNH e tal, ela entrou num período de decadência, aqui no Rio de Janeiro ela praticamente, a sede dela é no Rio, mas ela... ela praticamente perdeu muita influência, até porque houve essa questão as grandes liderança da FAMERJ acabaram de ser absorvidas pela máquina de Estado. E aí o que veio depois foi um aparelhamento do PDT [Partido Democrático Trabalhista], com Almir Paulo, que foi o presidente que foi eleito após Chico Alencar. Aí foi um cara do PDT mesmo, Almir Paulo, e aí a gestão dele foi uma gestão muito voltada para o partido e não pro interesse, a FAMERJ ficou muito com cara de PDT, de brizolismo. Na época, até o Chico Alencar era do PDT na época. Eu lembro dele quando era Chico o professor, era do PDT, agora é PSOL [Partido Socialismo e Liberdade] mas era do PDT. Mas o Chico ainda fez uma gestão mais... plural. Mas quando entrou Almir Paulo não, aí virou um aparelho do PDT, isso fez com quem não era PDT se afastasse. E aí o próprio Movimento de Loteamento saiu da FAMERJ, nesse período, depois Jó Rezende, depois Chico Alencar, o movimento sai, volta a ser... não mais Conselho de União de Bairros mas... passa a ser movimento... de loteamentos, o ML. E.. vai ter uma trajetória totalmente independente da FAMERJ e de partido político.

Jó Antônio Rezende por exemplo, presidente da FAMERJ de 1980 a 1984, assumiu o lugar de vice-prefeito na chapa de Roberto Saturnino Braga, candidato vitorioso pelo PDT nas eleições para prefeito do Rio de Janeiro em 1985. A desvinculação do ML interveio, porém, em um momento de fortalecimento do NRL, ligado à construção de novos instrumentos para lidar com o "problema do loteamento".

3.1.3 As políticas de urbanização: do Plano Decenal ao Bairro Maravilha

3.1.3.1 A invenção do "loteamento irregular": incluir criando exceções

A Lei Complementar n. 16, de 4 de junho de 1992, também conhecida como Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, introduziu uma série de novidades muito importantes nos campos jurídico e administrativo. Em primeiro lugar, o art. 156 contém a primeira definição legal do "loteamento irregular", sendo considerados "par-

[218] A mesma rejeição permeou o movimento de favelados, só que por iniciativa do próprio governo que temia a influência dos partidos de esquerda, sobretudo comunistas (LEEDS, 1977, p. 198): nos anos 1960, a Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara proibia as "manifestações" de "caráter político-partidário", assim como qualquer "proselitismo político-eleitoral ou de fundo sectário" nas associações de favelas do estado (apud. SILVA,1967/2011, p. 709). Já nos anos 1980, a "máquina brizolista" passou a "cooptar" as lideranças da FAFERJ (para retomar os termos da literatura clássica), assim como fez com a FAMERJ (BURGOS, 2006, p. 42).

celamentos irregulares (...) os loteamentos e desmembramentos executados em discordância com as normas federais, estaduais e municipais que regulam a matéria[219]". Em segundo lugar, o Plano instituiu uma nova categoria de zoneamento, a "Área de Especial Interesse Social" (AEIS). O Plano previa assim exceções às Zonas chamadas de "Área de Especial Interesse", "espaços da Cidade perfeitamente delimitados sobrepostos em uma ou mais Zonas", "submetidos a regime urbanístico específico, relativo a formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para a Zona ou as Zonas que as contém" (art. 105). Havia então cinco categorias diferentes de exceção: as "Área de Especial Interesse Urbanístico", "Social", "Ambiental", "Turístico" e "Funcional" (art. 107). As AEIS apresentavam:

> Terrenos não utilizados ou subutilizados e considerados necessários à implantação de programas habitacionais de baixa renda ou, ainda, aquelas ocupadas por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, destinadas a programas específicos de urbanização e regularização fundiária (art. 107).

Junto às "favelas" e aos "conjuntos habitacionais", os "loteamentos irregulares" ficaram sob um regime de exceção urbanística. Esse regime servia principalmente à implementação da política habitacional do município, tal como descrita no segundo capítulo do Plano: de acordo com o art. 138, "a política habitacional do Município visa assegurar o direito social de moradia e reduzir o déficit habitacional", sendo o terceiro objetivo listado no artigo a "urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa renda". De fato, entre os programas considerados "prioritários da política habitacional do Município", enumerados na quarta secção do segundo capítulo, o "programa de urbanização e regularização fundiária de loteamento de baixa renda" constava no segundo lugar, atrás do "programa de urbanização e regularização fundiária de favelas" e antes do "programa de lotes urbanizados" (art. 146). A segunda subsecção, que contém a definição oficial do "loteamento irregular" até detalhava o conteúdo desse programa, explicando que:

> O acompanhamento permanente do programa de urbanização e regularização fundiária dos loteamentos de baixa renda será coordenado por núcleo de regularização, grupo de trabalho de caráter permanente com representantes

[219] Portanto, a administração demorou muito mais para produzir uma definição oficial do "loteamento irregular" do que da favela, já presente no Código de Obras de 1937 (art. 349). Posto isso, o Plano Agache em 1930 propunha uma definição objetiva daquilo que chamava de "loteamento defeituoso": "são considerados loteamentos defeituosos os que se acharem colocados em condições inferiores em relação ao loteamento normal, no que diz respeito ao saneamento, à densidade de população, à visibilidade e aos espaços livres" (, p. 80). Considerava-se normais os loteamentos obedecendo aos parâmetros da Prefeitura, "podendo ser de várias classes, segundo à sua situação em relação aos bairros" (ibid.). Seguia uma tipologia dos "loteamentos defeituosos", construída em função do grau de ocupação e de acabamento da malha viária.

> das comunidades envolvidas, mantido pelo Poder Executivo, com as atribuições e composição fixadas em regime interno (art. 157).

O artigo seguinte listava nove critérios usados para a inserção dos loteamentos no programa, o primeiro sendo a "participação da comunidade no programa" (art. 158).

> 1. Participação da comunidade no programa; 2. Quantitativo da população a ser beneficiada; 3. O número percentual de ocupação dos lotes; 4. O custo global das obras; 5. A viabilidade técnica, considerada a relação custo-benefício social, das intervenções do Poder Público; 6. O grau de deficiência da infraestrutura instalada; 7. A existência de áreas de risco; 8. A proximidade de unidades de conservação ambiental; 9. O tempo de existência da comunidade e de seu abandono pelo Poder Público.

Assim, a utilização de uma tecnologia política já antiga, o zoneamento como exceção, veio junto com a introdução de uma "tecnologia cívica", a "participação da comunidade", através principalmente do NRL, na tentativa de dar solução ao "problema do loteamento".

Sucedeu então um período de intensa produção normativa, acerca dos "loteamentos irregulares", envolvendo muitas vezes o próprio NRL, na medida em que a aplicação das novas normas estava sendo condicionada à inscrição dos loteamentos no NRL. O Decreto n. 10.917, de 25 de março de 1992, com base na lei 6766/79, autorizou assim o licenciamento de obras nos loteamentos inscritos no NRL, podendo o NRL até "colaborar na elaboração do projeto", "nos casos de comprovada incapacidade econômica" (art. 2º), a expedição do "Habite-se" ocorrendo somente após a regularização do loteamento (art. 5º). Já com base no Plano Decenal, a Lei n. 2.120, de 19 de janeiro de 1994, declarou como AEIS os loteamentos inscritos no NRL, estabelecendo ao mesmo tempo "padrões especiais de urbanização", relativos ao sistema viário, ao saneamento básico, ao uso e tamanho dos lotes (art. 3º). Tendo recebido o número 76, o Jardim Maravilha se tornou desde então AEIS, assim como outros 261 loteamentos inscritos. Com o Decreto n. 12.683, de 9 de fevereiro de 1994, a prefeitura, sob o comando de César Maia, criou o Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Loteamentos, também conhecido como "Morar Legal", voltado para os loteamentos inscritos no NRL. Entre outras coisas, o decreto distinguia vários grupos de loteamento, de acordo com "suas condições registrarias": por ter seu projeto "aprovado e registrado no competente Ofício de Registro de Imóveis", o Jardim Maravilha pertencia ao primeiro grupo, enquanto no quinto e último grupo ficavam os "parcelamentos sem projeto aprovado", ou seja, os loteamentos propriamente clandestinos (art. 4º). Em novembro de 1995, no dia primeiro, o Decreto n. 14.328 transferiu o NRL do gabinete do prefeito para a recém-criada SMH, juntando vários órgãos, desde

a PGM até a CEDAE, passando pela SMO e pela Secretaria Municipal de Fazenda (art. 3º), cabendo ao CML indicar representantes dos moradores, já que não havia mais vinculação entre o ML e a FAMERJ – o decreto até atribuía um poder administrativo direto ao CML, lhe cabendo fazer "visita à comunidade para avaliação do grau de mobilização comunitária", requisito à pré-inscrição do loteamento no NRL (art. 10), mais um exemplo interessante de "governamentalidade cívica".

A produção legislativa do período concedeu também diversos benefícios fiscais aos moradores dos loteamentos inscritos ou pré-inscritos no NRL. Já em 1986, o prefeito Saturnino Braga (PDT) sancionou a Lei n. 940, de 29 de dezembro de 1986, que, alterando o Código Tributário do Município, isentou os adquirentes de lotes situados em "loteamentos irregulares" do IPTU e também da Taxa de Coleta de Lixo e de Limpeza Pública, na ausência dos serviços justificando a cobrança da taxa; o Decreto 6.495, de 24 de fevereiro de 1987, ao regulamentar a Lei 940/86, definiu como "loteamentos irregulares" aqueles inscritos no NRL da PGE. A Lei 3.335, de 18 de dezembro de 2001, por sua vez, isentou os imóveis de loteamentos inscritos no NRL do ITBI, Imposto de Transmissão Inter-vivos de Bens Móveis, "nas transações efetuadas desde a aquisição original ao loteador até a sua regularização fundiária" (art. 1).

Vale destacar o quão complexo é o processo de regularização (Anexo K). Em primeiro lugar, somente o processo de pré-inscrição exige dos moradores a produção de muitos documentos: planta cadastral, PAL ou croquis de venda de modo a situar o loteamento dentro da cidade; abaixo-assinado dos moradores para demonstrar o "apoio da comunidade" ao processo de regularização; recibos do loteador, termo de compra e venda e certidão do RGI de modo a comprovar a "continuidade da cadeia sucessória", isto é, a conformidade das transações imobiliárias com as regras do direito de propriedade. Caso contrário, a prefeitura passa a tratar o loteamento como favela, cabendo a outros programas dentro da SMH, o Morar Carioca por exemplo, lidar com a situação dele. É o caso, por exemplo, do loteamento Morada do Magarça (Guaratiba), próximo ao Jardim Maravilha (Figura 65): de acordo com o SABREN, esse loteamento "surgiu no local onde funcionava a fábrica de cimento Moldecret, que posteriormente faliu. Os próprios funcionários da fábrica iniciaram a ocupação do terreno através de parcelamento de lotes"[220]. Ou seja, houve abertura de vias e distribui-

[220] Disponível em: < http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

Figura 65 – A “favela loteada” da Morada Magarça.



Fonte: IPP, PCRJ (2017).
Nota: Vê-se aqui que a favela cresceu de acordo com um plano quadricular, facilitando a identificação das ruas e das quadras, sendo as propriedades distribuídas uniformemente de ambos lados das quadras. No início dos anos 2000, a Prefeitura urbanizou essa “favela loteada” através do Bairro Maravilha.

ção da terra em lotes pelos próprios moradores, porém em cima de um terreno invadido, daí a requalificação do loteamento em favela. Depois de recolher a documentação, o NRL agenda várias vistorias para verificar se o loteamento pode ou não ingressar no Programa de Regularização, também chamado de “Morar Legal”, de acordo com a Resolução Conjunta da SMH, SMU e PGM n. 1, de 5 de agosto de 1997, a qual define as normas para a aceitação dos pedidos de inscrição. Primeiro, a Coordenadoria de Planejamento e Projetos da SMH efetua uma “vistoria física” para determinar se o loteamento é ou não “consolidado”, isto é, se ele “apresenta um número considerável de moradias e de lotes vendidos, configurando um problema urbanístico e social” (art. 3º, § 1º), vistoria eventualmente completada pela Rio-Águas (Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro) ou pela Geo-Rio (Fundação Instituto de Geotécnica), caso o loteamento aparente ficar numa “área de risco” (pedidos de loteamentos em áreas de risco são sistematicamente indeferidos). Segundo, após notificação do loteador pela SMU, na perspectiva de talvez cobrar do loteador as obras de urbanização, ocorre uma vistoria socioeconômica, a cargo da assistente social do núcleo, para avaliar se a população que mora no loteamento é ou não “de baixa renda” (art. 2º). Por fim, a própria SMH, através do Grupo de Regularização Urbanística e Fundiária, deve conferir as informações cartoriais, ou seja, o respeito da legislação fundiária. Em seguida, os pedidos de inscrição são ou não deferidos pelo Coordenador

do NRL, após discussão do caso “em reunião da comissão paritária que supervisiona a atuação do Núcleo de Regularização de Loteamentos” (art. 12, § 6º). Contudo, o loteamento ainda não consta como inscrito, mas sim como pré-inscrito, pois o NRL tolera um número máximo de 262 loteamentos inscritos. É preciso, portanto, a liberação de uma vaga, ou seja, que a “regularização” de um loteamento já inscrito seja finalizada, para o NRL admitir um novo loteamento.

Quanto ao processo de “regularização”, o seu grau de complexidade depende muito da situação do loteamento. Os “loteamentos clandestinos” em particular precisam passar por um processo de “regularização fundiária” além da “regularização urbanística”, processo que comporta nada menos do que dez etapas (Anexo K), desde a localização da gleba nos RGI da capital, até a aceitação oficial das obras pela prefeitura, passando pela elaboração, aprovação e registro do PAL. Já para os “loteamentos irregulares” como o Jardim Maravilha, o processo de “regularização” se restringe à única “regularização urbanística”, facilitada pelo zoneamento especial (AEIS). Após a conclusão e aceitação das obras pelo prefeito, com publicação do despacho no Diário Oficial, a SMH passa a considerar o loteamento como “regular”. Todavia, novas dificuldades podem surgir no meio do caminho: no caso do Jardim Maravilha, a prefeitura fez obras em apenas uma parte do loteamento, visto que a outra parte está numa área de risco. Por isso, até hoje o Jardim Maravilha consta nos registros do NRL como irregular e “aguardando complemento” da obra. E como a prefeitura não pode urbanizar um assentamento situado em área de risco, não há previsão do Jardim Maravilha constar um dia como “regularizado”. Além disso tudo, vale ressaltar que, para os moradores, o processo de “regularização” não acaba com a “regularização” do loteamento, seja ela urbanística ou fundiária: cada um ainda precisa pôr o lote e as benfeitorias em conformidade com a legislação tributária, para lançar a cobrança dos impostos municipais como IPTU e ITBI, obter as escrituras definitivas do imóvel no RGI e receber o Habite-se da SMH. Ou seja, após a regularização urbanística e eventualmente fundiária do loteamento vem a regularização tributária, fundiária e urbanística dos lotes, a qual pode demorar anos, conferindo ao processo de regularização um caráter interminável.

Enfim, chama nossa atenção aqui toda a produção documentar atrelada ao processo de regularização, tão vasta quanto diversa, desde a pré-inscrição do loteamento no NRL: plantas, recibos, contratos, certidões, abaixo-assinados, formulários, relatórios, mapas, fotografias, tabelas, decretos, etc. Assim, se a “irregularidade” se

caracteriza à primeira vista pela falta de documentos oficiais, como do PAL no caso dos “loteamentos clandestinos”, o reconhecimento da “irregularidade” induz a produção de inúmeros documentos, antes mesmo de começar o processo de “regularização” propriamente dito. Há, portanto, todo um construtivismo burocrático subjacente à “regularização” de loteamento, um construtivismo que, diga-se de passagem, exclui os moradores de uma maior “participação” no processo de “regularização”: afinal, o governo mantém o monopólio sobre a produção de documentos, cabendo aos órgãos públicos (tipo SMU) e privados (tipo cartório) discriminá-los, confeccioná-los, e validá-los. Ou seja, o ensaio de governamentalidade cívica em matéria de loteamentos não resultou numa transformação radical das práticas que organizam a fábrica da cidade, numa modificação substancial das redes sócio-técnicas cuja gênese observamos no primeiro capítulo, mas sim numa extensão dessas redes para transformar o problema do loteamento periférico em algo que esteja ao alcance do poder administrativo – no problema do “loteamento irregular”. A proposta de “empoderamento comunitário” inclusa na forma cívica de governar encontra aqui um limite evidente.

3.1.3.2 O “Favela-Bairro” e o significado da urbanização

Ao mesmo tempo em que o governo criava toda uma legislação de exceção acerca dos “loteamentos irregulares”, a municipalidade lançou então uma das mais importantes operações de renovação urbana da história do Rio de Janeiro, o Favela-Bairro. À primeira vista, surpreende a inclusão de loteamentos dentro de um programa aparentemente voltado para as favelas. É que, à base do programa Favela-Bairro, encontram-se os estudos do Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares, o GEAP, criado pelo Decreto nº 12.296 de 22 de setembro de 1993. No seu preâmbulo, o decreto, “considerando a concentração crescente da população da cidade residindo em assentamentos populares (favelas e loteamentos irregulares) em condições subnormais de vida”, promovia, “através da urbanização, a melhoria das condições de vida nos assentamentos populares, integrando-os à vida formal da cidade”. A categoria “assentamento popular” abrangia tanto as favelas quanto os “loteamentos irregulares” (assim como a categoria de AEIS no Plano Decenal de 1992). Após a criação, sob sugestão do GEAP, da Secretária Extraordinária de Habitação em dezembro de 1993, um empréstimo concedido pelo Banco Interameri-

cano de Desenvolvimento (BID) viabilizou o prosseguimento das recomendações elaboradas pelo GEAP, o que levou ao Decreto n. 14.332 de 7 de novembro de 1995, criando o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP). O PROAP se subdividia em dois programas diferentes, o "Favela-Bairro", "que objetiva[va] complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade", e a "Regularização de Loteamentos", "que objetiva[va] proceder à regularização urbanística e fundiária e complementar ou construir infraestrutura para alcançar padrões de salubridade e de desenvolvimento sustentável nos loteamentos irregulares de baixa renda" (art. 2º). A formulação dos objetivos reproduzia então as propostas do Plano Decenal[221], que ambicionava a "inserção[222]" das "favelas e loteamentos irregulares" no planejamento da Cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam" (art. 44). Definia-se então os "loteamentos irregulares" como "parcelamentos e desmembramentos, executados em discordância com as normas federais, estaduais e municipais que regulam a matéria". Dos 300 milhões emprestados pelo BID, o munícipio previa 48 milhões (16%) para obras de infraestrutura em cerca de 135 loteamentos, sendo que o custo dos investimentos por domicílio não podiam exceder uma média de 2.000 no caso dos loteamentos, contra 3.500 no caso das favelas (o PROAP previa a construção de creches nas favelas mas não nos "loteamentos irregulares"). Havia sete critérios para determinar a escolha dos loteamentos:

> 1. A participação da comunidade, dada pela sua participação no Núcleo de Regularização de Loteamentos; 2. O número de famílias beneficiadas em cada loteamento; 3. O percentual de ocupação de lotes; 4. O custo global estimado das obras; 5. A disponibilidade de infraestrutura urbana; 6. A antiguidade do loteamento; 7. A existência e a situação do projeto de alinhamento e loteamento (PAL).

Coube à recém-criada Gerência de Loteamentos, Gerência de Programa nº 6 no organograma da Secretaria Municipal de Habitação (o Favela-Bairro dependia então da Gerência nº 5), assumir então a execução do programa de Regularização de Loteamentos, sendo o NRL subordinado a essa Gerência (o art. 7º exigia o acompanhamento do NRL na execução do programa). Em 28 de abril de 1997, o secretário

---

[221] Elas, por sua vez, inspiradas num documento de trabalho produzido em 1988, durante a gestão de Saturnino Braga, o Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos Irregulares do Município do Rio de Janeiro (BURGOS, 1998, pp. 47-48)

[222] A "inserção" ou "inclusão" é outra característica levantada por Roy ao definir a "governamentalidade cívica", pois a participação do povo nas políticas públicas muitas vezes se dá dentro de um objetivo de "inclusão social" (ROY, 2009, p. 159).

de Habitação Sérgio Ferraz Magalhães, primeiro titular da pasta e também ex-coordenador do NRL, firmou com a Construtora Épura um contrato de 9.761.607,58 reais para a "execução de obra de infraestrutura no loteamento Jardim Maravilha, dentro do PROAP", obra que incluía: "o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem, o sistema viário; a iluminação pública; a arborização". As obras começaram então em maio 14 de maio de 1997, terminaram em 8 de maio de 1999 e foram definitivamente aceitas no dia 29 de dezembro de 2000, por despacho do prefeito publicado no Diário Oficial. Portanto, as obras que aconteceram no Jardim Maravilha e nos outros "loteamentos irregulares" no final da década de noventa, rigorosamente falando, nunca dependeram do programa Favela-Bairro, mas sim do programa de Regularização de Loteamento, ambos vinculados à SMH (ainda que subordinados a gerências diferentes) e inseridos dentro do PROAP. A mídia, contudo, não entrou no mérito da distinção na hora de divulgar as obras, confundindo todas as ações do PROAP dentro do Favela-Bairro: "o Projeto Favela-Bairro vai mudar o visual do maior loteamento da cidade", anunciava O Globo em maio de 1997 (O GLOBO, 1997b).

À semelhança de Machado da Silva no seu artigo sobre "a continuidade do 'problema da favela'" (SILVA, 2002), convém aqui questionar a continuidade do "problema do loteamento", do ponto de vista do "padrão urbano de integração social". De fato, a categoria de "loteamento irregular", diferentemente da "favela", não constitui exatamente "uma categoria social subalterna", pelo simples motivo de que a categoria pouco circula além das fronteiras administrativas. Portanto, não há um "estigma" acoplado à condição de morador de "loteamento irregular", igual o estigma do favelado. Também a trajetória do ML diverge daquela seguida pelo movimento de moradores de favelas, marcada logo pelo "controle" ou pelo "encapsulamento" de suas práticas, conforme analisaram os estudiosos do movimento favelado (LEEDS, 1977; SILVA, 2002; BURGOS, 2006), e pela concorrência, desde os anos 1980, de uma "sociabilidade violenta", articulada em torno do tráfico de drogas (SILVA, 2002, p. 228-229): jamais nos movimentos de favelados houve algo semelhante ao NRL, um lugar dentro das próprias instituições onde os moradores pudessem discutir coletivamente seus problemas com os vários órgãos responsáveis, e, reciprocamente, jamais o Estado

conseguiu aparelhar o ML do mesmo modo como aparelhou o movimento de favelados[223]. O período enquanto vigorou o empréstimo do BID coincidiu com o auge do ML, na medida em que conferiu uma autonomia decisiva ao NRL frente aos políticos, ainda que em alguns casos a relação com eles tivesse ficado mais tensa.

> THOMAS: Mas essa autonomia que a Secretaria de Habitação tinha conquistado, deve ter também atrapalhado os interesses de alguns grupos, políticos, os vereadores?
> MARCOS: Sim, sim. Nós tivemos assim, você, claramente, tem um conflito com alguns vereadores que historicamente tinham essa população como uma clientela política. Principalmente o pessoal do PMDB chaguista, que a gente chama de chaguista, lá da Zona Oeste. E ao criar o Núcleo e o Núcleo ganhar essa autonomia, que o próprio fato da gente estar trabalhando com recursos de empréstimo de uma organização internacional, e era um álibi pra gente, quando vinha um vereador, "Não, faz a obra nesse loteamento, faz naquele", dizia, "Não, já foi aprovado pelo BID. Já tá aprovado pelo BID eu não posso mexer nisso". [...] Mas só pra, o Núcleo não conseguiu evitar, e... também acho que não era a nossa questão principal, evitar o uso político da sua atuação. Mas conseguiu garantir uma boa independência para tomar decisões juntos com os moradores de priorizar essa ou aquela comunidade e tal, então isso aí a gente conseguiu garantir, até muitos ano, vamos dizer, o argumento que tinha por trás de nós tinha um contrato com instituição internacional, tinha regras, tinha critérios que a gente não podia alterar esses critérios. Então é o chamado insulamento burocrático que a gente meio que criou na equipe do Núcleo durante esse período em que vigorou o contrato com BID. Isso nos deu muita tranquilidade. O próprio Eduardo Paes era, na época era um vereador, que é o atual prefeito, que tinha muitos interesses na área de loteamentos.
> THOMAS: É, ele era da Zona Oeste.
> MARCOS: Da Zona Oeste Jacarepaguá. E ele tinha, vamos dizer, os emissários dele que me procurava muito para atender essa ou aquela comunidade, e o discurso era certo de que: "Olha, mande a comunidade te procurar que ela vai passar pelos procedimentos, e tal, e se ela tiver dentro dos critério de elegibilidade, priorização e elegibilidade, ela vai ser atendida". Mas não podíamos a priori dizer "Vamos atender porque Eduardo Paes tá pedindo, porque tava pedindo Fulano de tal", o Núcleo garantia essa... que a gente tinha critérios, previamente estabelecidos, discutidos e aprovados com a população pra trabalhar. Então, por isso, muitos loteamentos sabiam que iam esperar... 10 anos, pra receber a obra. Mas sabiam porque quem tava recebendo agora estava recebendo, que era com critérios transparentes, discutidos e aprovados dentro desse coletivo que era o Núcleo.

Assim, são inegáveis as conquistas que o ML alcançou através do NRL, sobretudo no que diz respeito a reivindicações antigas dos próprios moradores, como a "regularização urbanística" dos loteamentos e a concessão de isenções fiscais (IPTU e ITBI) nos loteamentos ainda não regularizados. Ademais, tais conquistas se deram por meio do envolvimento dos próprios moradores no processo decisório, algo relativamente inédito para ser mencionado. Entretanto, vale ressaltar que aos poucos o

[223] Através do Decreto "N" n. 870, de 15 de junho de 1967 por exemplo, quando o governo do Estado da Guanabara, então dirigido por Carlos Lacerda, passou a exercer um controle estrito sobre as associações de moradores das favelas, diretamente subordinadas à Secretaria de Serviços Sociais (LEEDS, 1977).

NRL e, consequentemente, o ML perderam influência na elaboração das políticas de "regularização urbanística", sobretudo a partir do segundo mandato de César Maia (2001-2005), quando Solange Amaral assumiu a SMH (2001-2006), pois ela não estava disposta em deixar ao NRL a mesma autonomia da qual ele gozou na gestão de Sérgio Magalhães. Com o fim do empréstimo concedido pelo BID, o programa Morar Legal passou por um processo de "esvaziamento", segundo a palavra do Hélio Barros, já que não possuía mais recursos próprios e não podia mais, então, garantir a "regularização urbanística" dos loteamentos inscritos no Morar Legal. A posse de Eduardo Paes em 2009 só aprofundou o processo, com o lançamento do programa Bairro Maravilha: coube a SMO assumir sozinha, sem passar pela SMH, a urbanização de vários loteamentos periféricos[224], estivessem eles ou não inscritos no NRL. Em setembro de 2013, a SMO organizou assim a licitação do programa Bairro Maravilha Oeste, que previa a "reurbanização" (!) de 322 vias da região, dividida em 12 áreas, por um total de 427 milhões de reais. Desse total, 38 milhões iam para licitação das obras no Jardim Maravilha, previstas para ocorrer na Padaria dos Velhinhos. O NRL, contudo, não foi nem informado das obras, tendo sido contornado todo o dispositivo de "coordenação" elaborado no decorrer dos últimos trinta anos, que nunca tinha funcionado plenamente, porém nunca tinha sido contornado de modo tão aparente.

> THOMAS: E em relação com o programa Bairro Maravilha, eles consultam você, você busca, que eles tão fazendo bastante obra em loteamento.
> HÉLIO: Não. Fazem e isso é justamente, um dos pontos negativos do Bairro Maravilha é justamente é não ter a discussão com a Secretaria de Habitação, com o programa que tá regularizando o loteamento ali. O que que acontece: muitas vezes você vai pegar a lista de loteamentos da Secretaria de Habitação, vai tá lá, "sem intervenção". Nenhuma. Mas quando você chega na comunidade ele tá com obra! Ele teve obra. Por que? Porque as secretaria não se comunicam. Esse é o pior defeito que existe dentro do Poder Público! Como ela é loteada politicamente, o secretário de Habitação é de um partido, o secretário de Obra é de outro partido, o secretário de Administração é de outro partido, eles se acham independente! Então eles não conversam entre si, as secretaria não conversam entre si. Então há esse hiato. Às vezes a Secretaria de Habitação chega num local, a obra já foi feita. E não sabe quem fez.

Tanto para Hélio quanto para Marcos e outros integrantes do NRL com os quais conversei, o programa Bairro Maravilha simbolizaria, de certo modo, o abandono da orientação "cívica" que o processo de regularização urbanística tomara desde o final dos anos 1970. Para Marcos, estaríamos assistindo a uma "retomada do modelo clientelista" que prevalecia antes do ML.

[224] E de várias favelas periféricas também (Anexo J).

> MARCOS: (...) O Bairro Maravilha, ele é um enfoque eleitoral. As demandas não vêm pelas associações de moradores, vêm pelos vereadores das áreas. Então o que o... o Bairro Maravilha recoloca a questão clientelística. E empata o Núcleo porque... e o Favela-Bairro, de certa forma, o Morar Carioca[225] também tá sendo abandonado e o Bairro Maravilha que tá entrando em muitas favelas.
> THOMAS: O Bairro Maravilha tá atuando em favelas?
> MARCOS: Jacarepaguá, Campo Grande. Porque é uma retomada do modelo clientelístico.
> THOMAS: Em qual sentido a retomada do modelo clientelístico?
> MARCOS: No sentindo de que, pra você conseguir a obra, não é mais você se filiar a uma organização como o Movimento de Loteamentos ou uma FAMERJ ou uma FAFERJ. É o contato direto com o vereador que é quem vai levar ao prefeito a demanda e a obra vai ser feita e fica na conta daquele vereador. Que depois vai cobrar dos moradores que votam nele que foi ele que fez a mediação. O clientelismo é isso. O clientelismo é você criar uma clientela, (*inaudível*) de um político. "Então nesse bairro aqui, nada a prefeitura não faz nada, não... passe por mim. Eu depois vou cobrar a vocês a..." Quer dizer, eu consigo, eu sou político, você precisa de uma melhoria no teu bairro, aí você vem conversa comigo, eu consigo as obras mas quando foi candidato você vai conseguir todos os votos pra mim. Aí faz aquele acordo e aí vai ao prefeito e se compromete com o prefeito. "Aí o voto, teus projetos de governo, se você atender a minha clientela, lá, fizer obra no meu bairro, se não eu vou votar contra você". E aí esse é o círculo. Aí ficou o prefeito, tem que negociar com cada vereador e os moradores têm que negociar com cada de seus vereadores pra conseguir... Isso é o esquema clientelístico que, durante o período do primeiro governo do Cesar Maia e de Conde, de certa forma, perdeu um pouco de força, porque a burocracia ganhou um certo poder. Por conta desses contratos internacionais e tal, mas a partir do segundo governo César Maia, segundo e terceiro governo do César Maia e agora com Eduardo Paes, a clientela volta a ser a tônica do governo. E o Morar Carioca é até uma tentativa de... ter um plano. E não ficar subordinado à clientela mas o próprio prefeito desmontou o Morar Carioca.

Em vez de uma interlocução direta entre o Poder Público e a "comunidade", igual àquela promovida pelo NRL e depois pelo PROAP, os políticos estariam então retomando o papel tradicional de intermediário entre a população e o Estado, intermediário interessado na troca de votos por (promessas de) obras de urbanização.

De qualquer modo, a centralidade dada à "regularização urbanística" na problematização dos "loteamentos periféricos" merece questionamento. Desde os tempos da Comissão de Melhoramento, quando ainda se enxergava o "problema do loteamento" pelo lado viário, o governo sempre pautou sua intervenção nos "loteamentos periféricos" na necessidade de "regularizar" a situação deles do ponto de vista das normas urbanísticas, do ponto de vista da "polícia", no sentido antigo da palavra. A própria categoria de "loteamento irregular", que pertence quase que exclusivamente

[225] O programa Morar Carioca, criado em 2010 no âmbito da SMH, ambicionava inicialmente dar continuidade ao Favela-Bairro, através do "desafio ambicioso e humanitário de urbanizar, até 2020, todas as comunidades da cidade, integrando efetivamente ao tecido urbano do Rio essas áreas historicamente menos assistidas". Cf. www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, Acesso em: 15 de março de 2017.

do vocabulário burocrático, já evidencia o quanto a problematização da situação nos "loteamentos periféricos" dependeu primeiramente de considerações burocráticas, de considerações peculiares às burocracias do planejamento urbano. A referência central na produção da categoria de "loteamento irregular" e na definição das políticas que lhes estiveram atreladas, sempre foi a "dimensão físico-espacial", como no caso da favela, mas reduzida àquilo que a própria administração urbana definia como problemático ou não, como "regular" ou "não". O "loteamento irregular", afinal de contas, não é nada mais do que um loteamento executado "em discordância com o projeto aprovado", um loteamento que não respeitou as normas de urbanismo – enquanto a categoria de "favela" aparece suscetível a inúmeras apropriações poéticas, conforme mostra a vasta produção artística, sobretudo musical, acerca dela, e de interpretações que vão muito além da "dimensão físico-espacial", levando em consideração dimensões políticas e até socioculturais[226] (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009, p. 96-97). Consequentemente, vários aspectos da vida nos "loteamentos periféricos", que têm diretamente a ver com a produção daqueles espaços, acabam ficando fora das intervenções do poder público, ou diluídos em inúmeros outros programas. Assim no caso do Jardim Maravilha, a prefeitura considera hoje a área beneficiada pelas obras do "Favela-Bairro" como regular, já que a regularização depende da averbação do PAL junto ao RGI (o que nunca foi um problema para o Jardim Maravilha, loteamento "irregular" e não "clandestino") e da aceitação das obras de urbanização pela prefeitura (art. 7º do Decreto 14.328/95). A aceitação dependia então dos parâmetros definidos na Lei 2.120/94, que declarou os loteamentos irregulares AEIS: os "loteamentos irregulares" precisavam alcançar, em pelo menos 80%, os seguintes "padrões especiais de urbanização, parcelamento da terra e de uso e ocupação do solo" (art. 3º):

> 1. Sistema viário e de circulação, com mínimo de acesso aos lotes, compreendendo ruas, vielas, escadarias e passagens; 2. Condições satisfatórias de esgotamento pluvial, de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável; 3. Dimensões do lote mínimo definidas em função da especificidade da ocupação já existente, e de condições de segurança e higiene; 4. uso predominantemente residencial.

Contudo, os moradores da área já regularizada continuam reclamando de inúmeros sofrimentos, o sofrimento da água por exemplo, que sempre falta no verão ou chega com uma pressão insuficiente para encher as caixas, das demais *dificuldades*

[226] A categoria de "periferia" nos parece ter maior potencial poético, no entanto os moradores de loteamentos periféricos que conheci, inclusive quando eram envolvidos em algum movimento de moradores, raríssimamente lançavam mão dessa categoria.

enraizadas na vida cotidiana deles, no “mundo” deles, como a falta de um hospital ou de uma unidade de atendimento emergencial em Guaratiba, a péssima qualidade da pavimentação e da rede de esgoto, que obriga os moradores a jogar suas águas sujas para dentro das galerias de águas pluviais, o sobrecarregamento da rede elétrica, que danifica os aparelhos eletrodomésticos. Além disso, lembrando a fala de Márcio, segundo qual o Jardim Maravilha “*não passou de uma comunidade*”, devido, por exemplo, à falta de indústrias que deem emprego aos moradores, a “regularização urbanística” tende a privilegiar um conceito de urbanização baseado no princípio do mínimo múltiplo comum: pavimentação, saneamento básico, coleta de lixo e iluminação pública. E o que acontece com o desenvolvimento comercial, a instalação de serviços como banco ou cartório, o acesso a equipamentos de lazer como parques e praças, ou, outro item fundamental para os moradores do Jardim Maravilha, o sistema de transporte? Que tal do “*embelezamento*”, que influi sobre a “*qualidade de vida*”, para retomar uma exigência formulada pelo representante do “loteamento irregular” Caminho do Partido numa reunião plenária do NRL? Daquilo tudo que os moradores do Jardim Maravilha chamam de *progresso*?

Isso não quer dizer que não haja programas municipais, estaduais ou federais voltados para esses pontos: o sistema BRT, por exemplo, diminuiu consideravelmente o tempo gasto no transporte para muitas famílias, mas tudo isso tende a passar por cima da “regularização urbanística”, principal escopo através do qual o governo problematiza a situação dos “loteamentos periféricos”. Assim, além da pavimentação e do saneamento básico, o PROAP, nas suas diretivas principais, previa um programa de educação sanitária e ambiental, a construção de creche, ordenamento de praças, parques e jardins, intervenções no campo do esporte e lazer, e “outros programas sociais” (Decreto 14.332/95, art. 3º), mas nada disso vigorou no Jardim Maravilha, o que não impediu a regularização parcial do loteamento. Será que o objetivo reivindicado da “regularização urbanística”, “transformar o loteamento irregular em bairro”, não oculta outra discussão talvez mais fundamental, quanto ao lugar dos loteamentos periféricos na cidade? Quanto ao lugar de seus moradores na sociedade? Será que, de certa maneira, ele não naturaliza insidiosamente o fenômeno da “urbanização” (SILVA & FIGUEIREDO, 1981), dificultando qualquer discussão sobre a natureza desse fenômeno?

O paradoxo da “regularização” de loteamento no Rio de Janeiro é que ela trabalha simultaneamente num registro policial, o registro da regulamentação, e num registro cívico, o registro da participação – a menos que a combinação de regulamentação com participação seja característica da arte contemporânea de governar... Vários integrantes do NRL, tanto os moradores quanto os administradores, estão cientes de que o problema do loteamento periférico supera, sob diversos aspectos, o problema da regularização de loteamento. Ao falar com o secretário de Habitação, lhe pedindo para se “acercar de gente que entendem o direito à moradia”, a moradora da Vila Pacoty mencionou uma série de “questões”, que iam muito além da regularização urbanística: “*tem a questão dos rios, a questão da terra, a questão das moradias*”. De fato, a questão ecológica, que também é uma questão de saneamento básica, ocupa as mentes de muitos moradores de loteamentos periféricos com os quais conversei, e talvez mais ainda as mentes dos moradores do Jardim Maravilha, que precisam conviver com um rio poluído e entulhado ao lado deles. A questão fundiária também preocupa muita gente, questão que não se reduz à regularização da malha fundiária dos loteamentos. O morador de um loteamento, cujo nome desconheço, contou uma vez ao secretário de Habitação que “*o nosso grande anseio como representantes dos loteamentos é a titularidade dos lotes. Vi até gente falecer antes de ter a titulação dos lotes*” – se a “regularização” é interminável, a vida dos moradores termina. A moradora de um “loteamento irregular” na Pavuna pediu ao secretário de Habitação um orçamento específico para “*o monitoramento das terras públicas e das indústrias em processo de falência*”, pois esses espaços, comuns na região onde ela morava, davam lugar a “*ocupações*”, o que trazia desconforto aos moradores vizinhos já que “*as pessoas que moram lá não moram bem*”. Já Hélio lamentava a dificuldade dos moradores de loteamento de “*furar as entradas dos cartórios*”. “*Não adianta tirar o pé da lama sem ter direito à propriedade*”, disse ele, “*sem falar que monte nem conseguiu tirar o pé da lama*”. A qualidade do meio ambiente, o acesso à propriedade e o direito a “morar bem”: são três “questões” colocadas pelos próprios moradores, entre outras, com base naquilo que vivenciam nos loteamentos, sugerindo uma problematização do loteamento periférico que vá além da “regularização”, urbanística ou fundiária.

3.2 A “UTOPIA DA COMUNIDADE”

3.2.1 A comunidade partida

3.2.1.1 As brigas

A “regularização urbanística”, dentro da ordem institucional regida pela “governamentalidade cívica”, pressupõe a “comunidade”. De modo geral, a categoria de “comunidade” impregna o discurso da “governamentalidade cívica”: o Plano Decenal falava em “estabelecer mecanismos de participação da comunidade no planejamento urbano e na fiscalização de sua execução” (art. 6º), explicava que a fiscalização das AEIS disporia “com a cooperação da comunidade” (art. 104), se referia ao NRL enquanto “grupo de trabalho de caráter permanente com representantes das comunidades envolvidas” (art. 157). Já o Decreto 14.332/95, que instituiu o PROAP, mencionou o “treinamento da comunidade sobre o uso e manutenção” dos serviços de esgoto, a necessidade de “confeccionar material de apoio que permita divulgar junto à comunidade o plano de intervenção global e o anteprojeto”. Para cada programa, cabia à SMH “estabelecer as relações com as organizações representativas das comunidades beneficiárias” (ibid.). Tanto sujeito quanto objeto dos programas, a “comunidade”, identificada com o território ao qual ela pertence, sempre se declina no singular, mas será que essa “comunidade” tem realidade política além dos discursos proferidos pelos programas de “regularização urbanística”? A complicada vida associativa do Jardim Maravilha levanta dúvidas quanto à existência de algo como uma “comunidade” no loteamento, embora seja uma referência absolutamente central nos discursos dos moradores também. Assim, após as várias *conquistas* dos anos 1980, a APROJAM começou a declinar, devido justamente aos engajamentos partidários de integrantes como seu Armando, que não hesitavam em fazer campanha pelo candidato do PT, Luiz Inácio “Lula” da Silva. Seu Álvaro, rival de seu Armando e filho de um dos fundadores da APROJAM, “*expulsou*” então os associados ligados ao PT:

> ÁLVARO: Eles eram partidários; eles não eram comunitários. Só entrava na associação quem era do PT. Porque o PT nunca esteve no poder. Ele teve no PT agora [...]. Então, nessa época, a associação caiu muito. Desmoralizaram muito a associação [...]. O pessoal não queria o PT lá; o PT ia lá pra brigar. O líder comunitário não ia lá pra reivindicar melhoria. Ele ia lá pra brigar, entendeu? Então, perderam espaço. A associação caiu muito. Aí na época em 90, me chamaram pra mim sair de sócio na associação de moradores. Aí eu entrei (*Entrevista com Álvaro concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008*, apud SIQUEIRA, 2013, p. 43).

O movimento de moradores do Jardim Maravilha se deparou assim com as mesmas dificuldades que atravessaram todo o ML: uma possível interferência dos

compromissos partidários com a *luta* dos moradores, uma possível diluição ou até instrumentalização das causas *comunitárias*, que acaba excluindo os moradores sem (ou com outro) vínculo partidário de participação nas *lutas*. "*Eles eram partidários, eles não eram comunitários*", disse Álvaro, alegando uma clara incompatibilidade entre os dois. Esse também foi a opinião de Dona Clara, que registrou em junho de 1992 uma associação de moradores distinta da APROJAM, a AMAJAM, Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Maravilha.

> CLARA: O interesse deles era fazer a associação partidária. E a associação de moradores ela não pode ser. Porque nós precisamos de todos. […] Nós não somos nós que fazemos. A gente tem que olhar pra comunidade, entendeu? A gente não gosta do prefeito, mas a gente precisa gostar porque precisamos do prefeito. A gente não gosta do governador mas tem que gostar porque nós precisamos dele (*Entrevista com Dona Clara concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008*).

O argumento de Dona Clara divergiu um pouco daquilo que o Álvaro falou: para ela, o fato de ter uma "*associação partidária*" dificultava a interlocução com a administração pública, pois nem sempre quem administrava a prefeitura, o Estado ou até a União compartilhava os mesmos compromissos partidários (e o PT no início dos anos 1990 não ocupava cargos tão importantes assim); como o trabalho do *líder comunitário* é justamente dialogar com a administração para *trazer* algum benefícios para a *comunidade*, o caráter partidário da associação acabava prejudicando o trabalho *comunitário*.

Entretanto, Álvaro não parecia disposto a solucionar as divergências dentro da *comunidade* pelo diálogo.

> ÁLVARO: Quando chegaram na hora de botar chapa, o pessoal ficou com medo porque ameaçavam as pessoas que botavam. Aí, eu falei: "Bota meu nome lá que eu vou me candidatar", entendeu? Aí o pessoal: "Ah, tu é maluco". "Maluco não, eu vou me candidatar". Maluco não. O que foi que eu fiz? Botei meu revólver na cintura, fui lá e falei: "Não quero mais você, você e você aqui dentro". Fui expulsando todo mundo da associação. Aí, me candidatei, ganhei. Não os proibi de virem na associação, não proibi eles de serem sócios. Só não permiti certas coisas ali dentro, entendeu? Pode ajudar a associação ... certas coisas aqui eu não quero (*Entrevista com Álvaro concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008*).

Para Nelson, a APROJAM "*caiu muito*" na época de Álvaro, hoje falecido, justamente pela dificuldade que ele tinha de "*levar as coisas no diálogo*", de escutar a opinião dos outros, de respeitar as pessoas com as quais ele não concordava; faltava ao Álvaro *jogo de cintura*, flexibilidade para negociar, lidar com interesses contraditórios, tanto dentro quanto fora da *comunidade*, o que é esperado de qualquer *líder comunitário*.

> NELSON: Depois que o Álvaro faleceu que é filho do seu Bira, que é um dos fundadores também da APROJAM, ele tomou mas tomou tudo no peito, foi praticamente no peito. Ele já vendeu a associação lá em baixo, botou lá próxima à Pilar do Sul. E da Pilar do Sul também já foi vendida. E aí... como ele não tinha jogo de cintura de diálogo com as pessoas que talvez pudessem ajudar, se criou, ele praticamente forçou que acontecesse uma outra associação! Praquelas pessoas pudessem ser ouvido, as pessoas queriam ser ouvida pelos autoridade, com ele não conseguiam! Porque tinha truculência.

Dona Ângela, ex-sócia da AMAJAM, não escondeu seu desprezo pelo Álvaro, que "*nem declaração de residência*" dava.

> ÂNGELA: Esse tal de Álvaro, esse tal de Álvaro não gostava de trabalhar! Quando ele teve, só procurava ele lá: "Vai lá na Dona Clara! Dona Clara dá as coisa pra vocês!" Ele parava pra dar nada. Aí Álvaro mandava gente à Dona Clara. "Fui lá pegar uma declaração, pra Light porque tem que levar pra Light, e porque eu quero casar, aí tem que ter a declaração da Associação. Ele mandou vir aqui Dona Clara, buscar com a senhora". Ele era contra isso e não tinha... Ele não gostava de trabalhar então ele fazia nem questão de ajudar ninguém. Ele vendeu a sede da associação, Álvaro. A APROJAM. Da APROJAM ele vendeu.

Assim começou a primeira *briga* entre associações de moradores no Jardim Maravilha, aquela que opôs APROJAM e AMAJAM.

> NELSON: A primeira associação de morador foi APROJAM. APROJAM foi associação oficial que teve aqui. Com o pessoal que veio novo pras Casinhas, que no caso Dona Clara que faleceu, deve estar em um bom lugar, que ela também ajudou muito. Até ajudou muito, a acontecer as coisas no Jardim Maravilha. Mas a força ao contrário não deixava com que ela avançasse porque já existia APROJAM então ela lançou AMAJAM. [...] E AMAJAM acabou que ela se tornou uma oposição à APROJAM que era a atual, que APROJAM tinha que mandar no bairro tudo, que era o certo! Se as pessoas tivessem montado um grupo lá em baixo pra vir até APROJAM mas também não teria o apoio do... Quando assumiu o presidente que também faleceu, que era Álvaro, ele não tinha um certo jogo de cintura com os moradores. Ele falava que ia levar o bairro... à ponta de faca!, numa posição, num exemplo... Roncando, no peito, no peito você não consegue, você consegue as coisas conversando, sentando, dialogando. Caso contrário você não consegue chegar a lugar nenhum. E eles não tinha jogo de cintura pra isso, você perdia com os moradores e isso foi se agravando politicamente o bairro. O bairro foi perdendo a credibilidade.

As associações repartiram, então, o loteamento em zonas de influência, em *áreas*, em "*abrangências*", segundo a palavra de Dona Ângela: a APROJAM se responsabilizava pela *área* mais antiga do Jardim Maravilha, pelo Asfalto (mas naquela época, essa parte ainda não tinha sido asfaltada), que vai do limite norte do loteamento, logo depois da Rua Passa Quatro, até a Avenida Campo Mourão; a *área* da AMAJAM abrangia as localidades das Casinhas e da Padaria dos Velhinhos. Apesar disso, a coexistência nem sempre era pacífica.

> CLARA: Cansei de pedir máquina pra vir passar nas ruas, o Álvaro, que era presidente lá da APROJAM, vim embargar e mandar voltar. Ele mandava voltar a máquina porque não precisava. Eu ia lá reclamar: "Não, Dona Clara, o Álvaro mandou voltar". "O Álvaro não é de lá da minha parte". Porque a minha

> associação só funcionava nessa parte sem asfalto. Então, a parte de lá continuava com o Álvaro. Aí vinha gente de lá para pedir para assinar documento, a pessoa dizia: "Ah, falei com o Álvaro, ele me mandou tomar naquele lugar e não assinou nada". "Gente, mas eu não sou daquela parte de lá". Eu ficava com pena e tinha vezes que eu fazia (*Entrevista com Dona Clara concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008*).

A AMAJAM, portanto, acabou assumindo parte das tarefas que deveriam caber à APROJAM, como a de emitir declarações de residência para os moradores do Asfalto. "*A gente atendia*", contava Dona Ângela, "*porque tinha muita gente, como ele não atendia ninguém, aí as pessoas vieram ser associada com a gente, era por isso que era AMAJAM: Moradores e Amigos*".

Ainda assim, "*a briga maior*", segundo Nelson, "*foi Grupo de Apoio Comunitário com APROJAM*". Criado por volta de 1992, o GAC, encabeçado por seu Francisco, também falecido, disputou com a APROJAM a influência sobre a localidade do (hoje chamado) Asfalto. "*Uma outra associação com disfarce de grupo de apoio comunitário*", criticou Nelson. "*Ele veio com grupo de apoio comunitário com o nome, porque eu não via isso, eu via um cabo de força tentando arrebentar a associação pra acabar com a associação e ficar só eles*". Através do Projeto Mutirão Remunerado[227], outro exemplo de programa com foco na "participação da comunidade", seu Francisco no início dos anos 1990 procurou eliminar as valas negras do loteamento, pelo menos na parte que hoje corresponde ao Asfalto (O GLOBO, 1997b). De acordo com seu Roberto, tio de Álvaro e sócio da APROJAM naquela época, seu Francisco "*tinha conhecimento*", ou seja, mantinha contatos com agentes públicos dentro da administração municipal e também com políticos, especialmente com os "*políticos de obra*", aqueles mais aptos a *trazer* o *progresso* para dentro dos bairros. "*Até os próprio político, que ele apoiava, tinha interesse nele também. E ele era um cabo eleitoral assim forte, que*

[227] A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), com apoio do UNICEF (United Nations Children's Fund), criou em 1981 o Projeto Mutirão (Lei n. 271, de 14 de outubro de 1981), permitindo aos próprios moradores executarem obras de pavimentação e calçamento, sob a supervisão da SMO (BURGOS, 1998, p. 46). Se a Prefeitura disponibilizava o material, os moradores dos logradouros beneficiados tinham que fornecer a mão-de-obra (na maioria dos casos, os próprios moradores que se encarregavam da obra). Em 1989, o prefeito Marcello Alencar responsabilizou a Superintendência de Engenharia, Saneamento e Urbanismo Comunitário, órgão interno da SMDS (Decreto 8.405, de 30 de março de 189), pela fiscalização do programa, que mudou para Projeto Mutirão Remunerado (hoje chamado de Mutirão Obras Comunitárias), sendo a mão-de-obra remunerada pela própria Prefeitura. Assim, o Projeto Mutirão se insere na longa série das tentativas governamentais para transferir aos moradores o custo da urbanização nos assentamentos populares: o Decreto n. 966, de 13 de abril de 1962, no período do estado da Guanabara, facultava aos compromissários de lotes a realização das obras mínimas necessárias ao reconhecimento do logradouro, mas trinta anos antes, o Plano Agache já sugeria a concessão de empréstimos às cooperativas de moradores para que executassem as obras de urbanização dentro dos "loteamentos defeituosos". A respeito da SMDS, criada pelo prefeito Israel Klabin em 1979, vale destacar que ela assumiu as funções da SMH antes da SMH existir: da municipalização do NRL em 1987 até a criação da SMH, coube à SMDS coordenar as atividades do NRL.

nem o Nelson. Nelson é um cabo eleitoral forte". Seu Francisco teria conseguido trazer o Projeto Mutirão para o Jardim Maravilha graças àqueles contatos, e aos poucos foi manilhando as valas negras. O episódio mais intenso da briga com a APROJAM ocorreu depois, na época do Favela-Bairro: enquanto o GAC, entrosado com alguns setores da prefeitura desde o Projeto Mutirão, apoiou as obras, cumprindo todo o trabalho de "acompanhamento comunitário" previsto pelo PROAP, Álvaro rejeitou qualquer participação da APROJAM no programa, criticando o modo como as obras estavam sendo executadas, em particular as obras de saneamento básico. Seu Álvaro teria então acusado seu Francisco de "*comer o dinheiro*", de se beneficiar diretamente com a verba das obras.

> ROBERTO: Então... aí que que acontece, nisso tudo entrou política: Álvaro com ele, depois entrou Zico, depois entrou Dona não sei o quê lá de baixo [Dona Clara], das Casinhas, e já viu. Aí todo mundo dizendo: "Seu Francisco tá ganhando, comendo dinheiro! Tá la puxa-saco lá dos cara! Tão fazendo uma porcaria do bairro!". Meu sobrinho mesmo falava, que daqui mais uns anos isso tudo ia entupir não ia valer nada! E realmente aconteceu.
> THOMAS: Então por isso que APROJAM não participou das obras?
> ROBERTO: Não, não. Ele não participou das obra. Nem se interessou de fiscalizar nem nada.

A primeira associação de moradores, aquela que "*tinha que mandar no bairro tudo*", segundo a palavra de Nelson, ficou, portanto, fora do PROAP, que teve como principal interlocutor "comunitário" um grupo criado no início dos anos 1990. Já que as obras do "Favela-Bairro" pouco tocaram na *área* da AMAJAM (as Casinhas não receberam nenhum melhoramento e a Padaria dos Velhinhos alguns só), ela também pouco se envolveu nessa *briga*.

3.2.1.2 O significado da *política*

Nelson lamentou a briga entre as associações, que complica a chegada do *progresso* no Jardim Maravilha: "*existe uma dificuldade aqui porque as associações de moradores que tiveram, não tiveram pra trazer progresso, tiveram pra brigar entre si! Por vaidade, por ego. Elas não disputaram de uma forma inteligente*". O "*ego*", a "*vaidade*", teriam motivado as disputas *políticas* dentro do bairro, a *política* designando as

divisões entre os moradores que participam das *lutas*, independentemente de qualquer vínculo político (ideológico, partidário ou "clientelístico")[228].

> NELSON: O Grupo de Apoio Comunitário foi o seu Francisco que, por briga, por ficar brigando com presidente... da APROJAM. Por tar brigando, por questão de política deles, de não concordar, de discordar, e aí começou entrou a vaidade. A verdade é que foi a vaidade, o ego. "Não eu vou pegar porque eu posso fazer melhor!" E não queria por lado ajudar, queria era aparecer mais na comunidade, foi dessa forma que eu entendi todos eles. Eu nunca vi nenhum deles com exclusive interesse de levantar a comunidade.

Chama atenção a centralidade da "pessoa", das avaliações relativas à índole dos indivíduos e da posição que eles ocupam nas redes de interconhecimento, dos capitais "simbólico" e "social" diria Bourdieu (1994), no modo como os moradores narram as disputas entre associações[229]: eles se referem ao GAC como ao "*grupo de seu Francisco*"; a APROJAM, a partir dos anos 1990, praticamente se confunde com a figura de Álvaro; trocam o acrônimo da AMAJAM pela "*associação de Dona Clara*". Há, de fato, uma forte dependência das estruturas associativas à pessoa e personalidade de seus dirigentes, às opiniões que os moradores têm deles enquanto pessoa, ao temperamento ou caráter deles, e à inserção deles em determinadas redes de interconhecimento. Álvaro, por exemplo, quando tomou posse, convidou para ser sócios da APROJAM parentes deles como Júlio e seu Roberto. Tamanha é a dependência da associação aos *líderes* que pode até suspender os procedimentos legais enquadrando o funcionamento da associação: Álvaro, seguindo o estilo autoritário dele, não trabalhava com secretário nem tesoureiro, e por muitos anos nem se deu o trabalho de organizar eleições. Por isso também, os conflitos pessoais, potenciais ou efetivos, desempenham um papel muito grande na dinâmica associativa, impactando o processo de urbanização, ao mesmo tempo em que o processo de urbanização os impacta. Os moradores, mesmo quando estão dispostos a *lutar* pelo bairro, relutam em intervir numa *área* onde já tem uma *liderança*, uma pessoa que goza de certo prestígio, pelo tempo que mora naquela *área*, pelo estatuto dela ou pelo empenho nas *lutas*,

---

[228] Essa concepção da política se aproxima muito daquela encontrada por Palmeira entre as populações interioranas: "a política é identificada com divisão (ao contrário da família, que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade" (2004, p. 143).

[229] Alvito, ao observar a atuação dos *líderes comunitários* em Acari, um conjunto de favelas na Zona Norte do Rio, se deparou com os mesmos mecanismos: "as instituições, sejam elas a polícia, uma associação de moradores, uma ONG ou uma igreja, são confundidas com seus chefes, comandantes, presidentes, pastores, coordenadores (...). Muitas vezes, não se diz o nome das associações de moradores, e sim a associação do fulano, a associação do beltrano (presidente). E os presidentes, por sua vez, veem as associações como suas, como podemos depreender da frequência com que utilizam o pronome possessivo: *minha* comunidade, *minha* área" (2001, p. 121-122, grifo do autor).

e se reivindica intermediária da *comunidade* frente aos políticos e à administração pública[230]. A nora de Dona Amélia expôs o caso de seu Adailton, morador do Asfalto, antigo membro da APROJAM, que, ao se mudar para a Padaria dos Velhinhos, cogitou montar uma associação lá; porém, quem costumava lidar com os *problemas da comunidade* onde o seu Adailton ia morar, principalmente através de contatos com políticos, era a dona da clínica particular, até recentemente a única existente no Jardim Maravilha inteiro.

> NORA DE AMÉLIA: E aqui nunca teve uma associação de moradores.
> AMÉLIA: É, aqui nunca teve.
> NORA DE AMÉLIA: Eu, quando seu Adailton, não sei se você já conheceu, é antes dele vir morar aqui, ele participou da... de uma associação de moradores aí dentro do Maravilha. Eu até pedia a ele que... podia abrir pras pessoas do bairro, abrir uma associação aqui. Ele concordou. "Aí quando for morar lá, a gente vê isso". Só que depois ele falou que ele não ia aceitar, porque ele não queria se indispor por com a Dona da clínica, a Dona da clínica parecia que... não queria, e aí ele disse que não queria se indispor com os vizinhos e aí...

Já que não queria *criar inimizade* com a dona da clínica, disputando com ela a influência *política* sobre aquela *área*, o que prejudicaria a situação dele junto aos vizinhos, seu Adailton desistiu do projeto. Seu Jair, filho de um fundador da APROJAM e sócio do Conselho Comunitário Guaratiba e Região (CCGR), uma organização não-governamental (ONG) criada em outubro de 2010, que atua em toda a região de Guaratiba, inclusive na Pedra, mas preferencialmente no Jardim Maravilha, relatou a difi-

[230] Até que ponto as *lideranças comunitárias* no Jardim Maravilha pertencem àquilo que poderíamos chamar, numa clara analogia com o trabalho clássico de Silva, de "burguesia loteada"? A "burguesia favelada", de acordo com Silva, correspondia aos "estratos mais altos" da população favelada, por ocupar posições relativamente altas na estratificação da sociedade global, considerada a população favelada (SILVA, 1967/2011, pp. 706-707), mas também por controlar os recursos internos da favela (acesso à infraestrutura e serviços). O caso da dona da clínica particular, que nunca cheguei a conhecer pessoalmente, aponta para uma direção semelhante, pois controla um recurso estratégico ao mesmo tempo em que pertence ao estrato mais alto da população vivendo no loteamento. De modo geral, o recrutamento das *lideranças comunitárias* não se faz entre as populações mais marginalizadas do loteamento, aquelas que moram nas frentes de expansão ou alugam quitinete, por exemplo. Pelo contrário, integram frequentemente a pequena-burguesia da sociedade global. Álvaro, por exemplo, trabalhava como motorista de ambulância. Ângela, agente de saúde pública. Seu Francisco do GAC, contramestre. Zico e Alexandre são policiais, o primeiro já reformado. Por outro lado, tivemos o seu Armando, que trabalhou a vida inteira em um abatedouro do subúrbio, Jorge criador de porco na beira do Rio Cabuçú-Piraquê, Nelson, camelô e organizador de eventos que mora hoje de aluguel. Inúmeros habitantes que pertencem ao "estrato mais alto" do loteamento, os donos de supermercado ou os jovens com formação universitária por exemplo, não se envolvem nem um pouco na política local. Embora seja necessário conduzir uma investigação sociológica mais profunda, não parece haver uma correlação tão forte assim entre *lideranças comunitárias* e "burguesia loteada". Amizades, parentesco (os pais de Álvaro e seu Jair eram sócios da APROJAM), antiguidade são parâmetros muito relevantes também.

culdade de adentrar loteamentos vizinhos, como o Jardim Cinco Marias, devido à existência de *áreas* com *lideranças* já estabelecidas. Ao lhe perguntar sobre possíveis contatos naqueles loteamentos, ele me respondeu o seguinte:

> JAIR: É. Tem lá às vezes quando "Ha, podem dar apoio, vem cá! Porque o agente comunitário daí, que pode te apoiar". Tem muitas vezes, tem muitas coisas a gente quer mas tem já o camarada lá que ia ver se a situação gera um pouquinho de ciúme, "Tá vindo aqui querendo se meter na nossa área aqui", a gente já...

Vê-se que, para descrever a possível tensão entre as lideranças, seu Jair recorreu à palavra "ciúme", como se a relação do líder com a *comunidade* e dos líderes entre eles fossem de cunho essencialmente afetivos e não institucionais, ao contrário do que pressupõe a arte cívica de governar (o líder como "representante").

Ademais, a atuação dos *líderes comunitários* nem sempre se dá através de uma associação de moradores, mas mesmo assim a palavra "associação" continua sendo usada para descrevê-la. Jorge, *morador antigo* do "Beira-Rio", uma localidade no final da Avenida Campo Mourão, nunca montou nenhuma associação, porém é tratado pelos moradores envolvidos na *política* como se fosse o presidente de alguma associação de moradores do Beira-Rio. Jorge deixou, de fato, mais clara ainda a dimensão pessoal da *briga política*, quando contou o conflito que teve com o presidente do CCGR, Alexandre. Em 2015, Alexandre, segundo Jorge, "*trouxe a prefeitura e a Guarda Municipal*" com o objetivo de remover os *barracões* espalhados pela "Baixada", perto do Beira-Rio. Alexandre teria conseguido o apoio da prefeitura graças às "*amizades políticas*" dele, especialmente com o "*secretário de Demolição*", Rodrigo Bethlem, aquele que "*fica derrubando a casa dos outros, camelôs*" (Rodrigo Bethlem ocupava então o cargo de secretário Municipal de Governo na administração do prefeito Eduardo Paes, porém antes tinha assumido a Secretaria Especial de Ordem Pública do Rio de Janeiro, de onde lançou o famoso Choque de Ordem). Jorge interveio enquanto as máquinas estavam prestes a funcionar, impedindo a remoção. Para Jorge, a ação de Alexandre tinha um motivo claro: ofendê-lo, "*o Alexandre sabia que ia me ofender*", disse ele, embora Alexandre alegasse "*que era tudo área de risco, mas toda a Zona Oeste é área de risco*", acrescentou Jorge, "*Jacarepaguá, até São Paulo*". Alguns meses antes da remoção, Alexandre já teria denunciado a criação de porcos que Jorge mantinha próximo ao rio, do outro lado da Avenida Campo Mourão. A briga tinha origem no *apoio político* que Jorge havia dado ao André, candidato em 2014 ao cargo de deputado estadual pelo Rio, e não ao Alexandre, também candidato: "*não apoiei ele, apoiei outro*", confirmou Jorge, fazendo valer o amplo "*conhecimento*

do Jardim Maravilha, das favelas da Zona Oeste" que ele tinha. Jorge tinha "*fechado apoio a André*" porque graças a ele, tinha conseguido posteação e iluminação pública além de brinquedos infantis para a Praça 7, beneficiando os moradores da localidade. "*Iluminação, o parque, foi ele que me deu*", comentou Jorge. "*Comigo foi feito isso aí*", orgulhou-se ele ao apontar para o final da Avenida Campo Mourão, "*ele sabia que ia me ofender*". Portanto, Jorge descreveu a disputa com Alexandre recorrendo ao vocabulário da honra e da dádiva, considerando as *melhorias* que um político como André trazia para o Beira-Rio como dádivas pessoais, as quais ele retribuía apoiando André. E reciprocamente, Jorge interpretou como *ofensa* à pessoa dele a tentativa, supostamente impelida por Alexandre, de remover as casas do Beira-Rio. As obras, no caso do Jorge, fazem parte de uma "economia dos bens simbólicos" (BOURDIEU, 1994), onde honra e reciprocidade desempenham um papel eminente – é preciso reciprocar tanto as dádivas (obras) quanto as ofensas (remoção).

Ao modelo político de uma *comunidade* identificada com o território, conviria, portanto, substituir aquele de um território dividido entre *lideranças* que *lutam por melhoria* mas também disputam *áreas*, zonas de influência: o processo de urbanização atua assim no sentido de reconfigurar as relações de poder dentro do loteamento, ao mesmo tempo em que as reconfigurações nas relações de poder impactam o processo de urbanização, conforme mostraram as *brigas* entre GAC e APROJAM a respeito do "Favela-Bairro" ou entre Jorge e Alexandre quanto à remoção dos barracões na Baixada. Assim como no caso da favela do Rio das Pedras, estudado por Burgos, a *comunidade* no Jardim Maravilha funciona antes como utopia, embora de um modo um pouco diferente. De acordo com Burgos, a "utopia da comunidade" no Rio das Pedras se contrapõe ao individualismo possessivo que tomou conta da favela nos últimos anos, junto ao processo de "consolidação"; num lugar que "respira mercado", a noção de comunidade "serve como mecanismo de pavimentação da solidariedade interna à favela", assentado no pertencimento a um território notoriamente marginalizado, e "enquanto moeda de negociação com os atores da cidade". "É como se o individualismo predominante, e seus interesses egoístas, se conectassem com o público através da noção metafísica da comunidade, que, no caso, estaria corporificada na associação de moradores" (BURGOS, 2002, p. 88), sendo que uma associação só de moradores atua no Rio das Pedras inteiro, de conluio com a "polícia mineira". Já no Jardim Maravilha, a noção de *comunidade* funciona também como ideal regulador da sociabilidade política: os moradores têm que deixar suas divergências *políticas* de

lado, sejam elas político-partidárias ou pessoais, para, juntos, *trazer melhorias*. É que a noção de *comunidade* pressupõe uma sociabilidade política derivada do pertencimento a um mesmo território, que sempre pode e deve se sobrepor às divisões *políticas*. Entretanto, no Jardim Maravilha, o ideal da *comunidade* não me parece se contrapor à difusão de um individualismo liberal, "em uma sociedade em processo de americanização" (ibid., p. 87), ainda que o loteamento também "respire mercado", mas à força centrífuga das divisões *políticas*, das divisões político-partidárias e pessoais, que acabam segregando o loteamento em *áreas*. A utopia da *comunidade* se contrapõe à fragmentação resultante dos comportamentos *partidários* e *egoístas*, para fim de *melhorias*.

3.2.2 A comunidade impedida

3.2.2.1 O declínio das associações de moradores

Hoje não há mais nenhuma associação de moradores ativa no Jardim Maravilha, a não ser o CCGR, que não se reivindica como associação de moradores. Já nos anos 2000, Álvaro, que assumia sozinho o comando da APROJAM, teria vendido a sede da associação na Pilar do Sul, "*para comprar um carro*", segundo alguns moradores, e também tocado fogo nos arquivos da associação, para esconder negócios escusos envolvendo terrenos. Até hoje o registro da associação continua no nome dele, ninguém mais tomou conta dela. De qualquer modo, o estilo autoritário de Álvaro já tinha levado ao esvaziamento da APROJAM, conforme relatou seu Júlio, primo de Álvaro e ex-membro da APROJAM.

> JÚLIO: O último presidente. Já morreu já. Foi criado junto comigo! Eu comecei a pagar a associação quando ele entrou, quando ele foi presidente. Aí depois que ele foi presidente só bagunçou. Bagunçou! Falei: "Ah você não quer fazer melhoramento nenhum, você não quer fazer melhoramento, como você quer que eu pague, que eu pague mensalidade? Não vou pagar mais não". Não paguei mais! Aí, foi passando, ele fechou a associação e continuou por aí. Não teve mais eleição. Não teve ninguém, a maioria das pessoas não iam votar. Mas... juntou algum que queria. Na última eleição que foi (*Walter o interrompe brevemente*) ... A última eleição, acho que ele foi eleito com três voto (*rindo*).
> THOMAS: Com três votos? Caramba.
> JÚLIO: Só três pessoa que votaram (*continua rindo*).

Seu Francisco do GAC e seu Gabriel, dono de uma rádio comunitária no Morro Careca, teriam então se esforçado para juntar as várias associações que tinha no Jardim Maravilha, mas fracassaram devido à oposição de Álvaro.

> JÚLIO: Era o... seu Gabriel, botou uma rádio aqui. Aí junta um tal de Zico, junta um tal de Zico, não, seu Francisco, seu Francisco ainda tava na associação, quando eles botaram a rádio aqui no morro. Aí puxava muito o saco de seu Francisco, que seu Francisco puxava o saco deles. E eles eram contra o Álvaro. Eles queriam unificar. Até que eles queriam uma coisa boa, eles queriam unificar a associação, botar todo mundo junto, e tal. Eles queriam uma coisa boa. Queriam fazer uma votação, pra botar uma associação só. Álvaro não quis. Que Álvaro, ele falou: "Não, não quero porque eu sou a primeira associação. Os outro inventaram associação". Só que Álvaro deixou, deixou embolar. Não procurou fazer nada! Não procurou fazer nada. Aí, quer dizer, ficou um bairro desse tamanho. Hoje tem mais de 50.000 habitantes, e não tem uma associação de moradores. Ali, se tivesse uma associação atuante, o povo paga!

A AMAJAM periclitou no mesmo período. Devido ao estado de saúde de Dona Clara, a AMAJAM organizou novas eleições para presidente da associação, e quem ganhou foi Zico, sargento da Polícia Militar (PM), "*uma pessoa muito bem vista aqui*", de acordo com Ângela. Diferentemente de outros *líderes comunitários*, Zico não morava no Jardim Maravilha mas possuía lá um galpão, o Amarelinho, na fronteira entre o Asfalto e o Beira-Rio, que os moradores podiam usar gratuitamente como salão de festa e também como sala de reunião. O galpão funcionou assim como sede provisória da AMAJAM durante anos, enquanto a sede definitiva estava sendo construída na Rua Canoanã, próximo ao Brizolão. Zico, para algumas pessoas como Jonas, morador do Asfalto e jovem executivo na Michelin, desenvolveu uma ação de cunho essencialmente "*assistencialista*", rompendo com a militância tradicional das associações, o que quer dizer, para outros como Vitinho, morador do Beira-Rio, que ele simplesmente "*ajudou muito*". Através de um convênio que Dona Clara já vinha negociando com a prefeitura, Zico trouxe uma Cozinha Comunitária[231] para o Jardim Maravilha, que vendia refeições por cinquenta centavos.

> THOMAS: E esse Zico, ele tinha uma associação de morador também? Ele fazia uma coisa?
> VITINHO: Não, ele trazia essas quentinha da prefeitura, cinquenta centavo. Ajudava muita gente mesmo. Pessoal comprava quentinha cinquenta centavo ali no Amarelinho.... Ele fazia muita coisa aqui dentro.
> THOMAS: Ele era, fazia política também, uma coisa dessa?
> VITINHO: É, fez política, e depois da política, o pessoal, em vez de votar no cara, nego votou pouco, o cara ajudava tanto. Aí ele ficou desgostoso, abandonou o pessoal.

De fato, Zico lançou a campanha dele para deputado federal dois anos depois de ser eleito presidente da AMAJAM, em 2006, mas conquistou poucos votos, uns sete mil, metade concentrados na região de Guaratiba. Em seguida, de acordo com

[231] As Cozinhas Comunitárias fazem parte do Programa Fome Zero, criado pelo governo federal em 2003 e vinculado desde janeiro de 2004 ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o fim de garantir a "segurança alimentar" dos Brasileiros e "promover inclusão social".

Ângela, Zico conseguiu um cargo de confiança na prefeitura, se aposentou da PM e "*não quis mais saber de nada*" a respeito da associação – uma votação abaixo das expectativas o teria deixado "*desgostoso*". Porém, quando parou de atuar no Jardim Maravilha, levou com ele a documentação da AMAJAM, impossibilitando a organização de novas eleições – assim como Álvaro, atuou como se fosse o *dono* da associação e não seu representante democraticamente eleito.

> ÂNGELA: AMAJAM acabou! Ele acabou com a AMAJAM assim, porque ele levou a documentação, não sei se tá declarando, porque tem que declarar o imposto de renda. Tem que declarar todo mês, todo ano, tem que declarar, mesmo que não goste tem que declarar. E... a sede, invadiu a sede da Associação que era na Canoanã, invadiram. Tinha um terreno já construído que era sede, invadiram. Ele não terminou de construir a associação.

Conforme mencionou Ângela, a AMAJAM encontra-se hoje na "situação cadastral baixada", devido a "omissão contumaz", ou seja, ao não-pagamento dos impostos sobre pessoa jurídica. Já o GAC, que aparentemente nunca foi registrado, não teria sobrevivido ao falecimento de seu presidente, seu Francisco, no final dos anos 2000, sublinhando mais uma vez a dificuldade em separar as associações das pessoas que as comandam: uma associação dificilmente consegue se manter com a saída da liderança que a chefiava.

3.2.2.2 O perigo moral do *dinheiro público*

Sobressaem nos relatos dos moradores as frequentes acusações de desvio de verba que pesam sobre os presidentes de associação: seu Álvaro, da APROJAM, teria vendido a sede da associação "*pra comprar um carro*"; Zico, de acordo com Ângela, teria aproveitado o dinheiro da AMAJAM para financiar a campanha dele; seu Francisco, do GAC, teria "*comido o dinheiro*" das obras do "Favela-Bairro". Os meus interlocutores ligados à APROJAM, AMAJAM e ao GAC me contaram sobre a existência de uma associação, não registrada, no Morro Careca, dirigida por Alfredo, que, segundo todos eles, "*ajudava muito*". Entretanto, quando perguntei a Cláudio e Arnaldo sobre esse tal de Alfredo, que aparentemente morreu assassinado pelo marido da amante no final dos anos 1990, a versão deles era outra. Arnaldo, em particular, não poupava suas críticas a Alfredo, acusando-o de ter cobrado ilegalmente uma taxa de comissão de 30% nas vendas de terreno *invadidos*.

> THOMAS: Mas tinha uma... a gente me falou que tinha uma associação de moradores...

> ARNALDO: Que associação de moradores, é safado, cara é safado, tava aí roubando os outros. Depois mataram ele. Porque é safado. Entendeu. Pilantra, virado do tal de... de Recife. Veio de malandro, cara querendo roubar dinheiro dos outros. Queria um terreno ele vendia. Vendia terreno ele queria uma percentagem. E isso foi o fim dele, negô cavou com ele, que o cara sabia dele então, e ele foi no lugar que merecia.

Arnaldo, que morava na entrada do morro, ameaçou então Alfredo caso ele quisesse cobrar também os seus vizinhos, que tinham participado da *invasão* junto com ele ou que ele tinha ajudado a *pegar terreno*.

> ARNALDO: Ele arrumou muito dinheiro, arrumava o dinheiro com um, com outro. Passou a vender, falei: "Não, não dou a prata pra tu. E vizinho meu não dá não. Vem pra cá pro lado de cá que tu não vai ganhar dinheiro aqui não" (..) "Charlatã, gosta de acharcar os outros. Pro lado de cá não arrumou mais nada! Veio pra arrumar dinheiro? Mete o pé. Do lado de cá tu não vai mais arrumar aqui não cara".

De modo geral, para muitos, as *lideranças* que lutam pelo bairro o fazem porque tem algum interesse monetário nisso, assim como os políticos.

> ROBERTO: Porque existia, existe, sabe como que é, nessa porra existe política, neguinho só quer ver o interesse de dinheiro, então não... se tem interesse de dinheiro é que nem político, político tá aqui, cê tem um político, aí tu me conhece, agora já deu, "Vamos lá que eu dou uma força", aí ele vem, faz um... um comitêzinho, faz lá uma pregação lá de conversa, promete alguma coisa, ajude alguma coisa e aí começa... pessoal tem algum interessezinho nele. E por aí vai, pra ser eleito!

Inúmeros outros exemplos envolvem pessoas que não necessariamente se tornaram *lideranças* no bairro mas que, de perto ou de longe, tiveram algum contato com verbas do governo. Enquanto presidente da APROJAM, no início dos anos 1980, seu Armando teve que lidar com somas importantes, destinadas à compra do terreno onde ficaria o Posto de Saúde e à realização das obras. Mas parte da verba já tinha sido desviada por outro morador, que comprara um terreno com o dinheiro da prefeitura e depois o vendera para ficar com a verba. Aqui não cabe determinar quais acusações são ou não verdadeiras, embora indícios concordantes sugiram que várias delas são de fato verdadeiras, mas sim ressaltar as suspeitas que sistematicamente recaem sobre quem mexe com *dinheiro público*. Seu Armando, por exemplo, não escondia as diversas acusações das quais ele tinha sido alvo na época em que presidia a associação. Fazer "*politicagem*", de acordo com ele "*dá muito mão-de-obra. Na hora nego virava: 'o cara é espertalhão, o cara é ladrão'. Você não escapa de ter o nome de ladrão. Porque lidando com dinheiro público, sempre é ladrão. Mas verba quando vinha aqui a gente nem pegava na verba*". Ou seja, o *dinheiro público* é um dinheiro potencialmente "sujo" (DOUGLAS, 1996), independentemente do uso que as pessoas fazem dele, o simples fato de mexer com ele levanta uma série de suspeitas, que

depois viram explicações dos comportamentos adotados por cada um – seu Francisco por exemplo, que trouxe o “Favela-Bairro” para “*comer o dinheiro das obras*”. Consequentemente, os moradores envolvidos com *política* questionam sistematicamente a moralidade dos presidentes de associações, inclusive os próprios presidentes que trocavam acusações uns com os outros, já que a avaliação moral determina por parte o peso político de cada um. Existe, portanto, um fator que contribui para o enfraquecimento estrutural das associações: lidando com *dinheiro público*, as associações correm o risco de se *sujar* aos olhos da população, embora lidar com dinheiro público seja justamente uma função dela. Daí o motivo pelo qual seu Jair me corrigiu durante a entrevista quando me referi ao CCGR como “associação”.

> JAIR: (Interrompendo) Não é associação, é Conselho Comunitário. Porque associação muitas das vezes, pessoal acha que tem negócio de fim lucrativo, nosso não tem nada a ver com isso. Que é antes da associação aí dentro, "Não, a associação é minha" não sei o que. Que a associação, você como associação, o governo vem que tem alguma verba pra associação mas nós não é associação.

Talvez essa percepção do *dinheiro público* como um dinheiro *sujo* ajude a entender porque as associações sempre tiveram dificuldade em envolver os demais moradores nas *lutas*, dificuldade redobrada pelas divisões entre elas, que prejudicavam a visibilidade de suas ações. Assim, a maioria dos moradores, inclusive entre os mais antigos, mal sabem dizer se já houve uma associação dentro do loteamento, se limitando a comentários muito genéricos: “*eu acredito, na época, tinha uma associaçãozinha meia furrequinha. Eu acredito que na época eles... pediam* [obras]”, respondeu Dona Ana quando lhe perguntei se tinha ou já teve uma associação de moradores no bairro; “*tinha associação. Então essa associação botou as coisas pra frente um pouquinho, começaram então... melhorar o bairro*”, reconheceu seu Lúcio, mas sem dar mais explicação. Já Dona Rosa e Carla, quando lhes fiz a mesma pergunta, confundiram o escritório da OBRASIN, onde ficava o corretor de imóveis, com uma associação de moradores, confusão presente no discurso de outros moradores também, evidenciando o quão distante as associações permaneceram aos olhos de muitos moradores. Até os moradores mais interessados na *política* do bairro nem sempre distinguem uma associação da outra, confundem associações e ONG, ou, erro mais comum ainda, atribuem uma associação diferente a cada liderança que eles conhecem, conforme a confusão geral entre líderes e associações. Se várias pessoas mencionaram *reuniões* às quais elas ou o cônjuge participaram, não dava para saber de quais *reuniões* se tratava já que a palavra refere tanto às reuniões das associações quanto aos

encontros com políticos ou representantes da prefeitura. Ademais, os moradores que trabalhavam na *cidade*, saíam cedo de casa e voltavam tarde por conta da distância, não tinham muito tempo nem disposição para participar das *reuniões*, principalmente as mulheres que precisavam cuidar dos filhos.

> THOMAS: A senhora chegou a participar de reunião de morador pra justamente discutir esses problemas?
> ANÍSIA: Não... não porque a minha vida era sempre assim: saio de manhã, chega de noite. Trabalhar pra criar meus filhos né.
> THOMAS: É, não tinha muito tempo...
> ANÍSIA: Não, não tinha. Nunca participei de nada. Eu sei das coisas que as pessoas me contam.

Entretanto, os moradores interessados na *política* do bairro sempre lamentaram a falta de uma associação, para pressionar a administração pública mas, sobretudo, para resolver as *dificuldades* do dia-a-dia, muitas vezes ligadas a questões de urbanismo.

> JÚLIO: Pro bem do Jardim Maravilha, a gente precisa de uma associação! Não tem nenhuma. A gente precisa de uma associação de moradores. Porque se não vai ficar... É bom, mas poderia ser melhor. Muitas coisa, às vezes o pessoal, usando água inadequadamente, desperdiçando água, um presidente, um membro da associação serve pra isso! Bota aí um negócio dos son, espalha pelo bairro sei lá. Pra dar instruções para moradores. Hoje é tão fácil fazer isso!

Várias vezes seu Júlio me contou sobre o projeto que ele tinha de refundar, junto com Nelson, a APROJAM, mas até hoje não levou adiante. Seu Paulo, que fundou e presidiu a associação de moradores da Vila Harmonia, onde morava antes, também ressaltava a necessidade de ter uma associação dentro do loteamento, para lidar com vários problemas do cotidiano.

> PAULO: E até precisava ter! Acho que todo bairro, toda comunidade... É um lugar quem você direcionar. E ver as condições do bairro, muitas coisa aqui que eu vejo. Se tivesse uma associação em atividade, não aconteceria. Como: material na rua, vários lugar. Pode observar que todo lugar tem resto de obra, de tudo e qualquer lado, pedra que fica no meio da rua, areia. Isso tudo é prejudicial pelo bairro! Quando dá uma chuva, que vai tudo pros bueiro! Aqui nessa rua mesmo, você passa aqui, aqui perto, descendo pro lado do colégio, fora fora resto de material na rua, resto de tudo. E isso, se tem uma associação, a pessoa não poderia deixar, esse material na rua. Chegou o material, tem que ter espaço, pra guardar ou se não tem como, espaço, tem que comprar material e cercar! (...). Não é deixar aí no meio da rua, usou um pouco, o resto joga. Faz limpeza na obra, já joga tudo no meio da rua. Cê não pode funcionar assim. Até porque... ficou o bairro com cara de sujeira.

Caberia então a uma associação assumir funções de limpeza e de ordenamento do espaço público, mas também fiscalizar as transações imobiliárias, dando mais segurança aos compradores ("*Até pra compra de terreno, pra pessoa legalizar ver realmente que os terreno como que tá sendo feito, as vendas e compras, tudo isso a associação tinha que envolver!*") e fornecer comprovantes aos moradores.

> PAULO: Talvez o pessoal que... negócio de emprego, essas coisas, precisa de documento pra declaração de morar e tal, o endereço direitinho. Ter o carimbo da associação, assinatura do presidente, tudo isso tinha que ser feito! Ás vezes o pessoal mora com pai, mora com a mãe, tem que declarar que você morar em tal lugar, às vezes a pessoa nem conta de luz paga, aqui mesmo tem muito. Aí, "Eu preciso de uma declaração assim tal tal, dizendo que eu moro aqui, nome, CPF direitinho", aí você tinha que fazer aquele documento direitinho, prontinho da associação. Assinava, carimbava.

Tarefas essas que são teoricamente a responsabilidade do poder público, o que significa por parte dos moradores uma adesão plena ao modelo corporativista[232] da associação de moradores, adesão talvez maior ainda do que ao modelo da associação reivindicativa.

3.2.2.3 Alternativas às associações de moradores

Frente à falta de uma associação para reivindicar melhoramentos ou acessar serviços básicos, os moradores lançam mão de soluções alternativas. Vale destacar primeiro que em várias localidades do Jardim Maravilha surgem continuamente tentativas, mais ou menos firmes, de montar uma associação de moradores, à semelhança da nora de Dona Amélia convidando seu Adailton a criar uma na Padaria dos Velhinhos ou de Júlio querendo refundar a APROJAM com a ajuda de Nelson. Dona Eurídice, que mora na "Chácara", uma localidade situada no norte do Jardim Maravilha, participou de várias *reuniões* no início dos anos 2000, na companhia de uma vizinha que queria montar uma associação naquela localidade.

> THOMAS: Mas tinha uma associação de morador, aqui nessa área?
> EURÍDICE: Aqui teve uma... uma associação aqui ela até quis formar. Uma associação de moradores. Até começou o projetozinho. Tinha uns carnêzinho, e ela fazia umas festas pra incentivar as pessoas. Só que as pessoas daqui elas são muito assim... difícil de... sabe que eles falam que tá bom, não quer mexer, não quer fazer nada pra melhorar? Ela tinha uns projetos de melhorar o lugar, fazer alguma coisa pras comunidade, mas era muito difícil, muito complicado, inclusive eu ajudava ela, eu sei como ela organizava festa, pras criança, fazia brincadeira assim pras crianças mais carentes. E era complicado. Ela cobrava na época, digamos equivalente hoje de mensalidade: um real por mês, e o pessoal ainda não pagava. Que o projeto dela era comprar esse terreno aqui atrás e fazer uma sede da associação. Ser uma associação,

[232] "A institucionalização da associação de moradores como intermediária de serviços públicos é fruto de uma racionalidade pragmática, que dá continuidade a uma das mais importantes heranças do corporativismo brasileiro, que converteu o associativismo da favela em extensão do poder público" (BURGOS, 2002, p. 82). Do ponto de vista dos moradores, essa "racionalidade pragmática" nos parece enraizada nos tipos de arranjos que vimos na primeira secção, quando moradores se juntam para cuidar coletivamente de um determinado "*pedaço*": em vez de pensar o espaço extradoméstico (a rua) como domínio exclusivo do poder público, os moradores o tratam como perímetro do espaço doméstico, uma extensão do espaço doméstico que não se confunde com ele, mas onde certos atributos do governo doméstico continuam se exercendo, justificando constantes intervenções nele.

> e registrar, eu participei de reuniões com ela lá em Bangu. Isso aqui tem alguma ligação não sei como, mas a gente ia lá e ela corria atrás pra oficializar uma associação. Mas aí ela começou a ficar tão frustrada, aí... chegou um outro projeto na vida dela também, ela resolveu fazer faculdade, os filhos dela começaram a casa, e ela deixou de estudar nova, e casou, ela resolveu fazer faculdade, inclusive hoje ela é juíza. Ela queria se dedicar à associação. Aí quando ela viu que o pessoal começou a... quer dizer empatar mesmo igual o lula, de não querer encaminhar, aí fez, sabe, desanimando, aí começou foi fazer vestibular, foi estudar, aí engrenou nos estudo. Aí deixou...

A tentativa que mais logrou êxito ultimamente foi, sem dúvida, a criação do CCGR em 2010. De fato, o CCGR oferece de vez em quando serviços que se aproximam daquilo que uma associação de moradores faz, *ajudando* as famílias mais pobres ou que moram nas localidades ainda carentes de serviços.

> THOMAS: Mas então a associação, quais são os tipo de ação que a associação faz, que o Conselho Comunitário faz? Tipo é só buscar ajuda da prefeitura ou tem...
> JAIR: Não, não é só buscar e que... primeiramente, nós não temos um lado financeiro, não temos finança nenhuma. (*Inaudível*) muitas vezes a gente vai aos comerciantes: "Tá, tô dependendo disso assim assim, tem como vocês poderem me ajudar?", "Ah, uma família lá tá precisando de uma necessidade!", "Ah, faleceu um Fulano", que outra coisa também que vieram também referente, falecia as pessoas nas Casinhas, que nem mesmo, pô, muitas vezes as pessoa não tinha como pagar um enterro. Que era muito difícil. Muitas vezes a gente... que nem aconteceu com ele, meu camarada da Kombi da funerária, a Kombi nova. Não tinha condição de a Kombi ir poder lá dentro. Muitas as vezes até o pobre caixão mesmo esperava esses carroceiro aí, botava o caixão ali, levava até o local onde tava a Kombi pra poder botar o caixão.

Além do mais, o idealizador do Conselho, Alexandre, ficou famoso no bairro depois de *ajudar* muita gente na última enchente de maio de 2010, quando a água subiu mais de um metro na região das Casinhas. Alexandre também tem contato com vários ex-sócios da AMAJAM, à semelhança de seu Raimundo e de Dona Ângela, e lutou muito para trazer *melhorias*, como a iluminação pública na Avenida Barão de Cocais e o asfalto na região da Padaria dos Velhinhos. Entretanto (ou portanto), pelo que entendi, o CCGR mais se aproxima de um grupo de apoio às campanhas políticas de Alexandre, do que de uma associação de moradores – mas a fronteira entre os dois, conforme já mostrou o caso da AMAJAM na época em que Zico assumiu a presidência, nunca teve a clareza que os discursos a respeito da "participação comunitária" pressupõem. Sobretudo, para prestar serviços básicos de uma associação como a emissão de comprovantes, Alexandre remete à associação de moradores de outro "loteamento irregular", próximo ao Jardim Maravilha, cuja presidente é amiga de Alexandre. Nelson, um "*cabo eleitoral forte*" e muito conhecido, quando procurado pelos moradores, que lhe pedem comprovante de residência por exemplo, lhes indica também outra associação de moradores, que fica em um "loteamento irregular" junto à

Estrada do Magarça, mas como não se trata da mesma *área*, isso o deixa um pouco constrangido.

> NELSON: Ando na rua... "Como que eu consigo um comprovante de residência? Porque não tem associação, eu arrumo onde?" Eu arrumo com amigo lá em cima. Na associação de moradores lá em cima do Magarça. [...] Eu vou lá e eu nem gosto de falar que eu tenha, eu falo pro pessoal: "Fica quieto, porque se não todo mundo vai", caiu, eu vou sufocar o cara porque a associação lá é uma coisa que já é outra. Mas ele faz pra mim. Até porque é válido! Porque... embora não é o mesmo território, ele é até válido.

Os moradores do Jardim Maravilha lançam mão também de soluções que não necessariamente tomam a forma de uma associação para interagir diretamente com a administração. À época do "Favela-Bairro", por exemplo, os moradores da Rua Pedro Osório fizeram um abaixo-assinado pedindo a inclusão da rua nas obras, porém não tiveram sucesso, já que a rua só recebeu asfalto uns quinze anos depois, quando a municipalidade resolveu urbanizar o Morro Careca[233]. Idem para Dona Amélia, que pediu a complementação das obras na Padaria dos Velhinhos através de um abaixo-assinado, mas teve que esperar o Bairro Maravilha Oeste para o asfalto chegar à rua dela. Dona Conceição, esposa de Vitinho, também mobilizou os moradores para trazer luz até a rua onde ela mora, no Beira-Rio, mas a Light não atendeu o pedido, a deixando bem desanimada.

> CONCEIÇÃO: Aqui, sabe o que que é? Acho que é um lugar que tá esquecido. Eu acho assim porque até nas favelas que tem.. pra lá até a luz veio. Aqui a gente fica lutando pra sair lá... Que eu até desanimei. Foi eu e minha colega lá pra poder... na Light (*o galo canta*). Já tinha ido com assinatura, monte de assinatura.
> THOMAS: Tinha feito um abaixo-assinado?
> CONCEIÇÃO: Tinha. E não deu nada. Até depois que eles falaram que gato é... o pessoal fala: "Gato é proibido usar gato". Não tem luz! A gente vai lá não botam luz (*vai abaixando o tom da voz, até ficar em silêncio*).

Lideranças isoladas procuram contatar diretamente a administração. É o caso de Jorge, no Beira-Rio, ou de Nelson, que aproveitou o *conhecimento* que ele tinha dentro da subprefeitura de Santa Cruz para *melhorar as ruas*, tampar os buracos no asfalto e colocar quebra-molas.

> THOMAS: Mas pra conseguir isso você tinha que entrar em contato com a subprefeitura, é isso?
> NELSON: Subprefeitura. Fazia um ofíciozinho e ele mandava sepultar. Só que quando você não tem esse contato, é difícil você colocar um quebra-mola na rua. Nem parece. Muito difícil a CET [*Companhia de Engenharia de Tráfego*] Rio que é responsável pelo trânsito, liberar isso pra você. É uma burocracia, tem que ter as assinaturas de todos os moradores pra colocar de um ponto lado do outro. Tem que gerar um processo. Estudo. Vir uns técnico estudar. E vai...
> THOMAS: (*Rindo*) É tão complicado assim?

[233] Ainda hoje, boa parte da Rua Pedro Osório (o trecho que fica na área de risco) carece de pavimentação. Só o trecho próximo ao Morro Careca recebeu asfalto.

> NELSON: É, pra botar um negocinho na rua! Por isso que o morador bota um negocinho embora, porque ele sabe que se for fazer à moda legal, é complicado. O trânsito é muito complicado!

Já seu Maurício, para resolver o problema de pressão que afeta constantemente o abastecimento do Morro Careca, depois de parar de pagar pelo conserto da bomba que a vizinhança toda usava, entrou em contato com a CEDAE, através de um compadre que trabalha lá, e a companhia veio fazer uma instalação exclusiva para ele.

> MAURÍCIO: Eu consigo as coisas que, às vezes, as pessoa pode pensar até que tenho que... não é, aí você tem que saber pedir. É você saber conversar. Olha, eu tenho uma água lá em casa que quase ninguém tem! Mas por que? Eu tenho um compadre que trabalha na CEDAE. Ele, no modo de dizer, ele deu uma força, mais o chefe, do modo do chefe da CEADE veio, eu expliquei os problema de tudo e qualquer ângulo. Aí ele até cortou o cano em três lugar, quando ele viu a pressão baixa, ele que dividiu...

Com efeito, nunca mais faltou água na casa de seu Maurício, diferentemente de seus vizinhos, o que gerou animosidade entre eles.

> MAURÍCIO: Aí foi aonde, igual eu já te falei, que eu fiz uma instalação de água só pra mim. Aí eles não gosta de mim também que eu tenho água e às vezes eles não têm. E eu não dou também não! Dou água também não. Não dou, sabe por quê? Que aquilo ali foi meu seu suor. Aquilo ali não foi ninguém que me deu, foi o meu suor. Eu comprei tudo e fiz.

Ao lado de alternativas coletivas, como as tentativas de montar novas associações ou a realização de abaixo-assinados, e das tentativas que passam pela mediação de um líder comunitário, existem, portanto, alternativas individuais, quando a pessoa procura sozinha a administração pública para conseguir algum serviço.

3.2.3 Quem paga e quem não paga

Os moradores costumam explicar as dificuldades da ação coletiva no Jardim Maravilha, pelo menos as dificuldades em ter uma vida associativa conforme às expectativas que nutrem o ideal comunitário, pela falta de disposição para *correr atrás* do *progresso* (já que as pessoas, que têm a *mente fechada*, não querem realmente o *progresso*) ou pela falta de *união*. Dona Clara, por exemplo, lamentava um suposto desinteresse dos moradores por tudo o que se passa fora de casa.

> CLARA: Principalmente aqui no Jardim Maravilha, as pessoas são muito desinteressadas em matéria de progresso, de saber como era antigamente, em saber como é que está atualmente. Aqui, as pessoas não se interessam. Se interessam assim … do portão pra dentro, do que se passa dentro de casa. Mas o que se passa do portão para fora … é muito difícil. Aqui a comunidade é muito difícil para gente lidar (*Entrevista com Dona Clara concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008*, apud SIQUEIRA, 2013, p. 38).

Já seu Jair atribuía a falta de *união* a uma desconfiança generalizada diante do sistema político, que também levava ao trancamento das pessoas na esfera doméstica.

> JAIR: Aqui tem uma coisa também que os morador aqui também não são muito unido. Você, pô, tu vê Alexandre uma vez aí, nós conseguimo um ônibus uma vez aí que a gente ia lá no centro da cidade, lá do lado da Caixa Econômica, sabe negócio do Núcleo [*NRL*], o Núcleo. Peça alguém que quiser. Ou seja, chamava, "Vamos lá na reunião do Núcleo pra pessoa saber qual o núcleo aqui do Jardim Maravilha, não sei o quê. - Não, não vou sair de casa não". Pô depois o pessoal quer cobrar! Fazer o quê? [...] Ó, ia aí ia ter a condução, o pessoal não ia gastar dinheiro da passagem, nem nada.
> THOMAS: E mesmo assim não...
> JAIR: É que eu penso muito como a comunidade (*silêncio*).
> THOMAS: Mas você explica isso como então, é isso que as pessoas tão... Por que que as pessoas tão desunida assim?
> JAIR: Não o pessoal que todo desunido que é o seguinte, o pessoal tá muito desacreditado no sistema do político. Se eu trazer um candidato, tu vê essa pouca vergonha que tá acontecendo, essa roubalheira, que daí até vai desestimulando, você, a gente chega num certo ponto, que cada um no seu (*inaudível*), você fica aí dentro. Se fizer tudo bem, se não fizer (*mexa as mãos como se estivesse se lavando*).

Contudo, às explicações que focavam na mentalidade das pessoas, se sobrepunham outras, uma delas dizendo respeito ao pagamento dos serviços urbanos: porque não querem pagar pela água ou pela luz que consomem, muitos moradores se autoexcluiriam da *luta* por *melhoria*, em primeiro lugar porque não têm interesse financeiro em regularizar a situação do loteamento.

> ÂNGELA: E ninguém paga! Luz, as pessoas não pagam! Ainda fomos falar com eles, o próprio morador, "Ah, Dona Ângela, não fica mexendo com isso! A senhora tá mexendo com a associação, vai lá na prefeitura, a prefeitura vai vir aqui vai querer legalizar luz, vai querer legalizar água e a gente vai ter que pagar tudo isso. Deixa assim como tá que a gente tá muito bem".

Em segundo lugar, não pagar água nem luz tiraria dos moradores argumentos para negociar melhores serviços junto ao poder público. Para Nelson, a propensão dos moradores em não pagar as *contas* deles, principalmente contas d'água, constituía um dos "*defeitos da comunidade*", que inviabilizaria as suas reivindicações:

> NELSON: E hoje o regresso no teu bairro é não ter, pra ter progresso Thomas, a nossa comunidade, você vê isso, são 12.280 lotes, são perto de dez mil o maior loteamento da América latina! E a gente... vê que... o progresso foi de popularidade, tá povoado! Mas progresso não tem nenhum. Não tem de nada! Nós temos ruas pra andar e casa pra morar. (...) As nossas coisa aqui é água. Aí vem a cultura também que o pessoal também tem que pagar, pra poder reclamar. Não pode ser tudo de graça. O governo tem seus custos. Pessoal também tem que ter (*inaudível*), só malhar o governo, só malhar, não é assim também. O Estado tem que ter nossa contribuição.
>
> NELSON: A CEDAE que tu não pode reclamar muito porque, eu que tenho essa consciência, as pessoas não pagam! Eu creio que hoje Jardim Maravilha 70% não paga água! Então cê só pode reclamar, eu na minha opinião, aí faz falta associação, ia chegar lá e negociar com a CEDAE, de vir aqui botar uma

> taxa mínima pra cada um! Nem que seja de trinta reais pra cada um! Ou quarenta, cinquenta reais mensal pra ter água. Não vai faltar água, vai ter água. Vamo pagar cinquenta reais por mês. Eles arrecadavam, não ficaria de graça mas... é bem complicado você ligar com a humanidade do ser humano. Aí você fala isso: "Pô, o cara tá contra gente! Tá ajudando o governo!". Não é isso, é você ter uma qualidade de vida melhor! É melhor você pagar o mínimo e também ter um atendimento que você não pagar e não ter nada! Mesmo que tiver na minha casa não tem relógio, não tem água na torneira, vou reclamar como? "Aí, o pessoal aí paga e tem". O pessoal paga e pode reclamar, chamar imprensa, chamar a Globo. Passar Whatzap, mandar, reivindicar seu direito. Mas quando você não paga, vai reivindicar o quê? Aí você não tem argumento pra lidar com erro! Então, esses são os defeitos da comunidade.

O argumento Nelson se deixa interpretar de duas maneiras diferentes. Por um lado, como a CEDAE "*tem seus custos*", ela não atende quem não paga a conta de água, porque lhe dá um prejuízo financeiro; ao pagar, a pessoa se torna um cliente, com o direito de reclamar. Por outro lado, não é legítimo, de modo geral, reivindicar algo sem oferecer contrapartida, sem oferecer uma "*contribuição*". Além do mero cálculo econômico, estaria em jogo um conceito de reciprocidade, o que confirmaria, *a contrario*, a acusação dirigida contra Nelson de "*ajudar o governo*": pagar as contas envolve a pessoa numa relação de "reciprocidade positiva" com o governo, enquanto os moradores que não pagam defendem uma relação de "reciprocidade negativa[234]". César, morador do Jardim Maravilha oriundo da *roça* mineira, que não paga nem luz, nem água – quem ocupou o terreno antes dele já tinha feito ligações clandestinas – tentou se defender das acusações que lhe fazem os vizinhos e correligionários dele (César atua como ministro em uma comunidade católica do loteamento), apontando justamente para um quadro de "reciprocidade negativa generalizada" no Brasil.

> CÉSAR: A pessoa acha o seguinte, o Thomas, a pessoa acha o seguinte: você paga luz, e paga água. A pessoa acha que se eu não pago, você está pagando pra mim! Mas na realidade você não tá pagando pra mim. Você não tá pagando pra mim. Porque o... eu não consigo... mesmo sendo um camarada que vivo a religião, eu não consigo entender assim de que eu não posso pegar e ligar minha luz direito. Porque o Brasileiro, o Thomas, ele é roubado o tempo todo! O meu pai trabalhava, meu pai fazia plantio de arroz, em vargem, que era quase do tamanho do Jardim Maravilha. Fazia plantação de milho, feijão, era dezenas de carro de boi pra transportar tudo, mas foi roubado o tempo todo, era analfabeto! A gente, todo mundo criança. A venda,

[234] Em *Stone Age Economics*, Sahlins formula a hipótese de um *continuum* de reciprocidade indo da reciprocidade generalizada (*generalized reciprocity*) à reciprocidade negativa (*negative reciprocity*) (1972, p. 191): enquanto a reciprocidade generalizada "remete às transações que são putativamente altruístas, transações que consistem em dar assistência e, se for possível e necessário, em retribuir a assistência" (ibid.), a reciprocidade negativa "é a tentativa de obter algo em troca de nada, na impunidade" (ibid., p. 196). Entre esses dois extremos, a "reciprocidade equilibrada" (*balanced reciprocity*) "remete à troca direta. Através de um delicado balanço, a forma de reciprocar é o equivalente tradicional de uma coisa recebida na hora" (ibid., p. 194). Ou seja, é possível organizar num mesmo *continuum* o *roubo*, a *troca* e a *dádiva*, segundo o grau de altruísmo/egoísmo presente no comportamento dos agentes que reciprocam.

> que é o comércio, tipo um mercadinho que financiava o plantio, eles que faziam a conta de tudo e no final fazia uma conta que não sobrou nada! Deu da colheita, deu pra pagar o que foi investido pro plantio, e só sobrou isso pra você. Meu pai não tinha cultura nenhuma, era totalmente analfabeto, a gente tudo criança. Então o tempo todo, o Brasil tem uma cultura de que tem que tirar de você até a roupa que tu veste cara! Politicamente, você tá vendo aí o escândalo da Petrobrás?

Já que os mais poderosos roubam o tempo todo, conforme demostrou mais uma vez o escândalo da Petrobrás, por que o pobre não poderia roubar também?

> CÉSAR: Então pô! Se você não pode ter sua coisa irregular aqui, porque que o pessoal que vive ali, que vive ali pra comandar uma empresa que é da nação, e tal, e os cara tão roubando adoidado. Porque que que eles podem roubar? Isso em vista do que eles tão roubando, eu tendo minha luz ligada, isso aí é mixaria rapá! Isso é mixaria.

Ao não pagar nada, César não estaria roubando de alguém em particular, dos vizinhos por exemplo, o roubo dele se perdendo na cadeia das prestações violentas características da "reciprocidade negativa": o comerciante que possuía *vendas* lá no interior de Minas roubava o pai dele, os governantes hoje roubam o dinheiro do povo, ele rouba água e energia. Afinal, todo mundo é roubado o tempo todo[235]. Entretanto, nem todos acionam o argumento da "reciprocidade negativa generalizada" para justificar o fato de não pagar pela luz ou pela água. Arnaldo, por exemplo, considerava o acesso à luz e água uma necessidade fundamental da população, necessidade da qual derivava o direito de fazer ligações clandestinas.

> ARNALDO: Isso aí não é roubo, não é furto não. Furto de energia é quando você tem um relógio, eu faço um gato. Porque, como o governo falou, o Brasileiro não pode ficar sem energia, sem água e sem comunicação.
> THOMAS: Com certeza!
> ARNALDO: Então, quer dizer, ali no caso, "não, comecei a pagar, terminando no SPC [*Serviço de Proteção ao Crédito*]", não vai! Não pagou pra ir no SPC cara! A água não pode! Pode te dar uma multa não pode, cê pode ficar sem energia? Viver sem energia!"

Para Arnaldo, só havia "reciprocidade negativa" quando a pessoa ligava clandestinamente a luz dela ao relógio do vizinho, *explorando* assim o vizinho; nos demais casos, a pessoa só está garantindo o direito básico dela.

Assim, encontrei vários moradores, principalmente nas áreas parcial ou recentemente urbanizadas do loteamento, que não pagam água nem luz porque fizeram instalações clandestinas. Mas tem também aqueles que, até então, nunca receberam nenhuma conta d'água, por exemplo. É o caso de seu Afrânio, que mora no Morro

---

[235] Por isso falamos em "reciprocidade negativa generalizada", numa analogia explícita com o conceito de "troca generalizada" de Lévi-Strauss, que remete ao comprimento das cadeias de prestações (e não de "reciprocidade generalizada" de Sahlins, que tem a ver com o grau de altruísmo/egoísmo). Aprofundaremos este ponto na próxima secção.

Careca: a CEDAE já instalou na rua dele um tronco de abastecimento, na época das obras do Bairro Maravilha no início dos anos 2000 e dez, mas até hoje não cobra água de ninguém. Contudo, seu Afrânio espera o momento em que possa solicitar um hidrômetro, pois, para "*morar dignamente*", tem que pagar as contas.

> AFRÂNIO: E outra coisa, gosto muito daqui. Sei, eu [não] tô pagando, a cobrança da água, que não cobra ainda. Tá na cara que vão cobrar. Eu não tenho mínimo de vontade de ter luz de graça, que aqui tem monte, aqui é danada, e ter uma água de graça. Não senhor. Eu quero morar dignamente. Pagar com meu dinheiro que eu tenho.

De fato, seu Afrânio já paga conta de luz desde que a Light veio colocar a posteação, antes mesmo das obras do Bairro Maravilha. "*Gato aqui só eu*", brincou seu Afrânio, "*não quero gato na minha casa. Nem de água e nem de luz. A água não tá precisando ainda, porque... ninguém começou a cobrar ainda, mas eu tenho consciência que ele vai cobrar. E eu tô aqui pra pagar*". Por outro lado, nas Casinhas, onde não houve obras da CEDAE e as pessoas são obrigadas a fazer *gato*, a companhia cobra a água dos moradores, sendo o consumo deles avaliado "por estimativa", com base no tamanho das casas, o que inflaciona o valor das contas, chegando a superar os trezentos reais mensais. Inconformados com o valor das faturas e a péssima qualidade do serviço (em alguns lugares, a água só chega uma vez ou duas vezes por semana, por conta da baixa pressão), moradoras como Dona Elisabete, Dona Fátima ou Dona Ruth, processaram a CEDAE. Com efeito, Dona Ruth hoje não paga mais as contas de água, porém insiste em pagar as contas de luz, por ser um ato que a valoriza enquanto pessoa (trata-se de "*morar dignamente*", como disse seu Afrânio), mas também porque isso lhe dá o direito de reclamar, o que ela fez quando começaram as quedas de tensão na rua dela, causadas pelo superaquecimento do transformador.

> RUTH: Só que a gente pagando luz corretamente, que não paga luz aqui não paga mas é alguns, a maioria paga, inclusive eu, a conta da luz ela é zerada direitinho, pagando sem atrasar nem um dia! Pelo contrário, a gente gosta de pagar até antes. Eu, minha filha, mesmo que tá na humildade dela. Sendo pagando direitinho, a gente fomos lá. Pegamos, eu, ela mais um morador ali que tem uma barraquinha, fomos na Light e falamos, fomos lá e eles: a gente explicou pra eles que o caso era do transformador. Quando a gente cuidava, que explicava do transformador, que eles tavam fazendo isso pro transformador, mas fazia porque era obrigado, eles diziam assim: "A gente não pode fazer nada minha senhora, porque a população aumentou! Olha, isso aí, a população aumentou, o transformador era pra menos população!"
> THOMAS: E isso porque o transformador ele ia parar num determinado, uma determinada carga.
> RUTH: Então, a gente falou assim: "Mas a gente paga!" Aí porque eles fizeram muito dado e a gente explicava pra eles! "Moço, a gente não pode, a gente que paga não pode pagar pelo errado!" A gente explicava mas deu jeito, a gente foi lá na Light que era mim que tava procurando, a Light falava, aí lá a gente levava nossas contas, explicando, e tal, eles vieram trocar o transformador. Aí melhorou.

"*A gente que paga, não pode pagar pelo errado*": o fato de pagar coloca a pessoa do lado das "*coisas certas*". Pagar suas contas se tornou na verdade um importante parâmetro nas avaliações morais que as pessoas fazem umas das outras: Dona Elisabete, por exemplo, chamava de "*cambada de favelados*" as pessoas que moram do outro lado da rua dela, que faz a fronteira entre o Asfalto e o Morro Careca, pois, além de terem invadido terrenos em vez de comprá-los, esses moradores não pagariam nem água, nem luz, ao contrário de Dona Elisabete. Já Dona Alba reclamava em meia-palavra do fato d o Morro Careca ter sido asfaltado antes da Padaria dos Velhinhos: "*é beco, é não sei o que. Que isso aí* [o Morro Careca] *foi invasão, foram pegando pedaço de terra em tudo e qualquer canto, aparecia um pedaço e o pessoal ficava, e o pessoal se deu bem! [...] E a gente está aqui. A gente que paga luz, paga água, paga imposto, paga tudo*". A lógica queria que quem pagasse recebesse as obras antes. Com efeito, o fato de não pagar mais IPTU[236], uma isenção conseguida graças às lutas do ML dentro do NRL, mas que a maioria dos moradores no Jardim Maravilha atribui à situação de risco na qual se encontra o loteamento, sujeito a frequentes alagamentos, é vista por Ruth como o principal fator responsável pela falta de urbanização na localidade dela, as Casinhas.

> RUTH: É, aí a gente pagava todo ano, todo ano pagava IPTU direitinho então de repente eles tiraram o IPTU do Maravilha, não sei se foi...
> ELISABETE: (*Ao mesmo tempo*) Porque é área de risco.
> RUTH: Aí pronto, já que tiraram, que que eles fazem? É isso, eles não fazem nenhuma... nenhuma... não enfeitam a casa deles. Então a gente pagava o IPTU, só que agora, eles através do IPTU cobrado, eles ficam (*inaudível*) também não faz nada! Eles alegam! Já que não precisa de pagar, também não precisa de saneamento básico nenhum!

Ao pagar ou não as contas, os moradores cometem um ato cujas motivações não são exclusivamente financeiras, trata-se de um ato moral que, mais uma vez, sublinha as profundas divisões que atravessam o loteamento, tornando cada vez mais difícil uma ação coletiva calcada no princípio da *comunidade*.

3.3 A POLÍTICA NO LOTEAMENTO

3.3.1 "Trabalhar com político"

[236] Aparentemente, os moradores do Jardim Maravilha, por um motivo que desconheço, continuaram pagando o IPTU por bastante tempo depois da lei municipal 940/86, sendo que a isenção só vigorou no final dos anos 1990, início dos anos 2000.

3.3.1.1 Os políticos-administradores

O paradigma da governamentalidade cívica pressupõe o envolvimento direto da "comunidade" na tomada de decisão, uma interlocução direta entre os representantes da população, que mora em determinado território, e as administrações responsáveis pela implantação das políticas públicas, por exemplo as políticas ditas de "regularização urbanística", que afetam aquele território. Se, por um lado, a própria *comunidade* é atravessada por divisões *políticas*, por outro lado, também não há uma fronteira tão nítida assim entre administração e *política*[237], na medida em que vários cargos dentro da administração resultam de nomeações políticas. Nelson, por exemplo, sempre costuma enxergar os administradores primeiramente como políticos. "*Chegou, que a diretora do colégio ouviu*", contou Nelson ao explicar sua tentativa de trazer uma creche para dentro do Jardim Maravilha, "*o diretor da Clínica da Família ouviu. Tudo político né. São tudo perto do prefeito*". Essa ambiguidade ou ambivalência do administrador, ao mesmo tempo político, nunca foi tão clara quanto no relatório que Nelson fez do seu primeiro encontro com o então subprefeito de Santa Cruz, Rodrigo Dantas[238], filho de outro político, Eider Dantas.

> NELSON: Rodrigo Dantas que foi... subprefeito de Santa Cruz. Primeiro cargo político dele, como eu trabalhava com evento, você tinha passar pela subprefeitura pra pedir um "nada ocorre" a ele pra poder fechar rua, e dar andamento nos órgão, Polícia Militar, Polícia Civil...
> THOMAS: É, a licença né...
> NELSON: A licença, eu tinha que passar por eles, lá eu conheci ele. Aí ele olhou, e falou: "Pô, tu faz aniversário", foi acho que o terceiro ou quarto aniversário do bairro [*Jardim*] Maravilha. Que eu tava começando a fazer. Ele foi subprefeito. Aí ele olhou o documento e... falou assim: "Pô, é você que faz os evento aqui, faz sozinho cara? Isso mesmo? - Sozinho ué!" Aí fiquei conversando com ele no gabinete. Ele ficou me indagando, ele tava me estudando. Começou a me indagar e tal, falei: "Pô cara, teu pai, politicamente falando, nunca votei nele, nunca trabalhei com ele, mas tenho uma certa gratidão por ele pelo pouco que ele fez no bairro lá na gestão dele, ajudou um pouco o bairro lá". Aí falou, "Pô, quando vier a eleição aí", acho que tava envolvido como deputado estadual, "chama". Aí tudo que eu pedi ele me dava! Refratores pra festa, Rioluz[239] e tal e me deu. Me ajudou muito, ele me deu, ele abriu um grande leque político, ele. Eu tinha uma certa facilidade: quebra-molas, eu consigo colocar toda.

---

[237] A *política*, no vocabulário nativo, remete às divisões pessoais e político-partidárias tanto dentro quanto fora do loteamento.

[238] Nomeado pelo ex-prefeito César Maia, Rodrigo Dantas assumiu a subprefeitura de Santa Cruz de 2004 até 2007, quando se tornou deputado estadual pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas.

[239] Companhia Municipal de Energia e Iluminação. Criada em 1990, em substituição à Comissão Municipal de Energia e Iluminação, a Rioluz tem a função de "gerir, planejar, manter e modernizar o sistema municipal de iluminação pública" (cf. http://www.rio.rj.gov.br/web/rioluz/conheca-a-rioluz, acesso em: 21 de nov. 2017). Vale destacar que a posteação principal e a distribuição de energia depende não da Rioluz mas da Light, uma companhia privada.

Assim, o que devia ser um procedimento burocrático se tornou o início de uma *amizade política*, o subprefeito mostrando interesse no potencial eleitoral de Nelson para sua futura campanha de deputado estadual, fato que acelerou o tramite de outros pedidos feitos posteriormente por Nelson, como o dos quebra-molas. A mesma ambiguidade ou ambivalência perpassou a relação que a AMAJAM teve com a Rioluz no início dos anos 1990, quando ela pediu posteação e iluminação para as ruas das Casinhas que ainda não tinham – naquela época, quem presidia a Rioluz era justamente o pai de Rodrigo Dantas, Eider Dantas[240].

> RAIMUNDO: Aí veio a iluminação... Essa iluminação aqui foi quase em cima de uma eleição, da próxima eleição. Nós trouxemos aqui o... o presidente da Rio-Luz, na época. E... juntando aqui uns vinte jovens, ele não sabia que ia ter aquela recepção dos jovem, que os jovem iam abafar ele aqui (*risada nossa*). Se chamava Eider Dantas. Ele era o presidente da Rioluz. Nós trouxemos ele aqui mesmo, aqui nessa varanda. Chegou ali, parou o carro, abri o portão aqui, fui recebendo aqui, dava pra entrar, e os jovem tava tudo aqui e a gente começou a conversar. Ele sentou no que tinha ali. Aí ele perguntou o que era que, qual era o mais necessário do momento que... aquela localidade tava precisando. Então os jovem entraram, coloquei os jovem lá na fita, como se chamava aquilo, aí os jovens chegaram. “Senhor Presidente da Rioluz, a nossa necessidade aqui é a iluminação aqui. Entra aqui de noite, no escuro, aí pisa na lama”... Aí ele veio com assessor, pediu ao assessor pra ver a distância ali [...]. Naquele mesmo eles foram embora, mas dia seguinte veio o pessoal. O rapaz que era o assessor dele veio. Com dois ajudantes, medir a distância toda. Calcularam quantos postes. Aí quando foi, foi num fim de semana que ele veio? Na semana seguinte aí, pra nossa surpresa, aí já vieram os caminhãos com poste e... foi assim que a gente conseguiu essa iluminação.

Seu Raimundo, sócio fundador da AMAJAM, aproveitou assim a proximidade das eleições para pressionar o presidente da Rioluz, que estava concorrendo ao cargo de deputado estadual – pressionou literalmente, pois o cercou propositalmente de crianças e jovens pedindo iluminação pública para as Casinhas, numa estratégia que visava tanto o político quanto o administrador. E a posteação e a iluminação vieram pouco antes das eleições.

3.3.1.2 O político *daqui* versus de fora

[240] Eider Dantas tem uma longa carreira na política, mesclando atividades político-partidárias e administrativas, em particular nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Secretário de Obras e Serviços Públicos de Itaguaí, município do estado do Rio de Janeiro, em 1982, presidiu a Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro de 1985 até 1987. De 1993 até 1994, comandou a Rioluz, por nomeação do prefeito César Maia. Em 1994 assumiu o primeiro mandato como deputado estadual. Vice-prefeito em 1997, Eider Dantas supervisionava então as atividades da Rioluz e da subprefeitura da AP 5. Entre 2001 e 2008, atuou à frente da SMO. Eleito duas vezes vereador da cidade do Rio de Janeiro, ocupa hoje o cargo de secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos de Itaguaí. (c. http://www.camara.rj.gov.br/spldocs/pdl/2006/pdl0081_2006_005905.pdf, acesso em: 21 de nov. 2017).

Se, para *trazer o progresso*, é preciso manter contatos com os políticos-administradores que podem *ajudar* o bairro, melhor ainda se tivesse algum *representante* do bairro, algum político capaz de negociar o *progresso* da *comunidade* diretamente com as instâncias executivas, com o prefeito – afinal de contas, cabe ao prefeito decidir quais áreas vão receber obras ou não. A rigor, o político pode ser *alguém de fora*, alguém que não seja do bairro mas que esteja à procura de voto dentro do bairro. Por isso, as associações de moradores no Jardim Maravilha há muito costumam *apoiar* determinados candidatos, na esperança de que, em decorrência dos votos recebidos, eles *ajudem* a *comunidade*, *trazendo* melhorias para o bairro. *Apoiar* quer dizer *trabalhar com* o político, conversando com os moradores, distribuindo panfletos nas ruas, pedindo para colocar cartazes com a imagem do candidato nas casas dos moradores, oferecendo camisas com o nome dele, organizando comícios, rodando com o carro de som, e também, talvez o mais importante, abrir ao político uma rede de pessoas que vão votar nele por terem um vínculo com o apoiador. A *consideração* pode ser um dos determinantes do voto, como no caso de seu Roberto que votou em Romualdo Boaventura, vereador pelo PMDB no final dos anos 1990 e depois pelo PFL/Democratas, pela consideração que tinha por Alfredo, presidente da associação de moradores do Morro Careca, que *apoiava* o peemedebista.

> ROBERTO: O Romualdo Boaventura por exemplo ele tinha vontade de melhorar esse bairro mas como ele se apoiou com esse tal de Alfredo do morro, ele ia melhorar o morro. E o pessoal lá que votou nele, que elegeu ele. Aqui pra baixo, poucos votaram. Eu votei nele! Eu votei nele em consideração do Alfredo do morro. Alfredo do morro que era um cara legal, que me dava até terreno no morro eu não quis!

As demais associações não ficaram fora do *jogo político*. Álvaro da APROJAM *apoiou* assim o Eduardo Jose Da Silva, vulgo “Zezinho Orelha”, candidato aos cargos de deputado estadual e vereador no início dos anos 2000. Já a AMAJAM, logo quando o Zico assumiu o comando da associação, *apoiou* o Carlo Caiado, o “Caiadinho”, jovem candidato ao cargo de vereador em 2004 – antes disso, trabalhara como assessor do deputado estadual, então secretário Municipal de Obras, Eider Dantas. O próprio CCGR surgiu no final dos anos 2000 com o objetivo explícito de *trazer melhoria* através de um político, que acabou sendo o próprio Alexandre.

> JAIR: Então, mediante o Conselho Comunitário, Alexandre também já tinha começado o grupo e veio aqui me procurar aqui na época. Naquele tempo, “Cadê seu Fernando, queria falar com seu Fernando, não sei o que”. Poxa, não tem com a relação aí, tava procurando as pessoas aí, pra ver se a gente montava aí, pra tentar ver aí, através de um político, pra ver se tentar trazer melhoria pra cá. Aí foi criado o Conselho Comunitário.

Entretanto, sempre recai sobre as lideranças que procuram *trazer* político para dentro do bairro a mesma suspeita que pesa sobre qualquer um que lida com *dinheiro público*: a de buscar o enriquecimento pessoal, nas costas da *comunidade*. Júlio por exemplo acusou Zico de desviar o dinheiro da Cozinha Comunitária e também da campanha do Caiado.

> JÚLIO: Pegou o negócio de lance com a prefeitura, pra servir comida de cinquenta centavos. De manhã cedo, tinha gente que chegava cinco hora da manhã lá. Aí... ganhou dinheiro em cima da prefeitura pra caramba. Ganhou muito dinheiro ele, ele saiu deu sorte, que ele se encostou nesse Caiado. Encostou no Caiado, aí conseguiu um pouco voto, o Caiado foi eleito, aí ele jogou isso pra ele. Ganhou muito dinheiro.

De fato, os candidatos costumam pagar as pessoas que os *apoiam* dentro do bairro, mas nem sempre se sabe se o pagamento é a consequência ou a causa do *apoio*. Dona Ângela por exemplo, quando Zico decidiu fazer campanha para Caiado, não quis receber nada em troca. "*Vamos trabalhar tudo de graça, a associação só vai trabalhar de graça*", teria dito Zico, "*porque... vai ser, não vai dar dinheiro nenhum. Aí, só em benefício, que ele vai fazer uma coisa pro Maravilha pra ajudar*". Ainda assim, o assessor achou "*errado*" os diretores da AMAJAM trabalharem de graça, e acabou fechando com o candidato o pagamento mensal de alguns salários mínimos para cada diretor. Já outros candidatos optam por pagar líderes em troca de *apoio*, apostando então no interesse financeiro que os líderes têm na eleição deles. De acordo com seu Roberto, foi assim que o candidato a vereador Jerônimo Guimarães Filho, vulgo "Jerominho", tentou se aproximar de Álvaro, mas sem conseguir.

> ROBERTO: Também foi apoiado aqui, também no lugar. Jerominho também foi apoiado como vereador. E outros mais aí que... fizeram porcaria nenhuma. Ele fez o Comunitário[241] lá na... no Magarça, não vou dizer que não fez, fez uma coisa boa, ajudou muita gente. Mas dentro do bairro mesmo, que era pra ser feito, ele não fez nada, fez nada.
> THOMAS: Esses políticos que a associação apoiavam nunca...
> ROBERTO: Não, alguns eram eleito, mas não fazia nada não. E tem uma coisa: quem trabalhava pra eles, por exemplo, no caso do Jerominho, só uns cinco, seis que apoiava ele, tava sempre colado com eles. Quando ele foi eleito, cada um recebeu uma merrequinha todo mês. Dado por ele. Tanto é que o meu sobrinho ficou inimigo dele. Ele quis dar uns 500, 1000 reais por mês, que era um bom dinheiro na época, ele não quis: "Não quero dinheiro não, quero que você faça um projeto pro Jardim Maravilha". Então ele queria um projeto, uma praça, no Jardim Maravilha. E ele falou que não sei o quê, não sei o quê. Não conseguiu nada! Aí o Alvim lá largou ele de mão (*pequeno silêncio*).

Parece tênue a fronteira entre o justo pagamento do *trabalho* realizado pela pessoa ao *apoiar* o candidato e a compra do *apoio*. Contudo, do ponto de vista moral,

[241] O vereador Jerominho administrava um Centro Social na Estrada do Magarça, onde fazia atendimento à saúde e distribuía comida de graça. O Centro fechou com a prisão do vereador em 2008.

há uma demarcação clara: enquanto quem recebe pelo *trabalho* deseja o bem da *comunidade*, a pessoa que recebe para trabalhar só vê o interesse dela.

> NELSON: Eu participei de diversas reuniões com senadores, com deputado federal, com vereador, com deputado, hoje eu tenho... um grande leque de conhecimento político, tudo por honestidade, eu não... não que eu não chegasse, "Ó, é um trabalho de graça", vou trabalhar, você sempre me remunera! Porque eu tenho meu custo, eu como, bebo, gasto com o chip, pago passagem pra ir numa reunião, então tem que ser remunerado! Agora, se você ganha a eleição, você me emprega! Eu não chego pro cara: "Me dá 100.000, me dá uma casa, quero isso, quero aquilo", eu nunca fiz isso! Eu sempre procurei trazer algo pra comunidade. Então, colégio Tatiana Memória[242] tem meu dedo, alguns quebra-mola, que evitou muito acidente no bairro, tem meu dedo.

Qualquer pessoa que recebe dinheiro do político, de modo geral, é suspeita de buscar o benefício próprio, em vez da *comunidade*. "*Maravilha tem que parar de ter cabo eleitoral que quer botar só dinheiro no bolso!*", gritou uma vez Nelson no carro de som dele, "*tem que trazer benfeitoria pra população!*".

Caberia a uma associação de moradores mais atuante, representativa da *comunidade*, fiscalizar a atuação dos políticos dentro do bairro, cobrando deles projetos que levam efetivamente o *progresso* ao Jardim Maravilha e não projetos que só servem para angariar voto, através de cabos eleitorais pagos por eles.

> JÚLIO: Jardim Maravilha, é muito bom de se morar. Muito bom mesmo. Mas não tem, a gente não tem uma associação de moradores. (...) Então não tem quem cobra. De políticos, quando entra um político, político só pensa em si. O tal de Jerominho ali. Aí botou um Centro Social ali tal mas sinceramente, ele não tem que fazer, político não tem que fazer uma coisa dessa. Político, ele tem que cobrar do governo pro governo fazer. Um político, ele tem que cobrar do governo do Estado, tem que cobrar do prefeito. É o Estado é que tem que dar as condições pro povo, não é um político não. Um político tem que cobrar. E o político tem que ser cobrado pelo povo. Mas o povo não faz isso por que? Não tem uma associação de moradores! Como é que o povo vai... ter um contato com o prefeito? Prefeito quando vem aí, aí vem com político de outro lugar! Não tem um político nosso aqui. Tem uns que... até querem ser. Mas... chega na eleição não consegue.

De modo geral, os moradores sugerem eleger um *político daqui*, um *político de dentro*, em oposição ao *político de fora*, para *trazer o progresso* até o Jardim Maravilha, pois só um *político daqui* teria um interesse real no *progresso* do bairro. *Político daqui* pode assumir dois sentidos diferentes. Em primeiro lugar, um político que dependa dos votos do Jardim Maravilha, de Guaratiba, para ser eleito; um político cuja "base eleitoral" (BEZERRA, 1999) esteja na *área*; um político que, portanto, tenha um interesse eleitoreiro grande na região, e que assim estaria motivado a *lutar* por ela.

---

[242] Segunda unidade de ensino público criada no Jardim Maravilha depois do CIEP, a Escola Municipal Tatiana Chagas Memória foi construída em 2007, quando Eider Dantas estava no comando da SMO.

> ÂNGELA: Aí que que acontece: a gente não consegue eleger um vereador pro Guaratiba. Porque a Regina[243] recebe os votos daqui, de um bocadinho daqui mas ela é de Campo Grande. O Jorge Felipe é de Bangu. Aí outro, o Alexandre recebeu 4000 e poucos votos. Aí outro [*André*] recebeu 6000. Aí quer dizer, ficou tudo dividido, na verdade não tivemos um vereador que foi eleito, que representasse Guaratiba porque quando você consegue eleger um representante... o que que acontece, vai que tu é vereador, eu também sou vereadora, aí tu fala assim: "Pô, eu preciso de um projeto pra tal rua, tal, tal, lá de Campo Grande". Aí tu vem falar pra mim: "Tudo bem, na votação tu vai ganhar os meus votos mas tu tem que votar num projeto meu também que tô pagando um projeto lá pro Jardim Maravilha que eu preciso talvez votos pra poder..." Aí é uma troca. Mas se você não tem um representante, que esteja lutando pra tua causa... [...] Porque cada um tem seu representante! Tu acha que Jorge Felipe vai pedir coisa pra gente aqui? Não vai, ele vai pedir coisa lá pra Bangu! Pro outro lugar onde ele faz campanha mas nunca pra cá, que ele não anda aqui! Então hoje, a gente tem que ter um representante aqui. Que puxa a sardinha pro nosso lado! Vai sair uma verba, "Ah, vai sair uma verba!" Ele sabe que vai sair uma verba. Uma verba pro município tal. "Poxa mas, uma verba de 10 milhões, só vou gastar um milhão, pra alguma coisa acontecer"... [...] Poxa, de 10 milhões, pra dividir pra Zona Oeste, pô, vou ver se eu consigo parar assim pro meu lado né! Aí eu vou lá e falo com o prefeito, pô, pô, pô. Então meu projeto tá aqui ó, fiquei tonto. Milhão. "Não dá pra desviar esse milhão pra fazer essa obra aí não? – Ah, vamos ver. Vamos ver", entendeu? E assim, você tem que tá ali, mas se você não tá! Neguinho só puxa pro seu lado. Quem vai lembrar de Guaratiba se você não tiver lá? E assim que a política é assim, é suja! A política é suja, não adianta (*bate nas mãos*).

Em segundo lugar, um político que more *aqui* ou, pelo menos, tenha saído *daqui*, *tenha raiz* no Jardim Maravilha, e tenha, portanto, um interesse pessoal, econômico e afetivo em ver o loteamento *progredir* – tal interesse não se opõe ao interesse eleitoreiro, já que o político que mora *aqui* também vai depender dos eleitores *daqui* para se eleger.

> JÚLIO: Aí... eu não sei, acho que tem que ter um... eu creio que aqui no Jardim Maravilha, a gente precisa de ter um político. Daqui. Que tem a mãe que more aqui. Que tenha filhos que morem aqui. Entendeu? Por que? Aí ele vai puxar alguma coisa pra cá. Ele pode até ir morar em outro lugar, mas ele tendo parente que mora aqui, tendo colegas, conhecidos antigos que mora aqui, então ele vai procurar alguma melhora praqui! Eu creio que deve ser assim.

Os moradores muitas vezes argumentam o tamanho (sempre muito acima daquilo registrado nas operações de recenseamento) da população para justificar a possibilidade de eleger um representante só com votos do Jardim Maravilha, e assim "*fazer as coisas acontecerem*", *trazer melhoria* para o bairro.

> ROBERTO: Fazer um recenseamento no bairro, cê vai encontrar... umas cinquenta mil pessoa adulta e umas vinte mil criança, menor de idade. E isso aí elege um vereador e elege um deputado. Mas... É cada um puxando prum lado. Como que pode vir um político lá de Jacarepaguá [*alusão provável ao Zezinho Orelha*] pra esse bairro aqui ser eleito? Não tem lógica, tem? Tem

[243] Nome fictício.

> que ser um candidato daqui mesmo, da área, ser eleito pra fazer alguma coisa.

Só que nunca a população do Jardim Maravilha conseguiu eleger um *político daqui*. Nas últimas eleições de 2014 e 2016, várias candidaturas locais se enfrentaram, principalmente aquelas de Alexandre e André: o primeiro, que mora no Jardim Maravilha desde os anos 1990, já vinha fazendo um "*trabalho social comunitário*" dentro do loteamento desde os anos 2000, com o apoio depois do CCGR, tendo inclusive *trazido* iluminação pública em algumas áreas, como na Avenida Barão de Cocais; o segundo não mora no Jardim Maravilha, mas próximo à Estrada do Magarça, e pertence a uma família muito conhecida na região. Nas eleições para deputado estadual, Alexandre obteve um pouquinho mais de cinco mil votos, se tornando suplente, enquanto o André acabou não sendo eleito, com sete mil votos. Já para vereador, só André se candidatou, mas não conseguiu um resultado muito maior, em torno de oito mil votos, se tornando também suplente. Outras candidaturas locais emergiram também, como a de Elaine Moura, que alcançou mil votos em 2014, mas somente duzentos em 2016. Elaine Moura em particular ressaltou o caráter local da candidatura dela e o apoio que ela recebia de certas lideranças comunitárias do Jardim Maravilha (Anexo L), desconhecidas por mim. "*E ela fala*", comentou Ângela, "*'Gente, vota em mim, vota em mim, sou moradora daqui'. Aí o pessoal: 'AH, vou votar!'. Chega aí vota num cara... Bolsonaro! Que não sabe nem onde fica o Maravilha!*". Tanto Ângela, que *apoiava* Alexandre, quanto Nelson, que *apoiava* André (mas ambos são amigos: foi Nelson que me indicou Ângela quando lhe perguntei o contato de algum ex-sócio da AMAJAM), culparam a falta de entendimento entre as várias lideranças pela dificuldade em eleger um representante. "*Aí que que acontece*", lamentou Ângela, "*as pessoas,* [falando] *'Vamos eleger um vereador! Vamos todo mundo se juntar! E eleger um vereador, um representante pra gente'. Aí não. Uns votam num, outros votam num outro, aí fica, os votos sai dividido*". Ângela, por considerar a candidatura de Alexandre mais legítima, culpava obviamente André de ter feito concorrência a Alexandre. Nelson também lamentava a falta de união. "*Escolhi o André pra ajudar*", disse ele, "*Mas tem o Carlinho Vannucci*[244] *na frente, tem o Alexandre. Mas isso seria os três juntos! Fazia um, outra eleição fazia outro e outro. Eles não pensam assim, eles pensam... [...] É tipo terra de caranguejo: é um mordendo o outro*". Ele via nisso uma herança da

[244] Candidato a deputado estadual pelos Democratas em 2010 e 2014, aliado de Carlo Caiado. Em ambos os casos, não foi eleito, tendo conseguido entre seis e sete mil votos.

divisão que existia entre associações de moradores. "*Essa é a cultura que vem da associação de moradores*", analisou ele, "*isso aí foi a cultura que a própria associação dos moradores, desse cabo de força que teve, Grupo de Apoio Comunitário, AMAJAM, mas a briga maior foi Grupo de Apoio Comunitário com APROJAM*". Anteriormente, o Zico, como presidente da AMAJAM, tentou se candidatar para deputado federal em 2006, mas não ultrapassou os oito mil votos. Nas eleições para vereador de 2008, a votação dele caiu para cinco mil.

3.3.1.3 Os "cabos eleitorais fortes"

Vale destacar nesta interação entre moradores e políticos-administradores o papel decisivo dos "*cabos eleitorais fortes*", segundo a terminologia de seu Roberto. Ao lado das associações de moradores, eles também são responsáveis pelo "trabalho de mediação[245]" entre a *comunidade* e a *política*, entre a população, a administração pública e os políticos. Na Chácara, por exemplo, foi o Betinho que deu continuidade ao trabalho da vizinha de Dona Eurídice (que pretendia montar uma associação de moradores), graças aos contatos dele com Eider Dantas, então candidato a deputado estadual.

> EURÍDICE: Aí foi feito pedido de complementação da rede, que quem complementou a rede, quem começou ela correndo atrás até daquele... um candidato aí que ele era doido pra ganhar votos aqui.
> EDUARDO: Era candidato a deputado ainda.
> EURÍDICE: Eider Dantas.
> EDUARDO: Eider Dantas.
> EURÍDICE: Aí ela começou o contato com Eider Dantas, e coisa e tal. tanto que conseguiu botar complementação de... da rede elétrica. Aí já tinha um loteamento pra lá, aí estenderam a rede pra lá, aí colocaram um transformador. Quer dizer, tudo foi um projeto que ela começou. Tinha tudo isso na pauta dela. Aí eles ficaram o Betinho, por exemplo, que já tinha muito contato com ela. E... já pegou os negócios, e foi se infiltrando com os político que ia pra região...
> EDUARDO: É. Trouxe muitos político praqui, esse Betinho.

[245] Ao analisar o trabalho dos vereadores no Rio de Janeiro, Kushnir e Velho recorreram ao conceito de "mediador", o qual "atua também como *broker*, empreendendo tarefas, supervisionando atividades de contato e caracterizando-se pela capacidade de 'falar' muitas línguas, manipulando com habilidade os múltiplos códigos político-culturais dos grupos que acionam a sua atuação. O papel de mediador, por outro lado, expressaria também, em muitos casos, a predominância da lógica das *relações pessoais*" (KUSHNIR, 1999, p. 84, grifo meu). O "mediador político", neste sentido, tem que saber transitar entre vários universos, da própria comunidade, dos políticos e da administração pública; ele tem que ter *conhecimento*. Ao invés de Dona Amélia, Nelson nunca organizou um mutirão de vizinhos para *ajeitar* uma rua por exemplo, mas graças ao *conhecimento* dele, ao trânsito que ele tem na administração pública e no mundo da *política*, ele se tornou um mediador eficiente da *comunidade*, capaz de *trazer melhoria* para o Jardim Maravilha.

Nelson é certamente o mediador político mais conhecido do bairro, do Asfalto até as Casinhas passando pelo Morro Careca e pelo Beira-Rio, devido aos eventos que ele organiza todo ano, como os bingos e a festa comemorativa do aniversário do Jardim Maravilha, que acontece no início de agosto. Nelson *trabalhou* com vários políticos dentro do bairro, como Rodrigo Dantas, que o levou para o gabinete dele, Carlo Caiado, que no início da carreira política assessorava Eider Dantas (todos filiados ao antigo PFL, hoje Democratas, aliados ao então prefeito, César Maia), e agora André. "*Eu trabalho com política, eu trabalhei com político há muito tempo. Trabalhei com vereadores*", disse ele. Graças ao *conhecimento* adquirido no contato com a política, sobretudo na época em que César Maia esteve à frente da prefeitura, Nelson se vangloria de ter trazido muitas *melhorias* para a *comunidade*, além dos já mencionados quebra-molas.

> NELSON: Eu tava até procurando fazer um... recapear o asfalto aí, que o morador tinha me pedido ali. E eu tava próximo do secretário de Obra, então pra fazer eu fiz muito isso aí, tapar o buraco, uma lâmpada ascender, passei com a Rioluz vendo o bairro todo, coloquei a iluminação nas principais. Foi eu que arrumei! E dei pra associação. E melhorou a iluminação pública, chegar boa dessas aí, da Pilar do Sul, e toda a Letícia e até a Campo Mourão. Da Campo Mourão pra lá quem conseguiu foi a AMAJAM. A Dona Clara conseguiu que eu botei ela na fita do Eider[246], aí o Eider foi, clareou até lá embaixo pras Casinhas na principal lá na Letícia.
>
> NELSON: Eu já arrumei internações, operações e tal, através de político, até hoje tem acontecido, a Comlurb, tirar um entulho aqui, tem um negócio ali, a Rio-Luz e tal, caiu um poste, não sei onde.

A última conquista do Nelson foi a iluminação e os brinquedos infantis para a Praça 7, no final da Campo Mourão, conseguidos graças ao André, *com* o qual *trabalhou*, e ao Leonardo Picciani, o deputado federal que *apoiou* a candidatura de André.

> THOMAS: Eu vi que agora tem uma, um parque, uma coisa pra criança.
> NELSON: Eu consegui lá que trabalhei com André, aí ele tava com Picciani, com Leonardo Picciani, eles conseguiram umas coisinha pra lá.
> THOMAS: Aquele que quis se candidatar a vereador, é isso? André?
> NELSON: Isso. Deputado estadual. Ele veio a deputado estadual. Teve 7670 voto, ajudei muito ele aí! Que pelo pai dele mesmo, tem uma tradição na comunidade, o caldo de cana...

A orientação ideológica não importa para Nelson (o que não quer dizer que ele não tenha convicções políticas): importa a correlação de forças entre políticos, sendo

[246] A narrativa de Nelson aqui diverge de seu Raimundo. Há uma tendência manifestada no caso de Nelson, assim como de outras lideranças, em puxar para ele mesmo o mérito de todas as *melhorias* feitas dentro do bairro. Entretanto, outros moradores, que participaram das *lutas* ou se beneficiaram com as *melhorias*, me confirmaram o importante papel que Nelson desempenhou nessas *conquistas*, muitos afirmando que votariam nele caso se candidatasse. Por um motivo que não consegui elucidar muito bem, Nelson nunca demostrou interesse em apresentar sua candidatura – talvez porque sabe, assim como Dona Ângela, o quanto "*a política é suja*"...

que, para *trazer o progresso*, melhor apostar em um político influente, em um político que tenha peso para negociar obras. Com efeito, Nelson precisa avaliar o tempo todo a força dos políticos que pretendem conquistar votos dentro do Jardim Maravilha, para dar *apoio* somente àqueles que têm a capacidade de trazer *melhoria* – caso contrário, apoiando um político que não tem esse poder, Nelson acabaria perdendo a *confiança* dos moradores e sua função de mediador ao mesmo tempo. Assim, mesmo sem *trabalhar com* ela, Nelson reconhecia à deputada estadual Regina certa "*influência política*", razão pela qual justamente ele *cobrava* dela.

> NELSON: Essa, aqui mesmo cara, estava panfletando ali, batendo palma naquela casa ali, foi aqui que eu tive uma leve discussão com ela. Porque... eu cobrei dela como vereadora, no caso tem poder político. [...] Tem poder político, ela tem poder, ela tem influência política, ela é política, mas tem influência, tem o político que diz que ele é político, mas ele não é nada! Ele é deputado mas não vale nada! Não resolve nada. Ela não. Ela tem, ela tem trabalho. Ela só que eu pedi, perguntei, cobrei dela. Agora não cobro mais. Mas eu já cheguei a cobrar dela.

A questão da influência política explica também porque Nelson quis apoiar André em vez de Alexandre: a presença do deputado federal Leonardo Picciani, que pertence a uma das mais poderosas famílias de políticos no estado do Rio de Janeiro (o pai dele, Jorge Picciani, assumia então a presidência da Assembleia Legislativa do Estado, à qual o irmão mais jovem, Rafael Picciani, se elegeu em 2014), ao lado de André aumentava consideravelmente a força política dele[247]. Afinal, Nelson concebe o papel dele como uma "força" de substituição às associações de moradores, que "*não tiveram* [aqui] *pra trazer progresso, tiveram* [aqui] *pra brigar entre si!*". Cabe, portanto, a Nelson *trazer* os políticos e *cobrar* as *melhorias*, em nome da *comunidade*.

> NELSON: E eu ajudei muito o bairro! Eu não tô mentindo pra você, não. É... tudo que o pouco que tem aqui, foi eu coloquei pra fora através de muita força. Que a própria associação não tinha força. Então eu tinha que dar um choque nela. Às vezes eu fazia coisa aqui, eu dava um pau nela porque eu sabia que ia correr lá e ia conseguir e a coisa ia acontecer. Eu tinha que usar estratégias, sabe. [...] Chegar em político, "Pô, quebra um galho! Sei que lá é complicado, esquece o presidente da Associação. Faz pelo povo! Ó, vou fazer, tá pedindo, vou fazer". Mas... muitas coisas consegui assim.

[247] A procura por um político que tenha *influência* entra frequentemente em contradição com o desejo de ter um *político daqui*. Nelson, por exemplo recebeu várias críticas de moradores no início dos anos 2000 porque apoiou Caiado, um político *de fora* que morava na Barra da Tijuca, mas defendia a escolha dele porque justamente Caiado tinha mais condição para fazer campanha. "*Existem candidatos na comunidade que não têm condições de serem eleitos. Não que eu esteja menosprezando e desmerecendo ... porque você tem que ter pelo menos um milhão pra fazer campanha. [...] 'Ah, mas o cara mora na Barra, veio da Zona Sul'. Mas o cara, graças a Deus, tem condições*" (Entrevista concedida à socióloga Raíza Alves de Sá Siqueira em 2008).

3.3.2 Clientelismo ou ajuda?

3.3.2.1 Os dois paradigmas do clientelismo

O que quer dizer exatamente "*apoiar*" ou "*trabalhar com um político*"? Aparentemente: trazer voto. Nelson, por exemplo, costuma aproveitar os eventos que ele organiza e, mais ainda, o carro de som dele para fazer a propaganda dos candidatos que ele *apoia*. Participa também de *reuniões* durante as quais toma o microfone para defender o candidato dele. Ele não disfarçava o cálculo por trás do apoio que ele dava: "*hoje, se viesse candidato, deixo você... pega a folha na mão, eu não vou ter menos do que três mil votos. Posso até passar disso, mas eu creio que vai sair com* [três mil] *porque eu já fiz muito pela comunidade, o que muitas pessoas fora daqui sabem*". Se Nelson consegue trazer políticos para o Jardim Maravilha, e políticos que "*resolvem*", é por conta da massa de votos que ele representa; reciprocamente, se representa tal massa de votos, é porque consegue trazer políticos que "*resolvem*". Tudo parece então funcionar de acordo com a clássica lógica do "clientelismo", denunciada por integrantes do NRL como Marcos ou Hélio, do "toma-lá-dá-cá", o morador trocando seu voto por obra. Realmente, se a gente definir o clientelismo como "um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto" (CARVALHO, 1997), então os moradores que buscam políticos para trazer *melhoria* entram com eles numa relação clientelística. Entretanto, a categoria ou o conceito de clientelismo costuma envolver outras dimensões. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação assimétrica, na medida em que o político possui recursos e um estatuto acima dos eleitores, e pessoal (ou "diádica" segundo a terminologia anglo-saxã[248]), a qualidade do contato entre o político e seus potenciais eleitores se sobrepondo às normas universalistas que deveriam reger, no direito e na prática, o processo democrático (DINIZ, 1982, p. 165). Por isso, o clientelismo muitas vezes aparece como "resíduo de uma sociedade hierarquizada embutida dentro da sociedade moderna" (D'AVILHA FILHO, 2004, p. 215), fruto, portanto, do atraso, ou como solução às "falhas geradas pelo funcionamento inadequado das instituições sociais" (BEZERRA,

[248] De acordo com a definição clássica de Lemarchand e Legg: "o clientelismo político, resumindo, pode ser visto como um relacionamento mais ou menos personalizado, afetivo e recíproco entre atores ou um conjunto de atores, um relacionamento que comanda recursos desiguais e envolve transações mutuamente vantajosas, cujas ramificações políticas vão além da esfera imediata da relação diádica" (1978, pp. 122-123).

1999, p. 15), sendo que em ambos os casos o clientelismo constitui uma anomalia dentro da ordem social. A própria Justiça Eleitoral enquadra as várias formas de clientelismo, a distribuição de remédios, comida ou material de construção aos eleitores em troca de voto, por exemplo, como crimes eleitorais, "ações que desvirtuam o sentido do voto, deixando de ser o exercício de poder dos cidadãos" (BARREIRA, 2004, p. 155).

Há, pelo que me parece, dois paradigmas que organizam as discussões em torno do clientelismo. O primeiro, costumeiro dos antropólogos mediterrâneos, se baseia na "relação patrão-cliente", chamada também de "patronagem": em troca de trabalho e lealdade, o patrão oferece aos seus clientes bens e serviços que muitas vezes lhes são indispensáveis para sobreviver, como comida e proteção (SCOTT, 1977, pp. 22-23). O clientelismo visto sob o ângulo da relação patrão-cliente pressupõe uma reciprocidade mais ou menos equilibrada (cada um oferece algo ao outro) e hierarquizada[249] (sempre tem um superior ao outro). Assim, na favela de Acari, pesquisada por Alvito nos anos 1990, os moradores viam os benefícios trazidos pelos políticos como "favores concedidos por um chefe" (2001, p. 136), e não como conquistas de um direito, "favores" que os moradores tinham o dever de retribuir na hora de votar. Essa exigência de reciprocidade, no caso descrito por Alvito, pautava-se num conceito de honra masculina (ibid., p. 147): cabia ao "sujeito homem" cumprir a palavra dele e reciprocar os favores (ou as ofensas) recebidos. Aí, o clientelismo se aproxima de outras formas de dominação que atravessaram a história do Brasil, como o "mandonismo", o "coronelismo" e o "personalismo" (CARVALHO, 1997). Chaves, por exemplo, interpretou as relações entre eleitores e políticos num pequeno município do sertão mineiro, também regidas pela barganha, sob o ângulo do personalismo: "reeleger alguém é pagar uma dívida, do mesmo modo que se candidatar a um cargo eletivo

[249] Conforme a orientação de Dumont, o conceito de hierarquia que mobilizamos aqui se distingue do poder ou da influência: ele remete a uma relação não somente desigual, mas onde a desigualdade funciona como princípio ordenador da relação, atribuindo a cada pessoa um valor diferente, porém complementar, de tal modo que elas pertençam de uma única totalidade. A pessoa de maior valor costuma então encarnar essa totalidade, segundo um mecanismo chamado por Dumont de "abrangência do contrário" (*englobement du contraire*) (DUMONT, 1966). O "voto de adesão" por exemplo sinaliza a adesão da pessoa a uma determinada facção, a um determinado *lado* da sociedade, identificado com a figura de seus chefes (PALMEIRA, 2004, p. 143). Com efeito, qualquer diferencial de poder ou de influência, aquilo que a ciência política costuma chamar justamente de "assimetria", para criar uma hierarquia tem que vincular os mais fracos aos mais poderosos. Se a hierarquia implica o poder, o poder nem sempre produz hierarquia. Há assimetria entre o político e o eleitor, na medida em que o político tem acesso a recursos (capital econômico, cultural, social, político, etc.) que o eleitor não possui, porém essa assimetria nem sempre gera um vínculo entre eles.

requer fazer *promessas*", analisava ela, "o eixo valorativo desta ordem moral, implicado na relação de compromisso, encontra-se na *pessoa*, tanto que é mais forte o compromisso quanto mais pessoais a promessa e o benefício" (CHAVES, 2003, p. 49, grifo da autora). A relação patrão-cliente entre políticos e eleitores de Buriti reproduzia então a relação patrão-cliente que existia antigamente entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais, só que ao "mando" e à "obediência" dos últimos tinha se substituído a "linguagem simbólica da dádiva moral" (ibid. p. 48). O clientelismo havia assim sucedido ao mandonismo, sendo ambos formas de personalismo. Esse paradigma do clientelismo como patronagem pressupõe outro paradigma, o do dom, na versão de Mauss, ou seja, do dom que obriga, do dom que endivida moralmente o beneficiário, do dom que exige um contra-dom: o eleitor deve retribuir a generosidade do político, votando nele quando chega a *época de eleição*, sob pena de ferir o "código de moralidade vigente" (BARREIRA, 2004, p. 161).

O segundo paradigma identifica o clientelismo com a compra de voto sob todas as suas formas, desde a oferta de dinheiro líquido até a satisfação das demandas oriundas das associações de moradores, passando pelo famigerado "empreguismo": a relação entre político e eleitores assume desta vez uma dimensão meramente utilitária, sendo que cada um sabe que o outro busca, em primeiro lugar, o interesse dele – na relação patrão-cliente, a busca pelo interesse pessoal precisa revestir a "máscara" da reciprocidade, para falar como Bourdieu. "A relação entre os políticos da máquina partidária e sua clientela de trabalhadores urbanos pobres, hoje, aproxima-se muito mais da relação mercantil", já observava Zaluar na Cidade de Deus, no início dos anos 1980 (1985/2000, p. 235). É que, "a deferência à figura do político e a necessária lealdade pessoal a ele", características da patronagem, "não está absolutamente garantida" (ibid.): cientes de que o interesse do político se limita à obtenção de votos, os eleitores "acabam recorrendo a vários políticos ao mesmo tempo para satisfazer diferentes demandas, sem que tenham a intenção de votar em nenhum deles, afinal" (ibid., p. 242). Ao invés do paradigma anterior, o clientelismo representa desta vez uma ruptura inegável com as formas tradicionais de dominação: acabou o monopólio do patrão sobre a clientela dele, "a relação clientelista torna-se decorrente da vontade dos parceiros em manter a relação através da troca de prestações ou dons" (ibid., p. 231). Em comparação com o coronelismo, os chefes políticos perderam então a capacidade de controlar o voto da população (CARVALHO, 1997). Aliás, os chefes políticos também perderam o prestígio deles, sendo sempre suspeitos de não querer

nada mais do que angariar os votos da população, prometendo aquilo que nunca vão, nem podem fazer, favorecendo individualmente aqueles que lhes trazem votos, em detrimento da população em geral. Entretanto, ao lado desse clientelismo imbuído de utilitarismo, Zaluar levanta a possibilidade de um clientelismo diferente, que cultiva a reciprocidade sem repetir o formato da relação patrão-cliente: é o caso do político que se tornou amigo, já que "o amigo está sempre por perto, ajuda quando se precisa dele", enquanto "o político só aparece na época das eleições atrás de votos e depois os esquece" (2000 [1984], p. 239). Seria "outra particularidade do clientelismo urbano: a de ser pensado dentro do código social da amizade que está longe de ser o da heteronomia e da deferência" (ibid.). Mas será que a palavra clientelismo captura adequadamente o sentido de práticas pautadas neste "código social"?

Se há clientelismo no Jardim Maravilha, com certeza ele se aproxima muito mais do segundo do que do primeiro paradigma: os vários candidatos que procuraram transformar o Jardim Maravilha em "base eleitoral", oferecendo bens e serviços à *comunidade*, nunca conseguiram controlar os votos da população, criar uma "clientela cativa". Pelo contrário, vários moradores reclamaram das frequentes *traições* sofridas por candidatos que *ajudaram* o bairro, como no caso de Zico.

> ROBERTO: Ele fez o dele só que lá [*no galpão dele*] não deu em nada. Ele fez pra ser candidato, ser eleito, mas ele não foi eleito. Se uns 20.000 ia vota nele, mil só votou (*rindo*). É rapaz, o pessoal também aqui é contra! Cê trabalha pro filho da mãe do povo, chega na hora tu tá contando depois te.. te trai rapaz.
>
> THOMAS: Ele era, fazia política também, uma coisa dessa?
> VITINHO: É, fez política, e depois da política, o pessoal, em vez de votar no cara, nego votou pouco, o cara ajudava tanto. Aí ele ficou desgostoso, abandonou o pessoal.
> THOMAS: Não deu mais...
> VITINHO: Não. De vez em quando ele vem aí, diz que ele é dono desse campo aí ainda.
> THOMAS: De campo o quê?
> VITINHO: Daquele campo que tem ali. Ele é o dono dali. Eles vêm, ele ajuda muita gente ainda. O pessoal traiu ele! E uma pessoa boa tá. Pessoa muito boa. O Zico é uma pessoa muito boa.

Todavia, o vocabulário da *traição* sugere um compromisso pessoal do eleitor com o candidato, compromisso que o eleitor desrespeitou. Com isso, os benefícios que os políticos trazem para o bairro continuam sendo vistos como dádivas, como "bens simbólicos" participando de uma economia regida pelos princípios da honra e da reciprocidade – mas não obrigatoriamente da hierarquia, como no caso da relação patrão-cliente. É que a *traição* aqui não se opõe à lealdade, como no "voto de adesão" analisado por Palmeira, onde as escolhas políticas resultam de um "processo que vai

comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política" (2010 [1996], p. 19), ela se opõe à *gratidão*. Ângela e a filha dela lamentaram assim a *ingratidão* do *povo*, que pouco votou no Doutor Valdo no final dos anos 1990, um candidato que "*fazia muito pela população*", tendo inclusive *ajudado*, em parceria com a APROJAM, as vítimas das enchentes de 1996 a refazer gratuitamente a documentação delas. Essa *gratidão* não pressupõe uma hierarquia entre quem *deu* e quem *recebeu* a *ajuda* do tipo patrão-cliente: retribuir uma *ajuda* é um ato corriqueiro da sociabilidade local, uma marca de *consideração*, mas nem sempre uma marca de subordinação ou de filiação.

> FILHA DE ÂNGELA: (*interrompendo*) Mãe, mais do que o Doutor Valdo fez por esse bairro...
> ÂNGELA: (*interrompendo*) Mais do que o Doutor Valdo fez e eles não votaram! (*Pequeno silêncio*) E as pessoas são ingratas, as pessoas são ingratas.
> FILHA DE ÂNGELA: O doutor do Valdo fez muito pela população, trabalhou, fazendo tudo de graça, internet de graça, tudo que o posto de saúde podia dar, ele dava e dava até mais. Entendeu, operava de graça e fazia tudo de graça...
> ÂNGELA: (*Ao mesmo tempo*) Ele atendia na Associação de Moradores, ele atendia...
> FILHA DE ÂNGELA: (*Ao mesmo tempo*) Tudo ele fez, ele não ganhou nem 500 votos!

Há também casos de compra e, reciprocamente, venda de votos. Certos moradores se usam do controle que exercem, ou pensam exercer, sobre algum contingente de votos (controle revelador de uma assimetria que, desta vez, coloca os moradores em numa posição favorável frente do político) para exigir do político quantias muito elevadas de dinheiro, em troca desses votos. A relação entre político e eleitor neste caso se resume a uma troca mercantil, cada um tentando conseguir mais vantagens do outro, em detrimento da *comunidade*. Alguém como Nelson, que *trabalha com* políticos, acusa o *povo* de muitas vezes querer "*explorar o político*", de tentar obter dele vantagens financeiras sem se preocupar com o *progresso* da *comunidade*.

> NELSON: Então isso prejudicou muito, tem muitas vezes pediu... pediu absurdo a político pra poder apoiar. Na comunidade, quando ela precisa de algo, você não tem que explorar o político! Você tem que trabalhar com político e depois que ela não precisa mais de nada aí é outra história. Mas enquanto a comunidade precisa de tudo, você tem que ajudar o político a acontecer as coisa. Porque, não parece não, mas você tá plantando teu futuro! Para você, pro teus filho, pro teus neto, pra toda geração.
> THOMAS: Mas quando tu fala "explorar os políticos", tu quer dizer o quê exatamente?
> NELSON: Dinheiro né! Dinheiro. Pessoas que vêm pedir 50, 100.000 pro político apoiar. Em vez de ele pedir uma creche. Em vez de ele pedir uma FAETEC [*escola pública que oferece cursos técnicos*], pro filho dele se formar e amanhã ser muito mais do que 50.000. Ele pensava pequenininho. Ver como a gente consegue uma universidade.

A crítica de Nelson, contudo, pressupõe outro modelo de relação entre o político e os eleitores, no qual todos buscam *ajudar*, no qual o político e os eleitores trabalham juntos em prol da *comunidade*. Compra e venda de votos, se existem, são comportamentos moralmente recriminados.

Ao lado daquilo que o político *traz* para a *comunidade*, tem aquilo que o político *promete trazer*, o que muitas vezes supera de longe aquilo tudo que o político até então conseguiu trazer: as obras de urbanização, pois são elas que os moradores mais querem e mais pedem – "*O político procura. Eu quero obra. Pra comer meu arroz, meu feijão, eu tenho*", disse uma vez Jorge ao explicar o apoio dele à candidatura de André. Os políticos, principalmente os candidatos ao cargo de vereador, costumam responder aos pedidos dos moradores afirmando que "*as obras vão chegar*", graças a alguma "*parceria*" com o prefeito e algum deputado nas esferas estadual ou federal. Entretanto, nem sempre isso ocorre, fazendo com que o *povo* desconfie muito do político, que "*promete mundos e fundos*" para angariar votos, mas "*nunca faz nada*". "*Agora acho que tem outros aí que promete, promete, promete mas não faz nada*", dizia dona Ana, "*agora a gente precisava muito de uma praça aqui no bairro, não tem. Não tem*". Os moradores das localidades menos urbanizadas, como Dona Conceição do Beira-Rio, reclamam de que, para eles, as obras "*só vêm na promessa*": a dragagem do Rio Cabuçú-Piraquê, anunciada por candidatos alinhados com o antigo prefeito, até hoje não aconteceu. A filha de Dona Ângela criticou abertamente a deputada Regina, que em uma *época de eleição*, prometeu *ajeitar* as ruas das Casinhas, porém nada fez, e agora fica distribuindo presentes "*de 1,99*" nos fins de ano para ganhar votos.

> FILHA DE DONA ÂNGELA: Eu voto pra o nome dela nunca mais, desde que o dia que ela falou que ia trazer pra fechar essa rua aqui. Mandou minha mãe tirar foto, minha mãe foi ali. Foram, tiraram foto porque tinha terreno vago, tinha que mostrar lá, que não sei o que. Por fim ela: "Olha, as eleições aí em outubro, mas antes das eleições, eu vou vir mandar o saibro, e pó de pedra e as manilhas". Teve as eleições, ela ganhou voto, muito voto aqui dentro do Maravilha, aqui dentro dos conjuntos quase todo mundo votou nela porque ela falou que ia jogar, ajeitar essa merda e falou que ia fechar essa rua aqui. Já fizeram alguma coisa? Ela nem bota o pé aqui, ela manda não sei quem dela vir trazer os brinquedos, aqui em cima, pra distribuir pras crianças.

Se acontece do povo *trair* o político que trouxe algo para a *comunidade*, acontece também do político *trair* a *confiança* que o povo depositou nas *promessas* dele, o que dificulta consideravelmente a tarefa dos *brokers*, desses mediadores que *trabalham com* político.

> MÁRCIO: Chega na época da política eles adoram, aí é bom. Eles abraçam, beijam, acabou a política, acabou tudo! Não tem mais! Nada! Quer dizer, te oferecem água, te oferecem luz, te oferecem moradia, te oferecem tudo, até... chegar no dia de eleição. Chegou na eleição... eles me procuram aí sempre, sempre eles procuraram.
> THOMAS: Eles te procuram?
> MÁRCIO: Procuram. "Ah, ajuda, ajudar a gente, porque a gente vai fazer isso isso... ", então falo: "Tá legal, tá legal", o que que eu posso fazer? Promessas...
> THOMAS: (*Interrompendo*) Te procuraram nas últimas eleições?
> MÁRCIO: Não! Todas elas! Vem um, dois, três, quatro, sempre vem. Que antigamente, eu tinha time de futebol, então era assim, votaram em mim né, então todos vinham querendo voto! Então sempre procuram um cara que lida com povo! Mas só que eu tentei duas vezes pra ver se tirar uma coisa eu ficava fazendo papel de palhaço aí dos outro! (...) Porque que acontece? Eu sou político, eu sou outro, eu sou outro... o político, vai vir um político um cara aí que não merece, ele vai ganhar, eu vou perder meu voto, vou perder confiança, tudo por causa de um cara desse, vou perder sua confiança de você pra mim, pros cara desse!

Embora ele não seja um *líder comunitário*, os políticos costumam pedir *ajuda* ao Márcio, já que ele "*lida com povo*", por ter administrado o campo de futebol que ficava no lugar da atual Clínica da Família, e também por ser até hoje o dono de um boteco muito frequentado no Morro Careca. Entretanto, ao mobilizar parentes, amigos ou vizinhos dele em prol de determinado político, Márcio corre o risco de perder a *consideração* ou a *confiança* que essas pessoas têm nele, de "*virar palhaço*", caso o político não cumpra as promessas dele, o que acontece muito. Se o político não tem compromisso com a *comunidade*, pois ele vai e vem, surgindo em *época de eleição*, sumindo logo depois, Márcio sim, e ao se comprometer com o candidato, ele pode comprometer a reputação dele. Essa desconfiança denota duas coisas: em primeiro lugar, não há entre o político e os eleitores um vínculo semelhante à relação patrão-cliente capaz de "comprometer o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política", para retomar a descrição de Palmeira; em segundo lugar, o voto é um ato de confiança em uma determinada pessoa, o fruto não só de um cálculo financeiro mas também de uma avaliação moral, motivada pela expectativa de algum *retorno*.

3.3.2.2 O espaço da reciprocidade

Se estamos longe de qualquer "coronelismo", também não se pode reduzir a relação entre político e eleitor a algo de cunho exclusivamente mercantil ou utilitário, conforme o segundo paradigma do clientelismo, pois os próprios moradores conde-

nam esse tipo de relacionamento. Ademais, as acusações de *traição* denotam a presença de toda uma gramática da reciprocidade que orienta as trocas entre políticos e eleitores, uma gramática nem sempre respeitada, mas que, mesmo assim, continua fixando a norma. Qual é o conteúdo dessa gramática? O verbo *ajudar*, o mesmo usado pelos moradores para designar os serviços que eles prestam uns aos outros no dia-a-dia, ou os *mutirões* que efetuam para *melhorar* as ruas do bairro, sobressai nos comentários que os moradores fazem dos políticos ou dos líderes comunitários. "*Ajudei muito o bairro*", afirmava Nelson ao resumir a atuação dele como mediador político, explicando também que tinha escolhido André como candidato nas últimas eleições "*para ajudar*". Seu Roberto, mesmo não concordando politicamente com Jerominho, achou que o Centro Social dele "*ajudou muita gente*". Arnaldo foi enfático quando falou do então prefeito Eduardo Paes, que *trouxe* o Bairro Maravilha para o Morro Careca: "*ele ajudou muito, muito, muito, muito, muito mesmo*". De modo geral, os moradores lançam mão do verbo *ajudar*, em contextos diversos, a cada vez que a circulação de bens e serviços materiais ou simbólicos se torna o princípio, e não o fim, de alguma relação entre duas ou mais pessoas – quando *il y a bien plus, dans l'échange, que les choses échangées*, diria Lévi-Strauss (1967, p. 69). O verbo ajudar não significa somente "contribuir para que outrem faça alguma coisa" ou "facilitar[250]": ele carrega consigo uma expectativa de retorno, "ajuda-me que eu te ajudarei", disse o ditado. A que tipo de ajuda os moradores associam a atuação do político? Em qual medida essa associação determina a relação entre o político e os moradores? Antes de responder, convém situar corretamente o lugar da *ajuda*, das várias formas de *ajuda*, pois nem todas se valem, naquilo que Sahlins chamou de "continuum" da reciprocidade (1972, p. 192).

Assim, por um lado, a *ajuda* pode se confundir com uma modalidade de "reciprocidade generalizada", do *pure gift* malinowskiano, quando há uma motivação profundamente altruísta na base da *ajuda*. Dona Conceição e seu Armando, ambos católicos fervorosos, que construíram a Igreja Nossa Senhora de Fátima com o próprio dinheiro e o próprio suor, mas também donos de birosca, costumavam "*vender muito fiado*", "*vender muita ajuda ao pessoal*", como disse seu Armando.

> CONCEIÇÃO: É, vendia fiado, à prestação, ou outros veio dar também, porque era pobrezinho que não tinha nada também dava, ajudava. Sei lá. Acho que aqui foi um lugar tão... bom, tão abençoado, que uns se ajudaram os

[250] Verbete "ajudar", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/ajudar>. Acesso em: 5 de dez. 2017.

> outros, entende? Se ajudavam uns os outros porque, às vezes aparecia uma família aí: "Ah, eu comprei um terreno (*inaudível*)". Tá, mais não sei o que. Aí ia lá na Obrasin e ele tinha, ele ensinava onde que era, mas não tinha nada. Lá vinha um que já morava aí, dava comida, dava dormida, até ele construir um barraquinho. Aí construiu um barraquinho de madeira, qualquer coisa já posso abrir (*inaudível*), e assim ia construindo melhor. Então, se ajudavam uns aos outros sabe. Quem tinha dava um pouquinho pra quem não tinha. Por isso que eu gostava, eu gosto até hoje. Porque isso aqui é um lugar abençoado. Começou com uma gente muito boa, entende. Apesar de ter pouca gente, era gente muito boa, muito boa mesmo.

A *ajuda* aqui se aproxima da *caridade* (afinal, trata-se de uma *ajuda* voltada para os mais pobres), e provavelmente a visão cristã do mundo explique parcialmente a propensão de Dona Joaquina e seu Armando em "*vender fiado*" – "Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo", diz a Epístola aos Gálatas (capítulo 6, versículo 2). "*No começo*", acrescentou Dona Joaquina, "*quando a gente abriu esse armazém, que a gente facilitou um pouco, dando fiado e tudo, muita gente ficou devendo, mas também a gente nunca correu atrás pra pedir, não. Ficou, ficou, foi embora, deixa pra lá, Deus nos ajuda*". Ao trazer obras, cumprindo a promessa dele, o político *ajuda* muito, mas ninguém também se ilude quanto às motivações dessa ajuda: tanto o político daqui quanto o político de fora tem um interesse eleitoreiro em trazer obras, pelo retorno que elas dão em número de votos. Ou seja, os moradores não enxergam a *ajuda* do político como *caridade*.

Ao lado dessa generosidade aparentemente desinteressada[251], existe outra forma de *ajuda* muito parecida, na qual há uma expectativa mais ou menos explícita de *retorno* para si mesmo, embora ela não pese necessariamente na pessoa que recebeu *ajuda*. Arnaldo, por exemplo, até hoje aproveita a experiência dele como eletricista para consertar, de graça, os *gatos* dos moradores no Morro Careca, sabendo muito bem que, se um dia ele precisar, alguém lhe *dará ajuda*, seja ou não uma pessoa que ele diretamente *ajudou*.

> ARNALDO: Todo mundo... a gente se conhece todo mundo, um ajuda o outro, agora mesmo, ali... Eu tô ouvindo alguém me chamar: "faltou luz ali!" Ainda falei: "Tenho escada, mas a escada que tenho é pequena!" Aí, peguei uma escada, danada, pra subir. Aí botei meu cinto aí rapaz, meu cinto que é um, eu subo lá e... veio a luz do vizinho, aí veio uma água e... assim a gente vai vivendo! A nossa vida. Tranquilamente, em paz com todos. E criando nossos filhos... Ajudando uns os outros!

[251] Estou aqui construindo "tipos ideais" de *ajuda*, com base nas práticas e nas justificações dos moradores, portanto, na realidade, as várias formas de *ajuda* apresentam graus variados de comportamentos interesseiros, pessoas aparentemente *caridosas* podendo querer cobrar mais tarde daquelas que *receberam ajuda* delas. Ademais, as interpretações acerca da *ajuda dada* ou *recebida* mudam, de acordo com o interesse das pessoas, a situação na qual elas se encontram, o histórico das relações entre elas: as pessoas instrumentalizam a *ajuda* que elas *dão*, aproveitando justamente da expectativa de retorno que a *ajuda* carrega consigo.

Pois bem, um belo dia um caminhão da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), ao manobrar na rua onde mora, quebrou o muro dele. O motorista foi embora, sem perceber, mas os vizinhos tinham anotado o número da placa e logo ligaram para Arnaldo, que estava trabalhando. "*Eu tava trabalhando mas como, como a gente é comunicativo*", comentou Arnaldo, "*todo mundo vigia tudo, vigia todo, ajuda, como você ajuda os outros eu te ajudo. Tem aquele ditado: faz o bem sem ver a quem, você não vai perder*". Essa forma de *ajuda*, portanto, lembra a "troca generalizada" de Lévi-Strauss[252], na medida em que a retribuição da *ajuda* não provém de quem recebeu *ajuda*, mas de qualquer um (vizinho) que ingressou no circuito das prestações – fazendo o bem, independentemente da pessoa, a gente sempre vai receber algo de retorno. É verdade que, ao invés das transações matrimoniais estudadas pelo antropólogo francês, inexistem, no caso das prestações motivadas pela *ajuda*, algo semelhante aos "ciclos de reciprocidade", pois não há uma organização das prestações que possa garantir, afinal, um retorno igual para cada um. Por outro lado, à semelhança da "troca generalizada", as prestações motivadas pela *ajuda* remetem ao alongamento das cadeias de prestação (maior número de participantes), à qual sinaliza uma maior integração entre os indivíduos, um "progrès organique" diria Lévi-Strauss[253], a participação de cada um a um coletivo aberto, constituída na base da vizinhança.

Há outras formas de *ajuda* que se aproximam muito mais daquilo que Sahlins chamou de reciprocidade equilibrada, mas sem se confundir com a troca mercantil. São prestações que, desta vez, obrigam quem as recebeu a retribuir, não necessariamente dentro de um prazo fixado, mas desde que o autor delas o peça. É o caso de Dona Elisabete por exemplo, pedindo dinheiro para a filha Stella, que ela *ajuda* todos os dias cuidando da neta e preparando a comida; frente à resposta evasiva da filha, Dona Elisabete retrucou: "*eu ajudo você e você não me ajuda!*", sugerindo assim que a *ajuda* dada por ela chamava algum retorno por parte da filha. Criticando a falta de

[252] Em *Les structures élémentaires de la parenté* (1967 [1947]), Lévi-Strauss distingue entre trocas matrimoniais restrita (*échange restreint*) e generalizada (*échange généralisé*), ambas regidas pelo "princípio de reciprocidade": enquanto na troca restrita, como no caso do casamento entre primos cruzados patrilaterais, o grupo que dá (uma irmã) ao outro grupo também recebe (uma esposa) dele, e reciprocamente, na troca generalizada, o grupo que dá (uma irmã) recebe (uma esposa) de outro grupo, que deu (uma irmã) para outro, sendo necessário aguardar o cumprimento de todas as transações matrimoniais, entre todos os grupos envolvidos, para encerrar o "ciclo da reciprocidade", garantir que todo mundo deu (uma irmã) e recebeu (uma esposa).

[253] "O progresso da troca restrita é função da admissão de um número a cada vez maior de grupos locais participando da troca (…). O progresso orgânico (isto é, o progresso no grau de integração) é função de um progresso mecânico (isto é, do aumento no número de participantes" (LÉVI-STRAUSS, 1967 [1947], p. 509).

união entre as lideranças comunitárias dentro do Jardim Maravilha, Nelson deixou muito clara a concepção que ele tinha da *ajuda* como forma de "reciprocidade equilibrada".

> NELSON: Abre um negócio aí se você abrir mão... uma empresa ali que é beneficente pra mim, que eu não vou precisar mais de Campo Grande, da cidade, o que tem que mais é fazer você te ajudar, "Pô vai lá comprar em Thomas. Thomas tá com placa de computador ali, tal, tal, baratinho, qual é". Você cresce, quando você for nos meus eventos meu patrocinador, você tá em condições de me ajudar, então tenho que ver o teu progresso mas me poder vir bater na tua porta pra tu poder me ajudar! (...) Tem que fazer ajudar a pessoa a crescer, nem que você não tenha interesse não, não é questão de ser um cara interessado não, é porque é ordem das coisas, é a vida! Você ajuda o cara crescer e amanhã tu pode bater na porta, tá em condição de falar que eu te ajudo se você não quiser! Pelo menos você fez uma parte, ajudar ele crescer e amanhã você tem condição de bater na porta e ele te ajudar!

Vale ressaltar que a *ajuda* neste caso não se confunde com o *favor*, ela não cria uma distinção de estatuto significativa entre o ajudante e o ajudado, não torna o beneficiário da prestação dependente do autor. Claro que o conteúdo sociológico da relação varia muito de um caso para o outro: quem costuma receber muita *ajuda* de uma determinada pessoa pode se tornar o cliente dela, no sentido da relação patrão-cliente, entretanto, as pessoas que conheci prezavam muito pela autonomia delas e nunca ouvi falar ou presenciei casos parecidos. Realmente, esse tipo de ajuda se parece muito com aquela dada pelo político: próximo daquilo que Sahlins chama de "reciprocidade equilibrada", sem se confundir com a compra e venda de votos, ela não esconde o caráter interessada dela, apostando no entendimento recíproco de ambas as partes.

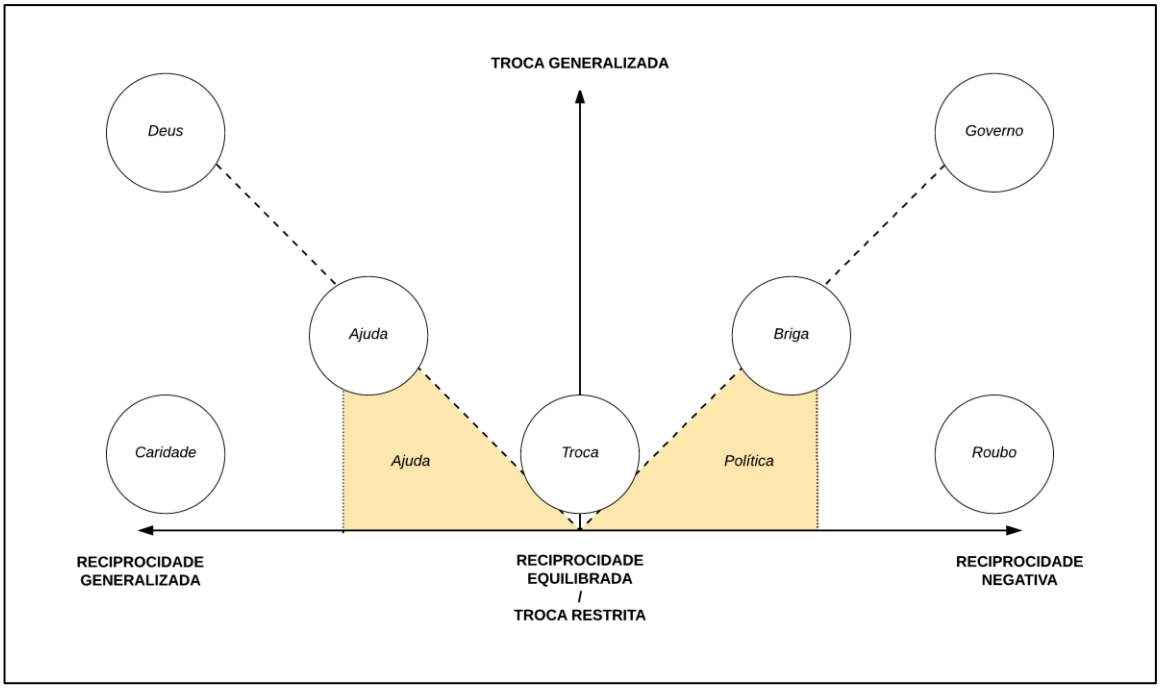
Além do mais, quando usado de forma intransitiva, o verbo *ajudar* significa *co-laborar*, para construção de uma casa, para a organização de uma festa, ou para o orçamento doméstico, por exemplo. A *ajuda*, neste caso, serve um propósito coletivo, beneficiando a todos, fazendo da pessoa, independentemente do interesse que ela tem, um contribuinte. Dona Ruth, por exemplo, quis vir para o Rio de Janeiro para *ajudar*, ou seja, para contribuir com o orçamento da família e assim *ajudar* a mãe dela.

> RUTH: Também na verdade eu não queria sair de casa, eu não queria sair de casa da minha mãe pelo seguinte: eu, meu sonho era ajudar. Mandar trabalhar no Rio de Janeiro, achava que a cidade grande, assim o Rio de Janeiro que eu ouvia falar. Daí a estrutura, aquele sonho de menina, lá da roça, tipo índio, sabe aquele sonho que queria sim ajudar. Hoje o ajudar é estudar, vou estudar pra ter algo melhor pra eu ajudar meus pais, pra mim ajudar minha família, o sonho hoje é esse, que tá certo, que é o certo.

Já no contexto urbano, o verbo *ajudar* significa mais exatamente "contribuir para o *progresso*": Dona Ruth reclamava assim dos vizinhos anteriores aos "*moradores decentes*", dizendo que eles "*não faziam nada para ajudar*", nada para melhorar o "*pedaço*" deles. Por isso, quando se diz que um político *ajudou muito*, significa que ele *trouxe* importantes *melhorias* para a *comunidade*. Se Eduardo Paes *ajudou* muito o Morro Careca, não foi porque ajudou individualmente cada morador, mas porque *trouxe melhorias* significativas para o morro, refazendo o saneamento básico, a posteação e asfaltando todas as ruas, melhorias que beneficiaram a todos. A *ajuda*, neste caso, não hierarquiza, pelo contrário, ela *levanta*, para retomar a expressão de Nelson, "*levantar a comunidade*"; não foi um *favor* que Eduardo Paes prestou ao Morro Careca, foi uma contribuição, extremamente valiosa para alguém como Arnaldo, ao *progresso* daquela localidade. Aqui, a *ajuda* do político significa, portanto, sua participação à *comunidade*. É um caso exemplar de *trabalho comunitário*, de certo modo, que foge totalmente da definição clássica do clientelismo (e da relação patrão-cliente), sempre assemelhado a uma relação diádica, o que não quer dizer que não haja uma motivação eleitoreira por trás desse *trabalho comunitário*. Com efeito, essa forma de ajuda, mais do que qualquer outra, pede retribuição na hora do voto, sob pena de parecer *ingrato*, pelo menos por parte daqueles que fazem parte da *comunidade*. "[Temos que] *agradecer nosso prefeito Eduardo Paes, pode falar que foi do Eduardo*", dizia Arnaldo, "*Eduardo Paes ele fez um benefício muito bom pra gente aqui. Essa obra tá aqui graças a ele. E uma obra muito boa, botou esgoto, saneamento, tudo de básico, tudo*".

Com base nisso e naquilo que vimos a respeito da "reciprocidade negativa", podemos reconstruir o espaço nativo da reciprocidade, isto é, organizar as diversas formas que as pessoas têm de reciprocar, de acordo com o grau de altruísmo (ou de egoísmo) e com o grau de "integração" ou de participação a um mesmo coletivo, ilustrado pelo comprimento das cadeias de prestações (Figura 66). O *roubo,* por exemplo, constitui um caso extremo de reciprocidade negativa, quando se menospreza radicalmente o interesse alheio. À primeira vista, a reciprocidade negativa significa o contrário da participação coletiva, mas a fala de César, compartilhada por outros moradores, mostra que a percepção de uma reciprocidade negativa difusa, de uma reciprocidade de cunho agonístico, embebendo a sociabilidade brasileira em geral, e o modo como o país está sendo governado em particular, se torna uma justificativa para cometer pequenos roubos como os furtos de água ou energia. Podemos então distinguir entre

Figura 66 – O espaço da reciprocidade.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

um caso de “reciprocidade negativa restrita”, o *roubo*, e de “reciprocidade negativa generalizada”, associada ao *governo*. Já do outro lado do espectro, temos as formas mais altruístas de reciprocidade, como a *caridade*, a dádiva desinteressada, que se manifesta preferencialmente na relação com os mais pobres, os mais necessitados. Acima da *caridade* temos o *amor* cristão, um princípio de generosidade que se estende indistintamente a todas as pessoas; *Deus* é aquele que *ama* e *ajuda* a todos. “Amados, amemos uns aos outros, pois o amor procede de Deus”, diz a Bíblia (Evangelho de João, capítulo IV, versículo 7), transformando o amor em um poderoso mecanismo de “progresso orgânico”, como diria Lévi-Strauss. Entre esses dois extremos, temos a troca mercantil, exemplo típico de reciprocidade equilibrada, onde cada um busca o interesse dele, sem querer ajudar nem prejudicar o outro. Essa forma de reciprocidade representa também o grau mínimo de participação, na medida em que não pressupõe, nem fundamenta nenhum coletivo: o equilíbrio requer a separação dos interesses. À medida em que a gente deixa o universo das trocas mercantis para formas mais altruístas e participativas de trocas, a gente entra no universo da *ajuda* propriamente dita.

Conforme vimos no capítulo anterior e na fala de seu Arnaldo, os vizinhos costumam prestar serviços uns aos outros na base da *ajuda*, sem aguardar algum retorno

mas sabendo que se precisar, haverá retorno. Contudo, essa generosidade não se estende a todos indistintamente, ela remete a uma territorialidade bem limitada, embora aberta, formada pelos vizinhos – outros coletivos, inclusive com base territorial, obviamente coexistem com a do vizinho. Já quando a gente deixa o universo das trocas mercantis para formas mais egoístas e agonísticas de trocas, a gente entra no universo das *brigas*, que se confunde muitas vezes como a própria *política*. As *brigas* remetem a uma situação de reciprocidade negativa difusa, igualmente restrita a determinado coletivo. Vale ressaltar que uma mesma prestação, por exemplo uma obra trazida por algum político, pode ocupar uma posição diferente dentro do espaço da reciprocidade de acordo com os moradores: para alguns, o político só trouxe obra para ganhar voto, o que o leva a relação entre ele e os moradores mais para o centro desse espaço; para outros, o político *ajudou* mesmo, o que não quer dizer que ele não tivesse interesse em *ajudar*, mas que ele "*fez acontecer*", o que leva a relação mais para a esquerda.

3.3.2.3 O político que *ajuda*

Onde situar, afinal, a relação entre o político e a população neste "espaço da reciprocidade"? A política, de modo geral, ocupa uma ampla faixa daquele espaço, desde as formas de "reciprocidade negativa" agonística, quando o *roubo* se sobrepõe à norma, conforme na fala de César, até as formas mais generosas de se fazer política, através do *trabalho comunitário* por exemplo. Fora esses casos extremos, a política costuma recobrir a gama dos comportamentos que vão desde a *briga* até a *ajuda*, sendo que muitas vezes se restrinja o uso da palavra *política* às *brigas*, enquanto a política que *traz* alguma *melhoria* aparece como *ajuda*. Em seguida, aquilo que o senso comum das classes médias e altas subsome dentro da categoria altamente acusatória de "clientelismo" remete, do ponto de vista nativo, a práticas diversamente avaliadas. O "empreguismo" por exemplo se aproxima da troca mercantil, daquilo que Sahlins chama de "reciprocidade equilibrada", mas com a suspeita de sempre cair do lado da *exploração*, da "reciprocidade negativa". O mesmo vale para a distribuição de presentes em véspera de eleição, uma forma de reciprocar efêmera, que envolve somente as pessoas dispostas a receber os presentes. Já o chamado "assistencialismo", as quentinhas que o Zico distribuía à população pobre do Jardim Maravilha através da Cozinha Comunitária ou o atendimento à saúde proporcionado pelo Centro Social

de Jerominho na Estrada do Magarça, entram, do ponto de vista nativo, na categoria da *ajuda*, uma *ajuda* cujas motivações os moradores não desconhecem, mas mesmo assim, uma forma de *ajudar*. O voto de retribuição, neste caso, não significa deferência ou lealdade do eleitor ao político, mas agradecimento. Entre a submissão do eleitor ao político (primeiro paradigma do clientelismo ou clientelismo como patronagem) e a instrumentalização recíproca do político e do eleitor (segundo paradigma), a categoria da *ajuda* aponta para um continuum de reciprocidade que não mercantiliza nem hierarquiza a relação entre eleitor e político – isso não quer dizer que não haja assimetrias entre o político e o eleitor, até pelo contrário, pois eu tendo a acreditar que a linguagem da *ajuda* tire sua força também da capacidade que ela tem de mascarar as imensas desigualdades que separam o político do eleitor. Ao votar no político que oferece saúde ou comida, o morador demostra antes a sua *gratidão*, a mesma *gratidão* que ele costuma demostrar em outras circunstâncias da vida cotidiana, quando recebe *ajuda* de alguém. Entretanto, há uma última forma de *ajuda*, altamente prezada pelos próprios moradores: quando o político *ajuda*, no sentido intransitivo, ou seja, quando ele *traz melhoria* para a *comunidade*, quando ele colabora para o progresso da *comunidade* – quando ele *traz obra*[254]. Essa forma de ajuda, a ajuda como participação, se distingue da ajuda que beneficia pessoas específicas, o que a fala de seu Roberto deixou bem claro. "*O trabalho dela social é muito bom*", dizia ele, a respeito da deputada Regina, que possui um Centro Social em Campo Grande, "*quer procurar ela lá ela procura colaborar, ajudar, mas dizer que vai ajudar, fazer saneamento, nunca! Nunca, nunca, nunca. Nunca conseguiu nada! Nada, nada, nada*".

Vale ressaltar que a gramática moral da *ajuda*, sem apresentar o viés hierarquizante da patronagem, se aproxima do personalismo na medida em que os moradores atribuem sistematicamente as obras ao político: a *ajuda* sempre vem de uma pessoa, raramente de uma instituição[255]. É o prefeito quem *ajuda*, e não a prefeitura, as secretarias e os quadros técnicos delas, menos ainda algum partido. Quem *ajudou*

[254] É preciso distinguir entre *trazer obras*, de saneamento básico, de asfalto ou de embelezamento, e executar *consertos* nas demais redes de infraestruturas: boa parte da atividade desenvolvida por políticos como Regina, Júnior da Regina ou Alexandre, que têm ou procuram nos loteamentos da Zona Oeste uma base eleitoral, consiste em atender pedidos dos moradores para consertar a lâmpada de um poste, tampar um buraco no asfalto, desentupir uma canalização de esgoto, etc. Várias vezes por semana, eles postam fotos nas redes sociais sinalizando esses *consertos* para os quais contribuíram. Se os *consertos* representam uma forma valorizada de *ajuda*, eles não se confundem com a realização de obras. *Ajudar de verdade* significa *trazer obras*.

[255] Salvo os programas de transferência de renda e determinadas categorias de benefícios, vistos como *ajuda do governo*.

na época do “Favela-Bairro”, não foi o BID ou a SMH mas sim os prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde; a maioria dos moradores se lembram daquelas obras como as *obras do Conde*. Já as obras do programa Bairro Maravilha no Morro Careca são *as obras do Eduardo Paes*.

> ARNALDO: (...) aí veio esse prefeito nosso aí. Eduardo Paes ele... “Olha, vou fazer a obra pra vocês”, quando perguntado, ele deu uma palestra ali. Quando ele veio inaugurar essa coisa da família ali...
> THOMAS: Clínica da Família.
> ARNALDO: A Clínica da Família, ele falou... “Olha, a gente faz a obra aqui. Vamos fazer a obra aqui no Morro do careca porque vocês tão abandonado! Aqui.”

Com isso também, mais do que contatar a administração ou até mesmo mobilizar a população, as lideranças comunitárias precisam *buscar ajuda*, encontrar algum político, que esteja ligado ao atual governo, disposto a *ajudar*. As *promessas*, neste cenário, desempenham um papel muito importante, na medida em que elas indicam a propensão do político em *ajudar*, o que cria uma tensão constante nas relações entre o político e a população, já que o político que “*promete mas não faz*” perde a *confiança* da população (e o político nem sempre sabe o que vai poder ou não fazer). Ou seja, o político precisa prometer para mostrar que quer *ajudar*, mas tem que calibrar as promessas para não perder a *confiança* da população.

> RAIMUNDO: E ultimamente veio o... o neto do Jorge Felipe, mas já tem...
> THOMAS: Aquele jovem né?
> RAIMUNDO: É. É um deputado. Ele veio até o quê, mais duas, duas vezes que ele teve aí. Mas veio a primeira vez, ele disse que só queria conhecer. Só queria conhecer como que era o bairro e as necessidades, e depois ele ia ver lá junto com o prefeito porque ele... aqui as obra é o município, eles não podem chegar e ultrapassar. Então tem que...
> THOMAS: Dialogar com a prefeitura.
> RAIMUNDO: Dialogar e fazer uma parceria, que é como se fala hoje. E tem mais ou menos um mês ele veio com o avô dele. Com o avô dele, é vereador, o presidente da Câmara. Também disse “Olha não vou prometer nada a vocês. Toda terça-feira, eu tomo café-da-manhã com o prefeito, eu vou levar... essa reivindicação de vocês e depois... eu volto aqui pra passar pra você”, aí já disse mesmo, “vou tentar trazer o prefeito pra ele falar pra vocês de viva voz”. Porque devido a essa, a essa crise que tá por aí, as obra até vão meio parada, mas eles disse que as obras que estavam prevista vão acontecer. E outras coisa que foi solicitado, eles que iam ver com o prefeito, ver se ia conseguir trazer ele aqui, falar pessoalmente pra comunidade o que que poderia, ia poder fazer e não. Aí a gente agora tá... na espera.

O relato de seu Raimundo ilustra a difícil ligação do político com a população: Jorge Felipe Neto, que ainda não possui uma base eleitoral no Jardim Maravilha, não pode prometer demais sob pena de perder a *confiança* dos eleitores. A solução, portanto, é trazer o prefeito para ver o que ele pode prometer, para “*falar pessoalmente pra comunidade o que que poderia, ia poder fazer e não*”. *Ajuda* e *promessas* remetem

assim a um universo de relações políticas altamente personalizadas, que não passam pela mediação dos procedimentos burocráticos.

3.3.3 O dono da obra

3.3.3.1 A busca por *visibilidade*

Como há muita concorrência entre os candidatos e muitas motivações diferentes para o voto, nem toda obra ou serviço prestado à *comunidade* se traduz em votos. O que garante então o papel da obra como instrumento para a conquista de votos? O que potencializa o rendimento eleitoral da obra? A *visibilidade*, como diria seu Jair: a presença ostensível da obra no espaço público serve para convencer o povo, aquele que mora tanto dentro quanto fora do loteamento, quanto ao empenho do político. Isso explicaria, de acordo com seu Jair, por que o governo ainda não fez nenhuma obra nas Casinhas e demorou tanto para urbanizar a Padaria dos Velhinhos, mesmo com a verba do "Favela-Bairro", já que as Casinhas ficam mais "*para dentro*" do loteamento, ou seja, não são visíveis da Estrada do Magarça ou da Avenida das Américas.

> THOMAS: Eu ia perguntar por que, então no final dos anos 1990 quando teve a Épura, que fez as obras, mas essas obras só ficaram do outro lado da Campo Mourão, do lado de lá?
> FERNANDO: Só do outro lado, do lado de cá não.
> THOMAS: Porque que não chegou pra cá, porque que não teve nenhuma...
> FERNANDO: Porque... tudo é política. Quiser, pau na política, me vem uma jogada política, que não é o certo: "Vamos beneficiar aqui". Aqui o nosso bairro, é uma função de visibilidade (*ênfase*). Ou seja, aqui, o pessoal tá vendo, tu vê, tão fazendo ali na subida, aí. Quem passa de carro ali, "Ih rapaz, tão ajeitando aqui". E por lá dentro? Como que fica? Tá difícil, né? Você tá vendo ali.
> THOMAS: É verdade, eu nem tinha pensado nisso.
> FERNANDO: E o interior, como que fica? Se for sair de carro ali, "Ih rapaz, eles tão preparando asfalto aqui, já botaram, já fizeram uma calçadinha aqui". E o restante? Cê vê um lado, "Tão fazendo tudo", só fizeram aquele pedacinho ali. Nem tu vê, tu vem da Dona Amélia né?
> THOMAS: É.
> FERNANDO: Não chegou nem na porta da igreja.
> THOMAS: Não, não chegou, não. Da São José? Não chegou, não.
> FERNANDO: Tu vê, só... visibilidade! (*pequeno silêncio*) Ou seja, fazem uma maquiagem aqui, bonitinha e no interior? Fica assim.
> THOMAS: É, fica assim.

Assim como as companhias loteadoras dos anos 1950 que buscavam atrair eventuais compradores, o governo praticaria um "urbanismo de fachada" com a intenção de conseguir voto, urbanismo de fachada também chamado de *maquiagem*. Cláudio usou a mesma expressão para explicar o acontecimento das obras no Morro Careca, obras das quais ele se beneficiou diretamente.

> CLAÚDIO: Foi iniciativa da prefeitura, por que? Como eles tavam construindo aqui a pista pro BRT, e eles botaram implantaram esse negócio de Bairro Maravilha, quer dizer, tinha que melhorar o bairro em torno da pista! Acho que é isso! E sempre acreditamo nisso.
> THOMAS: Por isso que eles começaram a fazer as obras aí no morro.
> CLAÚDIO: Isso. Isso é. Aí melhorou pista, tinha que melhorar os bairro pra maquiar. Aí melhorou aqui, pra isso.

Para Cláudio, a prefeitura urbanizou o Morro Careca para melhorar a aparência da Avenida das Américas, onde estava implantando o sistema BRT – obra de grande porte, midiática, beneficiando vários bairros da cidade, o sistema BRT não podia passar no meio de bairros em péssima condição urbanística como o Jardim Maravilha, sob pena de macular a imagem da cidade e do próprio prefeito. Conforme sugere a categoria de *maquiagem*, as consequências da obra para a aparência da cidade (e do governo) importam mais aqui do que a utilidade da obra para a população que ali reside.

3.3.3.2 Autoria e retorno

Justamente porque ela serve de argumento ao político para convencer a população de que ele *ajuda*, porque a "a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política" (PALMEIRA, 2004, p. 140), ela é o foco de vários comentários entre os moradores e de intensas disputas entre políticos. Pessoas mais envolvidas na *política* do bairro como Nelson criticam, por exemplo, a vinculação das obras do "Favela-Bairro" ao ex-prefeito Luiz Paulo Conde, enquanto o "*autor*" de todo o projeto foi César Maia.

> NELSON: César Maia é autor dessa, desse colégio Tatiana Memória.
> THOMAS: O CIEP também, não o CIEP é mais antigo.
> NELSON: Estrada do Magarça foi com ele. É, muita coisa aqui foi feita na gestão dele. Foi lá pra o Conde, tem de Conde aqui não. Quem fez, muita gestão aqui foi César Maia com secretário Eider Dantas. Foi Eider Dantas, foi o autor de quase tudo aqui.

De fato, foi César Maia que lançou o PROAP no primeiro mandato dele (1993-1997), incluindo já o Jardim Maravilha. Só que como Conde sucedeu a César Maia, pois naquela época ele não podia concorrer à reeleição, a obra começou no mandato de Conde, tendo sido este também quem "entregou" a obra à população – para retomar um vocábulo comum na imprensa, mas nem tanto entre os moradores. Essa confusão irritava Nelson, que naquela época era próximo de Eider Dantas, aliado político do prefeito. Vale ressaltar que nenhum dos meus interlocutores nunca atribuiu ao ML

alguma responsabilidade pela chegada das obras, no máximo eles apontavam para a participação de seu Francisco do GAC, que teria conseguido a inclusão do Jardim Maravilha no “Favela-Bairro” graças aos seus contatos políticos, graças ao *conhecimento* dele. Assim, ao contrário daquilo que o GEAP, a SMH e o NRL ambicionavam, para a imensa maioria dos moradores do Jardim Maravilha, as obras do “Favela-Bairro” não representaram nenhuma ruptura no ordenamento das relações entre a população e os políticos. Para eles, o “Favela-Bairro” não passou de uma tentativa de Luiz Paulo Conde ou César Maia para obter voto e/ou *ajudar*.

A mais acirrada disputa pela “*autoria*” de uma obra no Jardim Maravilha aconteceu recentemente, envolvendo, de um lado, o ex-candidato Alexandre, hoje assessor de Jorge Felipe Neto, junto com várias lideranças comunitárias, e de outro lado, a deputada estadual Regina e o filho dela, Júnior, vereador, também aliado do prefeito. É que, no âmbito do programa Bairro Maravilha Oeste, a prefeitura em agosto de 2013 deu início às obras de urbanização na Padaria dos Velhinhos e no entorno do CIEP, o primeiro trecho tendo sido concluído pela empreiteira nos meados de 2015. De acordo com ex-sócios da APROJAM e integrantes do CCGR, quem *correu atrás* da obra foi Alexandre, que buscou *ajuda* do então secretário de Governo Rodrigo Bethlem e do deputado estadual Jorge Felipe Neto, cujo avô, Jorge Felipe, assumia a presidência da Câmara Municipal. Contudo, por motivos ainda não totalmente esclarecidos por mim, mas que têm a ver com a campanha do aliado de Eduardo Paes, Pedro Paulo, ao cargo de prefeito, o próprio Pedro Paulo, então secretário de Governo e candidato já declarado à sucessão de Eduardo Paes, e o vereador Júnior da Regina inauguraram a obra no entorno do CIEP.

> THOMAS: Como que começou aquela obra?
> ÂNGELA: Ele se intitulou dono daquela obra, o filho da Regina (*olhando para filha*). Essa obra que tão fazendo!
> FILHA DE ÂNGELA: É, não foi ele.
> ÂNGELA: Não foi ele. A luta foi dos moradores! A luta foi antiga nossa dos moradores. Não foi ele que não.
> FILHA DE ÂNGELA: Aí ele se intitulou dono da obra...
> ÂNGELA: Junto com Alexandre, quando o Alexandre começou lutando pra poder... Ou seja, já tinha sido, o pedido tava feito, já tava lá trezentos anos. Porque como te falei...
> THOMAS: Porque na época do Favela-Bairro teve aquela obra lá?
> ÂNGELA: Foi.
> THOMAS: Era pra na verdade fazer aquela obra também, era previsto fazer também a obra do...
> ÂNGELA: (Ao mesmo tempo) Sim, então já estava esse projeto, já tinha isso.
> THOMAS: Já tinha esse projeto.
> ÂNGELA: Já tinha.
> THOMAS: Que eu fui na prefeitura, encontrei os documentos.
> ÂNGELA: E o Alexandre só deu assim, tava sempre dum lado, sempre lá

> insistindo. E aí agora quando tudo começou, chegou, chegaram botar Regina, botar os capanga dela lá pra mostrar que, quem tá fazendo a obra ali e as pessoas idiotas acreditam, que é ela que tá fazendo. Ela aqui ela vem todo final de ano, assim, dois dias antes de Natal trazer os presentes de 1,99 que ela compra (*risada minha*). Aí dia aquilo... que ela compra não que...
>
> RAIMUNDO: E depois com o Alexandre também... A Regina também deu uma rasteira nele, ele... essas obras tá aí foi tudo conseguido através dele.
> THOMAS: É isso que ia perguntar, como que elas chegaram essas obras do...
> Raimundo: Pois é, isso aí foi tudo através do Alexandre! Depois que... saiu... a verba que já ia começar as obras, aí a Regina botou... barreira e conseguiu tirar o Alexandre de verdade. Aí colocou o filho dela...

De fato, já na época do "Favela-Bairro", a prefeitura planejava urbanizar completamente a Padaria dos Velhinhos e o entorno do CIEP, mas devido a restrições orçamentárias e de acordo com a baixa ocupação dessas áreas naquele momento, ela só garantiu o saneamento e a iluminação pública das ruas, tirando a pavimentação, drenagem e arborização do projeto final. A APROJAM e depois Alexandre pressionaram então a prefeitura para que ela retomasse as obras onde as tinha deixado, o que acabou surtando efeito, mas uma *jogada política* de Regina fez com que o filho dela aparecesse como *dono* daquela obra. Várias faixas foram até penduradas no entorno do CIEP, "*agradecendo a deputada Regina e o vereador Júnior*" pelas obras. Em resposta, Alexandre, com a ajuda do CCGR, colocou no correio das pessoas panfletos contando "*a verdade sobre as obras*" (Anexo M). Assim, não basta garantir a *visibilidade* da obra, é preciso comunicar sobre a *autoria* da obra também, se reivindicar ostensivamente o *dono da obra*, por meio das tradicionais faixas pintadas ou de uma presença no momento da inauguração – a equipe de Júnior da Regina tirou assim vários retratos da cerimônia com o secretário de Governo Pedro Paulo, que logo publicou no perfil Facebook dele. Acontece que um dos motivos da briga entre Alexandre e André foi justamente a tentativa de Alexandre de "*aparecer nas costas dos outros*", de se apresentar na inauguração de uma obra da qual não tinha participado para aparecer como um dos *autores* da obra.

> VITINHO: O André foi se reuniu aí, Jorge e Nelson se reuniu com André pra fazer isso.
> THOMAS: Pra colocar os postes né?
> VITINHO: É. E contra vontade mesmo. Depois que o André colocou os postes, aí seu Alexandre veio querer tirar foto. Pra falar que foi ele que botou os postes (*eu rindo*).
> THOMAS: Sério?
> VITINHO: Aí botaram ele pra correr daí!
> THOMAS: Quem botou pra correr?
> VITINHO: Os segurança do André. Ele veio tirar foto, fazendo cara de quem tinha colocado. Aí o André entrou logo de frente. "Pode sair daí! Quer aparecer nas costas dos outro?".

A expressão *dono da obra* chama atenção, pois ela traz à tona uma categoria absolutamente central ao pensamento nativo, a de *dono*. Categoria que reveste tradicionalmente dois significados distintos: primeiro, o significado econômico-jurídico de "proprietário", como na expressão "dono de uma empresa"; segundo, o significado político-moral de "chefe", como na expressão "dono do pedaço". Às vezes ambos os significados se confundem, como no caso do "dono da casa", que designa tanto o chefe de família quanto o proprietário da casa – reconectando assim, diga-se de passagem, com a própria etimologia da palavra "dono", que vem do latim *dominus*, o senhor e proprietário da casa (*domus*). Já o "dono da obra", no setor da construção civil por exemplo, designa o proprietário do imóvel que está sendo edificado, diferentemente da empreiteira por exemplo, encarregada de construir aquele imóvel. Porém, o político que se diz *dono da obra* não é o proprietário daquilo que está sendo construído, tampouco o mandante da obra; ele é muito mais o *autor* dela, com bem falou Nelson, a pessoa que "*fez a obra acontecer*". Enquanto *autor* da obra, o *dono da obra* também merece tirar proveito dela, ou seja, merece se beneficiar (eleitoralmente) dela, pois não haveria motivo em se reivindicar o *autor* da obra se não fosse para alguma vantagem – daí o sentido potencialmente pejorativo da categoria, pois sugere que o político só quer saber de obra a partir do momento em que há um retorno para ele, em quantidade de votos. A categoria *dono da obra*, portanto, combina dois princípios bem diferentes: a autoria e o "usufruto", como diriam os juristas. Ou seja, a autoria da coisa, a obra, e o "direito real" de gozar das utilidades associadas à coisa, neste caso os votos decorrentes da obra. Assim, o modo como os moradores do Jardim Maravilha vêm usando a categoria de *dono*, nos parece conter uma teoria moral: aquele que faz acontecer, merece – o que talvez explique, retrospectivamente, a facilidade com a qual a categoria circula do registro jurídico (merecer) para o registro político (fazer acontecer). Afinal, a expressão *dono da obra* ilustra o quão importante é o papel que as obras desempenham nas relações entre políticos e moradores, e o quão importante é a pessoa nessas relações, pois a obra serve antes de instrumento para uma avaliação moral (e não ideológico-partidária) dos políticos – com a realização de uma obra, revela-se o mérito de uma determinada pessoa (política).

3.3.3.3 Em época de eleição

A busca dos políticos pela maior *visibilidade* tem uma última consequência de grande relevância para os moradores: a estreita dependência das obras aos ciclos eleitorais, ao que eles chamam de *épocas de eleição*, porque os políticos conseguem maior visibilidade na proximidade das eleições. Assim como no tempo da política descrito por Palmeira no caso dos municípios interioranos, a *época de eleição* altera o cotidiano dos moradores ao mesmo tempo em que cria um ritmo cíclico na vida deles (PALMEIRA, 2010 [1994], p. 17). As oportunidades de emprego se multiplicam, serviços e atividades de lazer são oferecidas gratuitamente à população, presentes são distribuídos às crianças. Do ponto de vista da urbanização, em *época de eleição* os políticos costumam multiplicar as promessas e os moradores os pedidos de obras. Dona Amélia, por exemplo, conseguiu negociar a instalação da água encanada na rua dela, na Padaria dos Velhinhos, bem antes do "Favela-Bairro", graças ao médico dela, que procurava arrumar voto para o irmão dele, executivo na CEDAE.

> THOMAS: Mas vocês fizeram um abaixo-assinado pra vocês conseguirem...
> LEYDE: Não, não fizemos nada. A água, eu consegui a água, indo pra reuniões, que tinha um médico que eu me tratei quando eu tive minha quarta filha, é Doutor Gilson Alvarenga. Tinha um irmão dele que era Gerson Alvarenga? Dirceu Alvarenga! Ele era chefe na CEDAE. Então ele se candidatou a deputado. Era da CEDAE, se candidatou a deputado. E esse médico que eu me tratava, ele era irmão dele. Então esse médico fazia as reuniões no consultório a noite, quando acabava as consulta, tinha sempre reuniões. Pra arrumar voto pro irmão. E a gente que era cliente, a gente ia pras reuniões e... aquilo enchia assim! Aí o pessoal tudo pedia aquilo que queria. Principalmente pedido de água. Que ele era chefe da CEDAE, conseguia água. Aí fui diversas reuniões. Pedi água praqui, pro lugar. Que só tinha poço, e a maioria dos poços com aquele sol quente que fazia tavam ficando seco. Era falta de água terrível. Aí eu fui às reuniões, consegui. Ele disse que reunisse o povo, que ele tinha cano pra dar! Pra botar água, mas era muita gente pedindo água. Eu ia ter que esperar uns dois meses pra eles poder vir e trazer cano pra botar água. Eu com medo de passar as eleições e eles não fazerem! Não botarem a água, eu me reuni, fui atrás dum povo, pedindo pra se reunirem, cada um dava um tanto pra gente comprar uns canos, pra trazer água lá de fora pra cá. Foi aonde eu consegui, (*inaudível*) reunir com o povo, cada um deu um tanto, comprar os canos.

As *épocas de eleição*, portanto, inauguram um curto período na vida dos moradores, durante o qual podem conseguir o atendimento de seus pedidos, desde que esse atendimento não ultrapasse o período. Por isso, Dona Eurídice e seu Eduardo recearam que a prefeitura não fosse asfaltar a rua deles (e permanecer na lama, em "*Copacalama*" como dizia Eduardo, rindo), já que a obra não havia chegado à rua deles antes das eleições.

> EURÍDICE: Aí quando foi César Maia entrar pra governador, prefeito...
> EU: Prefeito.
> EURÍDICE: Prefeito. Aí ele... e o pior, no dia da eleição não tinha acabado a obra, isso aqui era um buraco minha rua aqui (*rindo*), eu desesperada!
> EDUARDO: (*Ao mesmo tempo*) Dois metro de fundura!

> EURÍDICE: Acabou a eleição eles não vão mais fazer a minha rua! Eu ficava na frente pressionando muito o pessoal, porque... como eu vendia comida e muitos pessoal do... da obra, eles vinham almoçar aqui. Os encarregado, aí vinha engenheiro, que eles contrataram uma pessoa pra fazer comida, pra pessoal da obra, só que a comida era tão ruim que de graça eles não aguentavam comer (*rindo*)! Aí aqueles que tinham dinheiro, até os pião que tinham dinheiro eles vinham comer aqui, ainda os motorista das máquina. Então quando comecei a ficar muito conhecimento com os cara, aí eu comecei a pressionar: "Gente, você pegam no pé dele, vocês falam, vai chegar eleição e a obra da minha rua!" Eles pegaram, fez, era... isso aqui... [...] Aí eu ficava, "Gente, pelo amor de Deus, a eleição, vocês vão voltar? Mas vocês ficam pressionando os homen, não pode parar a obra não!" Quando eu via... todo dia botar máquina, cara da máquina ele ficava aqui atrás saída do canteiro, aí ele vinha buscar a jantar dele, que ele comprava almoço e jantar pra ele. "E amanhã, os cara vai trabalhar ou não vai? - Não pode ficar tranquila! Pode ficar tranquila tia! A obra vai sair! - Meu filho não confio nesses cara não" (*eu rindo, Eduardo também*).
> EDUARDO: Eles abandonam aí ó (*bate nas mãos*).
> EURÍDICE: Aí eles vão, saí o resultado quem ganhou eles esquecem que a rua faltava...
> EU: (*Ao mesmo tempo*) Eles param de asfaltar.
> EURÍDICE: Faltava, acabada, faltava... as outras lá já tava até asfaltada, só faltava minha! Eles tavam fazendo meio-fio. Falei: "Poxa, vai botar não vão mais fazer". Mas aí acabou eleição, passou eleição, aí duas semanas...
> EDUARDO: (*Ao mesmo tempo*) Já passou a eleição e eles... completaram.

Afinal, a experiência que os moradores do Jardim Maravilha têm da urbanização, da dificuldade e da esperança de ver o *progresso* chegar, se insere dentro de uma temporalidade intimamente ritmada pelo "tempo da política", pela alternância das eleições, pelas idas e vindas de políticos em busca de *visibilidade*.

3.4 À BEIRA DA POLÍTICA

Foi através da "regularização urbanística" e "fundiária" que o governo problematizou, nos anos 1960 e setenta, a situação dos loteamentos periféricos no Rio de Janeiro (mas no caso do Jardim Maravilha, por existir um PAL, nunca houve necessidade de uma "regularização fundiária"). O "loteamento clandestino", estado no qual se encontrava a maioria desses loteamentos por falta de projeto aprovado ou de urbanização, configurava um problema de polícia, nos sentidos moderno e clássico da palavra: o governo tinha que regulamentar melhor o parcelamento do solo, impondo normas urbanísticas, semelhantes àquelas que já vigoravam em municípios como o Rio de Janeiro ou São Paulo, ao conjunto do país, e também prender os loteadores que desrespeitavam as regras. Essa "guerra ao loteamento clandestino" acabou fazendo parte de uma tentativa mais geral de disciplinar o desenvolvimento metropolitano, ou seja, de governar a produção do espaço urbano para além das fronteiras municipais.

Ao subordinar o loteamento à existência de um projeto, estabelecer um padrão mínimo, normas que não constavam em todas as legislações municipais ainda nos anos 1970, e criminalizar o loteamento clandestino, a lei 6.766/79 consagrou a problematização do loteamento periférico como problema de polícia e de coordenação. Ao mesmo tempo, o governo teve que lidar com a situação das populações que já moravam nos "loteamentos clandestinos": se o poder público nunca abandonou a ideia de transferir o custo da urbanização para os próprios moradores (daí a legalização do mutirão na época de Carlos Lacerda e sua institucionalização no início dos anos 1980), só ele tinha os recursos para bancar a urbanização completa de loteamentos, construir redes de esgoto, galerias de água pluvial e pavimentar as ruas. Ainda mais no caso de loteamentos como o Jardim Maravilha, que possuíam milhões de metros quadrados de superfície. Assim, desde os anos 1950 em São Paulo, a prefeitura vinha assumindo o papel que devia caber aos loteadores para garantir o acesso dos moradores da periferia às infraestruturas urbanas, em troca de apoio político. Já na época da Guanabara, a administração pública no Rio de Janeiro também cogitou a urbanização dos "*loteamentos rurais*", das "*meia-favelas*" como dizia o Jornal do Brasil, pelo próprio poder público. A lei 6.766/79, e suas traduções nos direitos municipais respectivos, abriu caminho para a adoção de políticas públicas voltadas para aquilo que começava a se chamar de "regularização de loteamento", o que, no Rio de Janeiro, resultou na criação do NRL, nos meados dos anos 1980, e em uma ambiciosa política de "regularização urbanística e fundiária" de loteamentos nos anos 1990,– política que, talvez vítima do sucesso ou da concorrência com as favelas para o acesso aos recursos públicos voltados para os "assentamentos precários", não encontra hoje o mesmo respaldo.

A mobilização dos moradores, através de associações muitas vezes chamadas de "associação pró-melhoramento" no Rio de Janeiro, desempenhou um papel fundamental na construção das tecnologias políticas que organizaram à "regularização de loteamentos". A adoção da lei 6.766/79 recebeu assim um apoio decisivo das associações de moradores da periferia de São Paulo, que queriam se defender dos loteadores inescrupulosos, e por isso pressionaram o poder executivo para uma adoção rápida da lei. Ao mesmo tempo, as associações procuravam as administrações públicas para conseguir as tão desejadas melhorias, o que surtia efeitos em alguns casos, como no tocante ao abastecimento de água dentro do Jardim Maravilha. A criação do

NRL, também apoiada pelas associações, levou a uma participação inédita dos próprios moradores na elaboração das políticas públicas que as atingiam diretamente, uma participação que não passava pelo filtro das filiações político-partidárias, como no caso das favelas. Ao mesmo tempo em que funcionava como órgão de "regularização urbanística e fundiária", o NRL formava um espaço de discussão entre moradores e agentes administrativos a respeito da política de "regularização"; mais do que discutir, os moradores de "loteamentos irregulares" desempenhavam funções no processo de "regularização", avaliando a participação das populações moradoras de "loteamentos irregulares" no processo de "regularização" por exemplo, ou opinando sobre os pedidos de inscrição ao NRL. A "regularização de loteamento" se dava então em um novo formato de governo, a governamentalidade cívica. A execução do PROAP, no meio dos anos 1990, representou provavelmente o auge da participação "comunitária" no processo de "regularização", do estilo cívico de "regularizar" os loteamentos, cabendo aos próprios moradores acompanhar e fiscalizar a realização das obras. Já a partir dos anos 2000, as intervenções do poder público nos "loteamentos irregulares" passaram cada vez mais por cima do NRL, especialmente nos anos 2000 e dez, com o programa Bairro Maravilha, que não possui nenhum vínculo com a SMH e não contempla a necessidade da "regularização fundiária". Em todos os casos, a adoção da "regularização", "urbanística" e "fundiária", como único viés para problematizar a situação dos loteamentos periféricos – a participação das "comunidades" repercutiu mais nas tecnologias políticas adotadas para "regularizar" os loteamentos do que na própria problematização – requer um olhar crítico, pois a adoção de critérios exclusivamente ecológicos oculta uma ampla série de perguntas que têm a ver com a desigual distribuição do poder econômico dentro da população e com o chamado "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968/2009), o direito de ter acesso à centralidade urbana.

A participação dos sujeitos governados nos dispositivos da regularização urbanística, contudo, não se reduz àquilo que a governamentalidade cívica define como participação. Longe de qualquer "deliberação democrática", ou seja, de qualquer procedimento formal que desse aos moradores a possibilidade de escolher livremente os seus "representantes", cabe principalmente às redes pessoais e à personalidade dos líderes comunitários cumprirem o trabalho de mediação entre a *comunidade*, os políticos e a administração pública. Essas redes podem assumir a forma de verdadeiras associações de moradores, as quais teoricamente seguem determinados procedimentos formais (como a eleição do presidente pelos moradores a cada dois anos) mas,

na prática, as associações do Jardim Maravilha sempre dependeram muito das pessoas que as lideravam, que pouco se importavam com esses ritos burocráticos. Elas podem assumir também a forma de quase-associações, como no caso de Jorge, do GAC ou do CCGRJ, mas nesses casos, a dependência à rede pessoal e à personalidade do líder se revela maior ainda. Em último lugar, há líderes que atuam fora de qualquer dispositivo associativo (o que não quer dizer de forma solitária), mobilizando a rede deles quando precisam, como no caso de Nelson, que usa o *conhecimento* dele para atender aos pedidos da população. A *política*, em todos esses casos, se confunde com a qualidade das relações que o líder consegue manter com as pessoas dentro e fora do loteamento, devendo demostrar um temperamento firme, disposto ao confronto, mas também aberto ao diálogo, aquilo chamado de *jogo de cintura*. Como nem todos os líderes compartilham as mesmas redes e a mesma personalidade, nada surpreende se rivalidades surgem frequentemente entre eles, em particular no que diz respeito às alianças que precisam ser feitas para *trazer* o *progresso* – tudo isso, obviamente, influi no curso da urbanização. Ademais, uma das principais características da urbanização diferida, a urbanização de diferentes localidades em diferentes momentos, leva a uma apreciação espontaneamente divergente do progresso: enquanto alguns, como no Asfalto, pedem por uma praça ou para refazer a rede de esgoto, outros, como nas Casinhas, ainda lutam para conseguir o asfalto. Daí uma tendência à partição do loteamento em áreas, cada uma com suas lideranças comunitárias. A participação, portanto, nunca é da *comunidade*, mas sim de pessoas que conseguem aparecer como mediadores legítimos da *comunidade*, o que não ocorre sem conflito. Também não se deve negligenciar a participação de pessoas que não são líderes comunitários no processo de "regularização", de pessoas que não são especialistas em trabalho de mediação mas que *correm atrás* de melhoria, para o benefício delas próprias ou de seus vizinhos. A urbanização diferida, enfim, ao propiciar obras diferentes em épocas diferentes, provoca constantes rearranjos na distribuição do poder e do prestígio entre as várias lideranças: o Projeto Mutirão Comunitário e o "Favela-Bairro" fortaleceram assim a posição do GAC de seu Francisco, frente à APROJAM de seu Álvaro nos anos 1990. Recentemente, o Bairro Maravilha Oeste tendeu a beneficiar Alexandre, até ser "*retirado*" da *obra* por Regina.

Entretanto, quem decide sobre as obras, afinal, não são os moradores mas sim o governo, que atribui o dinheiro que quer aonde ele quer. Para *trazer o progresso*, portanto, vale dispor de um *apoio* político: o ideal seria eleger um representante do

próprio loteamento, um *político daqui*, alguém que esteja plenamente empenhado em *trazer melhoria* para o bairro, mas devido, em particular, às divisões *políticas* internas ao bairro, nem sempre uma candidatura local se revela bem-sucedida. Resta então *trazer políticos* para dentro do bairro ou conversar com aqueles interessados em conquistar votos no Jardim Maravilha. Em primeiro lugar, o *político de fora* costuma buscar apoio nos "*cabos eleitorais fortes*" como Nelson (e nos menos fortes como seu Márcio): são eles que vão negociar os votos da *comunidade* com o político, em troca de *melhorias* relevantes para todos. De modo geral, e isso é outra característica da urbanização diferida, nunca se sabe quando o progresso vai chegar, só que ele vai chegar, um dia, *aos poucos*. Tanto os cabos eleitorais fortes quanto o resto dos moradores precisam então avaliar as *promessas* dos candidatos e suas realizações para ter uma ideia daquilo que eles podem fazer. O voto deriva então de uma exigência de reciprocidade, pautada num valor profundamente enraizado na sociabilidade dos moradores: a *ajuda*. É porque o político prometeu *ajudar*, porque ele (me) *ajudou* que eu devo votar nele, pois assim estou *confiando* nele, estou *agradecendo* pela ajuda recebida. Assim, a regularização urbanística acaba sendo vista a partir dos princípios que organizam a sociabilidade dos moradores. Enfim, essa dependência da "regularização urbanística" à política tem duas consequências. Em primeiro lugar, as obras tendem a acontecer de acordo com a visibilidade que elas dão ao autor delas, *ao dono da obra*, aquele que tem legitimidade em pedir voto pela obra: o *progresso* demora mais então para chegar até as localidades mais afastadas do loteamento. Em segundo lugar, essa dependência à política confere também um valor peculiar ao "tempo da política", visto ao mesmo tempo como uma oportunidade para negociar melhoria com os candidatos e como uma ameaça, em caso de obras já começadas – realmente, após a eleição de Marcelo Crivella ao cargo de Prefeito do Rio de Janeiro em 2016, várias obras na Padaria dos Velhinhos pararam, contrariando os prazos inicialmente fixados, e só foram retomadas recentemente, após uma visita do novo secretário de Habitação. A urbanização diferida se torna então a matriz de relações políticas complexas, que a categoria de "clientelismo" costuma simplificar exageradamente, ao mesmo tempo em que elas informam esse processo de urbanização.

CONCLUSÃO: O TEMPO E O ESPAÇO REENCONTRADOS

> Tudo se passa no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe, não ocorre. É o impensado, o impensável dos modernos.
> (*Bruno Latour,* Nous n'avons jamais été modernes)

À guisa de conclusão, gostaríamos de explorar algumas consequências das nossas análises acerca da urbanização diferida, do ponto de vista de algumas antinomias que organizam as percepções do tempo e do espaço urbanos. A primeira antinomia opõe "planejamento" e "improvisação": por um lado, uma organização do espaço que seria o produto de uma operação mental, ordenando os meios de acordo com os fins preestabelecidos, cujo paradigma seria uma cidade como Brasília; por outro lado, uma ocupação dispersa e despreparada, dependente das necessidades imediatas, cujo paradigma seria a invasão, o acampamento ou a favela. De um lado, uma organização racional (do ponto de vista instrumental) do espaço, do outro, uma ocupação anárquica ou espontânea. Entretanto, o Jardim Maravilha mostra que o "planejamento" nem sempre desemboca em uma ocupação racional do espaço, pelo contrário, ele chega às vezes a estimular o surgimento de assentamentos ditos "improvisados", conforme o caso do Morro Careca. De modo geral, várias contradições trabalham constantemente o planejamento urbano. A expansão deste pelo Rio de Janeiro no final do século XIX se deparou assim com uma contradição fundamental: a do custo que a obediência aos princípios do planejamento urbano acarretava. As discussões acerca da "liberdade de construção" no início do século XX apontaram para a dificuldade em racionalizar a atividade construtiva do ponto de vista higiênico e estético sem prejudicá-la. A solução foi então introduzir exceções dentro da legislação sobre esta através do zoneamento, garantindo a "liberdade de construção" nas zonas onde residiam as pessoas que não tinham condição de arcar com o custo do licenciamento. A respeito do zoneamento, a legislação do final dos anos 1940 aponta para outra contradição possível: a incompatibilidade dos objetivos. Assim, ao mesmo tempo em que o governo estava, deliberadamente, estimulando o loteamento da Zona Rural para dar às classes populares acesso à casa própria e higiênica, tentou auxiliar também os pequenos lavradores e pescadores da Zona Rural, no sentido de contribuir para a formação do tão desejado Cinturão verde. Já as tecnologias políticas das "áreas me-

tropolitanas” e da “regularização de loteamentos” evidenciaram uma terceira contradição: a multiplicação das agências encarregadas de planejar o espaço acaba gerando a necessidade de criar agências para planejar o trabalho de planejamento dessas agências. Existe enfim uma quarta contradição, que se manifestou exemplarmente na trajetória dos loteamentos proletários, ligada à “efetividade paradoxal” do planejamento: aproveitadas por verdadeiros “aventureiros do capitalismo” (internacional), as normas permitindo a prática do “loteamento proletário” se tornaram um instrumento seguro de especulação imobiliária sobre o solo rural do Rio de Janeiro. A urbanização diferida do Jardim Maravilha não se deve, assim, a uma falta de planejamento, mas sim a uma organização deste que possibilitou uma temporização indefinida da urbanização, uma postergação contínua das obras. A urbanização diferida questiona assim a racionalidade do planejamento urbano, ao revelar uma série de contradições que impedem a conformação do espaço àquilo que Lefebvre qualifica de “espaço abstrato”, homogêneo, reduzido à única função de habitat (1974/1999), cujo tipo-ideal seriam as cidades-dormitórios na periferia das grandes cidades francesas. Lefebvre, portanto, estava certo quando via no terreno baldio um empecilho à realização universal do espaço abstrato, porém não tinha percebido que em certos casos esses terrenos baldios são antes o produto desse mesmo espaço. Longe de homogeneizar, o espaço abstrato dos planejadores e dos empresários pode produzir diferenças também, que não são só diferenças de localização, mas contribuem para uma verdadeira heterogeneização dos tempos e dos espaços urbanos.

A segunda antinomia com a qual nos deparamos opõe a “construção” à “produção social do espaço”, para retomar a distinção formulada por Low (LOW & LAWRENCE-ZÚÑIGA, 1996), a “prática espacial” ao “espaço vivido”, no vocabulário de LEFEBVRE (1974/1999). O próprio trabalho de campo, vale salientar, incentiva essa oposição. Ao inventar o precursor da etnografia moderna, “o estudo intensivo de uma área limitada” (STOCKING, 1983, p. 80), a Escola de Cambridge pretendia introduzir no campo da antropologia britânica, então dominada pelos *armchair anthropologists*, os instrumentos usados pela “história natural”: assim como a zoologia e a botânica estudavam espécies animais e vegetais dentro de suas respectivas “províncias biológicas”, os antropólogos tinham que estudar os povos indígenas no habitat deles, nesses lugares onde viviam isolados o suficiente para manter suas especificidades – daí a injunção posterior de Malinowski, a de “separar-se da companhia de outros homens brancos e manter-se em um contato o mais estreito possível com os nativos”

(1922, p. 6). Conforme mostraram Gupta e Ferguson na genealogia que fizeram da antropologia como “ciência de campo”, tal método pressupõe “a segmentação conceptual prévia do mundo em diferentes culturas, áreas e locais que tornam o trabalho de campo possível” (1997, p. 5). “É justamente a naturalização da diferença cultural enquanto inerente a diferentes locais geográficos que torna a antropologia essa ciência regional” (ibid., p. 8). Já que, de acordo com Malinowski, “toda a área de uma cultura tribal, *em todos seus aspectos*, tem de ser pesquisada” (1922, p. 11, grifo do autor), a “aldeia indígena” (*native village*), enquanto menor exemplo de uma diferença cultural naturalizada na forma de uma diferença geográfica, se revela o *lócus* privilegiado da investigação etnográfica. Embora pudesse ter sido diferente, a antropologia urbana, de modo geral, adotou na prática e na teoria o mesmo conceito de campo. Em seu clássico ensaio programático, Park começou definindo a cidade como “o habitat natural do homem civilizado” e “por essa razão, uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural” (1925/1984, p. 2), ou seja, algo como a aldeia do homem moderno. Seguiu subdividindo a cidade em várias outras diferenças geográficas que funcionam como naturalizações de diferenças culturais, como as freguesias (*neighborhood*, ibid., p. 7), as colônias de imigrantes e as áreas segregadas (p. 9). Certamente, Park tinha ciência de toda uma série de variações socioculturais que não necessariamente correspondiam a variações geográficas específicas, à semelhança dos grupamentos profissionais (*vocational classes*), mas até nesse caso havia certa tendência à autosegregação (p. 26). Já pessoas que compartilhavam os mesmos “gostos” e “temperamentos” se reuniam naquilo que Park chamava de “região moral” (p. 43). Ou seja, nem sempre a proximidade geográfica, no caso da cidade, significava a proximidade cultural, daí a importância de instituições exercendo um tipo mais formal de controle social como os tribunais de justiça ou os partidos políticos. Mas a proximidade cultural tendia a resultar em uma proximidade geográfica. Com efeito, a concepção que Park propôs da pesquisa na cidade em nada se opunha ao trabalho de campo baseado no estudo de comunidades locais.

Porém, ao lado do “estudo do comportamento humano em ambiente urbano”, para retomar o título do ensaio de Park, a Escola de Chicago reivindicava uma abordagem “ecológica” da cidade, que procurava uma problematização do espaço e também do tempo urbanos. Ao estudar o crescimento da cidade de Chicago, Burgess ressaltou a dimensão espacial e temporal do fenômeno, descrevendo um processo simultâneo de “sucessão” e “diferenciação” na ocupação do espaço metropolitano, a

conquista de novas frentes de expansão indo junto com a especialização funcional (residencial, industrial, comercial) das antigas (1925/1984, p. 50). Em particular, Burgess apontava para “os processos antagonistas, porém complementares de concentração e descentralização” (ibid, p. 52) envolvidos na expansão da cidade: ao mesmo tempo em que parte da população e das atividades se deslocavam para a periferia, o centro reforçava seu papel na gestão dos fluxos regionais. Entretanto, o que interessava Burgess antes de tudo eram as consequências morais de tal expansão, a “desorganização” e “reorganização social” nas áreas mais afetadas pelo crescimento urbano, como na “zona de transição”. A ênfase inicial na produção do espaço urbano deixou lugar a uma análise de cunho morfológico, no sentido da sociologia durkheimiana, ou seja, na análise do modo como os grupos se distribuem pelo espaço e do modo como a distribuição dos grupos pelo espaço influi sobre a vida moral deles (DURKHEIM, 1998, HALBWACHS, 1938/2001). A contribuição de Mckenzie foi até mais longe na busca pelas forças que atuam na produção do espaço e do tempo urbanos (“deixa-nos definir provisoriamente a ecologia humana como o estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos…”), mas resumiu essa produção a um modelo de inspiração vagamente darwiniana (“…enquanto afetadas pelas forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente”, 1925/1984, pp. 64-65). A produtividade e o tamanho da “base econômica” determinavam assim a forma dos assentamentos humanos, sendo a cidade o produto de uma “base econômica” de cunho comercial ou industrial (ibid., pp. 66-67). A explicação do tempo urbano obedecia ao mesmo tipo de modelo funcionalista: qualquer tipo de assentamento humano na verdade tenderia para um equilíbrio entre população e recursos; caso esse equilíbrio fosse perturbado por alguma inovação como “um novo sistema de comunicação, um novo tipo de indústria, ou uma forma diferente de utilização da base econômica existente”, um novo “ciclo de reajuste” iniciará para restaurá-lo. Com efeito, “a comunidade humana tende a desenvolver-se de forma cíclica” (p. 66). A ecologia humana desenvolvida pela Escola de Chicago abria assim caminho para uma antropologia da urbanização, mas o viés morfológico, reduzindo a relação entre espaço e população à distribuição da população no espaço, e o recurso a explicações basicamente funcionalistas não permitiam grandes avanços. Talvez essa abordagem se adequasse ao saber ecológico daquele tempo. Já hoje o resultado poderia ser muito diferente, tomando como ponto de partida as novas “epistemologias ecológicas” (STEIL & CARVALHO, 2014), desenvolvidas, por parte, no seio da própria antropologia.

A ecologia humana por pouco falhou em propor uma antropologia da cidade cuja metodologia estivesse associada “não com um compromisso duradouro com o *local*, mas com uma atenção à *localização* (*location*) social, cultural e política” (GUPTA & FERGUSON, 1997, p. 5, grifo dos autores): a compreensão da “localização”, no caso da ecologia humana, se restringiu a um modelo vagamente darwiniano de competição pelo acesso aos recursos, sem muita ligação com a experiência do espaço vivido pelos moradores da cidade. Já a “antropologia da urbanização” que propusemos aqui nos levou a pensar o Jardim Maravilha não só como “local espacial” (*spatial site*) mas também como “localização política”, como processo político; de modo geral, não há como pensar a produção do espaço urbano fora do modo como as elites politicamente o problematizaram. O “loteamento” na forma como o conhecemos hoje, tanto no Jardim Maravilha quanto em outros lugares, resultou assim do modo como médicos, engenheiros e pioneiros do urbanismo, entre outros, problematizaram a abertura de ruas (o arruamento) e o parcelamento do solo na cidade. É porque enxergou no parcelamento do solo algo que ia além de um assunto privado, um problema de governo capaz de prejudicar a higiene, a estética e a economia da cidade, que o engenheiro Armando Godoy levou o poder municipal a regulamentar o “loteamento”, em uma época em que se falava já de “lotes” mas nem tanto de “loteamento” – aliás, vale destacar aqui que nossos exercícios genealógicos comprovaram uma sugestão de Depaule e Topalov, segundo a qual as “palavras da cidade” muitas vezes funcionam “como indícios das dinâmicas das sociedades urbanas que as criam e as empregam” (1996). Já o “loteamento proletário” herdou de toda uma tradição que, desde a segunda metade do século XIX, veio problematizando a “habitação popular”, defendendo o acesso do proletariado à casa própria como remédio à “questão social”, mesmo na forma de uma “habitação econômica”, e o seu exílio para os arrabaldes da cidade. Assim, mais do que uma caracterização sociológica da cidade como “modo de vida” ou tipo de assentamento, o que interessa aqui é a cidade como lócus de problemas para o governo das populações – e se esses problemas aparecem na cidade e não alhures, talvez seja porque, conforme uma sugestão de Foucault, os assentamentos tratados como cidades já na Idade média funcionavam como laboratório de todos os problemas ligados à “coexistência densa”, ao congestionamento dos fluxos (FOUCAULT, 2004a, p. 343). É importante, porém, acrescentar uma dimensão sobre a qual Foucault pouco insistiu: o quanto esses esforços de problematização

expressam um *ethos* de classe A problematização da “habitação popular” refletiu assim os preconceitos das elites urbanas acerca da sociabilidade popular, qualificada por elas de “promíscua”. E não só um *ethos*: a problematização da “habitação popular” decorre do interesse das elites urbanas, enquanto classe, em controlar politicamente o proletariado brasileiro. Aquilo que chamamos de “racionalidade política”, como nesse caso do combate à “promiscuidade”, não passa de uma violência de classe que, no Rio de Janeiro, sempre reveste a forma de uma violência também racializada. Afinal, repetindo Foucault mais uma vez, quando fazemos genealogia sempre trabalhamos na “articulação do corpo e da história” (1971, p. 154).

Por via de regra, é preciso remeter os discursos que articulam essas racionalidades políticas ao lugar de onde foram proferidos dentro do espaço social. A difusão do higienismo na primeira metade do século XIX ocorreu simultaneamente à institucionalização da profissão médica no Brasil; anos depois, o planejamento urbano saiu da luta coletiva que os engenheiros civis travaram para ampliar o poder dentro da administração pública. Assim, a problematização do espaço urbano sempre esteve ligada à organização de “corpos profissionais” (médicos, engenheiros, arquitetos, urbanistas, profissionais do serviço social, etc.), e a lutas entre eles (engenheiros e juristas, por exemplo) pelo acesso às posições de poder dentro do “campo político” ou “burocrático” (BOURDIEU, 1994). Além desses “corpos profissionais”, outros atores participaram dessas lutas, como a Igreja católica a partir dos anos 1920 sobretudo, ou os movimentos sociais urbanos desde os anos 1970 – a tecnologia política da regularização de loteamento nasceu da intromissão dos movimentos sociais nos campos político e burocrático. É preciso prestar atenção também às interferências entre os campos político e burocrático, de um lado, e o campo econômico, do outro: os mesmos engenheiros, como Paulo de Frontin ou Luiz Rafael Vieira Souto, que lutaram para conquistar posições de poder no final do século XIX, também eram atores importantes no mercado da construção civil. A lei 6.766/79 recebeu apoio dos movimentos sociais, mas também da Associação Nacional dos Empresários de Loteamentos (LAGO, 1990, p. 46-47), que representava os interesses dos loteadores de maior porte. Assim, o Estado, sob a perspectiva de uma antropologia da urbanização, aparece como um vasto campo de disputas pelo poder de orientar ou reorientar o processo de urbanização.

A subordinação concreta do espaço às racionalidades promovidas por esses corpos profissionais, esses empresários ou esses movimentos sociais requer a construção de vastas redes sócio-técnicas, cujo funcionamento representa talvez o maior desafio à antinomia “produção” versus “construção do espaço”. É que “a criação material do espaço” também passa pelas “trocas sociais das pessoas, memórias, imagens e o uso diário do ambiente material” (LOW & LAWRENCE-ZÚÑIGA, 1996, p. 20), desde que a gente insira, por exemplo, os documentos nesse conjunto material. É que os documentos são indispensáveis a esses “arranjos ou configurações complexas de interdependências e de concorrências, de alianças e de relações de força entre a multiplicidade de agentes e de agências que participam do governo dos territórios e das populações” (NEIBURG, 2014, p. 744).

A partir dos séculos XV e XVI, meras “criações materiais” como a abertura de ruas e a construção de casas se tornaram alvo de um esforço de “coordenação” por parte do poder urbano, esforço assentado em atos administrativos devidamente registrados como os “autos de arruação”. Já no século XX, a “regularização de loteamentos” envolve simultaneamente a construção de equipamentos coletivos nos assentamentos alvejados e de toda uma infraestrutura documentar para definir a irregularidade, produzir conhecimento acerca dela e coordenar as intervenções do governo. Em particular, a “razão gráfica” atua decisivamente na construção dessa coordenação e, consequentemente, na “criação material do espaço” – é preciso levar a sério o papel do PAL 16.810 como “fator de produção” espacial. Entretanto, vale ressaltar que dessa proliferação de práticas documentares não surge nenhum Leviatã, nenhuma visão perfeitamente coerente da sociedade que reforçaria automaticamente o poder do Estado sobre a produção do espaço urbano. Conforme uma sugestão de grande relevância formulada por Hull, na proliferação dessas redes, “as práticas de Estado são expandidas mas não o poder do Estado” (HULL, 2012b), e talvez não haja melhor exemplo de uma extensão das práticas de Estado que não resultou em uma extensão do poder do Estado do que os loteamentos proletários do Rio de Janeiro, com suas infraestruturas falhas e suas inúmeras ilegalidades. Afinal, se mantemos a oposição entre “produção” e “construção do espaço” provavelmente seja porque espontaneamente naturalizamos o funcionamento das redes sócio-técnicas que intervém na fábrica da cidade, porque elas aparecem antes como “caixas pretas”, *black boxes* (LATOUR & CALLON, 1981/2015) – a “produção do espaço”, sob este ângulo, não designaria nada mais do que uma “construção do espaço” *blackboxed*. A antropologia da

urbanização, com efeito, clama também pela abertura dessas caixas pretas “através das quais a cidade é construída, regulada e habitada” (HULL, 2012b), em cima das quais o Estado está assentado.

A antinomia “produção” versus “construção do espaço” também não se sustenta no âmbito daquilo que chamamos de “poética da urbanização”. De modo geral, se uma antropologia da urbanização enxerga o campo de pesquisa mais como uma “localização” do que um “local”, importa incluir no rol das forças políticas, sociais e culturais que processam essa localização a “hermenêutica” dos moradores, o modo como a cidade para estes configura um “mundo”, simultaneamente “ambiente” (*Umwelt*) e “comum” (*Mitwelt*). O conceito de mundo aqui remete à familiaridade prática da pessoa com aquilo que a circunda, à percepção (e não à representação) da “paisagem”, esse “emaranhado vivo de coisas materiais” (INGOLD, 2012), em particular dos índices deixados pelas outras pessoas nessa paisagem. A hermenêutica, portanto, descreve o envolvimento prático da pessoa com o mundo: categorias como *mato*, *lama*, *brejo* não só identificam elementos da paisagem, elas isolam o que na paisagem se mostra hostil à forma humana de estar no mundo, ao *andar* por exemplo. Além da paisagem, a hermenêutica manifesta como a pessoa se projeta no tempo, sendo tal projeção indissociável de uma certa orientação no desejo: o *progresso* remete, por exemplo, à transformação desejada do mundo de acordo com as necessidades do ser humano, com as necessidades modernas; ele induz, portanto, à constante projeção da pessoa dentro de um futuro desejável, à *esperança* como atitude frente ao mundo – vale destacar aqui uma contribuição importante do conceito de urbanização diferida ao estudo das formas de segregação impostas às classes sociais, pois a segregação não se resume ao afastamento dessas classes do centro da cidade (dimensão sincrônica da segregação), mas inclui também a falta de controle das classes populares sobre o tempo da urbanização (dimensão diacrônica).

O Jardim Maravilha revelou então que a hermenêutica dos moradores não precisa ser coerente: ao lado do *progresso*, deseja-se também a *tranquilidade*, a qual aparece sempre ameaçada pelas incertezas do futuro, que o próprio *progresso* pode acarretar. Entretanto, a superação da antinomia “produção” versus “construção do espaço” se dá principalmente no âmbito da autoconstrução *lato sensu*, bricolagem urbanística inclusa. Gestos tão comuns no cotidiano dos loteamentos periféricos como a instalação pelos próprios moradores de um quebra-molas na *rua*, a contratação de um caminhão para aterrar a *rua* e o manilhamento da vala negra que fica na beira da *rua*

referem tanto à “criação do espaço material” quanto às “trocas sociais das pessoas, memórias, imagens e o uso diário do ambiente material”: a construção de equipamentos coletivos vai neste caso junto com o ordenamento das relações sociais segundo um princípio de reciprocidade baseado na proximidade. A própria categoria de *rua* chama atenção, na medida em que muitas vezes ela designa tanto um elemento do “mundo ambiente”, a área peridoméstica em si, a rua enquanto espaço de trânsito mas também de conversa e de brincadeira para as crianças, quanto o próprio “mundo comum”, o conjunto das pessoas próximas.

Se assentamentos autoconstruídos semelhantes ao Jardim Maravilha constituem provavelmente um caso-limite de coincidência perfeita entre produção e construção do espaço – e dentro desse caso-limite, destaca-se a *casa* como paradigma de um espaço simultaneamente construído e produzido, o próprio significante designando indistintamente o edifício e o grupo que mora no edifício, a família – acreditamos que qualquer antropologia da urbanização deve prestar uma atenção especial às formas de “arrumar” (*einräumen*) o espaço, para retomar uma categoria da fenomenologia heideggeriana (HEIDEGGER, 1958, p. 183), às formas como as pessoas *ajeitam* o espaço, para usar uma categoria nativa, ou seja, às formas de dispor materialmente o espaço e de lhe atribuir um significado. Vale destacar que, para muitos dos meus interlocutores, a favela funciona, entre outras coisas, como expressão antitética do espaço *ajeitado*.

Finalmente, se a oposição entre “produção” e “construção do espaço” pode até fazer sentido em uma escala temporal reduzida, pois aí não tem como não colocar as redes sócio-técnicas que organizam a “criação material do espaço” dentro de uma “caixa preta”, quando se olha para a “longa duração”, a *longue durée* (BRAUDEL, 1958), não há mais como mantê-la. Assim, nos deparamos, no decorrer da nossa argumentação, com várias tendências históricas cuja análise extrapolaria em muito o âmbito do nosso objeto, mas que este ajudou a trazer à tona. A subordinação do espaço à razão gráfica, por exemplo, nos parece uma tendência muito profunda da história ocidental, tendência que possivelmente tenha sua origem na subordinação da “atividade construtiva” à “lógica do visual” logo no século XII, com a invenção do estilo gótico – de acordo com Lefebvre, comentador de Panovsky, daquela época data a priorização da fachada na arquitetura religiosa (LEFEBVRE, 1974/1999, p. 299), à qual fachada, conforme vimos no primeiro capítulo, desempenhou depois um papel

fundamental na regulação dos arruamentos e da construção residencial. Essa subordinação à razão visual-gráfica até hoje tem consequências, por exemplo nos significados acoplados à categoria de favela. Dificilmente os moradores do Jardim Maravilha conseguem enxergar no Morro Careca uma favela, embora todos saibam que se trata de uma *invasão*: ao lhe perguntar se ele o considerava uma favela, depois de lhe informar que nos cadastros da prefeitura constava como favela, Walter me respondeu que não, porque lá "*as ruas têm forma, têm largura*", ao invés da favela onde prevalecem os *becos*. A oposição entre rua e becos de fato remete à percepção de uma forma geométrica, ou seja, a uma lógica visual e gráfica na percepção do espaço habitado.

Outra tendência histórica sobre a qual nos debruçamos diz respeito à luta das elites brasileiras pela sedentarização do proletariado nacional, pela "imobilização da força de trabalho", como se dizia no vocabulário marxista clássico (LOPES & SILVA, 1979). Aqui, o caso dos "loteamentos proletários" convida a um diálogo comparativo com os casos das "vilas operárias" (LOPES, 1979), das "colônias agrícolas" na frente de expansão (VELHO, 1976/2009), das *plantations* no Nordeste açucareiro (PALMEIRA, 1977), das "cidades mortas" no Norte de Goiás (GUEDES, 2013a), como tantas tentativas, bem-sucedidas ou não, de sedentarizar o proletário brasileiro – sem esquecer, obviamente, da senzala, referência central quando se aborda essa questão. Não se quer dizer que todas essas formas sejam iguais, mas elas apontam para uma série significativa de recorrências históricas.

De uma amplitude menor, outras escalas temporais servem para problematizar a produção do espaço em um loteamento periférico como o Jardim Maravilha. Os anos 1970, em particular, constituem um marco por dois motivos. Em primeiro lugar, desde aquela época começou a se firmar nas várias instâncias do governo brasileiro uma tendência ao fortalecimento da participação popular, seja pelo reconhecimento oficial de movimentos sociais, como no caso da FAMERJ e do ML no Rio de Janeiro, seja pela criação de conselhos e orçamentos participativos (D'AVILA FILHO, JORGE & COELHO, 2004), uma tendência ao fortalecimento daquilo que Roy chamou de "governamentalidade cívica" (2009). Dificilmente podemos antecipar o futuro, mas o esvaziamento do programa de regularização de loteamentos no Rio de Janeiro, pioneiro em matéria de governamentalidade cívica, aponta para um possível esgotamento desse modelo. Em segundo lugar, dos anos 70 veio também o crescimento da violência nas grandes metrópoles brasileiras. Discutida muitas vezes do ponto de vista da

favela, onde ela tomou suas formas mais espetaculares[256], a violência alterou também o cotidiano dos loteamentos na periferia, seja pelo surgimento de grupos assumindo clandestinamente a *segurança* naqueles bairros, pela migração de famílias oriundas de lugares considerados mais *violentos*, ou pela valorização da *tranquilidade* na percepção dos espaços habitados. Afinal, a urbanização se revela um objeto particularmente rico para pensar a combinação de várias escalas de tempo, espaço, agência e desejo.

[256] Há uma literatura enorme sobre esse assunto, impossível de ser detalhada aqui. Entretanto, sugeriremos mais uma vez a dissertação de Cavalcanti (2007; 2009), por desenvolver uma abordagem da violência voltada para seus efeitos em termos de produção de territórios, de territorialização da favela, abordagem essa que, sem se confundir completamente, apresenta vários paralelos com a nossa.

APÊNDICE A – PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS PARA A PESQUISA DOCUMENTAR

Acervo O Globo – acervo digital do jornal diário *O Globo*

Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso pago.

BNDigital – acervo de documentos digitalizados pela Biblioteca Nacional

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso gratuito.

Data Rio Loteamentos Irregulares – conjunto de informações sobre os loteamentos irregulares (Cadastro de Loteamentos)

Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/loteamentos-irregulares>. Acesso gratuito.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – acervo digital de periódicos guardados pela Biblioteca Nacional

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso gratuito.

IBGE Censo 2010 – os resultados do censo 2010 por setores censitários

Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso gratuito.

JusBrasil – acervo de Diários Oficiais digitalizados

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/?ref=logo>. Acesso gratuito com restrições.

LeisMunicipais – acervo online de leis municipais

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso gratuito.

Mapa Digital da SMH – mapeamento das favelas e loteamentos irregulares do Rio de Janeiro

Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=eb90b035ecea4615bf1404de54be23dd>. Acesso gratuito.

PCRJ Arquivo Virtual – acervo digital da PCRJ.

Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>. Acesso gratuito.

SABREN – sistema de informações sobre as favelas do Rio de Janeiro (e antigamente sobre os loteamentos)

Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso gratuito.

SMU Acervo de Imagens – acervo digital de PALs e PAAs da SMU do Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso gratuito.

Veja Acervo Digital – acervo digital da revista semanal *Veja*

Disponível em: <https://complemento.veja.abril.com.br/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso gratuito.

APÊNDICE B – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quadro 3 – Lista das pessoas entrevistadas, com data e duração de cada entrevista.

Nº	PSEUDÔNIMO	DATA	DURAÇÃO
1	LÚCIO	01/10/2014	01:17:36
2	CAETANO	14/10/2014	01:51:58
3	JÚLIO	26/01/2015	04:27:34
4	BERNARD	02/02/2015	02:19:42
5	MÁRCIO	09/02/2015	02:50:36
6	CÉSAR	09/02/2015	02:17:54
7	JOSÉ	01/03/2015	01:25:13
8	ARNALDO	18/03/2015	01:14:44
9	MAURÍCIO	20/03/2015	02:01:33
10	ARMANDO	23/03/2015	02:06:37
11	EURÍDICE E EDUARDO	01/04/2015	02:15:10
12	HÉLIO	25/06/2015	01:04:45
13	RUTH	24/09/2015	02:33:43
14	NELSON	26/09/2015	03:15:38
15	RAIMUNDO	07/10/2015	02:01:52
16	ÂNGELA	12/10/2015	02:07:00
17	CLÁUDIO	17/10/2015	00:54:25
18	AFRÂNIO	20/10/2015	02:04:25
19	FÁTIMA	06/11/2015	01:53:13
20	ALBA E AUGUSTO	19/11/2015	02:20:45
21	VITINHO E CONCEIÇÃO	21/11/2015	02:15:17
22	JOAQUINA	22/11/2015	01:36:58
23	ANA	25/11/2015	02:22:52
24	PAULO	28/11/2015	02:16:22
25	AMÉLIA	02/12/2015	01:54:04
26	JAIR	04/12/2015	02:05:33
27	LUÍS	14/12/2015	01:23:48
28	FERNANDA	17/12/2015	01:34:22
29	ROSA E CARLA	18/12/2015	01:49:03
30	ROBSON	22/12/2015	01:19:54
31	ANÍSIA	07/01/2016	01:57:57
32	CARLINHO	28/01/2016	02:31:31
33	ROBERTO	01/02/2016	02:58:45
34	CARMEN E ANTÔNIO	05/02/2016	01:54:29
35	ANDERSON	27/05/2016	00:26:57
36	WALTER E ELISABETE	24/09/2016	01:49:48
37	STELLA	28/10/2016	00:46:58

Fonte: Thomas Cortado (2017).

Quadro 4 – Características demográficas, ocupacionais e residenciais da população entrevistada.

PSEUDÔNIMO	IDADE	OCUPAÇÃO	ORIGEM GEOGRÁFICA	ORIGEM SOCIAL*	DOMICÍLIO	TEMPO NO MARAVILHA	LOCALIDADE
AFRÂNIO	61	Vigilante	Paraiba	Campo	Proprietário	19	Careca
ALBA	60	Dona De Casa	Pernambuco	Campo	Proprietário	33	Padaria Dos Velhinhos
AMÉLIA	71	Comerciante (Restaurante)	Rio De Janeiro (Zona Rural)	Campo	Proprietário	71	Padaria Dos Velhinhos
ANA	64	Comerciante (Loja)	Rio De Janeiro (Zona Rural)	Campo	Proprietário	45	Asfalto
ANDERSON	**34**	**Taxi**	**Rio De Janeiro (Jardim Maravilha)**	...	**Locatário**	**34**	**Asfalto**
ÂNGELA	56	Agente De Saúde	...	...	Proprietário	30	Casinhas
ANÍSIA	76	Empregada Doméstica	Rio De Janeiro (Interior)	Campo	Proprietário	30	Asfalto
ANTÔNIO	58	Pedreiro	Pernambuco	Campo	Proprietário	26	Chácara
ARMANDO	84	Abatedor	Paraiba	Campo	Proprietário	57	Asfalto
ARNALDO	49	Biscate	Rio De Janeiro (Jardim Maravilha)	Serviço	Proprietário	49	Careca
AUGUSTO	67	Corretor De Seguro	Rio De Janeiro (Subúrbio)	...	Proprietário	33	Padaria Dos Velhinhos
BERNARD	52	Pintor	Rio De Janeiro (Favela)	Serviço	Proprietário	40	Asfalto
CARLA	33	Enfermeira	Rio De Janeiro (Jardim Maravilha)	Indústria	Proprietário	33	Asfalto

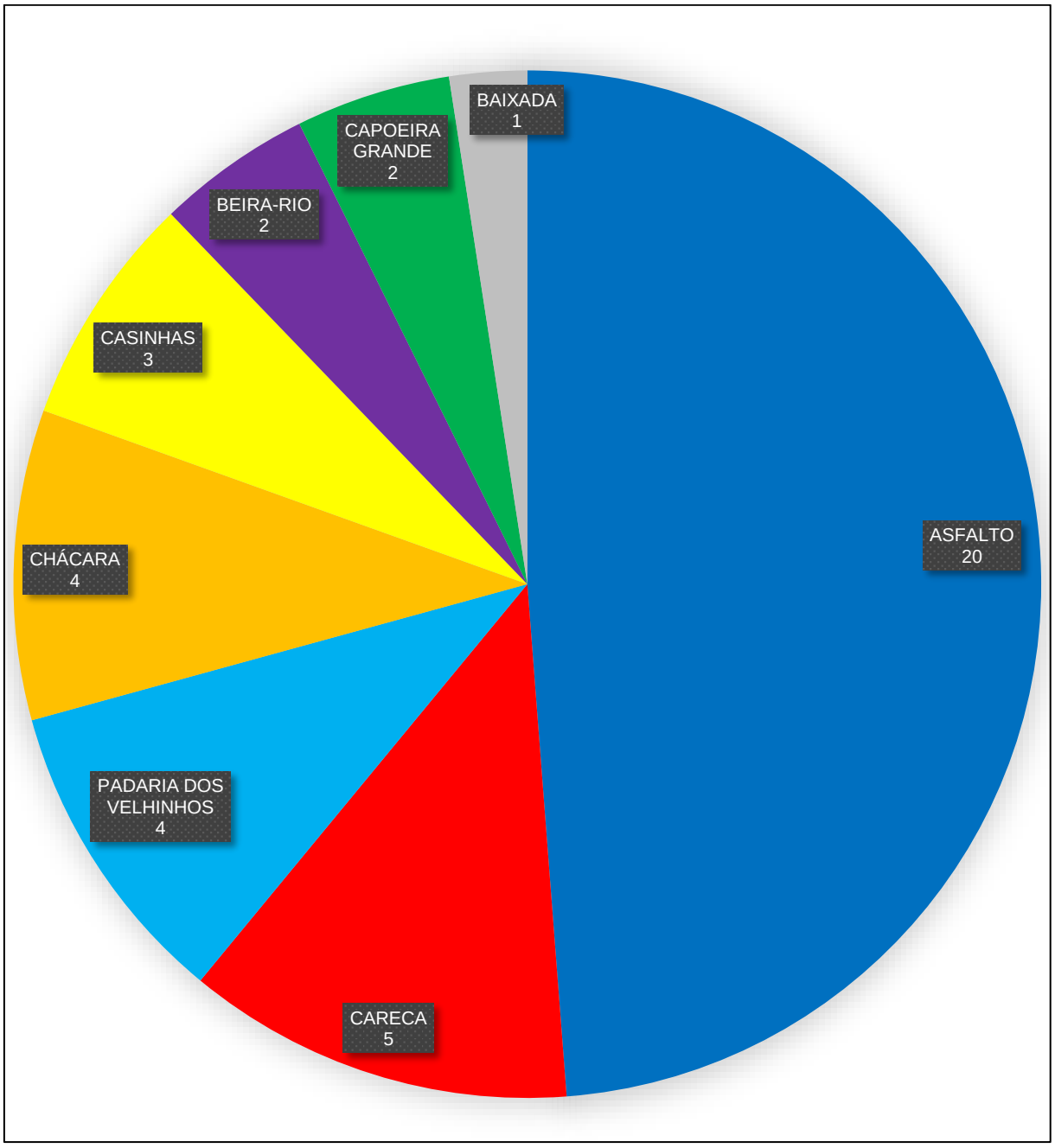
PSEUDÔNIMO	IDADE	OCUPAÇÃO	ORIGEM GEOGRÁFICA	ORIGEM SOCIAL*	DOMICÍLIO	TEMPO NO MARAVILHA	LOCALIDADE
CARLINHO	50	Biscate	Rio De Janeiro (Subúrbio)	Militar	Proprietário	32	Asfalto
CARMEN	65	Dona De Casa	Pernambuco	Campo	Proprietário	25	Chácara
CÉSAR	**58**	**Técnico De Refrigeração**	**Minas Gerais**	**Campo**	**Proprietário**	**10**	**Baixada**
CLARA	51	Dona De Casa	Espirito Santos	Campo	Proprietário	41	Asfalto
CLAÚDIO	42	Camelô	Rio De Janeiro (Jardim Maravilha)	Serviço	Proprietário	42	Careca
CONCEIÇÃO	47	Empregada Doméstica	Pernambuco	Campo	Proprietário	10	Beira-Rio
EDUARDO	66	Comerciante (Restauração)	Bahia	Campo	Proprietário	26	Chácara
ELISABETE	**60**	**Dona De Casa**	**Rio De Janeiro (Favela)**	**Indústria**	**Proprietário**	**12**	**Asfalto**
EURIDICE	60	Comerciante (Restauração)	Paraíba	Serviço	Proprietário	26	Chácara
FÁTIMA	58	Empregada Doméstica	Maranhão	Campo	Proprietário	25	Asfalto
FERNANDA	71	Costureira	Rio De Janeiro (Zona Rural)	Campo	Proprietário	71	Capoeira Grande
JAIR	60	Policial	Rio De Janeiro (Capital)	Serviço	Proprietário	54	Padaria Dos Velhinhos
JOAQUINA	84	Comerciante (Birosca)	Portugal	Campo	Proprietário	55	Asfalto

PSEUDÔNIMO	IDADE	OCUPAÇÃO	ORIGEM GEOGRÁFICA	ORIGEM SOCIAL*	DOMICÍLIO	TEMPO NO MARAVILHA	LOCALIDADE
JOSÉ	31	Pedreiro	Bahia	Campo	Locatário	5	Asfalto
JÚLIO	**57**	**Pedreiro**	**Rio De Janeiro (Subúrbio)**	**Serviço**	**Proprietário**	**57**	**Asfalto**
LÚCIO	67	Gari	Espirito Santos	Campo	Proprietário	40	Asfalto
LUÍS	78	Motorista	Rio De Janeiro (Zona Rural)	Campo	Proprietário	78	Capoeira Grande
MÁRCIO	68	Encarregado De Obra	Espirito Santos	Campo	Proprietário	33	Careca
MAURÍCIO	58	Barbeiro	Rio Grande Do Norte	Serviço	Proprietário	20	Careca
NELSON	**54**	**Organizador De Eventos**	**Rio De Janeiro (Interior)**	**Indústria**	**Locatário**	**54**	**Asfalto**
PAULO	63	Marceneiro	Minas Gerais	Campo	Proprietário	5	Asfalto
RAIMUNDO	68	Técnico De Telefonia	Alagoas	Campo	Proprietário	39	Casinhas
ROBERTO	73	Pedreiro	Rio De Janeiro (Subúrbio)	...	Proprietário	51	Asfalto
ROSA	73	Dona De Casa	Rio De Janeiro (Favela)	...	Proprietário	50	Asfalto
RUTH	**57**	**Agente De Limpeza**	**Pernambuco**	**Campo**	**Proprietário**	**24**	**Casinhas**
STELLA	**28**	**Assistante De Direção**	**Rio De Janeiro (Favela)**	**Serviço**	**Proprietário**	**13**	**Asfalto**

PSEUDÔNIMO	IDADE	OCUPAÇÃO	ORIGEM GEOGRÁFICA	ORIGEM SOCIAL*	DOMICÍLIO	TEMPO NO MARAVILHA	LOCALIDADE
VITINHO	40	Biscate	Paraiba	Campo	Proprietário	36	Beira-Rio
WALTER	**58**	**Marinheiro**	**Rio De Janeiro (Subúrbio)**	**Militar**	**Proprietário**	**12**	**Asfalto**

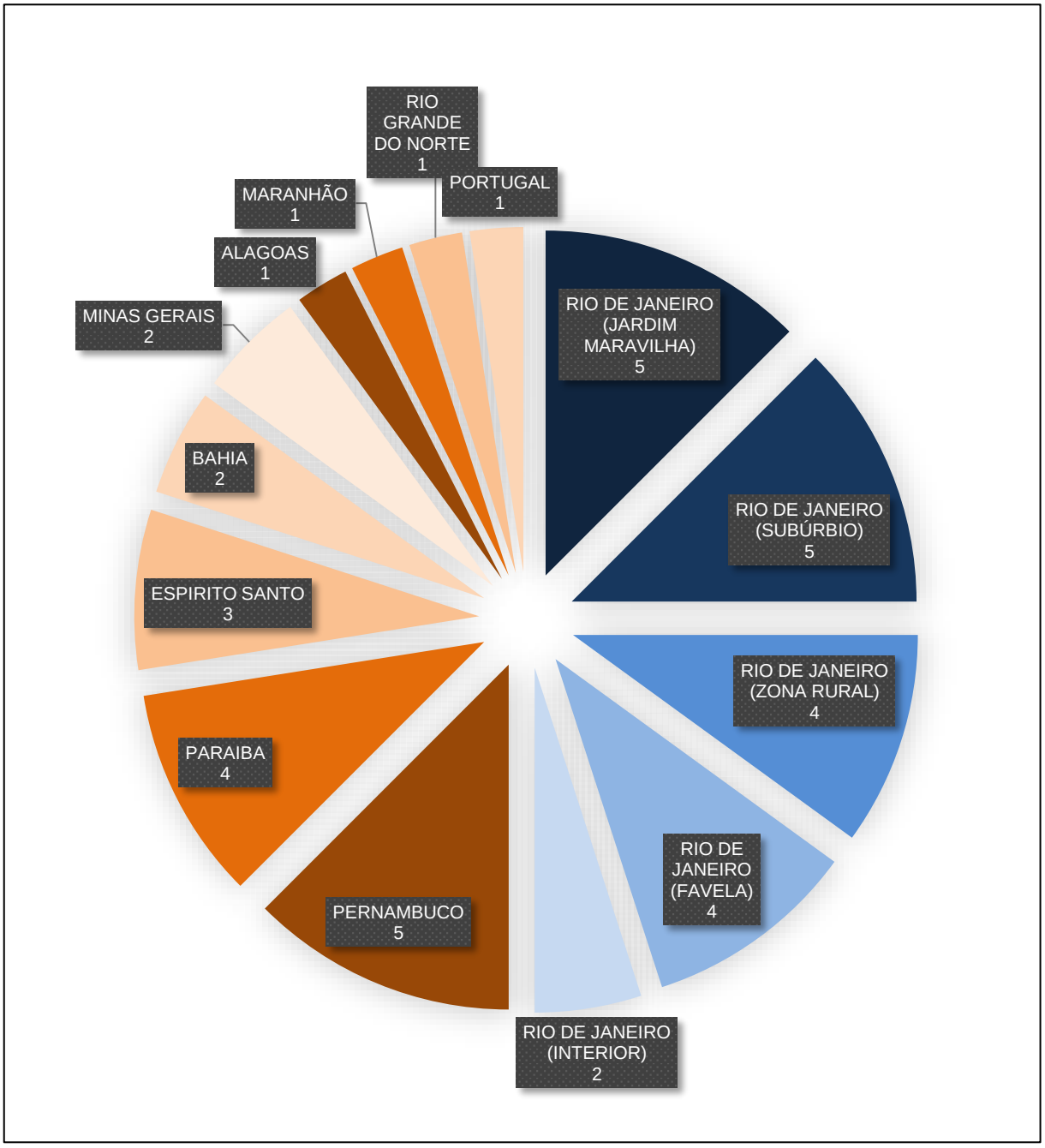
Fonte: Thomas Cortado (2017).
Notas: Algumas entrevistas que conduzimos no decorrer da pesquisa mas às quais não fizemos referência no corpo da tese não aparecem. Em negrito, os nossos interlocutores que se encaixam no perfil de “aliados” (WEBER, 2009, p. 36). (*) A coluna “origem social” designa o setor de atividade no qual os pais trabalhavam na infância do sujeito. Como nem sempre ambos os pais estavam ocupados exatamente no mesmo setor – o pai podia muito bem cuidar do gado na fazenda de um terceiro, enquanto a mãe trabalhava de costureira, por exemplo – optamos pelo setor mais relevante do ponto de vista do modo de vida. “Campo” não significa, assim, que ambos os pais (ou as pessoas que cuidaram do sujeito na infância) exerceram algum trabalho agrícola, mas que a família tinha um modo de vida típico de quem trabalha e mora na *roça*.

Gráfico 1 – Distribuição dos entrevistados por localidade de residência.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

Gráfico 2 – Distribuição dos entrevistados por origem geográfica.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA

Apresentação: “O meu nome é Thomas, sou estudante e faço aqui uma pesquisa, para minha faculdade, uma pesquisa sobre a história passada e recente do Jardim Maravilha, sobre a maneira como os moradores chegaram aqui e também a maneira como conseguiram, fizeram suas casas”.

Justificação da pesquisa: “Cheguei a me interessar pelo Jardim Maravilha, pela maneira como os moradores daqui fazem suas casas, porque o meu sogro também mora aqui, na Rua Pedro Osório, e foi ele mesmo que fez a casa dele lá, no terreno que comprou.”

Abertura: “Você poderia me contar um pouco como chegou a morar aqui, no Jardim Maravilha?”

- **A carreira residencial e familiar**

  Há quanto tempo que você mora no Jardim Maravilha?
  Onde você morava antes? Era de aluguel?
  Você já era casado? Conheceu sua esposa/seu marido aqui?
  Já tinha filhos?
  Já conhecia gente que morava aqui?
  Você trabalhava perto? E a sua esposa/o seu marido também? E hoje?
  Já mudou de casas dentro do Maravilha? Já morou de aluguel?
  Os seus filhos moram perto? Já tem a casa deles?
  Os seus irmãos também?
  Você está pensando em sair daqui?

- **Os usos do espaço**

  Você tinha parentes entre as pessoas que moravam na sua quadra?
  Hoje, você conhece as pessoas que moram na sua quadra?
  Você já convidou amigos ou parentes a vir morar para cá?
  Lembra dos primeiros comércios que abriram perto de sua casa?
  Os terrenos baldios serviam para alguma coisa?

Tinha alguma pracinha por perto?
Quais são as localidades que tem aqui?
Sabe por que aquela região se chama de “casinhas”?
De que você gostou quando conheceu o Maravilha?

- **O mercado de lotes**

Como você comprou o seu terreno? Já conhecia o dono?
Como você soube dos terrenos que tinha para vender?
Você procurava um terreno especificamente nesta rua?
Foi caro? Você pagou à vista ou parcelado?
Você assinou algum documento na hora de comprar?
Já planejou legalizar a sua propriedade?
Já quis vender? Já quis botar para alugar?
Você paga o IPTU?

- **A configuração do lote**

Qual era o tamanho do lote que comprou?
Qual é a primeira coisa que fez no terreno depois de comprar?
O que que é uma meia-água? Fez uma meia-água? Já tinha uma meia-água?
Onde você colocou os primeiros cômodos?
O que você fazia com o espaço que sobrava? Como aproveitava a frente, os fundos?
Já tinha muros? Quem levantou os muros? Qual muro pertence de você?
Onde colocou as janelas? Incomodou alguém?
Recebeu ajuda na hora de botar a laje?
Por que resolveu ampliar a casa?
Você já mudou a cozinha de lugar? Já mudou os quartos? Já mudou o banheiro?
Já tinha televisão, máquina de lavar quando chegou aqui?
Tem projeto para mudar outros cômodos de lugar?
O que resta para construir?
Já pensou em construir uma casa de aluguel no seu terreno?
Já pensou em dividir o terreno, para seus parentes ou filhos construir?

Já pensou em dividir o terreno, para vender?

Já pensou em abrir um negócio no seu terreno?

Não atrapalha o fato de ter seu negócio e sua casa no mesmo lugar?

- **A resolução dos problemas práticos**

Tinha água, luz, esgoto quando veio morar aqui?

Como você fazia para conseguir água, luz? Onde você jogava a água suja?

E hoje, ainda falta água, luz por aqui? Ainda tem problema com esgoto?

O que você faz quando falta água?

Alguém vem coletar o lixo?

Fica longe para você chegar no trabalho?

E o tráfego, o movimento dos carros, das motos, causa problema?

Como é a segurança aqui? Tem agressão? Tem gente com problema de droga?

APÊNDICE D – LISTA DOS PROGRAMAS E APLICATIVOS USADOS

ARCGIS – confecção de mapas

Disponível em: <https://www.arcgis.com/features/index.html>. Gratuito com restrições.

Audacity – edição das gravações áudio

Disponível em: <http://www.audacityteam.org/download/>. Gratuito.

Biblioscape – gestão bibliográfica

Disponível em: <http://www.biblioscape.com/>. Pago.

Fotor – edição de imagem

Disponível em: <https://www.fotor.com/pt/>. Gratuito com restrições.

Google Earth – fotografia aérea

Disponível em: <https://www.google.com/earth/download/gep/agree.html>. Gratuito com restrições.

Lucidchart – realização de diagramas

Disponível em: <https://www.lucidchart.com/>. Gratuito com restrições.

Microsoft Office – concepção do texto e das tabelas

Disponível em: <https://www.office.com/>. Pago.

Sketchup – construção de ilustrações 3D

Disponível em: <https://www.sketchup.com/pt-BR>. Gratuito com restrições.

Sonal – transcrição e análise temática das entrevistas

Disponível em: <http://www.sonal-info.com/>. Gratuit

APÊNDICE E – REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Thomas Cortado (Fotógrafo). *A favela e o loteamento, Vidigal e o Jardim Maravilha* (Fotografias). 2010 (cima) & 2014 (baixo). Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 2. Maurício de Abreu (Autor). *Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1978)* (Mapa). 1986. In: Maurício de Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013. Mapa 2.2.

Figura 3. Thomas Cortado (Fotógrafo). *A Rua Pedro Osório, antiga Avenida 2, vista do Asfalto (início) e das Casinhas (fim)* (Fotografias). 2014 (cima e baixo). Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 4. João Pedro Ribeiro (Cópia). *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel* (Litografia). 1947. Lisboa. Museu de Lisboa. Disponível em: <http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/planta-topografica-da-cidade-de-lisboa-arruinada-tambem-segundo-o-novo-alinhamento-dos-architectos-eugenio-dos-santos-carvalho-e-carlos-mardel.html>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 5. Marquês de Pombal (Assinatura). *Fachada à antiga calçada dos Caetanos, em Lisboa* (Desenho). 1772. Lisboa. Fundação Casa Rui Barbosa. Disponível em: <http://acasasenhorial.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fontes-documentais/plantas-antigas/44-plantas-antigas/529-palacete-do-marques-de-pombal-rua-formosa>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 6. Préfet du Département du Gard (Assinatura). *Plan general des nouveaux allignements à donner, et des embellissements à faire aux environs de la Maison Quarrée, pour terminer les Boulevards du pourtour de la ville de Nîmes* (Planta). 1801. Nîmes. Nemausensis. Disponível em: <http://www.nemausensis.com/Nimes/AccueilNimes.htm>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 7. Ricardo Severo (Autor). *Gelosia recta – São Paulo 1860-1870* (Gravura). 1916. São Paulo. In: Sociedade de Cultura Artística, *Conferências 1914-1915*. São Paulo: Typographia Levi, 1916. Figura 21. Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gelosia>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 8. José Correia Rangel (Autor). *Plano feito por ordem do Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Conde de Rezende Vice Rey e Capitão General de Mar e de Terra do Estado do Brazil* (Planta). 1795. Rio de Janeiro. In: José Correia Rangel,

Descrição do Plano do arrabalde da Cidade do Rio de Janeiro, que fica entre a estrada de Mata Cavallos, e a Rua nova do Conde da Cunha, no qual se mostra a ua do Lavradio, e a dos Invalidos, ou de S. Lourenço, feito por ordem do Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Conde de Rezende Vice Rey e Capitão General de Mar e de Terra do Estado do Brazil. Rio de Janeiro, s. n., 1796. Anexo. BN. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=63204>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 9 – Karl Robert Von Planitz (Desenhista). *Paço do Imperador do Brazil em S. Christovão, Rio de Janeiro* (Litografia). 1835-1840. Rio de Janeiro. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://historia.jbrj.gov.br/fotos/imagens.htm>. Acesso em: 2 de fev de 2017.

Figura 10. O Globo (Jornal). *Terrenos à venda em Villa Isabel* (Classificado). 1882. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1882, p. 4.

Figura 11. CMCRJ (Autor*). Projecto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro: planta geral* (Planta). 1876. Rio de Janeiro. BN. Detalhe. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=26583>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 12. PCRJ (Aprovação). *Fachada de uma casa a ser construída na Rua de São Diogo (s. n.)* (Planta)*.* Aprovada em 6 de nov. de 1968. 1868. Rio de Janeiro. AGCRJ. Divisão de Documentação Escrita Especial (DDEE): Caixa 1, Documento 2.

Figura 13. PCRJ (Aprovação). *Fachada e planta baixa de uma casa a ser construída na Rua do Catete, n. 35* (Planta)*.* Aprovada em 16 de fevereiro de 1881. 1881. Rio de Janeiro. AGCRJ. DDEE: Caixa 1, Documento 10.

Figura 14. PCRJ (Aprovação). *Planta dos terrenos contigos ao morro do Pinto, pertencente do Excellentíssimo Senhor Barão de Mauá, retalhando-se de combinação com o Senhor Antonio Pinto Fereira Morada* (Planta). 1875. Rio de Janeiro. AGCRJ. DDEE.

Figura 15. PCRJ (Aprovação). *Planta de um acrescimo aos predios n. 12 e 14 da Rua do Pinheiro* (Planta). 1898. Rio de Janeiro. AGCRJ. DDEE: Caixa 3, Documento 20.

Figura 16. Comissão da Carta Cadastral da Prefeitura do Distrito Federal (Autor). *Planta dos melhoramentos projectados pelo Prefeito Dr. F. P. Passos, incluindo os melhoramentos projectados pelo governo federal* (Planta). 1903. Rio de Janeiro. BN.

Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=31918>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 17. PCRJ (Aprovação). *Projecto de alargamento da Rua Camerino* (Planta). Aprovado em 19 de dezembro de 1903 (PAA 13). 1903. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 18. PCRJ (Aprovação). *Ruas projectadas nos terrenos da Companhia Brazileira de Immoveis e Construcções situadas na Rua Barão de Bom Retiro e Borda do Matto* (Planta). Aprovado em 26 de março de 1914 (PAA 679). 1914. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 19. PCRJ (Aprovação). *Projeto de alinhamento para a Rua Projetada A, no lado ímpar da Rua Prefeito Olímpio de Melo, entre a Rua Ricardo Machado e a Avenida Brasil* (Planta). Aprovado em 28 de novembro de 2015 (PAA 12.500). 2015. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 20. Estado do Amazonas (Aprovação). *Planta da colonia agricola Pedro Borges em S. José do Amatary, à margem esquerda do Rio Amazonas e projecto de divisão de lotes realisados pelos engenheiros Alberto Rangel e Angelino Bevilaqua* (Planta). Aprovada em 6 de fevereiro de 1900. 1900. Manaus. BN. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=32793>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 21. S. n. *Planta e catálogo dos terrenos situados na paragem denominada Villa Thereza proximo à Estação do Engenho de Dentro: arruados e devididos em lotes prontos a edificar que serão vendidos em leilão assim como a caza da fazenda Padilha pelo leiloeiro Silva Guimarães no dia 2 de fevereiro de 1880* (Planta). 1880. Rio de Janeiro. BN. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=32994>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 22. PCRJ. *Projecto para abertura de ruas e loteamentos do terreno n. 664 da Estrada Marechal Rangel* (Planta). Aprovado em 17 de junho de 1936 (PAL 2.142 PAA 2.525). 1936. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 23. À esquerda: Beira-Mar (Jornal). *Hipotecas pela Tabela Price* (Classificado). 1943. Rio de Janeiro. In: *Beira-Mar*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1943, p. 8. À direita: Correio da Manhã (Jornal). *Valorize seu dinheiro* (Classificado). 1947. Rio de Janeiro. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1947, p. 26.

Figura 24. À esquerda: Jornal do Commercio (Jornal). *Terrenos – Subúrbio* (Classificado). 1925. Rio de Janeiro. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1925, p. 26. À direita: O Radical (Jornal). *Uma nova cidade que surge!* (Classificado). 1936. Rio de Janeiro. In: *O Radical*, 27 de setembro de 1936, p. 7.

Figura 25. Gazeta da Tarde (Jornal). *Companhia de saneamento do Rio de Janeiro* (Classificado). 1889. Rio de Janeiro. In: *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1889, p. 4.

Figura 26. A Casa (Revista). *Concurso da A CASA – Primeiro premio*. Architectos: João de Souza Camargo e Carlos Reposo (Gravura). 1925. Rio de Janeiro. In: *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 16, 1925, p. 15.

Figura 27. A Manhã (Jornal). *A casa proletária na Ilha do Governador – Três pitorescos aspectos da "Vila 10 de Novembro", realização do Instituto da Estiva* (Fotografia). 1941. Rio de Janeiro. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1941, p. 6.

Figura 28. À direita: Correio da Manhã (Jornal). *A "Associação Lar Proletário"* (Artigo). 1941. Rio de Janeiro. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1941, p. 10. À esquerda: Jornal do Brasil (Jornal). *Inauguradas duzentas casas do Lar Proletário* (Artigo). 1941. Rio de Janeiro. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1941, p. 6.

Figura 29. O Globo (Jornal). *Facilitando as pequenas construcções* (Artigo). 1934. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1934, p. 1.

Figura 30. PCRJ (Autor). *Planta de casa proletária do tipo C* (Planta). 1936. Rio de Janeiro. AGCRJ: Processo n. 42.184 (Caixa 1, Documento 2).

Figura 31. À esquerda: O Globo (Jornal). *Os subúrbios agradecidos ao prefeito* (Artigo). 1942. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1942, p. 2. À direita: O Globo (Jornal). *Brinquedos para as crianças de Bangu* (Artigo). 1942. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, 24 de dezembro de 1942, p. 8.

Figura 32. O Globo (Jornal). *Um homem feliz não faz revolução!* (Artigo). 1937. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1937, p. 2.

Figura 33. PCRJ (Aprovação). *Projeto de arruamento e loteamento para o terreno onde existe o prédio n. 412 da Estrada da Cachamorra em Campo Grande* (Planta). Aprovado em 22 de outubro de 1953 (PAL 18.597 PAA 6.196). 1953. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 34. PCRJ (Aprovação). Projeto de arruamento e de loteamento proletário figurando as galerias de águas pluviais, para a quadra n. 4, do desmembramento da antiga Fazenda Boa Esperança situada em Marechal Hermes – Distrito Federal – junto aos terrenos do Ministério da Agricultura e à futura auto estrada de ligação da Rio São Paulo com a Avenida Brasil (Planta). Aprovado em 1947 (PAL 12.504 PAA 4566). 1947. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 35. Correio da Manhã (Jornal). *Loteamento Parque Anchieta* (Classificado). 1959. Rio de Janeiro. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1959, p. 9.

Figura 36. Diário de Notícias (Jornal). *Organização Mara Imobiliária* (Classificado). 1954. Rio de Janeiro. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 dezembro 1954, p. 3.

Figura 37. O Globo (Jornal). *Construa sua casa na praia (dentro do Distrito Federal)* (Classificado). 1954. Rio de Janeiro. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1954, p. 11.

Figura 38. Correio da Manhã (Jornal). *Às moscas o "Jardim Maravilha"* (Artigo). 1955. Rio de Janeiro. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1955, p. 1.

Figura 39. SOS Jardim Maravilha/Guaratiba RJ (Autor). *Publicação compartilhada no dia 20 de agosto de 2017, às 00:25* (Publicação Online). 2017. Rio de Janeiro. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/SOS.JardimMaravilhaRj/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 3 de jan. de 2017.

Figura 40. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista de uma rua nas Casinhas* (Fotografia). 2016. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista da Rua Pedro Osório nas Casinhas* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 41. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista de uma retroescavadeira manilhando uma vala negra na Rua Letícia nas Casinhas* (Fotografia). 2017. Rio de

Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista de uma vala negra sendo manilhada nas Casinhas* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 42. À esquerda: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista de uma placa da Rua Projetada n. 20, na esquina com a Estrada do Magarça (1)* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista de uma placa da Rua Projetada n. 20, na esquina com a Estrada do Magarça (2)* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 43. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista da Rua 73, na esquina com a Rua Letícia* (Fotografia). 2016. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista da Rua Tenente Portela, na esquina com a Rua 83* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 44. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Limites das construções na Baixada, vista da Rua 83* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Lamaçal na Avenida São José dos Campos* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 45. Stella (Pseudônimo, Autor). *Publicação compartilhada no dia 14 de dezembro de 2011, às 11:00* (Publicação Online). 2011. Rio de Janeiro. Facebook.

Figura 46. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Barracão à venda no final da Avenida Campo Mourão* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Casa de alvenaria isolada na Baixada* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 47. Thomas Cortado (Fotógrafo). *Cômodo e casinha nas Casinhas* (Fotografia). 2016. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 48. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Casa de meia-água na Rua Pedro Osório* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Casas de meia-água na Rua Ronda Alta* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 49. Thomas Cortado (Desenhista). *Casas de meia-água, duas águas e quatro águas* (Desenho 3D). 2017. Rio de Janeiro. Desenho executado com o programa *SketchUp*.

Figura 50. Em cima: Louis-Julien Jacottet (Desenhista). *Fazenda de Quissaman pris de Campos* (Gravura). 1861. Rio de Janeiro. BN. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6854>. Acesso em: 3 de jan. de 2017.

Em baixo: CMN Engenharia Ltda (Site). *Condomínio Green Place* (Fotografia). 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cmneng.com.br/web/portfolio/condominio-green-place/>. Acesso em: 3 de jan. de 2017.

Figura 51. Thomas Cortado (Fotógrafo). *Casa de meia-água e cômodo na Avenida São José dos Campos* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 52. Thomas Cortado (Fotógrafo). *Meia-água derrubada na Rua Buriti Bravo* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 53. Thomas Cortado (Fotógrafo). *Casa de dois andares na Rua Buriti Bravo* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 54. S. n. (Desenhista). *Planta inicial da casa de seu Walter* (Planta). 2004. Rio de Janeiro.

Figura 55. À esquerda: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Entrada da Rua Sítio Trossel* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Aviso de lançamento do condomínio Residencial Palmeiras, colocado na Estrada do Magarça* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 56. A Rua (Jornal). *A lavoura do Districto* (Artigo). 1917. Rio de Janeiro. In: *A Rua*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1917, p. 1.

Figura 57. S. n. (Fotógrafo). *Bonde Santa Clara – 1948* (Fotografia). 1948. Rio de Janeiro. Museu Virtual do Transporte Urbano. Disponível em: <http://www.museu-dantu.org.br/eriodejaneiro7.htm>. Acesso em: 2 de jan. de 2017

Figura 58. Em cima: DigitalGlobe, GeoEye e ESRI (Satélites). *Vista aérea da ponte na Avenida São José dos Campos* (Imagem Satélite). 2017. Rio de Janeiro. ARCGIS. Disponível em: <http://www.arcgis.com/home/index.html>. Acesso em: 2 de jan. de 2018. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Vista da ponta na Avenida São José dos Campos* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 59. Thomas Cortado (Fotógrafo). *Encontro com um rebanho de cabras na Baixada* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Licença: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 60. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Criações de seu Inácio na Avenida Beira-Rio* (Fotografia). 2017. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Plantações de seu Inácio* (Fotografia). 2014. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 61. Em cima: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Criações no quintal de seu Raimundo* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Embaixo: Thomas Cortado (Fotógrafo). *Plantações no quintal de Dona Ruth* (Fotografia). 2015. Rio de Janeiro. Licenças: Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Figura 62. À esquerda: Louis-Joseph Lebret (Autor). *Localisação das habitações Categoria 0-1* (Mapa). 1951. São Paulo. In: Louis-Joseph Lebret, "Sondagem Preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, v. 139, 1951. Planta n. 5. À direita: Louis-Joseph Lebret (Autor). *Localisação das habitações Categoria V-VI* (Mapa). 1951. São Paulo. In: Louis-Joseph Lebret, "Sondagem Preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, v. 139, 1951. Planta n. 6.

Figura 63. Diário da Noite (Jornal). *Prefeitura declara guerra aos loteamentos clandestinos* (Artigo). 1972. Rio de Janeiro. In: *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1972, p. 10.

Figura 64. Jornal do Brasil (Jornal). *Loteamento, a meia-favela da Zona Rural* (Artigo). 1970. Rio de Janeiro. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1970, p. 26.

Figura 65. NRL. *O que você precisa saber sobre loteamentos*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1986. p. 1 e 3.

Figura 66. DigitalGlobe, GeoEye e ESRI (Satélites). *Vista aérea da favela Morada Magarça* (Imagem Satélite). 2017. Rio de Janeiro. ARCGIS. Disponível em: <http://www.arcgis.com/home/index.html>. Acesso em: 2 de jan. de 2018.

Figura 67. Thomas Cortado (Desenhista). *O espaço da reciprocidade* (Diagrame). 2017. Rio de Janeiro. Diagrame executado com o programa *Lucidchart*.

Figura 68. PCRJ (Aprovação). *Projeto de urbanização* (Planta). Aprovado em 31 de dezembro de 1951 (PAL 16.810 PAA 5.815). 1951. Rio de Janeiro. SMU. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

Figura 69. Thomas Cortado (Autor). *Combinação das oito folhas do PAL 16.810* (Imagem). 2017. Rio de Janeiro. Com base no PAL 16.810.

Figura 70. DigitalGlobe (Satélite). *Jardim Maravilha em 2004* (Imagem). 2004. Rio de Janeiro. Imagem extraída do programa *Google Earth*.
Figura 71. DigitalGlobe (Satélite). *Jardim Maravilha em 2011* (Imagem). 2011. Rio de Janeiro. Imagem extraída do programa *Google Earth*.
Figura 72. DigitalGlobe (Satélite). *Jardim Maravilha em 2017* (Imagem). 2017. Rio de Janeiro. Imagem extraída do programa *Google Earth*.
Figura 73. NRL. *Como se inscrever no Núcleo*. Rio de Janeiro: PCRJ, 2015.
Figura 74. NRL. *Etapas para o deferimento do pedido de pré-inscrição ao NRL*. Rio de Janeiro: PCRJ, 2015.
Figura 75. NRL. *Etapas da regularização urbanística e fundiária de loteamentos*. Rio de Janeiro: PCRJ, 2015.
Figura 76. Elaine Moura. *Panfleto de campanha de Elaine Moura*. Rio de Janeiro, 2014.
Figura 77. Alexandre (Pseudônimo). *A verdade sobre as obras*. Rio de Janeiro, 2015.

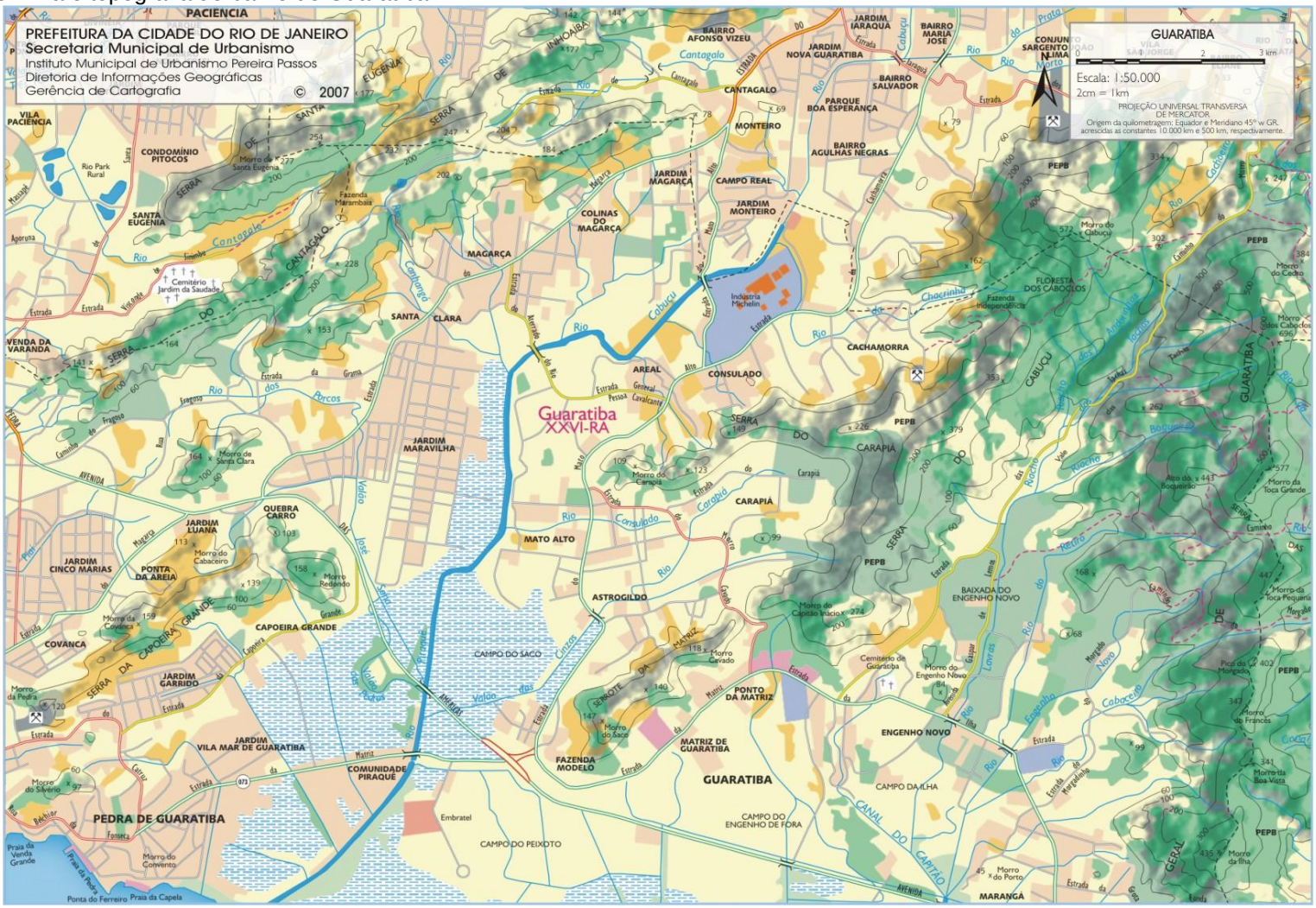
Mapa 1. IPP. *Guaratiba* (Mapa). PCRJ, SMU: Rio de Janeiro, 2007.
Mapa 2. Thomas Cortado. *Divisões Administrativas da Área de Planejamento n. 5* (Mapa). 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, Earthstar, Geographics, CNES/Airbus DS, ESRI. Executado com o programa *ARCGIS*. Disponível em: < http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?ap-pid=5aedec534c1e42559abecd6c1d7a738a>. Acesso em: 2 de jan. de 2018.
Mapa 3. Thomas Cortado. *Distribuição dos loteamentos irregulares e clandestinos no Rio de Janeiro* (Mapa). 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, ESRI, HERE, Garmin, USGS, NGA. Executado com o programa *ARCGIS*. Disponível em: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?ap-pid=46d32f4ef1f844dd93b9ea4c07ad121f>. Acesso em: 2 de jan. de 2018.
Mapa 4. Thomas Cortado. *Distribuição das favelas no Rio de Janeiro* (Mapa). 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, ESRI, HERE, Garmin, USGS, NGA. Executado com o programa *ARCGIS*.
Mapa 5. Thomas Cortado. *As localidades do Jardim Maravilha em 2017*. 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, Earthstar, Geographics, CNES/Airbus DS, ESRI. Executado com o programa *ARCGIS*.

Mapa 6. Thomas Cortado. *As ruas do Jardim Maravilha* (Mapa). 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, ESRI, HERE, Garmin, USGS, NGA. Executado com o programa *ARCGIS*. Disponível em: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=32a1f81563da48edb9dce9cc119e8b3f>. Acesso em: 2 de jan. de 2018.

Mapa 7. Thomas Cortado. *Áreas atingidas pelo programa Bairro-Maravilha Oeste na Área de Planejamento n. 5* (Mapa). 2017. Rio de Janeiro. Informações cartográficas: IPP, ESRI, HERE, Garmin, USGS, NGA. Executado com o programa *ARCGIS*. Disponível em: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=279f970770f847ad9971a89439a8023c>. Acesso em: 2 de jan. de 2018.

ANEXO A – TOPONÍMIA DE GUARATIBA

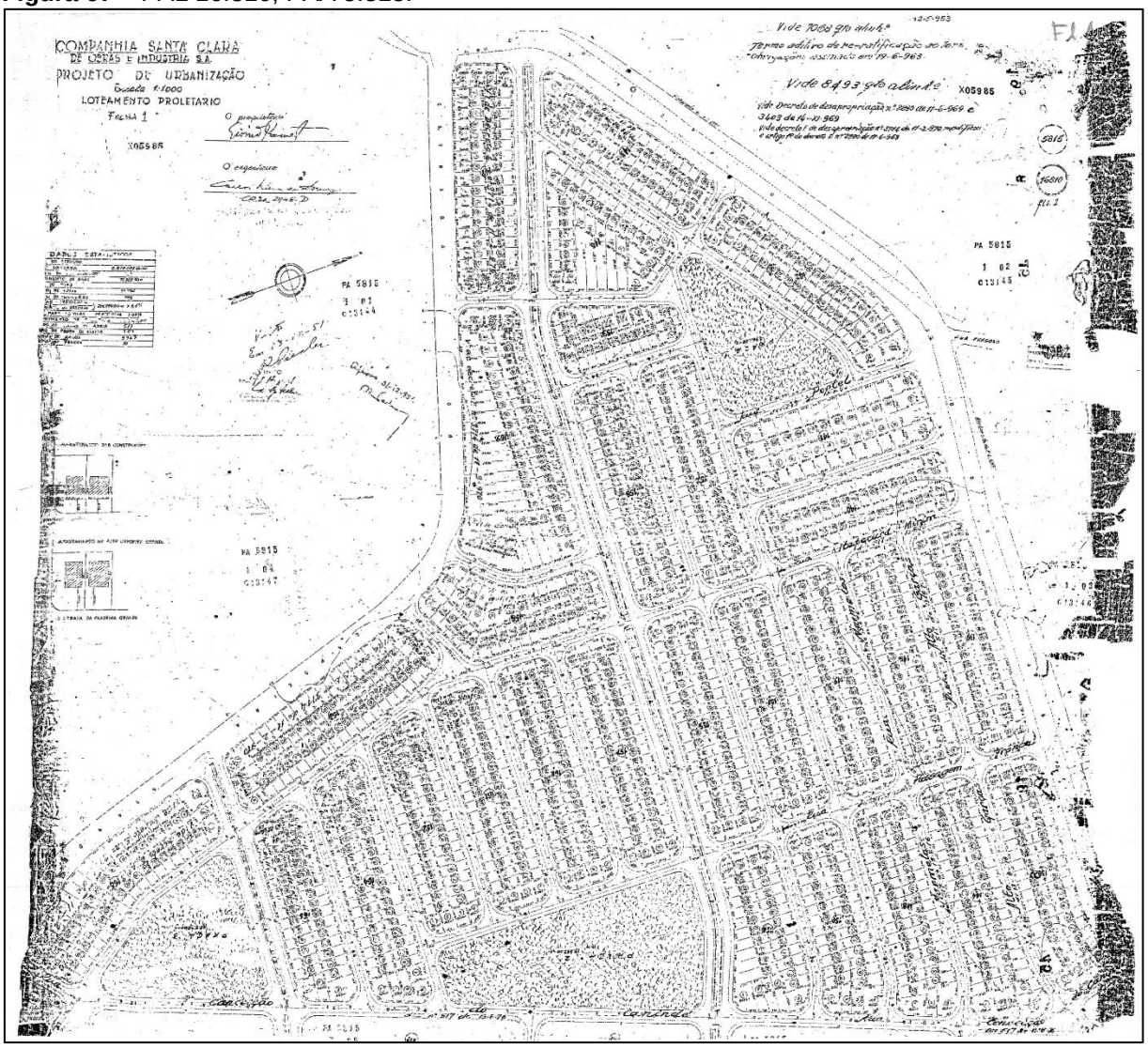
Mapa 1 – Toponímia e topografia do bairro de Guaratiba.



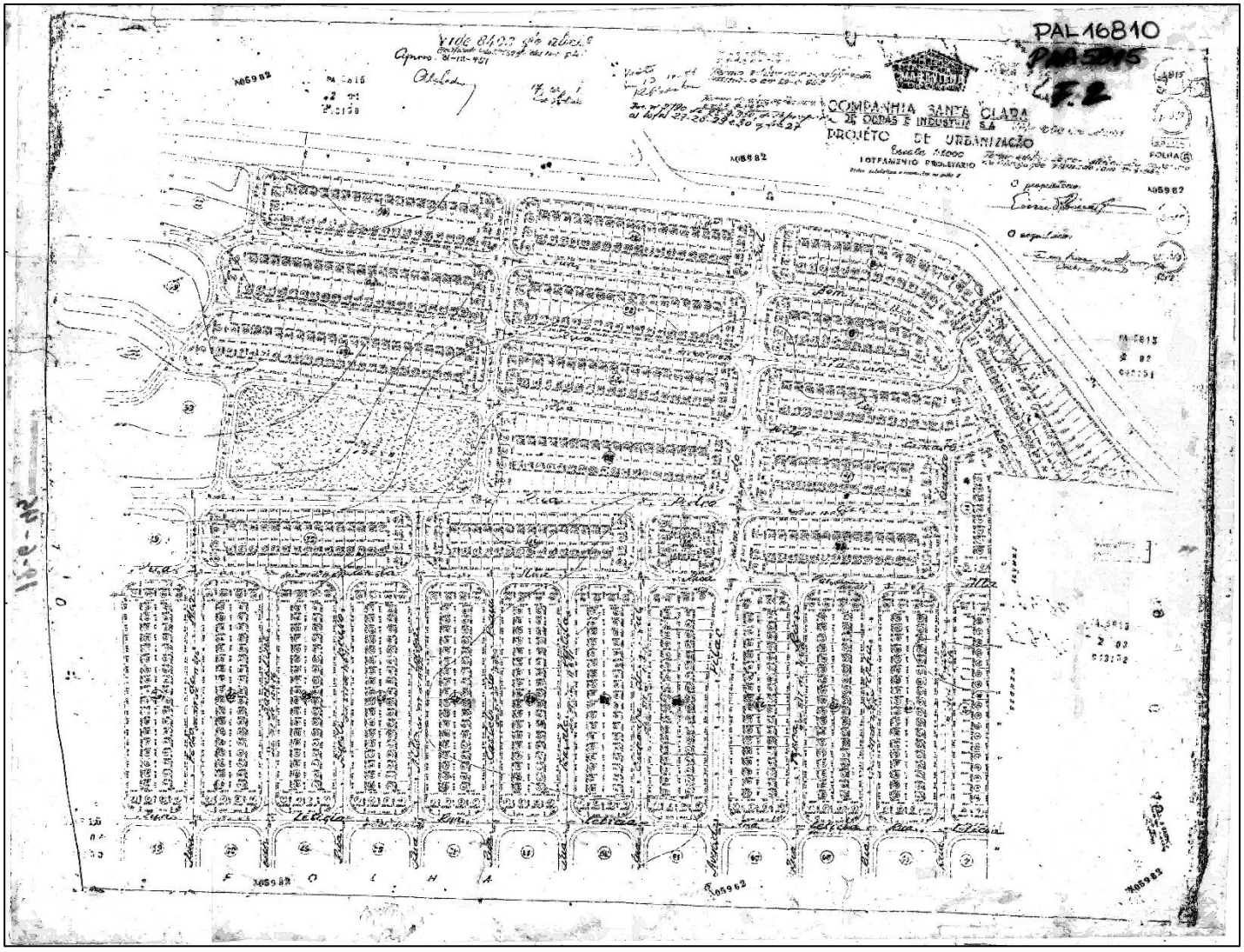
Fonte: IPP (2007).

ANEXO B – O PAL DO JARDIM MARAVILHA

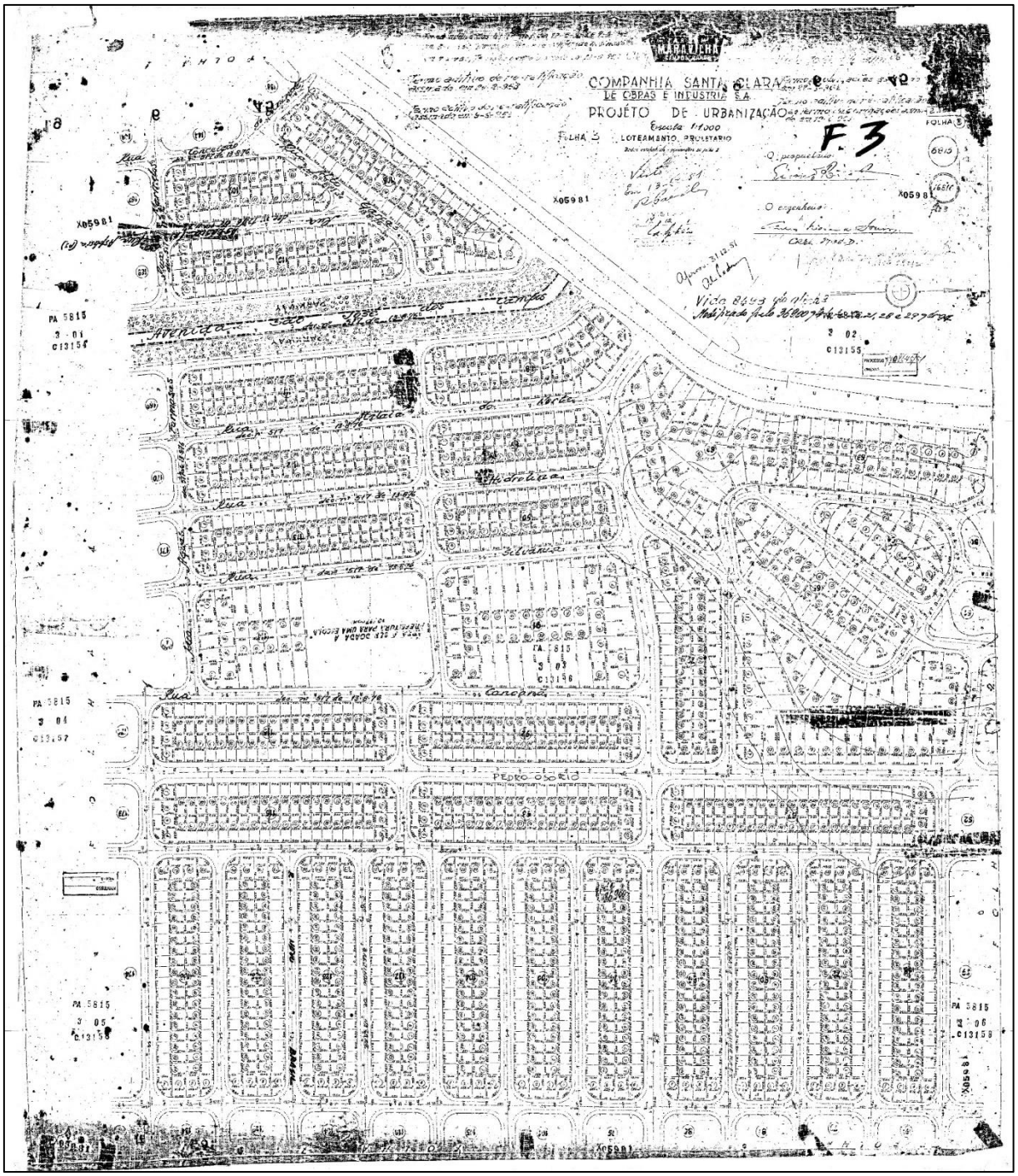
Figura 67 – PAL 16.810, PAA 5.815.



Folha 1/8.


PAL 16810
COMPANHIA SANTA CLARA
DE OBRAS E INDUSTRIA S.A
PROJETO DE URBANIZAÇÃO
LOTEAMENTO PROLETARIO
FOLHA 6
F O L H A

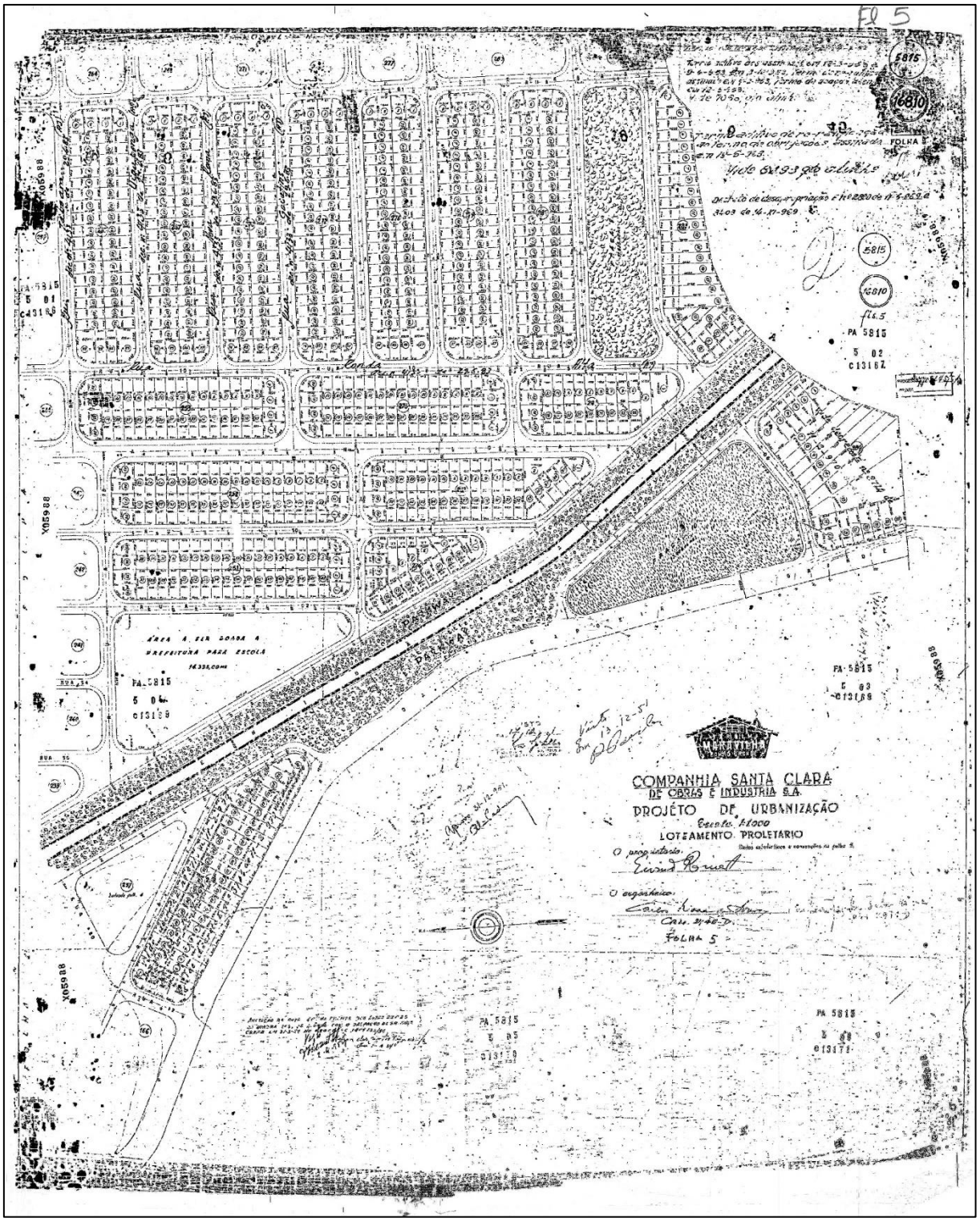
Folha 2/8.


COMPANHIA SANTA CLARA
DE OBRAS E INDUSTRIA S.A.
PROJETO DE URBANIZAÇÃO
Escala 1:1000
FOLHA 3
LOTEAMENTO PROLETARIO
F3
Pedro Osorio
Rua
Avenida

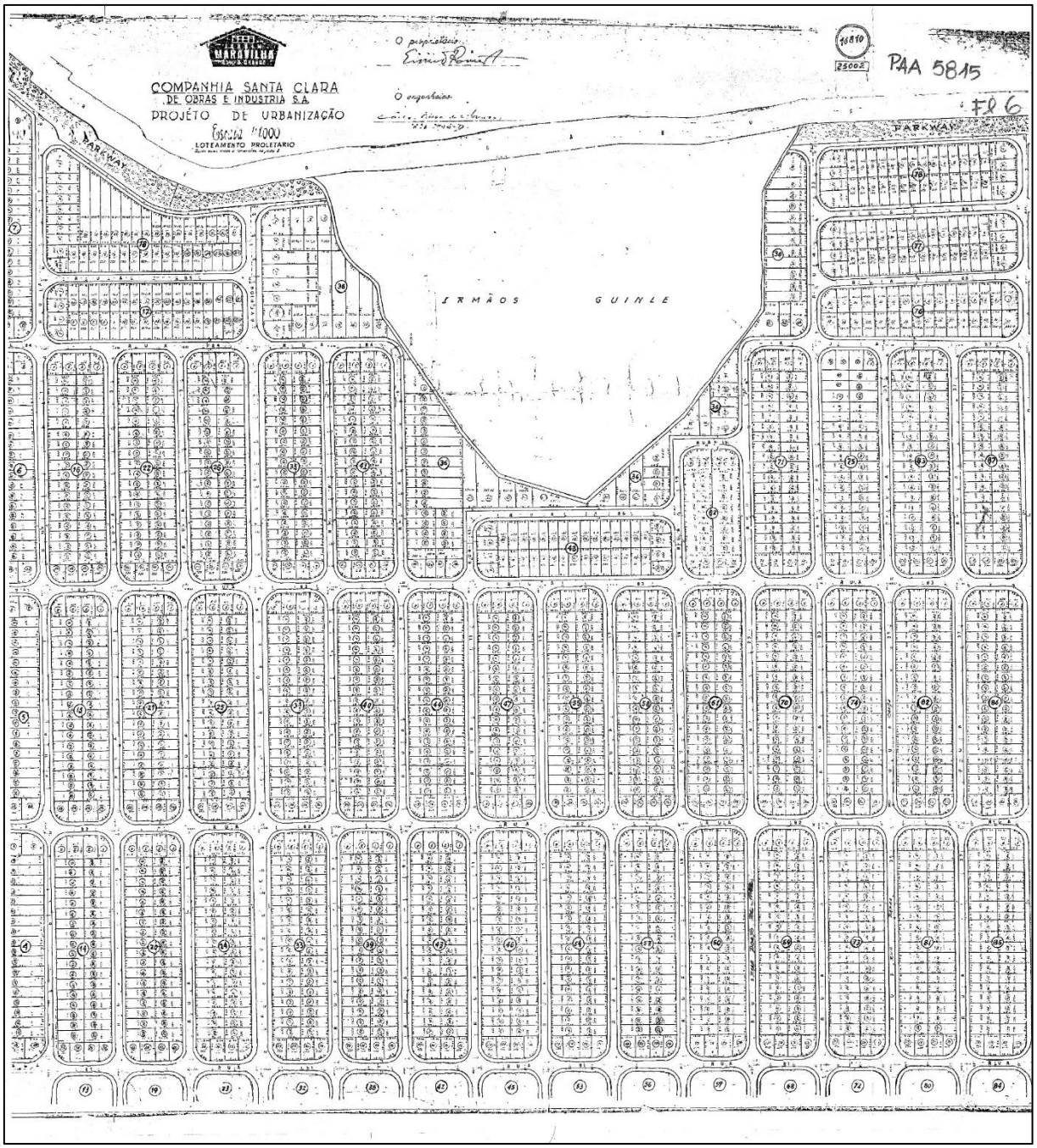
Folha 3/8.


Fl 4
COMPANHIA SANTA CLARA
DE CERAS E INDUSTRIA S.A.
PROJETO DE URBANIZAÇÃO
PM 5815
PAL 16810
PARKWAY

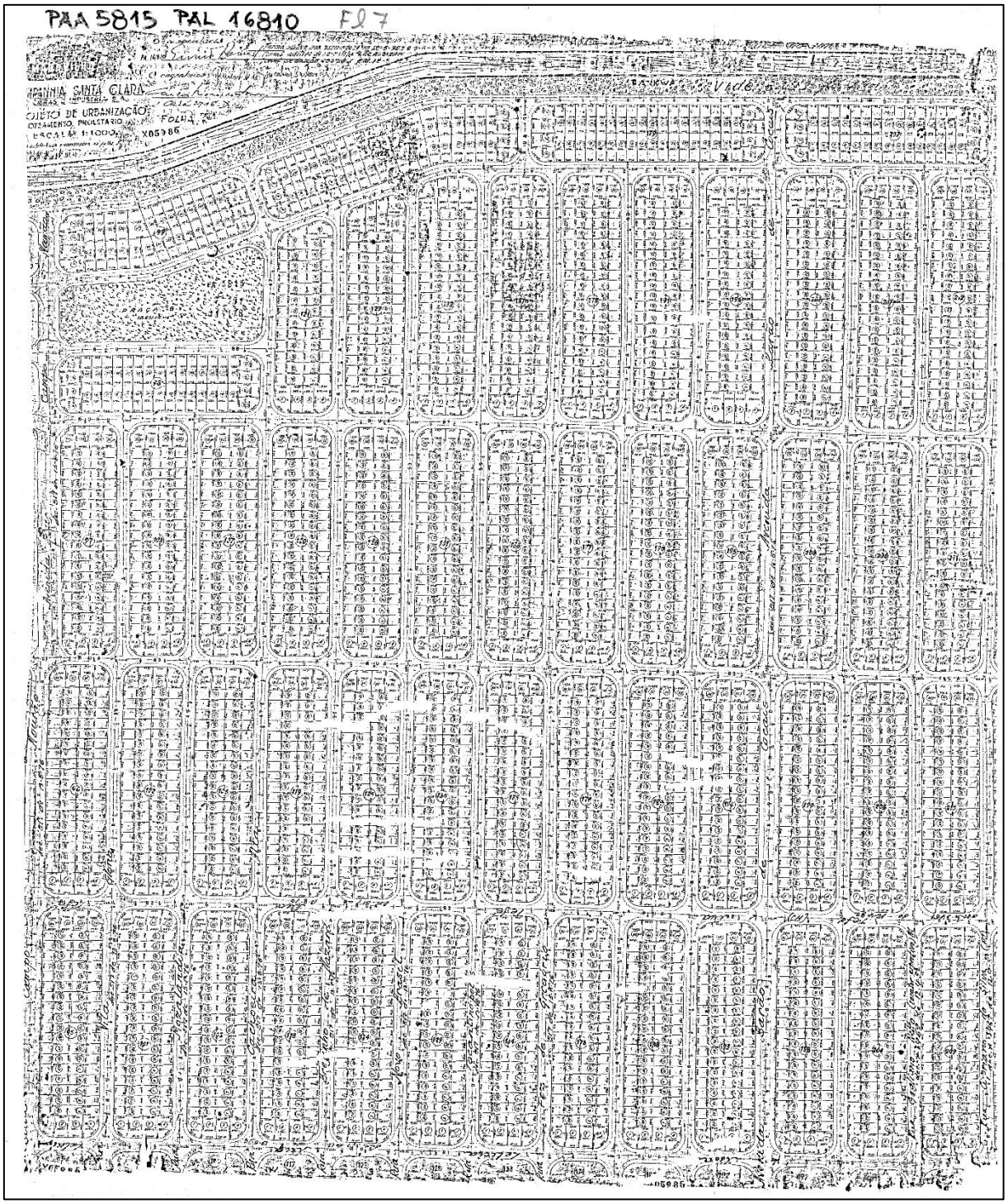
Folha 4/8.


Fl 5
COMPANHIA SANTA CLARA
DE OBRAS E INDUSTRIA S.A.
PROJÉTO DE URBANIZAÇÃO
LOTEAMENTO PROLETARIO
FOLHA 5
PA 5815
5 02
C13162
PA 5815
5 03
C13163
PA 5815
5 04
C13164
PA 5815
5 05
C13165
PA 5815
5 01
C13161
AREA A SER DOADA A PREFEITURA PARA ESCOLA
14.333,00 m²
RUA 34
RUA 35
PARKWAY
Y05988

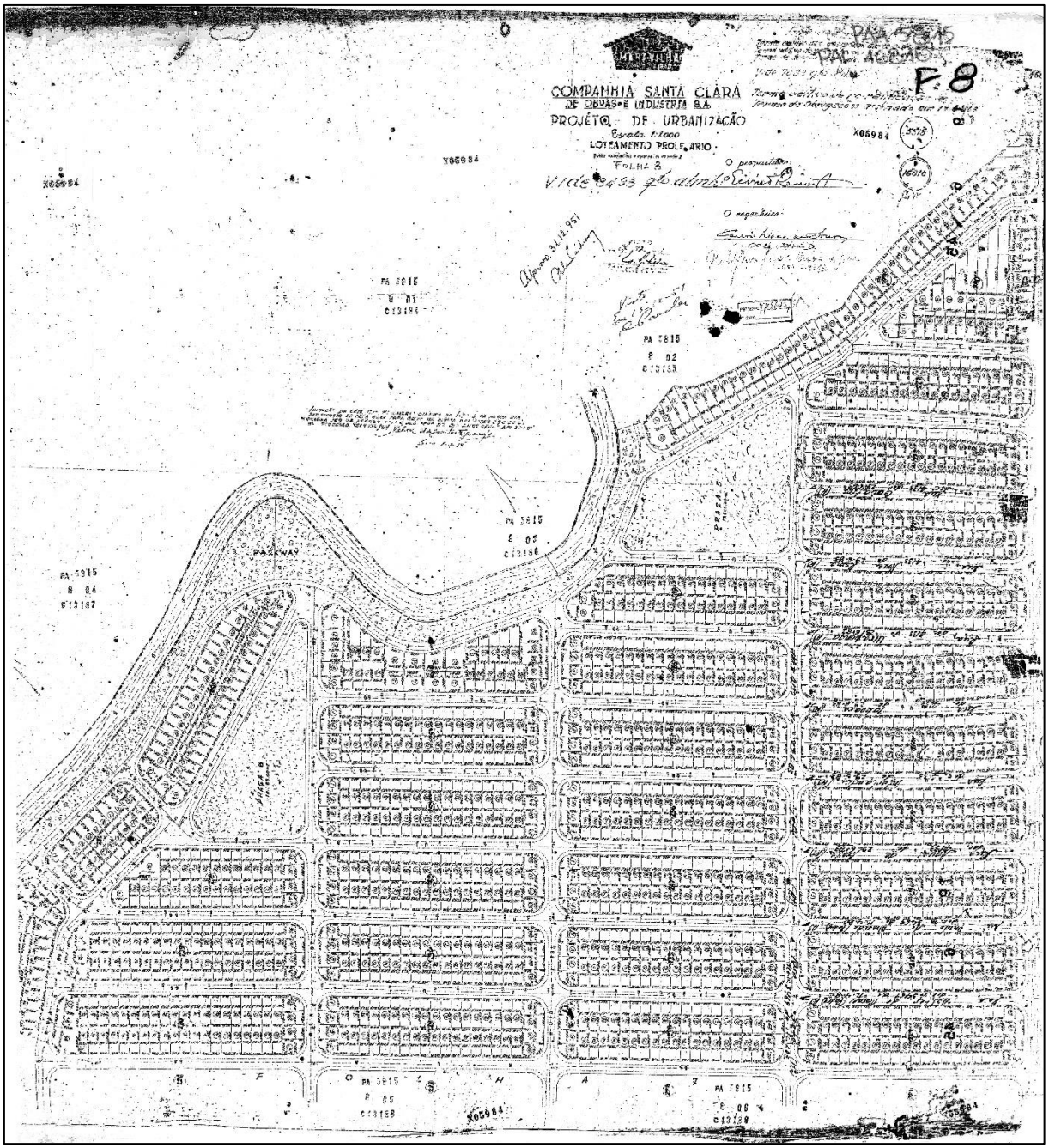
Folha 5/8.


MARAVILHA
COMPANHIA SANTA CLARA
DE OBRAS E INDUSTRIA S.A.
PROJÉTO DE URBANIZAÇÃO
LOTEAMENTO PROLETARIO
PAA 5815
Fl 6
PARKWAY
IRMÃOS GUINLE

Folha 6/8.

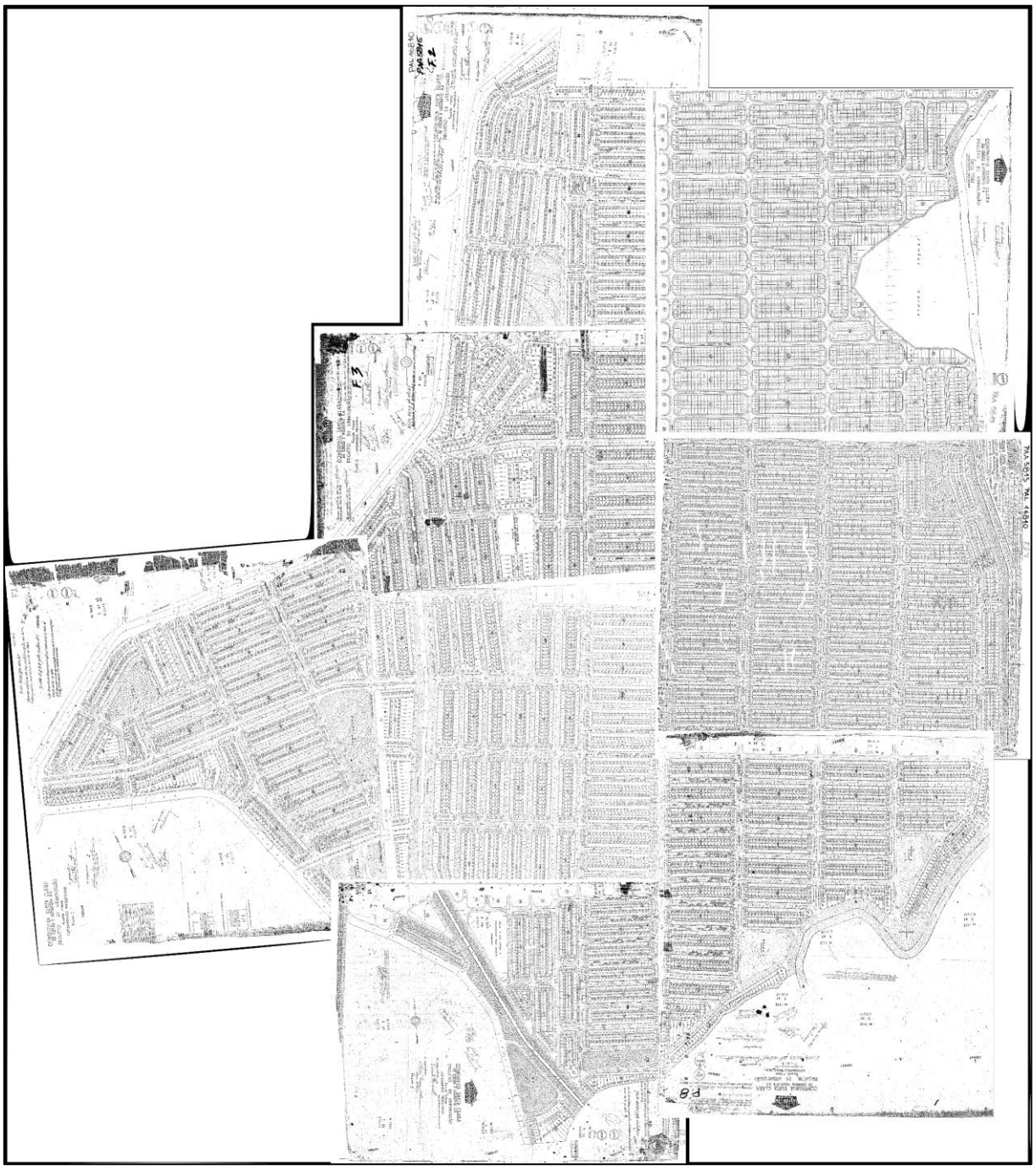

PAA 5815 PAL 16810 Fl 7
FREGUESIA SANTA CLARA
PROJECTO DE URBANIZAÇÃO
LOTEAMENTO PROLETARIO
ESCALA 1:1000
FOLHA 7
X05986

Folha 7/8.



Folha 8/8.
Fonte: SMU (2017).

Figura 68 – Justaposição das oito folhas do PAL 16.810.



Fonte: SMU (2010).

ANEXO C – ESTATÍSTICAS CENSITÁRIAS A RESPEITO DO JARDIM MARAVILHA

Tabela 2 – Características sócio-demográficas por setor censitário (II).

Setor	Situação	Localidade	Domicílios*	Moradores*	Densidade habitacional	Moradores com menos de 15 anos	Moradores com 60 anos ou mais
0024	Normal	Padaria dos Velhinhos	233	776	3,33	28,2%	6,2%
0025	Normal	Padaria dos Velhinhos	105	315	3,00	20,3%	18,1%
0026	Normal	Padaria dos Velhinhos	170	566	3,33	24,7%	9,0%
0027	Normal	Casinhas	187	634	3,39	27,0%	9,5%
0028	Normal	Casinhas	390	1.221	3,13	24,7%	8,0%
0029	Normal	Asfalto	197	659	3,35	24,1%	12,0%
0030	Normal	Asfalto	172	569	3,31	22,5%	13,5%
0031	Subnormal	Careca	184	658	3,58	29,0%	5,8%
0032	Normal	Asfalto	169	521	3,08	20,2%	15,4%
0033	Normal	Asfalto	186	437	2,35	23,1%	8,9%
0035	Normal	Baixada	243	798	3,28	28,6%	7,4%
0057	Normal	Casinhas	163	578	3,55	30,4%	5,9%
0109	Normal	Casinhas	226	751	3,32	25,0%	8,1%
0110	Normal	Asfalto	138	433	3,14	22,4%	12,2%
0111	Normal	Asfalto	213	709	3,33	23,3%	11,3%
0116	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	273	844	3,09	27,6%	7,9%
0156	Normal	Baixada	148	445	3,01	21,3%	14,3%
0159	Normal	Casinhas	196	694	3,54	31,8%	4,5%
0160	Normal	Asfalto	124	384	3,10	22,9%	10,7%
0161	Normal	Asfalto	229	787	3,44	26,2%	10,0%
0163	Normal	Asfalto	250	838	3,35	23,6%	9,7%
0164	Subnormal	Careca	158	587	3,72	27,1%	5,8%
0165	Normal	Asfalto	111	368	3,32	26,1%	11,1%
0167	Normal	Casinhas	100	367	3,67	27,5%	9,3%
0171	Normal	Beira-Rio	392	1.321	3,37	29,1%	7,3%
0201	Subnormal	Careca	146	537	3,68	31,5%	6,5%
0205	Normal	Casinhas	213	677	3,18	23,8%	11,7%
0207	Normal	Casinhas	220	764	3,47	31,9%	4,7%
0237	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	89	272	3,06	18,8%	4,4%
0246	(A)normal**	Casinhas	29	95	3,28	31,6%	8,4%
Jardim Maravilha	**..**	**..**	**5.654**	**18.605**	**3,29**	**26,2%**	**8,9%**

Fonte: IBGE (2010).
Notas: Abreviamos a denominação dos setores censitários, visto que todos pertencem ao 31º subdistrito censitário da cidade do Rio de Janeiro. (*) Todos os dados a seguir remetem aos domicílios particulares permanentes e às pessoas morando neles (*) O setor aparece como normal nas tabelas do IBGE, porém consta como favela no SABREN.

Tabela 3 – Características sócio-demográficas por setor censitário (II).

Setor	Situação	Localidade	Sex ratio	Moradores de cor ou raça parda ou preta	Renda mensal mediana das pessoas responsáveis em reais*	Domicílios com renda mensal per capita abaixo de 1/2 salário mínimo	Domicílios com renda mensal per capita acima de 1 salário mínimo
0024	Normal	Padaria dos Velhinhos	87/100	74,5%	725	33,0%	25,3%
0025	Normal	Padaria dos Velhinhos	75/100	36,8%	946	18,1%	53,3%
0026	Normal	Padaria dos Velhinhos	92/100	51,3%	785	27,0%	43,1%
0027	Normal	Casinhas	88/100	64,4%	583	38,5%	20,9%
0028	Normal	Casinhas	91/100	63,6%	635	39,7%	25,9%
0029	Normal	Asfalto	89/100	60,4%	609	29,4%	29,9%
0030	Normal	Asfalto	82/100	66,6%	519	36,0%	20,9%
0031	Subnormal	Careca	98/100	71,1%	418	60,3%	9,2%
0032	Normal	Asfalto	82/100	47,8%	867	18,3%	47,9%
0033	Normal	Asfalto	94/100	49,7%	791	47,8%	18,3%
0035	Normal	Baixada	95/100	82,5%	679	27,2%	35,8%
0057	Normal	Casinhas	1 1/100	81,7%	495	49,1%	18,4%
0109	Normal	Casinhas	1	61,3%	749	24,8%	38,5%
0110	Normal	Asfalto	95/100	68,6%	647	28,3%	29,0%
0111	Normal	Asfalto	95/100	54,7%	676	34,7%	28,6%
0116	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	1	71,6%	639	38,1%	24,5%
0156	Normal	Baixada	89/100	67,6%	695	30,9%	34,5%
0159	Normal	Casinhas	99/100	76,4%	686	32,1%	22,0%
0160	Normal	Asfalto	89/100	57,8%	518	43,5%	16,9%
0161	Normal	Asfalto	96/100	63,5%	822	27,5%	38,9%
0163	Normal	Asfalto	1	59,8%	733	28,8%	36,8%
0164	Subnormal	Careca	94/100	65,9%	458	54,4%	10,1%
0165	Normal	Asfalto	82/100	56,3%	778	27,0%	32,4%
0167	Normal	Casinhas	82/100	67,6%	655	49,0%	21,0%
0171	Normal	Beira-Rio	93/100	63,6%	672	35,5%	29,6%
0201	Subnormal	Careca	1 7/100	63,9%	560	40,4%	23,3%
0205	Normal	Casinhas	93/100	55,4%	840	19,7%	41,3%
0207	Normal	Casinhas	96/100	65,4%	461	52,7%	12,7%
0237	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	97/100	40,4%	732	18,0%	23,6%
0246	(A)normal	Casinhas	1 11/100	71,6%	425	45,2%	12,9%
Jardim Maravilha	**..**	**..**	**93/100**	**63,9%**	**655**	**35,2%**	**28,0%**

Fonte: IBGE (2010).
Nota: A renda mediana foi calculada por interpolação linear com base nas classes de rendimento das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com renda.

Tabela 4 – Características urbanísticas por setor censitário.

Setor	Situação	Localidade	Domicílios sem medidor de luz de uso exclusivo	Domicílios sem identificação de logradouro	Domicílios sem iluminação pública	Domicílios sem pavimentação	Domicílios com esgoto a céu aberto
0024	Normal	Padaria dos Velhinhos	23,6%	33,5%	75,5%	61,4%	18,9%
0025	Normal	Padaria dos Velhinhos	4,8%	0,0%	6,7%	61,9%	38,1%
0026	Normal	Padaria dos Velhinhos	15,3%	8,8%	0,0%	89,8%	8,8%
0027	Normal	Casinhas	17,6%	17,1%	0,0%	92,5%	0,0%
0028	Normal	Casinhas	16,2%	0,0%	0,0%	59,0%	25,9%
0029	Normal	Asfalto	10,2%	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%
0030	Normal	Asfalto	3,5%	13,4%	0,0%	0,0%	0,0%
0031	Subnormal	Careca	3,8%	28,8%	0,0%	96,7%	16,3%
0032	Normal	Asfalto	9,5%	1,2%	0,0%	7,7%	0,0%
0033	Normal	Asfalto	1,6%	58,1%	7,5%	12,9%	1,1%
0035*	Normal	Baixada	30,9%	..	..	..	..
0057	Normal	Casinhas	31,9%	86,5%	28,2%	100,0%	98,8%
0109	Normal	Casinhas	23,9%	23,9%	0,0%	84,5%	52,7%
0110	Normal	Asfalto	17,4%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%
0111	Normal	Asfalto	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
0116	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	60,1%	55,7%	51,6%	69,6%	73,6%
0156	Normal	Baixada	13,5%	1,4%	5,0%	11,5%	0,0%
0159	Normal	Casinhas	38,3%	100,0%	0,0%	91,8%	71,7%
0160	Normal	Asfalto	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
0161	Normal	Asfalto	18,3%	7,9%	0,0%	9,2%	11,8%
0163	Normal	Asfalto	7,2%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%
0164	Subnormal	Careca	19,0%	36,1%	10,1%	100,0%	0,0%
0165	Normal	Asfalto	31,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
0167	Normal	Casinhas	9,0%	24,0%	0,0%	89,0%	13,0%
0171	Normal	Beira-Rio	37,5%	56,6%	17,1%	57,4%	37,8%
0201	Subnormal	Careca	42,5%	44,5%	7,5%	95,2%	0,0%
0205	Normal	Casinhas	21,1%	2,3%	0,0%	71,4%	19,7%
0207	Normal	Casinhas	10,0%	47,3%	47,7%	99,5%	92,3%
0237	Subnormal	Padaria dos Velhinhos	12,4%	85,4%	100,0%	46,1%	88,8%
0246*	(A)normal	Casinhas	89,7%	..	..	..	..
Jardim Maravilha	**..**	**..**	**20,4%**	**25,1%**	**12,2%**	**48,4%**	**24,0%**

Fonte: IBGE (2010).
Notas: (*) O setor não foi reconhecido como urbano pelo IBGE, portanto carece de dados relativos ao entorno dos domicílios (logradouro, iluminação, esgoto a céu aberto, etc.).

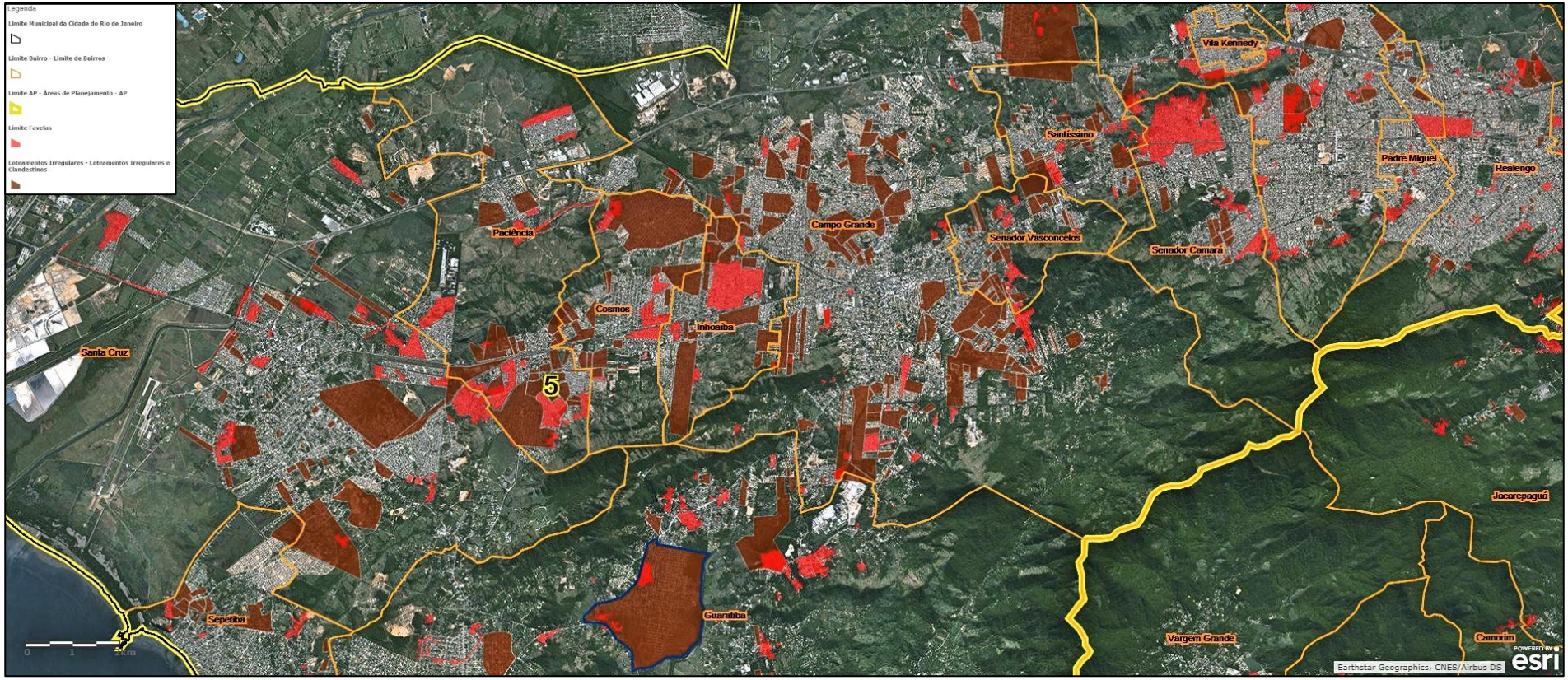
Tabela 5 – Características sócio-demográficas e urbanísticas por localidade.

Variável	Asfalto	Casinhas	Padaria dos Velhinhos	Careca	Beira-Rio	Baixada
Domicílios	1.789	1.724	870	488	392	391
Moradores	5.705	5.781	2.773	1.782	1.321	1.243
Densidade demográfica em habitante por km²	11.175	2.171	6.048	12.280	5.673	2.131
Densidade habitacional	3,19	3,35	3,19	3,65	3,37	3,18
Renda mediana mensal das pessoas responsáveis em reais	712	628	720	451	672	682
Proporção de domicílios não-ocupados no total de domicílios	15,5%	25,9%	16,0%	16,3%	19,5%	11,1%
Domicílios alugados	17,2%	21,2%	11,1%	7,6%	15,8%	18,4%
Domicílios sem medidor de luz de uso exclusivo	9,5%	22,0%	30,0%	20,3%	37,5%	24,3%
Domicílios sem identificação de logradouro	9,3%	30,7%	38,0%	35,9%	56,6%	0,5%
Domicílios sem iluminação pública	0,8%	8,9%	49,3%	5,5%	17,1%	1,8%
Domicílios sem pavimentação	3,2%	80,7%	67,1%	97,3%	57,4%	4,2%
Domicílios com esgoto a céu aberto	1,7%	44,6%	44,9%	6,1%	37,8%	0,0%
Pessoas responsáveis com renda mensal abaixo de 1 salário mínimo (sm)	33,5%	41,7%	34,0%	64,2%	35,4%	36,2%
Pessoas responsáveis com renda mensal acima de 2 sm	24,8%	22,2%	27,1%	7,0%	18,0%	22,4%
Domicílios com renda mensal per capita abaixo de 1/2 sm	32,0%	37,6%	30,2%	52,5%	35,5%	28,5%
Domicílios com renda mensal per capita acima de 1 sm	30,7%	25,6%	31,3%	13,7%	29,6%	35,3%
Moradores de cor ou raça negra ou parda	58,9%	66,2%	61,7%	67,2%	63,6%	77,4%
Moradores com menos de 15 anos	23,5%	27,5%	25,5%	29,1%	29,1%	26,1%
Moradores com 60 anos ou mais	11,4%	7,7%	8,4%	6,0%	7,3%	9,7%

Fonte: IBGE (2010).
Nota: Se em alguns casos, como o do Morro Careca, os limites dos setores censitários coincidiam com os da localidade, em outros não. Com efeito, especialmente no caso da Baixada, é preciso interpretar esses dados com cuidado. Também, desde a data de realização do censo, muitas coisas mudaram no Jardim Maravilha, como a urbanização do Morro Careca e o avanço da frente de expansão nas Casinhas, no Beira-Rio e na Baixada, informações que obviamente não aparecem aqui.

ANEXO D – A ÁREA DE PLANEJAMENTO N. 5

Mapa 2 – Divisões administrativas da Área de Planejamento n. 5



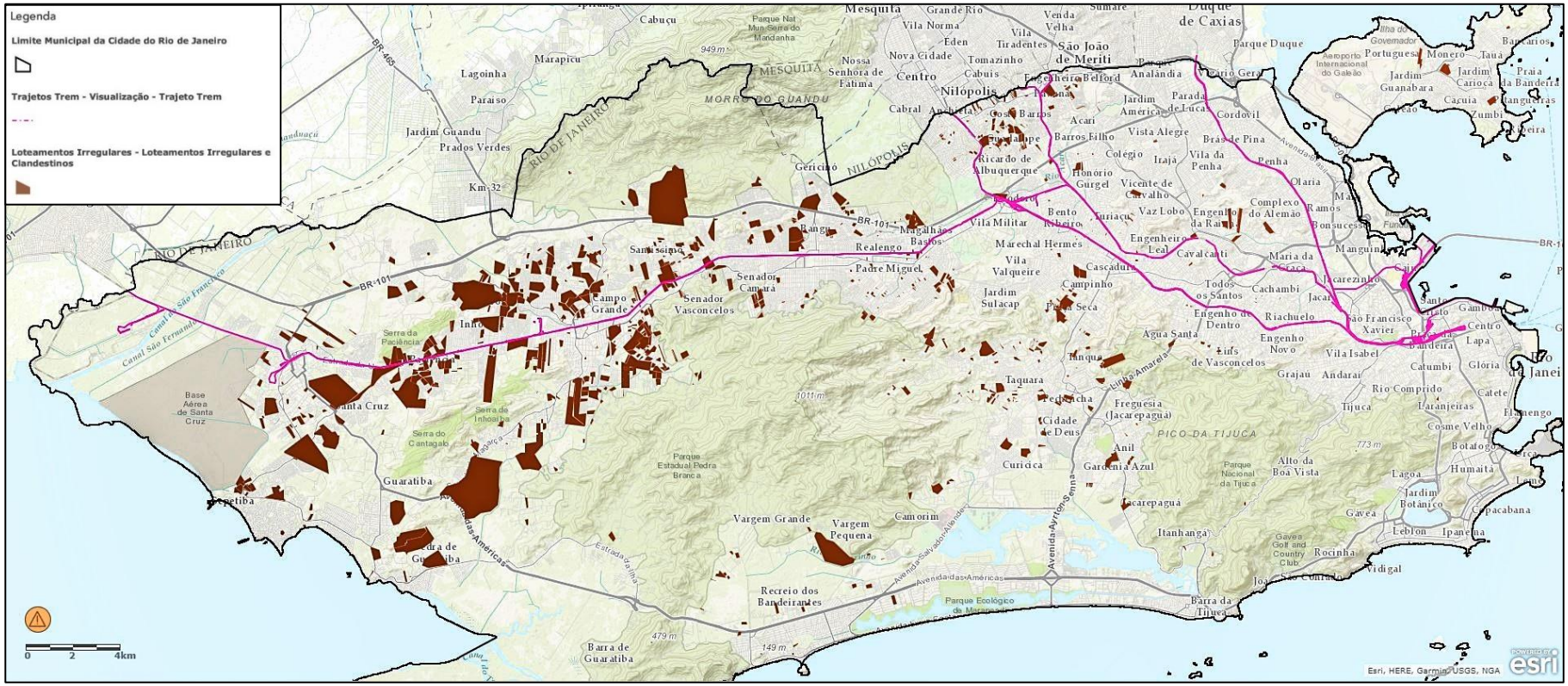
Fonte: IPP (2017).
Nota: O Jardim Maravilha consta cercado de azul escuro. O mapa focou na região de Campo Grande para deixar ver melhor os loteamentos irregulares da região, portanto alguns bairros no Leste e no Sul da AP 5 não aparecem. Para navegar no mapa: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=5aedec534c1e42559abecd6c1d7a738a>. Acesso em 17 de dezembro 2017.

Quadro 5 – Divisões administrativas da Área de Planejamento n. 5.
Fonte: IPP (2017).

ÁREA DE PLANEJAMENTO	"SUBPREFEITURA"	REGIÃO ADMINISTRATIVA	BAIRRO
5	5.1	XVII - BANGU	PADRE MIGUEL
			BANGU
			SENADOR CAMARÁ
			GERICINÓ
		XXXIII - REALENGO	DEODORO
			VILA MILITAR
			CAMPO DOS AFONSOS
			JARDIM SULACAP
			MAGALHÃES BASTOS
			REALENGO
	5.2	XVIII - CAMPO GRANDE	SANTÍSSIMO
			CAMPO GRANDE
			SENADOR VASCONCELOS
			INHOAÍBA
			COSMOS
	5.3	XIX - SANTA CRUZ	PACIÊNCIA
			SANTA CRUZ
			SEPETIBA
	5.4	XXVI - GUARATIBA	GUARATIBA
			BARRA DE GUARATIBA
			PEDRA DE GUARATIBA

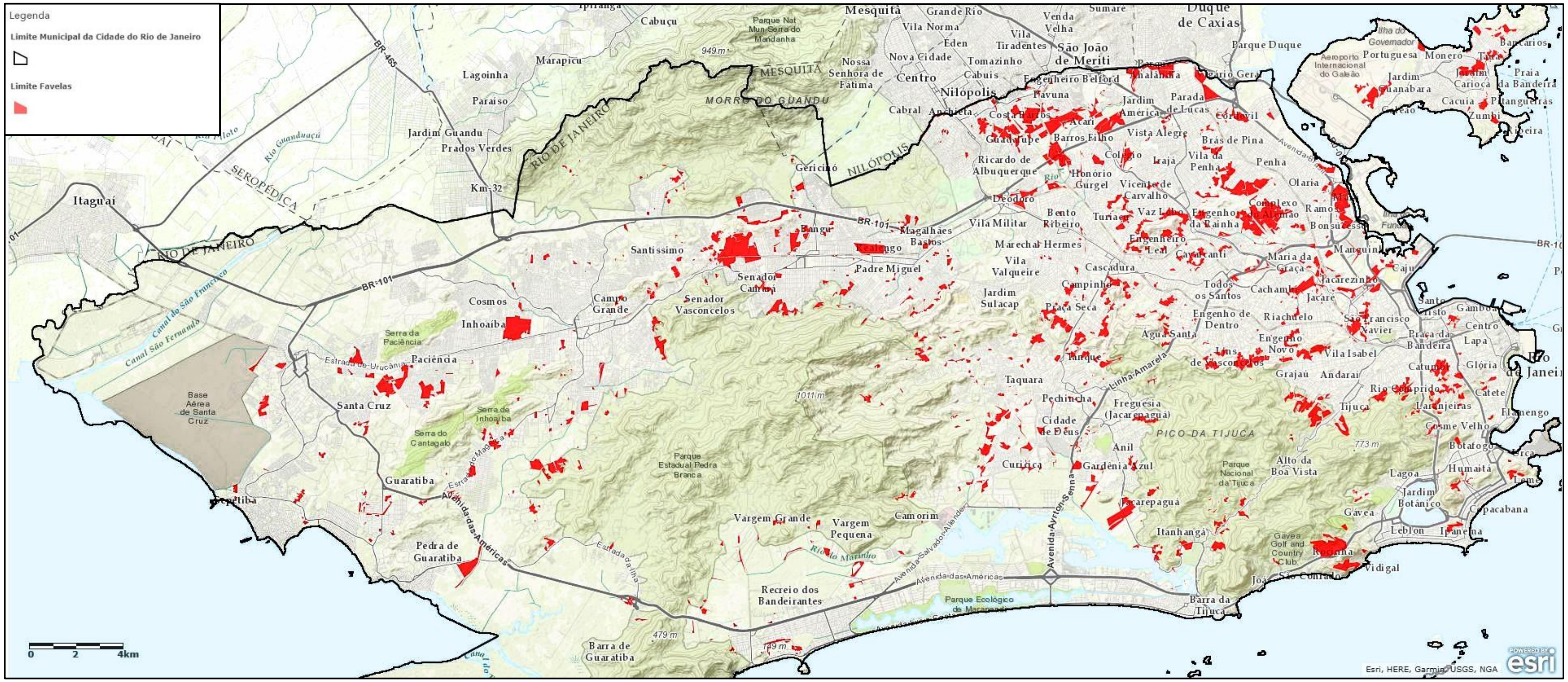
ANEXO E – DISTRIBUIÇÃO DOS LOTEAMENTOS IRREGULARES E CLANDESTINOS NO RIO DE JANEIRO

Mapa 3 – Distribuição dos loteamentos irregulares e clandestinos no Rio de Janeiro.



Fonte: IPP (2017).
Nota: O Jardim Maravilha ficou cercado de vermelho. Para navegar no mapa: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=46d32f4ef1f844dd93b9ea4c07ad121f>. Acesso em: 17 de dezembro 2017.

Mapa 4 – Distribuição das favelas no Rio de Janeiro.



Fonte: IPP (2017).

ANEXO F – CENSO DOS LOTEAMENTOS PROLETÁRIOS

Quadro 6 – Projetos de loteamentos proletários no Rio de Janeiro.

PAL***	PAA	ÁPRO-VADO EM:	BAIRRO	NOME	COMPANHIA LOTEADORA	LO-TES	ÁREA (m²)	REG**
3.844	3.047	1938	GUADALUPE	-	-	31	10.500*	R
4.133	3.119	1938	RAMOS	-	CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS OPE-RÁRIOS ESTIVADORES	35	115.008*	R
4.592	3.211	1939	COELHO NETO	VILLA BANDEIRANTE	-	970*	422.692	R
4.598	3.212	1939	BARROS FILHO	-		103	30.000*	R
5.273	3.344	1940	CORDOVIL	-	COMPANHIA TERRITORIAL DO RIO DE JANEIRO	85	26.400*	R
5.276	3.347	1940	MARECHAL HER-MES	VILLA BOA ESPERANÇA	COMPANHIA SUBURBANA DE TERRENOS E CONS-TRUÇÕES	112	37.000	R
5.330	3.353	1940	DEL CASTILHO	-		93	35.000*	R
5.476	3.366	1940	HONORÓRIO GURGEL	-	COMPANHIA SUBURBANA DE TERRENOS E CONS-TRUÇÕES	55	33.150*	R
5.510	3.368	1940	PARADA DE LU-CAS	-	COMPANHIA TERRITORIAL DO RIO DE JANEIRO	30	8.000*	R
5.898	3.977	-	COELHO NETO	-	-	831*	300.000*	R
6.768	3.622	1940	PIEDADE	-	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS	27	8.900*	-
6.892	3.641	1941	PILARES	-	-	75	23.500*	R
7.199	3.716	1941	PITANGUEIRAS	-	-	65	11.000*	R

(continuação)

7.263	3.727	1942	SANTÍSSIMO	-	-	54	20.200*	R

7.311	3.732	1942	INHAUMA	-	-	85	35.150	R
7.860	3.799	1942	TOMÁS COELHO	-	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS	87	36.520	R
9.401	3.986	1944	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	122	49.500*	R
9.628	4.013	1943	CAMPO GRANDE	-	CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS DO DISTRITO FEDERAL	112	48.083	R
10.441	4.144	1945	BENFICA	-	INSTITUTO DE PENSÕES E APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES DO ESTADO	56	13.000*	R
10.678	4.195	1945	PADRE MIGUEL	-	CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS DA CENTRAL DO BRASIL	89	25.052	R
10.751	4.213	1945	PENHA	-	-	291	103.384	R
10.875	4.246	1945	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	99	47.569	R
11.101	4.292	1946	SENADOR CAMARÁ	-	-	103	36.059	R
11.737	4.400	1946	CAMPO GRANDE	-	-	368	132.426	R/I
11.926	4.428	1946	COLÉGIO	JARDIM BOA VISTA	-	183	76.000	R/F
12.060	4.468	1946	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	57	52.599	R
12.135	4.480	1947	CAMPO GRANDE	-	-	1.136	496.271	R
12.504	4.566	1947	GUADALUPE	VILA LBA	LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA	584	230.378	R
12.613	4.589	1947	PENHA CIRCULAR	-	-	426	263.712	R

(continuação)

12.666	4.593	1947	MAGALHÃES BASTOS	-	-	409	136.144	R

12.691	4.594	1947	HONORÓRIO GURGEL	-	-	67	25.854	R
12.912	4.706	1946	COLÉGIO	-	-	60	19.747	R
13.248	4.817	1948	PENHA	-	-	276	103.384	R
13.336	4.850	1947	IRAJÁ	-	INSTITUTO DE PENSÕES E APOSENTADORIA DOS COMERCIÁRIOS	1.041	552.633	R
13.403	4.869	1948	CAMPO GRANDE	VILA CORCUNDINHA	-	758	313.591	I
13.688	4.941	1948	CAMPO GRANDE	VILA IEDA	-	245	116.427	I
13.784	4.960	1948	MARECHAL HER-MES	-	-	86	26.600*	R
13.811	4.966	1948	REALENGO	-	-	433	161.472	R
13.977	5.024	1949	VILA DA PENHA	-	-	22	16.810	R
14.038	5.050	1945	CAMPO GRANDE	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA NACIONAL	54	35.000*	R
14.229	5.101	1949	CAMPO GRANDE	-	-	432	196.026	R
14.294	5.114	1949	PACIÊNCIA	VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	IMOBILIÁRIA COMERCIAL VIEIRA SOBRINHO	225	229.230	I
14.474	5.201	-	BRÁS DE PINA	-	IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA*	404	159.252	R/F
14.482	5.205	1950	HONORÓRIO GURGEL	-	BANCO DA CAPITAL	957	353.310	R
14.536	5.223	1949	FREGUESIA	-	CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE SERVI-ÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL	54	25.623	R

(continuação)

14.626	5.254	1949	CAMPO GRANDE	-	COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL	89	49.428	R

14.635	5.255	1949	TOMÁS COELHO	-	COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES INDENIZADORA	367	279.788	R
14.806	5.307	1950	MAGALHÃES BASTOS	-	-	153	58.787	R
14.930	5.154	1949	REALENGO	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA NACIONAL	85	103.933	R
15.009	5.345	1949	SENADOR VASCONCELOS	-	-	81	33.480	R
15.083	5.365	1950	ROCHA MIRANDA	-	-	312	110.280	R
15.131	5.371	1950	SENADOR CAMARÁ	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA BANGU	1.199	266.470*	R
15.136	5.372	1950	COLÉGIO	-	-	274	95.928	R
15.141	5.376	1950	OSVALDO CRUZ	-	-	90	28.507	R
15.142	5.377	1950	SANTA CRUZ	VILA UNIVERSAL	-	776	662.593	I
15.181	5.381	1950	BANGU	-	-	99	30.550	R
15.218	5.385	1950	REALENGO	-	COMPANHIA DE IMPORTAÇÕES INDUSTRIAL E CONSTRUTORA	454	161.146	R
15.322	5.415	1950	REALENGO	-	-	151	49.248	R
15.400	5.428	1950	COSMOS	VILA SANTA LUZIA	-	302	113.365	I
15.679	5.506	1950	PADRE MIGUEL	-	-	176	59.540	R
15.741	5.436	1950	MAGALHÃES BASTOS	VILA MARIZA	-	210	75.092	R

(continuação)

15.778	5.563	1950	GUADALUPE	-	FUNDAÇÃO CASA POPULAR*	332	140.150	R

15.792	5.574	1950	GUADALUPE	-	CAIXA BANCÁRIA DE CRÉDITO MUNICIPAL LTDA	62	18.268	R
15.832	5.583	1950	MARECHAL HERMES	-	COMPANHIA INTERNACIONAL DE IMÓVEIS	270	138.271	R
15.853	5.588	1950	REALENGO	-	-	82	27.750	R/F
15.953	5.622	1951	REALENGO	JARDIM ÁGUA BRANCA	-	1.516	680.765	R/F
15.958	5.624	1951	PACIÊNCIA	JARDIM ESPERANÇA	-	156	61.292	I
15.987	5.634	1951	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	2.572	662.410	R
16.013	5.641	1950	INHAUMA	-	IMOBILIÁRIA ESTRELA LTDA	112	29.440	R
16.198	5.676	1951	SENADOR VASCONCELOS	-	-	22	9.930	I
16.249	6.069	1953	REALENGO	-	-	319	101.085	R
16.290	5.704	1952	MAGALHÃES BASTOS	-	-	311	109.635	R/I
16.359	5.717	1951	CAMPO GRANDE	VILA CALIFÓRNIA	COMPANHIA TERRITORIAL INDUSTRIAL DO BRASIL*	385	166.354	I
16.394	5.729	1950	CAMPO GRANDE	-	-	309	187.031	I/F
16.438	5.733	1951	PAVUNA	VILA PEDRO II	EMPRESA DE TERRAS SÃO PAULO E RIO LTDA	60	17.100	R
16.446	5.734	1951	REALENGO	PARQUE ANDRADE	COMPANHIA IMOBILIÁRIA EXPANSÃO E MELHORAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL	80	29.600	R
16.499	5.738	1951	PADRE MIGUEL	-	-	55	23.550	R

(continuação)

16.618	6.189	1953	COCOTÁ	-	-	33	42.316	R

16.667	5.786	1951	GUADALUPE	-	-	1.370	491.834	R
16.701	5.798	1951	IRAJÁ	-	-	137	34.460	R
16.718	5.806	1951	COELHO NETO	-	-	22	15.182	R
16.757	5.812	1951	REALENGO	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA NACIONAL	22	16.097*	R
16.787	5.814	1951	CAMPO GRANDE	JARDIM SÃO GERALDO	-	512	290.222	R
16.810	5.815	1951	GUARATIBA	JARDIM MARAVILHA	COMPANHIA DE OBRAS E INDÚSTRIA SANTA CLARA S.A.	11.756	4.150.000	I/F
16.815	5.816	-	REALENGO	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA GURINHEM	259	87.463	R/I
16.843	5.819	1952	REALENGO	-	-	70	24.374	R
16.892	5.834	1950	CAMPO GRANDE	-	-	150	67.263	I
16.919	6.849	1951	CAMPO GRANDE	-	-	260	103.690	I
16.927	5.840	1952	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	665	384.000	R
17.050	5.852	1952	PADRE MIGUEL	-	-	1.043	343.225	R/F
17.086	5.854	1952	IRAJÁ	-	-	30	10.153	R
17.262	5.880	1952	RICARDO ALBU-QUERQUE	-	IMOBILIÁRIA DAIN LTDA	134	59.268	R
17.348	5.893	-	PACIÊNCIA	JARDIM 7 DE ABRIL	VILLA SAGRES S.A.	2.870	1.073.583	I

(continuação)

17.453	5.911	1952	BANGU	-	IMOBILIÁRIA MIRANDA LTDA	118	45.700	R

17.482	5.916	1952	REALENGO	-	-	88	34.800	I
17.641	5.947	1952	SENADOR VAS-CONCELOS	-	-	49	19.910	R
17.675	5.972	1952	OLARIA	-	-	28	10.400	R/F
17.677	5.968	1952	OSVALDO CRUZ	-	-	20	6.601	R
17.680	5.970	1952	BRÁS DE PINA	-	-	85	36.533	R
17.705	5.980	1952	PACIÊNCIA	-	CONSTRUTORA ITATINGA	625	363.533	R/F
17.874	5.338	1950	REALENGO	-	-	48	21.500*	I/R
17.878	6.021	1960	INHOAIBA	-	-	253	106.091	I
17.892	6.007	1953	REALENGO	BAIRRO SANTA CECÍLIA	COMPANHIA IMOBILIÁRIA NACIONAL	100	37.068	R
18.057	6.047	1953	CAMPO GRANDE	-	-	74	31.700	I
18.131	6.071	1954	IRAJÁ	-	-	49	15.499	R
18.134	6.072	1953	IRAJÁ	BAIRRO ALVORADA	-	63	20.543	R
18.310	6.125	1953	BENTO RIBEIRO	-	-	46	15.592	R
18.338	6.139	1953	SANTA CRUZ	-	-	14	5.195	I
18.382	6.138	1953	CAMPO GRANDE	BAIRRO AURORA	BANCO COMERCIAL DA CAPITAL DA REPÚBLICA S.A.	430	189.488	I

(continuação)

18.412	6.145	1953	CAMPO GRANDE	PARQUE FRANCISCO JOSÉ	-	274	114.476	I

18.443	6.156	1953	CAMPO GRANDE	-	CONSTRUTORAL ITA LTDA	489	200.000	R
18.447	6.457	1953	CAMPO GRANDE	-	COMPANHIA DE IMPORTAÇÕES INDUSTRIAL E CONS-TRUTORA	180	57.672	R
18.529	6.172	1953	GUARATIBA	VILA MAR DE GUARATIBA	-	11.699	5.777.012	I
18.559	6.178	1953	OSVALDO CRUZ	-	-	90	29.072	R
18.560	6.179	1953	OSVALDO CRUZ	-	-	18	5.634	R
18.581	6.180	1953	PAVUNA	-	COMPANHIA DE IMPORTAÇÕES INDUSTRIAL E CONS-TRUTORA	110	39.241	R
18.596	6.191	1953	REALENGO	JARDIM NOVO REA-LENGO	COMPANHIA INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES	2.500	957.800	R/F
18.597	6.196	1953	CAMPO GRANDE	-	-	129	115.000	R
18.688	6.217	1953	IRAJÁ	-	SACIL	434	156.000	R
18.710	6.220	1953	REALENGO	-	COMPANHIA DE IMPORTAÇÕES INDUSTRIAL E CONS-TRUTORA	84	31.551	R
18.745	6.230	1953	PADRE MIGUEL	VILA REALENGO	-	986	353.900	R
18.794	6.249	1953	CAMPO GRANDE	JARDIM SÃO PAULO	-	229	138.057	I
18.828	6.261	1953	BANGU	-	-	132	64.600	R
18.866	6.268	1953	PRAÇA SECA	-	-	70	22.156	I
18.889	6.262	1953	BANGU	-	-	247	79.136	I/F

(continuação)

18.893	6.274	1954	PRAÇA SECA	-	CONSTRUTORA ITATINGA LTDA	55	20.420	R/I

18.948	6.282	1953	TAQUARA	-	-	39	11.895	R
18.950	6.285	1954	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	171	90.294	R
18.982	6.289	1953	BANGU	-	-	73	25.954	R
19.057	6.318	1959	CAMPO GRANDE	VILA MAGALI	-	233	104.293	I
19.077	6.326	1954	ENGENHO DE DENTRO	-	COMPANHIA BOCA DO MATO TERRENOS E INDÚS-TRIAS	131	47.900	R/F
19.078	6.327	1954	REALENGO	-	IMOBILIÁRIA DOMUS LTDA	141	58.326	R
19.081	6.328	1954	GUADALUPE	-	-	104	35.744	R/F
19.084	6.329	-	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	445	276.777	R
19.108	6.332	1952	COSMOS	BAIRRO SANTA MARGA-RIDA	COMPANHIA TERRITORIAL PALMARES	4.583	1.999.483	I
19.126	6.334	1954	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	44	22.658	R
19.171	6.344	1954	CAMPO GRANDE	-	-	90	42.620	R
19.172	6.345	1954	CAMPO GRANDE	-	-	289	127.407	R
19.195	6.349	1954	MAGALHÃES BAS-TOS	-	-	202	75.700	R/F
19.276	6.363	1954	BANGU	-	-	56	18.340	R
19.299	6.366	1955	REALENGO	JARDIM BETÂNIA	-	214	85.517	I

(continuação)

19.304	6.368	1954	ANCHIETA	-	-	637	282.920	R

19.314	6.371	1954	SENADOR CA-MARÁ	BAIRRO JABOUR	COMPANHIA FEDERAL DE FUNDIÇÃO S.A.	560	233.960	R
19.317	6.375	1954	TURIAÇÚ	-	-	86	29.638	R
19.349	6.383	1954	SANTA CRUZ	JARDIM SANTA CRUZ	-	401	148.615	I
19.420	6.407	1954	CACUIA	-	-	61	20.074	R
19.421	6.408	1954	BENTO RIBEIRO	-	-	153	50.500	R
19.508	6.435	1954	SENADOR VAS-CONCELOS	-	-	135	49.281	R
19.539	6.443	1954	IRAJÁ	-	-	55	16.247	R
19.543	6.445	1954	TAQUARA	PARQUE SANTO ANTÔ-NIO	-	87	35.016	R
19.582	6.463	1954	SENADOR CA-MARÁ	-	-	66	30.000	R
19.613	6.467	1954	CAMPO GRANDE	JARDIM SANTANA	-	329	127.200	I
19.662	6.481	1954	MAGALHÃES BAS-TOS	-	IMOBILIÁRIA SÃO JOÃO LTDA	412	136.336	R
19.746	6.496	1955	JARDIM SULACAP	-	-	187	93.230	R
19.773	6.503	-	CAMPO GRANDE	SÃO BASÍLIO	-	508	19.500*	R
19.800	6.512	1954	PAVUNA	-	-	114	48.865	R
19.845	6.523	1955	SANTÍSSIMO	-	-	40	14.172	R/F

(continuação)

19.877	6.542	1955	TAQUARA	-	-	53	27.430	R

19.878	6.543	1954	SANTA CRUZ	-	-	302	123.776	I/F
19.914	6.550	1955	IRAJÁ	-	-	49	15.535	R
19.929	6.554	1955	REALENGO	-	-	38	12.548	R/F
19.963	6.565	1955	OSVALDO CRUZ	-	-	38	13.595	R
19.991	6.572	1955	CAMPO GRANDE	JARDIM DUAS MARIAS		121	42.335	I
20.066	6.594	1955	REALENGO	-	-	46	15.263	R
20.127	6.615	1955	CIDADE DE DEUS	JARDIM NOVO MUNDO	IMOBILIÁRIA SÃO LUIZ S.A.	165	100.206	R
20.150	6.619	1955	OSVALDO CRUZ	-	-	29	6.774	R/F
20.290	6.662	1955	TAUÁ	JARDIM CARIOCA	COMPANHIA GERAL DE HABITAÇÕES E TERRENOS	247	98.072	R
20.292	6.665	-	SENADOR VAS-CONCELOS	BAIRRO CAROBA	-	119	50.000*	R
20.324	6.671	1955	PAVUNA	-	-	589	283.932	R
20.328	6.673	1955	TAQUARA	-	-	16	4.776	R
20.332	6.675	1955	CAMPO GRANDE	BAIRRO ELIANE	-	108	44.616	R
20.348	6.689	1955	CAMPO GRANDE	JARDIM DO MONTEIRO	-	222	104.015	R
20.354	6.690	1955	INHOAIBA	JARDIM SÃO JORGE	-	484	184.100	I

(continuação)

20.357	6.644	1955	SANTÍSSIMO	SÃO VITOR	-	413	149.043	R

20.379	6.657	1955	PAVUNA	-	-	150	56.881	R
20.436	6.719	1956	GUARATIBA	-	-	89	28.394	R
20.443	6.730	1957	CAMPO GRANDE	PEDRA ANGULAR	-	515*	276.279	I
20.469	6.733	1956	INHOAIBA	-	-	66	39.600	I
20.533	6.748	1956	REALENGO	-	SOCIEDADE CIVIL SANTA MAGARIDA LTDA	194	73.276	R
20.574	6.769	1956	PAVUNA	-	IMOBILIÁRIA URBANO RURAL LTDA	29	8.284	R
20.735	6.819	1955	GUARATIBA	JARDIM CINCO MARIAS	-	1.178	552.140	I
20.778	6.771	1956	REALENGO	-	-	57	18.000	R
20.854	6.875	1956	CAMPO GRANDE	-	IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA CARIOCA LTDA	150	48.517	I
20.931	6.699	1956	IRAJÁ	-	-	17	5.593	R
20.932	6.900	1956	REALENGO	-	-	203	98.924	R
20.966	6.902	1956	SANTÍSSIMO	-	-	228	107.411	I
20.981	6.903	1956	PADRE MIGUEL	-	-	164	66.175	I
21.025	6.935	1956	PACIÊNCIA	-	-	330	137.103	I
21.117	6.977	1956	ANCHIETA	-	-	46	13.152	R

(continuação)

21.211	7.008	1956	GUADALUPE	-	-	42	13.562	R

21.229	7.018	1957	CAMPO GRANDE	-	-	15	9.950	R/F
21.269	7.030	1957	PARQUE COLÚM-BIA	-	FERRO METAIS "COLOMBO" COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.	16	4.800	R
21.319	7.042	1957	REALENGO	-	-	59	27.750	R
21.337	7.048	1956	OSVALDO CRUZ	BAIRRO OASIS	COMPANHIA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LEFE-VRE - SAAD	65	32.580	R/F
21.360	7.055	1957	CAMPO GRANDE	VILA TUPÁ	-	91	23.800	I
21.378	7.065	1957	PARQUE COLÚM-BIA	-	FERRO METAIS "COLOMBO" COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.	467	205.252	R
21.407	7.077	1957	SANTA CRUZ	-	UFP	1.948	1.589.787	R/I
21.429	7.088	1957	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	28	8.971	R
21.467	7.090	1957	TAUÁ	JARDIM BOA VISTA	-	90	48.298	R
21.551	7.113	1957	BANGU	VILA DAS BANDEIRAS	-	245	103.000	R
21.552	7.114	1957	JARDIM AMÉRICA	JARDIM AMÉRICA	-	2.996	1.397.735	R
21.558	7.117	1957	PADRE MIGUEL	BAIRRO AQUIDABÁ	CAIXA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA O PES-SOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA	49	16.215	R
21.837	7.202	1957	PAVUNA	-	COMPANHIA IMOBILIÁRIA E INDUSTRIAL ACARY S.A.	132	55.600	R
21.937	7.240	1958	PADRE MIGUEL	-	COMPANHIA BRASILEIRA DE IMÓVEIS E CONSTRU-ÇÕES	20	7.154	R
21.950	7.233	1958	CAMPO GRANDE	-	-	143	57.665	R

(continuação)

21.959	7.237	1958	BANGU	-	IMOBILIÁRIA PRESIDENTE LTDA	66	20.686	R

21.980	7.256	1958	SANTA CRUZ	-	-	56	23.756	R/I/F
21.984	7.257	1958	BENTO RIBEIRO	-	-	47	15.112	R
21.993	7.259	1958	TANQUE	-	-	141	60.850	R
22.007	7.262	1958	BRÁS DE PINA	-	-	41	14.954	R/I
22.019	7.268	1958	JACAREPAGUÁ	-	-	37	26.034	R
22.103	7.297	1958	JARDIM AMÉRICA	JARDIM AMÉRICA	-	695	267.302	R
22.115	7.299	1958	TAQUARA	-	-	192	102.194	R
22.127	7.313	1958	PARQUE ANCHI-ETA	PARQUE ANCHIETA	BANCO HABITACIONAL LAR BRASILEIRO	4.700*	2.056.000*	R
22.150	7.314	1958	MADUREIRA	BAIRRO MARIA MAIA	-	51	17.334	R
22.161	7.316	1958	CAMPO GRANDE	-	-	325	170.426	R
22.167	7.317	1958	REALENGO	-	COMPANHIA CONSTRUTORA E AGRÍCOLA S.A.	61	26.673	R
22.167	7.371	1959	BANGU	-	-	48	15.685	R
22.238	7.335	1959	CAMPO GRANDE	-	-	50	18.595	I
22.251	7.329	1959	BANGU	-	-	53	17.098	R
22.255	7.333	1959	REALENGO	-	-	77	29.296	R

(continuação)

22.281	7.341	1959	BENTO RIBEIRO	-	-	56	20.440	R

22.387	7.368	1954	PADRE MIGUEL	-	CONSTRUTORA IMOBILIÁRIA RIMORÉ LTDA*	67	24.081	R
22.501	7.394	1959	CAMPO GRANDE	-	-	61	34.585	I
22.531	7.396	1959	SENADOR VAS-CONCELOS	-	-	202	72.536	I
22.540	7.418	1959	IRAJÁ	-	-	183	92.400	I
22.565	7.440	1959	REALENGO	-	-	18	6.800	R
22.582	7.444	1959	COSMOS	BAIRRO NOSSA SE-NHORA DE APARECIDA	-	357	153.000	I
22.596	7.457	1959	ENGENHO DE DENTRO	-	BOCA DO MATO TERRENOS E INDÚSTRIAS	361	217.599	R
22.634	7.495	1959	REALENGO	-	-	43	15.005	R
22.655	7.501	1959	MAGALHÃES BAS-TOS	-	-	74	25.508	R
22.669	7.510	1959	CAMPO GRANDE	-	IMOBILIÁRIA THEDIM LTDA	146	52.422	R
22.672	7.515	1959	PADRE MIGUEL	-	-	81	27.275	R
22.720	7.534	1960	BANGU	-	COMPANHIA BRASILEIRA DE IMÓVEIS E CONSTRU-ÇÕES	99	49.139	R
22.729	7.537	1960	COLÉGIO	-	-	38	14.220	R
22.740	7.542	1960	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	114	84.761	R
22.770	7.550	1960	PACIÊNCIA	JARDIM SÃO DOMINGOS	-	45	18.433	I/F

(continuação)

22.771	7.551	1960	CAMPO GRANDE	JARDIM PEDREGOSO	-	424	171.118	R

22.780	7.553	-	PACIÊNCIA	CIDADE JARDIM PALMARES	COMPANHIA IMOBILIÁRIA SÃO GERALDO LTDA	1.227	770.180	R/I
22.807	7.559	1960	CAMPO GRANDE	JARDIM MENDANHA	-	582	224.566	I
22.813	7.560	1960	PARQUE COLÚMBIA	-	COMÉRCIO INDÚSTRIA "GENUS" S.A.	121	48.090	R
22.836	7.568	1960	TAQUARA	-	-	61	31.055	R
22.858	7.580	1960	CAMPO GRANDE	-	-	30	10.184	R
22.862	7.581	1960	REALENGO	-	-	177	65.607	R
22.865	7.586	1960	COELHO NETO	-	BANCO NACIONAL DE DESCONTOS, CONSTRUTORA GUANABARA LTDA	316	125.580	R
22.867	7.589	1960	OSVALDO CRUZ	-	-	14	6.537	R
22.868	7.591	1960	BENTO RIBEIRO	-	-	61	20.426	R
22.984	7.640	-	SENADOR VASCONCELOS	-	-	43	17.930	I
23.047	7.655	1960	INHOAIBA	-	-	68	24.618	R
23.058	7.658	1960	GUARATIBA	-		206	83.010	R
23.092	7.675	1960	VARGEM PEQUENA	-	-	100	50.928	R
23.132	7.688	-	CORDOVIL	-	IMOBILIÁRIA BRASIL "IMERA"	131	64.593	R
23.159	7.698	1960	MARECHAL HERMES	-	-	91	36.670	R

(continuação)

23.173	7.702	1960	PARQUE COLÚMBIA	PARQUE MERCÚRIO	-	350	130.430	R

23.174	7.704	1960	CAMPO GRANDE	JARDIM SÃO BOAVEN-TURA	-	126	54.075	R/F
23.183	7.706	1960	BANGU	-	COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL	67	43.880	R
23.654	7.849	1962	COSMOS	-	-	52	37.500	R/I
23.655	7.850	1962	VILA KOSMOS	-	-	194	34.082	R
23.677	7.856	-	CAMPO GRANDE	-	-	119	54.760	R
23.693	7.857	1962	BANGU	-	-	23	34.500	I
23.793	7.887	1962	CAMPO GRANDE	JARDIM MONTE SANTO DOS GARCIAS	-	198	99.000	I
23.909	7.912	-	BRÁS DE PINA	-	-	181	61.955	R
24.059	7.964	-	ANCHIETA	-	-	88	29.256	R
24.108	7.979	-	REALENGO	-	... INDÚSTRIA S.A.*	37	95.136	R
24.287	8.016	1963	OLARIA	-	LADCOR LTDA	228	95.503	R
24.716	8.103	1964	REALENGO	-	... INDÚSTRIA S.A.*	57	18.114	R
24.839	8.110	-	JACAREPAGUÁ	-	-	48	19.851	I
24.840	8.111	-	ENGENHO DA RA-INHA	-	-	47	15.557	R
25.396	8.219	1957	CAMPO GRANDE	VILA SANTA RITA	HINTERLAND S.A. IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA	1.000	394.487	I

(continuação)

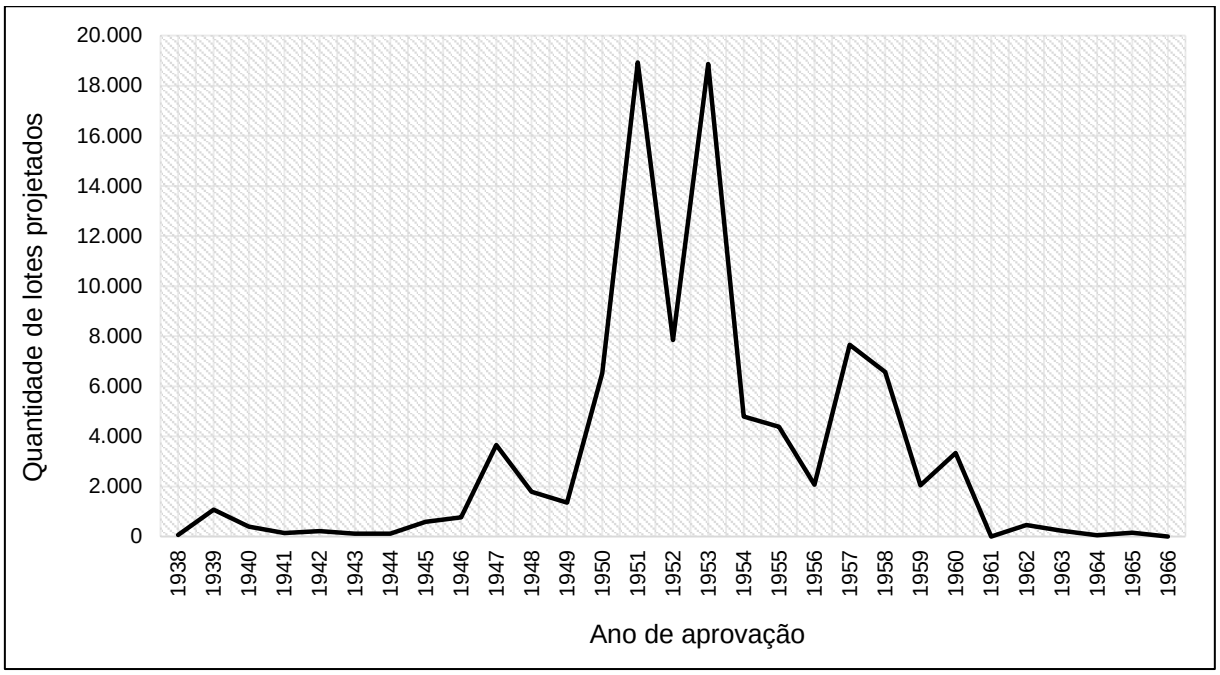
25.592	8.244	-	OSVALDO CRUZ	-	-	29	8.776	R

25.795	8.279	1965	REALENGO	JARDIM MONTE ALEGRE	... INDÚSTRIA S.A.*	115	46.698	R
26.237	8.362	1965	FREGUESIA	-	-	48	20.638	R
26.959	8.469	1967	COSMOS	JARDIM GUARAPÉS	COMPANHIA TEXTIL ALIANÇA INDUSTRIAL	932	411.330	I
30.031	9.092	1971	CAMPO GRANDE	-	-	212	92.460	I
30.490	9.181	1956	CAMPO GRANDE	-	-	394	165.862	I

(conclusão)

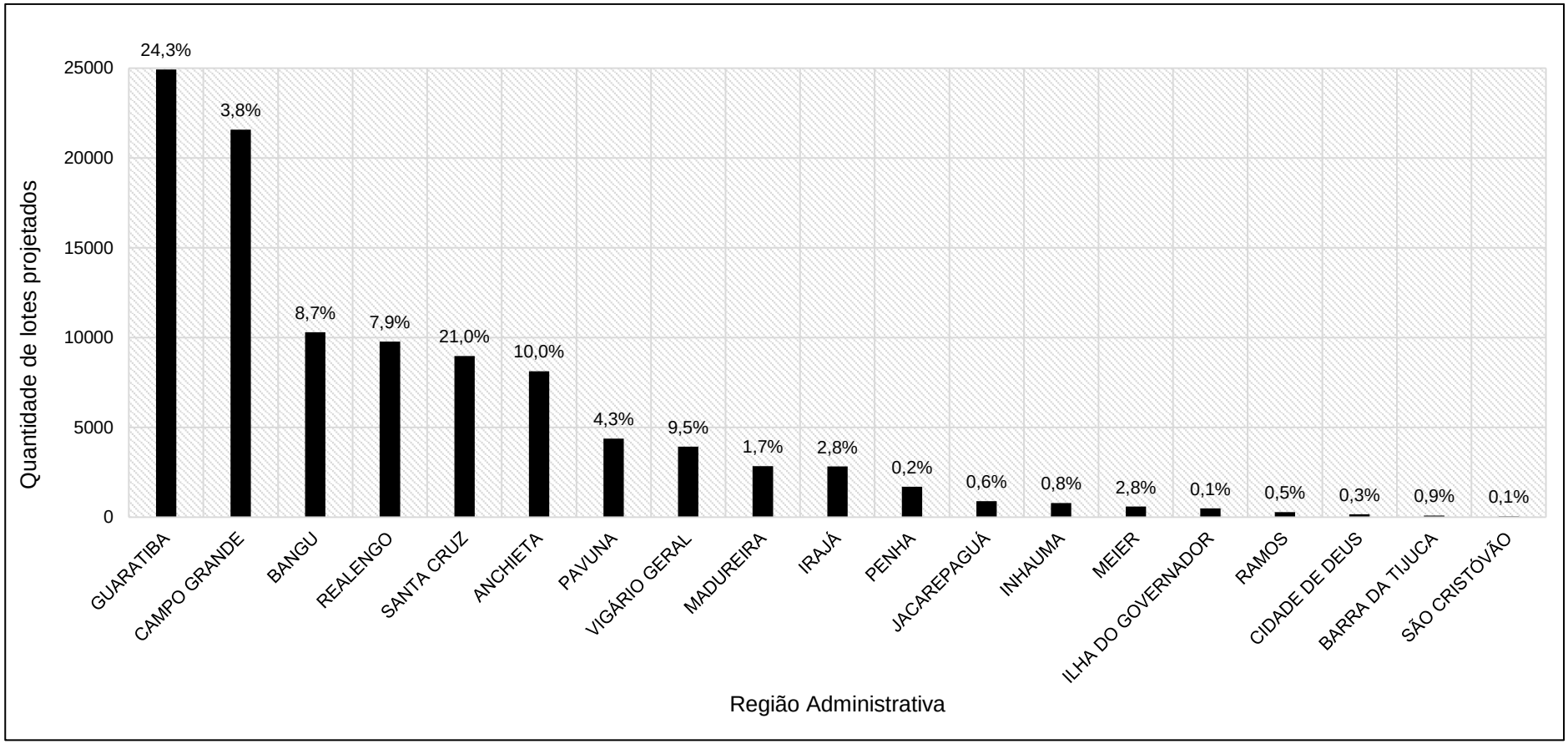
Fonte: SMU, SMH, IPP (2017)
Notas: (*) Informação ilegível ou ausente, inferida de outras encontradas no PAL ou em outros PAL parecidos. (**) R: Loteamento regular. I/R ou R/I: Loteamento parcialmente irregular. I: Loteamento irregular. R/F: Loteamento regular que virou por parte favela. I/F: Loteamento irregular que virou por parte favela (caso do Jardim Maravilha por exemplo). (***) Este censo só trata dos projetos de loteamentos proletários *stricto sensu* e não dos projetos de parcelamentos proletários em geral, deixando assim de fora os projetos de desmembramentos que resultaram na formação de lotes proletários mas sem abertura de novas vias (PAL sem numeração de PAA). Também não levamos em consideração neste censo os PAL cancelados, nunca implantados e aqueles que só alteravam marginalmente projetos já existentes, mudando a orientação dos lotes por exemplo. Enfim, descartamos os PAL que só faziam aparecer alguns lotes proletários, a imensa maioria dos lotes restantes entrando em outras categorias (lote residencial, industrial ou agrícola). Ao contrário, no total de lotes de cada projeto incluímos tanto os lotes proletários do tipo residencial quanto os lotes proletários do tipo comercial. Conseguimos essas informações pesquisando o acervo digital de PAL (<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>. Acesso em: 21 de dez 2017), identificando os projetos de loteamentos proletários, procurando em seguida situar cada projeto assim no mapa da cidade, em particular no mapa básico do IPP (<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=a52f48cef40e4977a8508aa06d01710b>. Acesso em: 21 de dez. 2017), onde constam também os limites dos loteamentos irregulares. Contudo algumas entradas do acervo, entre 10 a 20% delas, deram erro, daí a possível ausência de alguns PAL de loteamentos proletários.

Gráfico 3 – Lotes proletários projetados por ano no Rio de Janeiro.



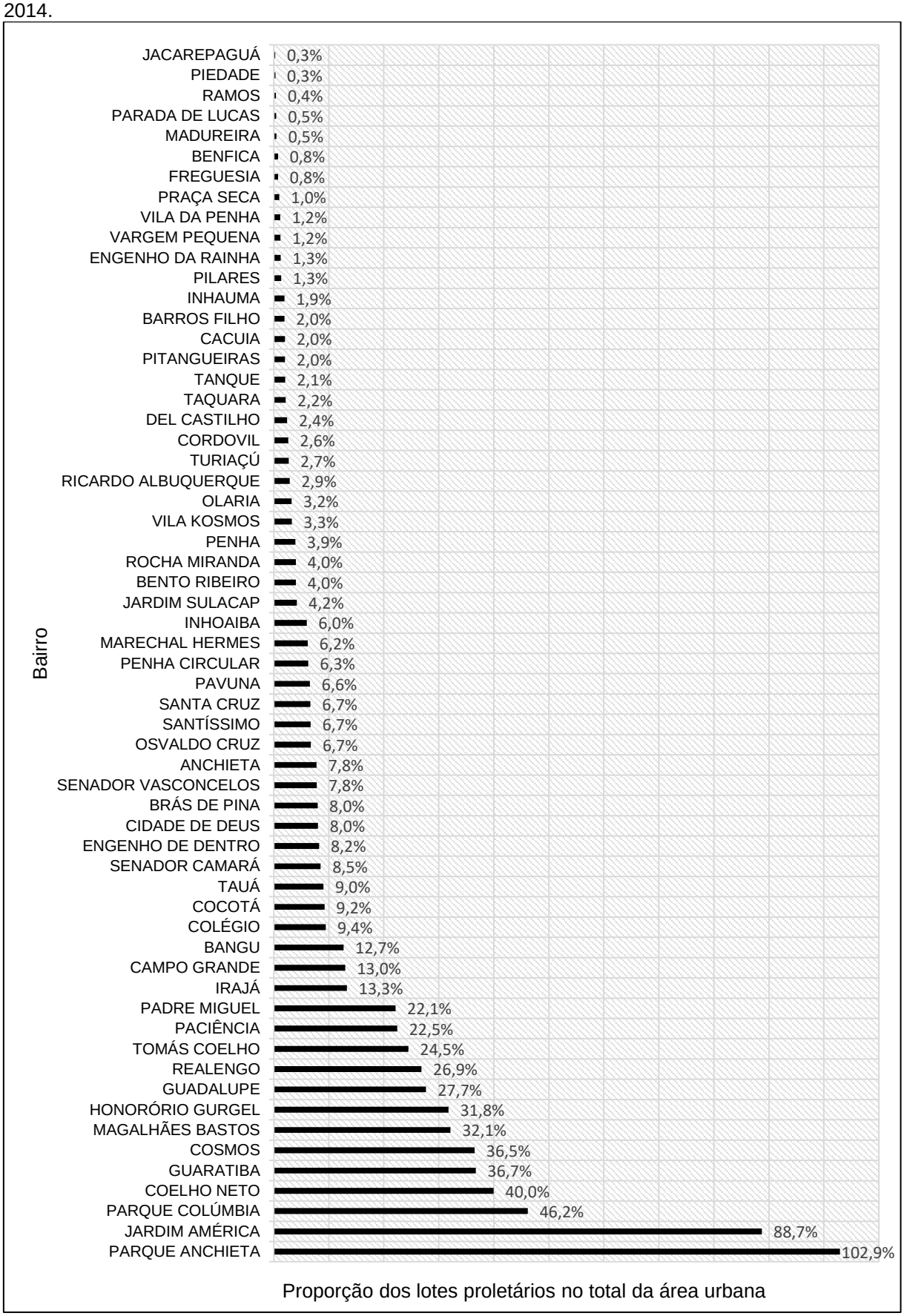
Fonte: SMU (2017)

Gráfico 4 – Lotes proletários projetados por Região Administrativa no Rio de Janeiro.



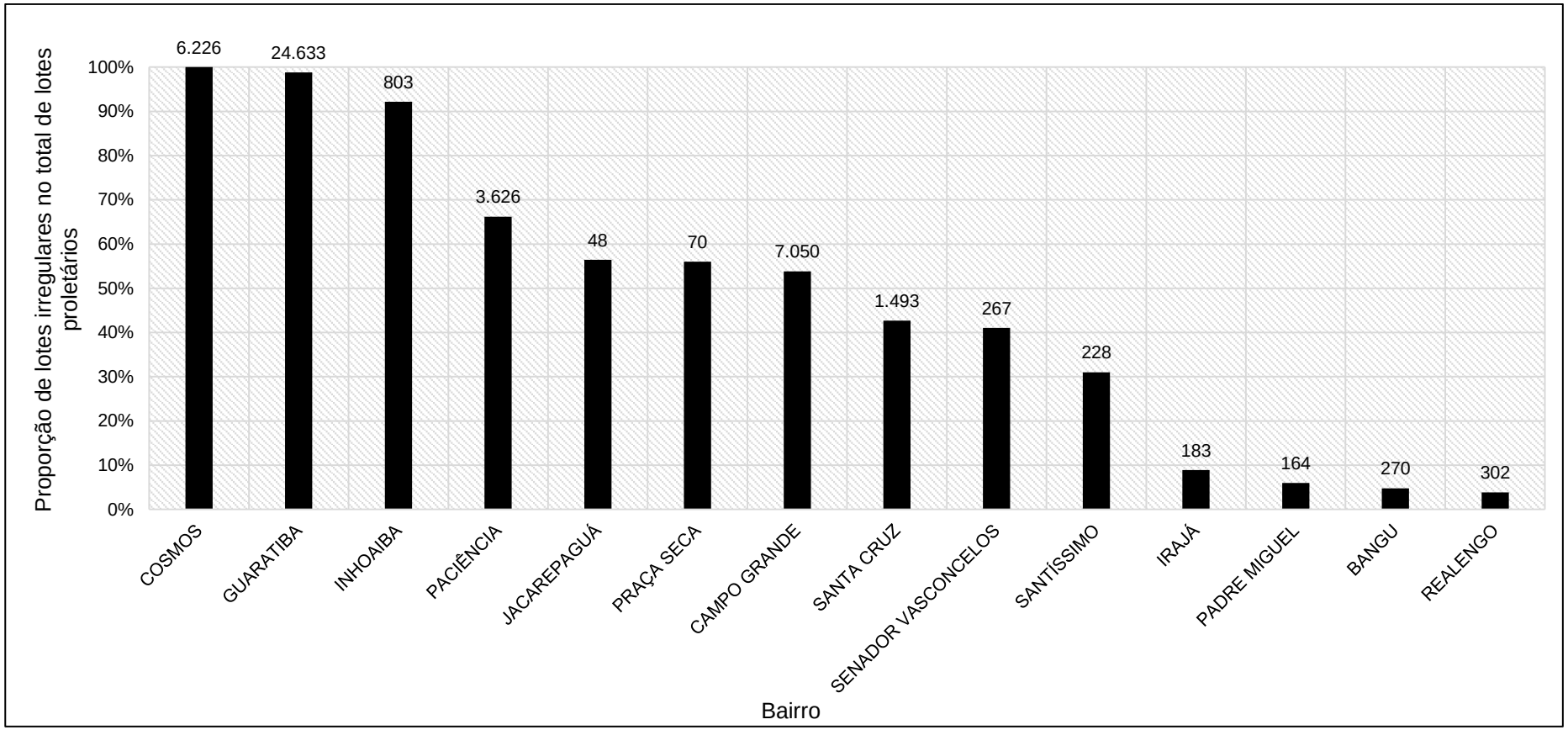
Fonte: SMU (2017).
Notas: Idem do que a nota do gráfico anterior. Os rótulos acima das barras indicam a proporção de lotes proletários projetados na região mencionada, em comparação com o total de lotes proletários projetados no Rio de Janeiro

Gráfico 5 – Cobertura da área urbana* pelos projetos de loteamento proletário no Rio de Janeiro em 2014.



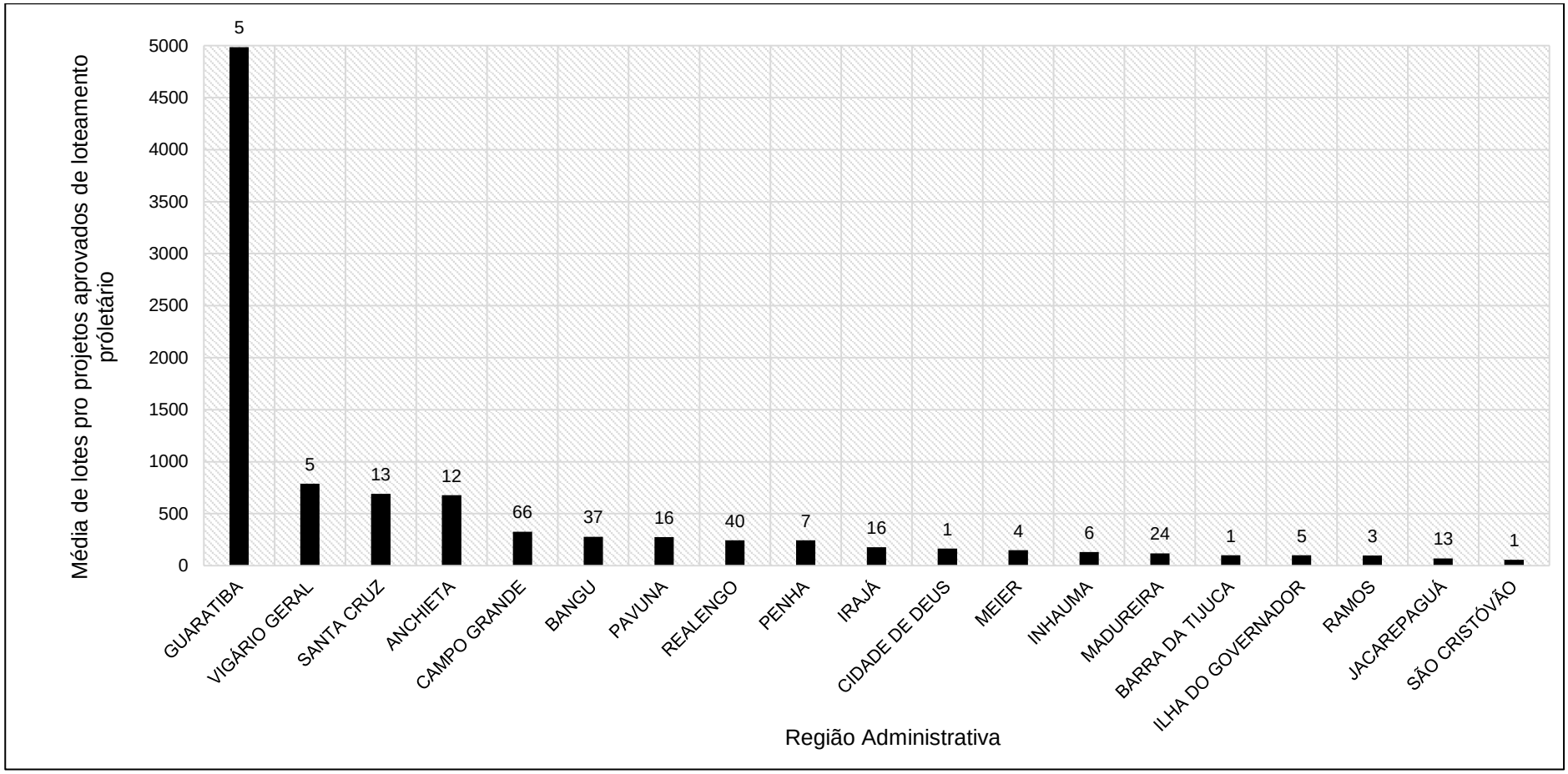
Fonte: SMU (2017), SMAC (2014).
Notas: Idem a nota (***) do Quadro 6. (*) “Área urbana” é uma categoria criada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) para descrever áreas do município que são “de uso urbano, estruturadas por edificações e sistema viário, onde predominam as superfícies artificiais não agrícolas” (cf. <http://www.data.rio/datasets/cobertura-vegetal-e-uso-da-terra-2014?geometry=-44.754%2C-23.138%2C-43.461%2C-22.695>. Acesso em: 21 de dez. 2017). As áreas urbanas se opõem principalmente às áreas de vegetação de Mata Atlântica. A comparação entre a área total dos loteamentos proletários projetados e a área urbana de cada bairro dá então uma ideia melhor da importância que os loteamentos proletários tiveram na produção do espaço urbano do que uma comparação entre a área total dos loteamentos proletários projetados e a área total de cada bairro, já que vários bairros, em particular na Zona Oeste, ainda possuem uma ampla cobertura vegetal (só 20,7% da superfície total de Guaratiba é considerada “área urbana”, por exemplo, o resto correspondente a áreas de mangue e de floresta). A comparação, contudo, não é isenta de problemas metodológicos, na medida em que existem áreas projetadas para fim de loteamento proletário completamente abandonadas, sem construção nem ruas abertas – como nas frentes de expansão do Jardim Maravilha. Essas áreas acabam não sendo contabilizadas como de uso urbano pela SMAC. Com efeito, os dados que apresentamos tendem a superestimar o peso dos loteamentos proletários na produção do espaço urbano. Enfim, como os limites dos loteamentos nem sempre coincidem exatamente com os limites do bairro, chegamos a resultados como o do Parque Anchieta: o projeto de loteamento que deu seu nome àquele bairro cobria uma área um pouco superior àquela inclusa nos limites do atual bairro Parque Anchieta. Daí um percentual acima dos 100%.

Gráfico 6 – A transformação dos loteamentos proletários em loteamentos irregulares no Rio de Janeiro, por bairro, de acordo com o Cadastro de Loteamentos de 2017.



Fonte: SMU, SMH (2017).
Nota: Idem a nota (***) do Quadro 6. Comparamos aqui a quantidade de lotes proletários que viraram parte de loteamentos irregulares, cujo valor absoluto figura em cima das barras, com o total de lotes proletários projetados em cada bairro. Assim, nos bairros de Cosmos, Guaratiba e Inhoaíba, todos situados na Zona Oeste do Rio (AP 5), a quase totalidade dos loteamentos proletários projetados é hoje considerada pela prefeitura como irregular. Os bairros não mencionados não apresentam nenhum caso de loteamentos proletários que tivesse virado irregular.

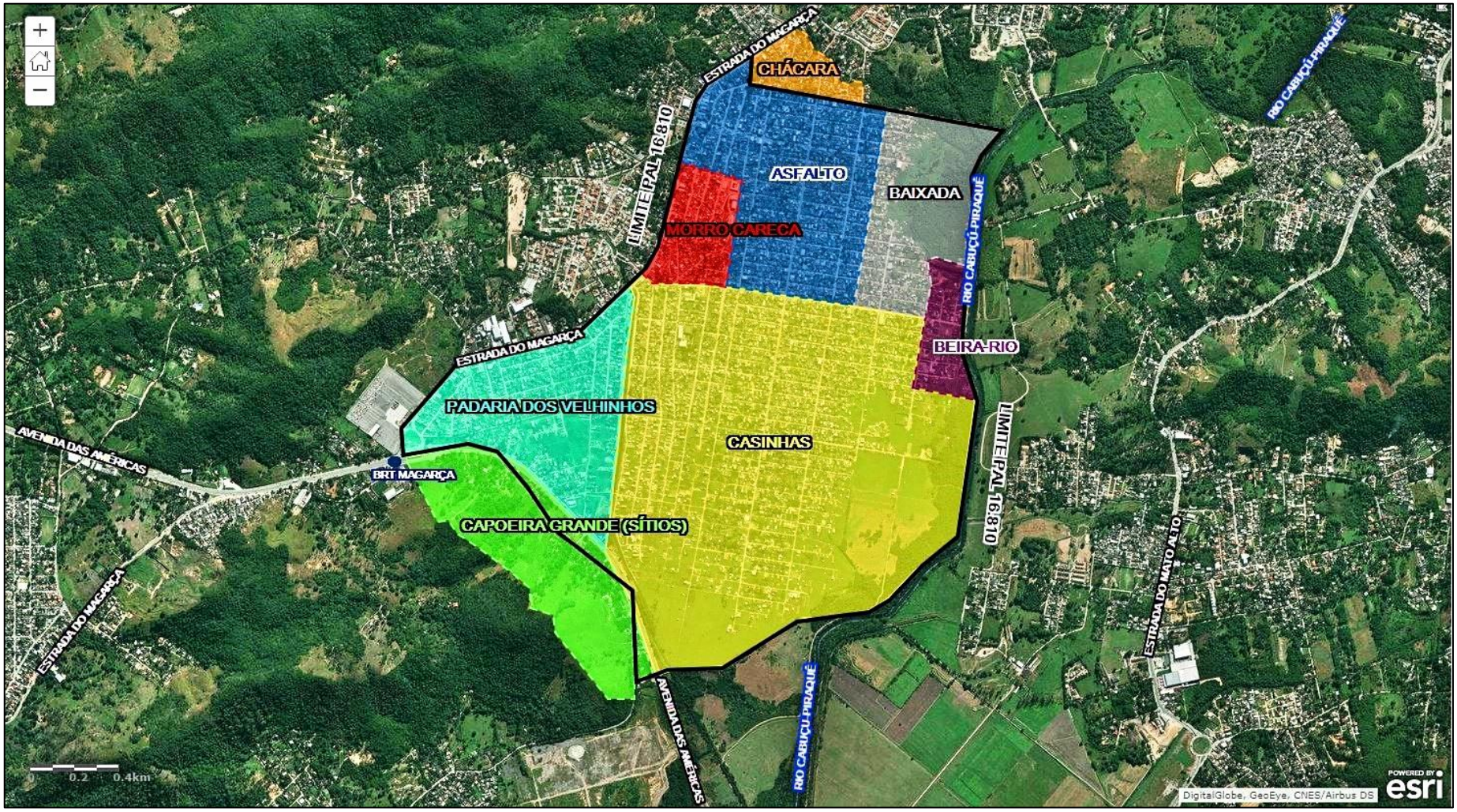
Gráfico 7 – Tamanho médio dos loteamentos proletários projetados, segundo Região Administrativa do Rio de Janeiro.



Fonte: SMU (2017).
Nota: Idem a nota (***) do Quadro 6. Em cima de cada barra, indicamos a quantidade de projetos de loteamentos proletários aprovados para cada bairro.

ANEXO G – AS LOCALIDADES DO JARDIM MARAVILHA

Mapa 5 – As localidades do Jardim Maravilha em 2017.



Fonte: Thomas Cortado (2017).

ANEXO H – JARDIM MARAVILHA, UMA FRENTE DE EXPANSÃO URBANA



Figura 69 – Jardim Maravilha em 2004.
Fonte: Google Earth (2017).



Figura 70 – Jardim Maravilha em 2011.
Fonte: Google Earth (2017).



Figura 71 – Jardim Maravilha em 2017.
Fonte: Google Earth (2017).

ANEXO I – MAPA DAS RUAS DO JARDIM MARAVILHA

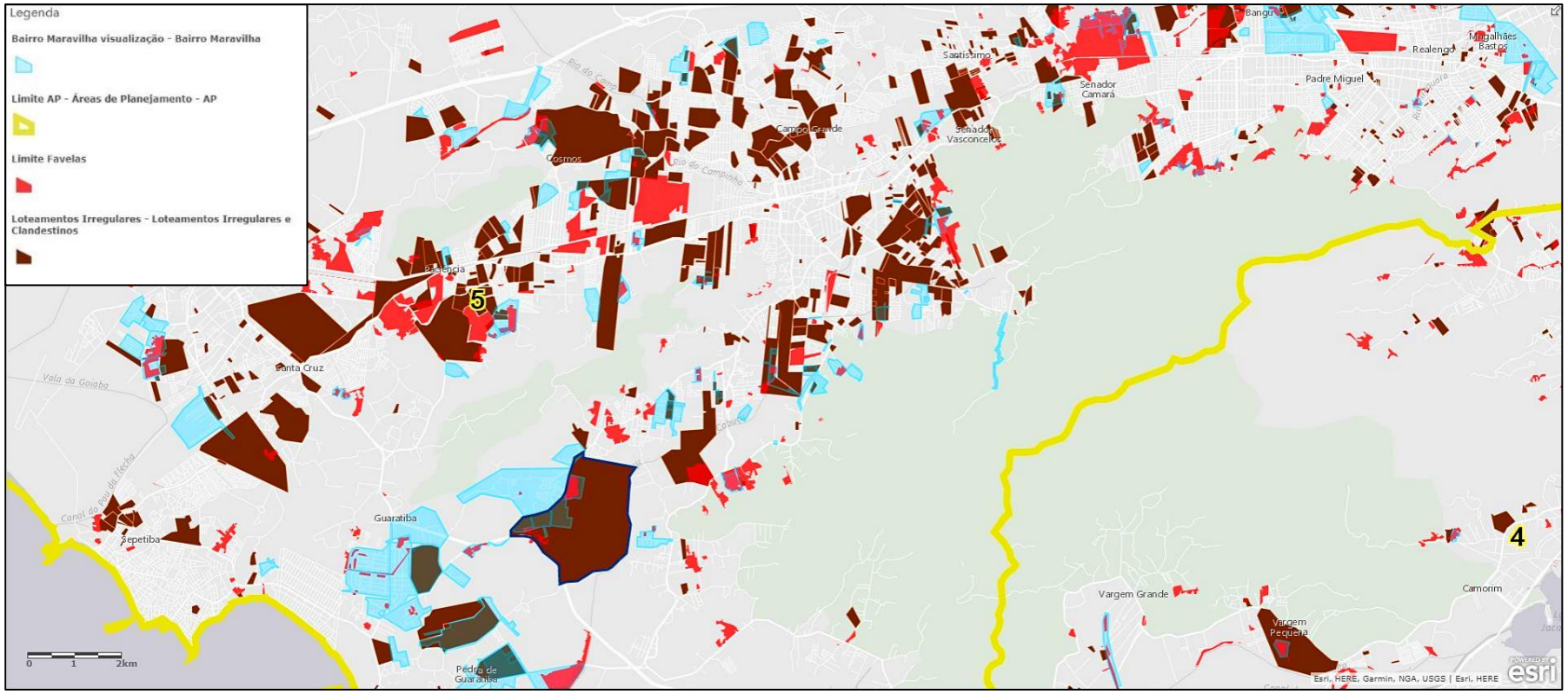
Mapa 6 – Mapa das ruas do Jardim Maravilha.



Fonte: IPP (2017).
Nota: Em vermelho, os limites do loteamento. Para navegar no mapa e ver o resto das ruas, cf. <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=32a1f81563da48edb9dce9cc119e8b3f> Acesso em: 17 de dezembro 2017.

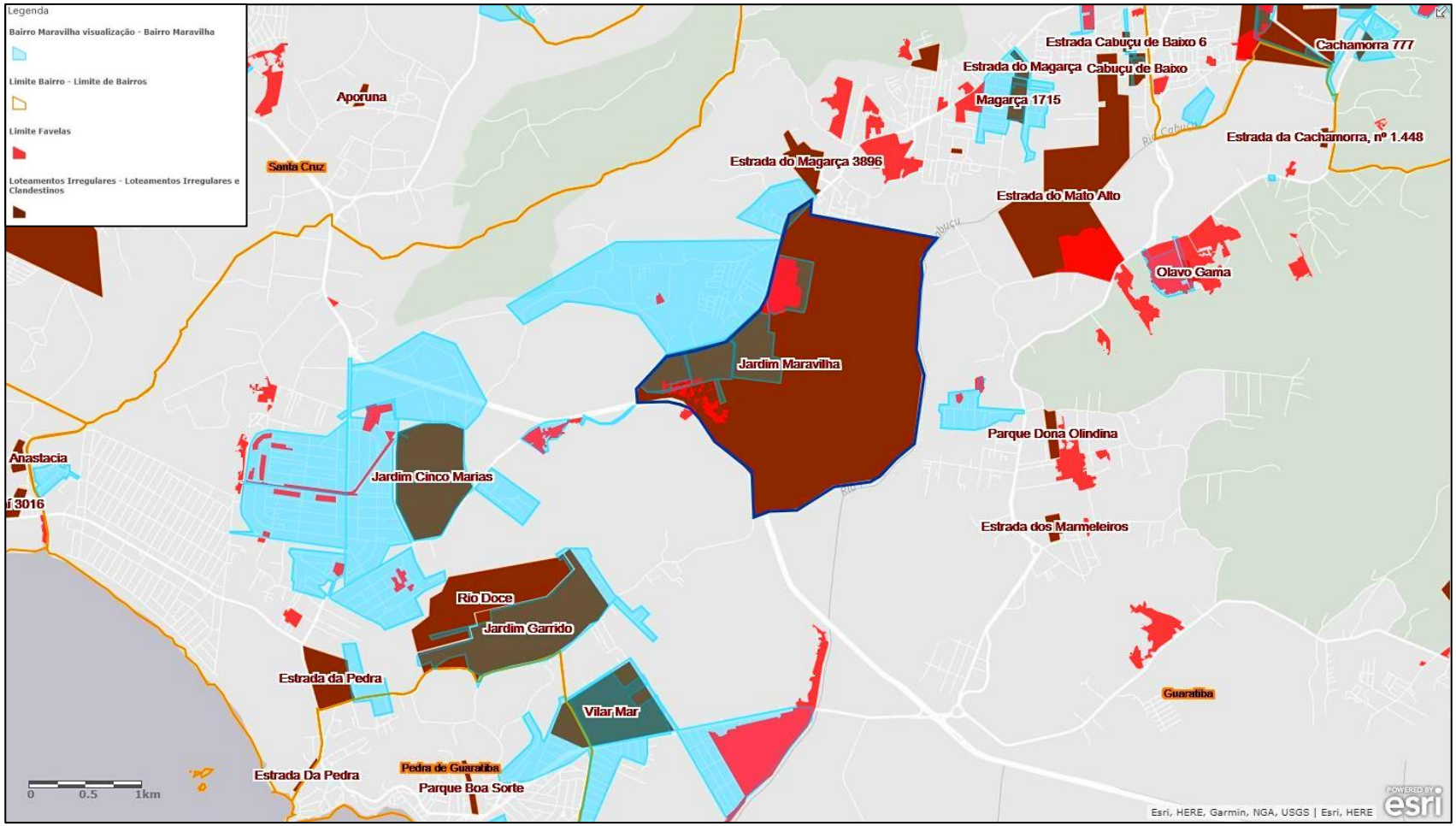
ANEXO J – O PROGRAMA BAIRRO-MARAVILHA OESTE

Mapa 7 – Áreas atingidas pelo programa Bairro-Maravilha Oeste na Área de Planejamento n. 5.



Fonte: IPP (2017).
Nota: O Jardim Maravilha consta cercado de roxo. Focamos o mapa nas regiões de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, portanto algumas áreas atingidas pelas obras do programa Bairro Maravilha Oeste não figuram neste mapa. Para navegar no mapa: <http://www.arcgis.com/apps/SimpleViewer/index.html?appid=279f970770f847ad9971a89439a8023c>. Acesso em 17 de dezembro 2017.

Mapa 8 – Áreas atingidas pelo programa Bairro-Maravilha Oeste nos arredores do Jardim Maravilha.



Fonte: IPP (2017).

ANEXO K – ÉTAPAS DOS PROCESSOS DE PRÉ-INSCRIÇÃO, INSCRIÇÃO AO NRL E DE REGULARIZAÇÃO

Figura 72 – Regras para pré-inscrição ao NRL.

RIO PREFEITURA

SMH - NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS

COMO SE INSCREVER NO NÚCLEO:

Dias de Atendimento: Quartas -Feiras: 14:00 as 17:00

Endereço: Praça Pio X 119, 3º andar - Candelária (Centro)
Telefone para Agendamento: 2976-7431 / 2976-7445

Para inscrever o seu loteamento no Núcleo, os moradores devem **agendar atendimento** e providenciar após a entrevista, cópia dos seguintes documentos:

- Abaixo-assinado dos moradores, solicitando a pré-inscrição (nome / quadra / lote dos moradores);
- **Fotos do Loteamento (Entrada e Ruas);**
- Recibos, escrituras e/ou promessa de compra e venda fornecidos pelo loteador;
- Planta (PAL da Gleba);
- Planta de Venda (croqui) do loteamento;
- Planta cadastral da região onde se localiza o loteamento (à venda no Centro Administrativo São Sebastião, 455, 11º andar – SALA 1104 Cidade Nova. Atendimento 2ª,4ª e 6ª das 10:00 as 15:00);
- RI (Registro de Imóveis) – Certidão de Inteiro Teor da Matricula.

Após a abertura do processo (registro da pré-inscrição), a Prefeitura visita o local para verificar as condições urbanísticas e ambientais. Em seguida é realizada uma pesquisa fundiária e analisado o perfil sócio-econômico da área.

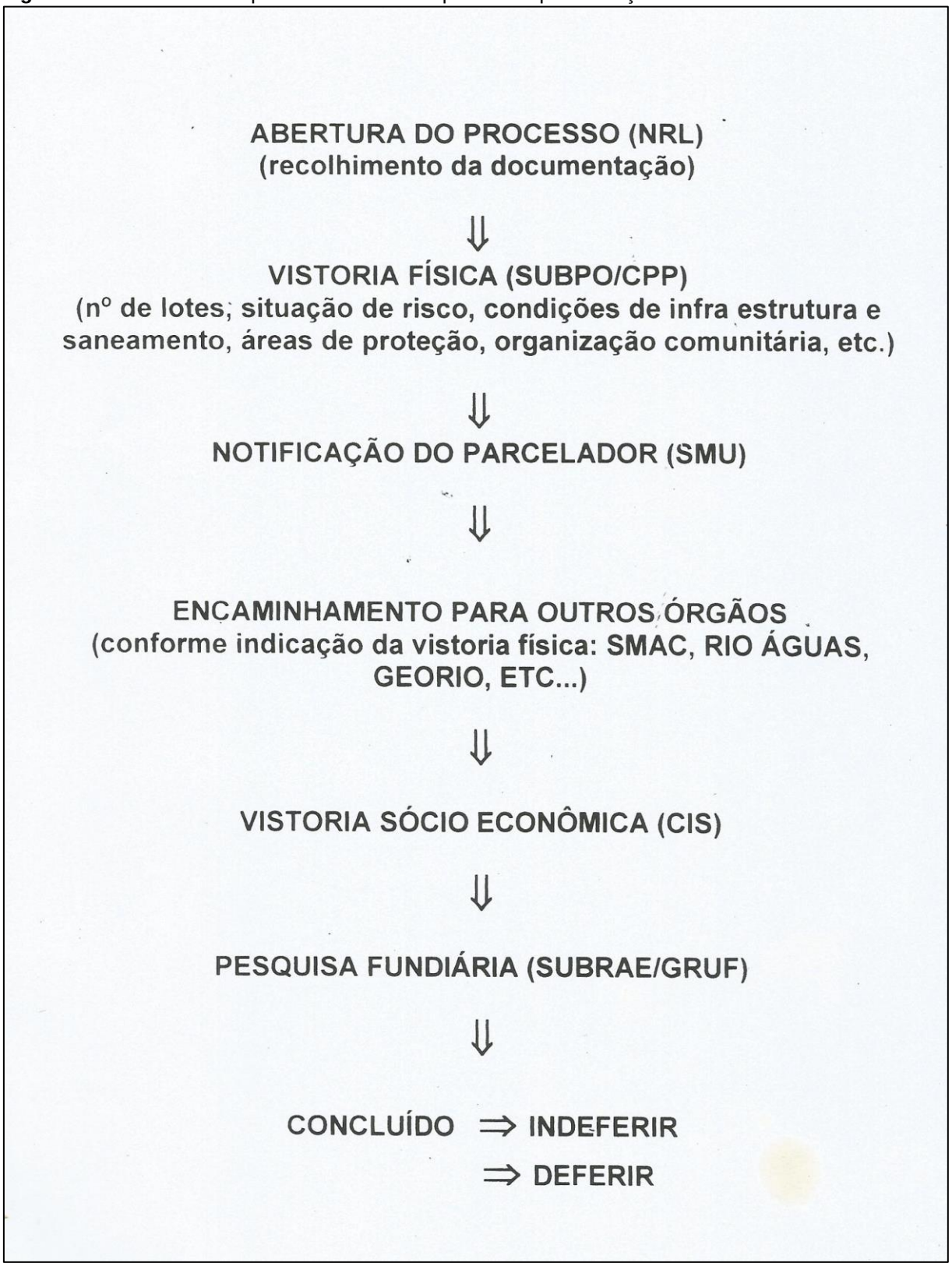
Outros Endereços:

4º RI – Rua General Justo, 335 / 3ª Andar

Defensoria Pública – Rua São Jose, 35 – 13ª Andar (Dra. Betina)

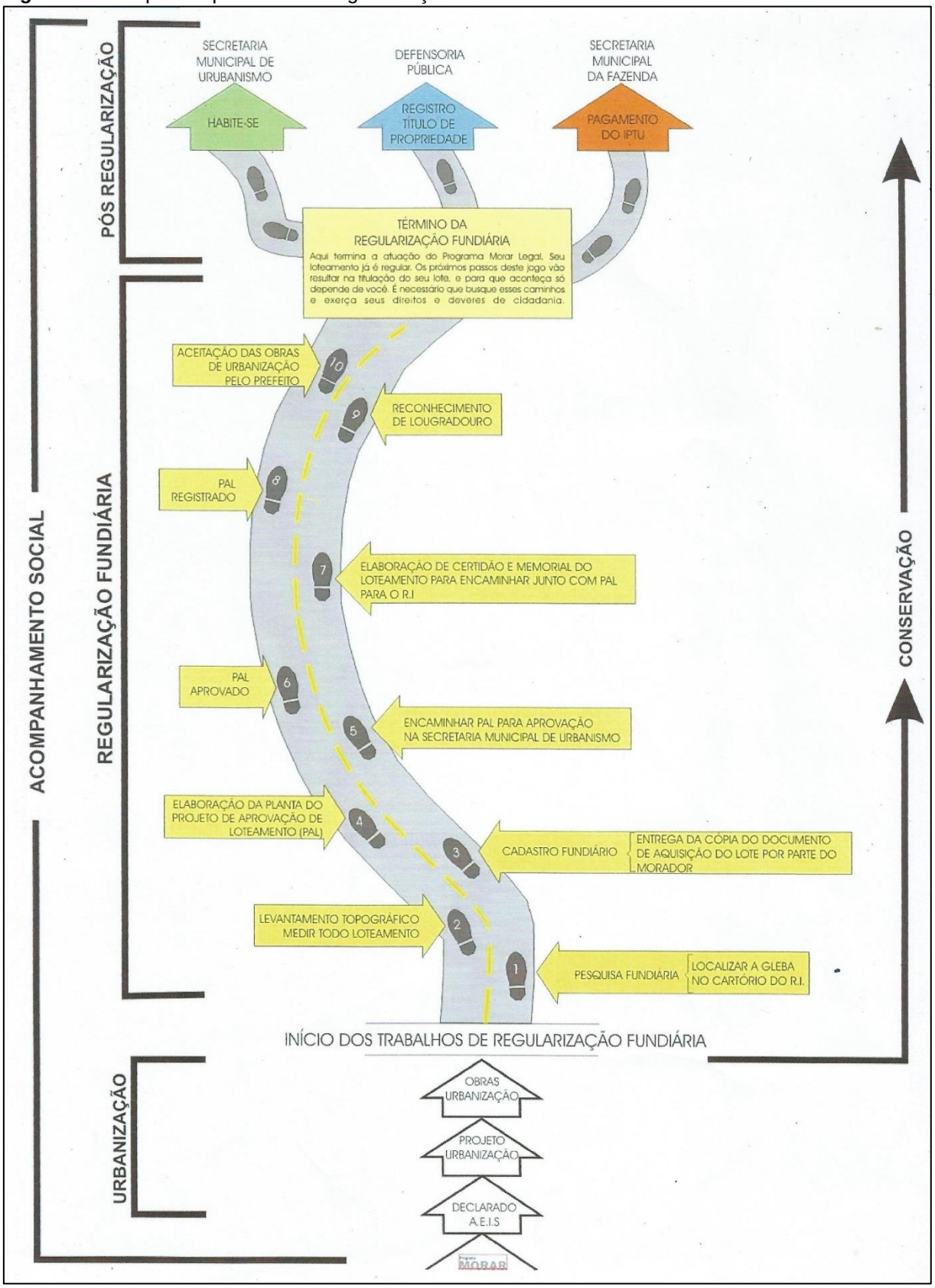
Fonte: NRL (2015).

Figura 73 – Procedimento para deferimento do pedido de pré-inscrição ao NRL.



Fonte: NRL (2015).

Figura 74 – Etapas do processo de regularização urbanística e fundiária dos loteamentos.

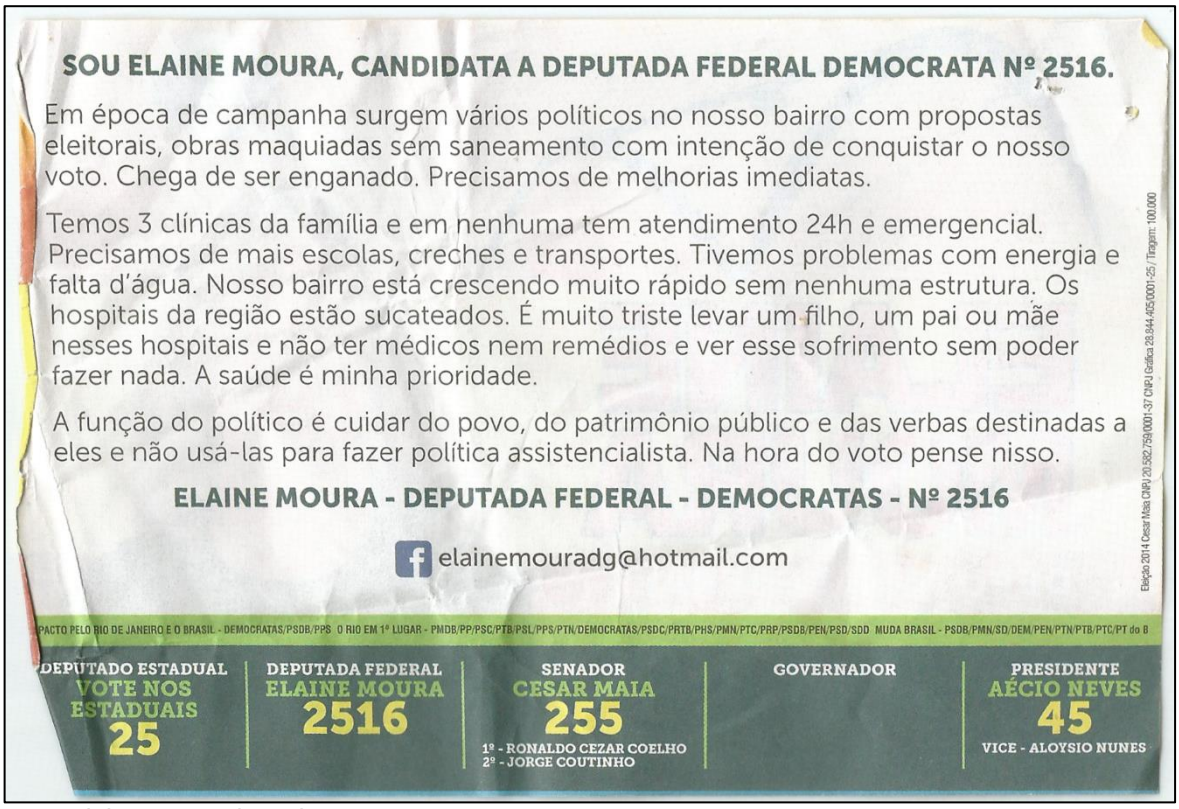


Fonte: SMH (2015).

ANEXO L – PANFLETOS DE CAMPANHA DE ELAINE MOURA (2016)

Figura 75 – Panfleto de campanha de Elaine Moura.





Fonte: Elaine Moura (2016).

ANEXO M – PANFLETO DE ALEXANDRE: “A VERDADE SOBRE AS OBRAS”

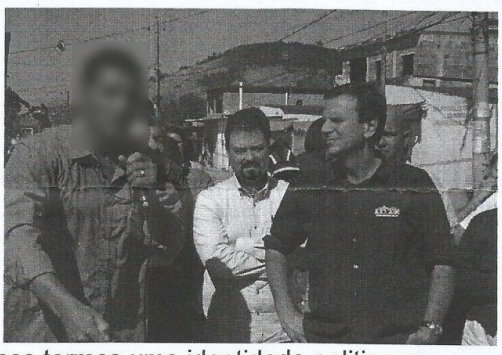
Figura 76 – Panfleto de Alexandre sobre as obras do Jardim Maravilha.

A VERDADE SOBRES AS OBRAS !!!!

Na manhã de sábado 26/09/15, tive a honra de receber em minha humilde residência, os meus Amigos presidente da câmara municipal da Cidade do Rio de Janeiro, vereador Jorge Felippe e o deputado estadual Jorge Felippe Neto, com os quais tive uma proveitosa reunião, juntamente com membros do CCGR, equipes dos dos parlamentares e moradores de Guaratiba com o objetivo de buscarmos melhorias na qualidade de vida do nosso povo e em especial a retomada das obras do Bairro maravilha de nossa região.



As conquistas de nossas vidas são consequência de nossas ações, trabalho e dedicação a tudo o quanto almejamos, no meu caso eu sonho, depois conquisto e então a realização acontece.
Na década dos anos 90 eu vim morar em Guaratiba, e foi dai que nasceu minha paixão pelo bairro e pela nossa região.
Em 2009 comecei com um grupo de Amigos um trabalho social comunitário onde já cansados de vivermos no total abandono pelo poder publico viemos descobrir que precisaríamos termos uma identidade politica em nossa região, foi ai que começamos a buscarmos as melhorias junto ao poder publico, batemos em diversas portas até que batemos a porta da prefeitura do Rio onde fomos atendidos pelo Secretario de Governo, o qual firmou conosco um compromisso e desde então as coisas começaram a acontecer aqui em nosso Bairro.
Conquistamos Iluminação publica para todo o Bairro, cerca de mais de quinze milhões de obras as quais tiveram inicio em agosto de 2013 quando recebemos o Prefeito Eduardo Paes, que anunciou as obras. Em fim o nosso sonho aconteceu, todos aqueles que sempre acreditaram sonharam, conquistaram, e agora participam desse grande momento. Agora a historia é outra. **GUARATIBA FAZ A DIFERENÇA!!!!!**





Fonte: Alexandre (2016).

REFERÊNCIAS

- **Fontes:**

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1844.

_____. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1847.

_____. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1900.

CASA, A. As casas de campo. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 3, s. p., 1924a.

_____ Construcções economicas. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 28, 1924b.

_____ Habitações economicas: Interessa-lhe o assunto. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 16, 1925.

_____ Congresso de habitação realisado em Berlim de 1 a 5 de Julho. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 1, 1931a.

_____ Concurso de projetos para casas econômicas. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 84, p 15, 1931b.

_____ Os apartamentos, fatores da crise de habitações. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 84, p 5-6, 1931c.

_____ Concursos de casas econômicas. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 99, p 12-14, 1932.

A MANHÃ. As importantes instalações de que está dotada a Fazenda Modelo de Guaratiba. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1941

_____. Os lavradores levaram os seus produtos espontaneamente à exposição agropecuária de Guaratiba. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1952, p. 3.

A NOITE. O problema de melhoramentos das cidades. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 out. 1923a, p. 3.

_____. Idéas attraentes. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 out. 1923b, p. 1.

_____. O novo código de construcções do Rio. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1924a, p. 1.

_____. Os problemas maximos da nossa capital. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1924b, p. 1-2.

_____. Pelas urbanisações do Brasil: a Associação brasileira de Urbanismo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 set. 1927, p. 7.

_____. O teto do pobre. *A Noite*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1932, p. 2.

_____. A casa do pobre. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1936, p. 2.

_____. Construam casas que substituam os barracões. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1942a, p. 7.

_____. Casa própria e barata. *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 set. 1942b, p. 1-3.

_____. 42 cruzados e nada mais. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1942c, p. 1-2.

_____. 11.000 casas proletárias. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1943, p. 3.

_____. O "sertão carioca", seleiro da cidade. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1947, p. 1-12.

A RUA. O bond electrico de Campo Grande a Guaratiba. *A Rua*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1917, p. 3.

_____. Para garantir a alimentação do Rio. *A Rua*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1918, p. 1.

ARRUDA, H. Q. A habitação e a harmonia conjugal: Desajustamentos dessa ordem. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 82, p 197-203, 1942.

AZEVEDO, C. F. d. S. X. Parecer. In: CONSELHO DE SÁUDE PÚBLICA (Org.). *Pareceres sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 8-15.

BACKHAUSER, E. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Relatório.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, I. e. C. Vila operária Waldemar Falcão. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 359-361, 51.

BRASIL Decisão nº 29: Recommenda regularidade na edificação das ruas novas desta Cidade. *Collecção das Leis do Brazil de 1810*, Rio de Janeiro, p. 26-27, 1891.

BRUHNS, A. A racionalização dos sistemas construtivos. *A Casa*, Rio de Janeiro, p. 13-15, 1931.

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA IDADE DO RIO DE JANEIRO. *Primeiro relatório da Commissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. *Relatório*. 14 p.

_____ *Segundo relatório da Commissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. *Relatório*. 40 p.

CORRÊA, M. O sertão carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 167, p. 5-294, 1936.

CORREIA, V. *Discurso de recepção de Luís Edmundo (Academia Brasileira de Letras)*, 1944. Discurso. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/luis-edmundo/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CORREIO DA MANHÃ. O teto do pobre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 set. 1936, p. 6.

_____. A "Associação Lar Proletário". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1941, p. 10.

_____. Banco de Crédito Territorial S.A. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1947, p. 26.

_____. O incrível "Jardim Maravilha". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1955a, p. 1.

_____. Às moscas o "Jardim Maravilha". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1955b, p. 1.

_____. O Jardim Maravilha é autofinanciado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 set. 1955c, p. 1.

_____. Loteamento Parque Anchieta. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1959, p. 9.

_____. Grande Rio vai integrar os problemas comuns do Estado do Rio e da Guanabara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1968, p. 13.

POLÍTICA, C. O Estado Nacional e o problema das casas operárias. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p 73-82, 1943.

CUNHA, A. B. *Prefeito anuncia obras de urbanização para Guaratiba*, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4315831>. Acesso em: 4 jan. 2018.

DIÁRIO CARIOCA. Mais de mil casas para operários. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1936, p. 15.

_____. Inaugurada a linha de bondes de Guaratiba. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1944, p. 3.

_____. Grave acusação contra fiscais da Prefeitura. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17 set. 1957, p. 4.

DIÁRIO DA NOITE. Declarada a guerra aos loteamentos clandestinos. *Diário da Noite*, São Paulo, 13 jan. 1972, p. 1-10.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Hontem, na Câmara Municipal. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1938, p. 3.

_____. Vila Mar de Guaratiba. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. Quinta seção, 25 dez. 1951, p. 3.

_____. Organização Imobiliária Mara. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. Quinta Seção, 25 dez. 1954, p. 3.

EDMUNDO, L. (1938). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003. 636 p. (Edições do Senado Federal, 1).

EWBANK, T. (1856). *Life in Brazil*: or, a Journal of a Visit to the Land of the Cocoa and the Palm. Detroit: Blaine Ethridge, 1971. 466 p.

FERREIRA, F. d. P. A habitação e a moral. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 82, p 169-176, 1942.

FLEURIGEON, A. M. *Code de la voirie*. Paris: Garnery, 1809. 196 p.

FROGER, F. *Relation du voyage de Mr de Gennes au détroit de Magellan*. Paris: De Fer, 1698. 220 p.

GALDO, R.; DAFLON, R. Conjuntos na Era Vargas se multiplicaram para dar teto a trabalhadores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 jun. 2011. Disponível em: <http://https://oglobo.globo.com/rio/conjuntos-na-era-vargas-se-multiplicaram-para-dar-teto-trabalhadores-2773327>. Acesso em: 29 mai. 2017.

GODOY, A. A. d. A improcedência de algumas objeções contra a lei sobre a abertura de ruas e loteamentos de terrenos. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-27, 1932a.

_____. Duas cidades industriais modelares. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 9-14, 1932b.

_____. As consequências econômicas e sociais dos princípios do urbanismo. *Revista do Club de Engenharia*, v. 2, n. 14, p 711-722, 1935.

_____. *A URBS e os seus problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

IMPRENSA POPULAR. Instalação Solena da I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1955a, p. 4.

_____. Aproveita-se dos cofres municipais a imobiliária do Prefeito. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1955b, p. 1-2.

_____. Vila Rangel levanta-se. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1956, p. 8.

ISAMBERT, F.-A., et al. *Recueil général des anciennes lois françaises, depuis l'An 420 jusqu'à la Révolution de 1789*: 1er janvier 1737 - 10 mai 1774. Paris: Belin-Leprieur, 1830 (Recueil général des anciennes lois françaises, t. 22).

JORNAL DO BRASIL. Várias notícias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1935, p. 8.

_____. Prefeitura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1941a, p. 9.

_____. Inauguradas duzentas casas da Associação do Lar Proletário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1941b, p. 6.

_____. Loteamento, a meia-favela da Zona Rural. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1970, p. 26.

_____. Figueiredo promete prender exploradores de loteamentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 set. 1978, p. 3.

JORNAL DO COMMERCIO. As novas posturas sobre construcções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 set. 1892, p. 1.

_____. Conselho Municipal: Acta da 11ª sessão ordinária em 21 de março de 1898. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1898, p. 3.

LE CLER DU BRILLET, A. L.; LA MARE, N. d. *Continuation du Traité de la Police*: De la voirie. Paris: Jean-François Hérissant, 1738. 794 p. (Traité de la Police, t. 4).

LE MONDE. Les grandes étapes de l'affaire Robert Boulin. *Le Monde*, Paris, 9 jul. 2010. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/societe/article/2010/07/09/les-grandes-etapes-de-l-affaire-robert-boulin_1385609_3224.html>. Acesso em: 23 jun. 2017.

LE PLAY, F. *La réforme sociale en France*: Déduite de l'observation comparée des peuples européens. Paris: Henri Plon, 1864. 2 vol. p.

LEBRET, L.-J. Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 149, p. 7-52, 1951.

LES ÉCHOS. Foccart, l'initiateur de la "Françafrique". *Les Échos*, Paris. International, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://https://www.lesechos.fr/10/08/2009/lesechos.fr/300368538_foccart--l-initiateur-de-la--francafrique-.htm#1/7Conseillerdug↞n↞raldeGaullepourlesaffairesafricaines>. Acesso em: 23 jun. 2017.

LIMA, A. J. d. S. Parecer. In: CONSELHO DE SÁUDE PÚBLICA (Org.). *Pareceres sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 1-8.

LUN. El glamoroso francés que lo perdió todo en Chile. *LUN*, Santiago. Suplemiento, 12 jul. 2009, p. 8.. Disponível em: <http://www.lun.com/lunmobileiphone/homeslide.aspx?dt=2009-07-12&PaginaID=8&bodyid=0&SupplementId=2&NewsID=#pagina-8>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MOREIRA, J. d. R. O Estado Novo e o problema trabalhista. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 51-62, 1941.

O GLOBO. Facilitando as pequenas construcções. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1934, p. 1.

_____. Um homem feliz não faz a revolução!. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1937, p. 2.

_____. Mais oito mil casas proletárias!. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1940, p. 6.

_____. Solução prática do problema da habitação modesta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1942a, p. 4.

_____. O prefeito em longa visita aos subúrbios. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1942b, p. 1.

_____. Uma obra social meritória. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 set. 1942c, p. 5.

_____. Grave ameaça ao abastecimento do Rio!. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1942d, p. 3.

_____. Os subúrbios agradecidos ao prefeito. O Globo, Rio de Janeiro, 16 set. 1942e, p. 2.

_____. Brinquedos para as crianças de Bangu. O Globo, Rio de Janeiro, 24 deç. 1942f, p. 2.

_____. Uma sessão solene na matriz do Engenho de Dentro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1943a, p. 4.

_____. Bondes, de novo, em Guaratiba. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 set. 1943b, p. 5.

_____. Duas mil casas construídas clandestinamente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1945, p. 3.

_____. Abandono e miséria do sertão carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1947, p. 1-2.

_____. Grandes possibilidades para o abastecimento do distrito federal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1948, p. 3.

_____. Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A.. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1949, p. 3.

_____. Abandono e desânimo no sertão carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 1952, p. 8.

_____. Vila Mar de Guaratiba. *O Globo*, Rio de Janeiro. Geral, 22 jun. 1955, p. 9.

_____. Para conter a calamidade pública dos loteamentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1956, p. 17.

_____. A razão do sucesso de alguns loteamentos. *O Globo*, Rio de Janeiro. Geral, 12 abr. 1957a, p. 7.

_____. Transformação substancial da paisagem urbana de São Paulo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1957b, p. 11.

_____. Saneamento é maior problema de Campo Grande. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1969, p. 13.

_____. Explosão urbana, uma ameaça ao desenvolvimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1976, p. 38.

_____. Associações de bairro estão voltando. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1980, p. 12.

_____. No Jardim, a maravilha é só no nome e na promessa. *O Globo*, Rio de Janeiro. Jornais de Bairro, 3 jul. 1988, p. 24.

_____. Pavimentação é reivindicação no Jardim Maravilha. *O Globo*, Rio de Janeiro. Jornais de Bairro, 14 jul. 1991, p. 4.

_____. Favela Bairro chega a mais três comunidades. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1995, p. 12.

_____. Favela-Bairro beneficia mais oito áreas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1997a, p. 24.

_____. Favela-Bairro chega ao Jardim Planalto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1997b, p. 5.

_____. Maravilha somente no nome. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 ago. 2013, p. 21.

O RADICAL. Uma nova cidade que surge!. *O Radical*, Rio de Janeiro, 27 set. 1936, p. 7.

OLIVEIRA, B. d. Faces da economia destrutiva e o problema da ocupação do solo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 43-50, 1943.

OLIVEIRA, F. B. d. "Bairro proletário modelo" da Companhia Industrial Mineira. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-30, 1938.

PEIXOTO, D. R. d. G. (1820). Aos sereníssimos príncipes reais do Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Alagarves... *A saúde pública no Rio de Dom João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008, p. 84-118. (Dom João VI no Rio).

PRADO, A. C. d. Lote econômico e zonas residenciais populares. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 82, p. 119-124, 1942.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão - Remodelação - Embellezamento*: Organisações projectadas pela administração Antônio Prado Junior, sob a direcção geral de Alfred Agache. Paris: Foyer Brésilien, 1930. 454 p.

RESENDE, O. L. Loteamento. Inadiplência dos loteadores. Construções ilegais em lotes irregularmente alienados. *Revista de Direito*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 190-193, 1962.

REVISTA DA SEMANA. Semana elegante. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 13 out. 1917, p. 27.

RIO DE JANEIRO. Auto de medisam dos chãos de Fernando Baldes ao longo do mar, de 4 janeiro de 1596. In: MUNICÍPIO (Org.). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1962, p. 251-252.

SODRÉ, N. W. Fronteira. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 24-30, 1941.

_____ Novos aspectos da circulação social no Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 65-70, 1942.

SOMBRA, S. Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 73-79, 1941.

SOUTO, L. R. V. Parecer. In: CONSELHO DE SÁUDE PÚBLICA (Org.). *Pareceres sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 22-38.

TEIXEIRA, J. M. Parecer. In: CONSELHO DE SÁUDE PÚBLICA (Org.). *Pareceres sobre os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 15-21.

TRIBUNA DA IMPRENSA. "Impessoal, avassaladora, egoísta, difícil, tentacular e desumana". *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1954, p. 4.

_____. Casa para o povo (I). *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1955a, p. 3.

_____. Casa para o povo (II). *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1955b, p. 2.

VARGAS, G. Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 50, p 9-22, 1945.

VARZEA, A. Engenhos do Oeste Carioca. *Brasil Açucareiro*, v. 25, p. 83-95, 1945.

VEJA. O desespero das metrópoles. *Veja*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1973, p. 42-48.

VIANAA, A. S. Construir melhor e mais barato. *A Casa*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 11, 1925.

VIANNA, J. C. O ideal em habitação coletiva. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 82, p. 133-142, 1942.

- **Bibliografia**

ABREU, M. d. A. (1986). Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, p 210-234, 2003.

_____ (1987). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 156 p.

_____; LE CLERRE, G. Reconstruire une histoire oubliée. Origine et expansion initiale des favelas de Rio. *Genèses*, n. 16, p 45-88, 1994.

ALMEIDA, F. *Repartição-Geral de Terras Públicas/Repartições Especiais de Terras Públicas/Inspetorias-Gerais de Medição de Terras*, 2015. (MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6933>. Acesso em: 12 mai. 2017.

ALVITO, M. (1998). Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). *Um século de favela*. 5. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 181-208.

_____. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 308 p.

ANDREATTA, V. *Cidades quadradas, paraísos circulares*: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 241 p.

APPADURAI, A. (Org.) *The Social Life of Things*: Commodities in Cultural Perspective. New York: Cambridge University Press, 1986. 329 p.

ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos*, n. 83, p 103-127, 2009.

ARAUJO, R. B. d. O dono da casa: Notas sobre a imagem do poder no "mito Vargas". *Religião e Sociedade*, v. 13, n 2, p. 102-122, 1986.

ARENAS, J. A. A.; PÉREZ, A. N. J. Los grandes desarrollos habitacionales en la ciudad de México:¿proyectos habitacionales o proyectos políticos y económicos? *Bitácora Arquitectura*, n. 32, p 74-83, 2016.

ARISTOTE. *Politique*. Tradução de Jean-François Champagne and Michel Hoefer. Paris: Lefèvre, Charpentier, 1843 Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/politique1a.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017

AZEVEDO, A. N. d. A cura pela técnica: o Clube de Engenharia e a questão urbana na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX ao XX. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 19, n 2, p. 273-292, 2013.

BARREIRA, C. Fraudes e corrupção eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 151-164. (Antropologia da política, 24).

BASTOS, E. C. O. G. *Laranja e lavoura branca*: Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense. 1977. x f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1977.

BEAUD, S.; WEBER, F. *Guide de l'enquête de terrain*. Nouv. ed. Paris: La Découverte, 2003. 360 p. (Grands Repères / Guides).

BECKER, H. S. (1963). *Outsiders*: Études de sociologie de la déviance. Tradução de Jean-Pierre Briand and Jean-Michel Chapoulie. Paris: Métaillé, 1985. 247 p.

BELOCH, E. M. G. *Loteamento periférico: algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária*. 1980. 150 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultura, 1992. 387 p. (Biblioteca Carioca, v. 11).

BEZERRA, M. O. *Em nome das "bases"*: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 275 p. (Antropologia da política, 3).

BILAC, E. D. *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*: a organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo: Símbolo, 1978. 157 p.

BIRMAN, P. Sobre periferias. In: CUNHA, N. V. d.; FELTRAN, G. d. S. (Org.). *Sobre periferias*: Apresentação. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013, p. 7-8.

BLANCHETTE, T. G. *Gringos*. 2001. 150 f PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*: Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991. 483 p. (nrf essais).

BONDUKI, N. (1999). *Origens da habitação social no Brasil*: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1999. 342 p.

_____; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 117-154.

BORGES, A. *Tempo de Brasília*: Etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 194 p. (Antropologia da política, 21).

BOURDIEU, P. Avenir de classe et causalité du probable. *Revue française de sociologie*, v. 15, p 3-42, 1974.

_____. L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 35, p 63-72, 1980.

_____. *Raisons pratiques*: Sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994. 246 p. (Points Essais).

_____ (1997). *Les méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 2003. 391 p. (Points Essais).

BRAUDEL, F. Histoire et Sciences sociales: La longue durée. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.*, v. 13, n 4, p. 725-753, 1958.

BRENNER, N. Theses on Urbanization. *Public Culture*, Durham, v. 25, n 1, p. 85-114, 2013.

_____; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban?. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, v. 19, n 2-3, p. 151-182, 2015.

BUENO, A. d. P. F. *Controle do parcelamento do solo urbano*: Legislação urbanística e produção ilegal da moradia. 1996. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Loteamentos urbanos e assentamentos informais: legislação urbanística e produção ilegal da moradia*, 2004. Disponível em: < http://www2.uerj.br/direito/publicacoes/mais_artigos/loteamentos_urbanos.html>. Acesso em: 13 nov. 2007.

BURAWOY, M. *The Extended Case Method*: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2009. 337 p.

BURGESS, E. W. (1925). The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. In: PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. (Org.). *The City*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1984, p. 47-62. (The Heritage of Sociology).

BURGOS, M. B. (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). *Um século de favela*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 25-60.

_____. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In: BURGOS, M. B. (Org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2002, p. 21-90.

CABRAL, D. *Intendente/Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil (1808-1821)*, 2011. (MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2736>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____; ALVES, S. P. *Academia Militar e de Marinha*, 2014. (MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6933>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CALDEIRA, T. P. d. R. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300 p.

_____. *Cidade de muros*: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2003. 400 p.

CAMARGO, A. R. *Administração das Obras Públicas do Município da Corte*, 2015. (MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=7959>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.). *Sociedade política no Brasil pós-61*. Rio de Janeiro: Centro

Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 313-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CARPINTÉRO, M. V. T. *A construção de um sonho*: Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São-Paulo - 1917/1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 221 p. (Pesquisas).

CARVALHO, J. M. d. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003#*>. Acesso em: 9 nov. 2017.

CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972. 451 p. (Textes à l'appui).

_____; MOLLENKOPF, J. *Dual City*: Restructuring New York. New York: Russell Sage Foundation, 1991. 477 p.

CASTRO, E. G. d. *Entre Ficar e Sair*: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 31 out. 2017.

CAVALCANTI, M. *Of Shacks, Houses and Fortresses*: An Ethnography of Favela Consolidation in Rio de Janeiro. 2007. 348 f. Tese (antropologia) – Department of Anthropology, University of Chicago, Chicago, 2007.

_____. Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n 69, p. 69-80, 2009.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista*: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 44 p. (Biblioteca Rio 450).

CAVALCANTI, V. R. *Loteamentos proletários e autoconstrução: um estudo de caso (Rio de Janeiro)*. 1980. COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

CAVALLIERI, F.; VIAL, A. *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2012. 18 p. (Coleção Estudos Cariocas).

CERTEAU, M. d. (1980). *L'invention du quotidien I*: Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990. 350 p. (Folio/Essais).

CESTARO, L. R. A SAGMACS e o estudo da "aglomeração paulistana". *URBANA*, Campinas, v. 5, n. 6, p. 6-24, 2013.

_____ *A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947-1964): ideias, planos e contribuições*. 2015. 376 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

CHAVES, C. d. A. *Festas da política*: Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG), 2003. 175 p. (Antropologia da política, 19).

CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. d. P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 49-68. (Biblioteca de Ciências Sociais / Sociologia).

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Home-Made Hegemony: Modernity, Domesticity, and Colonialism in South Africa. In: HANSEN, K. T. (Org.). *African Encounters with Domesticity*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1992, p. 37-74.

CONNIF, M. L. (1981). *Política urbana no Brasil*: A ascenção do populismo 1925-1945. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. 253 p.

CORBIN, A. (1982). *Le miasme et la jonquille*. Paris: Flammarion, 2016. 429 p. (Champs histoire).

CORTADO, T. *La communauté en miettes*: La morphologie sociale d'une favela carioca. 2012. 220 f. Dissertação de mestrado (Antropologia social) – Centre de Sociologie Européenne, EHESS, Paris, 2012.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 5).

COSTA, M. B. *Loteamento ne periferia do Rio de Janeiro: um espaço de luta*. 1979. 103 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.

CPDOC. *Cultura Política*, 1997a. (Navegando na história). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____ *Ministério do Trabalho*, 1997b. (Navegando na história). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____ *Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)*, 1997c. (Navegando na história). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____ *Institutos de Aposentadoria e Pensões*, 1997d. (Navegando na história). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____ *Severino Sombra de Albuquerque*, 1997e. (Dicionário biográfico). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severino-sombra-de-albuquerque>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CUNHA, N. V. d.; FELTRAN, G. d. S. (Org.) *Sobre periferias*: Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013a. 224 p.

_____; _____. Novos conflitos nas margens da cidade. In: CUNHA, N. V. d.; FELTRAN, G. d. S. (Org.). *Sobre periferias*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013b, p. 9-16.

DALAKOGLOU, D. The road: An ethnography of the Albanian-Greek cross-border motorway. *American Ethnologist*, v. 7, n. 1, p. 132-149, 2010.

_____; HARVEY, P. Roads and Anthropology: Ethnographic Perspectives on Space, Time and (Im)Mobility. *Mobilities*, v. 7, n. 4, p. 459-465, 2012.

DAMATTA, R. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed., 1997. 123 p.

DARMON, M. La notion de carrière: un instrument interactionniste d'objectivation. *Politix*, v. 2, n. 82, p 149-167, 2008.

DAS, V.; POOLE, D. (Org.) *Anthropology in the Margins of the State*. New Dehli: Oxford University Press, 2004. 330 p.

D'AVILA FILHO, P.; JORGE, V. L.; COELHO, A. F. Acesso ao poder. Clientelismo e democracia participativa, desconstruindo uma dicotomia. *Civitas*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 211-233, 2004.

DAVIS, M. (1990). *City of Quartz*: Excavating the Future in Los Angeles. London, New York: Verso, 2006. 462 p.

DEPAULE, J.-C.; TOPALOV, C. La ville à travers ses mots. *Enquête*, n. 4, p. 247-266, 1996. Disponível em: <https://enquete.revues.org/963>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DERRIDA, J. *Marges*: De la philosophie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972. 396 p. (Critique).

DESROSIÈRES, A. Le territoire et la localité. Deux langages statistiques. *Politix*, v. 7, n. 25, p 46-58, 1994.

DINIZ, E. *Voto e máquina política*: Patronagem e clientelismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p.

DOUGLAS, M. *Purity and Danger*: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo. London: Routledge and Keegan Paul, 1966. 196 p.

DUARTE, A.; FONTES, P. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, v. 11, n 20/21, p. 87-121, 2004.

DUMONT, L. *Homo Hierarchicus*: Le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard, 1979. 445 p. (Tel).

DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade*: A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 247 p. (Debates, v. 77).

_____. A construção da cidadania. *Novos Estudos*, v. 3, n. 10, 1984. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-10/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*: Teoria e pesquisa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 17-38.

_____. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, p. 27-36, 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=236:rbcs-01&catid=69:rbcs&Itemid=399>. Acesso em: 26 mar. 2016.

DURKHEIM, É. Morphologie sociale. *L'Année sociologique*, v. 1, p. 520-521, 1898.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. d. Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas "urbanas" Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu*. Anais...* Caxambu: ANPUR, 2009. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1756&Itemid=229>. Acesso em: 1 abr. 2016.

EDWARDS, P. N. Infrastructure and Modernity: Force, Time and Social Organization in the History of Sociotechnical Systems. In: MISA, T. J.; BREY, P.; FEENBERG, A. (Org.). *Modernity and technology*. Cambridge & London: The MIT Press, 2003, p. 185-226.

ELIAS, N. (1970). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008. 202 p.

ENES, T. *De como administrar cidades e governar impérios*: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808). 2010. 301 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FELTRAN, G. d. S. *Fronteiras de tensão*: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 363 f. Tese (doutorado em ciências sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2008.

FERNANDES, N. d. N. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858 / 1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 172 p.

FORTES, M. (1958). *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Tradução de Alcida Rita Ramos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1974. 20 p. (Cadernos de antropologia, 6).

FOUCAULT, M. Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: BACHELARD, S., et al. (Org.). *Hommage à Jean Hyppolite*. Paris: PUF, 1971, p. 145-172. (Épiméthée).

_____ (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 2004. 319 p.

_____ (1982). La technologie politique des individus. *Dits et écrits, tome IV: 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1994, p. 813-828. (Bibliothèque des sciences humaines).

_____. Histoire de la médicalisation. *Hermés*, v. 2, n. 2, p. 13-29, 1988.

_____ *"Il faut défendre la société"*: Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Gallimard, Seuil, 1997. 284 p. (Hautes Études).

_____ *Sécurité, territoire, population*: Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard, Seuil, 2004a. 435 p. (Hautes Études).

_____ *Naissance de la biopolitique*: Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard, Seuil, 2004b. 355 p. (Hautes Études).

FOURCAULT, A. *La banlieue en morceaux*: La crise des lotissements défectueux en France dans l'entre-deux-guerres. Grâne: Créaphis, 2000. 348 p.

FREIRE-MEDEIROS, B. *Gringo na laje*: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 164 p. (Turismo).

FRIDMAN, F. *Donos do Rio em nome do Rei*: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Garamond, 1999. 302 p.

FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. *Development and Change*, v. 17, n 1, p. 69-84, 1986.

GAGLIARDO, V. C. A intendência de polícia e a civilização do Rio de Janeiro oitocentista. *URBANA*, Campinas, v. 6, n. 8, 2014. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/issue/view/65/showToc>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GAY, R. *Popular Organization and Democracy in Rio de Janeiro*: A Tale of Two favelas. Philadelphia: Temple Universty Press, 1994. 208 p.

GEERTZ, C. Form and Variation in Balinese Village Structure. *American Anthropologist*, v. 61, n 6, p. 991-1012, 1959.

GODOY, M. F. A apropriação e os usos dos chãos urbanos em São Paulo colonial (séculos XVI-XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis*. Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434411721_ARQUIVO_ArtigoMarcosGodoy.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GOMES, Â. M. d. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320 p.

_____ O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

GONÇALVES, L. d. C. As transformações urbanas e o papel da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro joanino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA , 27, 2013,

Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares#L>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GOODY, J. *La raison graphique*: La domestication de la pensée sauvage. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979. 275 p. (Le sens commun).

GRAHAM, S.; MARVIN, S. (2001). *Splintering Urbanism*: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2002. 476 p.

GRIGON, C.; PASSERON, J.-C. *Le savant et le populaire*: Misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature. Paris: Seuil, 1989. 262 p. (Hautes Études).

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro*. 1987. 376 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, n. 16, 1985.

GUEDES, A. D. Abrir no Mundo, Rasgando o Trecho: Mobilidade Popular, Família e Grandes Projetos de Desenvolvimento. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 21, p 137-152, 2012.

_____. Fever, Movements, Passions and Dead Cities in Northern Goiás. *Vibrant*, v. 11, n 1, p. 56-95, 2013a.

_____. Na estrada e na lama com Jorge, um Brasileiro. Trabalho e moradia nas fronteiras do desenvolvimento. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n 39, p. 19-345, 2013b.

_____. Andança, agitação, luta, autonomia, evolução: Sentidos do movimento e da mobilidade. *Ruris*, v. 9, n. 1, p. 111-141, 2015.

GUPTA, A. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. *American Ethnologist*, v. 22, n 2, p. 375-402, 1995.

_____; FERGUSON, J. Discipline and Practice: "The Field" as Site, Method, and Location in Anthropology. *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1997, p. 1-46.

HALBWACHS, M. (1938). *La morphologie sociale*, 2001. (Les classiques des sciences sociales). Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/morphologie/morphologie.html>. Acesso em: 4 dez. 2014.

HANNERZ, U. *Explorer la ville*: Éléments d'anthropologie urbaine. Tradução de Isaac Joseph. Paris: Éditions de Minuit, 1983. 432 p. (Le sens commun).

HAROUEL, J.-L. Les fonctions de l'alignement dans l'organisme urbain. *Dix-huitième Siècle*, Paris, n. 9, p. 135-149, 1977.

_____. *História do urbanismo*. Campinas, SP: Papirus, 2004. 150 p.

HARVEY, P. Cementing Relations: The Materiality of Roads and Public Spaces in Provincial Peru. *Social Analysis*, v. 54, n 2, p. 28-46, 2010.

_____; KNOX, H. The Enchantments of Infrastructure. *Mobilities*, v. 7, n. 4, p. 521-536, 2012.

HEIDEGGER, M. (1927). *Être et temps*. Tradução de Emmanuel Martineau. Paris: Authentica, 1985. 356 p. Disponível em: <http://nicolas.rialland.free.fr/heidegger/>. Acesso em: 25 ago. 2017

_____ (1954). *Essais et conférences*. Tradução de André Préau. Paris: Gallimard, 1958. 349 p. (Tel).

HIRATA, D. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

_____; CARDOSO, B. Coordenação como tecnologia de governo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n 46, p. 97-130, 2016.

HOLLANDA, S. B. d. *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997. 224 p.

HOLSTON, J. *The Modernist City*: An Anthropological Critique of Brasília. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1989. 369 p.

HULL, M. S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p 251-267, 2012a.

_____. *Government of Paper*: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2012b. E-book Kindle.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment*: Essays on livelihood, dwelling and skill. London, New York: Routledge, 2000. 465 p.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n 37, p. 25-44, 2012.

JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 14-179. (Debates Urbanos, 5).

_____. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, p 18-34, 1987.

KESSEL, C. *A vitrine e o espelho*: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. 140 p. (Memória carioca, v. 2).

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202 p. (Estudos brasileiros, 44).

_____. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_03.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

KRISCHKE, P. J. (Org.) *Terra de habitação x terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984a. 88 p.

_____. Os loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos de bairro. In: KRISCHKE, P. J. (Org.). *Terra de habitação x terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984b, p. 70-88.

KUSCHNIR, K. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 95 p. (Antropologia da política, 8).

LAGO, L. C. d. *O movimento de loteamentos do Rio de Janeiro*. 1990. 100 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

_____. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrópole*, n. 9, p. 119-133, 2003.

_____. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. d. Q. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000, p. 207-228.

LARKIN, B. The Politics and Poetics of Infrastructure. *Annual Review of Anthropology*, v. 42, p 327-343, 2013.

LATOUR, B. *Science in Action*: How to follow scientists and engineers through society. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987. 274 p.

_____. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2007. 401 p.

_____; CALLON, M. (1981). Unscrewing the big Leviathan: how actors macrostructure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K. D.; CICOUREL, A. V. (Org.). *Advances in social theory and methodology*: Toward an integration of micro- and macro-sociologies. London and New York: Routledge, 2015, p. 277-303. (Social theory).

LEEDS, A. (1973). Poder Local em Relação com Instituições de Poder Supralocal. In: LEEDS, A.; LEEDS, E. (Org.). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 26-54.

_____; LEEDS, E. (Org.) *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a. 327 p. (A sociologia do Brasil urbano).

_____; _____. Favelas e Comunidade Política: A Continuidade da Estrutura de Controle Social. In: LEEDS, A.; LEEDS, E. (Org.). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b, p. 186-263.

LEFEBVRE, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Economica, Anthropos, 2009. 137 p. (Anthropologie).

_____. (1974). *La production de l'espace*. 4ª ed ed. Paris: Anthropos, 1999, 485 p. (Ethnosociologie).

LEITÃO, G. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes*: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos. Niterói: Editora da UFF, 2009. 207 p.

LEMARCHAND, R.; LEGG, K. Political Clientelism and Development: a Primary Analysis. *Analyzing the Third World*. Cambridge: Schenkman Publishing Company, 1978, p. 120-149.

LEME, M. C. d. S. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, L. C. d. Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 245-258.

LEMOS, C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 1989. 83 p. (Repensando a história).

LEONELLI, G. C. V. *A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766*: Debates e propostas do início do século XX a 1979. 2010. 308 f. Tese (arquitetura e urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. (1947). *Les structures élémentaires de la parenté*. 2ª ed. Berlin, London: Mouton de Gruyter, 1967. 591 p.

_____. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1960. 347 p. (Agora Pocket).

LIMA, A. C. d. S.; CASTRO, J. P. M. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 26, n 2, p. 17-54, 2015.

LOMNITZ, L. A. d. (1975). *Cómo sobreviven los marginados*. 12 ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1993. 223 p.

LOPES, B. M. A Tabela Price e os efeitos deletérios da capitalização composta de juros. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 8, n. 73, 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7158>. Acesso em: 22 mai. 2017.

LOPES, J. S. L. Fábrica e vila operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, J. S. L., et al. (Org.). *Mudança social no Nordeste*: A reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 41-98. (Estudos sobre o Nordeste, v. 5).

LOPES, J. S. L.; SILVA, L. A. M. d. Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LOPES, J. S. L., et al. (Org.). *Mudança social no Nordeste*: A reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 9-40. (Estudos sobre o Nordeste, v. 5).

LOW, S. M. The Anthropology of Cities: Imagining and Theorizing the City. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p 383-409, 1996.

_____; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. (2003). Locating Culture. In: LOW, S. M.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. (Org.). *The Anthropology of Space and Place*. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publising, 2007, p. 1-48. (Blackwell Readers in ANthropology).

MACEDO, C. C. *A reprodução da desigualdade*: um projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo: Vértice, 1986. 150 p.

MACEDO, D. M. A urbanização das "Ordenações do Reino". *Paranoá*, Brasília, n. 13, p 17-26, 2014.

MACHADO, R., et al. *Danação da norma*: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559 p. (Saber e sociedade).

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 166 p.

MALINOWSKI, B. (1922). *Argonauts of the Western Pacific*: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: George Routledge & Sons, 1932. 527 p.

MARCUSE, P. Dual City: a muddy metaphor for quartered city. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 14, p 697-708, 1987.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 71-94.

MARQUES, E.; BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. *Espaço e Debates*, n. 42, p 9-30, 2001.

MARTINS, J. d. S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Caderno do CERU*, n. 5, p. 103-128, 1972.

MATTOS, R. C. "Aldeias do mal". *Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 25, 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MAUGER, G. Enquêter en milieu populaire. *Genèses*, v. 6, p. 125-143, 1991.

MAUTNER, Y. (1999). A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). *O processo de urbanização*. São Paulo: EDUSP / FUPAM, 2010, p. 245.

MCKENZIE, R. D. (1925). The Ecological Approach to the Study of Human Community. In: PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. (Org.). *The City*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1984, p. 63-79. (The Heritage of Sociology).

MELLO, B. C. E. d. E o negro na arquitetura brasileira?. *Arquitextos*, v. 13, n. 145.01, 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372>. Acesso em: 23 ago. 2017.

MELO, M. A. B. C. O estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2, 1993, Salvador*. Anais...* Salvador: FAUFBa, 1993. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/332>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MESQUITA, W. A. B. “Tranquilidade” sob uma ordem violenta: o controle social da “mineira” em uma favela carioca. In: SILVA, L. A. M. d. (Org.). *Vida sob cerco*: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 227-248.

MILLER, P.; ROSE, N. Governing economic life. *Economy and Society*, v. 19, n. 1, p. 1-31, 1990.

MITCHELL, T. (1988). *Colonising Egypt*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1991. 218 p.

_____. The Limits of the State: Beyond Statist Approaches and Their Critics. *The American Political Science Review*, v. 85, n. 1, p. 77-96, 1991.

MOURA, C. P. d. Condomínios horizontais em Brasília: Elementos e composições. *Antropolítica*, Niterói, n. 28, p 47-68, 2010.

MUMFORD, L. *The City in History*: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961. 785 p.

NASCIMENTO, É. P. d. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulista*. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, F. B. d. Onde devem morar? Favelas, casas populares e a ação da prefeitura do Rio de Janeiro (1937-1945). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/79>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____ Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular do Rio de Janeiro (1946-1960). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8, 2004, Niterói*. Anais...* Niterói: PPGAU FAUFBA, 2004. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/52>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____ *Entre a estética e o hábito*: O departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008. 238 p. (Biblioteca Carioca, v. 53).

NEIBURG, F. Questionando o social: Foucault em chave etnográfica: o governo dos guètos de Porto Príncipe. *Análise Social*, n. 49, p 742-747, 2014.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. *Revista EconomiA*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

Ó TUATHAIL, G. (1996). *Critical Geopolitics*: The Politics of Writing Global Space. London: Routledge / Taylor and Francis e-Library, 2005. 250 p.

OLIVEIRA, F. d. (1972). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 1987. 87 p.

OLIVEIRA, M. M.; TONERA, R. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. M.; TONERA, R. (Org.). *As Defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015. Disponível em: <http://fortalezas.org/?ct=personagem&id_pessoa=1187>. Acesso em: 10 mai. 2017

OLIVEIRA, M. R. d. S. O urbanismo colonial brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial. *Complexus*, São Paulo, n. 1, p. 175-188, 2010.

ONG, A. *Neoliberalism as exception*: Mutations in citizenship and sovereignty. Durham and London: Duke University Press, 2006. 292 p.

ORTNER, S. B. Theory in anthropology since the sixties. *Comparative Studies in Society and History*, v. 26, n 1, p. 126-166, 1984.

PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat*. 1971. 169 f. Dissertação de 3º cycle – Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris, Paris, 1971.

_____. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, n. 2, p. 103-114, 1977.

_____. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.). *Política no Brasil*: visões de antropólogo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 137-150. (Antropologia da política, 24).

PARDO-GUERRA, J. P. *Making markets*: infrastructures, engineers and the moral technologies of finance, 2013. Disponível em: <http://pardo-guerra.org/2013/03/31/making-markets-infrastructures-engineers-and-the-moral-technologies-of-finance/>. Acesso em: 4 dez. 2014.

PARK, R. E. (1925). The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. In: PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. (Orgs.). *The City*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1984, p. 1-46. (The Heritage of Sociology).

PASSERON, J.-C. (1991). *Le raisonnement sociologique*: Un espace non poppérien de l'argumentation. Paris: Albin Michel, 2006 (Bibliothèque de l'Évolution de l'Humanité).

PECHMAN, R. Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. In: RIBEIRO, L. C. d. Q. (Org.). *Produção imobiliária e uso do solo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988, p. 1-207. (Relatório de pesquisa).

_____; LIMA JÚNIOR, W. 'Flirt' no 'footing' da Avenida Central. *Revista de História*, n. 5, p. 34-37, 2005. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/i-flirts-i-no-i-footing-i-da-avenida-central>. Acesso em: 9 set. 2016.

PEIRANO, M., et al. *Uma antropologia da política: rituais, representações e violência*. Rio de Janeiro: NuAP, 1998. Projeto de pesquisa. 35 p. (Cadernos do NuAP, 1). Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017

PEREIRA, M. R. d. M. Almuthasib - Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n 42, p. 365-395, 2001.

PEREIRA, M. d. S. As palavras e a cidade: o vocabulário da segregação em São Paulo. *Espaço e Debates*, n. 42, p 31-47, 2001.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Valdivia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Favela*: four decades living on the edge in Rio de Janeiro. New York: Oxford University Press, 2010. 412 p.

PINTO JÚNIOR, R. A. Modernidade antes dos modernistas: o interesse dos periódicos pelo espaço arquitetônico. *Arquitextos*, São Paulo, n. 153.00, 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.153/4654>. Acesso em: 11 set. 2016.

PINTO, S. M. G. *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de oitocentos*. 2012. 650 f. Tese de doutorado (Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

_____. Área *non aedificandi* em domínio privado. História breve do interstício entre prédios em Portugal: Revista da rede lusófona de morfologia urbana. *Revista de morfologia urbana*, Porto, v. 3, n. 1, p. 5-18, 2015.

_____. A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX). *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, Valparaíso, v. 38, p. 149-177, 2016.

RABINOW, P. (1983). Ordonnance, Discipline, Regulation: Some Reflections on Urbanism. In: LOW, S. M.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, D. (Org.). *The Anthropology of Space and Place*. Malden: Blackwell, 2003, p. 353-362.

_____ (1989). *French Modern*: Norms and Formas of the Social Environment. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1995. 454 p.

_____. *Essays on the Anthropology of Reason*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996. 190 p. (Princeton Studies in Culture / Power / History).

RAGO, M. (1985). *Do cabaré ao lar*: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. 4ª ed. rev. e at ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 279 p.

REDFIELD, R. The Folk Society. *The American Journal of Sociology*, v. 52, n 4, p. 293-308, 1947.

REIS FILHO, N. G. (1970). *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. 214 p.

REIS, J. d. O. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*: Projetos de alinhamento. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977 (O Rio de Janeiro e seus prefeitos, v. 1).

REVEL, J. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris: Ellipses, 2002. 71 p. (Vocabulaire de...).

REZENDE, V. *Planejamento urbano e ideologia*: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 126 p. (Retratos do Brasil, 1959).

_____. A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, 2005, 2005. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/93/showToc>. Acesso em: 13 jan. 2016.

RIBEIRO, L. C. d. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 352 p.

_____. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. d. Q. (Org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 63-98.

ROCHA, O. P. *A era das demolições*: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. 2ª ed ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultura, 1995. 184 p. (Biblioteca Carioca, v. 1).

ROLNIK, R. (1997). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: FAPESP / Studio Nobel, 2005. 242 p.

ROSCH, E. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.). *Cognition and Categorization*. Hilsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1978, p. 27-48.

ROSE-REDWOOD, R. S. Genealogies of the Grid: Revisiting Stanislawski's Search for the Origin of the Grid-Pattern Town. *The Geographical Review*, v. 98, n 1, p. 42-58, 2008.

ROSSA, W. *A urbe e o traço*: Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. 460 p.

ROY, A. Civic Governmentality: The Politics of Inclusion in Beirut and Mumbai. *Antipode*, v. 41, n 1, p. 159-179, 2009.

SAHLINS, M. *Stone Age Economics*. Chicago, New York: Aldine Atherton, 1972. 348 p.

SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 97-134.. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm#_Toc527522831>. Acesso em: 2 dez. 2016

SAMPAIO, M. R. A. d.; LIRA, J. T. C. d. L. Loteamento. In: TOPALOV, C., et al. (Org.). *Les aventures des mots de la ville*. Paris: Robert Laffont, 2010, p. 670-677. (Bouquins).

SÁNCHEZ, M. V. *Arquitectónico "Conjunto Habitacional Héroes Tecámac, Estado de México". Ingeniería de la Norma de Imagen Urbana*. 2013. 87 f. Tese (Engenharia e Arquitetura) – Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura, Instituto Poltécnico Nacional, Ciudad de México, 2013.

SANTOS, C. N. F. d. Volviendo a pensar en "Favelas" a causa de las periferias. *Nueva Sociedad*, n. 30, p 22-38, 1977.

_____. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, L. d. P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 17-48. (Biblioteca de Ciências Sociais / Sociologia).

SANTOS, L. S. d. *Cada qual no seu lugar*: a constituição do espaço rural na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1940. 2009. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. A "desruralização" do Rio de Janeiro ao tempo de Pereira Passos. *Convergência Crítica*, v. 3, n. 1, p. 80-106, 2014.

SANTOS, Z. M. d. *A tipologia habitacional própria às populações de baixa renda*: Três estudos de caso. 1980. 242 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

SARAIVA, C. P. *A periferia consolidada em São Paulo*: categoria e realidade em construção. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHMINK, M. Household Economic Strategies: Review and Research Agenda. *Latin American Research Review*, v. 19, n. 3, p. 87-101, 1984.

SCOTT, J. C. Patronage or exploitation?. In: GELLNER, E.; WATERBURY, J. (Org.). *Patrons and Clients*. London: Duckworth, 1977, p. 21-40.

_____. *Seeing Like a State*: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven, London: Yale University Press, 1998. 445 p. (Yale Agrarian Studies).

SHILS, E. Center and periphery. In: SHILS, E. (Org.). *The Logic of Personal Knowledge: Essays Presented to Michael Polany on his Seventieth Birthday*. Glencoe: The Free Press, 1961, p. 117-130.

SHORE, C.; WRIGHT, S. Introduction. Conceptualising Policy: technologies of Governance and the Politics of Visibility. In: SHORE, C.; WRIGHT, S.; PERÒ, D. (Org.). *Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power*. New York, Oxford: Berghahn, 2011, p. 1-26.

SILVA, J. d. S. e., et al. *O que é a favela, afinal?*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 104 p.

SILVA, L. *História do Urbanismo no Rio de Janeiro. Administração municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003. 176 p.

_____ *Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778-1878*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2012. 164 p.

SILVA, L. A. M. d. (1967). A política na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 4, p. 699-716, 2011.

_____. A respeito de movimentos sociais: rápida incursão sobre problemas teóricos da produção brasileira. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 10, 1986, Campos do Jordão*. Anais...* Campos do Jordão: ANPOCS, 1986

_____. A continuidade do "problema da favela". In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 220-237.

_____; FIGUEIREDO, A. Urbanização x remoção: uma polarização recente. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 5, 1981, Nova Friburgo*. Anais...* Nova Friburgo: ANPOCS, 1981. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/5-encontro-anual-da-anpocs/gt-6/gt08-5>. Acesso em: 9 nov. 2017.

SIMMEL, G. (1903). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, CEBRAP, 1973. 152 p..

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 21-36

SIQUEIRA, R. A. d. S. *A política no loteamento*: um estudo sobre mediação na zona oeste carioca. 2013. 170 f. Tese (Doutorado de Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, S. M. d. *Da laranja ao lote*: Transformações sociais em Nova Iguaçu. 1992. 180 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

STANISLAWSKI, D. The Origin and Spread of the Grid-Pattern Town. *Geographical Review*, v. 37, n. 1, p. 94-105, 1946.

STAR, S. L.; RUHLEDER, K. Steps Toward an Ecology of Infrastructure: Design and Access for Large Information Spaces. *Information Systems Research*, v. 7, n. 1, p. 11-134, 1996.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. d. M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, v. 20, n 1, p. 163-183, 2014.

STOCKING, G. W. The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING, G. W. (Org.). *Observers Observed*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983, p. 70-120. (History of Anthropology, 1).

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, v. 13, n. 1, p. 3-22, 1990.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1985. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 8, n. 23, p 5-30, 1988.

TORRES, H. d. G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, p. 49-70, 2001.

_____, et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

_____; BICHIR, R. M.; CARPIM, T. P. C. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos Estudos*, n. 74, p 17-22, 2006.

VALLADARES, L. d. P. *A invenção da favela*: Do mito de origem a favela.com. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

_____; FIGUEIREDO, A. Habitação no Brasil: Uma introdução à literatura recente. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, p 25-49, 1981.

_____; FREIRE-MEDEIROS, B. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do UrbanData-Brasil. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 60-83.

VAYSSE, J.-M. *Dictionnaire Heidegger*. Paris: Ellipses, 2007. 189 p. (Dictionnaires Ellipses).

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 127, n. 3, p. 581-597, 1994.

VELHO, O. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. 126 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p8pr7>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VENTURA, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 280 p.

VERÍSSIMO, A. A. *Parcelamento do solo na cidade do Rio de Janeiro*: um estudo sobre a produção informal da década de 40 aos anos 90. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VETTER, M. D. *The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the Case of Grande Rio*. Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning, University of California, 1975. 50 p.

VIANNA, H. As sesmarias no Brasil. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2, 1962, Curitiba*. Anais...* Curitiba: ANPUH, 1962

WACQUANT, L. *Parias urbains*: Ghetto, banlieues, État. Paris: La Découverte, 2006. 332 p.

WEBER, F. (1989). *Le travail d'à-côté*: Une ethnographie des perceptions. Nov. ed. rev. et aug ed. Paris: Éditions de l'EHESS, 2009. 239 p. (En temps & lieux).

WEBER, M. *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Tradução de Jean-Pierre Grossein. Paris: Gallimard, 2003. 533 p. (Tel).

WIRTH, L. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, v. 44, n 1, p. 1-24, 1938.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 8, p. 119-150, 1982.

ZALUAR, A. (1985). *A máquina e a revolta*: As organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. 265 p.